UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

VALOR, PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO:

DE RICARDO A MARX, DE MARX A NÓS.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Carlos Aguedo Nagel Paiva em 22/10/98 e orientada pela Profa. Dra. Maria Silvia Pinto.

CPG/IE, 22/10/98

Maria Silvia Pinto

Campinas, setembro de 1998

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

VALOR, PREÇOS E DISTRIBUIÇÃO: DE RICARDO A MARX, DE MARX A NÓS

Tese de Doutoramento de Carlos Águedo Nagel Paiva apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Profa. Dra. Maria Silvia Possas.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

P166v

Paiva, Carlos Águedo Nagel
Valor, preços e distribuição : de Ricardo a Marx, de Marx a nós / Carlos Águedo Nagel Paiva. – Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Maria Silvia Possas
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Valor (economia). 2. Preços. 3. Riqueza. I. Possas, Maria Silvia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

A Mário Luiz Possas,
por pura e profunda admiração.

"O verdadeiro e o falso pertencem aos pensamentos determinados que, privados de movimento, valem como essências próprias que permanecem cada uma no seu lugar, isoladas e fixas, sem se comunicar uma com a outra. ... Assim como não há um mal, assim também não há um falso."
G.W.F. Hegel. *A fenomenologia do Espírito.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho tão longo quanto este (não ouso revelar o número de anos que o mesmo me atormenta) recebeu a influência e a contribuição de um sem número de pessoas. As raízes do primeiro capítulo estão lá na minha graduação, no Grupo de Estudos dos *Princípios*, nos debates com o Ickx, nas aulas do Pedro, nas conversas com o Achyles. Obrigado.

Cada um dos meus professores da Unicamp encontra-se um pouco nestas páginas. Há muito do Fred no segundo capítulo, muito do Alonso no quarto, muito do Támas no quinto, e há muito do Possas em todos. Obrigado.

A influência do Possas neste trabalho só encontra paralelo na influência da Gláucia. Sem ela, o capítulo quarto seria impossível. E sem o capítulo quarto, a tese não teria qualquer sentido. Obrigado, meu amor.

Muitas vezes eu só consigo pôr as minhas idéias em ordem falando. E eu preciso de alguém que me escute. Felizmente (para mim, é claro), Deus pôs o Brandão no meu caminho. Obrigado, amigo.

Ser pai nem sempre é fácil. Ter pai, também não. Especialmente um pai estressado, em tese e em casa. Obrigado Caio, obrigado Samuel, obrigado Isadora, pelo carinho e compreensão. I love you.

Finalmente, gostaria de agradecer a uma pessoa muito especial, que me fez ver quão incompetente eu sou como orientador. A leitura da Silvia não é meramente atenta: é meticulosa. Suas críticas são sempre corretas e ricas. E, o mais importante: quando ela (finalmente) gosta, não poupa elogios. Muito obrigado, Silvia. Muito obrigado, mesmo.

ÍNDICE

	página
INTRODUÇÃO	i - v
Capítulo I – OS DOIS RICARDOS	**1**
1. Introdução	
2. A teoria ricardiana "pura" da distribuição e dos preços (ou "O Ricardo de Schumpeter e Sraffa").	**7**
2.1. A versão "simplificada" da teoria ricardiana dos preços e da distribuição	8
2.2. Um primeiro passo em direção ao complexo: para a crítica da identidade valor-preço.	20
3. A interface produção/distribuição em Ricardo (ou "O Ricardo de Marx e Marshall").	**33**
Capítulo II – MARX E O RICARDIANISMO DE ESQUERDA	**46**
1. Introdução.	**46**
2. Para a crítica do projeto transformacionista	**50**
3. Desricardianizando Marx	**56**
Capítulo III - A LEITURA "SINCRÔNICO-SCHUMPETERIANA" DA TEORIA MARXIANA DO VALOR E DA DISTRIBUIÇÃO	**62**
1. Trabalho e valor.	**62**
2. Valor e forma de valor (ou valor-de-troca) em Marx.	**73**
3. A teoria marxiana da distribuição	**80**
3.1. Assalariamento e lucro "normal" em Marx	81
3.2. Concorrência e progresso técnico em Marx	88
3.3 Generalizando a interpretação schumpeteriana do lucro em Marx como um fenômeno de desequilíbrio	102
3.4. Conclusão: o assalariamento como condição suficiente do lucro	114
Capítulo IV - O PROCESSO DE ABSTRAÇÃO DO TRABALHO E A HISTORICIDADE DO VALOR E DA EXPLORAÇÃO	**118**
1. Introdução	**118**
2. Trabalho, Ontologia e História em Marx	**122**

3. Trabalho, Intercâmbio e Valor 135
3.1. Marx e a posição lógico-histórica do intercâmbio especificamente mercantil 138
3.2. Abstração do trabalho e desenvolvimento histórico da sociedade mercantil simples 145

4. O devir das categorias capitalistas de apropriação 159
4.1. Valor, preço e concorrência 159
4.2. Exploração, lucro e leis de tendência do capital 176

Capítulo V - A REVOLUÇÃO MARGINALISTA E A TEORIA NEOCLÁSSICA DA DISTRIBUIÇÃO 198

1. Introdução 198

2. Os fundamentos lógico-históricos da escola neoclássica 200
2.1. A influência de Say e a subordinação da teoria da distribuição à teoria dos preços 203
2.1.1. O *Traité* de Say 206
2.2. A influência de Ricardo e a teoria da produtividade marginal dos fatores de produção 214
2.3. A anti-influência de Marx 225
2.3.1. O objeto e o método da economia neoclássica 227
2.3.2. Os fundamentos especificamente anti-materialistas e anti-dialéticos da economia neoclássica 232
2.3.3. Hiper-cartesianismo e a teoria neoclássica da distribuição 235

3. Para a (auto)crítica da teoria neoclássica da distribuição 237
3.1. John Hicks e a função oferta de trabalho mal comportada 239
3.2. Schumpeter e a crítica da teoria neoclássica do juro e do capital 249
3.2.1. A "parabólica" teoria neoclássica do capital e do juro 251
3.2.2 A crítica schumpeteriana do "fluxo circular" neoclássico 256
3.3. Frank Knight e a desequilibrada teoria do lucro da teoria econômica equilibrista 261

Capítulo VI - A TEORIA PÓS-MARGINALISTA DOS PREÇOS E DA DISTRIBUIÇÃO 274

1. Introdução 274

2. Pós-marginalismo: da crítica da teoria do valor ao empirismo auto-crítico 276

3. A teoria kaleckiana dos preços: para a síntese crítica de Oxford e Cambridge 285
3.1. Kalecki e a tradição oxfordiana 287
3.2. Kalecki sob a influência de Cambridge 290
3.2.1 A influência de Sraffa e Kaldor 291
3.2.2. A influência de Robinson 295
3.3. Kalecki e a curva de oferta de uma indústria sob concorrência imperfeita (ou "o modelo de 39/40") 300

3.4. A função colusiva da diferenciação (ou "o modelo de 54") 307

4. A(s) teoria(s) pós-marginalista(s) da distribuição 313
4.1. Unidade na diversidade: a teoria da distribuição de Schumpeter a Kaldor 313
4.2. A teoria kaleckiana da distribuição 322
4.2.1. O modelo distributivo kaleckiano simplificado 323
4.2.2. Um modelo kaleckiano distributivo completo 328

5. Negação do trabalho assalariado, aceleração do progresso técnico e financeirização da riqueza: a teoria kaleckiana da distribuição resiste ao teste da atualidade? 337
5.1. Os limites da recuperação da teoria distributiva schumpeteriana 338
5.2. As teoria schumpeteriana, keynesiana e kaleckiana do juro e do financiamento produtivo 341

CONCLUSÃO 352

BIBLIOGRAFIA 361

INTRODUÇÃO

Este trabalho é, simultaneamente, um trabalho sobre a História do Pensamento Econômico, sobre teoria da distribuição e sobre Marx. A intersecção destes três objetos define o que poderia ser caracterizado como o núcleo deste trabalho: a demonstração da importância e atualidade de Marx no interior de nossa ciência através do resgate de suas contribuições à teoria da distribuição, que são tão revolucionárias quanto, usualmente, mal compreendidas e subvalorizadas.

Mas se este é o núcleo de nosso trabalho, ele está muito longe de esgotá-lo. Enquanto um trabalho específico de História do Pensamento Econômico, procuramos defender aqui uma tese que não é nova, mas de tão inusual chega a ter sabor de novidade. Trata-se da tese de Schumpeter de que **a ciência econômica é, em sua pluralidade mesma, uma ciência de curso normal** (se nos é permitido o uso de uma terminologia extemporânea àquele autor). Uma tese que procuraremos defender no interior do campo aparentemente menos apropriado: o campo do debate secular em torno do valor, dos preços e da distribuição.

É em grande parte da perenidade do debate em torno da tríade valor/preço/distribuição que se alimenta o ceticismo de parcela expressiva dos economistas a respeito da possibilidade de caracterizar a nossa especialidade como uma ciência no sentido rigoroso do termo. Usualmente, o economista que admite tal caracterização sem titubear é aquele cuja filiação dogmática a uma única corrente (em geral, ao *mainstream*) lhe permite relegar as alternativas teóricas e discursivas ao limbo das construções superadas ou meramente ideológicas.

Por oposição a este intérprete, levantam-se vozes (usualmente heterodoxas) para saudar o caráter pluriparadigmático da nossa ciência. Só que este saudar via de regra se associa ao argumento de que seria impossível superar o pluriparadigmatismo na medida em que ele traduziria aquelas referências utópico-ideológicas impermeáveis à crítica científica. Vale dizer: **contra os que saúdam a cientificidade da economia desterrando boa parte da produção desta ciência para o campo da ideologia, levantam-se os que recuperam aquela produção sob o argumento nada estimulante de que, não apenas essa, mas toda a teoria econômica é ideológica.**

Nada mais estranho à leitura de Schumpeter do que esta unidade contraditória dos ideologizadores da economia. Na perspectiva deste autor, tanto o dogmatismo segregacionista dos epígonos do *mainstream*, quanto a emasculada defesa da generalidade do caráter pré-científico da economia por uma certa heterodoxia, são índices distintos de um mesmo mal: a

desutilidade do trabalho ou um custo associado à recomposição da força de trabalho, a relação funcional desta categoria com o dispêndio efetivo de trabalho é tão consensual que se torna uma platitude. Finalmente, de Ricardo a Walras, de Marx a Marshall, de Schumpeter a Kalecki, não há autor que ouse negar a dimensão rigorosamente **excedentária** (enquanto benefício apropriado **sem equivalente** e signo de **desequilíbrio**) do lucro.

É bem verdade que esta unidade é menos notável no que diz respeito aos determinantes da participação relativa das distintas categorias de rendimento na renda global. Mas mesmo aqui, manifestam-se elementos de unidade absolutamente surpreendentes. Assim é que, não há entre os autores supracitados (cuja representatividade das escolas fundamentais de pensamento econômico supomos estar fora de dúvida) quem negue a tensão entre salário real e emprego. Na verdade - e tal como procuraremos demonstrar ao longo dos seis capítulos deste trabalho - **a contradição entre salário real e emprego é, de uma forma ou de outra, admitida por todas as correntes do pensamento econômico**.

Mas se o exposto acima corresponde à verdade, haveria que se perguntar porque a alegada unidade não é usualmente admitida. E, do nosso ponto de vista, o que vai obstaculizar a tomada de consciência desta unidade é a enorme complexidade da questão distributiva; complexidade esta que tende a se resolver na absolutização por distintos intérpretes e escolas de dimensões verdadeiras mas parciais do objeto teórico trabalhado.

Tomemos, por exemplo, a suprarreferida contradição entre salário real e emprego. Ela, de fato, é admitida por todas as correntes teóricas. Mas - com o perdão da contradição - nem todas as correntes a admitem conscientemente. Em particular, poucas escolas admitem-na enquanto uma contradição **dialética**. Pelo contrário: premidos pelo temor à contradição, vão ocultar a dimensão dialética da mesma atrás de falsas absolutizações. É o que ocorre, de um lado, com um certo ricardianismo, que absolutiza a dimensão não-contraditória da relação salário/emprego, a despeito de Ricardo haver sido o primeiro grande autor a teorizá-la no capítulo "Sobre a Maquinaria" dos *Princípios*. E é também o que ocorre, de outro lado, com um certo neoclassicismo que absolutiza a dimensão puramente contraditória daquela mesma relação, ignorando todo um amplo conjunto de situações - analisadas à exaustão por autores da estatura de Schumpeter, Hicks, Stigler, Kalecki, Buchanan, entre outros - em que a mesma não se impõe.

Ora, este jogo de abstração do complexo e absolutização do parcial comporta uma dimensão ideológica insofismável. Contudo, pretendemos que esta dimensão não alcance abafar a dimensão rigorosamente científica das distintas construções. E isto na medida em que este jogo de abstração da complexidade que aproxima (no exemplo citado acima, e a despeito das conclusões opostas) ricardianos e neoclássicos é **analiticamente** inatacável. Na verdade, as

subestimação do denso e complexo processo **teórico** que alimentou os diversos momentos de emergência e crise (e, eventualmente, de resgate transformado) dos distintos modelos, escolas e perspectivas analíticas em nossa ciência. É desta subestimação que se alimenta tanto a incapacidade para tomar a **diversidade** como signo de **riqueza**, quanto para desvelar a **unidade** que subjaz àquela.

Na esteira de Schumpeter, procuraremos demonstrar neste trabalho que há mais classicismo no pensamento moderno, e mais modernidade no pensamento clássico do que a aparência revela. Mais do que isto: procuraremos demonstrar que, para além de **unidade**, há também **desenvolvimento** na ciência econômica. E isto na medida em que se desenvolve não apenas o instrumental teórico-analítico da ciência, mas a consciência dos economistas da complexidade e do caráter sistêmico do seu objeto.

Só que o nosso reconhecimento da unidade e do desenvolvimento da ciência vai se articular ao reconhecimento do caráter contraditório de ambos. Uma contraditoriedade que se manifesta, de um lado, numa pluralidade de temáticas e métodos que (sem serem irreconciliáveis) são efetivamente alternativos, e, de outro, em recorrentes (e, muitas vezes, cansativas) redescobertas de construções teóricas que (correta ou incorretamente) tiveram seu desenvolvimento podado em determinado momento sem a extirpação da raiz ainda viva.

Como já apontamos, resgatar o debate sobre a tríade valor/preço/distribuição é resgatar o núcleo temático da ciência econômica, onde os limites e possibilidades de desenvolvimento de um "curso normal" nesta ciência deveriam se manifestar da forma mais evidente. Afinal, há aqui não **um** debate, mas um **conjunto** deles. Demonstrar a unidade por trás desta diversidade é a árdua tarefa a que nos propomos.

Caberá ao leitor avaliar o nosso sucesso ou insucesso nesta empreitada. A nós cabe, aqui, apenas anunciar (ainda sem demonstração) o resultado alcançado: identificamos uma unidade tão marcante no tratamento dispensado pelas distintas escolas à questão distributiva que ousamos pretender estarmos muito próximos da construção de uma teoria (não necessariamente exaustiva) articulada e consensual sobre o tema. Afinal, com exceção da categoria juro - que os clássicos não teorizam, os neoclássicos derivam da escassez do fator do capital/abstinência, e Marx, Schumpeter e Keynes (a partir de modelos distintos e parcialmente divergentes) derivam das particularidades do mercado financeiro/monetário -, **os fundamentos mais gerais** das três categorias básicas de rendimento - salário, renda/aluguel e lucro - são praticamente consensuais na literatura econômica. Assim é que a categoria renda virtualmente deixou de ser objeto, não só de polêmica, mas de pesquisa teórico-científica desde o início do século XX. De outro lado, independentemente de se considerar o salário uma compensação pela

conclusões antagônicas das distintas escolas não são obtidas (pelo menos não usualmente) a partir de viciosas manipulações lógicas, mas da introdução de (convenientes) cláusulas simplificadoras e/ou *coeteris paribus*. Aceitas estas cláusulas, as conclusões que lhes são pertinentes se impõe com o rigor da lógica. O que pode parecer muito pouco a um cientista de inflexão realista. Mas que é um passo de suma importância na construção de uma ciência. Na verdade, para não poucos teóricos - que limitam a prática científica à construção de modelos logicamente consistentes - este é todo o passo que se pode almejar.

Nós mesmos ousamos pedir um pouco mais da ciência. Não porque neguemos que a consistência lógico-modelística seja uma exigência essencial da prática científica. Na verdade, admitimos que já há ciência onde esta exigência é cumprida. E este é um dos motivos pelos quais - contra seus ideologizadores - defendemos a cientificidade da economia. Só que, simultaneamente, entendemos que a plena constituição de um saber científico envolve mais do que consistência lógica; envolve consistência teórico-empírica. E isto na medida em que, para nós, o verdadeiro objeto da ciência é o concreto. Ou, melhor: seu verdadeiro objeto e produto; porquanto o concreto não é mais do que a síntese das múltiplas e contraditórias determinações.

Mas também por isso a economia já é científica. Porque ela já alcançou um patamar de desenvolvimento especulativo que permite a superação objetiva da dogmática logicista avessa a qualquer contradição. A produção teórica de Marx - onde a recusa ao logicismo dogmático se resolve num projeto de totalização/dinamização das determinações simultâneas e contraditórias do real - é a expressão maior deste desenvolvimento. Mas - felizmente! - ela não o esgota. Este é um desenvolvimento que também vai se dizer presente no empirismo de inflexão pragmatista e estruturalista de autores que (como Schumpeter, Keynes e Kalecki) dão a tônica da economia propriamente moderna. Uma economia que vai saber se beneficiar dos acúmulos do passado, operando despreconceituosamente (e algo ecleticamente) com categorias e instrumentais teóricos desenvolvidos no interior das escolas clássicas, marxistas e neoclássicas.

É bem verdade que, à diferença de Marx, os modernos não tomarão a totalização dialética de determinações contraditórias como fim em si, como a condição para a (re)construção do concreto. O que significa dizer que, quando a mesma se impõe, ainda o faz inconscientemente (ou, pelo menos, subconscientemente, como em Schumpeter). O que, do nosso ponto de vista, é uma limitação que se refletirá na incapacidade dos modernos desenvolverem uma teoria econômica da transformação sistêmica; capaz de dar conta, inclusive, das transformações do processo distributivo.

Só que também acreditamos que a superação desta limitação dos modernos é não apenas possível mas já se inicia. E o caminho para tanto envolve o resgate da ousadia dos

teóricos novecentistas, que - a despeito das diferenças de referência teórico-metodológica - não fugiam da tarefa de produzir **sistemas teóricos** voltados ao resgate da lógica imanente/tendencial do **sistema real**. Em particular (mas não exclusivamente) passa pelo resgate de Marx. E isto não apenas porque o seu método - onde a síntese dialético-totalizante é buscada conscientemente - seja superior a todos os demais. Se o método marxiano solicita resgate é porque sua produtividade - manifesta na riqueza e atualidade particular da teoria da distribuição deste autor - é objetiva e ainda não foi totalmente explorada. Demonstrar esta última assertiva é o terceiro - e talvez o mais árduo - objetivo deste trabalho. Que os deuses da ciência nos iluminem.

CAPÍTULO I

OS DOIS RICARDOS

Apesar de tudo, as importantes questões da renda, dos salários e dos lucros devem ser explicadas pelas proporções nas quais a totalidade da produção é dividida entre proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores, que não estão de maneira essencial vinculadas à doutrina do valor.
David Ricardo, em carta a McCulloch

1. Introdução

Mui justamente, Ricardo divide com Smith o título de pai da Economia Política. É bem verdade que o segundo, além da prioridade temporal, trabalha em um campo teórico mais amplo que o primeiro, demonstrando, inúmeras vezes, uma audácia e uma fecundidade intelectual que Ricardo não alcança disputar. Contudo - e até mesmo em função de sua anterioridade e amplitude teórica -, a obra de Smith é muito menos sistemática que a de Ricardo. E os reflexos desta assistematicidade não se resumem às (tantas vezes apontadas) contradições teóricas do autor. Muito mais importante que tais contradições[1], é o fato de que o tratamento impressionista que Smith dispensa a suas idéias mais originais cerceia a transformação das mesmas em categorias e modelos aptos a funcionarem como pólos atratores de uma reflexão coletiva; condição *sine qua non* para a constituição de uma (sintomaticamente inexistente) escola "smithiana" de pensamento econômico.

Diferentemente, os desenvolvimentos teóricos de Ricardo são objeto de um tratamento tão rigoroso que se poderia dizer que eles virtualmente solicitam formalização. Só que, simultaneamente, o rigor ricardiano não se impõe de forma abstrata ou dogmática; ele não é trabalhado como um instrumento de simplificação forçada da complexidade imanente ao seu objeto

[1] Que, indubitavelmente presentes, não traduzem qualquer fragilidade lógica de Smith, mas o profundo desequilíbrio entre sua fecundidade teórica e a debilidade do instrumental analítico e categorial de que dispunha.

teórico. Antes pelo contrário, **Ricardo faz questão de explicitar as contradições teóricas com as quais se depara** à medida em que, justamente, busca enfrentar de forma rigorosa a questão da **dinâmica** das categorias de rendimento em uma economia capitalista fechada que se reproduz de forma ampliada.

Esta síntese ímpar de rigor e rica contraditoriedade vai transformar a obra de Ricardo no pólo atrator da reflexão teórica em Economia que a obra de Smith não alcançou ser. E a expressão mais clara deste fato é que, em torno de Ricardo, vai se consolidar a primeira grande escola de Economia, cuja hegemonia será inconteste durante quase meio século após sua morte[2]. Como se isto não bastasse, as distintas tentativas ricardianas de dar solução à contradição valor-preço e à questão da demonstração da oposição lucro/salários estarão no epicentro de todo o desenvolvimento da ciência econômica pós-clássica. Vale dizer: do nosso ponto de vista, se o pensamento econômico moderno é hegemonizado por correntes (de alguma forma) críticas ao ricardianismo, a própria emergência destas correntes só é plenamente compreensível quando se tem em consideração, tanto as questões abertas, quanto as contribuições positivas postas na obra de Ricardo[3].

É bem verdade que, após o aparecimento da obra maior de Sraffa (ou, talvez, desde a publicação da célebre "Introdução" do mesmo autor aos *Princípios* de Ricardo[4]), uma interpretação tão inclusiva e deferente da obra ricardiana caiu em desuso. É como se o resgate de Ricardo feito por Sraffa - ao formalizar e encapsular a construção teórica daquele primeiro em uma modelagem particularmente rígida - tenha servido para "jogar água no moinho de Schumpeter", que já ousou pretender - contra Marx e Marshall - que a "obra [de Ricardo] constitui, de fato, um desvio e fica fora da linha histórica dos esforços dos economistas"[5].

---

[2] Um tal desenvolvimento não pode ser subestimado em uma ciência como a nossa, marcada pela controvérsia e a ausência de unidade paradigmática. Na verdade, pode-se pretender que o único período tipicamente "normal" (em termos kuhnianos) da ciência econômica foi o período "ricardiano". Diga-se de passagem, só o fato de ser o articulador desta "normalidade" (em certo sentido precoce, e até certo ponto fugaz) já garantiria a Ricardo o direito de dividir com Smith os créditos de "pai da Economia".

[3] Do nosso ponto de vista, mesmo uma corrente tão aparentemente anti-ricardiana como o keynesianismo é - ao nível metodológico - amplamente devedora da tradição teórica aberta por Ricardo. Esta tese não é nova. Repetidamente esgrimida por Schumpeter (com objetivos críticos aos dois autores assim vinculados), ela encontra em Pasinetti uma formulação rigorosa. Vide a este respeito, SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, Livro III p. 175 e Livro V p. 494; e PASINETTI, L. "A economia da demanda efetiva". In: *Crescimento e distribuição de renda.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (especialmente a sexta seção deste texto, intitulada "Características ricardianas da análise de Keynes"). Voltaremos a este ponto no sexto e último capítulo deste trabalho.

[4] Vide SRAFFA, P. "Introdução". In: RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação.* São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 3 e segs.

[5] SCHUMPETER, J.A. Op. cit., Livro III, p. 232.

Ora, que a leitura sraffiana de Ricardo - que transforma este autor num precursor da moderna crítica à teoria neoclássica do capital (quando não da própria teoria do valor-trabalho!) - seja capaz de fazer o legítimo fundador da "ortodoxia econômica" parecer o mais heterodoxo dos economistas do século XIX, não pode ser motivo de estranhamento. É uma interpretação possível; e compreensível quando se origina em um autor cujas contribuições teóricas vão justamente no sentido de desenvolver aquela crítica. O que deve ser questionado é a ampla absorção desta leitura entre os intérpretes contemporâneos da história do pensamento econômico.

Para que se entenda este ponto, contudo, é preciso que se note que, antes de Sraffa, já Schumpeter fazia uma interpretação de Ricardo que não o tornava apenas heterodoxo, mas um legítimo pré-sraffiano. E como a análise que Schumpeter faz de Ricardo é absolutamente crítica a este autor e anterior à famosa "Introdução" de Sraffa aos *Princípios*, é razoável pretender-se que estes dois intérpretes não tenham sido influenciados um pelo outro. O que faz da convergência de perspectivas analíticas (que contrasta com a firme oposição na avaliação dos méritos teóricos de Ricardo) destes intérpretes particularmente argutos um forte indicador da consistência da leitura "neo-ricardiana de Ricardo". Na verdade, pretenderíamos mesmo (e defenderemos adiante) que esta é a leitura mais imediata, mais simples, que brota de forma mais natural na obra deste autor.

Só que também é preciso que se entenda que, se a leitura sraffiana (e schumpeteriana) de Ricardo não é falsa, tampouco o será a leitura de Marx e Marshall, dois autores de capacidade e produtividade intelectual inquestionável que insistem em tomar os *Princípios* daquele primeiro como referência teórica privilegiada de suas próprias (e tão distintas) obras. **O que, desde logo, nos leva a pensar que não deve haver um único Ricardo; mas, pelo menos, dois; e, quiçá, múltiplos.**

É interessante observar que esta hipótese é consistente com os desdobramentos lógicos de nosso diagnóstico anterior do caráter tenso da relação entre "rigor" e "contradição" no interior da obra ricardiana. Como apontamos acima, Ricardo não trabalha no sentido do escamoteamento das contradições que emergem em sua obra. Mas tampouco as interpreta como um sinal de riqueza teórica, e sim como fruto de insuficiências analíticas que exigem enfrentamento. E o próprio Ricardo definirá uma estratégia de enfrentamento destas contradições que é tão insuficiente quanto capaz de gerar confusão, e que só se justifica pela imaturidade da ciência econômica do período e pelas debilidades instrumentais e teórico-modelísticas de nosso autor: após apresentar a complexidade do objeto, reiterando o equívoco do escamoteamento da mesma, nosso autor "pede licença" para (re)introduzir um conjunto de hipóteses simplificadoras que lhe parecem essenciais para a determinação de um sistema teórico dinâmico capaz de gerar resultados unívocos ao longo de uma trajetória "bem comportada".

Assim, a depender d' (os interesses teóricos que sustentam) a leitura feita da obra de Ricardo, é possível centrar-se a atenção, seja no resgate da "complexidade" do real feita por este autor, seja nas "simplificações forçadas" que o mesmo impõe à realidade com vistas a obter resultados unívocos. Marx opera na primeira perspectiva. Schumpeter, na segunda. E é baseado nesta perspectiva que o último autor dirá:

> "A visão integrada da interdependência universal de todos os elementos do sistema econômico, que aparecia constantemente a Thünen nunca tirou a Ricardo mais do que uma hora de sono. **Seu interesse concentrava-se no resultado claro, de significado direto e prático**. A fim de conseguir isso, ele cortava em pedaços o sistema geral, juntava, tanto quanto possível, largas partes deste e punha-as no congelador - de forma que o máximo de coisas possível pudesse ser congelado e considerado 'dado'. Empilhava, então, as hipóteses simplificativas, umas sobre as outras, até que, tendo de fato estabelecido tudo através dessas hipóteses, ficava apenas com umas poucas variáveis agregativas, entre as quais, dadas aquelas hipóteses, estabelecia relações unidirecionais, de forma que, no fim, os resultados desejados surgissem como tautologias. Por exemplo: uma famosa teoria ricardiana é a de que **os lucros 'dependem do' preço do trigo**. E sob suas hipóteses implícitas e no sentido particular no qual os termos da proposição devem ser entendidos, isto não é só verdade, mas também uma verdade incontestável, e mesmo trivial. **Os lucros nunca poderiam depender de outra coisa, uma vez que tudo o mais era 'dado', isto é, congelado. É uma teoria excelente que não pode ser refutada, e nada lhe falta, exceto sentido. Ao hábito de aplicar resultados desta espécie à solução do problema prático chamaremos 'vício ricardiano'."**[6]

Há quem possa se incomodar com o "tom" jocoso e desrespeitoso com que Schumpeter trata a obra de Ricardo. Mas não há como negar consistência à sua crítica, cuja essência é dada pela recusa à imposição de cláusulas *coeteris paribus* teoricamente indefensáveis para obter resultados determinados.

E, neste sentido, é importante observar que a crítica de Marx a Ricardo - cuja essência é, também, de caráter metodológico - tem uma interface significativa com a crítica de Schumpeter. É bem verdade que, menos do que o uso da cláusula *coeteris paribus*, Marx centrou suas críticas no abuso da cláusula "*as if*"[7]. Assim é que Marx repetidas vezes atacou as sínteses apressadas

---

[6] SCHUMPETER, J.A. Op. cit. Livro III, p. 124 (os grifos são meus).

[7] Tal como a cláusula *coeteris paribus* (ou, talvez, até mais do que esta), o uso da cláusula "*as if*" como instrumento analítico caracteriza o padrão neoclássico de modelagem. O uso desta cláusula funda-se na presunção racionalista de que é possível extrair-se projeções econômicas (e recomendações de política econômica) de modelos teóricos assentados na abstração de aspectos particulares de uma dada realidade econômica, uma vez que estes últimos - a despeito de detectáveis empiricamente - não são "universais", mas contingentes e inessenciais. Como a direção e o sentido do movimento econômico são definidos pelas determinações universais-essenciais, a modelagem científica é aquela que preserva estas determinações, ao mesmo tempo que pretende que a economia se reproduza "como se" se encontrasse nas condições

ricardianas, suas tentativas vãs de "varrer para baixo do tapete" a complexidade real, de abafar as contradições imanentes aos fenômenos concretos, buscando "*de imediato* provar a congruência entre as categorias econômicas"[8]. É dentro deste quadro mais geral que se situam (e podem ser compreendidas) as críticas particulares de Marx às equivocadas tentativas ricardianas de subsumir os preços aos valores, os preços de mercado aos preços naturais, a renda em geral à renda diferencial, a mais-valia ao lucro, etc. E, para Marx, quando este conjunto de equívocos é enfrentado, o que fica transparente é a inconsistência da teoria ricardiana da distribuição e de seu desdobramento fundamental, a "lei da queda da taxa de lucro"[9].

Só que, para Marx - à diferença de Schumpeter - a obra de Ricardo não pode ser avaliada com base tão somente em sua viciosa tendência de subsumir o concreto no abstrato. E isto na medida em que as tentativas ricardianas de escamotear o complexo a partir de "abracadabras" analíticos não revelariam o conteúdo profundo da obra deste autor. Nesta, o movimento que conduz à simplificação da realidade é sempre (re)negado pela (re)afirmação de sua complexidade essencial.

O problema é que Ricardo realiza este segundo movimento quase que a contragosto e de forma apenas parcialmente consciente; como um movimento que se impõe ao próprio autor, que está "em si" na obra ricardiana, mas que não é genuinamente "para si". Na verdade, **Marx ousa pretender - e aqui está o núcleo legítimo de sua diferença interpretativa com Schumpeter - que Ricardo não tem plena consciência sequer do efetivo conteúdo de seu objeto de pesquisa.**

> "Ricardo, a quem interessava conceber a produção moderna na sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, afirma mesmo assim que não é a produção, mas sim a distribuição que constitui o tema propriamente dito da Economia moderna. Aqui ressurge novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição."[10]

---

competitivas, institucionais, tecnológicas, etc., mais simples. Para a defesa deste ponto de vista, vide FRIEDMAN, M. "The methodology of positive economics", In: *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. Voltaremos a discutir o mesmo no capítulo quinto desta tese.

[8] MARX, K. *Teorias da Mais-Valia* (Vol. II). São Paulo: DIFEL, 1980, p. 597.

[9] Vide a este respeito o capítulo XVI da *Teorias da Mais-Valia*; em particular o primeiro item da terceira seção deste capítulo, intitulado "Pressupostos falsos da concepção ricardiana da taxa decrescente de lucro." Op. cit., pp. 868 e segs.

[10] MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 113 (Os Pensadores). Não se pode subestimar a importância dessa crítica marxiana à inconsciência de Ricardo do verdadeiro sentido teórico de sua obra. E isto na medida em que ela não lança luz apenas sobre a obra de Ricardo, mas sobre a do próprio Marx. Como veremos no próximo capítulo deste trabalho, ela é a chave para que se entenda o caráter essencialmente equivocado dos que (consciente ou inconscientemente) identificam em Marx um

E vale a pena observar que esta crítica marxiana da "inconsciência do objeto" é, na verdade, apenas a outra face da crítica da "inconsciência (e inconsistência) do método" em Ricardo. E isto desde logo porque, ao postular que "determinar as leis que regulam ... [a] distribuição é a principal questão da Economia Política"[11], Ricardo sente-se obrigado a proporcionar um tratamento analítico do tema, com vistas à articulação de um "modelo distributivo". E o que se quer deste modelo não é pouco: ele tem de ser capaz de gerar previsões bem determinadas da evolução relativa das categorias de rendimento em uma economia expansiva. O que só é possível - como regra geral - a partir da imposição de algum tipo de simplificação e de cláusulas *coeteris paribus*. E aqui é que o problema se coloca: tendo em vista o estreito e limitado arcabouço teórico-analítico e metodológico ricardiano, a "regra geral" supracitada se imporá a partir do "congelamento relativo" da produção (via "lei de Say" e pressuposição de estabilidade do padrão técnico-produtivo) associado à supressão teórica dos elos entre os processos produtivo e distributivo. E o resultado de todo este movimento não poderia ser outro: **o (auto-declarado) centro objetal de Ricardo é aquele onde seus desvios metodológicos se manifestam de forma mais cabal**.

Por isto mesmo - e contraditoriamente - é na (pretensa) periferia de sua obra - vale dizer, na teoria da produção, que vai da teoria do valor *stricto sensu* à teoria do progresso técnico - que Ricardo reconhece e trabalha teoricamente a complexa inter-relação entre as diversas dimensões do processo de reprodução econômica. É aí que se abre mão das "hipóteses heróicas" e a interação dinâmica entre produção, distribuição e intercâmbio se impõe. E o resultado deste interagir é, nada mais, nada menos, do que pôr por terra a conclusão de que, "em última instância", o lucro é função do preço do trigo. Este é o Ricardo rico; e este é o Ricardo de Marx.

Mas se há (pelo menos) dois Ricardos, é preciso dar, a ambos, o tratamento que merecem no interior do história do pensamento econômico. E não se deve temer as contradições que possam emergir deste tratamento (algo "esquizofrênico") da obra de Ricardo. Afinal, tal contradição é da

---

discípulo de Ricardo que herda não só suas questões teóricas (como a relação valor/preço) mas seu *método* de enfrentamento daquelas. Neste sentido, os verdadeiros herdeiros de Ricardo serão aqueles autores que, como Stuart Mill, sustentam a cisão ricardiana entre produção/técnica/necessidade e distribuição/arbítrio/liberdade mesmo após a demonstração cabal da inconsistência da teoria dos preços relativos que deita raízes naquela cisão. É apenas em Mill (e, quiçá, entre os neo-ricardianos modernos) que se pode encontrar declarações do tipo: "Diversamente do que ocorre com as leis da produção, as que regem a distribuição da mesma são ... de instituição humana, já que a maneira de se distribuir a riqueza em qualquer sociedade específica depende das leis ou usos nela vigentes". MILL, J.S. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 39 (o grifo é meu). Para Marx, uma tal cisão é a legítima fonte de todos os equívocos especificamente ricardianos.

[11] RICARDO, D. Op. cit. p. 39.

ordem do "real", e não da interpretação. Pois, *de fato há dois Ricardos*; dois Ricardos que geram frutos distintos, deixam marcas distintas e abrem caminho a distintos "paradigmas" econômicos. É esta dualidade *real* que procuraremos fazer emergir nas duas seções subsequentes.

2. A teoria ricardiana "pura" da distribuição e dos preços (ou, "O Ricardo de Schumpeter e Sraffa")

Como vimos logo acima, por oposição ao "Ricardo de Marx", o "Ricardo de Schumpeter e Sraffa" é o "Ricardo oficial", o Ricardo que toma não apenas a distribuição como **"o"** objeto da ciência econômica, mas que busca determinar este objeto a partir da supressão dos (complexos) elos entre distribuição e produção.

As raízes desta dimensão (real, mas não absoluta) da obra de Ricardo encontram-se tanto no pragmatismo reformista deste autor, quanto em uma certa subordinação ao "fetiche da mercadoria" e à pretensão (que lhe é imanente) de que os preços sejam um atributo "das coisas".

Na realidade, toda a perspectiva teórica de Ricardo é essencialmente pragmática, e é só dentro desta perspectiva que se pode compreender tanto seu interesse pelo tema "distribuição", quanto o papel que a teoria dos preços ocupa no interior de sua construção. Ou, para ser mais claro: a eleição da distribuição como tema central de suas reflexões diz respeito a uma leitura mais geral deste objeto como síntese da dimensão especificamente social-histórica (e, portanto, passível de transformação consciente) da economia. Neste sentido, é a presença da distribuição como objeto que torna o mundo da economia, o mundo da "Economia *Política*"; é a distribuição que justifica a emergência de um discurso científico sobre a economia. Um discurso que se volta essencialmente para o Estado, enquanto a única instituição capaz de (a partir prioritariamente da "política fiscal") alterar e regular a dinâmica de realização das leis tendenciais de desenvolvimento da distribuição da renda[12].

---

[12] E isto na medida em que, mesmo sendo portadora de uma "história" e estando prenhe de determinações especificamente sociais, a distribuição em Ricardo não deixa de ter "leis" especificamente econômicas, *que se farão sentir de forma tão mais cega, quanto menos se fizer presente a intervenção reguladora do Estado*. Neste sentido, a política econômica - em particular a política fiscal e tarifária, com seus efeitos redistributivos potencialmente benéficos aos lucros - acaba sendo essencial na sustentação do crescimento econômico. Não deixa de ser interessante observar que este apelo (e apego) *desteorizado* ao Estado (que só é percebido abstratamente, como uma "estrutura de regulação", sem que se ponha em questão quem controla esta "estrutura") - é mais um ponto de aproximação entre Ricardo e Keynes. Infelizmente, porém, este ponto - que ajuda a explicar a existência (aparentemente paradoxal) de tantos keynesianos ricardianos - não é objeto de tratamento sistemático na literatura econômica. Nem mesmo Schumpeter dá a este vínculo a dimensão que lhe cabe (ainda que não lhe escape tal conexão, como se pode ver em SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 125 e

Daí que os preços não são um objeto em si para Ricardo. São, antes, uma espécie de "anti-objeto", um objeto que só se impõe para ser descartado; vale dizer, que só se impõe na medida em que se faz necessário demonstrar de forma rigorosa a autonomia do processo distributivo *vis-à-vis* o processo de produção e - "consequentemente" - do processo de formação de preços[13]. Afinal, diferentemente da distribuição - que, desde logo, aparece como referida aos agentes econômicos -, o processo de formação de preços não aparece como um processo social e histórico, mas como um processo referido diretamente às coisas. Em particular, se se reduz o processo de troca ao intercâmbio de bens reprodutíveis sob condições técnicas dadas, o processo de formação de preços parece se reduzir à incorporação dos custos de (re)produção das distintas mercadorias. Vale dizer: os preços aparecem intuitivamente como referidos única e exclusivamente às condições de produção, que seriam tecnicamente determinadas e invariáveis frente às eventuais variações da estrutura distributiva.

O problema é que, ao longo de sua investigação sobre a questão dos preços, Ricardo vai se aperceber da profundidade e complexidade dos elos que ligam o processo distributivo àqueles primeiros. Mais especificamente, Ricardo vai se aperceber que variações na relação salário/lucro devem afetar os preços relativos de mercadorias produzidas com distintas distribuições temporais de trabalho e, consequentemente, deve afetar a relação de intercâmbio do conjunto das mercadorias com a unidade de conta do sistema e o valor da "renda nacional" expressa naquela unidade. A adequada compreensão deste problema e da(s) solução(ões) ricardiana(s) para o mesmo envolve, primeiramente, o resgate e plena compreensão da versão simplificada do sistema distributivo e de formação de preços em Ricardo. Este é o objeto da subseção abaixo.

2.1. A versão "simplificada" da teoria ricardiana dos preços e da distribuição

A associação entre preços e distribuição é tão antiga quanto a Economia Política. Todo o capítulo sexto de *A riqueza das nações* (intitulado "Fatores que compõem o preço das mercadorias") volta-se para a demonstração de que os preços se reduzem às diversas categorias de rendimento econômico[14]. Smith, porém, não deixava claro qual a qualidade da relação entre rendimentos e valor

---

175).

[13] Nos termos de Sraffa: "O principal problema da Economia Política [para Ricardo] era a divisão do produto nacional entre as classes e durante essa investigação ele teve dificuldades com o fato de que o montante desse produto parecia se alterar quando a divisão se alterava. .... Assim, o problema do valor que interessava a Ricardo era como encontrar uma medida de valor que permanecesse invariável face a alterações na divisão do produto". SRAFFA, P. "Introdução". Op. cit. p. 25.

[14] Segundo Smith: "No preço do trigo ... uma parte paga a renda devida ao dono da terra, uma outra paga os salários ou manutenção dos trabalhadores ... e a terceira paga o lucro do responsável pela exploração da terra.

de troca. Havendo uma relação funcional entre ambos, qual(is) seria(m) a(s) variável(is) independente(s) e qual(is) a(s) dependente(s)? As alterações nas taxas de salário ou de lucro afetariam os "preços naturais"? Ou seriam as alterações nestes últimos que afetariam as categorias de rendimento?

É bem verdade que, sua versão "trabalho incorporado" da teoria do valor (que é sistematizada no capítulo imediatamente anterior àquele em que Smith apresenta a redução dos preços aos rendimentos) fornece uma indicação de qual deveria ser a relação funcional entre estas duas categorias. Neste capítulo, Smith apresenta o trabalho como "o preço real de cada coisa"; um resultado que é claramente associado à identificação do trabalho como o único "custo social" de produção[15]. Mas esta indicação é dúbia, na medida em que Smith parece reduzir a pertinência do trabalho incorporado como critério do intercâmbio àquelas sociedades em que ainda não se realizou qualquer acumulação de capital e a única categoria de rendimento seria a remuneração do trabalho[16].

Ora, a primeira intervenção de Ricardo no debate sobre o valor pode ser lida como a

---

Essas três partes perfazem .... o preço total do trigo. Poder-se-ia talvez pensar que é necessária uma quarta parte, para substituir o capital do responsável direto pela exploração da terra, ... Todavia, deve-se considerar que o próprio preço de qualquer equipamento ou instrumento agrícola .... se compõe também ele dos mesmos três itens enumerados: a renda ... , o trabalho ... e os lucros ... ." (SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 79.) Para Schumpeter, esta é a mais valiosa e a mais original das contribuições de Smith para a teoria do valor e dos preços. (A respeito, vide SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Livro III, p. 221.) A forma como esta redução dos preços às categorias de rendimento influencia e determina a teoria ricardiana dos preços e da distribuição será objeto de tratamento sistemático logo adiante.

[15] Segundo Smith: "O preço real de cada coisa - ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la - é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição. O valor real de cada coisa, para a pessoa que a adquiriu e deseja vendê-la ou trocá-la por qualquer outra coisa, é o trabalho e o incômodo que a pessoa pode poupar a si mesma e pode impor a outros. O que é comprado com dinheiro ou com bens, é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho. Aquele dinheiro ou aqueles bens na realidade nos poupam este trabalho. Eles contêm o valor de uma certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual. O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas". SIMITH, A. Op. cit. p. 63. É de se notar que Ricardo reproduz elogiosamente esta passagem de Smith na primeira seção do primeiro capítulo dos *Princípios*. Voltaremos a este ponto na terceira seção deste capítulo, dedicado às interpretações marxiana e marshalliana de Ricardo, quando a questão do valor propriamente dita neste autor (enquanto uma questão distinta dos preços) ganha substância.

[16] Segundo Ricardo: "... embora Smith reconheça plenamente o princípio de que as proporções entre as quantidades de trabalho necessário para adquirir objetos diferentes sejam a única circunstância que pode proporcionar uma regra para a nossa troca de um por outro, ele limita, no entanto, a aplicação deste princípio 'àquele primitivo e rude estado da sociedade que antecede tanto a acumulação de capital como a apropriação da terra'; como se, quando tiverem de ser pagos lucros e renda da terra, estes tivessem alguma influência sobre o valor relativo das mercadorias. Adam Smith, no entanto, não analisou em lugar algum os efeitos da acumulação de capital e da apropriação da terra sobre o valor relativo. É importante, todavia, determinar em que medida os efeitos - reconhecidamente produzidos sobre o valor de troca das mercadorias pela quantidade comparativa de trabalho empregada na sua produção - são modificados ou alterados pela acumulação de capital e pagamento da renda da terra." (RICARDO, D. Op. cit. p. 49, nota número 8.)

tentativa de demonstrar a pertinência do trabalho como único determinante do valor-de-troca mesmo no interior da sociedade capitalista. E esta intervenção envolverá um movimento extremamente original (ainda que, como o próprio Ricardo perceberá mais adiante, formalmente equivocado) de integração da teoria smithiana dos preços enquanto somatório das categorias de rendimento e da teoria smithiana do valor-trabalho enquanto único custo social real de produção.

O ponto de partida do sistema ricardiano será o resgate da redução smithiana do processo de produção ao processo de trabalho. E isto na medida em que esta redução é capaz de gerar, num único movimento, tanto uma particularmente original medida de **quantum** da produção social, quanto uma (embrionária) teoria do valor-de-troca enquanto "preço real". Mais especificamente, a identificação do trabalho como única contribuição humana e único "custo real" do processo de produção gera dois instrumentos analíticos imbricados: 1) permite mensurar/quantificar o conjunto dos distintos valores-de-uso a partir de uma única unidade - as horas de trabalho envolvidas em sua produção -, permitindo, assim, a agregação das distintas mercadorias sem qualquer consideração em torno das distintas formas físicas (e medidas usuais de quantidade) das mesmas[17]; e 2) dá os fundamentos para uma teoria dos preços "naturais" enquanto determinados pelos custos de produção "reais" das distintas mercadorias. De forma que, a agregação/determinação do produto social pelo trabalho despendido em sua produção e a agregação/determinação do produto social pelo valor-de-troca do mesmo parece ser um único e mesmo movimento teórico.

Demonstrar a consistência teórica desta "aparência" envolve, contudo, enfrentar a pretensão smithiana de que, no capitalismo, não vigeria mais a identificação/determinação do valor-de-troca pelo princípio do trabalho contido. O que impõe a Ricardo o resgate da "equação smithiana" em que os preços (ou, de forma mais geral, o valor monetário total de um dado quantum de mercadorias produzidas) é reduzido, por integração vertical perfeita, ao somatório das categorias de rendimento pagos nos diversos períodos produtivos. **Neste movimento - que é, do nosso ponto de vista, absolutamente nuclear e particularmente original na construção de Ricardo - nosso autor vai buscar, simultaneamente, "re-derivar" a teoria do valor trabalho enquanto teoria dos preços relativos, e comprovar em termos rigorosos a oposição entre salários e lucros no sistema capitalista**. Infelizmente, porém, as ambiguidades expositivas de Ricardo são tantas, que não podem deixar de confundir o leitor menos atento. Por isto mesmo, quer nos parecer que a

[17] Vale dizer: se a produção de um metro de tecido exige 6 minutos de trabalho, um estoque 10 metros de tecido equivale a 1 hora de trabalho em tecido; e 2 horas de trabalho em tecido "são" 20 metros de tecido. De outro lado, se a produção de 10 kg de prego resulta de 12 minutos de trabalho, "1 hora de pregos 'são' 50 kg de pregos". E, finalmente, 2 hora de trabalho "são", tanto 100 kg de pregos, quanto 20 metros de tecido, quanto, ainda, qualquer combinação destes dois produtos passíveis de serem obtidos em 2 horas de produção.

formalização destes desenvolvimentos pode ser de alguma utilidade[18].

Seja V o valor total da produção de uma firma capitalista qualquer; L , o lucro total; C, os custos totais (que, no modelo ricardiano mais simples, onde não há capital fixo, é identificado ao capital total); S, o dispêndio salarial total; R, a renda total; Rd, a renda diferencial; s, a taxa de salário; T, o trabalho total empregado; e ℓ, a taxa média ("de equilíbrio") de lucro. Neste caso,

1) V = L + C;

Supondo-se integração vertical perfeita, atingimos a "equação de Smith", onde o conjunto dos custos de insumos físicos se traduz em rendimentos pessoais e o valor toma a forma de

2) V = L + S + R;

Se R = Rd, o valor da produção (em geral, e agrícola em particular) pode ser calculado tomando por base a terra marginal, que não paga renda, onde

3) V = L + S; [19]

Mas se os custos e o capital empregado se reduzem à massa de salário (C = S), o valor V da produção torna-se uma função simples e direta de T, pois

---

[18] Tanto mais quando, surpreendentemente, sequer os maiores intérpretes da teoria "pura" da distribuição de Ricardo, como Schumpeter e Sraffa procuraram formalizar este movimento de "re-derivação" dos preços "no capitalismo" a partir do trabalho em Ricardo. Este estranho silêncio tornou-se corriqueiro na literatura, impondo-se mesmo ao trabalho clássico de Pasinetti de formalização do sistema ricardiano (PASINETTI, L. "Uma formulação matemática do sistema ricardiano". In: *Crescimento e distribuição da renda: ensaios de teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1979), onde a relação funcional entre trabalho e preços em Ricardo é tratada como uma suposição admitida quase que "pelo peso da tradição"; e não como um *resultado* (reconhecidamente problemático e formalmente equivocado) da tentativa ricardiana de integrar as teorias smithianas do valor-trabalho (enquanto custo real) e dos preços no capitalismo (enquanto somatório das categorias de rendimento).

[19] Esta equação (evidentemente, expressa de forma não algébrica) aparece claramente em Ricardo apenas no sexto capítulo dos *Princípios*, intitulado "Sobre os Lucros". No segundo parágrafo deste capítulo, lê-se: "Nem o agricultor que cultiva a ... terra que regula o preço nem o fabricante de manufaturados sacrificam qualquer parcela do produto para pagar renda. **O valor total de suas mercadorias é dividido apenas em duas porções: os lucros do capital e os salários dos trabalhadores**". (RICARDO, D. Op. cit. p. 91; o grifo é meu). Da mesma forma, a maior parte dos desenvolvimentos formais que se seguem encontram sua expressão verbal mais clara neste, que é o último dos capítulos dos *Princípios* dedicados especificamente à questão da interação entre valor, preços e distribuição. Acreditamos que esta seja uma das razões pelas quais, usualmente, os intérpretes de Ricardo não tomam a "equação de Smith" como um (outro) ponto de partida da teoria do valor de Ricardo, preferindo tratá-la como um axioma aceito pelo peso da tradição clássica.

4) S = s T
5) L = ℓ C = ℓ s T;
6) V = (1 + ℓ) s T.

Neste sistema já fica claro que o valor da produção de cada firma é função direta de T, mas não fica claro se também é uma função unívoca de T. Para tanto é preciso definir-se se "ℓ" e "s" são variáveis independentes (entre si) que afetam "V", ou se "T" é a única variável com tais características. A resolução desta questão envolve recuperar o sentido da variável "V". Ela nada mais é do que o preço unitário "p" multiplicado pela quantidade total "Q" de uma mercadoria "x" qualquer. De outro lado, a taxa de salário "s" é o preço pago ao trabalhador por uma hora de seu trabalho. E este "preço da hora de trabalho" não precisa ser expresso em moeda. Se tomamos - por exemplo - a mercadoria da firma em questão como unidade de conta do sistema, o preço "p" de "x" fica sendo "1", e o salário "s" torna-se o quantum da mercadoria produzida na referida firma que deveria ser entregue ao trabalhador para que o mesmo trabalhasse uma hora. E o sistema se torna:

7) Q = (1 + ℓ) s T

Mas isto introduz a questão da contabilização do quantum de mercadorias produzidas. O ideal seria se se pudesse contabilizar estas quantidades de uma forma universal, pois isto permitiria a agregação de mercadorias diferentes. E a proposta de Ricardo é - resgatando a teoria smithiana do valor enquanto teoria da produção - a de mensurar estas quantidades a partir da quantidade de trabalho gasta em sua produção. Assim sendo, a taxa de salário "s" - que corresponde ao quantum de mercadoria que deve ser entregue por 1 hora de trabalho - passa a ser definida em "horas de trabalho por hora de trabalho"; de forma que a taxa de salário "s" toma a forma de um número adimensional menor do que a unidade (supondo-se um lucro positivo) e a equação anterior se transforma em

8) T = (1 + ℓ) s T; que gera
9) 1 = (1 + ℓ) s; e
10) 1/s = 1 + ℓ.

Vale dizer: quando se expressam as quantidades dos mais diversos produtos em termos de trabalho, a oposição entre salário e lucro é clara; e o resultado da elevação do salário é a queda do lucro, na proporção necessária ao esgotamento de um produto que é "dado" em termos de "trabalho".

Mas o que é válido ao nível do valor-trabalho, deve sê-lo igualmente ao nível dos preços. E a estratégia de Ricardo para provar esta correspondência é a de criar uma unidade de conta chamada "ouro" que é produzida sempre com a mesma quantidade de trabalho[20]. Suponha-se, a título de exemplo, que "1 grama de ouro" - ou 1go, doravante a nossa unidade de conta - seja produzido com "1 hora de trabalho" - 1ht . Como o preço de uma grama de ouro é necessariamente igual à unidade, a equação produtiva e a equação de preços é uma só; qual seja:

11) $1go = (1 + \ell)\ s\ 1ht$

Agora "s" é a taxa de salário medida em "unidade de conta por hora de trabalho", vale dizer, go/ht. Como 1 hora de trabalho gera tão somente 1 grama de ouro, "s" terá de ser menor que 1, ou a produção não geraria lucros, mas prejuízos. Imaginemos que "s" seja igual a 0,5 go/ht. Neste caso, o lucro por hora de trabalho será igual a "1 go (igual à produção total de 1 hora) *menos* 0,5 go (salário de 1 hora)", ou seja, 0,5 go. E a taxa de lucro será (0,5 go/ht) / (0,5 go/ht) = 100%. Se, porventura, a taxa de salário se elevar para 0,8 go/ht, a taxa de lucro terá de cair para 25%, dado que 1 hora de trabalho continua sustentando uma produção de tão somente 1 grama de ouro. Donde "$(1 + \ell)$ s" é uma constante - dadas as hipóteses, uma constante de valor unitário - cuja unidade de medida é a mesma de "s", ou seja, go/ht. Donde

12) $(1 + \ell)\ s = 1$ go/ht; e
13) 1 go = 1 go/ht . 1 ht.

Mas o que é válido para a produção de ouro, é válido para todo e qualquer setor. E isto já na medida em que o valor do produto de qualquer setor, se não é medido diretamente em "horas de trabalho", deve sê-lo na unidade de conta do sistema: "gramas de ouro". A questão que se coloca então, é: qual é a quantidade de produto de um setor qualquer que vale "1 go"? E a resposta é simples: em equilíbrio - vale dizer, supondo-se que a taxa de salário (para o trabalho simples, tomado como padrão) e a taxa de lucro sejam uniformes em todos os setores -, o quantum de produto que equivale a 1 go é aquele quantum que é o produto de 1 ht. Vale dizer, se "Q_X" for "a quantidade Q de uma mercadoria "X" qualquer, e "p_X" for o preço unitário da mesma, então, $Q_X . p_X = 1$ go se e somente se

14) $Q_X . p_X = (1 + \ell)\ s\ 1\ ht = 1$ go.

---

[20] A este respeito vide a sexta seção ("Sobre uma medida invariável do valor") do capítulo primeiro dos *Princípios* (RICARDO, D. Op. cit. pp. 59 e segs.).

O que equivale a dizer que Q_X "vale" 1 go **porque** é produzido em condições técnicas equivalentes; vale dizer, **porque** é produzido com o mesmo dispêndio de **horas de trabalho**. Pretender a equivalência de Qx com 1go sem a equivalência de horas de trabalho (dada a modelagem acima) entraria em contradição com a exigência de igualdade das taxas de lucro ou de salário; pois, se Qx fosse produzido (por exemplo) com duas horas de trabalho, e fosse avaliado em apenas 1 go, dado que a taxa de salário por ht é de 0,5 go, então os custos de produção neste setor já seriam de 1 go, e não haveria lucro.

Portanto, enquanto forem estáveis as condições de produção dos diversos bens, as relações de intercâmbio entre os mesmos serão igualmente estáveis, independentemente de quaisquer variações na distribuição da renda entre salários e lucros, que apenas se compensarão reciprocamente. Por outro lado, à medida em que as condições de produção variarem - como ocorre com a produção agrícola, ao se tornar impositivo o cultivo de terras menos férteis e mais distantes dos centros consumidores - as relações de intercâmbio entre as mercadorias variarão, de tal forma a garantir um poder de compra maior para as mercadorias produzidas com um dispêndio de trabalho maior.

E o equacionamento da questão dos preços desta forma dá a Ricardo a chave para o enfrentamento da questão distributiva a nível nacional. Afinal, se o valor da produção de todo e qualquer mercadoria é função exclusiva da quantidade de trabalho, o valor da produção nacional também o será. Vale dizer: se somarmos o valor da produção de todas as firmas produtoras de bens finais (ou seja, o valor da produção que restou a todas as firmas após o procedimento teórico de integração vertical), o que obteremos é uma equação do tipo:

$$15)\ V_Y = \Sigma\, Q_i \,.\, p_i = (1+\ell)\ s\ \Sigma\, T_i ;$$

onde, V_Y é o valor da renda nacional, Q_i é a quantidade total produzida de cada bem final "i" em seu respectivo mercado, "p_i" é o preço unitário do mesmo bem, e $\Sigma\, T_i$ é a quantidade total de trabalho incorporado a nível nacional. Na medida em que o valor da renda nacional é dado, a contradição entre lucros e salários fica manifesta. E como a equação 15 é um mero somatório das diversas equações do tipo "14" já agregadas em termos setoriais, o valor da constante "$(1+\ell)\ s$" será o mesmo definido anteriormente - 1 go/ht -, e a renda nacional será "go/ht $\Sigma\, T_i$ ".

Finalmente - e estando definida a relação funcional entre salários e lucros -, cabe determinar a magnitude da taxa de salário real (que funciona como variável independente do sistema) a cada momento. E este é um movimento que Ricardo realiza em duas etapas, distinguindo o "preço de

mercado" e o "preço natural" do trabalho. Segundo o autor:

> "O preço de mercado do trabalho é aquele realmente pago por este, como resultado da interação natural das proporções entre oferta e a demanda. **O trabalho é caro quando escasso, e barato quando abundante.** [Porém], por mais que o preço de mercado do trabalho possa desviar-se do preço natural, ele tende a igualar-se a este, como ocorre com as demais mercadorias.
> Quando o preço de mercado do trabalho excede o preço natural, a condição do trabalhador é próspera e feliz, e ele pode desfrutar de grande quantidade de bens de primeira necessidade e dos prazeres da vida, e, portanto, sustentar uma família saudável e numerosa. Quando, entretanto, pelo estímulo que os altos salários dão ao aumento populacional, cresce o número de trabalhadores, os salários baixam outra vez até seu preço natural e, ás vezes, por um efeito de reação, até abaixo dele. ....
> Numa sociedade em desenvolvimento [contudo], apesar dos salários tenderem a ajustar-se à sua taxa natural, sua taxa de mercado pode permanecer acima deste nível por um período indefinido, pois, mal o impulso dado por um acréscimo de capital aumente a demanda de trabalho, pode surgir um novo acréscimo que produza o mesmo efeito. Assim, se o aumento de capital for gradual e constante, a demanda de trabalho pode ser um estímulo contínuo para o crescimento da população."[21]

Vale dizer: **a taxa de salário real é determinada no mercado de trabalho, em função da oferta e demanda desta mercadoria (nem tão) especial**. E - tal como para as demais mercadorias que são objeto de reprodução em condições técnicas estáveis[22] - existiria uma função oferta de trabalho de "curto prazo", que seria "positivamente inclinada" (de forma que, em períodos de acumulação acelerada de capital a taxa de salário real tende a se elevar), e uma oferta de trabalho de "longo prazo", que seria virtualmente "horizontal", em função dos movimentos de ampliação da oferta de trabalho estimulados pelo próprio aumento do salário real no curto prazo[23].

É de se notar, contudo, que, à diferença das demais mercadorias reprodutíveis, o "preço do trabalho" pode se manter durante longos períodos acima do preço natural. E isto nem só pela temporalidade particularmente alargada de reprodução da "mercadoria trabalho", mas, em particular,

---

[21] RICARDO, D. Op. cit. pp. 81/2.

[22] A este respeito, veja-se o capítulo XXX dos *Princípios*, intitulado "Sobre a influência da demanda e da oferta sobre os preços", em RICARDO, D. Op. cit. pp. 257 e segs.

[23] E é de se notar que, a despeito do que pretende um certo senso comum, para Ricardo os deslocamentos da oferta de trabalho de curto prazo são irredutíveis à lei malthusiana da população, mas envolvem a migração interna e externa de mão-de-obra em direção aos mercados onde a taxa de salário é superior. A este respeito Ricardo nos diz, por exemplo, que: "Em novas colônias, onde se introduzem as técnicas e conhecimentos de países muito mais adiantados, o capital tende provavelmente a crescer mais rapidamente que a população. Se essa falta de trabalhadores não fosse superada por intermédio de países mais populosos, aquela tendência provocaria uma grande elevação no preço do trabalho. RICARDO, D. Op. cit. p. 84. Vale dizer: a imigração de trabalhadores e a diminuição da taxa de lucro (definida pela elevação salarial, associada à pressão de demanda sobre o trabalho e à produção em terras menos férteis) cumprem papéis tão importantes (ou mesmo mais) que a "lei da população de Malthus" na limitação (e "auto-ajustamento") das discrepâncias entre a "taxa de mercado" e a "taxa natural" de salário.

porque a compulsão à acumulação dos lucros implica num deslocamento contínuo e acelerado da função demanda de mão-de-obra[24]. Uma observação que, por sua vez, coloca duas novas questões: 1) se mesmo em condições de estabilidade dos padrões técnicos de produção o processo de acumulação não seria de ordem a alimentar uma tal elevação de salários e depressão dos lucros que conduzisse o sistema ao estado estacionário; e 2) se a possibilidade da permanência da taxa de salário de mercado em um patamar cronicamente superior à "taxa natural" não retiraria desta última categoria qualquer sentido determinado e rigoroso.

Ora, Ricardo não responderá a nenhuma destas questões com clareza. Mas sinalizará num sentido que fará escola. Em primeiro lugar, reconhecerá a possibilidade de um (por assim dizer) *profit squeeze* alimentado pela aceleração da acumulação. Mas pretenderá que este movimento tem sua "auto-resolução" definida pela própria desaceleração do processo de acumulação[25], que não é acompanhada por uma desaceleração coetânea do crescimento da oferta de trabalho, cujas determinações seriam, em grande parte, exógenas[26]. E - aparentemente - será esta mesma "taxa normal" de crescimento da população que referenciará a categoria de "taxa natural de salário" em Ricardo. Mais exatamente, o salário estará no seu nível "natural" quando ele não estiver impulsionando, nem a aceleração da taxa de crescimento da população para além do nível "normal", nem seu decréscimo para aquém deste nível.

É bem verdade que uma tal determinação é ela mesma sub-determinada. Mas é a única que resta em Ricardo, na medida em que este autor - inteligentemente - recusa-se a determinar a taxa "natural" de salário a partir da identificação de um patamar rígido e trans-histórico de subsistência. Pelo contrário, segundo o autor:

---

[24] "Calcula-se que, em circunstâncias favoráveis, a população pode dobrar em 25 anos. Sob as mesmas circunstâncias favoráveis, contudo, a totalidade do capital de um país pode dobrar possivelmente num período menor. Nesse caso, os salários tenderão a aumentar durante todo o período, pois a demanda de trabalho crescerá mais rapidamente do que sua oferta." Idem, p. 83.

[25] "Assim como o trabalhador não pode viver sem salários, o arrendatário e o industrial não podem viver sem lucro. A motivação para a acumulação diminuiria a cada redução do lucro, e cessaria totalmente quando os lucros fossem tão baixos que já não compensassem os esforços do arrendatário e do industrial, nem o risco que devessem enfrentar no emprego produtivo de seu capital." RICARDO, D. Op. cit. p. 98.

[26] Por diversas vezes, ao longo do capítulo "Sobre os salários" dos *Princípios*, Ricardo aponta para a existência de uma "taxa normal" de crescimento da população, à qual se sobreporiam os efeitos estimulantes (ou desestimulantes) das dinâmicas articuladas da acumulação de capital e da variação dos salários reais. E a rigidez desta "taxa normal" para Ricardo não pode ser subestimada. Ela é de ordem a impor um crescente estado de pauperismo à população trabalhadora uma vez esgotadas as potencialidades técnicas de sustentação da acumulação ampliada sistêmica. Vale dizer, para Ricardo, uma vez atingido o estado estacionário *stricto sensu* "com o desenvolvimento natural da sociedade, os salários do trabalho, sendo regulados pela oferta e pela demanda, tendem a diminuir, **pois a oferta de trabalhadores continuará a crescer à mesma taxa**, enquanto a demanda aumentará a uma taxa menor." Idem, p. 84 (o grifo é meu).

> "Não se deve entender que o preço natural do trabalho, embora estimado em alimentos e em gêneros de primeira necessidade, seja absolutamente fixo e constante. Varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo essencialmente dos hábitos e costumes dos povos. Um trabalhador inglês consideraria seu salário abaixo do nível normal e demasiadamente reduzido para sustentar uma família, se não lhe permitisse comprar senão batatas, nem viver numa habitação melhor que um casebre de barro. No entanto, mesmo essas elementares exigências da natureza são frequentemente consideradas suficientes em países onde a 'vida humana é barata', e onde suas necessidades se satisfazem facilmente. Muitas comodidades desfrutadas hoje numa modesta moradia inglesa seriam consideradas como luxo num período anterior de nossa história."[27].

O interessante é que esta flexibilização do "preço natural do trabalho" permite redeterminar a influência da "oferta e da procura" sobre a taxa de salário. Afinal, como vimos acima, a dinâmica da acumulação de capital e a temporalidade alargada do ajustamento da oferta de mão-de-obra é de ordem a permitir a sustentação, no "longo prazo", do afastamento entre "preço de mercado" e "preço natural" do trabalho. Mas vemos agora que o "preço natural" é ele mesmo mutável; sendo influenciado por "hábitos e costumes dos povos" que vão se consolidando ao longo do tempo. O que significa dizer que a manutenção por um largo período de um preço de mercado acima do "natural" acaba por conduzir à redeterminação deste mesmo preço natural. Vale dizer, acaba por impor a socialização de novas referências do que seja o "nível mínimo de subsistência" da classe trabalhadora, bem como do que seja um nível salarial "extraordinariamente elevado", capaz de estimular (via imigração e/ou reprodução da classe trabalhadora) a aceleração do crescimento da oferta de mão-de-obra.

Infelizmente, porém, o otimismo imanente à historicização ricardiana do nível de subsistência da classe trabalhadora não sobreviverá à endogeneização do último dentre os determinantes da taxa de salário real no sistema de nosso autor: o preço dos bens agrícolas. Na concepção de Ricardo (que, *neste particular*, mostra-se um legítimo discípulo de Malthus), o desenvolvimento capitalista da produtividade do trabalho não é de ordem a contrarrestar os limites naturais de oferta de terras férteis e matérias-primas. Mais especificamente, o desenvolvimento da acumulação e do nível de emprego compromete o sistema com um nível de demanda de matérias-primas e alimentos que só pode ser atendida pela exploração de terras (e minas[28]) de produtividade inferior. O que

---

[27] Idem, p. 83. Esta dissociação entre "taxa natural de salário" e nível de subsistência *stricto sensu* não pode ser subestimada em Ricardo. Ela é, em grande parte, responsável pela atratividade e longevidade do ricardianismo como escola do pensamento econômico. Afinal, com tal dissociação o sistema não fica apenas mais "aberto": ele se abre especificamente para um certo institucionalismo de inflexão culturalista e politicista que caracteriza o ideário de parcela não desprezível da esquerda não-marxista.

[28] A este respeito vide o capítulo terceiro dos *Princípios*, "Sobre a renda das minas", em RICARDO, D. Op. cit. pp. 75 /6.

redundará, primeiramente, na elevação do valor unitário e dos preços dos bens primários, e, posteriormente, na elevação da taxa de salário "em valor" (por oposição à elevação em valores-de-uso) e na depressão da taxa de lucro e da taxa de acumulação sistêmicas.

A consistência empírica da hipótese (neo)malthusiana de limitação estrutural dos recursos naturais bem como dos desdobramentos teóricos que Ricardo extrai daquela primeira, já foram objeto das mais distintas polêmicas. A nós estas questões não interessam minimamente. Apenas interessa entender a lógica interna do sistema distributivo ricardiano. E dentro deste sistema, a elevação dos custos de produção dos bens salário tem de conduzir a uma elevação da taxa de salário "em valor" e à consequente queda da taxa de lucro.

E o mais importante a entender aqui é que o crescimento da renda paga aos proprietários das terras infra-marginais associado ao deslocamento da fronteira agrícola e à ocupação das terras menos férteis tem um papel meramente reflexo e passivo no interior do sistema[29]. Na verdade, a renda só cresce na medida em que a concorrência intercapitalista determina a igualação da rentabilidade do agricultor das terras mais férteis à rentabilidade obtida pelo agricultor da periferia do sistema. E a rentabilidade deste último só cai na medida em que **o aumento dos preços dos bens agrícolas que resulta da elevação do (valor)trabalho por unidade de produto é inferior ao aumento dos custos salariais totais com que se depara o agricultor**. De fato, este aumento de preços só compensa o elevação da relação trabalho/produto, mas não a elevação da taxa de salário em valor que é a verdadeira responsável pela queda da taxa de lucro[30].

---

[29] Isto não significa que os desenvolvimentos ricardianos em torno da renda fundiária sejam teoricamente irrelevantes e inconsequentes. Pelo contrário, como procuraremos demonstrar no capítulo quinto deste trabalho, a alegação de que tais desenvolvimentos encontram-se no cerne da teoria marginalista da produção e da distribuição não é infundada. Contudo - e contraditoriamente - a teoria ricardiana da renda não cumpre qualquer papel de destaque na teoria ricardiana da distribuição. Aqui, o centro da cena é ocupado pela oposição salário/lucro e o único papel da renda é o de "ser diferencial" e, como tal, de ser "ausente" na terra marginal onde o preço dos bens agrícolas é definido.

[30] Na verdade, no modelo dos *Princípios* (por oposição ao modelo do Ensaio de 1815, onde a queda da taxa de lucro era "demonstrada" em termos "físicos") o fato dos bens agrícolas terem seus preços elevados com a queda da produtividade do trabalho nas terras marginais complexifica a demonstração da queda da taxa de lucro na agricultura, por oposição ao setor industrial onde ela se segue imediatamente à elevação salarial. Nos termos de Ricardo: "Se um fabricante sempre vendesse seus produtos pela mesma quantidade de dinheiro, por 1000 libras, por exemplo, seus lucros dependeriam do preço do trabalho necessário para manufaturá-los. Seus lucros seriam menores quando os salários atingissem 800 libras do que quando ele pagava 600 libras. **Assim, na medida em que os salários aumentassem, os lucros diminuiriam. Mas alguém poderia perguntar: se o preço dos produtos agrícolas aumentasse, não poderia o arrendatário obter pelo menos a mesma taxa de lucros, embora pagando um acréscimo salarial?** Certamente não: pois ele não apenas teria de pagar, da mesma forma que o fabricante, um salário mais elevado a cada trabalhador que empregasse, mas ainda seria obrigado a pagar renda ou a empregar um número adicional de trabalhadores para obter o mesmo produto. Como o aumento no preço dos produtos agrícolas seria proporcional apenas à renda ou ao aumento no número de trabalhadores, não poderia compensá-lo pela elevação dos salários." RICARDO, D. Op. cit. pp. 91/2.

Mas quando se tem claro este ponto, também se torna claro que **a teoria ricardiana da queda da taxa de lucro não passa de um modelo de *profit squeeze* por pressão salarial**. Na verdade, se a elevação do preços dos bens agrícolas não implicar em qualquer elevação da taxa de salários, os lucros sistêmicos não têm porque cair, como bem o reconhece Ricardo:

> "Poder-se-ia dizer que parto do princípio de que os salários monetários aumentarão quando aumentar o preço dos produtos agrícolas, mas que isso não é, de modo algum, uma consequência necessária, já que o trabalhador pode contentar-se com um consumo mais reduzido. É verdade que os salários podem ter estado anteriormente num nível mais alto, podendo suportar alguma redução. **Assim sendo, a queda dos lucros seria contida.** É impossível admitir, porém, que o preço em dinheiro dos salários viesse a diminuir, ou permanecer estacionário, com um aumento gradual do preço dos bens de primeira necessidade. Portanto, podemos tomar como certo que, em circunstâncias normais, todo aumento permanente dos bens de primeira necessidade, ocasiona um aumento de salários, ou é por este ocasionado.
> Os efeitos sobre os lucros seriam os mesmos ... se houvesse um aumento naqueles outros produtos de primeira necessidade, além dos alimentos nos quais se gastam os salários. .... **Supondo, contudo, que o preço ... de ... mercadorias não exigidas pelo trabalhador aumentasse, ... isso afetaria os lucros? Certamente não, pois nada os afeta, salvo o aumento dos salários.**"[31]

E - poder-se-ia acrescentar - nesta versão do modelo ricardiano não só é verdade que apenas o aumento de salários é capaz de afetar os lucros, como um tal aumento afeta *apenas* os lucros, sem qualquer consequência sobre os padrões técnicos de produção ou sobre o nível de emprego. O que torna este modelo objeto de apego e recusa irracionais. Em particular, ele é a referência privilegiada de uma certa esquerda que vê no mesmo a "prova cabal" da eficácia de curto e médio prazo da ação sindical. Enquanto, de outro lado (ideológico, mas não teórico), ele é percebido por uma certa direita como uma peça teórica perigosa e estimuladora da luta de classes.

Infelizmente para os que insistem em polemizar em torno do mesmo, contudo, ele não resistirá (como veremos logo adiante) sequer à crítica de seu próprio autor. E isto não é gratuito. A despeito de sua elegância e importância no interior da história do pensamento econômico, ele é um modelo demasiado simples. O que equivale a dizer que, dada a enorme complexidade da economia real, ele é um modelo enganador. E não é por outro motivo que Schumpeter - numa das passagens mais rigorosas, econômicas e mordazes da *História da Análise Econômica* - o caracteriza como um "remendo". Segundo Schumpeter:

> "[Ricardo] quase identifica a Economia com a teoria da distribuição, pretendendo que nada

[31] Idem, p. 96.

> ou pouco tinha a dizer sobre .... 'as leis que regulam a produção total'. Esta opinião é estranha, embora deva ser desde logo acrescentado que ele nem sempre se fixava nela, como os seus capítulos sobre o comércio externo e a maquinaria mostram. A mesma nos permite, entretanto, formular o problema fundamental que Ricardo queria resolver em termos de uma equação a quatro variáveis - a produção líquida é igual ao aluguel da terra, mais os lucros, mais os salários (tudo medido em valores ricardianos ...) . E ainda faz mais por nós. Livra-nos de uma dessas quatro variáveis. Pois, uma vez que nada temos a dizer sobre a produção líquida total, podemos considerar seu montante, qualquer que seja, como dado. Destarte, partimos realmente de uma equação que só contem três variáveis. Mas uma equação a três variáveis ainda é um problema insolúvel. Assim sendo, Ricardo (cap. 2) coloca-se numa margem da produção agrícola cujo aluguel da terra é zero. ... Tendo essa teoria do aluguel da terra preenchido seu único objetivo que é o de eliminar uma outra variável em nossa equação, ficamos, na margem da produção, com uma equação e duas variáveis - um problema ainda insolúvel. Todavia, ... os salários também não são uma variável, pelo menos dentro dessa equação. Ele pensava saber, por considerações externas, o que os mesmos serão no longo prazo: entra aqui a velha teoria de Quesnay, reforçada pela teoria da população de Malthus - os salários serão precisamente iguais ao que é necessário para permitir 'aos trabalhadores em conjunto, subsistir e perpetuar sua raça sem aumentar ou diminuir'. E chegamos assim ao fim abençoado: o lucro, a única variável restante, também é determinada. Se o leitor assim quiser, chame esse remendo de engenhoso, mas não negue que é um remendo - e, como tal, um remendo bastante original[32].

2.2. Um primeiro passo em direção ao complexo: para a crítica da identidade valor-preço.

É notável na citação de Schumpeter reproduzida acima que este autor não haja se referido em momento algum à questão do valor em Ricardo. Uma omissão que não pode ser tomada como gratuita. Na realidade, ela expressa a percepção schumpeteriana da questão do valor em Ricardo como uma questão absolutamente secundária; que só se impõe na medida em que Ricardo precisaria demonstrar aos seus críticos do modelo de 1815 que a elevação do preço dos cereais associada à produção em terras menos férteis não poderia impedir a queda da taxa de lucro na agricultura ou no sistema global. E, neste sentido, para Schumpeter, Ricardo "introduziu a teoria do valor-trabalho simplesmente como uma [primeira aproximação] que deveria explicar os preços relativos"[33].

É interessante observar que esta interpretação é essencialmente a mesma que faz Sraffa do movimento ricardiano em sua clássica "Introdução" no primeiro volume do *Works and Correspondence of David Ricardo*. Logo na primeira seção deste trabalho, quando discute o movimento que leva à redação dos *Princípios* enquanto um desdobramento do "Ensaio" de 1815, Sraffa chama a atenção para o fato de que, originalmente, Ricardo não previa um capítulo

---

[32] SCHUMPETER, J.A. Op.cit. pp. 233 e 234.

[33] Idem, p. 270. Ainda que tenha sido introduzida por nós na citação acima, a referência ao valor-trabalho em Ricardo como uma "primeira aproximação" aos preços relativos é recorrente em Schumpeter.

específico sobre o valor, tencionando iniciar o seu trabalho diretamente pela "renda da terra"[34]. É só ao final do ano de 1815 que Ricardo escreve a Mill: "Sei que em breve serei detido pela palavra preço". Mas rapidamente o problema reconhecido se torna crucial, e em fevereiro de 1816 Ricardo escreve a Malthus: "Se conseguisse superar os obstáculos que me impedem de dar uma idéia clara da origem e da lei do valor **relativo ou de troca** teria ganho a metade da batalha"[35].

Ricardo vai dedicar praticamente todo o ano de 1816 à redação dos 7 primeiros capítulos dos *Princípios.* E, ainda de acordo com Sraffa, tal demora se deveu aos problemas encontrados na redação do capítulo sobre o valor. Em carta a Mill, Ricardo relata seus problemas dizendo que: "examinando as cifras percebi que minha primeira opinião não podia estar correta". E a incorreção do tratamento original da questão do valor parece ter sido percebida originalmente como o "estranho efeito" associado ao fato de que um aumento dos salários deve reduzir os preços "daquelas mercadorias que são obtidas principalmente pela intervenção da maquinaria e de capital fixo"[36].

Este "estranho efeito" será objeto da reflexão de Ricardo de 1816 a 1823, ano de seu falecimento. O que se espelhará tanto nas alterações do primeiro capítulo dos *Princípios* nas edições de 17, 19 e 21, quanto na redação do sintomaticamente inacabado "Valor Absoluto e Valor de Troca". Neste último trabalho o problema da inconsistência entre valor-trabalho e valor-de-troca já é equacionado como um problema referido exclusivamente à influência do "tempo" de produção e venda sobre os preços. Segundo Ricardo, na medida em que

> "... as mercadorias são produzidas nas condições mais diversas no que concerne ao **tempo** necessário para levá-las ao mercado, [as relações de intercâmbio] ... não apenas variarão em razão da maior ou menor quantidade de trabalho necessário para sua produção, mas também em virtude da maior ou menor proporção da mercadoria acabada que possa ser paga ao trabalhador, conforme o trabalho seja abundante ou escasso, ou conforme sejam

---

[34] Vide SRAFFA, P. Op. cit. p. 4. Logo adiante, Sraffa chama a atenção para o fato de que a opção por começar o tratamento da questão distributiva pela renda se deriva da "necessidade de Ricardo de 'livrar-se da renda da terra' (como ele dizia) com a finalidade de simplificar o problema da distribuição entre o capitalista e o trabalhador." Idem, p. 10.

[35] Ambas as passagens são reproduzidas de SRAFFA, P. Op. cit. p. 4. O grifo - que é nosso - busca chamar a atenção para o fato de que, tal como propõe Schumpeter, a questão do valor emerge em Ricardo como um questionamento sobre os determinantes das relações de intercâmbio e não como um questionamento sobre uma medida do produto social. Veremos mais adiante, contudo, que esta questão - que pode ser identificada como a questão do "valor absoluto" - vai não só se colocar para Ricardo posteriormente, como ocupará um papel crescente em suas reflexões.

[36] Ambas as citações encontram-se em SRAFFA, P. Op. cit. p. 5. É interessante observar que em seu *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, Sraffa também introduz a questão da relação entre distribuição e preços projetando o impacto diferenciado - e potencialmente desequalizador da taxa de lucro - que uma variação na taxa de salário teria sobre indústrias que operam com distintas relações entre "massa de salários / custo dos insumos físicos". A este respeito vide SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias.* São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores), p. 14.

> mais difíceis de produzir os bens necessários à subsistência do trabalhador, o que constitui a causa única da variação dos lucros."[37]

Desde logo, é de se notar que, tal como nos *Princípios*, Ricardo ainda tomará neste trabalho de 1823 a variação dos salários como condição única e exclusiva de uma variação da taxa de lucro. Mas a expressão da inadequação do valor-trabalho para a determinação do valor-de-troca como um problema associado à distribuição temporal dos trabalhos já preparava a superação dessa perspectiva reducionista. Para que se entenda este ponto, é preciso que o problema identificado por Ricardo na relação entre valor-trabalho e valor-de-troca esteja bem claro. O que nos convida a um resgate rápido e assentado sobre um exemplo bastante simples.

Imaginemos dois capitalistas, cada um deles dispondo de 2000 go de capital. Se a taxa de salário for - como no exemplo da subseção 2.1. - de 0,5 go/ht, cada um deles pode comandar 4000 horas de trabalho vivo com o capital de que dispõem. Supondo ainda (para simplificar nosso exemplo e demostrar que o problema ricardiano é apenas *mediatamente* vinculado à existência de capital constante) que o único insumo agrícola seja o trabalho vivo (sementes e instrumentos de trabalho seriam fornecidos gratuitamente pela natureza), imaginemos que o primeiro capitalista produza trigo, e o segundo, algum tipo de árvore lenhosa que matura com apenas dois anos de vida. Se a taxa de lucro for de 100% (mais uma vez, como no nosso exemplo anterior), então o produtor de trigo terá ao final do período (por hipótese, anual) um produto de (por exemplo) 1000 sacos de trigo no valor de 4000 go, enquanto o outro capitalista terá apenas arbustos não comercializáveis. Se o produtor de trigo agir como um típico capitalista ricardiano, ele capitalizará o conjunto de seus lucros, investindo no período subsequente os 4000 go no comando de 8000 horas de trabalho vivo. Supondo-se que as condições de produção e realização sejam equivalentes às condições do ano anterior, o agricultor produzira 2000 sacos de trigo e faturará 8000 go no segundo

---

[37] RICARDO, D. "Valor absoluto e valor de troca". In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 231 (o grifo é meu). É interessante observar que, na interpretação de Schumpeter, já nos *Princípios* Ricardo haveria tomado consciência da possibilidade de traduzir o problema da inadequação do valor-trabalho como determinação suficiente do valor-de-troca à influência do "tempo". Segundo Schumpeter: "... o reconhecimento do fracasso do princípio da quantidade de trabalho apareceu nas Seções 4 e 5 [dos *Princípios*]. Ali, Ricardo encarou o fato de que os valores relativos das mercadorias não são 'governados' exclusivamente pelas quantidades de trabalho incorporado nas mesmas, **mas também pela 'extensão de tempo que deve correr antes que' as mesmas 'possam ser levadas ao mercado'**. Pois isto é o que compreende o seu argumento: uma proporção desigual entre a parte do capital que "deve sustentar o trabalho" e a parte que "é investida em ferramentas, maquinaria e prédios", e uma durabilidade desigual da última ou uma taxa desigual de rotatividade da primeira - que são os fatos discutidos - são relevantes para os valores relativos das produções somente por causa daquele elemento - tempo - que trazem para o quadro do processo produtivo." (SHUMPETER, J.A. Op. cit., p. 267; o grifo é meu). Como se pode perceber da leitura atenta desta passagem, contudo, Schumpeter não chega a negar que nos *Princípios* a redução do problema da relação valor/preço a uma questão de "tempo" é antes latente do que consciente. É apenas no "Valor Absoluto e Valor de Troca" que esta latência se realizará plenamente.

ano. E como não há capital fixo no sistema, e se abstrai o consumo capitalista, este valor corresponde ao capital total do agricultor de trigo dois anos após o início do seu negócio.

Ora, o capitalista produtor de lenha terá ao final deste segundo ano um produto do trabalho de apenas 4000 horas de trabalho, empreendidas no primeiro ano de produção. Só que o valor que ele exigirá pelo seu produto - por hipótese, 2000 m^3 de madeira verde - será o mesmo que o agricultor do trigo exige pelo seu segundo plantio, vale dizer, 8000 go. Afinal, tal como este último ele partiu de 2000 go de capital e os investiu por dois anos sem despender qualquer parte deste capital em consumo ao longo do período. Logo, ele tem de exigir o mesmo retorno (a mesma taxa de capitalização) que o primeiro produtor, ou não entraria no setor de lenha, mas no de trigo. Se a sociedade quer lenha, ela tem de pagar por ela o que os capitalistas podem obter em qualquer setor alternativo por uma aplicação de capital equivalente àquela que o setor madeireiro exige. O resultado disso (no exemplo acima) é que **o valor de troca de 2000 m^3 de árvores lenhosas que incorporam 4000 horas de trabalho tem de ser, em equilíbrio, igual ao valor de troca de 2000 sacos de trigo produzidos com o dispêndio de 8000 horas de trabalho**. Ou, em termos da relação de intercâmbio de trigo, madeira e ouro em suas medidas convencionais, tem-se que

1 m^3 de madeira = 1 saco de trigo = 4 gramas de ouro.

Mas se expressamos as quantidades das duas mercadorias produzidas neste período de produção em termos de horas de trabalho, tem-se que:

1 m^3 de madeira = 2 horas de trabalho-madeira (ou 2 ht-M)
e
1 saco de trigo = 4 horas de trabalho-trigo (ou 4 ht-T),
donde
2 ht-M = 4 ht-T;

vale dizer: **uma hora de trabalho na produção de madeira** (gera um produto que) **vale tanto quanto** (o produto de) **duas horas de trabalho na produção de trigo!** E isto não como uma "exceção" ou um "desvio", mas como a condição de "equilíbrio" de um sistema onde o direito de apropriação igual para capitais iguais sobrepõe-se à (e sobrepuja a) igualdade dos trabalhos na determinação do valor-de-troca.

E se expressamos o movimento de determinação do valor da produção de trigo e madeira do exemplo anterior em termos algébricos, fica claro onde se encontra o equívoco do sistema ricardiano

simplificado formalizado por nós na subseção 2.1. acima. De acordo com o exemplo acima

$$2000\ m^3 \text{ de madeira} \cdot 4\ go/m^3 = 8000\ go = [(1+\ell) \cdot 0{,}5\ go/ht \cdot 4000\ ht] \cdot (1+\ell),$$

e

$$2000 \text{ sacos de trigo} \cdot 4\ go/st = 8000\ go = (1+\ell)\ 0{,}5\ go/ht \cdot 8000\ ht,$$

donde

$$8000\ go = (1+\ell)^2 \cdot 0{,}5\ go/ht \cdot 4000\ ht = (1+\ell) \cdot 0{,}5\ go/ht\ 8000\ ht.$$

Vale dizer, o valor(-de-troca do produto) de 4000 horas de trabalho em madeira é o mesmo (do produto) de 8000 horas de trabalho em trigo porque os custos salariais com a produção de madeira devem ser capitalizados por dois períodos. E como a taxa de lucro do sistema é de 100%, esta capitalização por dois período envolve a multiplicação dos custos salariais (que, no nosso exemplo, correspondem aos custos totais) por "quatro", enquanto os custos salariais da produção de trigo só têm de ser multiplicados por "dois" para que se obtenha o valor que garante a apropriação da taxa de lucro sistêmica.

Em termos genéricos o exercício anterior pode ser traduzido na assertiva de que, no processo de integração vertical perfeita smitho-ricardiano com vistas à reduzir os valores dos produtos a uma relação entre salários e lucros, é preciso ponderar os gastos salariais pelo período em que se realizaram e pela taxa de lucro sistêmica, de formas que a sexta equação do sistema desenvolvido na subseção 2.1. - $V = (1+\ell)\ s\ T$ - se transforma em

$$V = (1+\ell)\ s\ T_1 + (1+\ell)^2\ s\ T_2 + \ldots + (1+\ell)^n\ s\ T_n.$$[38]

Fica claro neste sistema que **duas mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho têm de ter valores distintos se a distribuição temporal daqueles não for idêntica.** Mas isto não é tudo. E, duma certa perspectiva, não é sequer o principal. Para além disso, **a distribuição de renda deixa de ser neutra no processo de determinação de preços, pois quanto maior a taxa de lucro, maior vai ser o peso dos trabalhos pretéritos *vis-à-vis* os contemporâneos;** de tal forma que, com um aumento (queda) da taxa de lucros deve ampliar (diminuir) o poder de compra daquela mercadoria produzida com mais trabalho pretérito do que contemporâneo, *vis-à-vis*

[38] Como se pode perceber, esta equação é (descontado o fato de que, acima, preferimos seguir Ricardo, e fizemos a taxa de lucro incidir sobre o salário pago na produção corrente) a equação a que chega Sraffa no capítulo sexto - "Redução a quantidades de trabalho datadas" - de sua obra já referida. Vide SRAFFA, P. *Produção de Mercadorias por meio de mercadorias*. Op. cit. p. 32.

aquelas mercadorias com uma estrutura temporal de produção oposta. Senão vejamos.

Imaginemos que a taxa de salário se eleve para 0,8 go/ht. Supondo (e logo adiante testaremos esta assertiva) que a relação entre salários e lucros desenvolvida no sistema simplificado ainda seja válida, a taxa de lucro deveria cair para 25%, pois (1 + 0,25) . 0,8 = 1. E, neste caso, o valor da madeira e do trigo seria

$$(1 + 0{,}25)^2 \,.\, 0{,}8 \text{ go/ht} \,.\, 4000 \text{ ht} = 5000 \text{ go} = 2000 \text{ m}^3 \text{ de madeira} \,.\, 2{,}5 \text{ go/m}^3$$

e

$$(1 + 0{,}25) \,.\, 0{,}8 \text{ go/ht } 8000 \text{ ht} = 8000 \text{ go} = 2000 \text{ sacos de trigo} \,.\, 4 \text{ go/st,}$$

donde

$$1 \text{ saco de trigo} = 1{,}6 \text{ m}^3 \text{ de madeira} = 4 \text{ go.}$$

Só que, ao mesmo tempo em que observamos que as relações de intercâmbio se tornam função da distribuição, nos damos conta que também o valor do produto social passa a ser função da distribuição. Ou, mais exatamente: este valor passa a depender dos impactos que os movimentos da distribuição têm sobre o poder de compra da mercadoria que é utilizada como unidade de conta. No exemplo acima, a relação de troca do ouro com o trigo foi suposta constante. De forma que o ouro - tal como o trigo - se valorizou *vis-à-vis* a madeira. E o valor **em ouro** da produção conjunta do setor madeireiro e cerealista cai de 16000 go para 13000 go com a queda da taxa de lucro.

A alternativa óbvia para driblar este efeito contábil equívoco seria o de tomar o valor monetário da produção como dado. Mas quando fazemos este movimento, nos deparamos com outro resultado surpreendente. Assim é que, a postulação da estabilidade do valor da produção conjunta de trigo e madeira (ou, genericamente, da produção social de um sistema qualquer) inviabiliza que se tome a oposição entre salários e lucros nos termos simples pretendidos anteriormente. A forma mais simples de se entender este ponto é somando as equações de produção de trigo e madeira e congelando em 16000 go o valor desta produção conjunta. O resultado é uma equação do valor do produto social onde a taxa de salário e a taxa de lucro tornam-se incógnitas. Mais especificamente, o sistema toma a forma de:

$$16000 \text{ go} = (1+\ell) \,.0{,}8 \text{ go/ht} \,.\, 8000 \text{ ht} + (1+\ell)^2 .\, 0{,}8 \text{ go/ht} \,.\, 4000 \text{ ht}$$

cuja solução é tal que a taxa de lucro ℓ tem de ser igual a 45%. Nestas condições, o valor da produção de madeira passaria a ser de 6720 go, o valor da produção de trigo de 9280 go, 1 saco de

trigo valeria 4,64 go, 1 m^3 de madeira valeria 3, 364 go e a relação de intercâmbio entre trigo e madeira seria tal que 1 st = 1,38 m^3. E com um produto social "congelado" em 16000 go, dada a taxa de salário de 0,8 go e dado o nível de emprego em 12000 ht[39], a participação dos salários na renda passaria de 6000 go para 9600 go, com a consequente queda do lucro sistêmico total de 10000 go para 6400 go.

Vale dizer: com a postulação da estabilidade do valor do produto social as relações de troca variariam no sentido previsto por Ricardo, enquanto as demais determinações do sistema ricardiano - em particular a oposição simples e direta do montante **absoluto** de salários e lucro - se sustentariam. Com uma única exceção: **quando se postula a estabilidade do valor do produto social a oposição entre taxa de salários e taxa de lucro deixa de seguir o padrão definido por Ricardo em sua versão simplificada da teoria "pura" dos valores e da distribuição**. No caso particular que nos serviu de exemplo acima, para que o valor do produto social se mantivesse em 16000 go, a taxa de lucro teve de cair de 100% para apenas 45% com a elevação da taxa de salário de 0,5 go/ht para 0,8 go/ht, de forma que

$$(1+\ell)\, s = (1 + 0{,}45)\ 0{,}8 \text{ go/ht} = 1{,}16 \text{ go/ht} > 1 \text{ go/ht}\,.$$

O próprio Ricardo não deixou de considerar este problema em relação com os outros dois já apontados - a insuficiência do valor-trabalho para a estabilidade/determinação do valor-de-troca, e a instabilidade do valor do produto social frente a variações da distribuição - apontando para uma perspectiva de solução em que a medida (invariável) do valor das distintas mercadorias e do produto social incorporasse uma dupla exigência: a de ser produzida sob condições técnicas **invariáveis** e de acordo com o padrão **"médio"** de incorporação de trabalho vivo e de trabalhos mortos de distintas "gerações"[40].

---

[39] Na verdade, este nível de emprego resulta de uma soma (aparentemente) espúria entre o número de horas de trabalho do primeiro ano da produção de madeira e do número de horas de trabalho do segundo ano de produção de trigo. Tal soma só se justifica se se faz a hipótese adicional de que a produção **anual** de madeira seja de 2000 m^3, de forma que existiriam duas firmas produtoras de madeira. Todo ano uma delas colheria o seu produto, enquanto a outra faria o replantio o replanta a

[40] Nas palavras de Ricardo: "... como já mostrei, o efeito de uma variação nos lucros sobre os preços relativos das mercadorias e comparativamente pequeno, e, o mais importante decorre principalmente das variações nas quantidades de trabalho necessárias para sua produção. Assim, supondo-se inexistente na produção de ouro essa importante causa de variação, possuiremos certamente uma aproximação tão grande de uma medida-padrão de valor quanto se pode teoricamente conceber. Não poderia o ouro ser considerado como uma mercadoria produzida com **as proporções dos dois tipos de capital mais próximas possíveis da quantidade média empregada na produção da maior parte das mercadorias**? Não poderiam tais proporções ser tão aproximadamente equidistantes dos extremos - num dos quais se emprega pouco capital fixo, noutro pouco trabalho - que seriam **um justo meio-termo entre ambos?**". RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. cit. p. 60.

Mas será apenas quase um século e meio após a publicação dos *Princípios* que o conjunto destas questões ricardianas encontrará uma solução rigorosa. Pensamos aqui, evidentemente, na publicação, em 1960, do já referido *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* de Piero Sraffa.

Desde logo, é preciso esclarecer que não temos condições de fazer aqui um resgate exaustivo deste importante trabalho de Sraffa. Contudo, não podemos nos eximir de trazê-lo à consideração na medida mesma em que - do nosso ponto de vista - ele reflete perfeitamente uma certa leitura e um certo projeto de desenvolvimento do ricardianismo.

A primeira característica desta leitura e projeto é a redução do valor-trabalho à condição de uma primeira e insuficiente hipótese acerca dos determinantes das relações de intercâmbio. E, enquanto tal, uma hipótese a ser descartada no desenvolvimento da pesquisa econômica. Um descarte que Sraffa realiza ao demonstrar que os preços relativos de um modelo circular de produção de mercadorias (com ou sem excedente) podem ser tratados como incógnitas de um sistema de equações onde os insumos e os produtos físicos de cada indústria (bem como as taxas gerais de salário e de lucro em um sistema com excedente) são tratados como os parâmetros necessários e suficientes à determinação daqueles primeiros[41].

Suprimido o primeiro problema de Ricardo (o da inidentidade entre valor-trabalho e valor-de-troca), Sraffa encaminha o enfrentamento dos dois problemas subsequentes (o da estabilidade do valor do produto social e o da demonstração da oposição simples e direta entre taxa de lucro e taxa de salário) a partir de dois movimentos. Em primeiro lugar, definirá (no último parágrafo do segundo capítulo de seu trabalho já referido) a unidade de conta do sistema como o produto líquido do mesmo, cujo valor passa a ser tratado como constante enquanto não se alterarem as condições e os resultados do sistema produtivo[42].

Tal movimento, contudo, ainda deixa em aberto a demonstração da contradição entre salários e lucros. Sraffa trata de definir, então, a unidade de conta capaz de permitir a expressão desta contradição "intuitivamente percebida". A construção e determinação desta unidade de conta em termos tais que as contradições relativa e absoluta (vale dizer, em termos dos salários totais e dos lucros totais que devem esgotar um produto social constante) entre os rendimentos do trabalho

---

[41] Vide, a este respeito, os dois primeiros capítulos de SRAFFA, P. Op. cit. pp. 7 e segs.
[42] Idem, p. 13. Vale notar que este movimento é, formalmente, o mesmo adotado por nós acima quando "congelamos" o valor do produto social em 16000 go.

e do capital fiquem transparentes é o objeto central dos capítulos terceiro, quarto e quinto do *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*.

E, seguindo as indicações deixadas por Ricardo, Sraffa determinará esta "mercadoria-composta-padrão"[43] a partir do resgate das condições de produção do conjunto das mercadorias que participam do sistema econômico geral como insumos e produtos[44]. Só que em Sraffa ficará claro também que, **sendo a "mercadoria-composta-padrão" um desdobramento do sistema original, ela só pode servir como a "unidade de conta perfeita" enquanto o sistema original não sofrer qualquer alteração técnica.** Vale dizer: ela só serve para demonstrar rigorosamente a oposição entre taxa de salário e taxa de lucro quando, **dadas todas as demais relações técnico-produtivas do sistema,** a taxa de salário (se esta for a variável independente do sistema, como em Ricardo) se alterar.

---

[43] O termo é de SRAFFA, P. Op. cit. p. 20.

[44] As condições de "ponderação" são apresentadas de forma extremamente clara no capítulo quarto de SRAFFA, P. Op. cit. p. 19 e segs. Em termos muito simples, elas envolvem a redefinição do conjunto das equações básicas do sistema original com vistas à determinação de um novo sistema onde o quantum produzido de cada mercadoria mantenha uma relação constante universal com o quantum insumido da mesma pelo sistema. Desta forma o excedente (ou, mais exatamente, o produto líquido) do sistema ganha uma expressão relativa em termos "físicos", uma vez que a taxa comum a todas as indústrias que relaciona "(produto - insumo) / insumo" pode ser tomada como **"a"** taxa geral de excedente do sistema. Esta é a "razão-padrão" (que Sraffa expressa por "R") do sistema. Uma razão que define também a taxa máxima de lucro do sistema, que é obtida quando a taxa de salário é zero. No interior deste modelo, a taxa de salário e de lucro mantém uma relação de oposição linear, expressa na equação: $\ell = R (1 - s)$. E a oposição direta entre **taxa** e **massa** de lucro e de salário é facilmente demonstrada quando se toma uma determinada magnitude da mercadoria-composta-padrão como unidade de conta do sistema. É fácil ver que a equação sraffiana que relaciona salários e lucros é analiticamente convergente com a equação ricardiana; divergindo desta de forma essencial apenas no que diz respeito à identificação de uma taxa máxima de lucro (em Ricardo, quando a taxa de salário tendia a zero, a taxa de lucro tendia ao infinito). Tal diferença se deve a um problema de especificação do sistema ricardiano, que, segundo Sraffa, já havia sido percebido por Marx em suas críticas à confusão ricardiana entre taxa de lucro e taxa de mais-valia. (A este respeito, vide SRAFFA, P. Op. cit. Apêndice D, pp. 81/2.) E a importância maior do desvendamento do equívoco ricardiano por Sraffa (e por Marx) encontra-se no fato de que - ao contrário do que pretendia o Ricardo dos *Princípios* - **a queda da taxa de lucro é possível mesmo se não houver aumento de salários em valor-trabalho ou na unidade de conta do sistema**. Basta para isto que (tal como parecia pretender o Ricardo do "Ensaio de 1815") a produtividade "física" do sistema (e, com ele, a "razão-padrão" de Sraffa) sofra uma queda. É interessante observar, ainda, que a determinação do valor-de-troca pelos "trabalhos datados e ponderados pela taxa de lucro" (que Ricardo alcançara expressar intuitivamente no final de sua vida) já permite perceber que, **mesmo quando se fixa a taxa de salário e o quantum de trabalho necessário à produção de uma mercadoria,** qualquer deslocamento intertemporal do trabalho no sentido de períodos "mais distantes do presente" deve ter um impacto negativo sobre a taxa de lucro sistêmica. De forma que Ricardo tinha todas as condições para perceber o equívoco de sua pretensão expressa insistentemente nos *Princípios* de que a queda na produtividade na agricultura só impactaria sobre a taxa de lucros se houvesse uma elevação da taxa de salário. Voltaremos a estas questões mais adiante, ao tratarmos da "lei de tendência à queda da taxa de lucro " em Marx (na última seção do capítulo quarto deste trabalho), que antecipa a (sutil) crítica sraffiana à circunscrição ricardiana da variação dos lucros à variação na taxa de salário.

Em consonância com Schumpeter[45], não há como se deixar de questionar a relevância **teórica** da demonstração de que, dados todos os demais parâmetros, exceto a taxa de salário, é possível encontrar-se uma unidade de conta adequada para "provar" que a taxa de lucro variará numa relação linear inversa com a taxa de salário[46]. Afinal, Sraffa não deixa claro porque a oposição linear entre lucros e salários que transparece quando se adota uma mercadoria composta particular (derivada da mercadoria-composta-padrão[47]) como unidade de conta seria mais "legítima" do que as oposições não-lineares que se derivam da opção por qualquer outra unidade de conta[48].

Mas esta não é a questão principal. O problema de fundo encontra-se no fato de que a solução sraffiana do "terceiro problema" de Ricardo acaba por circunscrever a demonstração da oposição entre lucros e salários à situação particular em que os padrões técnicos de produção são absolutamente constantes[49]. Vale dizer: Sraffa só resolve o problema ricardiano pela subversão de

---

[45] Vide citação no início deste capítulo em que Schumpeter caracteriza como vicioso o padrão ricardiano de "demonstração" de que, "se nada mais variar exceto o preço do trigo, este último passa a ser o único determinante da taxa de lucro.

[46] Do nosso ponto de vista, a crítica definitiva à relevância e à consistência teórica desta "demonstração" de Sraffa encontra-se em POSSAS, M. L. "Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração." In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 13(2), ago. 1983, pp. 575 a 618. Recomendamos fortemente a leitura deste trabalho aos interessados em um tratamento crítico sistemático do projeto de articulação de um novo paradigma em Economia a partir da obra de Sraffa. Os desenvolvimentos que se seguem abaixo resgatam de uma forma sub-determinada e essencialmente intuitiva as críticas centrais do trabalho de Possas supra-referido.

[47] A derivação da mercadoria composta particular que serve de unidade de conta do sistema encontra-se nos parágrafos 33 e 34 do capítulo quarto de SRAFFA, P. Op. cit. pp. 23 e 24.

[48] A este respeito, Sraffa apenas nos diz que: "Proporções particulares, tais como as proporções-padrão, podem dar transparência a um sistema e **tornar visível o que está oculto**, mas não podem alterar suas propriedades matemáticas. A relação linear entre salário e a taxa de lucro manter-se-á, portanto, em todos os casos, **com a única condição de que o salário se expresse em termos do produto-padrão**". (SRAFFA, P. Op. cit. p. 23.) Mas - pergunta-se - de que forma a expressão do salário em termos de uma unidade de conta absolutamente particular é capaz de "tornar visível o que estava oculto"? Isto só é possível se o que estava "oculto" já fosse, de fato, absolutamente visível, e a nova unidade de conta apenas permitisse a "**re-visualização do óbvio**". Mas, então, a questão pertinente não é a de provar que, sob condições muito particulares de contabilização e agregação dos valores-de-troca, o "óbvio" pode ser "re-visto"; e, sim, a de explicar porque o óbvio é normalmente ocultado no sistema de preços. O que redundaria em **todo um trabalho de análise crítica do sistema de preços enquanto sistema relevante (ou, pelo menos, suficiente) para a contabilização do produto social**. Trabalho este que, por sua vez, conduziria, tanto à rediscussão da pertinência do **valor-trabalho como uma unidade de conta particular, adequada a perspectivas objetais particulares**, quanto a um movimento de **teorização efetiva** (por oposição à mera **derivação analítica**, realizada por Sraffa) do sistema de preços. Sraffa se exime de ambos os movimentos; e não apenas desloca o valor-trabalho para o limbo das "primeiras aproximações superadas", como não alcança dar qualquer contribuição **especificamente teórica** ao problema dos fundamentos e significado do sistema de preços.

[49] A este respeito, vide POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 581 e segs. À página 587 deste trabalho, Possas apresenta o núcleo do seu argumento crítico: "Admitamos um 'alteração' na distribuição de renda: como não há razão *a priori* para descartar uma consequente modificação na configuração produtiva, a possibilidade de com isso se alterarem as condições de definição de uma dada mercadoria-padrão coloca-se imediatamente. Sabe-se que o produto líquido calculado no sistema-padrão - que, por definição constitui a mercadoria-padrão - e os custos de produção (e, portanto, também o produto bruto) não se modificam com a distribuição e os preços, **desde que**

seus fundamentos. Afinal, o problema teórico de Ricardo era um problema de **dinâmica econômica.** Mais especificamente, era um problema referido à **dinâmica da distribuição quando as relações técnicas de produção no campo se alteram pela ocupação de terras marginais.** Um problema que - evidentemente - não pode ser enfrentado dentro dos liames estreitíssimos em que os exercícios de estática comparativa sraffiana mostram-se plenamente consistentes[50].

Mas isto ainda não é tudo. Há uma dimensão particular da exigência sraffiana de estabilidade na relação insumo/produto no conjunto das indústrias frente às variações na distribuição que é fundamental na avaliação da consistência desta construção *vis-à-vis* a construção ricardiana original: trata-se da hipótese implícita de que as variações da taxa de salário são incapazes de afetar o padrão técnico de apropriação de trabalho vivo e demais insumos produtivos a partir da comparação dos custos relativos dos mesmos. Vale dizer: ao supor a constância dos coeficientes técnicos de produção, Sraffa não está supondo apenas que, **ou** os trabalhadores consomem os mesmos bens que os capitalistas deixam de consumir ao terem seus lucros diminuídos, **ou** a produção da nova cesta de bens se realiza com rendimentos constantes de escala *vis-à-vis* o sistema anterior. Para além disso, Sraffa está supondo que as alterações distributivas não têm qualquer impacto sobre a equação técnica **adotada** pela firma; em particular, que estas alterações não têm qualquer impacto sobre o padrão de incorporação capitalista de trabalho vivo / trabalho morto.

Aparentemente esta é uma hipótese consistente com a modelagem ricardiana da produção e distribuição. Mas, de fato, só o é com o que estamos denominando aqui "teoria pura da distribuição ricardiana", onde são abstraídos os impactos da distribuição sobre a equação técnico-produtiva. Esta modelagem, contudo, é uma versão limitada e incompleta da teoria ricardiana. Em sua versão

---

os *coeficientes produtivos* que definem as propriedades do sistema inicial .... também não se alterem. Se a configuração produtiva não se mantém inalterada, passa a ser indispensável a hipótese de *retornos constantes* de escala." (O grifo em negrito é meu.) E com razão, Possas critica na sequência desta passagem o *peso* deste *coeteris paribus* imposto implicitamente (pois jamais explicitado por Sraffa) que "contraria a essência do projeto econômico de Sraffa, obrigando-o, queira ou não, a formular hipótese tecnológicas, que deveriam ser rigorosamente exógenas ao modelo, sem o que aparecerão como restrições empíricas indesejáveis e possivelmente insustentáveis." (Idem, p 587).

[50] É importante que não se leia esta crítica como uma desqualificação do trabalho de Sraffa. Mais uma vez concordamos com Possas em que "a demonstração da possibilidade de determinar simultaneamente os preços de reprodução e a taxa de lucro, quando a 'configuração produtiva' ... se supõe dada, é ... sua contribuição principal." (Idem, p. 578.) E, neste sentido mais geral é possível mesmo pensar-se na construção de modelos dinâmicos multisetoriais que se alicercem na construção analítica sraffiana. Apenas o que se tem de entender é que se a estrutura produtiva for objeto de dinamização/transformação não há mais como se obter a unidade de conta "desobscurecedora" da contradição lucro/salário no sentido de Sraffa. E trabalhar com unidades de conta "imperfeitas" (inclusive, eventualmente, com o próprio "valor-trabalho" que é um bom índice de quantum e produtividade) envolve recuperar o projeto "velho-ricardiano" de **teorização** destas mesmas unidades, por oposição à sua mera derivação analítica num sistema de equações simultâneas.

completa - que abarca os revolucionários desenvolvimentos do capítulo XXXI dos *Princípios*, intitulado "Sobre a maquinaria" -, Ricardo abre mão da mesma para reconhecer o *trade-off* entre salário real e nível de emprego. E o mais interessante é que a opção de Sraffa em circunscrever sua análise ao plano da "teoria pura da distribuição" ricardiana não deixa de ser contraditória com um de seus desenvolvimentos teórico-analíticos mais importantes, que vai no sentido de demonstrar a consistência das hipóteses ricardianas do capítulo XXXI. Senão vejamos.

Como se sabe, um dos desenvolvimentos teóricos mais importantes (e saudados) de Sraffa é a demonstração rigorosa da impossibilidade de se tomar o "período de produção" como medida da "quantidade de capital"[51]. Este demonstração tem por base o acompanhamento dos efeitos das variações da taxa de lucro em um dado sistema reprodutivo sobre as relações de intercâmbio de duas mercadorias produzidas com a mesma quantidade de trabalho mas com padrões desiguais de distribuição temporal dos mesmos. O que Sraffa demonstra com este exercício, é que o sentido da variação das relações de intercâmbio destas mercadorias não é necessariamente unívoco; ao contrário do que pretenderiam os defensores da tese de que seria possível hierarquizar os padrões produtivos como mais ou menos "indiretos", e, portanto, como mais ou menos "capitalistas". Mais exatamente, Sraffa propõe o seguinte exercício à guisa de exemplificação: imaginemos duas mercadorias em um sistema de taxa de lucro máxima de 25% que são produzidas com a mesma quantidade de trabalho. A mercadoria A, contudo, recebe um influxo extra de 20 unidades de trabalho 8 anos antes de ter sua produção completada, enquanto a mercadoria B recebe uma unidade extra de trabalho 25 anos antes de ser completada e 19 unidades de trabalho no último ano. Tais mercadorias teriam o mesmo preço se a taxa de lucro fosse zero; mas apresentariam um diferencial de preços às demais taxas exatamente no valor de

$$P_A - P_B = 20\ s\ (1 + \ell)^8 - \{19\ s + s\ (1 + \ell)^{25}\}$$

onde

$$s = 1 - \ell\ /\ 25\%.$$

É fácil perceber, manipulando a equação acima que P_A será maior que P_B quando a taxa de lucro for maior que zero e menor do que 16%; enquanto P_B será maior que P_A se a taxa de lucro for superior a 16% e inferior a 25%. Nestes pontos de inflexão, os preços de A e B serão idênticos. E, segundo Sraffa, este

> "caso que acabamos de considerar parece conclusivo em demonstrar a impossibilidade de agregar os 'períodos' correspondentes às diferentes quantidades de trabalho numa só

[51] A este respeito vide SRAFFA, P. Op. cit., caps. VI e XII.

> magnitude que pudesse ser considerada como representativa da quantidade de capital. As inversões na direção do movimento dos preços relativos, frente aos métodos invariáveis de produção, não podem ser reconciliadas com *nenhuma* noção de capital como uma quantidade mensurável independentemente da distribuição e dos preços."[52]

Sem dúvida! Afinal, se se aceita que a elevação da taxa de lucro/juro deve elevar os preços das mercadorias intensivas em capital, então a mercadoria A é mais "intensiva em capital" do que a mercadoria B enquanto a taxa de lucro/juro varia de zero a 16%; mas passa a ser "intensiva em trabalho vivo" assim que a taxa de juros ultrapassa 16%. E dado que – por hipótese – as técnicas de produção destes insumos não se alteram ao longo deste processo, há que se admitir que o atributo "intensivo em capital" não é meramente técnico, mas, igualmente bem, uma propriedade da distribuição.

Tão ou mais interessante do que este resultado de Sraffa, contudo, é um outro que lhe é imediatamente associado e que recebeu uma atenção muito menor dos discípulos deste autor. Trata-se da demonstração de que esta inversão dos preços relativos ao longo de um movimento unívoco de variação da taxa de lucros tem uma exceção crucial. Segundo o autor:

> "**Existe, entretanto, uma restrição ao movimento do preço de qualquer produto: se como resultado de uma elevação na taxa de lucro o preço cai, seu ritmo de queda não pode exceder ao ritmo de queda do salário.** Assim, se traçamos duas que linhas que mostrem como variam o preço de um produto "a" e o salário, expressos ambos em termos da mercadoria-padrão, à medida que se eleva a taxa de lucro, **a linha do preço não pode cortar a linha do salário mais do que uma vez, e apenas numa direção tal que o preço, sendo mais baixo [quando a taxa de lucro é zero], passe a ser mais elevado que o salário à medida que aumente a taxa de lucro.**"[53]

Vale dizer: o mesmo movimento teórico que, em Sraffa, serve à demonstração da inconsistência das tentativas de definir uma dada "técnica de produção" como mais capitalista independentemente do padrão distributivo, serve à demonstração da consistência da hipótese ricardiana (que, mais tarde, será incorporada aos sistemas teóricos de Marx e dos neoclássicos) de que uma elevação salarial tem de se refletir numa queda da razão P_i / w, para qualquer que seja o insumo físico "i". De sorte que, **na presença de alternativas técnicas de produção onde formas intensivas em trabalho vivo se contraponham a formas intensivas em insumos físicos, a elevação da taxa de salários (ou, se se quiser, a queda da taxa de lucro/juro) trabalhará, sempre e necessariamente, no sentido de estimular a negação relativa do trabalho vivo.**

---

[52] SRAFFA, P. Op. cit. p. 35.
[53] Idem, pp. 35/6.

Surpreendentemente, porém (ainda que em consonância com sua estratégia de auto-limitação ao escopo da versão "pura" da teoria ricardiana da distribuição), Sraffa não busca desdobrar este importante desenvolvimento teórico no sentido de criticar a consistência de um tratamento da distribuição que abstraia os impactos da mesma sobre a ordem produtivo-tecnológica. Felizmente, este silêncio não é universal; e o resgate desta dimensão particularmente rica da construção ricardiana encontra-se no centro do resgate que Marx e Marshall farão da mesma.

3. A interface produção/distribuição em Ricardo (ou "O Ricardo de Marx e Marshall")

Como procuramos demonstrar na seção anterior, Schumpeter e Sraffa resgatam em Ricardo o que é rigorosa e exclusivamente ricardiano. Ou seja: eles resgatam justamente aquele núcleo (ou, se se quiser, aquele "caroço") da teoria ricardiana que o marxismo e o neoclassicismo vão descartar nos seus processos de desenvolvimento enquanto escolas alternativas do pensamento econômico. E vale a pena reiterar que, do nosso ponto de vista, o movimento de Schumpeter e Sraffa não é apenas válido teoricamente, mas é muito "econômico". E isto na medida em que, por um lado, nos faz ver que o resgate do ricardianismo feito por Marx e Marshall é parcial e discutível, e se vincula de forma estreita com aqueles desenvolvimentos teóricos que, por sua vez, conformarão o núcleo das escolas que estes autores articularão. Enquanto, por outro lado, permite que a grande maioria dos autores de compêndios e manuais de História do Pensamento Econômico (seguindo os passos de Schumpeter) tratem o que há de "não-exclusivamente-ricardiano" em Ricardo apenas nos capítulos ou seções pertinentes ao marxismo e ao neoclassicismo[54].

Uma tal opção, contudo, carrega um peso muito grande. Em particular, ela instrumentaliza uma interpretação relativista e cética da ciência econômica. Afinal, ao se ocultar os elementos de continuidade e de unidade teórica que subjazem à diversidade das escolas e paradigmas em Economia, constrói-se um painel da história do pensamento econômico que a faz parecer uma legítima "colcha de retalhos ideológicos".

Enfrentar este sério desvio teórico-metodológico envolve (tendo em vista a própria importância de Ricardo na história da Economia teórica) ir além do núcleo/caroço da teoria

---

[54] Uma opção cuja racionalidade econômica não pode ser subestimada e que se imporá mesmo no presente trabalho. Assim é que o resgate sistemático da leitura ricardiana da relação entre taxa de salário e relação entre trabalho vivo / trabalho morto ou de sua leitura sobre a renda diferencial extensiva e intensiva não será feita agora, mas ao longo dos capítulos subsequentes, quando estas questões emergirem em Marx e nos neoclássicos e se fizer necessária e oportuna a demonstração de suas origens "clássicas". Neste momento procuraremos apenas demonstrar a pertinência teórica das leituras menos "apertadas" (*vis-à-vis* a leitura sraffo-schumpeteriana) que Marx e Marshall fazem de Ricardo.

ricardiana. Mas é preciso fazer isto sem pretender dar à "polpa" (ou à "periferia") de sua obra uma centralidade (e um grau de desenvolvimento teórico e analítico) que esta, de fato, não tem.

Ora, se Schumpeter e Sraffa são, até certo ponto, acusáveis do primeiro equívoco, Marx e Marshall não deixarão de ser acusáveis do segundo. Em particular quando se trata da análise da teoria do valor em Ricardo, que - fundamentando toda a sua teoria da produção - será resgatada, tanto por Marx, quanto por Marshall (ao nosso ver, corretamente), como a legítima "polpa" da obra ricardiana.

Assim é que Marx apresentará o movimento teórico de Ricardo com relação à categoria valor - e, em particular, a posição do trabalho no interior deste movimento - em termos tais que não podem deixar de surpreender qualquer leitor da obra ricardiana que siga o padrão interpretativo schumpeteriano-sraffiano. Nas *Teorias da mais-valia*, por exemplo, após discutir a incapacidade dos clássicos pré-ricardianos em definir um ponto de partida claro para suas investigações teóricas tendo em vista a própria incongruência entre as formas aparentes dos fenômenos econômicos - os preços de mercado, os diversos rendimentos capitalistas - e o conteúdo necessário destas formas - a produção capitalista -, Marx nos dirá:

> "Mas, por fim, Ricardo entra em cena e dá o brado no campo da ciência: Basta! O fundamento, o ponto de partida da fisiologia do sistema burguês - para compreender seus nexos orgânicos internos e processo vital - é a determinação do *valor pelo tempo de trabalho*. Daí parte Ricardo e leva então a ciência a abandonar a rotina vigente, a verificar até que ponto as demais categorias por ela desenvolvidas e descritas - relações de produção e de circulação -, formas daquele fundamento, correspondem ao ponto de partida, ou o contradizem; até que ponto a ciência que espelha e reproduz simplesmente as formas aparentes do processo, e assim esses próprios fenômenos, correspondem ao fundamento sobre que repousam os nexos internos, a fisiologia verdadeira da sociedade burguesa, ou o que constitui seu ponto de partida; e em geral como se comporta essa contradição entre o movimento aparente e o real do sistema. Este é portanto o grande significado histórico de Ricardo para a ciência ..."[55]

Certamente não é difícil para os leitores de Marx reconhecer na passagem acima - em particular na defesa do (valor)trabalho como um "fundamento" distinto das (quando não antagônico às) "formas" a que dá origem - a expressão do movimento teórico e metodológico marxiano. Mas já não é tão fácil reconhecer Ricardo nesta passagem. E isto mesmo quando se reconhece pertinência à pretensão marxiana de identificar uma contradição entre o movimento teórico *pretendido* por Ricardo, e o movimento *efetivamente realizado* por este autor.

---

[55] MARX, K. *Teorias da Mais-Valia* (Vol. II). São Paulo: Difel, 1983, p. 598.

Contudo, se a passagem acima não deixa mesmo de confundir - ao induzir ao obscurecimento das diferenças reais e profundas entre as teorias do valor de Ricardo e Marx -, ela carrega um sentido e uma contribuição importante: resgatar a expressão que a dimensão propriamente absoluta do valor(trabalho) tem já em Ricardo.

Para que se entenda este ponto melhor é preciso ver que a (dolorosa) descoberta por parte de Ricardo de que os preços relativos são função, tanto da produção, quanto da distribuição, não coloca para o mesmo apenas a necessidade de desenvolver uma nova **teoria** dos preços. Este movimento (que é o núcleo inconcluso do trabalho de Sraffa) não deixa de ser uma derivação legítima da descoberta ricardiana. Mas não é a questão central de Ricardo, para quem, como vimos acima, os preços são uma espécie de "anti-objeto". **Na realidade o que interessa a Ricardo é ter uma medida da produto social e setorial que, simultaneamente, seja independente da distribuição e das formas concretas e diferenciadas das mercadorias enquanto valores-de-uso, e cujos movimentos relativos sejam consistentes - sem se identificarem - com os movimentos dos preços.** Só assim - com a definição de uma medida universal e objetiva do produto - será possível comparar a produção (global e setorial) em distintos períodos de tempo, avaliando as consequências distributivas de variações na produtividade do trabalho nos diversos setores econômicos.

Mas em suas origens pré-ricardianas - em Smith, e mesmo antes[56] - a teoria do valor-trabalho é, simultaneamente, uma teoria das relações de intercâmbio e uma teoria da produção. E, enquanto teoria da produção, seu fundamento é o reconhecimento de que, com a emergência da manufatura e da grande indústria, a produção deixa de ser função de qualquer variável fora do controle humano (como precipitação pluviométrica, fertilidade do solo, pragas, etc.), para ser função exclusiva da atividade humana sistemática e voltada a um fim: o trabalho. E é por isto que Marx vai pretender - explorando a necessária historicização da propriedade e da apropriação que emerge da descoberta de que a produção industrial se reduz ao processo de trabalho - em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que:

> "... somente a economia política que reconheceu o trabalho como seu princípio - Adam Smith - e portanto não mais reconhece a propriedade privada como um *estado* exterior ao homem ... [deve] ser considerada ... como produto da indústria moderna, que por sua vez

[56] A bem da verdade a teoria do valor-trabalho não emerge com Smith, mas deita suas raízes em Petty, Hume e Locke, autores que já associavam não apenas as relações de intercâmbio entre as distintas mercadorias com os dispêndios relativos de trabalho na produção das mesmas, como, igualmente, os rendimentos dos setores sociais não diretamente envolvidos com o processo de produção/trabalho, com a apropriação social de trabalho alheio. Vide a este respeito MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, Volume I, pp. 343 e segs.

> acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência."[57]

E, na sequência, que:

> "Toda riqueza se transforma em riqueza *industrial*, em riqueza do trabalho, e a *indústria* é o trabalho acabado, assim como o *sistema fabril* é a essência desenvolvida da *indústria*, isto é, do trabalho, e o *capital industrial* é a forma objetiva acabada da propriedade privada."[58]

O problema é que, na consciência dos clássicos pré-ricardianos (assim como no "primeiro Ricardo"), a idéia de que a produção fosse mera função do trabalho estava umbilicalmente ligada à idéia de que os preços relativos eram determinados direta e exclusivamente pelas quantidades de trabalho. E é por isso mesmo que **Ricardo aparecerá para Marx como o responsável por uma ruptura: ele terá a responsabilidade de mostrar que o trabalho é o fundamento (e a medida) da produção mesmo não sendo o único fundamento do valor-de-troca.**

Esta tarefa que Marx coloca sobre os ombros de Ricardo não pode ser subestimada. O problema é que, na medida em que se impõe a ruptura entre preços e trabalho, a idéia de que se possa reduzir o processo produtivo ao processo de trabalho já não parece mais tão evidente. Afinal, também parecia evidente que os preços seriam função exclusiva do processo produtivo, mas não o são. De tal forma que estas duas "evidências" contraditórias colocam duas alternativas - e não uma única - para a solução da questão aberta pela cisão entre trabalho e preços: **ou assume-se que os preços são irredutíveis à (os custos de) produção, ou assume-se que o processo de produção é irredutível ao processo de trabalho.** E a defesa da primeira alternativa, em detrimento da segunda, impõe toda uma discussão teórica que passa necessariamente pela recusa do tempo - e sua contrapartida subjetiva, a espera - como fator de produção.

Mas se a questão posta é clara, a consistência da resposta de Ricardo à mesma é muito mais discutível do que Marx parece pretender. Na verdade o próprio sentido desta resposta não deixa de carregar uma ambiguidade que se refletirá no fato de Marshall (e, antes dele, Nassau Senior) reivindicar, ao lado de Marx, direitos na herança ricardiana.

Do nosso ponto de vista, a insuficiência da resposta de Ricardo começa pelo caminho escolhido por este autor para fazer a defesa do trabalho como fundamento e medida do valor. Ao invés de se voltar para uma teorização específica do trabalho (que, aparentemente, lhe soa

---

[57] MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Terceiro). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3.
[58] Idem, p. 5.

redundante) ou do processo (re)produtivo industrial (demonstrando que ele é um processo que, de fato, se realiza no presente, de tal forma que o "tempo" só afeta os preços tendo em vista a equação distributiva[59]), Ricardo centra sua defesa da exclusividade do trabalho como fundamento e medida do produto no fato de ser este o único "custo real" de produção. Este é o tema central do vigésimo capítulo dos *Princípios,* intitulado "Valor e Riqueza - suas qualidades específicas", que já se inicia com a afirmação:

> "... o valor difere essencialmente da riqueza porque **o valor depende** não da abundância, mas **da facilidade ou dificuldade da produção**. O trabalho de um milhão de homens nas manufaturas produzirá sempre o mesmo valor, mas não produzirá sempre a mesma riqueza. .... [Vale dizer,] **tudo aumenta ou diminui de valor** em proporção à facilidade ou dificuldade de sua produção, ou, em outras palavras, **em proporção à quantidade de trabalho empregada em sua produção**" [60].

A idéia do valor como uma medida produção universal porquanto ancorada num "custo social real" é absolutamente clara aqui. E se há uma priorização da dimensão negativa do trabalho - enquanto "sacrifício" - ela não subsume a dimensão positiva do mesmo - enquanto motor e expressão sintética da produção. Na verdade, a opção ricardiana em centrar sua discussão do trabalho na dimensão "custo real" se explica pela clareza que este autor tem do fato de que a c entre trabalho e preços não pode ser absoluta(izada), sob pena de se perderem os elos centrais de sua teoria da distribuição. Ou, dito de outro modo: **o (valor)trabalho não precisa (nem pode!) se identificar aos preços; mas os movimentos do valor têm de impor movimentos nos preços de igual sentido, ou não se poderá mais pretender que as variações na produtividade do trabalho agrícola afetem o preço dos cereais e, consequentemente, os salários e os lucros**.

Ora, pretender que o valor-trabalho tem de ser uma unidade de conta **da produção** (vale dizer, que ele tem de ser uma categoria essencialmente distinta do preço, que é uma categoria da produção **e da distribuição**) cujos movimentos têm de expressar os **movimentos** dos preços, é o mesmo que dizer que, dentre as múltiplas características do trabalho, importa resgatar aquela que em si, traduz esta dualidade: a dimensão de único custo social real de produção[61].

---

[59] Este, como veremos no próximo capítulo, é um movimento teórico central no raciocínio de Marx. Mas ele é latente em Ricardo, e se manifesta tanto na recusa em abrir mão do conceito de excedente (que se define como o produto que excede ao dispêndio material *corrente* com a produção), quanto em seu recorrente privilegiamento expositivo da contradição trabalho/preços como estando referida, antes, às diferenças de volume e rotatividade do capital constante (se nos é permitido usar um termo de Marx) do que propriamente à questão da temporalidade da incorporação do trabalho.

[60] RICARDO, D. Op. cit. p. 189 (os grifos são meus).

[61] Que o resgate do trabalho enquanto "custo social real" se justifique pela consciência de Ricardo da necessidade de relativizar a cisão trabalho/valor-de-troca, é algo que fica claro na resposta deste autor às críticas que Say faz ao fato de Smith associar o valor ao trabalho. Segundo Ricardo: "Say acusa Smith de não

A insuficiência do movimento ricardiano, contudo, fica evidente no fato de que o mesmo, **ao não esclarecer a "intromissão do tempo" no sistema de preços, e ao pretender que o valor deva espelhar um "custo real", não pode deixar de abrir a porta à teoria da "espera"**[62]. E aí não importa que Ricardo em momento algum tenha sinalizado positivamente para esta perspectiva teórica. Ao trazer à tona o papel do "tempo" no processo de formação de preços, Ricardo pôs uma discussão. E a forma como a discussão foi posta - como subproduto da crítica da relação trabalho/valor-de-troca - já articulava as categorias "tempo" e "lucro"[63].

Este subproduto inesperado (e indesejado) da cesura entre trabalho e preços só poderá se desenvolver efetivamente como fundamento de uma "nova" teoria dos lucros (com pretensas raízes em Ricardo) em função das próprias insuficiências da teoria ricardiana dos lucros. Senão vejamos.

Desde logo, é preciso admitir que a popular e equivocada leitura da teoria ricardiana dos **preços** enquanto uma teoria dos "custos de produção" não é gratuita. Como Marshall tão bem (ou, se se quiser, oportunisticamente) lembrou, em mais de um momento Ricardo parece incorporar os lucros nos "custos de produção" [64].

---

haver considerado o valor agregado às mercadorias pelos agentes naturais e pelas máquinas, porque considerava que o valor de todas as coisas provinha do trabalho humano. No entanto, essa acusação não me parece justificada, pois Adam Smith jamais menospreza os serviços que esses agentes naturais e as máquinas nos prestam, mas com muita razão ele distingue a natureza do valor que eles agregam às mercadorias: prestam-nos serviços tornando a produção mais abundante, tornando os indivíduos mais ricos, aumentando o valor de uso; contudo, **como executam gratuitamente o seu trabalho** - uma vez que nada se paga pelo uso do ar, do calor, da água, **a sua ajuda nada acrescenta ao valor de troca das mercadorias**. RICARDO, D. Op. cit. p. 195 (o grifo é meu)

[62] Bem como às derivações dela na teoria do capital. Sraffa tinha plena consciência deste problema, e nos diz no segundo capítulo de seu trabalho maior que "o uso do termo 'custo de produção' foi evitado neste trabalho, assim como o termo 'capital' em sua conotação quantitativa, às custas de um cansativo circunlóquio. Isso porque esses termos acabaram ficando ligados inseparavelmente à suposição de que representam quantidades que podem ser medidas independentemente e antes da determinação dos preços dos produtos. (Recordem-se dos 'custos reais' de Marshall e da 'quantidade de capital' implícita na teoria da produtividade marginal.) Visto que um dos objetivos deste trabalho consiste em libertar-se de tais pressupostos, a eliminação dos termos pareceu ser o único modo de não prejudicar o tema." SRAFFA, P. Op. cit. p. 183. **O problema do "circunlóquio" sraffiano é que evitar os termos não significa superar a questão. Até porque esta não é uma questão neoclássica, mas clássica, e absolutamente legítima**. Voltaremos a este ponto na subseção 3.2 do nosso capítulo quinto, dedicado à crítica da teoria neoclássica do juro e do capital.

[63] O que permite a Marshall dizer: "Parece difícil imaginar como [Ricardo] poderia ter posto mais vigorosamente o fato de que o Tempo ou a Espera, tanto quanto o trabalho, é um elemento do custo de produção, do que ocupando com esse estudo o seu primeiro capítulo." MARSHALL, A. *Princípios de Economia* (Vol. II). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 394.

[64] No Apêndice I dos *Princípios*, logo após a passagem reproduzida na nota anterior, Marshall resgata a afirmação de Ricardo de que os lucros fariam parte do custo de produção. O mais interessante, contudo, é que Marshall extrai a sua citação do final da sexta seção do capítulo primeiro da obra de Ricardo, onde este autor está justamente esclarecendo que, a princípio, os preços são *proporcionais* aos custos, só podendo ser caracterizados como *iguais* a eles na *eventualidade* de se considerar "como custo o 'custo de produção',

E incluir os lucros nos "custos de produção" não é incompatível com uma teoria do excedente; desde que se tome o "custo" subjacente ao lucro como mero custo de oportunidade. Só que esta caracterização - que, diga-se de passagem, não é explícita em Ricardo - coloca toda uma outra série de questões, tais como: qual é a "oportunidade" mais geral alternativa ao lucro?; o juro? e, em caso afirmativo, qual o fundamento do juro?; o que o distingue do próprio lucro?; pode-se pretender que o lucro seja sistematicamente superior ao juro?; e, em caso afirmativo, o que impede os empresários de aumentarem a produção, impulsionando uma queda de preços que levaria os lucros a se igualarem ao "custo financeiro de oportunidade"? algum tipo de "poder de monopólio" das firmas capitalistas?

Evidentemente, é ocioso buscar na obra de Ricardo respostas articuladas e sistemáticas para este conjunto de questões. E esta ausência não poderia deixar de alavancar projetos teóricos alternativos. Só que - ao contrário do que tenderia a afirmar um intérprete dos *Princípios* influenciado pela perspectiva analítica de Schumpeter e Sraffa -, em Ricardo não há apenas silêncio sobre estas questões. Há respostas, que se escondem nos capítulos "periféricos" de sua obra, e que são apresentadas em uma terminologia inadequada e rudimentar. Contudo, se se resgatam estas respostas, e se as traduzimos na terminologia que os economistas contemporâneos estão habituados a usar, fica claro que, se as mesmas não são incriticáveis, elas são rigorosas, e carregam consigo os germes de alguns dos principais desenvolvimentos teóricos das escolas marxista e neoclássica.

Em primeiro lugar, é preciso ver que, rigorosamente dentro da tradição smithiana, Ricardo parte do lucro como categoria nuclear do sobretrabalho. O que significa dizer que o juro só pode ser pensado como parte (como parcela mesmo) do próprio lucro, e não pode ser o ponto de partida da explicação deste último. A relação quantitativa entre lucro e juro fica em aberto, mas não a relação teórica entre as duas categorias. O que já implica o reconhecimento de que, se há um "custo de oportunidade" para o investimento capitalista, a referência deste "custo" só pode ser o próprio "lucro", tomado enquanto "lucro normal".

O que se deve perguntar, então, é: o que explica este "lucro normal"? E o seu fundamento é, explicitamente, o fato dos salários não serem tão altos a ponto de impor a apropriação do conjunto

---

incluindo lucros". Nos termos de Ricardo: A descontextualização evidente e consciente da passagem citada não deve servir, contudo, para descaracterizar o movimento marshalliano de tomar Ricardo como referência. Como veremos adiante em mais de um momento, a referência de Marshall em Ricardo é legítima; só que ela diz menos respeito à teoria do valor propriamente dita do que aquele primeiro gostava de pretender.

do produto social pelos trabalhadores. E o excedente gerado pela diferença entre a produtividade do trabalho e o custo salarial é apropriado por aqueles que controlam as "condições de trabalho" - máquinas, insumos, terras, etc. -, os capitalistas e terratenentes.

Em termos "modernos" um tal sistema não pode definir uma situação de equilíbrio. Afinal, na concepção neoclássica, se o sistema é competitivo e o lucro não corresponde a qualquer "custo real", os empresários, premidos pela competição e pelo ingresso de novos produtores, teriam de levar a acumulação até o ponto em que o lucro cessasse. ... Sem dúvida! Esta é a conclusão lógica! Mas ela não contradiz em nada o sistema ricardiano. **Pois os empresários ricardianos fazem exatamente o que os economistas neoclássicos exigem: levam a acumulação até a cessação dos lucros!** Só que, em Ricardo - por determinações que estão longe de ser inconsistentes em um plano estritamente lógico - este é um processo lento, que só se completa quando se atinge o "estado estacionário". Até lá, a acumulação - que se mostra impositiva justamente porque o empresário ricardiano não exige um lucro mínimo para suas aplicações de capital - recoloca **de forma ampliada** a demanda sobre a nova produção. Vale dizer, a acumulação garante a realização da "lei de Say" em termos **dinâmicos**, de tal forma que, enquanto a produtividade do trabalho (o valor; ou, de forma mais geral, enquanto o conjunto das relações técnicas de produção) se mantiverem constantes, **o sistema econômico que resultará do processo de investimento será uma réplica ampliada do sistema de onde se partiu, com a mesma taxa e margem de lucro.** Se e somente se estes custos de produção forem crescentes - como o são na agricultura -, os lucros decrescerão, cessando na medida em que o custo médio (que é idêntico ao custo marginal no caso da indústria[65]) igualar o preço de oferta (que, via de regra, será o custo médio mais o lucro normal) .

E o resultado mais interessante de uma tal leitura de Ricardo - onde, por oposição a Sraffa, o núcleo objetal se transfere para a questão das consequências dinâmicas, nos planos micro e macro, do processo acumulativo - é que ela acaba nos mostrando que, a despeito da aposta na "lei dos mercados de Say", **o sistema ricardiano é um sistema de desequilíbrio! Afinal, se a indústria ricardiana opera em condições plenamente competitivas** (onde não há "barreiras à entrada", e as firmas são meras tomadoras de preços que se deparam com uma curva de demanda perfeitamente elástica) **com "custo marginal" constante, então não há equilíbrio de produção possível neste sistema. E é isto que torna a acumulação compulsiva.**

---

[65] Para Ricardo, no curto prazo - vale dizer, quando a estrutura produtiva pode ser considerada dada - a relação capital/trabalho (ou, antes, a relação máquinas/homens) é constante até o nível de plena utilização da capacidade. E qualquer tentativa de ir além deste limite é irracional e antieconômico, pois à medida que o capital fixo encontra-se plenamente utilizado, a produtividade marginal dos insumos variáveis é próxima de (ou mesmo igual a) zero.

Ora, as conexões deste problema ricardiano do desequilíbrio crônico da produção no sistema industrial com a agenda teórica de Marx - centrada na dinâmica sistêmica associada ao processo de acumulação - e de Marshall - com sua obsessão pela questão do "lucro normal" enquanto uma categoria distinta do juro sobre o capital e associada à "quase-renda" - são demasiado evidentes. O que não é tão evidente, mas que se revela assim que reconhecemos o fundamento anti-equilibrista da dinâmica ricardiana, é similaridade deste sistema com o sistema schumpeteriano mais simples. Afinal, tanto em Ricardo, quanto no Schumpeter da *Teoria do desenvolvimento econômico*, os juros se subordinam aos lucros, que são uma categoria de desequilíbrio em permanente processo de negação a partir da inversão compulsiva que conduz ao estado estacionário (fluxo circular). A diferença substantiva entre os dois sistemas é apenas o fato de que o "fluxo circular" de Ricardo só é atingível no longo prazo. E isto porque a taxa de salário em Ricardo se mantém estruturalmente baixa[66]!

A questão que fica em aberto, então, é a justificativa para esta tendência estrutural de rebaixamento da taxa de salário em Ricardo. Já vimos acima que esta tendência não pode ser explicada pela "lei da população de Malthus". Há que se ver, pois, como Ricardo equaciona esta questão. Ou, dito de outra forma: **como é possível que um sistema competitivo em desequilíbrio dinâmico submetido a uma crônica compulsão à acumulação não gere uma demanda crescente sobre o mercado de trabalho capaz de alavancar a taxa de salário até o esmagamento dos lucros?**

A resposta à questão anterior não é absolutamente clara em Ricardo, o que alimentará tanto as críticas (já vistas) de Schumpeter ao seu sistema, quanto alavancará a agenda marxiana de pesquisa em torno do processo de criação e recriação do exército industrial de reserva. Mas - e é isto que importa perceber - os fundamentos mais gerais de uma resposta àquela importante questão encontram-se em Ricardo; mais especificamente, na teoria ricardiana do progresso técnico.

---

[66] Na realidade pareceria que a diferença maior entre os dois sistema se encontrasse no fato de que, em Schumpeter, não há qualquer "lucro normal", pois todo o lucro advém de posições monopolistas adquiridas no interior do processo inovativo. A questão é que esta diferença se subordina à apontada acima. Se o processo de transição em direção ao "fluxo circular" fosse mais lento em Schumpeter, mesmo quando concluído a difusão das inovações e o padrão técnico de produção fosse homogêneo, os lucros não teriam de cessar. Afinal, não importa que, no processo de difusão, os preços industriais caiam em função da concorrência. Se os custos acompanhassem a queda dos preços, os lucros permaneceriam. Eles cessam porque os custos são rígidos; vale dizer, porque o salário nominal (e, secundariamente, o preço das matérias-primas produzidas sob condições de rendimentos decrescentes) não acompanha a queda dos preços industriais. Assim, o salário real (em termos de "valores de uso" e em termos de participação na renda) cresce significativamente, inviabilizando a continuidade dos lucros. Não é por outro motivo que Schumpeter pensa a depressão cíclica como uma fase vantajosa para os trabalhadores. Vide a este respeito SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (em particular o primeiro e o último capítulo).

Como se sabe, os limites e possibilidades de substituição de "homens por máquinas" é um tema recorrente nos *Princípios,* que emerge já no seu primeiro capítulo. Será, contudo, apenas no penúltimo capítulo desta obra - intitulado "Sobre a Maquinaria" - que Ricardo apresentará de forma mais clara sua leitura sobre o progresso técnico. Segundo este autor:

> "Todo aumento de capital e de população é acompanhado por um crescimento do preço dos alimentos, pois sua produção será mais difícil. A consequência de um aumento no preço dos alimentos será uma elevação dos salários e todo o aumento de salários induzirá, em maior proporção do que antes a que o capital poupado seja utilizado em maquinaria. **As máquinas e o trabalhador mantêm-se em constante competição, e as primeiras frequentemente só podem ser utilizadas se o preço do trabalhador se elevar.**
> Na América e em muitos outros países, onde os alimentos são facilmente obtidos, não existe uma tentação tão grande ao uso de maquinaria como na Inglaterra, onde a alimentação é cara e custa muito trabalho produzi-la. A mesma causa que eleva o preço do trabalho não eleva o valor das máquinas e, portanto, a cada aumento de capital, uma proporção maior dele será empregada em maquinaria. Com o aumento do capital a demanda de trabalhadores aumentará mas não na mesma proporção desse aumento: a taxa será necessariamente decrescente."[67]

Não é difícil perceber que o que Ricardo desenvolve aqui é uma teoria da demanda de trabalho. Seu ponto de partida é o reconhecimento de que "as máquinas e o trabalhador mantêm-se em permanente competição"; vale dizer: **dado um certo patamar de domínio técnico-científico, coexistem distintas alternativas de relação capital/trabalho (ou, se se preferir, de relação trabalho-morto/trabalho-vivo), e a opção por uma dada alternativa é feita em função da relação "preço do maquinário"/"preço do trabalho vivo".**

Mas se é assim, a análise ricardiana fornece o próprio núcleo da teoria neoclássica da determinação da técnica de produção sob condições de estabilidade da função de produção; e, consequentemente, fornece o núcleo da função demanda de trabalho nesta escola. A idéia central, como se sabe, é a de que, dada a substitubilidade entre insumos físicos e trabalho (que se define como uma taxa de substituição técnica que varia de acordo com o grau de "poupança" relativa já efetuado em um determinado fator de produção qualquer), a intensidade relativa do uso de quaisquer insumos físicos *vis-à-vis* o trabalho vivo depende do preço relativo destes "insumos", de tal forma que, maior a taxa de salário, menor a incorporação de mão-de-obra, e vice-versa[68].

---

[67] RICARDO, D. Op. cit. p. 266 (o grifo é meu).

[68] Vale a pena observar que o reconhecimento da relação inversa entre preço e quantidade demandada de qualquer insumo é o outro lado do reconhecimento de que só é rentável a incorporação de um insumo enquanto o valor do produto que ele proporciona exceder o que ele custa (ou, em termos "modernos", enquanto o valor do produto marginal do insumo for superior ou igual ao custo do mesmo). Este princípio parece ser incompatível com a leitura ("desequilibrista") ricardiana onde o valor do produto físico marginal (VPMg) do trabalho é sempre superior à taxa de salário. **Ocorre contudo que a forma mais geral (e mais rigorosa)**

A diferença - sutil, mas substantiva - entre os desenvolvimentos de Ricardo e o tratamento neoclássico da questão diz respeito à temporalidade em que o *trade-off* entre máquinas e trabalho vivo pode se impor. Para Ricardo - que restringe aquele *trade-off* ao maquinário, excluindo qualquer insumo físico que faça parte do capital circulante -, as variações na taxa de salário só podem afetar a incorporação de mão-de-obra a partir de variações no padrão técnico definido para **as novas inversões de capital.** As plantas já construídas têm de operar com um padrão técnico dado, com uma relação trabalho-morto/trabalho-vivo dada. De tal forma que qualquer elevação salarial só vai resultar em redução da taxa e da margem de lucro apropriável nos segmentos já implantados, sem qualquer consequência sobre a incorporação de mão-de-obra nos mesmos.

Mas, por isto mesmo, a descoberta ricardiana da inclinação negativa da função demanda de trabalho não pode resolver o seu problema de explicar a relativa estabilidade dos salários sob um regime de acumulação acelerado. Se a curva de oferta de trabalho não for perfeitamente elástica - e Ricardo admite que a mesma não o é no prazo relevante[69] - a taxa de salário deve se elevar significativamente (tanto em termos de valor quanto de "valor-de-uso") ao longo do movimento de acumulação antes mesmo que se elevem os custos de produção dos cereais.

Mas o modelo distributivo dinâmico de Ricardo não se mantém em pé sem a pressuposição de que os salários apresentam uma estabilidade estrutural ao nível dos valores-de-uso necessários à reprodução da classe trabalhadora. **Ricardo é levado, assim, a procurar a solução deste impasse no resgate do progresso técnico como fonte de poupança absoluta (ao invés de meramente relativa) de trabalho vivo**. Vale dizer, o desdobramento efetivamente relevante do progresso técnico não diria respeito à possibilidade de poupança relativa de mão-de-obra a partir da incorporação de tecnologias maquinário-intensivas como **resposta** a um movimento anterior de elevação do salário em horas de trabalho. Ele diz respeito, isto sim, à possibilidade de poupança

---

deste princípio neoclássico não exige a *igualdade* do VPMg com o preço (P) do insumo, mas com o seu "custo total", incluindo-se aí o seu custo de oportunidade *vis-à-vis* os insumos físicos alternativos. Nesta formulação tudo o que importa é que a rentabilidade *por unidade de custo* seja uniforme para o conjunto dos insumos, tal que o VPMg1/P1=VPMg2/P2. E nesta formulação a compatibilidade com o modelo ricardiano é inquestionável. Além disso, na agricultura - onde Ricardo admite que a produtividade marginal do trabalho é decrescente no curto prazo (como sua teoria da "renda intensiva" deixa claro) a identidade da leitura ricardiana com o caso neoclássico mais simples é imediata. **Neste sentido, poder-se-ia dizer que as teorias neoclássica do equilíbrio da firma e da distribuição são generalizações "equilibristas" da teoria ricardiana do progresso técnico e da renda intensiva.** Este ponto (extremamente importante, do nosso ponto de vista) receberá tratamento mais acurado no quinto capítulo deste trabalho, onde trataremos da teoria neoclássica da distribuição.

[69]A despeito do rápido deslocamento da curva de oferta de curtíssimo prazo, que (como vimos acima) Ricardo associa, antes à "imigração" (ou, em sentido mais geral, à atração de trabalhadores da periferia do sistema para o mercado industrial), do que a "lei" malthusiana da população.

absoluta de mão-de-obra, a partir do rebaixamento do custo de produção do maquinário e dos insumos físicos em geral[70]. É por não haver se apercebido desta possibilidade anteriormente que Ricardo faz a célebre autocrítica do capítulo XXXI, onde diz:

> "Meu erro consistia em supor que sempre que o rendimento líquido da sociedade aumentasse, seu rendimento bruto também aumentaria. Agora, no entanto, tenho razões suficientes para pensar que o fundo de onde os proprietários de terra e os capitalistas obtêm o seu rendimento pode aumentar enquanto o outro - aquele de que depende principalmente a classe trabalhadora - pode diminuir. Consequentemente, se estou certo, a mesma causa que pode aumentar o rendimento líquido do país, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida da população."[71]

Não há como deixar de saudar este achado ricardiano. Formalizado, proporcionará o núcleo da teoria neoclássica do progresso técnico. E, articulado à teoria da alienação e da mais-valia relativa, fundamentará a leitura marxiana da "lei geral da acumulação capitalista", que se desdobra na lei de tendência à negação do trabalho vivo.

Só que a produtividade teórica da descoberta de Ricardo não se esgota aí. Contraditoriamente, o principal subproduto da descoberta de que o sistema pode se reproduzir ampliadamente com poupança líquida de mão-de-obra é pôr por terra toda a teoria distributiva dinâmica de Ricardo. Afinal, ao reconhecer que a demanda por trabalho é não apenas uma função da taxa de salário, mas é uma função instável da mesma - com o progresso técnico recorrentemente deprimindo a demanda de trabalho vivo -, Ricardo não poderia deixar de esvaziar completamente sua tese da inexorabilidade do crescimento da renda e dos salários em detrimento do lucro.

E não há como se subestimar o peso deste resultado para a sustentação do próprio padrão clássico de interpretação econômica. Na realidade, **ele abrirá uma ferida profunda no projeto teórico ricardiano mais geral, assentado na crença de que a Economia Política é a ciência "necessária e suficiente" para o desenvolvimento de prognósticos rigorosos em torno da evolução do sistema econômico**. Esta crença - que se desdobra na crença em uma "política econômica científica", voltada ao enfrentamento dos desdobramentos mais perversos da evolução (teoricamente antecipada) do sistema - sofrerá o golpe associado à revelação da interdependência estrutural e complexa dos sistemas produtivo (com suas conexões técnico-científicas), distributivo (com suas conexões histórico-institucionais) e de formação de preços (cuja articulação aos outros

---

[70] Vale a pena observar que a distinção é a que fornece os fundamentos para a distinção neoclássica entre deslocamento *sobre* uma função de produção e deslocamento *da* função de produção. Rigorosamente falando, o progresso técnico diz respeito apenas ao último movimento.

[71] RICARDO, D. Op. cit. p. 262.

dois sistemas se mostra não apenas lógica, mas teoricamente complexa, pois mediada pela desconhecida **instituição** chamada mercado)[72].

Não há como estranhar-se, portanto, que a falência do modelo dinâmico distributivo ricardiano tenha conduzido à "Crítica da Economia Política". Ele solicita esta crítica. E ela se fará; duplamente. Em uma primeira versão, afirmativa (pois que preserva os objetivos prospectivos e pragmáticos da investigação científica), a crítica se estrutura dentro de um projeto de **transcendência** da Economia Política, através da internalização para si dos objetos que a tradição clássica considerava exógenos e pensava poder tratar como "dados". A segunda versão da crítica, negativa, estrutura-se dentro de um projeto de circunscrição do objeto da Economia, extirpando-lhe suas veleidades "políticas", para constituí-la como "ciência pura". Neste movimento, abrir-se-á mão de teorizar "tendências", bem como de qualquer tentativa de estruturar a "política econômica" sobre bases científicas[73]. Tudo o que importa é o desenvolvimento de um instrumental que permita aprisionar teoricamente o jogo de interações das variáveis econômicas, de tal forma a trazer à luz as infinitas possibilidades postas no mesmo, bem como sua solução pelo mercado.

Mas se o antagonismo destes dois projetos críticos é claro e recorrentemente resgatado na literatura de história do pensamento econômico, a raiz comum que os alimenta - e os faz momentos opostos de uma unidade contraditória - tem permanecido na obscuridade. Tal como procuramos demonstrar aqui, contudo, esta unidade existe, e deita raízes na ampla e contraditória herança ricardiana. Na verdade, do nosso ponto de vista, o marxismo e o neoclassicismo são filhos tão legítimos de Ricardo quanto o próprio neo-ricardianismo. Com a única (mas substantiva) diferença de que a herança reclamada pelos dois primeiros projetos teóricos diz respeito ao que há de mais rico em Ricardo: sua teoria da produção, base necessária (e quase suficiente) à crítica da teoria ricardiana ("pura") da distribuição.

---

[72] Como veremos ao final do capítulo sexto e na conclusão deste trabalho, esta crise metodológica e de agenda do ricardianismo se reproduz, hoje (ainda que de forma necessariamente transformada e superior), na crise metodológica e de agenda da economia política keyneso-kaleckiana.

[73] Como veremos adiante, esta "circunscrição" é ela mesma contraditória; uma vez que envolve tomar a Economia como "ciência do comportamento racional" num plano onde a abstração das determinações institucionais se resolve na re-endogeneização abstrata e des-historicizada das mesmas. Por enquanto, podemos ficar com a forma mais simples deste projeto, onde a "política" é simplesmente negada.

CAPÍTULO II

MARX E O RICARDIANISMO DE ESQUERDA

"As consequências todas do fato de a distribuição capitalista ser um fenômeno de valor não foram vistas claramente ... por Ricardo. Foram vistas por Marx."

Joseph Schumpeter, *História da Análise Econômica*

1. Introdução

A teoria ricardiana "pura" do valor e da distribuição não marca a história do pensamento econômico apenas por ser a primeira tentativa consequente - ainda que não plenamente satisfatória - de enfrentamento da questão distributiva em termos de uma unidade de conta especificamente econômica. Se este fosse o seu único apelo, o poder de atração deste sistema nos dias atuais seria muito menor do que de fato é. Afinal, os problemas formais do mesmo - cuja expressão mais simples é a inidentidade valor/preço - estão longe de ser insignificantes; e, após Ricardo, distintas escolas do pensamento econômico desenvolveram todo um conjunto de formulações alternativas ao sistema deste autor que carregam problemas formais, senão menores, pelo menos menos evidentes.

Contudo, a teoria ricardiana "pura" do valor e da distribuição carrega consigo um apelo que não é propriamente teórico: ela nos fornece uma visão da Economia em geral e da equação distributiva em particular que é tão simples quanto potencializadora da crítica ao *status quo* distributivo e ao seu desenvolvimento tendencial. E este apelo é suficientemente forte para compensar, na perspectiva de seus adeptos, as debilidades internas da construção.

Já em Ricardo, os desdobramentos político-utópicos de sua construção teórica eram explorados consequentemente na luta contra as *corn laws* e no desenvolvimento de todo um programa de tributação que penalizava fortemente os rendimentos dos terratenentes em prol dos lucros capitalistas e dos salários[1]. Mas será entre seus seguidores "de esquerda" que as

---

[1] Vide RICARDO, D. *Princípios*. Op. cit., em particular os capítulos X ("Impostos sobre a renda da terra") e XXII ("Prêmios às exportações e proibição de importação").

potencialidades ideológico-críticas da versão "pura" da teoria do valor e da distribuição de Ricardo vão se manifestar com a máxima clareza, desdobrando-se em um sistema teórico-utópico muito simples. Sua base é a aceitação da categoria valor como uma unidade de conta do produto social semi-independente da categoria preço; seu desdobramento, é a reafirmação da oposição simples e direta do lucro (o trabalho não pago) com os salários (o trabalho pago) que - inaparente num sistema onde as mercadorias são contabilizadas em termos de preços - se revelaria plenamente num sistema contabilizado em valor-trabalho; e sua conclusão é a afirmação do caráter injusto da ordem burguesa, e a defesa da elevação dos salários (ou, se se preferir uma caracterização menos comprometida com a ordem burguesa, da elevação dos "rendimentos dos trabalhadores") até que todo o produto do trabalho social seja apropriado pelos últimos[2].

É fácil perceber que, neste nível de determinação, o ricardianismo de esquerda é uma construção teórica tão disseminada no interior da Economia Política Crítica quanto, usualmente, não identificada como tal, mas simplesmente como marxismo. E isto não é gratuito, mas explicável por duas determinações independentes. Em primeiro lugar, há, de fato, um certo nível da construção teórica de Marx que se confunde com o que estamos caracterizando aqui como ricardianismo de esquerda. Mais exatamente, Marx vai reconhecer um espaço próprio da categoria valor *vis-à-vis* a categoria preço. E Marx também vai admitir que - no plano mais geral e ainda sub-determinado destas categorias - salários e lucros se contrapõem de forma simples e direta. Finalmente, Marx também admitirá o caráter "injusto" (num sentido muito particular do termo, que não se quer propriamente ético, mas socialmente objetivo) da apropriação burguesa, e buscará promover a superação desta pela "expropriação dos expropriadores".

Contudo, esta proximidade de princípios da leitura marxiana e da leitura ricardiana de esquerda está longe de conformar uma identidade. E isto, desde logo, porque, **para Marx, a contraposição entre salários e lucros só é "simples e direta" no plano da definição destas categorias enquanto partes alíquotas de um "dado" trabalho social**. Só que - e este é o ponto crucial - o trabalho social só pode ser pensado como "dado" quando é "dada" a demanda capitalista por (força de) trabalho. E, em Marx, esta demanda está longe de ser independente da distribuição ou - de forma ainda mais geral - da luta distributiva[3]. Para além disso, em Marx, a contradição definicional de salários e lucros em termos de valor (ou, para ser mais exato, a

---

[2] Sobre a imanência deste sistema teórico-utópico à construção ricardiana original, vide MARX, K. *Teorias da Mais-Valia*. Vol. II. Op. cit. p. 599.

[3] Trataremos deste ponto exaustivamente em nosso capítulo terceiro. Por enquanto, é suficiente entender que o resgate marxiano da teoria ricardiana do progresso técnico é absolutamente radical, e se resolve em uma leitura cética da eficácia da luta sindical na alavancagem da redistribuição do produto social em prol dos trabalhadores no capitalismo.

contradição entre trabalho pago e mais-valia) não tem de ser confirmada em um sistema de preços. Da mesma forma que não precisa ser confirmada em um sistema de preços a obviedade de que, um dado conjunto de valores de uso não se altera com a divisão do mesmo entre trabalhadores e não-trabalhadores.

Por oposição a Marx, o ricardianismo de esquerda ignora a primeira questão acima, e toma a última como um problema sério. E o faz na medida em que - na esteira do primeiro Ricardo - toma a tecnologia, a demanda por (força de) trabalho e o produto social como "dados"; ao mesmo tempo em que considera o trabalho meramente como aquela "mercadoria especial" que "resta" após o exercício teórico de integração vertical perfeita das diversas indústrias. Mas - e esta é a grande questão dos ricardianos de esquerda -, quando a integração vertical smitho-ricardiana é feita corretamente, a mercadoria (força de) trabalho não "resta" sozinha, mas ao lado do salário, da taxa de lucro e do "tempo". E - na lógica de todo e qualquer ricardianismo - é preciso demonstrar que estas variáveis não são determinações independentes do produto e dos preços. O que só seria possível pela demonstração de que o sistema de preços é não apenas compatível com o sistema de valores, mas que **resulta** deste. Afinal, ou o sistema de valores serve para **fundar** e **explicar** o sistema de preços, ou ele é uma construção cientificamente desnecessária. Neste caso, ele se revelaria como uma mera construção ideológica e apriorista dos "defensores do trabalho contra as pretensões do capital"[4].

Ora, afirmamos acima que a construção marxiana é usualmente confundida com o ricardianismo de esquerda em função de duas determinações independentes. E até agora só trabalhamos com a primeira, vale dizer, com o fato de que, num plano muito geral e abstrato de determinação, Marx valida o ricardianismo de esquerda. Porém, os desenvolvimentos do último parágrafo já deixam clara a segunda determinação da confusão aventada. Trata-se de que, **até a emergência da obra disruptiva de Piero Sraffa, a agenda teórica do ricardianismo de esquerda - que é virtualmente restrita à demonstração da consistência dos sistemas de valores e preços através da "transformação" dos primeiros nos últimos - se confundia com *parte* da agenda teórica marxista**.

---

[4] A referência é ao trabalho clássico de HODGSKIN, T. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital.* São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas). Hodgskin foi o maior dos ricardianos de esquerda pré-marxistas. A avaliação que Marx faz dos trabalhos deste autor nas *Teorias da Mais-Valia* é uma fonte valiosa de compreensão dos pontos de contato e das diferenças do ricardianismo de esquerda com a leitura especificamente marxiana. Vide MARX, K. *Teorias da Mais-Valia.* Vol. III. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 1312 e segs.

Afinal, tanto em Ricardo quanto em Marx - ainda que de forma distinta - os valores funcionam como *proxy* dos preços. De forma que a demonstração da consistência entre os dois sistemas também cumpre um papel no sistema marxiano. E um papel que, de forma alguma, é menor. Apenas é distinto do papel teórico que lhe atribui Ricardo ou seus seguidores "de esquerda". **Enquanto em Marx demonstrar a consistência dos dois sistemas é fundamental para que se demonstre a consistência teórica de todos aqueles seus desenvolvimentos em que os valores são tomados como *proxy* dos preços, no ricardianismo de esquerda a transformação é fundamental para que se prove que o lucro é "puro sobre-trabalho e nada mais do que sobre-trabalho".**

Uma das consequências secundárias da obra de Sraffa foi a de (re)trazer à tona as diferenças de perspectiva e agenda teórica do ricardianismo de esquerda e do marxismo. Estas diferenças - que se ocultaram ao longo de quase um século de peculiar (até porque mais formal do que real) hegemonia do marxismo no interior da Economia Política Crítica - vieram a se revelar abruptamente a partir da demonstração da possibilidade de determinação dos preços de reprodução de um sistema estático sem qualquer referência aos valores. Tal demonstração caiu como uma verdadeira "bomba" no campo do ricardianismo de esquerda; gerando três reações distintas mas portadoras de uma mesma raiz: a adesão integral ao sistema sraffiano, com o abandono simultâneo das categorias de valor e mais-valia; a adesão "crítica" ao novo sistema, a partir de uma tentativa de salvaguarda sócio-filosófica para aquelas categorias "economicamente" ociosas; e a resistência *tout court* ao novo sistema - identificado como absolutamente deletério a qualquer tentativa de comprovação científica da "exploração" - a partir, de um lado, da denúncia do caráter fetichista de um sistema de "produção de mercadorias por meio de mercadorias", de outro, da retomada dos esforços transformacionistas[5].

Do nosso ponto de vista, estas três reações carregam em comum uma mistificação do significado teórico da obra de Sraffa; que parece tomar a forma de uma versão científica de "Mefistófeles", a cujos apelos e promessas os distintos Drs. Faustos, ou se entregam felizes e sem culpa, ou se entregam envergonhados e culpados, ou recusam com reafirmações de fé e complexos exercícios de álgebra linear. E uma tal mistificação se assenta sobre uma única e

---

[5] Quem conhece o debate "italiano" dos anos 60 e 70 em torno do impacto da obra de Sraffa sobre a teoria do valor de Marx poderá, facilmente, identificar autores que se encaixam - de uma forma necessariamente aproximada - dentro de um destes três padrões de reação. Para uma revisão deste debate, recomendamos a coletânea GAREGNANI, P. et. al. *Debate sobre la teoría marxista del valor.* Mexico: Siglo XXI, 1979 (Cuadernos de Pasado y Presente). Para uma atualização do debate nucleada por posições críticas ao "adesismo" ao sistema de Sraffa e de defesa do projeto transformacionista, vide MANDEL, E. and FREEMAN, A. (eds.) *Ricardo, Marx, Sraffa: the Langston Memorial Volume.* London: Verso, 1984.

exclusiva base: o compromisso metodológico e objetal dos distintos Faustos com a problemática do primeiro Ricardo, para a qual Sraffa-Mesfistófeles apresenta uma solução tão ousada e logicamente rigorosa, quanto deletéria do projeto de demonstração da consistência científica das categorias valor e mais-valia a partir de sua funcionalidade/essencialidade para a determinação dos preços e da taxa de lucro sistêmicas.

Mas a questão é: por que o ricardianismo de esquerda percebe a categoria valor como uma categoria que solicita "comprovação científica"? E a resposta: porque no ricardianismo o (valor)trabalho aparece como um **resultado** de um processo de análise dos preços, cuja pertinência teórica como unidade de conta econômica tem de ser comprovada a partir de sua capacidade de (re)sintetizar o sistema de preços de que se partiu. O que envolve um movimento teórico radicalmente distinto do movimento marxiano. Neste autor, por oposição, o trabalho é uma espécie de "ponto de partida" da análise econômica. Um ponto de partida que não se ergue sobre si mesmo, mas sobre uma investigação científica (e não "filosófica", ainda que especulativa) sobre a História e a consciência.

Demonstrar estas assertivas é o objetivo deste e dos dois próximos capítulos. Evidentemente, esta não é uma tarefa fácil. De forma que somos obrigados a solicitar ao leitor certa tolerância com uma dinâmica de desenvolvimento da argumentação que não poderá deixar de parecer cronicamente insuficiente até a conclusão da mesma no capítulo quarto deste trabalho. Mais especificamente, solicitamos tolerância para intentar um exercício de desenvolvimento de nossas hipóteses de trabalho que, a muitos, parecerá invertido. E isto na medida em que começaremos nosso trabalho de reapresentação da teoria marxiana do valor e da distribuição pela tentativa de desmontar os seus elos (para nós, essencialmente falsos) com o ricardianismo de esquerda. O que envolve partir da crítica do projeto "transformacionista" em suas versões modernas e pós-sraffianas. Este é o nosso objeto da seção subsequente deste capítulo.

2. Para a crítica do projeto transformacionista

Tal como sinalizamos na seção acima, do nosso ponto de vista, o projeto da transformação é um projeto superado. E isto não por qualquer dificuldade formal-algébrica do processo de transformação. A este nível, o transformacionismo pode ser considerado um

sucesso; o que é reconhecido tanto por críticos mordazes da teoria econômica marxiana[6], quanto por autores que - como nós mesmos - são críticos da perspectiva de que a transformação (em sentido rigoroso: de comprovação de que os valores **resultam** nos preços a partir de um movimento de mudança de **forma** daqueles primeiros) seja possível ou necessária à validação da teoria marxiana do valor e da exploração[7].

É bem verdade que, a resolução formal do "problema da transformação" nos termos de Morishima e Seton - cujo trabalho de 61, publicado na *Econometrica*, vai servir de referência virtualmente universal à retomada dos esforços transformacionistas imposta pelo "desafio neo-ricardiano" - deixa uma série de questões em aberto. No modelo destes dois autores, a "transformação" só é possível dentro de um quadro de especificações altamente restritivas. Em particular, é preciso considerar que cada mercadoria é produzida com uma única técnica de produção - o que é absolutamente contraditório com a teoria marxista da acumulação e da centralização - e que cada processo produtivo gera uma única mercadoria[8].

---

[6] A este respeito, vide, por exemplo, SIMONSEN, M.H. *Revista Brasileira de Economia*. "Número especial sobre Marx e a Revolução de Von Neumann". Vol. 38, n. 2, abr/jun. 1984. Já na página 5 deste trabalho, Simonsen reconhece que "**é possível resolver a charada do Livro III de *O Capital*, a transformação dos valores marxistas em preços de mercado competitivo**. A solução desse problema, que tantas dores de cabeça trouxe a Marx deve-se a Morishima, Seton e Okishio. A idéia central é estabelecer duas contabilidades separadas, uma em horas trabalho, outra em preços ... . Na primeira contabilidade as taxas de exploração se nivelam nos vários setores da economia. Na segunda, a equalização se processa nas taxas de lucro. Algumas fórmulas não muito indigestas e com algum sabor marxista interligam as duas contabilidades. Não há evidência de que Marx tenha pensado nesse sistema dual de contas. Também é de se indagar da utilidade das contas em horas trabalho." (O grifo é meu.)

[7] Veja-se, a este respeito, POSSAS, M. L. "Valor, preço e concorrência: não é preciso recomeçar tudo desde o início". in: *Revista de Economia Política*. vol. 2., n. 4, out-dez. 1982, pp. 71 e segs. Este trabalho de Possas é a referência principal dos nossos desenvolvimentos a seguir. Contudo, à diferença do autor, não intentaremos realizar qualquer demonstração formal da consistência dos sistemas de preços e valores, ou da possibilidade de transformação de um em outro. Para os interessados nesta dimensão da discussão, recomendamos fortemente a leitura do trabalho de Possas supracitado. E isto nem tanto pela originalidade dos desenvolvimentos formais do autor (que reconhece estar se baseando em MORISHIMA, M. and SETON, F. "Aggregantion in Leontief Matrices and the Labour Theory of Value". In: *Econometrica*. Vol. 29, n. 2, pp. 203/20.), mas pela **correta identificação e posição teórica da (dúplice) questão formal que, da perspectiva de Marx, há que se enfrentar no que tange à relação entre valores e preços,** quais sejam: 1) a demonstração da "possibilidade de construir em simultâneo e a *cada momento real* de existência da economia capitalista *ambos* os sistemas, o de valor e o de preço de preprodução, **mantidos em correspondência biunívoca (a tanto se reduz a chamada 'transformação') pelo menos núcleo comum da estrutura técnico produtiva ... .**" (POSSAS, M.L. Op. cit. p. 92; o negrito é meu); e 2) a demonstração da pertinência da lei do valor enquanto lei de valorização capitalista a partir da demonstração de que a "tendência à *elevação da produtividade do trabalho* ... [é] o elo teórico fundamental que permite vincular o valor das mercadorias ..., através de sua redução tendencial, ao *sobrelucro* como *motor* e *resultado* ... da competição capitalista ... [e que] esse efeito se manifesta necessariamente **pela redução tendencial do *preço de produção*, paralela à do *valor***". (Idem, pp. 108/9; o negrito é meu).

[8] Vide MORISHIMA, M. e SETON, F. Op. cit. p. 211. A questão - e uma proposta de solução - é apresentada com clareza no segundo capítulo de. MORISHIMA, M. e CATEPHORES, G. *Valor, exploração e crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 31 e segs.

Contudo, estas limitações do modelo original de Morishima e Seton, longe de desestimular os esforços transformacionistas, serviram apenas para redefinir (e ampliar) a agenda dos que insistem na perspectiva de que o sistema de preços deve **resultar** de um sistema de valores determinado independentemente do primeiro. Uma agenda que se vê crescentemente ampliada pelo debate em torno da consistência teórica das distintas propostas de redeterminação das categorias marxistas de "valor", "trabalho socialmente necessário" e "trabalho incorporado" que visam driblar os problemas de indeterminação associados à multiplicidade de técnicas e à produção conjunta[9].

De forma alguma negamos a oportunidade de um tal debate, que contribui para trazer à luz certas ambiguidades categoriais de Marx e exercitar o enfrentamento das mesmas. Contudo, esta posição não se contrapõe à crítica anterior à pertinência dos esforços transformacionistas em sentido estrito. E isto na medida em que os problemas deste projeto não se encontram no plano da "forma", mas de seu conteúdo mesmo. Ou, para ser mais claro: de sua função e sentido. Expliquemo-nos.

Tal como Sraffa demonstrou, é possível derivar-se diretamente de um sistema econômico em estado de reprodução - vale dizer, de um sistema onde a produção de qualquer insumo físico seja igual ou superior à sua quantidade demandada com fins reprodutivos - os preços que

---

[9] Vide, por exemplo, o trabalho de Morischima e Catephores supracitado, onde o resgate de uma passagem de *A Miséria da Filosofia* serve à defesa de que o "verdadeiro" (o termo é dos autores) "valor de uma mercadoria é agora definido como o montante de trabalho .... mínimo requerido para a sua produção". (Op. cit., 44.) E, na sequência, os autores, especulam sobre as motivações de Marx para tomar, no texto referido, a firma e/ou o padrão técnico mais produtivo como o determinante do "verdadeiro valor". Segundo os autores:: "Provavelmente, Marx teria formulado essa definição com a intenção de aplicá-la ao caso em que os coeficientes de insumo de trabalho são variáveis. Mas é igualmente aplicável à tecnologia com coeficientes de insumos físicos variáveis, de modo que constitui uma definição perfeitamente adequada ao caso em que as firmas são capazes de escolher entre processos alternativos de produção". (Idem, ibidem.) Do nosso ponto de vista, o resgate de uma curta passagem de um texto polêmico e não-especificamente econômico de Marx dos anos 40 não é o principal problema da "solução" de Morishima. O problema maior é o "tecnicismo" - de clara inflexão ricardiana - desta solução. Se se quer escapar desta circunscrição metodológica, contudo, impõe-se reconhecer **na concorrência** - e, como tal, no plano do sistema de preços - determinações relevantes do sistema de valores. O que, desde logo, envolve um rompimento sem volta com o "transformacionismo unilateral" (**dos** valores **para** os preços). É exatamente este o movimento que realiza Possas no texto já citado, ao diferenciar os sistemas de "valores" compatíveis com um sistema estático de "preços de reprodução" (onde se impõe a hipótese de uma taxa de lucro uniforme como o padrão mais simples, geral e ainda abstrato de determinação da apropriação capitalista de excedente) e com um sistema competitivo de "preços de produção" (onde a hipótese de taxa de lucro uniforme é relaxada pela introdução das determinações próprias à diversidade dos capitais em sua luta pela apropriação do excedente). (Veja-se POSSAS, M. L. Op. cit. pp. 89 e segs.) Esta solução de Possas - aparentemente tão heterodoxa - é, do nosso ponto de vista, a única consistente com a perspectiva metodológica mais geral de Marx. A efetiva compreensão deste ponto, contudo, pressupõe a determinação dos fundamentos "ontológicos" (apenas apontados por Possas; Idem, p. 81) do valor-trabalho, que definem o plano da efetiva autonomia desta categoria *vis-à-vis* os preços. Este é o nosso tema do capítulo quarto.

garantem a redistribuição das mercadorias de acordo, simultaneamente, com as necessidades técnicas e os critérios sociais de isonomia formal dos agentes intercambiantes (taxas de salário e lucro uniformes). Da mesma forma (e a demonstração desta assertiva é latente no modelo de "trabalho datado" de Sraffa), a introdução das hipóteses restritivas necessárias (em torno, por exemplo, do padrão de conversão do trabalho complexo ao simples), nos permite derivar do mesmo sistema mercantil-material de reprodução um sistema de "valores" que explicitem as quantidades de trabalho (socialmente) necessárias à produção de cada uma e do conjunto das mercadorias do sistema.

Estes dois sistemas - o sistema de preços e o sistema de valores - têm uma base técnica comum que os define e os articula de forma unívoca. O que, intuitivamente, já nos leva a perceber que deve haver uma forma de passar de um sistema ao outro sem que se recorra explícita e diretamente ao sistema técnico-material comum que os une e determina. **Ao nível formal, o "problema da transformação" não é mais do que alcançar a realização da referida passagem em um sentido específico; vale dizer, no sentido "dos valores para os preços", por oposição ao movimento (a princípio) igualmente viável "dos preços para os valores".**

Mas o problema **teórico** deste movimento é que a obtenção processo formal "transformação" de valores em preços (ou vice-versa) não "revela" mais do que o fato já sabido de que os valores pertinentes a um dado sistema material-reprodutivo e os preços que garantem e estruturam a reprodução mercantil do mesmo estão reciprocamente relacionados. Mas não nos diz nada sobre o conteúdo desta relação.

Com isto, o que queremos dizer é tão somente que a "transformação formal" não nos proporciona qualquer esclarecimento sobre a **qualidade** da relação entre valores e preços. Se se quer provar que os valores são, de alguma forma, mais "fundamentais" que os preços e "fundantes" destes, é preciso realizar um movimento teórico completamente distinto. Mais exatamente, é preciso **teorizar** - por oposição à mera derivação analítico-algébrica - o processo de formação de preços. O que - após a demonstração por Sraffa da possibilidade de determinação do sistema de preços diretamente do sistema produtivo - envolve resgatar os determinantes econômicos e sociais do sistema produtivo que dá origem ao sistema de preços.

Infelizmente, porém, a posição de uma tal questão (tão necessária, quanto absolutamente ignorada pelo "ultra-ricardiano" Sraffa, no qual o sistema técnico parece ser auto-referido) não facilita muito o trabalho do "transformacionismo". E isto porque, quando se coloca a questão dos determinantes de uma certa conformação produtiva, não é possível fugir-se do reconhecimento de que - dadas as alternativas técnico-produtivas - ela é influenciada por um sistema de demanda

(hegemonizado pela demanda capitalista, da qual resulta o nível de emprego, que co-determina a demanda dos trabalhadores por bens de consumo) e avaliação onde a variável **preço** é a variável de referência fundamental. Ou mais exatamente: se se rompe com a perspectiva sraffiana de tomar a estrutura técnico-produtiva como dada e aceitamos que ela mesma resulta de um sistema de de avaliação centrado na busca (maximizadora ou não estritamente maximizadora, no momento isto não importa) de **lucro**, o que fica claro é que **os preços** (e não os valores) **assumem o papel central de referenciar as decisões de "demanda produtiva" dos agentes mercantis capitalistas que definem a estrutura do sistema material de reprodução.** E como os valores resultam do sistema material de reprodução, concluir-se-ia que **os valores resultam dos preços, e não o contrário.**

É bem verdade que uma tal conclusão não pode ser absolutizada. Afinal, mesmo em termos "ortodoxos" os preços (e a estrutura produtiva) são função das duas "lâminas da tesoura". E, do "lado da oferta", os custos de produção incluem os custos salariais totais e, portanto, são função do "quantum de trabalho" empregado na produção das diversas mercadorias. O que poderia se traduzir na assertiva de que, se os valores são função dos preços, estes também são função dos valores.

Sem dúvida! E poder-se-ia ir mesmo mais longe. Se recuperamos a perspectiva tipicamente neo-ricardiana (ainda que apenas implícita em Sraffa, como Possas bem denunciou[10]) de constância dos retornos de escala para as distintas indústrias e de unicidade do padrão técnico de incorporação relativa dos distintos insumos produtivos, podemos mesmo pretender que são as condições de oferta que definem os preços, enquanto as condições de demanda definem apenas as quantidades produzidas. O "único" problema é que um tal movimento nos coloca no plano do ricardianismo mais simplório e vicioso (para adotar a terminologia de Schumpeter), e não no plano da reflexão de Marx. E - o que é ainda mais sério - não contribui minimamente para "provar" a precedência dos valores sobre os preços. Apenas nos diz que, se o sistema técnico-produtivo é dado, os valores também o serão. E, neste caso - vale dizer: no caso ricardiano "puro" - os preços serão função do sistema técnico-produtivo - que define os valores - e da distribuição.

O que nos coloca novamente na trilha de Sraffa. Uma trilha que só nos reconduz ao "trabalho" pelo caminho da ponderação temporal; vale dizer, pelo reconhecimento de que, se os preços são função do "trabalho" (ou, se se quiser, do valor), eles **também** o são da taxa de lucro e do "tempo" (que traduziria, ao lado do trabalho-valor, a influência da "técnica de produção" que

---

[10] Vide POSSAS, M. L. . "Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração." Op. cit. p. 587.

se supõe "dada"). Um resultado muito desconfortável aos que querem **fundar** os preços nos valores-trabalho; mas nem tanto - como bem o notou Napoleoni (contrapondo-se a um certo neo-ricardianismo ufanista) - aos que querem fundá-los numa teoria dos custos de produção associados ao custos de comando de "fatores escassos". Afinal, a partir do sistema de Sraffa:

> "ou se determinam 'tranquilamente' os preços independentemente das quantidades de trabalho, ou, se se quiser que estas quantidades intervenham de alguma maneira, deve evidenciar-se que elas, por si sós, não podem determinar os preços, uma vez que para isso é necessário um outro elemento, ou seja, a colocação do próprio trabalho na série de fases ou períodos que 'estão por detrás' da produção de cada mercadoria. Desta forma se abre a via a uma teoria dos 'fatores' (que ... é a teoria moderna ou 'burguesa'): o trabalho é um fator entre outros (de que são enventualmente portadoras outras classes sociais), perdendo-se a teoria do valor-trabalho."[11]

Ou melhor: perdendo-se a versão "teoria dos preços" da teoria do valor-trabalho. Vale dizer: perdendo-se, por falta de sentido e consistência **teóricos** (e não por falta de consistência algébrica), o projeto transformacionista. Mas não a teoria do valor-trabalho propriamente dita. Pelo menos não em seu sentido estritamente marxista.

E isto, de forma alguma, porque - como procura defender Napoleoni - esta ainda faça sentido em um plano "filosófico"[12]. Nem, muito menos, porque, como eventualmente parece

---

[11] NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Presença, 1980, p. 98. Esta contraposição de Napoleoni ao senso comum neo-ricardiano deve ser bem entendida. Napoleoni não ignora o significado crítico da demonstração sraffiana da impossibilidade de se tomar, independentemente dos preços, o "capital" como um "fator de produção" mensurável por qualquer medida técnica-temporal. Mas esta crítica só atinge as versões neoclássicas da teoria dos fatores que querem fazer do "capital" um fator "primário" equivalente ao trabalho e à natureza. Este não é o caso geral, e, em particular, não é a teoria de Böhm-Bawerk, o maior crítico (e leitor) neoclássico de Marx. Com já o disse Napoleoni: "en lo que respecta a Böhm-Bawerk, el hecho de que Sraffa se trague la impossibilidad de medir el capital en términos de una magnitude única es banstante menos importante que el hecho de que la sraffiana 'reducción a cantida de trabajo datada' confirma la idea böhm-bawerkiana de la presencia, en el valor, del trabajo y de un elemento originario vinculado al capital, ya que el excedente de Sraffa podría muy bien ser tomado como punto de referencia para dar base racional a la famosa 'tercera rázon' que Böhm-Bawerk invocaba para explicar el interés". (NAPOLEONI, C. "Nos obliga a recomenzar todo desde el principio". In: GAREGNANI, P. et. al. Op. cit. p. 164. Para um contato com a teoria böhm-bawerkiana do capital, recomendamos a leitura dos capítulos II ("A natureza do capital") e III ("A controvérsia em torno do conceito de capital") de BÖHM-BAWERK, E. *Teoria Positiva do Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1986 (Os Economistas).

[12] Segundo Napoleoni: "O conceito de valor é, sem dúvida nenhuma, a parte da teoria marxista do capitalismo que serve de fundamento [à] ... visão do próprio capitalismo como realidade contraditória. Porém, foi igualmente precisado que em Marx se encontra também a continuação do discurso científico da economia política clássica, um discurso que, justamente enquanto científico, deve ignorar a categoria da contradição (sic). Ora, não parece suscitar dúvidas que o conceito de preço pertence a este segundo aspecto do pensamento de Marx. Mas então a tentativa de estabelecer uma relação *matemática* entre preço e valor significa arrancar o conceito de valor do contexto 'filosófico' no qual tem origem (sic), para o colocar num contexto que o torna desprovido de sentido como conceito distinto do de preço. Em suma, se é verdade ... que existe uma dicotomia entre um Marx 'filósofo' e um Marx 'cientista', a ausência nele de uma solução para o problema da transformação seria interpretada como uma expressão - e até, provavelmente,

pretender Morishima, o "teorema marxista fundamental" só diga respeito mediatamente à relação valor/preço, estando referido, de fato, à relação mais-valia/lucro e à questão da impossibilidade do último sem a presença da primeira[13]. Do nosso ponto de vista, estas duas "defesas" do valor-trabalho em Marx são tão equivocadas quanto eivadas de um logicismo e a-historicismo que é tipicamente ricardiano. Superá-las, contudo, pressupõe o reconhecimento da existência de propostas alternativas (ainda que não rigorosamente antagônicas) de "desricardianização" de Marx.

3. Desricardianizando Marx

Ao final dos anos 70, o debate em torno dos impactos da obra de Sraffa sobre a teoria do valor-trabalho vai esmorecer a partir da capitulação ao neo-ricardianismo de figuras que, como Napoleoni, participaram da resistência inicial à teoria econômica radicalmente estruturalista e anti-humanista que parece emergir daquele trabalho. Será, assim, somente nos anos 80, no vácuo definido pela crise do ricardianismo de esquerda, que se porão as bases objetivas para a articulação e socialização de uma resposta radicalmente nova aos problemas (interdependentes) da "transformação" e da função teórica da categoria valor em Marx.

---

a expressão principal - dessa dicotomia." NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica.* Op. cit. pp. 99/100. Esta dicotomia entre filosofia e ciência pautada numa pretensa (porquanto dogmática e idealisticamente postulada) incompatibilidade da última para com qualquer discurso sobre a (e que se realize pelo resgate da) contradição é a transparente expressão metodológica da filiação ricardiano de esquerda de Napoleoni. A especificidade de Napoleoni - bem como de todos os ricardianos de esquerda que se entregam a Sraffa-Mefistófeles com a consciência (e a culpa) de haverem deixado algo de "bom" para trás - encontra-se no fato de que este autor alcança identificar com clareza as funções "não-precificantes" do valor em Marx. Apenas não sabe o que fazer com elas no interior de uma reflexão "científico rigorosa", e as desloca para o limbo da "metafísica". (Voltaremos a estas questões adiante.)

[13] Vide MORISHIMA, M. e CATEPHORES, G. Op. cit. pp. 53 e segs. O principal (e, nem de longe, o único) problema das tentativas de interpretar (e reduzir) o "problema da transformação" a uma questão referida, antes à relação entre mais-valia e lucro, do que propriamente à relação entre valores e preços é da inconsistência **teórica** da demonstração de que sem mais-valia não pode haver lucro. Afinal, poder-se-ia igualmente bem pretender que, sem excedente físico, não haveria lucro, e sem lucro, não haveria mais-valia. Vale dizer: em si e por si, o (assim chamado) "teorema marxista fundamental" apenas (re)afirma que os três sistemas têm de ser compatíveis entre si, sendo insuficiente para o estabelecimento de qualquer hierarquia teórica entre os mesmos. Para que se estabeleça esta hierarquia é preciso pensar primeiro quais são as condições sociais-materiais necessárias e suficientes para que uma economia mercantil se reproduza de tal forma a gerar um **excedente apropriado mercantilmente** (vale dizer, no interior de relações de intercâmbio que tem a forma da equivalência) **pelos proprietários dos meios de produção;** não importando, a princípio, se este excedente é avaliado em termos físicos, em unidades de trabalho, ou em numerário. Quando a questão se coloca nestes termos, fica evidente a insuficiência de qualquer resposta que simplesmente parta da possibilidade (logicamente inquestionável) de se exprressar o produto social em termos de valor-trabalho, para derivar daí a possibilidade do lucro. Na realidade, esta possibilidade está referida a determinações **institucionais** e **competitivas**; e se o valor-trabalho tiver de cumprir algum papel no processo de determinação teórico-objetiva do lucro (como, do nosso ponto de vista, efetivamente cumpre), este papel terá de dizer respeito a determinações teórico-objetivas da ordem institucional-competitiva capitalista, e não a qualquer demonstração algébrica da consistência dos três sistemas de contabilidade do produto social.

Mas se a consolidação da consciência crítica ao projeto transformacionista é tardio (o que não poderia deixar de contribuir para uma certa desarticulação e sub-determinação das construções teóricas que se colocam numa perspectiva anti-transformacionista), por outro lado, a recusa em reduzir a teoria marxiana do valor a uma teorização sobre os preços é bastante antiga, manifestando-se em uma literatura significativamente diversificada. Será nesta literatura - que se objetiva em um leque de obras com as mais distintas preocupações temáticas, e onde pontificam autores tão díspares e expressivos como Lukács, Hilferding e Schumpeter[14] - que se encontrará as primeiras manifestações claras e bem determinadas de resgate da autonomia relativa e relevância teórica específica da categoria trabalho em Marx. E, por isto mesmo, a recuperação desta literatura será o ponto de partida da articulação de uma "leitura anti-transformacionista" do valor, onde esta categoria deixará de ser tomada primariamente como uma *proxy* (e/ou sustentáculo) dos preços, para emergir como a expressão superior de um complexo processo social que põe a comparabilidade dos trabalhos e a avaliação de sua produtividade a partir da objetivação/socialização do trabalho necessário à produção dos distintos bens materiais.

Mas se as bases teóricas de uma leitura anti-transformacionista do valor são amplas e ricas, esta própria amplitude e riqueza há de se desdobrar em uma multiplicidade de interpretações alternativas e não-necessariamente consistentes. O que não será de estranhar, tendo em vista que a própria unidade desta leitura - que não gratuitamente caracterizamos como "anti"-transformacionista - se embasa numa negação e não numa afirmação. E ainda que o que se negue não seja pouco - trata-se da pretensa filiação ricardiana da teoria do valor de Marx -, esta negação ainda é insuficiente para configurar uma vertente orgânica de interpretação da obra marxiana.

Para aqueles que se recusam a simplesmente deixar a questão "em pousio", esta fluidez teórica do anti-transformacionismo não é nada confortável. Na verdade, ela impõe uma reflexão sobre a reflexão já realizada, na busca da identificação daquelas vertentes de leituras não-ricardianas da obra de Marx que alcançam uma abrangência e consistência interior que as valida como alternativas efetivas ao ricardianismo de esquerda.

Fazendo nós mesmos esta "reflexão sobre a reflexão", alcançamos identificar uma única proposta de interpretação "anti-transformacionista" da teoria econômica de Marx que atende aos requisitos básicos de rigor, consistência, abrangência e adequação à obra do autor. E o núcleo articulador desta vertente é **o resgate da obra marxiana como uma reflexão teórica sobre os determinantes materiais da transformação econômico-social.** Um objeto central ao qual se

---

[14] O resgate dos trabalhos destes autores pertinentes à nossa discussão será feito adiante.

subordinam todos os desenvolvimentos teóricos de Marx postos no plano analítico da "estática" (comparativa ou não) e/ou do "equilíbrio", que cumprem funções meramente instrumentais-definicionais no âmbito da obra marxiana[15].

Evidentemente, um tal movimento teórico - ao levar a "desricardianização" de Marx para além da teoria do valor - já respeita a condição expressa acima de que uma leitura "anti-transformacionista" só pode se validar na medida em que ela resgata de forma consistente a partiular abrangência da reflexão marxiana (que se quer "totalizante", contrapondo-se claramente à circunscrita agenda teórica do ricardianismo de esquerda). Todavia, um tal projeto de desricardianização de Marx não tem de ser levado à frente a partir de uma única perspectiva. Na verdade, é possível identificar todo um leque de leituras "dinamizadoras" da obra de Marx, cujos extremos alternativos poderiam ser traduzidos metaforicamente pelas opções em "reler Marx a partir de Hegel" ou "reler Marx a partir de Schumpeter".

Desde logo é preciso esclarecer que, do nosso ponto de vista, estas duas opções extremas de "releitura desricardianizante" de Marx não só não são antagônicas, como têm de ser integradas se se quer fazer um resgate efetivamente radical e abrangente da obra marxiana. Contudo, temos de admitir que é possível pensar-se estas duas opções como contrapostas. E isto nem tanto a partir de uma diferença de inflexão temática - onde uma releitura hegeliana de Marx apareceria como "mais filosófica", enquanto uma releitura schumpeteriana seria "mais científica" ou "mais econômica" -; mas a partir de uma diferença que é metodologicamente mais significativa e teoricamente mais frequente. Estamos nos referindo à contraposição subjacente a duas forma de ler *O Capital*: como uma obra onde o desdobramento das categorias é pensado, ou como essencialmente "lógico", ou como rigorosamente "lógico-histórico".

Ora, a importância desta contraposição para a interpretação da teoria do valor, dos preços e da distribuição em Marx não pode ser subestimada. **A questão em foco é a de se se pode interpretar certos desenvolvimentos contraditórios em Marx como desenvolvimentos pertinentes a configurações teórico-históricas distintas ou como pertinentes a momentos analíticos e a níveis de abstração distintos de um mesmo sistema teórico (que seria**

---

[15] O que, desde logo, se contrapõe àquele ricardianismo que eleva estes desenvolvimentos analítico-categoriais ao papel de núcleo de uma reflexão já circunscrita à determinação das distintas posições de equilíbrio distributivo em um sistema produtor de excedente. Não será preciso esclarecer - tendo em vista nossos desenvolvimentos no capítulo anterior - que este ricardianismo não é todo Ricardo, circunscrevendo-se à problemática sraffiana. E, por isto mesmo, a "desricardianização" não pode ser absolutizada; tratando-se antes de uma radical "des-**neo**-ricardianização" de Marx. Vale dizer: o "Ricardo de Marx" fica; o que tem de ser exorcizado do mundo marxiano é o "Ricardo de Sraffa", ao qual se subordinam mesmo os críticos de esquerda deste último autor.

logicamente dinâmico, mas historicamente sincrônico). Uma questão metodológica mais geral que se objetiva em uma longa série de questões particulares, tais como: a ordem das categorias e *O Capital* espelha (de alguma forma) uma ordem histórica? Ou, nos termos de um problema clássico: é possível interpretar-se os desenvolvimentos da primeira seção do Livro I de *O Capital* como desenvolvimentos pertinentes ao processo de **gênese histórica** da ordem capitalista? E, em caso afirmativo: poder-se-ia pretender a existência concreta de uma sociedade mercantil pré-capitalista onde os valores efetivamente definissem as normas de intercâmbio? Ou, em caso negativo: poder-se-ia tomar a reflexão teórica de Marx como uma reflexão onde a passagem de uma categoria à outra espelhasse tão somente (ou essencialmente) um movimento de incorporação de determinações que foram abstraídas inicialmente por uma opção de simplicidade modelística? E, neste caso, como poder-se-ia pensar as "leis de movimento" enquanto leis de transformação da estrutura capitalista? Elas não impõem qualquer transformação ao sentido teórico e à hierarquia das categorias econômicas fundamentais?

Evidentemente, não seria possível tomar com seriedade nem uma leitura absolutamente "logicista" e "sincrônica" de Marx, nem uma leitura radicalmente "historicista" (e, no limite, "factualista") deste autor. Contudo, quando tomamos Hegel e Schumpeter como referências polares alternativas de leituras "desricardianizantes" de Marx, uma tal exclusão já está considerada. Na realidade, a pertinência da contradição à sincronia é um ponto tão importante da dialética hegeliana, quanto a diacronia é uma dimensão inalienável da dinâmica schumpeteriana. Contudo, esta especificação relativizadora da contraposição apontada acima não é capaz de negar o fato insofismável de que é só no interior de uma referenciação hegeliana que se pode sustentar uma leitura rigorosa da obra de Marx como "ciência da História"[16]. Uma referenciação que Schumpeter recusa explicitamente[17].

---

[16] Não será preciso esclarecer que uma tal afirmação já pressupõe uma certa leitura de Hegel como filósofo e teórico do "devir", vale dizer, do desenvolvimento tomado como processo objetivo, portador de uma temporalidade que não é meramente "lógica" (ou "ideal"), mas "teórico-cronológica, e que tem na História o seu plano mais rico e determinado de expressão. No capítulo quarto, procuramos determinar um pouco melhor (e dentro dos limites estreitos definidos pelo objeto de nossa pesquisa) esta nossa interpretação da filosofia hegeliana.

[17] Vide SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 26. Do nosso ponto de vista, a resistência de Schumpeter em admitir o plano rigorosamente histórico em que Marx situa sua investigação está na base de certas críticas equivocadas à(s) teoria(s) econômica(s) marxiana e marxista que pressupõem a abstração das circunscrições históricas rigorosas em que tais teorias se pretendem pertinentes. Um exemplo extremo deste equívoco é a avaliação crítica que Schumpeter faz da teoria marxista do imperialismo no *Capitalismo, socialismo e democracia.* Na página 77 deste texto, Schumpeter chega a afirmar que a colonização da Nova Inglaterra não se adapta de forma alguma ao modelo imperialista mais geral; como se, porventura, devesse fazê-lo na concepção de Marx ou de Lênin. Não é possível, contudo, superestimar este equívoco de Schumpeter. Na verdade (e algo contraditoriamente), este autor nutria uma grande admiração pela esforço marxiano de integrar Economia e História numa reflexão totalizante. Colocando-se numa perspectiva que mesmo muitos marxistas

Por outro lado, o fato de uma leitura hegeliana - ou, de uma forma mais geral, uma leitura "historicista" - de Marx ser mais ambiciosa, não a torna necessariamente mais correta, nem permite que a pensemos como auto-suficiente. Em particular quando se trata de pensar a "desricardianização" da teoria marxiana dos preços (por oposição ao valor) e da distribuição, o apelo à leitura schumpeteriana mostra-se absolutamente crucial.

E o reconhecimento desta dualidade não é problemático se, como já anunciamos, nos recusamos a tomar a tensão entre o "anti-transformacionismo sincrônico" e o "anti-transformacionismo historicista" como objetivamente antagônicos. Na verdade - e tal como procuraremos demonstrar nos dois próximos capítulos - a vertente historicista pode (e deve) ser tomada apenas como uma versão ampliada (e mais "ortodoxa", na medida em que preserva peças da construção marxiana que se tornam supérfluas ou inconsistentes em uma leitura sub-historicizada) da desricardianização de Marx levada a cabo a partir de uma leitura sincrônico-schumpeteriana. Por isto mesmo, é por esta última abordagem que se tem de começar. Antes de resgatá-la sistematicamente em nosso próximo capítulo, porém, cabe uma observação final.

Como já foi apontado, o apelo a Schumpeter como referência teórica da leitura "sincrônico-dinâmica" de Marx tem algo de metafórico. Uma metáfora que, evidentemente não é gratuita. Desde logo, ela explicita a contradição interna (ou os limites) do que estamos caracterizando como sincronia: trata-se de uma sincronia tão dinâmica, que - mais do que compatível - põe as bases da diacronia. Para além disso, Schumpeter é uma referência objetiva pela originalidade e caráter radicalmente anti-ricardiano de sua leitura de Marx[18]. Contudo, a exposição que se segue do que estamos caracterizando como "(re)leitura anti-transformacionista sincrônica" de Marx está longe de se circunscrever ao resgate das contribuições especificamente

---

recusariam, Schumpeter encerra sua avaliação do "Marx economista" dizendo: ".. há uma realização verdadeiramente grande a ser contraposta aos equívocos de Marx. Através de tudo de falso ou mesmo não-científico em sua análise, corre uma idéia que não o é - **a idéia de uma teoria ... do processo econômico tal como ele ocorre, por seu próprio movimento, em um tempo histórico, produzindo a cada instante aquele estado que, por si mesmo, determinará o seguinte. Assim o autor de tantos equívocos foi também o primeiro a visualizar o que até mesmo hoje ainda é a teoria econômica do futuro**, para a qual estamos laboriosa e lentamente acumulando tijolos e argamassa, fatos estatísticos e equações funcionais." (SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 65/6; o grifo é meu)

[18] A verdade é que, fora do campo do campo específico do marxismo, nenhum outro grande economista deste século - nem mesmo Kalecki - reconheceu de forma tão enfática e tão recorrentemente quanto Schumpeter seus débitos intelectuais para com Marx. De outro lado, dentre os grandes economistas do século XX, nenhum outro - nem mesmo Keynes - foi tão crítico de Ricardo quanto Schumpeter. Esta síntese original de "proto-marxismo" e "anti-ricardianismo" em Schumpeter não deixou de chamar a atenção durante a vida deste autor. Mas o caráter exageradamente heterodoxo da construção convidava a uma leitura quase "folclórica" da mesma, como expressão das idiossincrasias teóricas do *enfant terrible* da escola austríaca. Esta leitura é, do nosso ponto de vista (e como procuraremos demonstrar abaixo), absolutamente injusta, tanto para com Schumpeter, quanto para com Marx.

schumpeterianas. Na realidade ela incorpora - de forma seletiva (e, se se quiser, algo arbitrária) - desenvolvimentos de um leque relativamente amplo de autores que, participando da polêmica em torno da teoria marxiana do valor, contribuíram para a consolidação de uma leitura "desricardianizada" desta última. Mais especificamente, os desenvolvimentos que se seguem envolvem um diálogo com as contribuições de um conjunto de autores brasileiros que trabalharam uma particular (re)leitura da obra de Marx não só a partir da resgate de Schumpter, mas por todo um amplo conjunto de intérpretes da obra marxiana, onde pontificam autores como Hilferding, Rubin, Colletti, Rosdolski, Kalecki e Steindl. Pensamos aqui nas ricas e inovadoras contribuições de um grupo de autores que se articularam em torno do Instituto de Economia da Unicamp - em particular nas contribuições de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Frederico Mazzuchelli e Mário Luiz Possas[19] -, e que, tanto quanto Schumpeter, referenciam as reflexões que se seguem.

---

[19] Vide, em particular, BELLUZZO, L. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980; TAVARES, M.C. "O movimento geral do capital", In: *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo), 1978; MAZZUCCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985; e POSSAS, M.L. *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec, 1989.

CAPÍTULO III

A LEITURA SINCRÔNICO-SCHUMPETERIANA DA TEORIA MARXIANA DO VALOR E DA DISTRIBUIÇÃO

A grandeza da acumulação é a variável independente;
a grandeza do salário a dependente, e não o contrário.
Karl Marx. O Capital.

1. Trabalho e valor

Schumpeter está longe de propor uma leitura exaustiva e rigorosa da teoria marxiana do valor. Pelo contrário: suas observações sobre o tema, são não apenas tópicas, como encontrando-se dispersas em seus diferentes trabalhos sobre Marx - não alcançam conformar um todo rigorosamente consistente. A despeito disto, é possível identificar-se uma certa evolução nesta leitura, que transparece na oposição de suas observações sobre o tema presentes no *Capitalismo, socialismo e democracia* e na *História da Análise Econômica*. No primeiro destes textos, Schumpeter ainda defendia a tese de que

> "Marx acompanha o rumo ordinário dos teóricos de sua próprio época (e também de um época posterior) fazendo de sua teoria do valor a pedra angular de sua estrutura teórica. **Sua teoria do valor é a de Ricardo.** ... Existem muitas diferenças em nomenclatura, métodos de dedução e nas implicações sociológicas, mas nenhuma no teorema, que é a única coisa que importa ao teórico de hoje."[1]

Porém, já no *Capitalismo, socialismo e democracia* Schumpeter reconhecia a possibilidade de se ler Marx de forma distinta. Em uma nota de pé de página chamada ao fim da citação reproduzida acima, Schumpeter acrescenta:

"Pode, entretanto, ficar em aberto a questão de saber se isso era tudo o que interessava

---

[1] SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 40 (o grifo é meu).

> ao próprio Marx. **Ele incorria no mesmo engano de Aristóteles, isto é, que o valor, embora um fator na determinação dos preços relativos, é, apesar disso, algo diferente e que existe independentemente dos preços relativos ou das relações de troca**. A proposição de que o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho nela incorporada dificilmente pode significar algo mais. Se assim for, *existe* uma diferença entre Ricardo e Marx, já que os valores de Ricardo são simplesmente valores de troca ou preços relativos. Vale a pena mencionar isso porque, **se pudéssemos aceitar essa visão de valor, muita coisa em sua teoria que nos parece insustentável ou até mesmo sem significado deixaria de sê-lo.** Mas é claro que não podemos aceitar."[2]

O movimento de Schumpeter nestas duas passagens tem de ser bem entendido. No primeiro deles, Schumpeter se situa numa perspectiva de leitura da obra de Marx que não é apenas radicalmente "antitransformacionista", mas que toma a questão do valor como absolutamente secundária no interior daquela obra. Uma perspectiva cujo ponto de partida é a assertiva de que, se a teoria do valor de Marx for tomada como uma teoria dos (fundamentos dos) preços relativos, ela é a mera reprodução da teoria ricardiana e é inconsistente. Na sequência, porém, Schumpeter introduz um "senão" a esta assertiva: se fosse possível tomar com seriedade o movimento genuinamente original de Marx de posição do trabalho como **fonte** do valor - o movimento referido ao princípio aristotélico de que não há igualdade sem comensurabilidade - então - e só então - se poderia pretender que Marx possuísse uma teoria do valor essencialmente distinta da teoria de Ricardo. Porém, este princípio parece inaceitável a Schumpeter.

É de se observar que, na recusa da via "aristotélica" (que é "ontológica", e não "lógica") de derivação do valor, Schumpeter se soma a um verdadeiro coro de críticos (que vai de Böhm-Bawerk a Castoriadis[3]) e intérpretes de Marx (onde se inserem alguns dos maiores expoentes da vertente "sincrônica" do marxismo antitransformacionista[4]). E a razão deste consenso não é difícil de ser alcançada. Se se toma a assertiva "marxo-aristotélica" como referida a relações de intercâmbio **efetivas**, ela se mostra inconsistente, uma vez que os preços de produção no capitalismo[5] - através dos quais as mercadorias são efetivamente "igualadas" - necessariamente

---

[2] Idem, ibidem (os itálicos são de Schumpeter, o negrito é nosso).
[3] Vide BÖHM-BAWERK, E. "La conclusión del sistema de Marx", In: SWEEZY, P. (org.) *Economía burguesa y economía marxista*. México: Siglo XXI, 1978, p. 138 (Cuadernos Passado y Presente, n. 49); e CASTORIADIS, C. "Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós". In: *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (em particular às páginas 283 e segs.)
[4] Vide, por exemplo, POSSAS, M.L. Op. cit. p. 89.
[5] Vale a pena observar aqui que, a despeito de concordarmos essencialmente com a proposta de Mário Possas em "Valor, preço e concorrência" de diferenciação dos "preços de reprodução" (onde a taxa de lucro é suposta uniforme porquanto referida a um sistema lógico atemporal) dos "preços de produção" (próprios de um sistema onde o conjunto das determinações da concorrência são endogeneizadas), nos ateremos à

diferem dos valores. De outro lado, se se toma a norma de "igualdade" (e, portanto, de intercâmbio) determinada pelo valor como meramente **ideal**, não fica claro o plano objetivo-material onde esta idealidade se assenta. O que não pode deixar de ser um problema sério para uma construção que se quer científica e materialista.

Por outro lado, não pode deixar de chamar a atenção a forma tergiversante com que Schumpeter introduz sua crítica a autonomia categorial do valor em Marx[6]. Na verdade, Schumpeter chega mesmo a sinalizar para a possibilidade de que, talvez em um "outro registro teórico"[7], a construção marxiana pudesse fazer sentido. E não é difícil perceber o que está por trás desta sinalização: é a visão - que diferencia a teoria econômica de Schumpeter de todas as ortodoxias - de que os preços sob regime econômico **capitalista** - vale dizer, sob o regime em que lucro **e juro** se impõem como remunerações correntes - são, rigorosa e necessariamente, preços de desequilíbrio. Ou seja: **para Schumpeter, o intercâmbio capitalista sempre envolve uma dimensão de inequivalência, a troca nunca é rigorosamente uma troca de "iguais"; de tal forma que a assertiva marxo-aristotélica de que a igualdade pressupõe a comensurabilidade não pode ser rigorosamente negada pela "igualação" (de certa forma aparencial) subjacente àquele intercâmbio.** É por esta "porta teórica" que adentra a **possibilidade** de se pensar uma categoria valor em Marx que, simultaneamente, disses respeito a um critério de **avaliação** (e, portanto, referido a uma intercambialidade ideal não-utilitarista) que não mantivesse qualquer correspondência com os preços efetivos[8]. Só que Schumpeter não persiste nesta via de investigação, descartando-a como perigosamente "filosófica". É ele quem diz:

> "O essencial não é saber se o trabalho é a verdadeira 'fonte' ou 'causa' do valor econômico. Essa questão pode ser de interesse primordial para filósofos sociais que

---

nomenclatura marxiana tradicional com vistas a evitar a interpretação equivocada de que o conjunto dos desenvolvimentos que se seguem só seriam pertinentes dentro da clivagem proposta por Possas.

[6] Em particular se se tem em conta o padrão desrespeitoso que caracteriza as intervenções de críticos não-marxistas e não-ricardianos da teoria marxiana do valor. Em seu trabalho já citado sobre a teoria econômica de Marx, Simonsen vai criticar o movimento marxiano de derivação do trabalho nos seguintes termos: "... o ponto de partida da construção marxista é o que pode haver de deplorável em matéria de lógica. É óbvio que, se um *quarter* de trigo se troca por *n* quintais de ferro, há algo em comum entre essas duas coisas. O que não é claro é por que esse algo em comum é uma terceira coisa que delas difere; e muito menos por que essa terceira coisa é o tempo socialmente necessário de trabalho. Numa paródia, o raciocínio de Marx lembra o seguinte: 'Se João e Pedro são gêmeos, então sua mãe chama-se Adelaide.'" SIMONSEN, M.H. Op. cit. p. 39.

[7] A expressão é de FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983 p. 124. A determinação lógico-histórica rigorosa deste "outro registro", será o objeto privilegiado da terceira seção do próximo capítulo.

[8] Esta questão reaparecerá ao final deste capítulo, mas só será objeto de discussão sistemática no capítulo seguinte.

> desejem deduzir daí reivindicações éticas sobre a produção - evidentemente, o próprio Marx não era indiferente a esse aspecto do problema. Entretanto, para a economia como ciência positiva, que tem de explicar ou descrever processos reais, o importante é perguntar de que modo a teoria do valor trabalho funciona como instrumento de análise - e o problema real é que ela funciona mal."[9]

Surpreendentemente, porém - e em aberto conflito com o ponto de partida de sua leitura no *Capitalismo, socialismo e democracia* - Schumpeter abrirá suas considerações sobre as teorias ricardiana e marxiana do valor no *História da Análise Econômica* com a afirmação de que

> "mesmo os historiadores não-marxistas deveriam ter compreendido - embora, em sua maioria, não o tenham - que **há uma diferença ... fundamental entre a teoria da quantidade de trabalho de Marx e a teoria da quantidade de trabalho de Ricardo**. ... Para Marx ... a teoria da quantidade de trabalho não era uma simples hipótese com relação aos preços relativos. A quantidade de trabalho incorporado nos produtos não 'regulava' simplesmente o seu valor. *Era* (a 'essência' ou 'substância' de) seu valor. *Era* trabalho congelado." [10]

Aparentemente, a avaliação de Schumpeter da pertinência da teoria marxiana do valor sofreu uma radical revolução entre a redação do *Capitalismo, socialismo e democracia* e a *História da Análise Econômica*. Contudo, esta revolução é bem menos radical do que pareceria num primeiro momento. Uma leitura atenta das diversas passagens da *História da Análise Econômica* em que Schumpeter resgata positivamente a teoria marxiana do valor e sua originalidade *vis-à-vis* a versão ricardiana nos permite perceber que **esta defesa se assenta sobre o abandono da perspectiva de que tal categoria esteja referida prioritariamente à teoria do intercâmbio**. Na verdade, Schumpeter apenas se convence de que é possível aceitar a tese do valor como "coágulo de trabalho abstrato" sem qualquer referência à tese aristotélica de que "não há igualdade sem comensurabilidade". E o eixo pelo qual se dá a mudança de perspectiva fica explicitada na sequência da passagem citada acima, onde Schumpeter vai resgatar o valor como uma medida particular do produto e da riqueza capitalista; uma medida que, direta e imediatamente, não tem qualquer relação com os preços relativos. Nos termos de Schumpeter:

> "... nada há de místico ou metafísico na teoria marxista do valor. Seu conceito central ..., o

---

[9] SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 42. Desde logo vale a pena observar que este argumento de Schumpeter não é totalmente convincente em um autor que reconhece que o "equilíbrio pleno" walrasiano é uma referência analítica importante a despeito da dinâmica capitalista envolver sua negação recorrente e sistemática. E Schumpeter não deixa de ter consciência desta contradição, como veremos ao final deste capítulo.

[10] SCHUMPETER, J.A. *História da análise econômica*. Livro III. Op. cit., p. 270 (os itálicos são de Schumpeter, o negrigo é nosso).

> valor absoluto, nada tem a ver com os significados que ligamos a esta palavra em algumas partes da filosofia. Nada mais é do que o valor real de Ricardo amplamente trabalhado e amplamente utilizado."[11]

Uma conclusão que põe as bases para uma crítica a Marx radicalmente distinta das críticas tradicionais, de inflexão neo-ricardiana ou neoclássica. Para Schumpeter

> "Marx sem dúvida teria evitado tanta confusão e controvérsia fútil se tivesse denominado diferentemente seu conceito de valor absoluto. A palavra 'valor' não foi, de forma alguma, bem escolhida para expressar seu significado analítico real." [12]

O intuito desta crítica é evidente. Longe de implicar uma negação da teoria do valor-trabalho, o que se quer é identificar aquele espaço particular (e restrito) de pertinência que lhe garante consistência lógica. Para ir no ponto: ao criticar a denominação valor para a contabilização das mercadorias em trabalho, **o que Schumpeter propõe** - em consonância com a parcela mais significativa do antitransformacionismo sincrônico - **é a supressão da própria questão da transformação a partir da supressão dos elos "impertinentes" que ligam os "valores" (ou como quer que se viesse a denominar a contabilidade em trabalho) aos "preços".**

Evidentemente, um tal movimento teórico não implica negar a referenciação recíproca de valores e preços, que é indissociável do fato de ambos serem expressão (e, em sentido distintos, fundamento) de um único e mesmo sistema material de reprodução. Apenas o que se abre mão aqui é de qualquer pretensão de que o valores sejam anteriores aos preços, ou "fundem" estes em qualquer sentido teórico rigoroso.

E não há como negar consistência teórica a este movimento, que tem por base o resgate absolutamente correto do trabalho abstrato como categoria objetiva e essencialmente autônoma frente aos preços. Afinal, a abstração do trabalho - vale dizer, o movimento de homogeneização, indiferenciação, racionalização e simplificação relativa da ação produtiva humana - é um processo histórico objetivo que nos permite tomar esta categoria enquanto uma quantidade definível independentemente do sistema de preços[13]. E - cabe ainda observar - esta é uma

---

[11] Idem, pp. 271/2.
[12] Idem, p. 361.
[13] Para uma discussão acurada do movimento de abstração do trabalho como abstração real, vide a primeira parte do "Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor", em FAUSTO, R. Op. cit. pp. 89 e segs. Vale a pena observar aqui que, a despeito das diferenças metodológicas insofismáveis das leituras que Fausto e Schumpeter fazem de Marx, ambos se aproximam ao tomarem o trabalho abstrato não apenas como **fundamento real** (histórico-efetivo, "concreto") do valor, mas como **idêntico** ao

conclusão que não é minimamente abalada (antes pelo contrário) se, seguindo Marx, admitimos que o processo de abstração do trabalho é um movimento que, ainda quando pertinente a sociedades pré-mercantis, só se realiza plena e objetivamente no interior da sociedade burguesa[14]. **O que realmente importa aqui é que, enquanto um processo objetivo** - e ele o é, como tem de reconhecer qualquer teoria econômica que estabeleça alguma relação entre salário e "quantidade de trabalho" - **a abstração do trabalho não tem de depender de qualquer "transformação dos valores nos preços".**

O mais importante, contudo, é que, ao pretender que o valor em Marx "nada mais é do que o valor real de Ricardo amplamente trabalhado e amplamente utilizado", **Schumpeter realiza um movimento que, simultaneamente, resgata os vínculos efetivos entre Ricardo e Marx e define o plano específico em que a categoria valor ganha um sentido econômico rigoroso. Ela é uma unidade de conta do produto que permite a avaliação-contabilização-agregação deste em termos do único custo social real, e que porta a especificidade e a vantagem teórica de espelhar os avanços (ou decréscimos) da produtividade sistêmica sendo absolutamente independente da distribuição.** Para além disso - e como um subproduto secundário, ainda que não insignificante -, Marx toma o valor como *proxy* dos preços, explorando **de forma inovadora** a conexão que Ricardo havia estabelecido entre os dois. E isto na medida em que:

> "Marx reconhecera, num estágio primitivo de seu pensamento ..., que as razões de troca, mesmo como tendência, não se adaptam ao teorema ricardiano do equilíbrio dos valores, *que, desta forma, não faz parte dos ensinamentos de* Marx. Isto, entretanto, não era motivo para que ele modificasse sua teoria do valor; o valor era sempre para qualquer mercadoria, tanto quanto para a produção como um todo, idêntico ao trabalho incorporado, qualquer que fosse a maneira como os trabalhos pudessem comportar-se, e seu problema era precisamente mostrar como, em cosequência do mecanismo da concorrência ..., esses valores absolutos, *sem serem alterados*, passaram a girar de tal maneira que, no fim, as mercadorias, embora ainda retendo os seus valores, *não* eram vendidas a preços relativos proporcionais a estes valores. Para Ricardo, os desvios - que não os temporários - de seu teorema da proporcionalidade significavam alterações dos

---

valor (Idem, pp. 92/6). Como veremos no próximo capítulo, a pura e simples identificação dos dois termos remete, no limite, à des-historicização do valor, que não se transforma ao longo do desenvolvimento da ordem mercantil, nem é "negado" pela "negação" do trabalho assalariado se este movimento não coincidir com a negação do "trabalho abstrato em geral".

[14] Vide, a este respeito, MARX, K. *Para a crítica da economia política.* (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 17, onde se lê: "A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. ... Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna."

valores; para Marx, tais desvios não alteravam os valores, mas somente os redistribuíam entre as mercadorias."[15]

Ora, este movimento de "redistribuição de valor" é o que, usualmente, se caracteriza como movimento de "transformação". Não gratuitamente, contudo, Schumpeter evita este termo. E isto não só porque se o movimento fosse rigorosamente de transformação, ele teria de ser um movimento teórico e não algébrico. Para além disso, Schumpeter dá mostras de entender que a defesa da transformação em sentido forte pressupõe um movimento teórico impossível: a demonstração de que os preços não portam quaisquer determinações para além das que se fazem presentes nos valores. O que, para Schumpeter, seria equivocado e contraditório com o movimento de Marx, cujo reconhecimento do caráter impositivo da redistribuição do valor é já o reconhecimento de que os preços comportam determinações que lhes são próprias. O que permite uma leitura radicalmente anti-ricardiana do movimento de "transformação": ele não seria um movimento voltado à "explicação" dos preços ou de sua magnitude; ele apenas permitiria a demonstração da compatibilidade dos dois sistemas e da consistência do uso dos valores como *proxy* dos preços[16], ao mesmo tempo em que nos permitiria perceber os impactos da concorrência (em seu nível mais geral e sub-determinado) sobre o processo de apropriação final de valor.

O mais interessante é que, para Schumpeter, não há como questionar a legitimidade teórica deste movimento de Marx[17]. O que o coloca numa perspectiva oposta à do "ricardianismo de esquerda", que toma o "problema da transformação" como o "problema da demonstração da consistência científica da categorias de valor, mais-valia e exploração". E a oposição de perspectivas é tamanha que não podemos deixar de nos perguntar sobre suas bases efetivas. Tanto mais quando a perspectiva política essencialmente conservadora de Schumpeter nos impede de sequer aventar a hipótese de que tal diferença se assente em qualquer apego ideológico do autor àquelas categorias.

---

[15] SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 270/1.

[16] Esta determinação para o resgate da categoria valor é meramente sinalizada por Schumpeter, sem qualquer discussão de sua consistência teórica. Isto não é gratuito. A demonstração rigorosa da convergência dos *movimentos* dos valores e dos preços - sem a qual não se pode garantir a legitimidade teórica das conclusões extraídas a partir da eleição dos "valores" como *proxy* dos preços - será um subproduto importante dos esforços de "transformação" levados a cabo ao longo das décadas de 60 e 70. A este respeito, vide POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 103 e segs.

[17] Neste sentido, Schumpeter chega a afirmar que os leitores que seguirem atenciosamente sua argumentação sobre os fundamentos e função teórica da categoria valor em Marx "compreenderão que as objeções que podem ser apresentadas contra a utlização de Ricardo do conceito de valor real não se aplicam à teoria de Marx". SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 272.

Uma vez que se coloca esta questão em seus legítimos termos, contudo, a resposta emerge com facilidade. Na verdade, o problema do "ricardianismo de esquerda" é o problema de todo o ricardianismo: demonstrar que a influência do "tempo" sobre os preços constatada por Ricardo não é índice da influência de um "segundo fator" sobre o processo de produção; vale dizer, não é índice da produtividade e custo social real do capital.

Ora, este problema ricardiano não se coloca para Schumpeter. E isto na medida em que este autor (seguindo os passos de Marx) faz a crítica **interna** da teoria da espera, a partir da denúncia da inconsistência da mesma em seus próprios termos, ou seja, nos termos de uma leitura subjetivista do valor e hedonista da prática econômica. Com isto, Schumpeter desonera a teoria do valor-trabalho da função de demonstrar (e, em particular, de demonstrar através de uma "transformação algébrica") que a apropriação capitalista de juro e lucro é uma apropriação de excedente que, tal qual a renda fundiária, não apresenta qualquer correspondência com um custo social real[18].

E o importante a observar é que a leitura de Schumpeter, ao desonerar a teoria do valor trabalho da explicação dos preços, desonera-a também do peso de demonstrar que o capital - no sentido mais vulgar e corrente do termo, enquanto conjunto de meios de produção produzidos - não é produtivo em qualquer sentido. Para Schumpeter - como para Marx - o trabalho só é produtivo na medida em que se realiza em conexão com meios de produção[19], e na medida em que estes últimos alavancam a produtividade daquele, possuem uma dimensão produtiva em si[20]. Contudo, apenas o trabalho produz valor. E isto por determinações definicionais, porquanto o "valor marxiano" nada mais é do que a expressão-contabilização de uma mercadoria qualquer em trabalho.

É bem verdade que o reconhecimento da consistência lógica do movimento marxiano de posição do trabalho e do valor como categorias que são apenas mediatamente vinculadas aos preços e que não portam qualquer responsabilidade de **explicar** estes últimos, não pode deixar

---

[18] A crítica schumpeteriana da teoria do juro enquanto remuneração da espera/abstinência será objeto da terceira seção de nosso capítulo quinto. Por enquanto podemos apenas anunciá-la e reconhecer a conexão desta crítica com o resgate positivo que este autor faz da teoria marxiana do valor.

[19] Vide, a este respeito *Crítica ao programa de Gotha*, de Marx, que já se inicia pela declaração de que: "El trabajo *no es la fuente* de toda riqueza. La *naturaleza* es la fuente de los valores de uso (que son los que verdaderamente integran la riqueza material!), ni más ni menos que el trabajo .... . [Y mismo] esa frase [que] se encuentra en todos los silabarios ... sólo es cierta si *se sobreentiende* que el trabajo se efectúa con los correspondientes objetos e instrumentos." MARX, K. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Editorial Progreso, 1979, p. 10.

[20] Voltaremos a este importante ponto na última seção do nosso capítulo quarto

de envolver uma certa perda no que diz respeito à relevância teórica daquelas categorias, que Marx sempre reputou nucleares de sua construção global. Uma perda que poderia ser contrabalançada pela posição das mesmas no papel de células matrizes de uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico; que é o objeto privilegiado do "Marx de Schumpeter".

Infelizmente porém, não é isto que ocorre. Não, pelo menos, na leitura que se extrai diretamente de Schumpeter. Para este autor, se apenas o trabalho se apresenta como custo social real em uma sociedade mercantil (propriamente capitalista ou não), o "trabalho abstrato" - enquanto trabalho já plenamente socializado - não pode ser tomado como o fator impulsivo fundamental do desenvolvimento econômico. Afinal, Schumpeter lê o desenvolvimento como função da inovação; e esta - ainda que seja função e expressão da ação humana objetiva - não poderia ser identificada a um trabalho na plena determinação desta categoria enquanto processo de produção caracterizado por algum nível de recorrência e generalização[21].

O problema teórico gerado por esta **dupla** cisão dos elos do valor com a teoria econômica mais geral - vale dizer, com a teoria estática dos preços e da distribuição, e com a teoria dinâmica da transformação estrutural da ordem capitalista - não escapou àqueles marxistas que, vinculados de forma essencial ao padrão schumpeteriano de resgate do valor em Marx, se recusam a aceitar o deslocamento desta categoria para um plano secundário. E o enfrentamento deste problema vai nuclear os esforços da "Escola de Campinas" de retradução da teoria do valor em uma teoria da valorização capitalista. Neste sentido, Belluzzo irá dizer que:

> "... a transformação dos meios de produção em capital e da massa de produtores diretos em força de trabalho, se é o resultado de um processo de generalização da produção mercantil, é também o ponto de partida para a **reordenação das relações fundamentais da sociedade**, na medida em que o capital só se contrapõe à força de trabalho como *valor* cuja única finalidade é auto-valorizar-se, e só pode fazê-lo sugando trabalho vivo. **A lei do do valor, a partir desse momento, é lei reguladora do processo de 'criação de valores' apenas enquanto lei imanente do processo de valorização do capital.** Este momento crucial da análise de Marx nos revela que **o surgimento do capital a partir das**

---

[21] Do nosso ponto de vista é por isto que Schumpeter, a despeito de defender a consistência lógica da teoria marxiana do valor, não é um adepto desta teoria. As raízes desta recusa encontrar-se-iam em uma diferenciação qualitativa da "ação inovadora" e do "labor trabalhante". Uma diferenciação que reemergirá (ainda que matizada) na obra clássica de Hanna Arendt (vide ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993). Para Arendt, há três - e não duas - formas da "vida ativa": o labor, o trabalho e a ação. A ação é a forma propriamente livre e especificamente humana de "vida ativa". O labor, a forma já não criativa que tende a ser negada pelo desenvolvimento do maquinismo. E o trabalho, a forma recorrente de ação que é criativa, mas não inovativa-disruptiva. Provavelmente, se Schumpeter tivesse tido oportunidade de conhecer este trabalho de Arendt (cuja primeira edição é de 1958), identificar-se-ia com o mesmo e com as críticas a Marx que brotam daí.

> **determinações mais gerais do valor de troca e do dinheiro** subverte as relações da sociedade. O processo de trabalho é transformado deste suas entranhas para atender *ao aparecimento do valor como algo que se pretende absoluto*, no sentido de que sua expansão qualitativa torna-se o único objetivo da produção social ... ."[22]

Há aqui três movimentos imbricados que precisam ser bem entendidos. Em primeiro lugar, Belluzzo deixa explícita sua crítica do projeto transformacionista a partir do reconhecimento de que a emergência da ordem capitalista envolve uma "reordenação das relações fundamentais da sociedade", de modo que "a lei do valor, a partir desse momento, é lei ... imanente do processo de valorização". Em segundo lugar, Belluzzo aponta para uma dúplice determinação da transformação da lei do valor em lei da valorização no capitalismo: a lei do valor explicaria porque "a única finalidade [do capital] é auto-valorizar-se **e [porque]** só pode fazê-lo sugando trabalho vivo". Finalmente, Belluzzo aponta para a existência de um elo entre valor e valor-de-troca, ao afirmar que, da análise marxiana do **valor**, brota a compreensão de que "o surgimento do capital a partir das determinações mais gerais do **valor de troca** ... subverte as relações da sociedade".

Infelizmente, porém, Beluzzo não nos oferece um tratamento exaustivo destes três movimentos teóricos ou de sua imbricação e hierarquia; deixando-nos uma série de questões em aberto. Por exemplo: não fica claro em Belluzzo se a transição para a ordem capitalista que revoluciona e subverte a função do valor é "histórica" ou "analítica" (ou ambas). Tampouco fica claro se a pretensão de que seria impossível ao capital valorizar-se sem "sugar trabalho vivo" equivale ao "teoremo marxista fundamental de Morishima" (que afirma a impossibilidade do lucro sem mais-valia) ou se porta determinações próprias e distintas. E, finalmente, fica por esclarecer a relação entre valor e valor-de-troca proposta por Belluzzo, que faria deste último um elo fundamental do desenvolvimento do capital.

Este conjunto de questões será objeto de investigação e desenvolvimento por parte de uma ampla literatura oriunda de Campinas. Mas um traço marcante desta literatura é o seu caráter assistemático e não conclusivo. Na verdade, jamais se constituiu um núcleo de pesquisas no Instituto de Economia da Unicamp em torno da questão do valor. As contribuições que se seguem ao trabalho seminal de Belluzzo serão momentos (não necessariamente centrais) de trabalhos individuais (mormente de teses de Doutoramento) de autores que - como Mário Luiz Possas, José Carlos Braga, Maria da Conceição Tavares, Frederico Mazzuchelli (entre outros) - portam perspectivas teóricas convergentes, mas que se impõem num plano bastante geral.

---

[22] BELLUZZO, L. G. M. Op. cit. pp. 87.

Esta unidade na assistematicidade da produção de Campinas não será gratuita ou inconsequente. Desde logo, ela revela a consistência e a riqueza da perspectiva "dinâmico-sincrônica" de leitura da obra de Marx aberta por Schumpeter; que torna tão complexa a sua superação efetiva. Afinal, um tal movimento superativo só seria possível se se resgatasse aquilo que Schumpeter deixou de lado nos seus estudos sobre a teoria marxiana do valor: os determinantes da eleição, por Marx, do **trabalho** como categoria central de sua investigação sobre a História e a Economia. O que envolveria um rompimento com a perspectiva metodológica e objetal de Schumpeter, para o qual a "Escola de Campinas" sinaliza, sem ousar realizar inteiramente.

Afinal, Schumpeter não relegou a questão a da proeminência do trabalho em Marx a um segundo plano gratuitamente. Da perspectiva deste autor, resgatá-la envolveria um "desvio (de perigosa inflexão "filosófica") das questões mais atraentes da teoria econômica marxiana, referidas às contradições dinâmicas do sistema capitalista. E esta é uma perspectiva à qual os teóricos de Campinas não deixam de fazer eco ao deslocarem de forma "demasiado rápida" a questão do valor para o plano da valorização e das leis de movimento. Um deslocamento que não deixa de se justificar pela necessidade de enfrentar num plano teórico-objetivo (por oposição a um plano formal, metodologicista) a leitura estática e viciosamente ricardiana da teoria econômica de Marx. E a positividade de um tal movimento se manifestará no conjunto da produção teórica de Campinas, que não apenas "desricardianiza" Marx, mas o "desdogmatiza" através da confrontação de seus desenvolvimentos em torno da dinâmica capitalista com os desenvolvimentos de um amplo conjunto de intérpretes contemporâneos do capitalismo[23]. Contudo, se este movimento de desricardianização de Marx é produtivo, ele não é exaustivo e não se realiza sem perdas. E a principal perda manifesta-se no fato de que, também entre os teóricos de Campinas a proeminência da categoria trabalho na obra de Marx receberá um tratamento marcadamente superficial[24].

---

[23] A este respeito veja-se, em particular, a primeira parte da tese de Doutorado de Mário Possas, cujo núcleo aparece em POSSAS, M. L. *Dinâmica da Economia Capitalista.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

[24] A este respeito, Belluzzo só alcança dizer que "Marx ... parte ... de um fato inegável, observável em qualquer sociedade e em qualquer época, o de que o homem produz sua própria subsistência. E que o único modo de fazê-lo é através do trabalho. Creio que até o mais impenitente partidário da teoria do valor-utilidade estaria de acordo com isso." (BELLUZZO, L. G. M. Op. cit. p. 77.) E, se avançamos em rigor, não o fazemos em determinação com a afirmação de Possas de que "o trabalho é uma categoria primitiva em Marx. Constitui o princípio ativo de reprodução e evolução material das sociedades humanas." (POSSAS, M.L. Op. cit. p. 88. É interessante observar que, na versão original deste texto - extraído de sua tese de doutoramento -, Possas apresentava o trabalho como categoria "ontológica" - e não meramente "primitiva" - em Marx. O recuo para uma caracterização menos "filosófica" - e ainda mais indeterminada - já sinaliza a insatisfação do próprio autor com seu tratamento da questão.)

Como veremos em nosso capítulo quarto, a persistência deste "vício schumpeteriano" no tratamento da questão da relação trabalho-valor em Marx diz respeito ao próprio privilegiamento do plano "dinâmico" - por oposição ao plano rigorosamente "histórico" - da reflexão marxiana. Por enquanto, o que importa entender é que, se o "antitransformacionismo dinâmico-sincrônico" não pode dar conta plenamente da questão da "fundação no trabalho", é preciso abrir mão de colocar esta questão ao mesmo, passando ao resgate das respostas corretas que esta vertente dá às importantes questões que se põem e podem ser respondidas dentro de uma perspectiva que não solicita a plena historicização das categorias analíticas.

Dentre estas questões encontra-se a de como resgatar os elos entre valor e valor-de-troca de uma perspectiva não transformacionista. Como vimos, esta relação permanece subdeterminada em Schumpeter. Mas receberá de Belluzzo uma indicação do plano não-transformacionista em que pode ser determinada. A exploração desta indicação é o objeto de nossos desenvolvimentos na seção subsequente.

2. Valor e forma do valor (ou valor-de-troca) em Marx

Afirmamos logo acima que Belluzzo e a "Escola de Campinas" vão procurar resgatar, em uma perspectiva não-transformacionista, os elos que Marx interpunha entre valor e valor-de-troca e que foram ignorados por Schumpeter na sua interpretação deste autor. A primeira parte desta assertiva é rigorosamente correta. Como já foi apontado, uma das contribuições mais importantes dos trabalhos de Mário Possas sobre Marx encontra-se na demonstração rigorosa da compatibilidade dos sistemas de preços e valores enquanto referidos a um mesmo sistema técnico-competitivo de reprodução. Contudo, a segunda parte da assertiva acima deve ser relativizada, uma vez que, na verdade, Schumpeter não deixava de apontar para o plano particular em que as relações entre valor e valor-de-troca eram pensadas por Marx. E, mais uma vez, o fazia a partir da crítica da teoria ricardiana do valor e da diferenciação desta frente a teoria marxiana. Segundo o autor:

> "por teoria do valor queremos dizer as tentativas de indicar **os fatores responsáveis pelo fato de um objeto ter um valor de troca**, ou - embora isto não seja estritamente a mesma coisa - os fatores que 'regulam' ou governam o valor[de troca]"[25]

---

[25] SCHUMPETER, J. A. Op. cit. p. 263 (o grifo é meu). É de se observar que, coerentemente com sua crítica ao sentido peculiar e inusual que Marx empresta à categoria valor, Schumpeter trabalha esta categoria aqui como sinônima de "valor-de-troca". Daí o acréscimo que impusemos ao final da citação acima.

Uma afirmação que Schumpeter desdobra numa crítica a Ricardo:

> "o teorema central da teoria ricardiana do valor [apenas afirma que] em condições de concorrência perfeita ... o valor de troca das mercadorias será *proporcional* à quantidade de trabalho nas mesmas incorporada.
> A primeira coisa a observar com relação a esta proposição ... é que ela não é, por si mesma, uma teoria do valor no sentido acima definido."[26]

Vale dizer: ainda que se encontre em Ricardo uma (má) teoria dos fatores que regulam ou governam o valor-de-troca, não se encontra no mesmo qualquer reflexão sobre os fatores responsáveis por uma objeto ter valor de troca. O que, para Schumpeter, implica o reconhecimento de que, em Ricardo encontra-se apenas uma (má) teoria dos preços relativos, mas não uma teoria do valor.

Por oposição, **Schumpeter reconhece em Marx os fundamentos de uma teoria do valor-de-troca,** que se deriva diretamente de sua teoria do **valor.** E isto na medida em que, à diferença de Ricardo,

> "Marx **perguntou-se o que é que torna as mercadorias, tão heterogêneas quanto ao valor de uso, comparáveis de alguma forma**, e sai-se com a conclusão de que é o fato de todas serem o produto do trabalho."[27]

Ora, Schumpeter - como todos os intérpretes de Marx que seguem seu padrão analítico - negará consistência a esta resposta de Marx. Mas, o reconhecimento da radical distinção da **problemática** de Marx e de Ricardo fará escola; sendo sintetizada de forma primorosa em antológica passagem de Colletti onde se lê:

> "**a economia política clássica não se coloca o problema de porque o produto do trabalho humano, em determinadas condições históricas, toma a 'forma de mercadoria' e, portanto, de porque o trabalho social humano se apresenta como 'valor das coisas'**, senão que ao haver assumido as mercadorias como o dado de que não se pode prescindir, se limita a indagar as relações quantitativas sobre a base das quais as mercadorias mesmas se trocam entre si; vale dizer, [ao contrário de Marx, a economia política clássica] questiona o 'valor de troca' antes que o 'valor' propriamente dito e, portanto, [antes que] a relação social que nele se oculta."[28]

---

[26] Idem, p. 265.
[27] Idem, p. 269.
[28] COLLETTI, L. "Introdução". In: COLLETTI, L. (org.) *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo.* México: Siglo XXI, p. 27.

Perfeitamente! A identificação da inflexão do sentido do questionamento é arguta, e não pode ser subestimada. Ela é a chave para a crítica de todo o ricardianismo; tanto do original, quanto do "neo"[29]. Porém, surpreendentemente (ou não!) esta dimensão da crítica marxiana foi deixada em segundo plano pelos críticos transformacionistas do exercício sraffiano de derivação dos preços de reprodução. Um exercício cujo segredo - e fragilidade - já se revelam no primeiro capítulo do *Produção de mercadorias por meio de mercadoria*. Senão vejamos.

Como se sabe, o primeiro movimento de Sraffa é definir um sistema econômico em reprodução simples com poucos setores produtivos, o que permite a obtenção dos preços de reprodução no interior de um exemplo posteriormente generalizado. Seu sistema com três setores é:

240 arrobas de trigo + 12 toneladas de ferro + 18 porcos → 450 arrobas de trigo
90 arrobas de trigo + 6 toneladas de ferro + 12 porcos → 21 toneladas de ferro
120 arrobas de trigo + 3 toneladas de ferro + 30 porcos → 60 porcos

É fácil perceber que o modelo acima está em reprodução simples, uma vez que as quantidades produzidas correspondem exatamente às quantidades insumidas. Donde Sraffa deriva a conclusão de que:

> "Há um único conjunto de valores de troca que, se adotado pelo mercado, restabelece a distribuição original dos produtos e torna possível que o processo se repita; **tais valores surgem diretamente dos métodos de produção**. No exemplo particular que tomamos ... os valores de troca que asseguram a reposição completa são 10 arrobas de trigo = 1 t de ferro = 2 porcos."[30]

Nos termos em que Sraffa apresenta o processo de determinação dos valores de troca estes aparecem como um atributo "técnico", associado ao "métodos de produção". E, sem dúvida, esta é uma apresentação **logicamente** consistente. Mas que pressupõe levar ao extremo o

---

[29] Não gratuitamente, Marx faz desta ausência de reflexão em Ricardo uma das chaves de suas crítica à teoria econômica deste autor. A este respeito, vide MARX, K. *Teorias da Mais-Valia*. Vol. II. Op. cit. (em particular a terceira seção do cap. X, intitulada "Ricardo e a questão do valor 'absoluto' e 'relativo'. Sua incompreensão das formas do valor"; pp. 602 e segs.)

[30] SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 7 (o grifo é meu). A forma como se chega a este resultado é trivial. Basta igualar as receitas e as despesas de produção de cada setor pela introdução dos preços do trigo, do ferro e do porco como incógnitas das distintas equações de produção. Como o sistema não produz excedente, uma das equações é redundante, podendo ser derivada das demais. Tomando-se, assim, uma mercadoria qualquer como numerário - cujo preço em termos dela mesma é, por definição, "1" -, ficamos com um sistema determinado de duas equações e duas incógnitas.

"vicioso" padrão metodológico ricardiano: eleitos os preços como incógnita, monta-se um modelo onde tudo é su(b)posto e congelado, com exceção da técnica de produção, que é ex-posta na medida em que su(b)põe-se sua variabilidade virtual. E aí pergunta-se: o que determina os preços neste sistema já determinado? E responde-se: a técnica de produção. E o que determina a "técnica de produção"? Não se sabe. Mas, é de se supor que sejam "questões técnicas". O que faz dos preços uma função simples e direta "da técnica". No limite, faz dos preços "coeficientes técnicos": os coeficientes que tornam a reprodução econômica do sistema "tecnicamente" viável.

Infelizmente (ou, antes: felizmente!) as coisas não são tão simples. O que já se pode perceber se olhamos com um pouco mais de atenção o sistema de produção sraffiano reproduzido acima. Se tomamos este sistema estritamente como a expressão das condições **técnicas** de reprodução, ele não nos diz nada sobre **os termos de intercâmbio** dos distintos setores. Tudo o que ele mostra é que cada setor produz bens que são, em parte, necessários à reprodução do próprio setor, e, em parte, redundantes para esta reprodução. De tal forma que o intercâmbio que se imporá **tecnicamente** entre os distintos setores - independentemente da **forma social** específica do mesmo - será o intercâmbio entre as parcelas redundantes de cada produção setorial, pelos bens necessários à reprodução de cada setor que não são produzidos internamente. Uma troca que, em termos técnicos, se expressa nas seguintes equações:

Intercâmbio do setor de trigo com os demais: 210 arrobas de trigo $\leftrightarrow$ 12 ton. de ferro + 18 porcos
Intercâmbio do setor de ferro com os demais: 15 ton. de ferro $\leftrightarrow$ 90 arrobas de trigo + 12 porcos
Intercâmbio do setor de porcos com os demais: 30 porcos $\leftrightarrow$ 120 arrobas de trigo + 3 ton. de ferro

Ora, não é difícil perceber que a **forma social mais simples de intercâmbio** que é capaz de garantir a reprodução técnica eficiente de cada setor é **a troca direta** - setor a setor - dos produtos reciprocamente demandados. Em um tal padrão de intercâmbio, as trocas se realizariam da seguinte forma:

Intercâmbio entre os setores de trigo e ferro: 90 arrobas de trigo $\leftrightarrow$ 12 toneladas de ferro
Intercâmbio entre os setores de trigo e porcos: 120 arrobas de trigo $\leftrightarrow$ 18 porcos
Intercâmbio entre os setores de ferro e porcos: 3 toneladas de ferro $\leftrightarrow$ 12 porcos

Qual a peculiaridade desta forma de intercâmbio? Ela prescinde da determinação de qualquer "valor de troca": as relações de intercâmbio não são "universais", e não há qualquer bem que assuma a forma de "dinheiro" - seja como mero numerário, seja como

meio de troca e/ou pagamento. O que equivale a dizer que, rigorosamente falando, não há igualdade neste sistema de intercâmbios[31]. Se 90 arrobas de trigo são intercambiadas por 12 toneladas de ferro isto não significa que 1 ton. de ferro é "igual" a 7,5 arrobas de trigo. Da mesma forma que o intercâmbio de 3 toneladas de ferro por 12 porcos não torna 1 tonelada de ferro "igual" a 4 porcos[32].

A questão teórica que se coloca, então - **e que é o núcleo da teoria marxiana do valor-de-troca** - é a questão das condições sociais-históricas específicas que fazem do intercâmbio entre os setores produtivos um **intercâmbio mercantil**; um intercâmbio onde as relações de troca assumem a **forma da "igualdade"** e - dadas as condições técnicas de reprodução supostas acima - o padrão de intercâmbio passa a ser "10 arrobas de trigo = 1 tonelada de ferro = 2 porcos".

Para Marx, a emergência de formas especificamente mercantis de intercâmbio é o resultado de um longo e complexo processo histórico. Um processo que necessariamente passa pela superação do **comunalismo** (associada ao desdobramentos alienantes e racionalizantes da abstração do trabalho) e o desenvolvimento de padrões **especificamente sociais** de solidariedade e intercâmbio.

Evidentemente, não seria possível desenvolver esta discussão aqui[33].Entretanto se se

---

[31] Se se quisesse pensar em termos da reflexão econômica tradicional, poder-se-ia dizer que o que se "iguala" nestas trocas é a utilidade dos bens intercambiados para os agentes receptores dos mesmos. Só que esta igualação das utilidades não se define "na margem". Os bens cedidos seriam virtualmente inúteis para aqueles que os cedem; enquanto os bens incorporados teriam utilidade máxima, pois representariam a própria condição de reprodução de cada setor. Contudo, esta maneira de ver é incapaz de incorporar de forma radical o substrato social desta forma de intercâmbio. Ela pressupõe uma forma de socialização dos agentes econômicos onde está *posta* - não importando os meios desta "posição" (que sempre deve envolver alguma dose de coerção social, e alguma dose de racionalização individual) - a consciência da unidade de interesses da comunidade econômica. Assim, o que se "cede" na troca, é também útil, uma vez que é "útil" à reprodução da comunidade como um todo, onde se inclui o próprio agente que "cede" o bem em questão. Na realidade, as coisas que são reciprocamente cedidas não são objeto de comparação em sentido estrito. Não há unidade que defina a "igualdade" ou "desigualdade" do intercâmbio. Até porque, no limite, não há rigorosamente "intercâmbio": o que é "cedido" continua sendo "propriedade" da comunidade, tal como antes da "troca".

[32] Se isto fosse assim, 7,5 arrobas de trigo seriam "iguais" a 4 porcos, e 120 arrobas de trigo "comandariam" 64 porcos e não apenas 18 como no intercâmbio efetivo entre os setores de trigo e porcos apresentado acima.

[33] Que, de qualquer forma, foge ao eixo de tratamento rigorosamente sincrônico da questão da relação entre valor e "valor-de-troca". O que importa perceber desde logo é que, se se supera a perspectiva "cibernética" do intercâmbio econômico, e se se admite a pluralidade das **formas sociais** em que o mesmo pode se dar, o (pseudo) rigor "tecnicista" do sistema sraffiano (na medida em que parece emprestar "auto-suficiência" ao mesmo) revela-se como uma clausura teórica que oculta as determinações mais gerais do sistema de preços e as determinações especificamente econômicas da transformação sistêmica. Ou, para

toma apenas a conclusão histórica deste processo associado à consolidação das sociedades mercantis, o que fica claro é que

> "objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos **independentemente** uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como **os produtores somente entram em contato social mediante a troca** de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca."[34]

Vale dizer: **a condição para que o valor-de-troca se torne a forma normal de intercâmbio é a emergência de uma forma social de produção onde a alocação do trabalho seja definida de forma privada e independente por cada produtor**. Uma conclusão que forma o verdadeiro núcleo da teoria marxiana do **valor-de-troca**, e que só parece trivial àqueles que - vítimas do fetiche - tomam a forma social mercantil de organização do trabalho como a forma universal e trans-histórica.

Por oposição a esta leitura, Marx (na esteira de Mandeville e Smith, que já haviam apontado para a forma absolutamente peculiar da reprodução econômico-social mercantil) vai chamar a atenção para o fato de que a forma valor-de-troca é a expressão sintética de um padrão de articulação entre os produtores que abre todo um leque de possibilidades de crise de reprodução econômica e social; o que torna a sua própria emergência histórica uma questão teórica relevante. A compreensão deste ponto de Marx pode ser facilitada pelo resgate do padrão "troca direta" de reprodução da economia sraffiana sem excedente que reproduzimos acima. À guisa de exemplo, imaginemos que os produtores de ferro tomassem a relação de intercâmbio

---

ser mais claro: quando aparecem "homens" por trás das "técnicas de produção" e das "relações de intercâmbio", a própria hipótese de que "a produção de 450 arrobas de trigo **exige** 240 arrobas de trigo, 12 toneladas de ferro e 18 porcos" mostra-se falaciosa. Uma parcela destes "insumos" são bens de consumo dos produtores. E o *quantum* que os agentes sociais consomem não é um dado "técnico" no mesmo sentido em que um certo volume de "sementes" é um dado técnico da produção. Por outro lado, a relação entre "trabalhadores" e "produto" ou entre "sementes" e "produto" tampouco é uma relação estável e intransformável. Mesmo que admitíssemos abstrair a questão (cara aos neoclássicos, **mas de forma alguma especificamente neoclássica**) da pluralidade de técnicas, há que se reconhecer que a produtividade de processos "não-especificamente-industriais" de produção é instável. O que coloca a questão da subprodução e - ainda mais importante - da produção de um "excedente" como pertinente mesmo a economias de subsistência. Uma questão que não pode ser ignorada se se quer pensar com rigor o desenvolvimento do problema da troca. Marx introduz esta questão quando trata das relações de intercâmbio entre comunidades distintas como sendo relações "para-mercantis", onde a forma de valor já está posta, mas apenas enquanto forma "singular" ou "acidental". A plena posição do valor-de-troca, impõe o desenvolvimento da "forma valor" como "forma de valor total" e "forma geral de valor" (cujo desdobramento é o dinheiro). Vide a este respeito, a terceira seção do capítulo primeiro de MARX, K. O *Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 53 e segs. Voltaremos a estas questões no capítulo quarto.

[34] Idem, p. 71.

entre ferro e porco (que, no nosso exemplo é de 1 tf ↔ 4 porcos) como um "valor-de-troca" e alcançassem trocar mais do que 3 toneladas de ferro por porcos[35]. Desta forma, eles aufeririam um benefício econômico às custas da comunidade. Se eles conseguissem intercambiar 7,5 toneladas de ferro por porcos na relação 1tf ↔ 4p, eles se apropriariam de 30 porcos, que é a totalidade da produção líquida deste último setor. Com os 18 porcos "excedentários" eles poderiam obter mais do que as 90 arrobas de trigo de que necessitam para se reproduzir, e ainda ficariam com um excedente em ferro de 7,5 toneladas de ferro (a diferença entre as 4,5 toneladas de ferro a mais que foram entregues para o setor de porcos para comprar a totalidade da produção líquida do setor, e as 12 toneladas de que dispunha para o intercâmbio com o setor de trigo). No final do processo, o setor de ferro se reproduziria com mais ferro, mais porcos e mais trigo do que o "socialmente necessário", e os demais setores veriam suas condições de reprodução debilitadas e, no limite, inviabilizadas.

Não será preciso esclarecer que - **a não ser baixo condições de reprodução social e econômica muito particulares** - uma tal subversão do padrão pré-mercantil de relações de intercâmbio tende a inviabilizar a reprodução da sociedade. E isto antes por determinações sociais do que econômicas: o trauma cultural e político associado a uma tal perversão de sentido do intercâmbio - que deixa de ser um instrumento de afirmação da solidariedade, para ser um instrumento do ganho privado - é, sem sombra de dúvida, muito superior ao trauma especificamente material (ao qual, de resto, todas as sociedades agrícolas estão afeitas diante das recorrentes intempéries naturais)[36].

É bem verdade, de outro lado, que a emergência de relações de intercâmbio especificamente mercantis não tem, necessariamente, de implicar em qualquer crise de reprodução do sistema. Se as relações de intercâmbio mercantis-efetivas forem as "relações de Sraffa", a comunidade poderá se reproduzir tão bem (ou tão mal) quanto antes, em termos especificamente materiais. O que coloca uma pergunta: o que determina (ou, pelo menos, possibilita) que as relações de intercâmbio efetivas sejam as (ou tendam para as, ou se aproximem das) "relações de equilíbrio"? Só pode ser a presença e a eficácia de um certa ordem institucional que torne a emergência e generalização da lógica privada de ganho uma ordem socialmente consistente. Uma ordem institucional que - sem se limitar a esta determinação - coloca em seu núcleo um padrão tal de informação e mobilidade inter-setorial dos produtores que impeça que a estabilização das vantagens auferíveis nos processos de intercâmbio entre

---

[35] O que pressupõe que a anarquia mercantil dos produtores de porcos não é institucionalmente compensada por mercados organizados e "leiloeiros".
[36] Voltaremos a este ponto no nosso próximo capítulo.

produtores privados e independentes; o que seria incompatível com a preservação social e material da comunidade mercantilmente integrada. Em suma, **é preciso que inexistam circunscrições sociais à mobilidade do trabalho;** que se imponha uma indiferença "socialmente objetiva" com relação às formas concretas de trabalho a partir da superação/flexibilização dos elos que associam "estratificação social" e "inserção produtiva". O que é o mesmo que dizer que **é preciso que os distintos trabalhos concretos sejam percebidos como meras "formas alternativas" de uma substância comum: trabalho geral e abstrato.**

Não se pode negar a enorme complexidade deste movimento histórico-social. Mas, independentemente desta complexidade, o que importa entender aqui é que - em termos marxistas - este movimento se traduz na assertiva de que **a plena posição do valor-de-troca enquanto padrão social de intercâmbio é tributária da abstração do trabalho e da posição do valor enquanto unidade objetiva de medida do produto social.** O que não é mais do que dizer - e reconhecer - que, independentemente das relações de intercâmbio refletirem (ou não) as quantidades de trabalho incorporado, **o valor-de-troca é função do valor.**

3. A teoria marxiana da distribuição

3.1. Assalariamento e lucro "normal" em Marx

O ponto de partida da crítica de Marx à teoria ricardiana da distribuição é o mesmo de sua crítica à teoria ricardiana do valor e dos preços: a recusa à redução do processo social de distribuição à dimensão "técnico-natural" da produção. Contudo, o reducionismo ricardiano não se apresenta da mesma forma ao nível da teoria dos preços e da distribuição. E isto porque, como todo o "ismo" não-dialético, **o ricardianismo** não incorpora conscientemente a contradição, e **acaba caindo em contradição consigo mesmo**. Nos termos de nossa discussão, isto significa dizer que, para esta corrente teórica, a distribuição é tanto um atributo da "fertilidade do solo", quanto da "história e cultura nacional" e da "força e organização dos trabalhadores". Vale dizer: de um lado o reducionismo mais vulgar da distribuição às circunscrições naturais da produção; de outro, a máxima indeterminação teórica que se faz esconder pelo deslocamento da questão para fora da Economia Política. É contra este jogo dúplice de reducionismo tecnicista e indeterminismo que Marx vai dizer:

"**Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos**

> **produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independentemente dela**. Contudo, antes de ser distribuição de produtos ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) **A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado dessa distribuição que é incluída no próprio processo de produção**, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta essa distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por essa distribuição que constitui, na origem, um fator de produção."[37]

O sentido da intervenção de Marx é inequívoco. Para este autor, um determinado padrão de produção carrega consigo determinações distributivas. Só que estas determinações não se ancoram (como num certo Ricardo e, posteriormente, no neoclassicismo) **diretamente** na produtividade do solo ou na substitubilidade de homens por máquinas. Antes, elas se ancoram naquelas determinações especificamente sociais que definem a forma de apropriação (comunal; estatal; privada; etc.) e o padrão de controle (democrático e universalizado; ou centralizado e excludente) dos meios de produção.

Ora, o capitalismo é caracterizado, antes de mais nada, pela forma privada e excludente de apropriação dos meios de produção. Afinal, quando se diz que a propriedade dos meios de produção é, rigorosamente, **privada**, já se diz que a produção só é mediatamente social e que a ordem econômica é hegemonizada pelo mercado[38]; e quando se acrescenta a esta determinação a **excludência**, o que se faz é reconhecer que nem todos os produtores são proprietários, e a ordem mercantil se desdobra numa ordem **assalariada**. O que, por sua vez, esclarece a relação entre assalariamento e capitalismo: o primeiro só é o fundamento do segundo para Marx na medida em que sintetiza as duas determinações essenciais e contraditórias do mesmo: ordem mercantil e excludência; igualdade formal e desigualdade real; equivalência aparente e inequivalência substantiva[39].

---

[37] Idem, pp. 11/2 (os grifos são meus).

[38] Para a análise da relação entre propriedade privada dos meios de produção (enquanto um poder de comando absolutamente distinguido do uso e da posse) e ordem mercantil, vide MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores). Voltaremos (ainda que topicamente) a esta questão no nosso próximo capítulo. Por enquanto, ela não pode ser mais do que apresentada, uma vez que seu tratamento rigoroso envolve a transcendência da perspectiva "sincrônico-schumpeteriana" de leitura de Marx.

[39] Sobre a relação entre assalariamento e capitalismo, vide MARX, K. O *Capital.* Livro I, Seções II e VI. Como se sabe, esta relação é objeto de uma extensa polêmica entre nós, tendo em vista o nosso passado escravista-mercantil e a sobrevivência de relações de produção não-especificamente (ou, pelo menos, "não-formalmente") capitalistas no campo. Infelizmente, o resgate exaustivo desta polêmica nos imporia um desvio de rota prejudicial ao desenvolvimento dos argumentos centrais. Para os interessados no debate, recomendamos a leitura do capítulo terceiro de nosso trabalho de Mestrado, onde procuramos esclarecer a

Mas se o assalariamento é a outra face do capital, o salário deve ser a **condição** do lucro, e não propriamente o seu **limite**, como pretendem os ricardianos dos mais distintos matizes. De fato, esta é a tese de Marx; que será apresentada já no capítulo quarto de *O Capital*, e cujo desenvolvimento é o objeto de todo o Livro I desta obra. Sua complexidade e contradição com o senso-comum exige sua qualificação desde já.

Desde logo, é preciso que se entenda que o assalariamento não é uma determinação **primária** do lucro em Marx. Ou, dito de outro modo: para este autor, pode haver lucro sem que haja assalariamento. Basta que - como nas formas especificamente mercantil, usurária ou financeira de capitalização[40] - um determinado processo de intercâmbio de mercadorias e/ou dinheiro permita a apropriação de um ΔD que não se encontra referido a qualquer contribuição/remuneração do trabalho daquele que o apropria. Donde se conclui que **a determinação primária do lucro para Marx é "ser excedente apropriado no mercado".**

Neste plano mais geral e sub-determinado, o lucro é, em Marx, o mesmo que em Smith, Walras ou Schumpeter: uma apropriação mercantil rigorosamente excedentária[41]. E ainda em consonância com estes três autores, Marx vai reconhecer que se o lucro fosse só isto ele não poderia se constituir como uma forma **perene** de apropriação[42]. O que significa dizer a

---

posição de Florestan Fernandes sobre a pertinência das categorias "capitalismo" e "revolução burguesa" no Brasil a partir do confronto com posições teóricas distintas (vide PAIVA, C.A.N *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes.* Campinas: Unicamp, 1991 - mimeo). Neste mesmo trabalho, procuramos demonstrar a convergência (diga-se de passagem, reconhecida pelo próprio autor) da leitura de Florestan Fernandes com a leitura característica da "Escola de Campinas" sobre o tema, e que tem sua expressão seminal no trabalho de MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

[40] A este respeito vide MARX, K. *O Capital.* Op. cit. Livro 1, p. 137.

[41] Por "rigorosamente excedentária" queremos significar aqui uma apropriação que: 1) não diz respeito a qualquer contribuição produtiva do agente apropriador; 2) transcende às necessidades de reprodução material do agente apropriador. Esta dupla especificação é importante na medida em que, numa leitura mais "frouxa" de Smith, Walras ou Schumpeter, poder-se-ia pretender que, para estes autores, os ganhos "extraordinários" de uma produtor mercantil independente derivados de quaisquer vantagens produtivo-competitivas **desenvolvidas, introduzidas e processadas pelo mesmo** dessem origem a um "lucro". Se esta interpretação for aceita, a caracterização de lucro e excedente dos mesmos não se coadunaria com a de Marx, para quem "o possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem". (MARX, K. *O Capital.* Op. cit. Livro 1, p. 138.) Vale dizer: para Marx, enquanto **excedente** mercantil, o lucro pressupõe a **apropriação de trabalho alheio sem equivalente**. Neste sentido, a remuneração superior de um trabalho superior (exponenciado) não é lucro. E não o é na medida em que esta remuneração não se configura como um excedente, nem em sua fonte (a troca de trabalho alheio por trabalho próprio), nem em seu destino (a reprodução das condições de vida do produtor independente).

[42] Sobre o caráter instável (e socialmente instabilizador) das formas pré-capitalistas de valorização, vide OLIVEIRA, C.A.B. *Considerações sobre a formação do capitalismo.* Campinas: Unicamp (mimeo), 1976.

perenização/normalização do lucro pressupõe a existência e perenidade de uma relação de inequivalência no interior de um sistema econômico assentado sobre a troca de equivalentes. Uma contradição que Marx expõe em termos sobejamente conhecidos[43]; e que resolve pela identificação da relação salarial como sendo esta relação particular que normaliza o lucro capitalista enquanto apropriação sem equivalente de trabalho comandado por regras de equivalência. Em seus termos:

> "Para extraír valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro cosumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica - a capacidade de trabalho ou a força de trabalho". [44]

Não há como se subestimar o achado teórico que Marx anuncia nesta passagem. Mas, tampouco, há como superestimá-lo. E ambos os desvios são prováveis, tendo em vista a forma ambígua com que o autor apresenta sua tese na passagem citada. Senão vejamos.

Como em todo o Livro 1 (e, na verdade, como em virtualmente todos os seus escritos), Marx se utiliza da categoria valor, tanto em seu sentido rigoroso (enquanto uma unidade particular de contabilização do produto social), quanto como *proxy* dos preços. O que impõe uma ambiguidade que está por trás dos "excessos transformacionistas" do marxismo de inflexão ricardiana. Afinal, a afirmação de que a força de trabalho é aquela mercadoria "cujo valor de uso [tem] a característica peculiar de ser fonte de valor" é absolutamente verdadeira - na verdade, **definicionalmente verdadeira** - se se entende por valor a contabilização do produto social em termos de trabalho. Mas não o é se se toma a categoria valor como equivalente a "valor-de-troca" ou "preço"[45].

---

[43] "A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercardorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro .... tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais-valor do que lançou nele. Sua metamorfose ... tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!*" MARX, K. Op. cit. p. 138.

[44] Idem, p. 139.

[45] Diga-se de passagem, Marx explicita - em uma longa e importante nota de pé-de-página aposta ao final da segunda seção do capítulo quarto, donde foi extraída a citação anterior - o fato de estar utilizando a categoria valor **também** como *proxy* dos preços em sua discussão da normalização do ganho capitalista. Segundo Marx: "De acordo com essa discussão, o leitor compreende que isso significa apenas: a formação de capital tem deser possível também quando o **preço** da mercadoria seja igual ao **valor** da mercadoria. Ela não pode ser explicada pelo desvio dos **preços** das mercadorias em relação aos **valores** das mercadorias. Se os **preços** se desviam realmente dos **valores**, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter pela frente, em sua pureza, o

A depender de como se lê a passagem de Marx reproduzida acima, a questão da inidentidade entre valor e preço (e, consequentemente, da inidentidade entre mais-valia e lucro bruto) torna-se insignificante ou absolutamente fundamental. Mais exatamente, se se lê a passagem acima como afirmando meramente que a normalização do lucro pressupõe a existência de uma mercadoria particular cujo uso produtivo gere um retorno (em produto, valor, ou preço) superior ao seu custo (em produto, valor ou preço), então o fato de que este produto seja mensurado em termos de valor é de somenos importância. A única questão relevante passa a ser a dos determinantes da crônica sub-valorização desta mercadoria particular. Mas se se lê a passagem acima como se ela dissesse que o trabalho vivo é a única **fonte**, não só do valor e da mais-valia (que o é por definição!), mas do valor-de-troca e do lucro bruto, então haveria que se demonstrar esta assertiva a partir de um conjunto de movimentos teóricos dos quais a "transformação" dos primeiros nos últimos é apenas um momento.

Não será preciso esclarecer que Schumpeter lê a citação anterior na primeira perspectiva. Para este autor, o cerne do argumento de Marx não se encontra na particularidade do trabalho de ser a "única fonte do valor"; uma vez que isto é assim por força da definição marxiana de valor enquanto trabalho objetivado. O cerne do argumento de Marx encontrar-se-ia na particularidade da relação de intercâmbio entre trabalhadores e capitalistas, derivada da fragilidade estrutural do poder de barganha dos primeiros. Uma fragilidade que Marx resgataria na caracterização da mercadoria que vendem como mera **potência de trabalho.** Mas que, contraditoriamente (e aqui a segunda ambiguidade terminológica da passagem anterior), se re-ocultaria na caracterização desta mercadoria como **força de trabalho**. O que leva Schumpeter a criticar esta opção terminológica afirmando que

"*Arbeitskraft* [é] normalmente traduzido, de maneira não muito satisfatória, por 'força de

---

fenômeno da formação de capital com base no **intercâmbio** de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbadoras e estranhas ao verdadeiro decurso. Sabe-se aliás que esta redução não é, de modo algum, um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos **preços de mercado**, o seu aumento e queda se compensam, se anulam reciprocamente e se reduzem a um **preço médio** como sua regra imanente. Esta constitui a estrela-guia, por exemplo, do comerciante ou do industrial, em cada empreendimento que abranja espaço de tempo maior. Ele sabe, por conseguinte, que considerando-se um período mais longo como um todo, as mercadorias realmente não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu **preço médio.** Se o pensamento desinteressado fosse ao todo de seu interesse, então ele precisaria colocar o problema da formação do capital assim: como pode surgir o capital sendo os **preços** regulados pelo **preço médio**, ou seja, em última instância, pelo **valor** das mercadorias? **Digo 'em última instância' porque os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo, etc.** " MARX, K. Op. cit. p. 138 (os grifos são meus).

trabalho', mas deveria sê-lo por trabalho em potência ou trabalho potencial" [46]

A crítica é correta, e resgata o fato de que o que Marx quer traduzir com esta categoria é a **impossibilidade dos trabalhadores transformarem em "ato" sua "potência" (e necessidade) de trabalhar sem que os capital lhes empregue**. Ou, ainda, como o diz Marx, resgata o fato de que:

> "Sobre a base capitalista, ... não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador."[47]

No limite, a idéia de Marx é a de que, no assim chamado mercado de trabalho, **são os capitalistas que oferecem trabalho,** e não os trabalhadores. Estes últimos só podem oferecer seu desejo/necessidade de trabalhar[48]. Um desejo/necessidade que só se efetiva se os capitalistas - que efetivamente comandam o processo de produção-trabalho - **oferecerem** as condições de **trabalho** para o trabalhador potencial. E só o fazem se, neste processo, auferirem um ganho sobre os custos de produção, vale dizer, apenas na medida em que o valor da produção total do sistema exceder a parcela apropriada pelos trabalhadores.

Como se sabe, Marx vai derivar a possibilidade desta apropriação excedentária do fato de que o valor da força de trabalho é cronicamente inferior ao valor do produto gerado pelo trabalhador que o capital emprega. Uma derivação que - na aparência - é absolutamente ortodoxa, e que pouco acrescentaria à concepção smitho-ricardiana de uma taxa natural de salário relativamente estável no plano dos valores de uso e suficientemente deprimida no plano dos valores(-de-troca) para garantir a geração/apropriação de um excedente capitalista[49].

Na leitura de Schumpeter, contudo, o substrato comum das teorias marxiana e ricardiana do lucro esconde uma profunda diferença. E isto na medida em que, se Marx pretendesse tão pouco, sua leitura seria rigorosamente a mesma de Ricardo e padeceria da mesma

---

[46] SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia.* Op. cit. p. 45.
[47] MARX, K. *O Capital.* Op. cit. Vol. 1/2. p. 209.
[48] Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário mais do que um bom estômago." MARX, K. Op. cit. Vol. 1, p. 143.
[49] "Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho". Idem, p. 159.

inconsistência; qual seja a de que

> "numa economia em concorrência perfeita, os ganhos de exploração induziriam os capitalistas a expandir a produção, ou a tentar expandi-la, pois, do ponto de vista de cada um deles, isso significaria mais lucro. Para tal, teriam de acumular. [Mas] o efeito global tenderia a reduzir a mais-valia, através do decorrente aumento nas taxas salariais e também, talvez, devido à decorrente queda nos preços dos produtos..."[50]

Vale dizer: identificar as teorias marxiana e ricardiana da distribuição envolve atribuir a Marx, não só a sub-determinação ricardiana da taxa de salário, como as contradições daí oriundas. Afinal, pretender que a taxa de salário (ou o valor da força de trabalho) seja rigorosamente definida pelo padrão de subsistência (ou pelo valor dos bens necessários à reprodução daquela força) envolve cair em um naturalismo que Marx, corretamente, recusa. E se, por oposição a este naturalismo, abrimo-nos às determinações "histórico-culturais", não há como fugir do reconhecimento de que estas determinações passam (sem se esgotar aí) pelo mercado e pela dinâmica da oferta e da demanda de força de trabalho.

Mas isto envolve reconhecer que a taxa de salário passa a ser função da taxa de acumulação. E como esta última é compulsiva em Ricardo e função do nível de excedente - que é um resíduo do salário - chegamos à contradição de que a taxa de salário é função da taxa de salário. Quanto menor esta última, maior será o lucro; e quanto maior o lucro, mais intensa será a acumulação, maior será a demanda de força de trabalho, e maior será a taxa de salário final. Em suma: o salário baixo estimula a acumulação que conduz a uma situação de salários altos e *profit squeeze*.

É fácil perceber que este resultado contradita diretamente o objetivo de Marx anunciado acima: explicar a normalização/perenização do lucro capitalista enquanto forma especificamente mercantil de apropriação de excedente. Porém, como nos diz Schumpeter:

> "Basta olhar para o objetivo analítico de Marx para perceber que ele não estava obrigado a aceitar a batalha em terreno onde era tão fácil derrotá-lo. Pois só é fácil enquanto vemos na teoria da mais-valia nada mais que uma proposição acerca de processos econômicos estacionários em equilíbrio perfeito. Como seu objetivo na análise não era um estado de equilíbrio - que, segundo ele, a sociedade capitalista nunca poderia alcançar -, mas, pelo contrário, um processo de incessante mudança na estrutura econômica, a crítica nas linhas acima não é completamente decisiva. A mais-valia pode ser impossível em equilíbrio perfeito, mas pode sempre existir, já que tal equilíbrio nunca pode

---

[50] SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Op. cit. p. 51.

estabelecer-se."[51]

O núcleo da interpretação de Schumpeter da solução marxiana para a questão da perenidade do lucro é a idéia de que a forma relativa (e, mais especificamente, a forma relativa extraordinária[52]) é a forma fundamental da mais-valia. Vale dizer, para Schumpeter, não se pode ler Marx como se este acrescentasse - como um apêndice importante mas inessencial - as determinações da mais-valia relativa a um sistema teórico já auto-suficiente quando determinado apenas em termos da mais-valia absoluta. Ou, ainda - e resgatando a terminologia especificamente marxista: o alongamento da jornada de trabalho e a depressão da taxa de salário - as duas determinações centrais da mais-valia absoluta - antecedem apenas formalmente os ganhos (que são indissociáveis dos diferenciais) de produtividade associados ao desenvolvimento da cooperação, da divisão técnica do trabalho e da incorporação de meios mecanizados de produção ao processo de trabalho - que são as determinações centrais da mais-valia relativa.

Na realidade, para Schumpeter, mesmo que se admitisse que uma sociedade mercantil (a partir de determinações históricas particulares e irredutíveis ao plano exclusivamente econômico) introduzisse o assalariamento em condições tais que envolvesse um alongamento da jornada de trabalho e uma depressão das condições de apropriação/reprodução da classe trabalhadora, tal sistema não se reproduziria sequer a médio prazo com lucro se a transformação recorrente dos processos produtivos não garantisse a elevação da produtividade do trabalho e a poupança relativa de mão-de-obra, imprescindíveis à circunscrição da taxa de salário continuamente alavancada pela acumulação de capital. Uma conclusão cuja originalidade e radicalidade solicita uma análise circunstanciada; que tem de se assentar no resgate minucioso da teoria marxiana da concorrência e do progresso técnico.

---

[51] Idem, p. 48. Na sequência desta passagem, Schumpeter dirá: "Esta defesa não resgata a teoria do valor trabalho - particularmente quando aplicada à mercadoria trabalho - ou o argumento sobre a exploração tal como é apresentado. Mas nos permite uma interpretação mais favorável quanto ao resultado, se bem que uma teoria satisfatória de tais excedentes vai despi-los da conotação especificamente marxista." (Idem, ibidem.) Do nosso ponto de vista, estes comentários de Schumpeter só fazem sentido na medida em que, como vimos acima, a leitura que este autor fazia da teoria marxiana do valor-trabalho no interior do *Capitalismo, socialismo e democracia* ainda à identificava com a versão ricardiana da mesma, onde o valor não é mais do que o "fundamento" dos preços. Nos quadros de uma interpretação do valor como expressão em trabalho do produto social, as derivações críticas acima não fazem sentido.

[52] A forma relativa extraordinária é a forma relativa não socializada, e, portanto, que ainda não se resolveu em uma depressão do valor da força de trabalho, mas que se impõe pela desigualdade de produtividade das distintas firmas atuantes em um mesmo mercado. A este respeito, vide MARX, K. Op. cit. p. 253.

3.2. Concorrência e progresso técnico em Marx

Se admitimos a conclusão de Schumpeter apresentada logo acima como uma hipótese inicial a ser trabalhada (e, eventualmente, recusada), o primeiro que se tem de reconhecer é que ela impõe uma questão: a dos determinantes econômicos que garantiriam consistência à temporalidade de introdução do progresso técnico poupador de mão-de-obra com as necessidades capitalistas de acumulação. Uma questão tão complexa quanto crucial no interior da construção teórica marxiana[53]. E que é um ponto que se mostra particularmente aberto a interpretações distintas e polêmicas.

Dentre estas interpretações, parece-nos essencial recusar duas leituras simplificadoras da teoria do progresso técnico em Marx: uma primeira em que a teoria marxiana do progresso técnico e do desemprego estrutural é virtualmente identificada à teoria ricardiana exposta no célebre capítulo XXXI dos *Princípios*; e uma segunda em que a proximidade entre Marx e Ricardo mais que subestimada é virtualmente ignorada[54]. Um equívoco dúplice que importa enfrentar para, simultaneamente, revelar e relativizar as similaridades da teoria marxiana do progresso técnico com a teoria neoclássica que, neste particular, também é herdeira da reflexão ricardiana. Senão vejamos.

Desde logo é preciso que se entenda que Marx (que, neste ponto, acompanha Ricardo) tem uma concepção de progresso técnico que é, simultaneamente, ampla e bem determinada. Para Marx, o progresso técnico corresponde a qualquer inovação no padrão de incorporação de insumos produtivos que gere uma poupança líquida de trabalho (vivo e/ou morto) por unidade de produto. O que equivale a dizer - e este é um ponto importante - que **o "progresso técnico", ao**

---

[53] Na verdade, poder-se-ia muito bem pretender que, pelo menos desde o momento em que Marx introduz o conceito de mais-valia relativa no Capítulo X do Livro I, até a discussão da lei de tendência à queda da taxa de lucro na terceira seção do Livro III (num movimento que inclui o subvalorizado Livro II, com sua importante discussão sobre o tempo de rotação do capital), o que articula o conjunto dos desenvolvimentos do autor é a reflexão sobre a unidade dinâmica dos processos de acumulação, progresso técnico e apropriação capitalista.

[54] Neste sentido, vale a pena acompanhar as oscilações de Schumpeter na última seção do capítulo sexto do Livro III da *História da Análise Econômica*, intitulada "As participações distributivas e o progresso tecnológico". Schumpeter inicia a avaliação de Marx afirmando: "Marx aceitou a análise de Ricardo, nada acrescentando de essencial" (Op. cit. p. 355); mas a encerra, contraditoriamente, com o comentário de que "ninguém pode deixar de ficar impressionado pelas virtudes analíticas e realistas desta concepção da evolução capitalista, especialmente se compará-la com os modestos elementos da mesma que Marx encontrou no capítulo de Ricardo sobre a maquinaria" (Op. cit. p. 356). Em parte, esta avaliação contraditória se explica pelo fato de Schumpeter, admitindo a divisão analítica do *mainstream*, distinguir a contribuição específica de Marx sobre o "progresso técnico" da leitura deste autor sobre o processo de centralização e concentração, que é indissociável daquela primeira. O problema é que esta distinção analítica não é adequada à avaliação da contribuição marxiana, como as próprias observações contraditórias de Schumpeter o explicitam.

se identificar com aumento da produtividade do trabalho, identifica-se igualmente com a queda do valor das mercadorias.

De outro lado, o trinômio inovação / aumento de produtividade / queda no valor das mercadorias é, em Marx, o eixo central pelo qual se processa a concorrência intercapitalista. E isto na medida em que as inovações em processo aumentam a produtividade do trabalho e rebaixam os custos de produção da firma individual, permitindo a ampliação dos ganhos da mesma, tanto a partir da ampliação da diferença entre preço e custo unitários, quanto a partir da ampliação da fatia de mercado que lhe cabe em função de um eventual rebaixamento unilateral do preço de venda[55]. Para além disso, a introdução de inovações por parte de uma firma qualquer, obriga as demais a movimentos reativos que tanto buscam se adequar ao novo padrão técnico de produção, quanto suplantá-lo, criando novos *gaps* tecnológicos, que dão origem a novas corridas competitivas.

Evidentemente, não há como subestimar a importância e a originalidade desta interpretação de Marx da conexão concorrência / progresso técnico. Em particular, Marx nos proporciona, com esta leitura, uma fundamentação rigorosa para a **recorrência, persistência e profundidade do progresso técnico no interior da sociedade capitalista**. Uma fundamentação que não só não se encontrava presente nos clássicos (a despeito de uma ou outra sinalização assistemática, particularmente em Smith), como não encontrará equivalência em qualquer outro economista até a emergência da obra de Schumpeter. E mesmo Schumpeter não alcança superar o conjunto dos desenvolvimentos de Marx neste campo. Na verdade, Schumpeter avança sobre Marx em determinação teórica; mas a interpretação marxiana do progresso técnico nos parece mais fecunda e geral que a daquele primeiro em aspectos não desprezíveis.

Na verdade, para Marx, o caráter endógeno e persistente do progresso técnico no interior do sistema não se embasa apenas na incorporação a esta categoria de movimentos inovativos (como a abertura de novos mercados e fontes de matérias primas) que são especificamente econômicos e apenas secundariamente "tecnológicos". Este movimento - que é comum a Marx e a Schumpeter - não diz tudo da leitura marxiana. Nesta se introduz ainda o reconhecimento de que as firmas capitalistas são estruturas complexas que estão em permanente processo de

---

[55] Este ponto é importante e será retomado mais adiante. Em geral se interpreta o movimento de introdução do progresso técnico associado à luta competitiva em Marx como sendo função pura e simples da busca de uma taxa extraordinária de lucro. Na verdade, porém, Marx é explícito na importância da busca de "mercados"; o que apenas explicita a sua clareza do caráter congenitamente "imperfeito" da concorrência nos mercados industriais.

aprendizagem e superação de práticas rotineiras que portam (se nos é permitida a adoção de uma terminologia moderna) uma racionalidade meramente "restrita". E é por isto que o processo de elevação da produtividade do trabalho é rigorosamente endógeno em Marx: ao transcender o progresso tecnológico, ele se vincula a novos procedimentos administrativos que podem ser adotados a partir da mera racionalização do uso dos recursos disponíveis às firmas, como no caso de novos padrões de controle do processo de trabalho, do tempo de utilização e rotação do capital fixo, do volume dos estoques, do desperdício de matérias-primas, etc., etc.[56]

Por outro lado, as diferenças sutis da leitura marxiana e schumpeteriana deste processo não podem negar a similaridade das mesmas. O que, por si só, já deveria deixar claro que - ao contrário do que pretende Schumpeter - **a teoria marxiana da perenidade do lucro não pode ser reduzida à teoria da "inovação" deste autor**. Na realidade, Marx vai extrair das pressões competitivas à inovação a **primeira** determinação da perenidade do lucro; que ainda não pode ser tomada como suficiente.

Afinal, a alavancagem competitiva da inovação e da ampliação persistente da taxa de mais-valia, não pode garantir efetividade a este processo. E , como se isto não bastase, a queda dos custos de reprodução da força de trabalho não se pode extrair imediatamente a queda do **preço de mercado** desta mercadoria. Se admitirmos que, no bojo mesmo do processo de concorrência e introdução de inovações técnicas, o movimento de acumulação sofre tamanha alavancagem que conduz não apenas a uma incorporação líquida positiva de mão-de-obra, mas a uma incorporação que transcende os limites em que o mercado de trabalho pode responder sem elevar o salário médio, então fica claro que a queda no custo de reprodução da força de trabalho está longe de ser suficiente para frear o aumento no preço desta mercadoria.

---

[56] Evidentemente, não estamos pretendendo aqui que Schumpeter desconheça estes movimentos. Só que, do nosso ponto de vista, este autor desvaloriza-os ao pretender a necessidade de uma categoria especial de agente (o empresário) e de ação (a inovação) para tirar a economia e as empresas do "equilíbrio perfeito do fluxo circular". Em nossa opinião, a continuidade da "inovação" em Marx também é função da identificação de uma dimensão de "trivialidade" na mesma. Uma "trivialidade" que não a torna uma "não-decisão", mas que a torna uma decisão socia-concorrencialmente impositiva. É a dificuldade em entender esta contradição que faz com que muitos intérpretes de Marx concluam ser estranha a este autor qualquer preocupação com processos decisórios; a despeito da quase obsessão do mesmo por certos movimentos de racionalização empresarial (como, por exemplo, a introdução do trabalho noturno e de turnos ininterruptos de produção com vistas à aceleração da rotação do capital; que ele visivelmente considerava ser a tendência mais ou menos geral do sistema fabril) cuja realização dependia da superação de práticas administrativas rotineiras. Do nosso ponto de vista, uma tal interpretação só se justifica pela desvalorização (ou desconhecimento) do tratamento minucioso de Marx da administração capitalistas da "rotação do capital" (desenvolvio no Livro II de sua obra maior), ou de uma leitura demasiado estruturalista (e anti-convencional) dos capítulos XIII, XVIII, XIX e XXII do Livro I de *O Capital*.

Marx tem plena consciência da insuficiência do argumento anterior; e irá desenvolvê-lo e redeterminá-lo continuamente, ao longo de cada capítulo do Livro I que se segue ao "Conceito de mais-valia relativa". Porém, a primeira redeterminação importante da idéia de que a concorrência alavanca a poupança de mão-de-obra aparecerá no capítulo XIII ("Maquinaria e grande indústria") de *O Capital*. Nele Marx introduz a variável efetivamente central do processo capitalista de poupança relativa de trabalho vivo: o desenvolvimento da maquinaria. À diferença dos desenvolvimentos relevantes mas não-revolucionários associados ao desenvolvimento da "Cooperação" (capítulo XI) e "Divisão do trabalho" (capítulo XII), Marx vai demonstrar em sua análise da **introdução da maquinaria** que ela não potencializa apenas a economia de trabalho, **mas a negação deste, através da substituição de homens por máquinas**.

Evidentemente, o desenvolvimento e introdução da maquinaria não eliminam por si mesmos os problemas associados à possibilidade de que - uma vez estabilizado um determinado padrão técnico de produção especificamente industrial -, o movimento continuado da acumulação tensione o mercado de trabalho de forma a elevar a taxa de salário. Contudo, os desdobramentos econômicos de uma tal situação são radicalmente transformados a partir do momento em que está posta a possibilidade de substituição de homens por máquinas. E isto na medida em que a plena constituição de um departamento produtor de bens de capital submetido aos regimes de produção e concorrência capitalistas implica na incorporação deste setor à luta persistente por introdução de inovações e melhorias nas "máquinas-mercadorias". Com o que a "inovação em processo" das firmas deixa de ser um movimento estritamente endógeno às mesmas para se tornar, também, uma mercadoria. Ou, para ser mais exato: **distintas alternativas de padrões técnicos de produção passam a ser oferecidas no "mercado" simultaneamente, passando a ser objeto de confronto e decisão econômica por parte dos distintos produtores capitalistas a cada movimento privado de acumulação produtiva.**

A centralidade deste ponto na reflexão marxiana não pode ser questionada. Como tampouco pode ser questionada a assertiva de que este ponto aproxima a reflexão marxiana da teoria neoclássica da produção e do progresso técnico. Afinal, o que Marx introduz juntamente com a maquinaria é o reconhecimento de que, a cada movimento de investimento, o empresário capitalista se depara com mais de uma alternativa de padrão técnico-produtivo; vale dizer, com mais de uma alternativa de combinação de trabalho vivo e trabalho morto, que, agora, passam a comportar não só "substitubilidade técnica" como "produtividades reciprocamente referidas". Afinal, como bem o diz Marx, "a produtividade da máquina se mede ... pelo grau em que ela

substitui a força de trabalho humana"[57].

E o que importa entender aqui é o desdobramento desta leitura: **na contra-mão do "ricardianismo de esquerda" e na direção da reflexão do último Ricardo e da tradição neoclássica, Marx vai admitir que a demanda da força de trabalho é uma função negativa da taxa de salário**[58]. E a centralidade desta assertiva na construção marxiana é igualmente insofismável: a relação inversa entre salário e emprego, na medida mesmo em que se deriva da substitubilidade técnica entre trabalho vivo e maquinaria, é parte fundamental da leitura de Marx em torno da continuidade e consistência de longo prazo do processo capitalista de acumulação. E isto na medida em que a disponibilidade de alternativas **atuais** ao padrão técnico vigente é que garantirá, em grande parte, que o processo de acumulação não venha a ser cerceada, nem por

---

[57] MARX, K. *O Capital*. Livro I, vol. 2, p. 20. Vale a pena observar que a proposição de que a produtividade da maquinaria é mensurável pelo "grau em que ela substitui a forção de trabalho" é o equivalente marxiano da proposição neoclássica de que a produtividade do capital é mensurável pela "taxa marginal de substituição técnica de insumos físicos por trabalho vivo". Neste particular, a diferença de perspectivas encontra-se apenas em que, para Marx, a produtividade técnica do maquinário não implica em qualquer produtividade em valor. Mas isto não (como querem os "ricardianos de esquerda", em permanente luta para cancelar as contradições entre valor e "valor-de-troca") porque a introdução de maquinário, a despeito de alavancar a produtividade técnica, seria incapaz de alavancar o ganho capitalista enquanto um diferencial entre **preço** e **custo de produção**. Mas porque - como bem o entende Schumpeter - o valor em Marx é o quantum de trabalho necessário à produção das mercadorias; de forma que a maquinaria só pode contribuir para a determinação do valor dos produtos finais através do repasse (sem qualquer acréscimo) do seu valor para aqueles. A este respeito, vale a pena ler - no mesmo capítulo donde foi extraída a citação reproduzida acima (MARX, K. Idem, p. 18) - os comentários elogiosos de Marx à defesa ricardiana (esgrimida contra Say, e a favor de Smith) da irrelevância da produtividade da natureza e do capital para a determinação do **valor**, identificado à contribuição **humana** ao processo produtivo.

[58] Quer nos parecer que a tentativa de demonstrar esta assertiva pelo resgate do amplo conjunto de passagens de Marx em que esta conexão é posta, seria tão ociosa para o leitor mais cuidadoso de *O Capital*, quanto poderia ser inconvincente para o leitor mais resistente a aceitar qualquer proximidade entre Marx e o pensamento ortodoxo. De qualquer forma, recomendamos ao leitor mais cético o retorno à segunda seção do capítulo XIII e à terceira seção do capítulo XXIII do Livro I, bem como ao capítulo L do Livro III, intitulado "A ilusão da concorrência". Neste capítulo (em que Marx discute a autonomia relativa das categorias capitalistas de rendimento, e ao qual teremos de voltar mais adiante), se lê, entre outras passagens igualmente expressivas, que: **"Se num país o salário e o preço da terra são baixos e, pelo contrário, os juros do capital são elevados porque o modo de produção capitalista aqui nem sequer está desenvolvido, enquanto em outro país o salário e o preço da terra são nominalmente altos, mas, pelo contrário, os juros do capital estão baixos, então o capitalista emprega num país mais trabalho e terra, no outro, proporcionalmente, mais capital."** (MARX, K. Op. cit. Livro III, p. 309.) Aqui, Marx não apenas reconhece a influência do preço dos insumos básicos na determinação da taxa relativa de incorporação dos mesmos: ele quase anuncia o modelo neoclássico de comércio e especialização internacional na conclusão desta passagem, onde se lê: "No cálculo de saber até que ponto é possível a concorrência entre os dois [países], **esses fatores entram como elementos determinantes** ... [pois] na concorrência no mercado mundial, trata-se exclusivamente de saber se, com o salário, os juros e a renda dados, a mercadoria pode ser vendida com vantagem aos preços gerais vigentes no mercado, ou abaixo dos mesmos, isto é, com a realização de um ganho empresarial." (idem, ibidem., o grifo é meu) O fato de que estas colocações sejam feitas no interior de uma avaliação crítica da **auto-suficiência** da concorrência enquanto instância determinante do processo distributivo, não nega que o sentido das mesmas é o de reconhecer a **relevância** destas determinações.

pressões salariais intransponíveis, nem por eventuais retardos no processo de desenvolvimento técnico-científico e/ou descontinuidades na conexão desse processo com os movimentos inovativos empresariais.

Para além disso, é preciso ver que a introdução da maquinaria alavanca sobremaneira as condições de controle capitalista da velocidade e produtividade do trabalho. E isto não apenas à medida em que a própria velocidade do processo fabril passa a ser controlada pela máquina motriz; mas, igualmente bem, pelo fato de que a crescente redundância da força física e habilidade humanas no interior dos processos produtivos especificamente industriais (que se derivam da simplificação relativa dos processos de trabalho associados à mecanização) ampliam a "oferta de força de trabalho", ao ampliar a parcela da população desapropriada apta a ser incorporada ao processo produtivo.

Assim, gera-se uma nova população trabalhadora redundante a cada movimento disruptivo de "progresso técnico" (ou, se se quiser, a cada "deslocamento da função de produção"), o que aprofunda a concorrência no interior da classe trabalhadora e debilita o poder de barganha da mesma, tornando possível novas investidas do capital no sentido de extensão da jornada e de depressão permanente do valor da força de trabalho. Um movimento que será fortemente alavancado pelo fato de que, sendo o salário a condição de sobrevivência da classe trabalhadora desapropriada, a função oferta de força de trabalho assume um padrão particular. Ou, como diz Marx em seu estilo peculiar:

> "A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho. A compra de uma família parcelada, por exemplo, em quatro forças de trabalho, custa, talvez, mais do que anteriormente a compra da força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação, surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um. Agora, quatro precisam fornecer não só trabalho, mas mais-trabalho para o capital, para que uma família possa viver. Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano da exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração."[59]

O resultado deste processo é tal que, por vezes

> "A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade, tal excesso de trabalhadores .... que aí a queda do salário

[59] MARX, K. Op. cit. p. 23.

> abaixo do valor da força de trabalho impede [o subsequente] uso da maquinaria e torna-a supérflua ... do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago."[60]

Traduzidos estes desenvolvimentos de Marx em termos das tradicionais curvas de oferta e demanda de mão-de-obra, obteríamos uma representação como a do Gráfico 1 abaixo. Nele, um deslocamento para a esquerda da curva de demanda da força-de-trabalho (presumivelmente associada a um movimento disruptivo de inovação tecnológica) acaba por determinar uma nova configuração de "equilíbrio"[61] neste mercado, definida por salários significativamente mais baixos e nível de emprego discretamente maior. (No gráfico, W é a taxa salário real, L é o número total de horas de trabalho ofertadas e demandadas, D_1 e D_2 são as curvas de demanda de força de trabalho respectivamente antes e depois da inovação, e S é a curva marxiana de oferta de força de trabalho.)

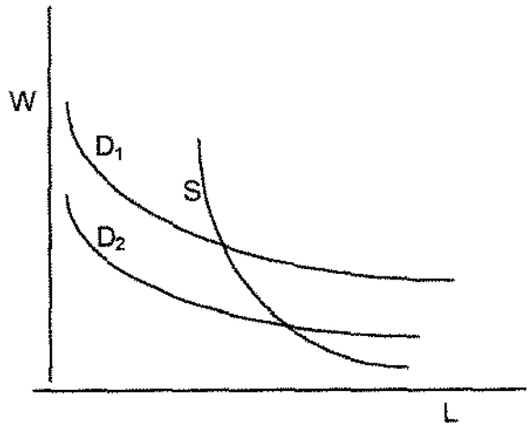


GRÁFICO 1

Mais uma vez, não se pode subestimar a importância da leitura de Marx em torno do peculiar padrão de oferta da força de trabalho para a compreensão de sua obra. Desde logo, este peculiar padrão de oferta nos ajuda - contraditoriamente - a entender o significado da assertiva marxiana de que a força de trabalho tenha, rigorosamente, um "preço de (re)produção" (ou um

---

[60] Idem, p. 22.

[61] Escrevemos "equilíbrio" entre aspas para sinalizar que usamos este termo em sentido "fraco", expressando meramente a solução que estabilizaria o mercado de trabalho **dada** uma situação de oferta e demanda. Não associamos ao termo, portanto, qualquer idéia de estabilidade ou de satisfação dos agentes que, como se pode perceber facilmente, é incompatível com a leitura marxiana. Voltaremos a este ponto ao final do atual capítulo.

valor, tomando esta categoria em sua dimensão de *proxy* do valor-de-troca), e que este preço oriente e limite as flutuações do preço de mercado desta mercadoria particular. Afinal, esta assertiva não tem nada de trivial, numa economia em que a "produção de trabalhadores" é uma atribuição dos próprios trabalhadores e, como tal, não segue determinações primariamente (ou, pelo menos, exclusivamente) econômicas. Um fato que - somado ao reconhecimento de que os valores de uso necessários e suficientes para a reprodução da força de trabalho não podem ser definidos tecnicamente, mas envolvem determinações que são especificamente sociais - impõe a questão da pertinência da caracterização de um valor ou de um "preço natural" para a força de trabalho que se distinga do salário pago em cada conjuntura.

Do nosso ponto de vista, esta questão só pode ser enfrentada pelo resgate da função oferta reproduzida acima. E isto no sentido de que ela é contraditória com o problema que vimos acompanhando e procurando solucionar até aqui: o problema de que a acumulação de capital promove uma contínua ampliação da demanda de força de trabalho, que é de ordem a conduzir à elevação da taxa de salário[62]. Na verdade, se a oferta de força de trabalho é negativamente inclinada, porque a pressão de demanda deveria conduzir à uma elevação da taxa de salário? E a resposta (independentemente de não se encontrar expressa nestes termos em Marx) só pode ser a de que a forma da função oferta é distinta no curto e no longo prazo. No curto prazo, ela é positivamente inclinada; e deslocamentos da função demanda alimentariam variações nas taxas de salário similares às variações de quaisquer mercadorias de oferta "inelástica". Só que, o resultado desta mesma variação salarial é o deslocamento da função oferta de "curto prazo" da força de trabalho. **Se a taxa de salário sobe** em função de um deslocamento para cima da função demanda, **a função oferta** também **se deslocaria para cima** (e para a esquerda, em função do abandono do mercado de trabalho da mão-de-obra redundante), **conduzindo a novas elevações salariais**. E se a demanda de força de trabalho caísse, a taxa de salário também cairia, estimulando o deslocamento para baixo e para a direita da função oferta, que imporia novas quedas da taxa de salário.

Ora, se se tem em vista que a demanda de mão-de-obra por parte do capital é marcadamente instável num sistema de acumulação e inovação técnica compulsivas (e que, para

---

[62] Ou, nos termos em que Marx põe a questão na "Lei Geral da Acumulação Capitalista": "as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima. Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial." MARX, K. Op. cit. p. 188.

Marx, como veremos logo adiante, ainda se acha sujeito a profundas e imprevisíveis flutuações de demanda agregada), fica fácil perceber que o mecanismo de "ajuste" do mercado de trabalho apresentado acima torna-se mais uma fonte de instabilização sistêmica. E uma fonte muito particular, porquanto afeta não só os rendimentos e as condições de vida da grande maioria da população, mas, igualmente bem, instabiliza os custos de produção de todos os setores da economia, inviabilizando qualquer formação de expectativa acerca do retorno de uma inversão produtiva *vis-à-vis* as distintas opções tecnológicas disponíveis e a evolução pregressa da demanda nos diversos mercados.

Para além do fato demasiado óbvio de que a conclusão acima reafirma a necessidade de regulação institucional do mercado de trabalho (que, desde logo, se impõe com vistas ao controle daquelas tensões sociais inerentes à ordem burguesa), o que importa entender aqui é que, num mercado com tais características, os processos de "equilibração" são virtualmente impossíveis na ausência de um preço de referência que sirva de ponto de partida e orientação para os processos de negociação associados à compra e à venda desta mercadoria especial. E, para Marx, o que define esta referência é o padrão tradicional de consumo e reprodução da classe trabalhadora, que definirá o valor da força de trabalho. O que impõe a questão da determinação deste "padrão tradicional"? Afinal, determinar pela "cultura" (à la Ricardo) é fugir da questão, é pseudo-determinar; e não representa um avanço efetivo à proposta determinação pelo nível de subsistência.

A resposta que Marx vai dar a esta questão é dúplice. De um lado, este autor vai apontar nos capítulos XIII, XXIII e XXIV do Livro 1 para a importância das condições de vida da classe trabalhadora no sistema produtivo que antecede ao capitalismo na determinação do "valor da força de trabalho" na emergência deste último[63]. De outro lado, ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, esta referência mesma é objeto de superação a partir de um amplo conjunto de determinações, que vão da queda persistente do valor dos bens-salário à revolução das exigências de formação profissional da classe trabalhadora. Contudo, tais transformações não anulam inteiramente o peso da referência (por assim dizer) "pré-capitalista" de reprodução. E isto na medida em que a disputa distributivo-salarial impulsionada por estas transformações serão mediadas pelas condições de reprodução do exército industrial de reserva, particularmente de suas frações "líquida" e "latente".

---

[63] O que desloca, mais uma vez, a discussão para o plano da **pesquisa e da teoria históricas.** E, como já vimos, este é um plano que transcende aos limites da leitura schumpeteriana de Marx. De forma que deixaremos a discussão detalhada da influência das formas pré-capitalistas de organização da produção sobre a dinâmica distributiva capitalista para o nosso próximo capítulo.

Este é, do nosso ponto de vista, o objeto privilegiado das seções terceira, quarta e quinta da "Lei Geral da Acumulação". O que Marx busca demonstrar aí é que, **só se o excedente populacional puder ser absorvido em setores não capitalistas - como a pequena produção agrícola, o pequeno artesanato urbano, a prestação de serviços a consumidores finais, etc. - é que poderá se constituir um exército industrial rigorosamente "de reserva"**. E a constituição deste impõe a estabilização relativa da taxa de salário, uma vez que os movimentos de variação da mesma, acionados por variações da demanda por mão-de-obra, tenderiam a ser contrarrestados pelo fluxo e refluxo de trabalhadores em direção ao setores mercantis marginais.

Nos termos de nossa discussão anterior em torno da inclinação negativa da função oferta de força de trabalho de longo-prazo, os desenvolvimentos acima conduzem ao reconhecimento de que a existência de um exército industrial rigorosamente "de reserva" impõe um freio aos deslocamentos perversos (no sentido de amplifcadores do desequilíbrio) da função oferta de curto-prazo que estariam na base daquele perfil[64]. Só que a eficácia de tal freio não pode ser definida a princípio, pois dependerá do tamanho do setor não capitalista e de seu padrão de integração e subordinação ao setor capitalista, que - em função mesmo de suas características constitutivas - porta uma competitividade/produtividade e um potencial de acumulação muito superior.

O que importa efetivamente entender do conjunto da discussão anterior é que **em Marx a dinâmica do mercado capitalista de trabalho não pode ser entendida se se abstraem as condições de vida/reprodução da classe trabalhadora fora deste mercado**. Condições estas que não podem ser referidas a um abstrato plano "político-cultural", mas, isto sim, ao padrão histórico particular de desenvolvimento de cada sociedade capitalista e da forma como a mesma alcançou consolidar a flexibilização da oferta de mão-de-obra a partir da subordinação da dinâmica econômica dos setores não especificamente capitalistas à dinâmica da acumulação de capital.

Como já anunciamos, o resgate circunstanciado deste plano analítico em Marx terá de esperar até o próximo capítulo. Por enquanto, devemos retomar o fio da meada voltando-nos

---

[64] Mais exatamente, se admitimos que a função oferta de longo prazo negativamente inclinada espelha os "perversos" deslocamentos da função oferta de curto prazo, a introdução no sistema teórico de um setor não especificamente capitalista tem a função de limitar - e, no limite, contrarrestar - estes deslocamentos, uma vez que a queda da taxa de salário abre para o trabalhador, para além da alternativa de ampliar a oferta de trabalho no mercado formal, a alternativa de se deslocar para o mercado informal.

para a quarta e última das dimensões do "progresso técnico" que - ao lado da endogeneização competitiva da inovação; da substitubilidade homens-máquinas; e da ampliação/flexibilização da oferta de mão-de-obra associada à simplificação do processo de trabalho e constituição/subordinação de um exército industrial de reserva - autonomizam a acumulação das circunscrições pré-capitalistas de oferta de força de trabalho. Pensamos aqui na relação estabelecida por Marx entre concentração/centralização de capital, ganhos de escala e progresso técnico.A este respeito, Marx nos diz em seu capítulo XXIII do Livro I

> "A **expansão** acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção **isolados** e **rotineiros** em processos de produção **socialmente combinados e cientificamente dispostos**."[65]

Nesta curta passagem Marx sintetiza aquele desenvolvimento que, do nosso ponto de vista, encerra e garante consistência ao seu tratamento da relação progresso técnico / acumulação. E isto na medida em que, aqui, Marx inverte os pólos da relação, propondo que **não apenas o progresso técnico alavanca a acumulação, como a acumulação alavanca o progresso técnico**.

Neste segundo movimento, é possível diferenciar três processos imbricados. Um primeiro, mais simples, diz respeito ao fato de que, dada a durabilidade do capital fixo, a incorporação de certas inovações técnicas depende, ou da amortização e reposição do maquinário, ou de que os empresário estejam realizando investimentos líquidos positivos. Nos termos da problemática aqui levantada, contudo, é a imbricação destas duas dimensões que realmente importa; pois ela permite que, a depender das potencialidades de poupança de mão-de-obra associada às novas tecnologias, num único movimento de acumulação, o desemprego de força-de-trabalho derivado do descarte das instalações amortizadas, supere o número de trabalhadores incorporados às estruturas produtivas rigorosamente novas. Com o que, a ampliação da capacidade produtiva (e, mesmo, da produção total) se processa com poupança líquida da mão-de-obra empregada.

Mas este movimento ainda não é o mais importante. O ponto realmente central desta reflexão marxiana diz respeito ao fato de que a incorporação de padrões técnicos de produção já conhecidos e mais avançados e produtivos depende da escala de operação da firma. Em seus

---

[65] MARX, K. Op. cit. p. 197 (os grifos são meus).

fundamentos, esta leitura é essencialmente a mesma defendida por Smith no primeiro capítulo de *A Riqueza das Nações*, e se embasa no fato de que, tanto a divisão do trabalho no interior da firma, quanto a incorporação de processos mecanizados de produção, dependem do tamanho do mercado e da participação da firma no interior do mesmo. Em termos neoclássicos, esta hipótese poderia ser traduzida na assertiva de que a função de produção de longo prazo (onde todos os insumos produtivos são tomados como variáveis) proporciona ganhos crescentes e tem a forma de uma função exponencial para qualquer relação capital/trabalho tomada como referência.

Evidentemente, um tal padrão de comportamento da "função de produção" não é impositivo; mas é o padrão "normal", cuja recorrência é garantida já pelo fato de que os movimentos de aumento de produtividade associados à acumulação não dizem respeito apenas ao aprofundamento da divisão do trabalho e introdução de maquinário, mas se relacionam igualmente bem - e esta é a terceira dimensão do processo - à superação de padrões rotineiros de produção, e a adoção de padrões (para usar o termo de Marx acima) "cientificamente dispostos". Isto significa dizer que a acumulação produtiva aprofunda e acelera o processo de racionalização no uso dos recursos e a superação de padrões sub-ótimos em termos econômicos. Se traduzíssemos esta idéia nos termos do jargão neoclássico, é como se houvesse duas funções de produção: uma meramente "ideal", que gera os valores da produção em condições de máxima racionalização do uso dos recursos; e outra "real", que expressa a produção efetivamente alcançável (que é sempre inferior à produção potencial) a partir dos padrões "rotineiros" (os únicos efetivamente passíveis de adoção num determinado momento) de apropriação, controle e uso dos recursos. Só que - e este é o ponto da questão - a distância entre a função "real" e a "potencial" diminui com o progresso da acumulação que é indissociável do desenvolvimento da racionalização (e flexibilização) dos processos produtivos (e sociais) em geral.

Os determinantes desta conexão acumulação/racionalização são múltiplos (e nem sempre expostos de forma clara) em Marx. No longo processo de emergência e consolidação da sociedade mercantil burguesa, esta conexão está associada ao próprio movimento de superação de formas não especificamente capitalistas de produção e concorrência. Este é o caso típico da agricultura, cujo processo de mercantilização e racionalização econômico-produtiva será a fonte por excelência de liberação de mão-de-obra para a acumulação urbano-industrial. Mas este processo também terá a sua face urbana, associada à superação de formas "artesanais" e "manufatureiras" de produção que - ainda quando mercantis - comportavam padrões de organização e racionalidade administrativa não capitalistas. De outro lado, mesmo sob a ordem capitalista consolidada, a superação crescente do caráter regionalizado dos mercados e o

aprofundamento e transformação qualitativa da concorrência burguesa impõe um esforço crescente e permanente de racionalização de custos e processos. Uma racionalização que é sempre alavancada pela acumulação na medida mesmo em que esta já impõe uma "transformação" da estrutura das firmas e cria uma "capacidade produtiva marginal" onde se concentram os esforços de superação de padrões rotineiros que se encontram consolidados (e, no limite, "inscritos") naquelas frações da estrutura produtiva que (ainda) não se beneficiam do influxo modernizante associado à acumulação.

Para além da multiplicidade de determinações internas e externas às firmas que associam acumulação e racionalização econômica da produção, o que importa entender aqui é que a **resultante desta conexão é o formato tipicamente exponencial assumido pela função de produção "real" em Marx; um formato que se impõe mesmo quando a função de produção "ideal" não admita rendimentos crescentes em toda a sua extensão**[66]. E o desdobramento necessário deste formato típico das funções de produção de longo prazo é, tanto a emergência e sustentação de um "lucro diferencial" para as empresas capitalistas que se beneficiam dos custos inferiores associados à escala e demais vantagens derivadas do processo continuado de acumulação, quanto a tendência à crescente oligopolização dos mercados industriais. É justamente para estes pontos que Schumpeter chamará a atenção em antológica passagem da *História da Análise Econômica*. Segundo o autor:

> "Marx fez do investimento dos ganhos de exploração industrial ... a força motriz da evolução econômica. Se pensarmos este processo num esquema de curvas de custo que declinem em virtude de economias internas e externas ... duas coisas ressaltarão desde logo: primeiro, este processo ... é assistido 'a cada passo' por ganhos temporários que são lucros em nosso sentido e somam-se aos benefícios de firmas que, por essa forma, crescem mais depressa ou 'com maior êxito' do que outras. Prevalece o desequilíbrio no decorrer de todo o processo, porém Marx via neste desequilíbrio a própria vida do capitalismo, e é a este desequilíbrio de um lado, e de outro aos custos decrescentes ... que se associam principalmente os lucros puros. Em segundo lugar, o processo de Marx,

---

[66] Vale a pena observar que a distinção aqui proposta entre função de produção "real" e "ideal" não suprime a importância e a "realidade" (ainda que virtual) da última. Ou, dito de outro modo: há que se negar a falsa conclusão de que, se a produção máxima que efetivamente se pode obter de um determinado conjunto de insumos num dado momento é inferior à produção máxima idealmente projetável deste mesmo conjunto de recursos, então esta projeção ideal é carente de qualquer realidade e efetividade. E isto na medida em que uma tal conclusão ignora o fato crucial de que o reconhecimento daquelas virtualidades é que articula o padrão produtivo futuro. Isto significa dizer que o que chamamos aqui de "função de produção real" é rigorosamente temporal e cronológica: seu traçado corresponde à história produtiva de uma firma. Mas se, numa circunstância qualquer de estabilidade das técnicas e padrões de controle da produção, uma firma decidisse reduzir sua inserção produtiva num mercado qualquer, o processo de "desacumulação produtiva" não envolveria um retorno às posições primitivas, ele não se daria ao longo da "função de produção real", mas tomaria como referência o padrão superior de apropriação e controle de recursos consolidado ao longo do movimento de acumulação e que se encontra mais próximo do padrão "ideal/virtual" de produtividade.

como aliás ele não deixou de registrar, deve *stricto sensu* conduzir a monopólios ou oligopólios das firmas que tenham conseguido a vantagem inicial."[67]

De fato, a associação entre acumulação e "progresso técnico" em Marx tem como principal desdobramento a tendência à centralização do capital. É Marx quem diz:

"A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende *coeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram"[68]

E se o progresso técnico alavanca a centralização, a articulação de ambos alavanca a acumulação:

"O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização, mediante as sociedades por ações, chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica e variável do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de

---

[67] SCHUMPETER, J.A. Op. cit. Parte IV, p. 323. Na continuidade da passagem reproduzida acima, Schumpeter diz: "O tratamento dispensado por Marshall ao mesmo conjunto de problemas ... chega ao mesmo resultado sobre ambos os pontos, dando-se o devido desconto para sua técnica superior e sua preocupação no sentido de fazer justiça a todos os fatos friccionais ou não, que impedem essas árvores isoladas de crescer até os céus." Idem, pp. 323/4. Sem dúvida; ainda que a excessiva preocupação com a técnica, as fricções e as "árvores" acabe por criar uma cortina de fumaça que torna os resultados mais críticos da análise marshalliana virtualmente imperceptíveis.

[68] Idem, pp. 196/7. Na sequência desta passagem tão conhecida, Marx introduz as impulsões creditício-financeiras ao processo de centralização, para concluir com o resgate da conexão entre acumulação e centralização, quando diz: "À medida que se desenvolve a produção e **acumulação capitalista,** na mesma medida desenvolvem-se a **concorrência** e crédito, as duas mais poderosas **alavancas da centralização**. Paralelamente, o progresso da acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma centralização prévia do capital." (idem, p. 197, os grifos são meus). O que importa resgatar aqui é o caráter não trivial da conexão proposta por Marx entre acumulação e concorrência: a acumulação tanto impulsiona quanto altera as formas da concorrência, impulsionando o progresso técnico e a centralização, que - por sua vez - tanto alavancam quanto alteram as formas da acumulação.

trabalho."[69]

Esta interação dinâmica entre acumulação, progresso técnico e centralização articula um "circulo virtuoso" para o capital - e "vicioso" para o trabalho - de tal forma que, crescentemente

> "**os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos**. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital e reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante. ... [De formas que, ao fim do processo,] a acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital."[70]

Em suma: **ao fim do processo de investigação o problema original da circunscrição da acumulação pela circunscrição da oferta de força-de-trabalho transforma-se em seu contrário, tomando a forma do problema (que é exclusivo dos trabalhadores) do excesso de oferta de força de trabalho *vis-à-vis* as necessidades do capital**.

3.3. Generalizando a interpretação schumpeteriana do lucro em Marx como um fenômeno de desequilíbrio

A despeito da riqueza da leitura anterior, é fácil perceber que não se pode imputar ao processo inovativo toda a responsabilidade pela normalização/perenização do lucro em Marx. Se assim fosse, a leitura de Marx não seria mais do que uma antecipação - talvez até mais rica e determinada - da teoria schumpeteriana do desenvolvimento. O que é contraditório com o próprio projeto marxiano de expor os determinantes da normalização/perenização do lucro. Se este fosse rigorosamente uma função de desequilíbrios associados à inovação, não haveria como se pensar em um "lucro normal"[71].

---

[69] Idem, p. 198.
[70] Idem, p. 199 (o grifo é meu).
[71] Schumpeter tem plena consciência deste problema e critica acerbamente Marx por impô-lo. Do ponto de vista de Schumpeter, todos os problemas teóricos de Marx - a começar pelo problema da transformação e seu correlato: a crítica da teoria da abstinência - se resolveriam automaticamente se ele abrisse mão da hipótese de que o sistema comporta qualquer tendência à normalização e equalização da taxa de lucro. E Schumpeter vai mais longe em sua crítica pretendendo que Marx não abre mão de "transformar" porque reconhece, como Ricardo, a presença de uma "preferência temporal". E, portanto, como Ricardo, não pode

É bem verdade que, para além da questão da inovação propriamente dita, a leitura anterior também resgatou a particularidade do mercado de trabalho em Marx, que é de ordem a garantir a sustentação de um padrão "extensivo" (por oposição a "inovativo") de acumulação sem que se manifestem os *profit squeezes* que caracterizam os fluxos circulares de Schumpeter e Ricardo. Contudo, vimos também que estas particularidades do mercado de trabalho - em especial, a inclinação negativa da curva de oferta de mão-de-obra e a dinâmica receptiva e expulsora do setor informal - se manifestam a partir de flutuações na função demanda de mão-de-obra **de curto prazo**, que interage com uma função oferta tradicional; vale dizer, positivamente inclinada. O que, necessariamente, coloca a possibilidade de que, **no curto prazo**, uma eventual aceleração da acumulação realizada sobre padrões "extensivos" promovesse uma pressão sobre o mercado de trabalho que alimentasse uma elevação dos salários. Esta hipótese - apresentada na primeira seção do capítulo XXIII - impõe a questão: nestas circunstâncias - necessariamente anormais -, como o capital responde à pressão salarial? Torna-se ele prisioneiro de sua própria compulsão à acumulação, tolerando o crescimento salarial até o ponto da virtual cessação do lucro que caracteriza o estado estacionário ricardo-schumpeteriano?... Não, para Marx, a diminuição do lucro em função do aumento salarial

> "nunca pode ir até o ponto em que ameace o próprio sistema. Abstraindo conflitos violentos sobre a taxa de salário ... uma elevação do preço do trabalho decorrente da acumulação de capital pressupõe a seguinte alternativa. Ou o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o progresso da acumulação; .... Ou ... a

---

fugir da "teia da abstinência". Em suas palavras: "... a teoria de Marx pertence à família a que chamamos Economia de Adiantamento, e isto implica no reconhecimento de um elemento distinto - independentemente de que se lhe considere um serviço distinto ou um crime distinto - no processo econômico, que pode ser o veículo de exploração mas que, em si mesmo, não *é* exploração. ... O capital fixo em Marx simplesmente *transmite* seu valor aos produtos sem acrescentar coisa alguma além de seu próprio valor. Todavia, sendo ele mesmo o produto do trabalho explorado, *incorpora* não só o valor dos bens de primeira necessidade consumidos pela mão-de-obra que o produziu, mas, além disso, também um valor excedente, que é incorporado no capital fixo. Se isso pudesse ser feito, não haveria motivo pelo qual os preços reais não devessem ser proporcionais ao trabalho total neles contido, isto é, ao trabalho contido no capital fixo mais o trabalho adicionado até que surge o produto final, e não haveria problema de transformar os valores em preços. Não obstante, Marx não fez isto, mas preferiu lutar através de centenas de páginas com este mesmo problema. Por quê? Obviamente, porque pensou que o período de tempo *não* era uma questão de indiferença. Entretanto, isto importa em reconhecer - embora não em admitir - que a espera é, no final das contas, um elemento da estrutura de Marx (teoria do valor), que é o queríamos mostrar." SCHUMPETER, J. A. Op. cit. p. 335. Não podemos concordar com esta conclusão de Schumpeter; mas não podemos subestimar a importância da mesma. O que Schumpeter reconhece corretamente aqui é que a teoria do lucro/juro de Marx não pode ser reduzida a uma teoria do "ganho diferencial" associado ao progresso técnico. **O que nos obriga a buscar uma interpretação do lucro que seja capaz de transcender - sem negar! - a perspectiva que vimos perseguindo acima pela incorporação da questão da "preferência temporal" (que não é mais que a "outra face" da distribuição do excedente em função do capital total) sem cair numa teoria da abstinência**. Este é o objeto central da sub-seção que se abre aqui.

> acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria."[72]

A importância desta passagem de Marx não diz respeito propriamente à possibilidade (desde logo caracterizada como circunstancial e anormal) do processo de acumulação alimentar a elevação salarial e a queda da rentabilidade capitalista[73]. Sua importância real se encontra no fato de que ela introduz um freio (diga-se de passagem, anti-ricardiano) à compulsão à acumulação, que se consubstancia na hipótese de que os capitalistas exigiriam uma taxa de retorno mínima para a efetivação de inversões produtivas. E subjaz a esta hipótese a idéia de que existiria um "custo de oportunidade" à acumulação, que serviria de parâmetro ao lucro mínimo (ou, se se quiser, "normal") exigido pelos capitalistas. Uma idéia que - é fácil perceber - contradiz a leitura estritamente schumpeteriana de Marx; e vai levar Schumpeter a negar consistência teórica à passagem supracitada afirmando, no *Capitalismo, socialismo e democracia*, que

> "... essa tendência do mecanismo capitalista a equilibrar-se certamente não é uma questão fora de dúvidas e qualquer afirmativa nesse sentido exige, para dizer o mínimo, cuidadosas reservas. Mas o interessante é que deveríamos chamar essa afirmação de extremamente marxista, caso fosse encontrada nas obras de outros economistas; ademais, caso verdadeira, enfraquece em muito a linha principal da argumentação marxista. Nesse ponto, como em muitos outros, Marx mostra, de maneira surpreendente, os grilhões da economia burguesa de seu tempo, que ele próprio acreditava ter quebrado." [74]

Os "grilhões" a que se refere Schumpeter na passagem acima seriam a teoria da abstinência, única formulação em que a exigência de uma taxa mínima de remuneração do

---

[72] MARX, K. *O Capital*. Op. cit. p. 192.

[73] É bem verdade que os leitores "ricardianos de esquerda" de Marx colocarão esta possibilidade meramente aventada pelo autor no panteão das "contradições intestinas do sistema capitalista". O caráter perversor de uma tal leitura já foi objeto de inúmeros trabalhos. Mas nem sempre se reconhece que **Marx é corresponsável por estes equívocos. E o é na medida em que ignora um dos fundamentos mais importantes de sua tese de que "a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário a dependente, e não o contrário" (idem, ibidem): a distinção entre salário nominais e reais e o controle capitalista sobre o nível geral de preços.** De outro lado, não devemos estranhar o fato de Marx ignorar um tal argumento. Tanto a distinção entre salários nominais e reais, quanto o controle capitalista do nível geral e preços só serão objeto de teorização sistemática no século XX, quando a inflação torna-se endêmica. Esta teorização é um dos desenvolvimentos mais importantes da corrente que denominamos aqui de "pós-marginalista" e cujas contribuições à teoria dos preços e da distribuição serão resgatadas em nosso capítulo sexto.

[74] SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Op. cit. p. 51, nota 13.

capital pode ser tomada rigorosamente como condição de **equilíbrio** do sistema. Porém - e é isto que importa entender - Schumpeter só interpreta a assertiva marxiana da exigência capitalista de um lucro mínimo como expressão de uma suposta subordinação teórica ao equilibrismo da "economia burguesa" na exata medida em que se fecha a interpretações alternativas, encapsulando a teoria marxiana da concorrência capitalista nos apertados escaninhos da concorrência pura (ou perfeita). Um movimento que o próprio Schumpeter não deixará de auto-criticar, reconhecendo que

> "seria possível, sem dúvida alguma, resolver parte da questão [da perenidade do lucro] apelando para a teoria da **concorrência imperfeita**, introduzindo a fricção e as inibições institucionais do funcionamento da concorrência, destacando todas as possibilidades de **empecilhos na esfera monetária e creditícia**, e assim por diante. Entretanto, ter-se-ia dessa maneira uma defesa apenas moderada, que o próprio Marx desprezaria com todo o coração". [75]

É evidente a contradição desta passagem com a passagem da *História da Análise Econômica* reproduzida anteriormente em que Schumpeter, aproximando Marx de Marshall, reconhece que, para o primeiro, a tendência à oligopolização (ou "monopolização") é inerente ao sistema. No intervalo entre as duas obras, o que parece ter ficado mais claro para Schumpeter é que a concepção do lucro como essencialmente diferencial, e a concepção de que, a cada situação competitiva, emerge uma referência de "normalidade" pela consolidação de formas imperfeitas de concorrência de perfil oligopólico, estão longe de se contradizer, mas perfazem uma unidade.

De outro lado, a (equivocada) citação reproduzida acima, não deixa de, contraditoriamente, revelar a competência de Schumpeter como teórico. Afinal, ele identifica já aí as condições mais simples e mais gerais de validação do raciocínio marxiano. E estas condições são duas. Uma primeira - que é, de fato, a condição mais fundamental - diz respeito ao fato de que o progresso técnico continuado no interior do sistema determina que o padrão competitivo característico do capitalismo seja cronicamente "imperfeito"; ou, como Marx preferia expressar a idéia em passagem clássica da *Miséria da Filosofia*

> "Na vida prática, encontra-se não apenas a concorrência, o monopólio e o seu antagonismo, mas também a sua síntese, que não é uma fórmula, e sim um movimento. O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas concorrem entre si, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre si através de associações parciais, a concorrência cresce

---

[75] Idem, ibidem (os grifos são meus).

> entre os operários; e quanto mais a massa de proletários cresce face aos monopolistas de uma nação, mais a concorrência entre monopolistas de nações diferentes se torna desenfreada. A síntese é tal que o monopólio só pode se manter passando continuamente pela luta da concorrência."[76]

O que importa entender aqui é que esta unidade contraditória e dinâmica entre monopólio e concorrência não se circunscreve à fase madura do capitalismo, mas é indissociável da dinâmica competitiva do sistema em sua determinação mais geral e universal. E Schumpeter não ignora esta dimensão da teoria marxiana. Contudo, ele se recusa a extrair (pelo menos no *Capitalismo, socialismo e democracia*) uma das consequências mais importantes desta leitura: a de que **as "vantagens monopolísticas" em Marx são relativamente perenes; e esta perenidade permite a imposição de "freios" à produção e à acumulação produtiva.** Afinal, na medida em que os diferenciais de produtividade e qualidade e os ganhos de escala garantem a cada capitalista o controle sobre um mercado particular, as decisões de produção e inversão dos mesmos passam a se subordinar à avaliação das consequências destes movimentos sobre o preço de mercado do produto negociado e sobre a rentabilidade líquida da firma. Mais exatamente: se a resultante de um certo investimento e/ou decisão de produção for a queda do lucro corrente, a decisão racional de uma firma que opera em condições de concorrência imperfeita (no sentido mais inclusivo do termo, que abarca a concorrência oligopolista) será a de adiar esta decisão[77].

A dificuldade de Schumpeter em entender plenamente este ponto só pode ser adequadamente compreendida se se leva em conta sua dificuldade em entender a teoria marxiana do dinheiro[78] e da valorização financeira, que é o terceiro determinante - ao lado do

---

[76] MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985, pp. 141/2. Não será preciso dizer que estes desenvolvimentos de Marx não são apenas assimiláveis por Schumpeter, mas perfazem uma bela síntese de sua leitura mais geral das "Práticas Monopolistas" apresentadas no capítulo oitavo do *Capitalismo, socialismo e democracia*. Por outro lado, é preciso reconhecer também que a "concorrência" a que Marx se refere acima como "condição do monopólio" não é *apenas* a "concorrência intercapitalista" associada à inovação e à mudança estrutural, mas *também* - como, aliás, é explícito no texto - a concorrência entre os trabalhadores, que é condição para que o "monopólio capitalista" dos meios de produção (e a solidariedade de classe imanente a esta monopolização) funcione como instrumento de apropriação de sobretrabalho.

[77] Pelo menos até se ter uma avaliação mais circunstanciada da ação dos concorrentes e de suas consequências sobre a lucratividade e participação no mercado da referida firma.

[78] No *Capitalismo, socialismo e democracia* Schumpeter pretenderá que Marx tinha um "desempenho evidentemente fraco ... no campo da moeda, em que ele não consegue alcançar o padrão de Ricardo" SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 41 Uma leitura que não se modificará substancialmente na *História da Análise Econômica*, onde Schumpeter critica o anti-quantitativismo de Marx n' *O Capital* sob a pretensão de que ele seria dogmático, levando o autor a rigorosamente negar "qualquer influência da quantidade de dinheiro sobre os preços". SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 402. Que esta análise de Schumpeter seja parcial já o demonstra o fato de que uma respeitada intérprete marxista da teoria "monetária" (sic) de Marx acuse

progresso técnico continuado e da ordem competitiva imperfeita - da perenidade do lucro capitalista em Marx. E esta dificuldade não é gratuita em Schumpeter. Na verdade, o peculiar (porquanto endogeneista) quantitativismo que caracteriza a teoria monetária deste autor, sobrecarrega sua teoria dinâmica com uma espécie de "apêndice equilibrista" cerceador da plena incorporação à sua construção das determinações associadas ao princípio da demanda efetiva[79]. Este apêndice, contudo, não é rigorosamente imanente à construção schumpeteriana; nem, muito menos, ao padrão teórico-metodológico de interpretação e leitura de Marx aberto por Schumpeter. Senão vejamos.

Como se viu na última citação de Schumpeter aposta ao corpo do texto, este autor aponta corretamente para a possibilidade de se tomar determinações específicas à "esfera monetária e creditícia" como base para a perenidade do lucro em Marx. Contudo, recusa esta alternativa, afirmando que "ter-se-ia dessa maneira uma defesa apenas moderada [da normalidade do lucro], que o próprio Marx desprezaria com todo o coração".

O titubeio de Schumpeter é por demais expressivo. E o que ele revela é a clareza de que o anti-quantitativismo de Marx (que Schumpeter absolutiza, ao subsumir a categoria "moeda" à categoria "dinheiro" nesse autor[80]) se conecta a uma leitura de que **o dinheiro é objeto de**

---

este autor do "pecado" diametralmente oposto. Vide, a este respeito, BRUNHOFF, S. *A moeda em Marx.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 34 e segs.

[79] A este respeito, é altamente esclarecedora a leitura do artigo de avaliação da *Teoria Geral* de Keynes que Schumpeter publica em 1936 no *Journal of the American Statistical Association* e que será reproduzido em SCHUMPETER, J.A. *Ensayos.* Barcelona: Oikus-tau, S.A. Ediciones, 1968, p. 161. A discussão circunstanciada deste ponto será objeto do nosso último capítulo, quando confrontaremos as teorias schumpeteriana e keynesiana do juro.

[80] Vide, a este respeito, SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica.* Op. cit. Parte IV, pp. 444 e 445. Vale a pena observar que este movimento de Schumpeter é contrário-idêntico ao de Brunhoff, que subsume o dinheiro à moeda em Marx e em Keynes. Por oposição a Schumpeter e a Brunhoff, entendemos que a diferenciação entre dinheiro e moeda é essencial (e essencialmente a mesma) naqueles dois autores. Para os interessados nesta discussão (cuja complexidade não nos permite ingressar aqui), vide PAIVA, C.A.N. "O conceito de dinheiro em Keynes". In: *Ensaios-FEE.* Porto Alegre, (15)2, 1994; e PAIVA, C.A.N. "A teoria marxiana do dinheiro", In: *Economia-ensaios.* Vol. 12, dez. 1996. De forma mais do que sucinta, diríamos apenas que em Marx e em Keynes, a função precípua do **dinheiro** é ser "reserva de valor"; uma função que pode **ou não** ser atribuída ao signo monetário. Na verdade, este último só exerce a "função dinheiro" em condições de fidúcia (política e economicamente determinadas) muito particulares. Fora destas condições, é possível - sem ser, de forma alguma, necessária - a ocorrência de uma fuga do signo monetário, que se traduz na exponenciação da velocidade de circulação do mesmo. Neste movimento, o poder de compra do signo monetário tende a se reduzir drasticamente, elevando-se a resistência do sistema a novas emissões. A imposição destas tende a alavancar expectativas inflacionárias que são auto-realizantes num patamar que, a princípio, **independe da própria taxa de crescimento do estque monetário**. Do nosso ponto de vista, o reconhecimento por Marx da possibilidade de (hiper)inflação monetária é o único (e inconsistente) fundamento da pretensão de Brunhoff de ler aquele autor como um "quantitativista auto-crítico".

demanda por ele mesmo; e, enquanto tal, é uma possibilidade de destinação do excedente que se coloca como alternativa à acumulação produtiva. A importância deste ponto - e a ausência de qualquer consenso na literatura sobre o mesmo - exige que se resgate os fundamentos do anti-quantitativismos de Marx, expressos já no terceiro capítulo do Livro I de *O Capital*, onde se lê:

> "O volume de dinheiro que, por exemplo, no início do processo de circulação é jogado nele, é naturalmente determinado pela soma dos preços das mercadorias que circulam simultânea e paralelamente no espaço. Porém, internamente ao processo, uma peça monetária, por assim dizer, é tornada responsável pela outra. Acelera uma a velocidade de seu curso, a outra desacelera, ou ela cai inteiramente fora da esfera de circulação."[81]

A crítica ao "quantitativismo" expressa nesta passagem é absolutamente consciente em Marx, que diz:

> "A ilusão de que, ao contrário, os preços das mercadorias são determinados pelo volume do meio circulante e o último, por seu lado, pelo volume do material monetário existente em um país tem suas raízes nos representantes originais da insossa hipótese de que mercadorias sem preço e dinheiro sem valor entram no processo de circulação e lá então uma parte alíquota do angu formado pelas mercadorias é intercambiado por uma parte alíquota da montanha de metal."[82]

Vale dizer: **a crítica marxiana do quantitativismo é indissociável de sua crença de que as mercadorias chegam ao mercado com preço, e de que o dinheiro, por possuir um valor intrínseco é objeto de uma demanda particular distinta da (e, até certo ponto, contraposta e alternativa à) demanda transacional**. Duas assertivas que a teoria econômica contemporânea associa, de um lado a estruturas oligopólicas de mercado, onde o reconhecimento do poder de retaliação dos concorrentes conduz à práticas de *fix prices* e à flexibilização da quantidade produzida (que passa a funcionar como variável de ajuste em condições de flutuação de demanda); e, de outro, à instabilidade relativa da demanda agregada da economia, que deixa de ser determinada pelo estoque monetário para ser função de decisões privadas de gasto que incorporam uma avaliação em torno do custo de oportunidade de abrir mão da liquidez. E estas duas determinações conjuntas - alta elasticidade de oferta de mercadorias e demanda não-transacional de liquidez - são as condições de vigência plena (não meramente nominal, mas rigorosamente real) do princípio da demanda efetiva, que abre - como Marx reconhece já no capítulo terceiro do Livro I d'*O Capital* -

---

[81] MARX, K. Op. cit. p. 104.
[82] Idem, pp. 106/7.

> "a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum"[83]

Na medida, porém, em que o valor de uso deixa de ser o objetivo da produção de valor, as crises associadas ao estancamento do processo de circulação deixam de ser meramente possíveis ou circunstanciais, ganhando uma recorrência cíclica. Uma determinação indissociável do fato de que o circuito do intercâmbio para os segmentos proprietários deixa de ser M-D-M para ser D-M-D'. Neste caso, o objetivo da circulação não é o valor-de-uso presente em M, mas ΔD. O que equivale a dizer que a preservação da circulação depende da preservação da (expectativa de) valorização. Ou, ainda, num sistema em reprodução ampliada, equivale a dizer que a realização de novas inversões produtivas pressupõem (a expectativa de) que sejam capazes de ampliar a rentabilidade global do negócio. **Em caso contrário, a opção racional será a preservação do capital na forma dinheiro, que - enquanto "mercadoria líquida" - é, simultaneamente, reserva de valor e poder de comando indiscriminado sobre as demais mercadorias**[84]. Uma opção cuja racionalidade é reforçada na medida em que as flutuações cíclicas da taxa efetiva e esperada de lucro são, via de regra, opostas às flutuações da taxa de juros. Segundo Marx,

> "... na maioria dos casos um nível baixo de juro corresponde aos períodos de prosperidade ou de lucros extraordinários, a subida do juro, à linha separatória entre a prosperidade e sua inversão, e o máximo do juro até o nível extremo da usura, à crise."[85]

E isto desde logo por que

---

[83] Idem, p. 100.

[84] Uma análise rigorosa da "preferência pela liquidez" em Marx teria de tomar como referência as discussões da primeira seção do Livro II - "As metamorfoses do capital e seu ciclo". Particularmente importante neste contexto é o quarto capítulo - intitulado "As três figuras do processo cíclico" -, onde Marx deixa claro que, se o capital só se realiza enquanto tal na medida em que muda de forma - passando de dinheiro (D) para capital produtivo (C_k), e deste para capital mercadoria (M') que volta a ser dinheiro (D') - cada forma cíclica - traduzida em D-D', M-M', ou C_k-C_k' - revela uma forma *privilegiada* de "repouso relativo" do Capital, cuja temporalidade de circulação não se encontra totalmente sob o controle do capitalista. É no interior desta discussão que Marx introduz e discute a contradição de que, a despeito do "entesouramento" ser incompatível com o dinheiro-enquanto-capital, a "preferência pela liquidez" se reafirma recorrentemente, a depender das condições e expectativas de reprodução sistêmica global e/ou de reprodução de um capital privado individual.

[85] MARX, K. O *Capital*. Op. cit. Livro III, pp. 270/1. É de se notar que, na nota de pé de página associada à passagem acima, Marx cita favoravelmente Gilbart, para quem a transição da fase de prosperidade para a fase crítica está vinculada ao desenvolvimento da especulação que alavanca a própria taxa de juros. De qualquer forma, Marx se recusa a uma postulação dogmática da relação entre juro e crise, e diz: "É possível, em todo caso, que juro baixo coincida com estagnação, e juro em ascensão moderada, com animação crescente". Idem, ibidem.

> "a taxa de juros atinge seu nível mais extremo durante as crises, quando se tem de tomar dinheiro emprestado para pagar a qualquer custo. Uma vez que à subida do juro corresponde uma queda do preço dos títulos, isso constitui ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para pessoas com capital monetário disponível se apropriarem, a preços ridículos, desses papéis portadores de juros, que, no curso normal das coisas, necessariamente recuperarão seu preço médio, tão logo a taxa de juros volte a cair."[86]

Vale dizer, em Marx - que neste sentido antecipa Keynes com um rigor que não deixa de ser surpreendente - **as condições de ganho associadas a um certo privilegiamento do "dinheiro" como forma de manutenção do valor-capital não dizem respeito apenas e exclusivamente ao "juro" (tomado em sentido estrito como remuneração de um empréstimo), mas sim a todo um conjunto alternativo de formas de valorização que - normalmente subordinadas à valorização produtiva durante os períodos de prosperidade do sistema - ganham nova expressão e importância nos períodos críticos associados à depressão do investimento produtivo capitalista.**[87]

Independentemente das determinações da crise e suas conexões com processos especulativos alavancadores da taxa de juros, o que importa entender é que

> "uma parte do lucro médio, na forma de juros, se apresenta ao capitalista ativo como um elemento pressuposto à produção das mercadorias e a seu valor. Por mais que flutue a grandeza dos juros, eles são, a cada instante e para cada capitalista, uma grandeza dada que, para ele, o capitalista individual, entra nos preços de custo das mercadorias por eles produzidas."[88]

---

[86] Idem, ibidem.

[87] A diferença, neste particular, entre Marx e Keynes se reduz, do nosso ponto de vista, ao fato de que em Marx a taxa de juros é "acessória" - *vis-à-vis* as determinações especificamente competitivas - na determinação do freio à acumulação, enquanto em Keynes - que não chega a abandonar a hipótese de concorrência perfeita - ela ocupa um papel absolutamente central. Por isto mesmo, Keynes é obrigado a defender enfaticamente a hipótese de que as taxas de juros seriam inflexíveis à queda a partir de um certo patamar. Diferentemente, Marx pretende (de forma algo tergiversante, é verdade) que "o limite mínimo do juro é totalmente indeterminável. Ele pode descer a qualquer nível que se queira. Neste caso, surgem sempre circunstâncias contrariantes que o elevam acima deste mínimo relativo." (Idem, p. 269.) Esta flexibilidade à queda da taxa de juros é, por sua vez, indissociável do fato de que "o desenvolvimento do sistema de crédito e a disponibilidade assim sempre crescente [de recursos financeiros emprestáveis], mediada pelos banqueiros, por parte dos industriais e dos comerciantes, de todas as poupanças monetárias e de todas as classes da sociedade e a concentração progressiva dessas poupanças em massas que podem atuar como capital monetário têm de pressionar ... a taxa de juros." (Idem, p. 271.) De tal forma que, se se tomam em conjunto as determinações do padrão de desenvolvimento da intermediação financeira, e as determinações específicas do ciclo, fica claro que "não existe nenhuma taxa natural de juros no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro ou e uma taxa natural de salário." (Idem, p. 272).

[88] Idem, Vol. 2, p.307.

Em suma: se o juro é uma categoria de rendimento cuja determinação primeira é o lucro (sendo, em condições normais de reprodução sistêmica, não mais do que uma parte alíquota da mais-valia produzida e apropriado no processo industrial), suas determinações globais em um sistema anárquico-competitivo são tais que a taxa de juros comporta uma importante "autonomia relativa" *vis-à-vis* a taxa de lucro, aparecendo como um componente de custo efetivo (ou "de oportunidade") que tem de ser levado em consideração nos processos de decisão de produção, formação de preços e acumulação produtiva. Neste processo, **a dinâmica cíclica distinta da taxa de juros e de lucro será particularmente importante quando se quer pensar o papel do juro como freio à compulsão à acumulação**. Afinal, a relevância desta taxa como referência de rentabilidade mínima para o investimento produtivo (e para a própria decisão de produção) será tanto maior quanto menor for a taxa de lucro prospectiva de investimentos produtivos *vis-à-vis* a disponibilidade global de capital-dinheiro. O que equivale a dizer que **a taxa de juros cumprirá com tão mais eficácia o seu papel de "custo de oportunidade" e freio à aplicação produtiva de capital no período que vai da desaceleração do crescimento à crise**.[89]

Não é difícil perceber que o conjunto das observações acima é suficiente para determinar os limites da compulsão à acumulação produtiva em Marx; o que, desde logo, liberta a leitura deste autor em torno da perenidade relativa da forma lucro no interior do sistema especificamente capitalista de qualquer exigência que não lhe seja imediatamente inerente enquanto modo de produção assentado na "grande indústria" e no "assalariamento". Em particular, **a caracterização do sistema capitalista como um sistema incompatível com a concorrência perfeita permite-nos pensar a perenidade do lucro independentemente das exigências ricardianas de estabilidade das condições de oferta de insumos (em particular, da força-de-trabalho e dos bens salário), e estritamente schumpeterianas de continuidade do progresso técnico instaurador de vantagens monopolísticas (sempre, de alguma forma) temporárias**.

---

[89] Vale dizer, justamente no período em que, segundo conhecido argumento de Schumpeter, o acirramento da concorrência inter-capitalista conduziria a uma destruição relativa das vantagens monopolísticas e à queda dos preços associada à diminuição das margens (e das taxas) de lucro sistêmicas (vide a este respeito SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, sexto capítulo). Não será preciso esclarecer que no sistema teórico de Marx, as taxas de lucro também devem cair na crise; mas - e é isto que realmente importa - não como resultado de uma queda nas margens de lucro, mas de uma queda no nível de utilização da capacidade. De outro lado, vale a pena observar que na *Teoria do desenvolvimento econômico* Schumpeter também reconhece que a taxa de juros deve se manter elevada no período que vai da inflexão do crescimento até a crise. Contudo, o juro não chega a exercer o seu papel de custo de oportunidade no sistema teórico deste autor na medida em que as imobilizações já feitas implicam em custos fixos que comprometem os empresários com a sustentação da produção, enquanto o caráter "quase-perfeito" da concorrência os obriga à produção máxima. E quando a amortização do capital fixo gera um estoque de liquidez sob o controle dos empresários, a taxa de juros já caiu - tornando-se virtualmente nula nas proximidades do "fluxo circular" -, perdendo sua capacidade de funcionar como custo de oportunidade.

Contudo é preciso entender aqui que a recusa às soluções ricardiana e estritamente schumpeteriana não é da mesma qualidade. A recusa a Ricardo - para quem a equilibração das taxas de lucro é um movimento efetivo e a compulsão à acumulação absolutamente impositiva - é tanto metodológica quanto teórica. Diferentemente, o que se recusa em Schumpeter é tão somente a absolutização de resultados teóricos, que não extraem toda a produtividade do correto método de análise proposto por Marx, onde a própria análise da reprodução toma por base o desequilíbrio associado à permanente transformação das estruturas produtivas e competitivas do sistema. Nesse sentido, nossos desenvolvimentos acima levam apenas a uma re-determinação da leitura deste autor, e não à sua negação. E isto já na medida em que **Marx não pensa o processo de concentração-centralização de capital como um processo capaz de, por si só e independentemente do movimento mais geral de inovação associado à produção de mais-valia relativa, garantir perenidade à rentabilidade capitalista**, como se esta fosse função simples da preservação de formas oligopólicas de concorrência. Na verdade, a própria preservação destas formas oligopólicas é função da persistência do "círculo virtuoso capitalista" que faz o progresso técnico alavancar a centralização e a centralização alavancar o progresso técnico.

De outro lado, também não se deve subestimar a novidade presente nos desenvolvimentos acima voltados à generalização e qualificação da interpretação anti-equilibrista dos determinantes do lucro em Marx. E esta novidade se apresenta em três níveis. Em primeiro lugar, o reconhecimento da incompatibilidade do capitalismo à concorrência perfeita envolve o reconhecimento de que as imperfeições do mercado - que são indissociáveis dos desequilíbrios responsáveis pela emergência de alternativas especificamente financeiras de acumulação - garantem um freio à compulsão à acumulação produtiva que é suficiente para garantir a estabilidade relativa do lucro mesmo sob condições **excepcionais** de estabilidade da estrutura técnico-competitiva.

Em segundo lugar, a conclusão acima livra Marx da acusação schumpeteriana de incapacidade para se libertar completamente dos "grilhões da economia burguesa" de sua época. Na verdade, **se Schumpeter acerta ao dizer que a hipótese marxiana de uma tendência à equalização das taxas de lucro sobre o capital total - que está na base do "problema da transformação" - traz implícito o reconhecimento de "que o período de tempo não era uma questão de indiferença"[90], este autor se equivoca ao pretender que esta "não indiferença"**

---

[90] SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Op. cit. p. 335.

tenha qualquer relação com a sobrevivência em Marx de algum resquício da teoria da abstinência. O que ocorre é tão somente que, dado o caráter estrutural do juro enquanto categoria de rendimento, qualquer imobilização de capital tem de levar em conta o "custo de oportunidade" inerente ao abandono da liquidez e das alternativas especificamente financeiras de aplicação, gerando no tempo um rendimento pelo menos equivalente ao que se obteria pela reaplicação integral do valor-capital original e dos rendimentos periódicos potencialmente gerados em inversões não-produtivas. Assim, longe de ser valorizado "em si" - tendo em vista qualquer função de preferência do consumo presente *vis-à-vis* o consumo futuro -, o tempo só é valorizado na medida em que as condições competitivas e institucionais especificamente capitalistas são de tal ordem a garantir a sustentação "no tempo" da "valorização do valor"[91].

Finalmente - e em terceiro lugar -, a identificação de um "custo de oportunidade" para o investimento produtivo das firmas - associado tanto à perenidade da rentabilidade financeira quanto à presença de limites de mercado para a realização da produção com margens e taxa de lucros constantes - explica o (apenas aparentemente) estranho movimento de Marx de apostar em uma tendência à perequação das taxas de lucro, apesar de derivar esta categoria da apropriação de determinações essencialmente "diferenciais". Na verdade - e para além das corretas observações daqueles intérpretes que identificam na recorrência da suposição de taxas de lucro equalizadas uma opção de simplificação lógico-analítica de Marx[92] -, é preciso entender que o processo de perequação também comporta uma dimensão de efetividade neste autor. Só que esta efetividade não se apresenta - tal qual em Ricardo - como um movimento que, derivado da livre mobilidade do capital, é de ordem a, sistemática e recorrentemente, conduzir o sistema à sua condição "normal" (leia-se "equilibrada") de reprodução. Antes pelo contrário, o movimento de equalização em Marx é a expressão das forças competitivas que limitam sistematicamente a apropriação exclusivista de ganhos extraordinários por parte dos distintos concorrentes. Neste sentido, a tendência à equalização é o equivalente marxiano da tendência à destruição do lucro (e retorno ao "fluxo circular") em Schumpeter. Tal como o "fluxo circular" é um caso limite neste último autor, uma economia com taxas de lucro equalizadas é um caso limite em Marx. O que (se se quiser, contraditoriamente) não nega a presença de impulsões econômicas neste sentido; nem, muito menos, a existência de vantagens analíticas (associadas à simplicidade) de se operar

---

[91] Evidentemente, esta sustentação não se concretiza para cada capital individual. Contudo - e é isto que importa - ela se apresenta como uma virtualidade à cada capitalista, que deve projetar, assim, não só a dinâmica de imobilização/financeirização da riqueza que comanda, como projetar - nos casos em que a financeirização se mostra inviável - o "custo de oportunidade" associado à manutenção da riqueza em formas ilíquidas.

[92] Vide, a este respeito, POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 140 e segs.

certos desenvolvimentos teóricos pertinentes ao nível do "capital em geral" no plano deste "caso limite".

3.4 Conclusão: o assalariamento como condição suficiente do lucro

É fácil perceber que o conjunto dos desenvolvimentos acima determinam a leitura marxista da perenidade do lucro capitalista, ao mesmo tempo que diferenciam esta leitura daquela pertinente à tradição ricardiana. Porém, já não é tão fácil perceber a conexão destes desenvolvimentos com o que tradicionalmente se toma como o fundamento da teoria marxiana da distribuição; vale dizer, com a pretensão de que, não sendo o capital constante economicamente produtivo, o lucro seria função da exploração do trabalho, que, por sua vez, seria garantida pelo assalariamento enquanto condição de subordinação da força-de-trabalho ao capital .

A dificuldade em se perceber a conexão entre esta dimensão mais fundamental da teoria marxiana da distribuição, e as determinações competitivas analisadas anteriormente, se esvanece se aceitamos - juntamente com Schumpeter - que o conjunto da teoria marxiana da acumulação e do progresso técnico é incompatível com uma leitura "tecnicista" da proposição de que o capital constante não produz mais-valia. Ou, dito de outro modo: há que se recusar como absolutamente incompatível com Marx a pretensão de que a maquinaria seria incapaz de sustentar a produção e apropriação social de excedente **porque** seria incapaz de alavancar a produtividade do trabalho e a produção total do sistema. Com o que, para Schumpeter, **a teoria da improdutividade do capital constante só pode ser interpretada como uma afirmação em torno da inexistência de uma contribuição e de um custo econômico específico associado à função "adiantamento".** Vale dizer: longe de ser uma afirmação em torno da improdutividade física do capital constante (de resto, absolutamente incompatível com qualquer teoria do progresso técnico como fundamento da negação tendencial do trabalho vivo), ela não é mais do que uma versão sintética de crítica à teoria da abstinência. Uma versão que, para Schumpeter, não é apenas logicamente consistente, como absolutamente convergente com sua própria interpretação da teoria da distribuição. É por isto que, na (mui justamente) famosa Introdução à versão japonesa da *Teoria do desenvolvimento econômico* Schumpeter, ao introduzir a discussão das similaridades de seu sistema teórico com o de Marx, dirá,

> "As similaridades nos resultados ... indubitavelmente existem: compare o leitor, por exemplo, a tese deste livro, de que em um equilíbrio perfeito o juro seria zero com a proposição de Marx de que o capital constante não produz mais-valia ... ."

O único problema de Schumpeter é que, ao interpretar a postulação marxiana da improdutividade do capital constante nestes termos (diga-se de passagem, absolutamente corretos), este autor não alcança entender como Marx ainda possa pretender que, em circunstâncias de estabilidade relativa do padrão técnico-produtivo (e eventual esgotamento das vantagens de escala associadas à acumulação), o sistema não tenda à negação do lucro **e do juro** e, portanto, para um padrão reprodutivo do tipo "fluxo circular".

Se se tem em vista o conjunto dos desenvolvimentos acima, fica claro que a questão de Schumpeter é logicamente consistente; e se embasa na correta reposição da teoria do valor de Marx no centro de sua teoria da distribuição. Só que Schumpeter solicita desta reposição a extração de uma consequência incompatível com Marx: a conclusão de que, em "equilíbrio pleno de concorrência perfeita", não haveria nem lucro, nem juro.

Do nosso ponto de vista, contudo, a solução deste aparente "imbróglio" é bastante simples. Na verdade, há que se concordar com Schumpeter e reconhecer que, **enquanto "anti-teoria da abstinência", a teoria do valor-trabalho conduz à conclusão de que em equilíbrio pleno de concorrência perfeita não haveria lucro nem juro**. Vale dizer: no interior da teoria do valor trabalho - tal como Schumpeter já havia anunciado - o juro (e, evidentemente, o lucro) só se sustenta(m) em condições de "desequilíbrio", que deve ser, portanto, a condição "normal" do sistema. Contudo - e aqui o busílis da questão - em Marx esta assertiva é radicalizada pela pretensão de que (a despeito do que pretenderia Schumpeter) **o desequilíbrio não é apenas a condição "normal", mas é a condição necessária de um sistema econômico assentado no assalariamento**.

O fundamento desta assertiva é, desde logo, o fato de que para Marx o assalariamento é a determinação essencial - definitória mesmo - do modo de produção capitalista. O que, nos termos da análise desenvolvida acima, significa dizer que **o assalariamento pressupõe não só a circulação mercantil** (que, já em si, é anárquica e potencialmente geradora de "desequilíbrios" aos quais se associam possibilidades de valorização não-especificamente-capitalistas) **e a concorrência** (que alavanca a transformação estrutural e continuada do sistema), **mas a concentração/centralização da propriedade de valor/riqueza nas mãos de uma minoria** (que se torna apta a extrair e consolidar o amplo conjunto de vantagens econômicas associada ao trabalho coletivo e ao "progresso técnico" em suas múltiplas determinações) **e a relativização da compulsão à acumulação, associada à maximização das possibilidade de exploração das alternativas financeiro-especulativas ao investimento produtivo.**

Mas se tomamos o assalariamento como categoria síntese do capitalismo[93], e se reconhecemos a incompatibilidade deste sistema com o equilíbrio pleno, impõe-se a conclusão de que o assalariamento é incompatível com o movimento de equilibração conducente a tal estado[94]. E, de fato, esta é a conclusão marxiana; que se expressa já, em sua forma mais simples e cabal, no fato mesmo de que o assalariamento, ao envolver uma troca que **é e não é** de equivalência, subverte as relações de intercâmbio do sistema, impondo a diferenciação crônica entre valores e preços do conjunto das mercadorias. Ou, dito de outro modo: **o assim (equivocamente) chamado "problema da transformação" nada mais é do que a expressão sintética do caráter cronicamente "desequilibrado" de um sistema assentado sobre a exploração do trabalho e, portanto, sobre a inequivalência essencial subjacente à relação de intercâmbio que o funda: a troca "livremente instituída" e de equivalência formal entre capital variável e força de trabalho**.

Sem dúvida esta forma de apresentar a questão tem de parecer estranha aos "ricardianos de esquerda", que insistem em tomar a "transformação" como um (ou, antes, "o") problema crucial da construção marxiana. **Afinal, do ponto de vista expresso aqui, a divergência entre preços e valores é antes uma "solução" do que um "problema": ela é a "solução" sistêmica para a inequivalência essencial sobre a qual se assenta a ordem societária burguesa**. Mas a despeito do estranhamento que tal assertiva possa causar, ela é uma derivação lógica da mera inversão dos termos do problema. Em vez de nos perguntarmos "porque preços e valores não convergem?" - que pressupõe a hipótese de que, de alguma forma, eles devessem fazê-lo -, nos perguntamos simplesmente: "qual o padrão de intercâmbio esperado de uma economia mercantil fundada na inequivalência dos agentes e no desequilíbrio crônico?". E a resposta - quase tautológica - só pode ser: um padrão de intercâmbio que iguale mercadorias com custos e dispêndios sociais de trabalho desiguais.

---

[93] O que, insista-se, é uma imposição do reconhecimento de que a subordinação do trabalho "em geral" é a condição **necessária** da produção e apropriação de **excedente** (no sentido mais rigoroso do termo); mas apenas sob a forma do **assalariamento** (em contraposição, por exemplo, a formas *escravistas*) esta subordinação dá vazão a padrões de acumulação e desenvolvimento propriamente capitalistas.

[94] Vale a pena esclarecer que a conexão aqui pretendida entre "assalariamento" e "desequilíbrio" se assenta na identificação de "equilíbrio" à "economia estacionária" (ou em "fluxo circular"). Evidentemente, isto não impede que se pense a categoria "equilíbrio" de forma menos determinada, associando-a a condições de estabilidade de curto prazo, ou a condições de "equilíbrio dinâmico" (que se poderia associar, seja a trajetórias estruturalmente não-disruptivas, seja a processos de transformação necessários à sustentação da ordem econômica e societária). Em todos estes sentidos, poder-se-ía pretender que o assalariamento e o lucro sejam compatíveis com o "equilíbrio". Porém, esta plasticidade semântica da categoria "equilíbrio" não deve nos confundir. O que efetivamente importa entender é que **o assalariamento só é a condição necessária e suficiente do lucro na medida em que ele é a expressão sintética de condições sociais de reprodução que, ao imporem a auto-transformação permanente do sistema, são incompatíveis com o "equilíbrio" em sua plena determinação categorial**.

E esta conclusão não se impõe apenas em Schumpeter: ela é **explícita** em Marx. E se tão poucos a entenderam, é porque tão poucos tomaram radicalmente a assertiva marxiana segundo a qual "dizer que a interferência do trabalho assalariado falseia a produção de mercadorias significa dizer que a produção de mercadorias, para permanecer autêntica, não deve se desenvolver."[95]

Tomar efetivamente pela raiz esta assertiva, extraindo da mesma toda a sua produtividade teórica latente, envolve, contudo, mais do que entender e incorporar as lições de Schumpeter. Envolve transcender este autor, pensando a construção teórica marxiana no interior de um referencial rigorosamente diacrônico. É para esta tarefa, portanto, que nos voltamos no próximo capítulo deste trabalho.

---

[95] MARX, K. *O Capital.* Livro I. Op. cit. p. 169.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE ABSTRAÇÃO DO TRABALHO E A HISTORICIDADE DO VALOR E DA EXPLORAÇÃO

"Conhecemos uma única ciência,
a ciência da história".
Karl Marx. *A Ideologia Alemã*

1. Introdução

Tal como procuramos apontar em mais de um momento do capítulo anterior, do nosso ponto de vista a leitura schumpeteriana de Marx, a despeito de avançar sobre o "ricardianismo de esquerda", não esgota este último autor. E isto na medida em que, dentro do horizonte de investigação de um autor como Schumpeter, duas questões nucleares da investigação marxiana não podem ser mais do que tangenciadas: a questão da pertinência do trabalho (e do valor) como fundamento da ordem social-mercantil; e a questão do devir - ou, se se quiser, da posição e desenvolvimento históricos - das categorias econômicas mercantis-capitalistas de apropriação.

Desde logo é preciso que se diga que a dificuldade de Schumpeter em incorporar ao seu sistema interpretativo estas duas dimensões da construção teórica marxiana está longe de ser surpreendente. Na verdade, esta dificuldade é a mesma que, contraditoriamente, impede Schumpeter de transcender os limites da análise síncrônica, a despeito de todo o seu sistema teórico estar voltado para a análise dos processos imbricados de transformação econômica estrutural e desenvolvimento econômico. E a raiz desta dificuldade se encontra na referência metodológica de Schumpeter; mais especificamente, em seu apego rigoroso ao "individualismo metodológico" e recusa firme (ainda que nem sempre tão rigorosa) ao "individualismo sociológico". A este respeito, Schumpeter nos diz:

> "Por Individualismo Sociológico entendemos o ponto de vista, largamente difundido nos séculos XVII e XVIII, de que o indivíduo livre para se governar a si mesmo,

> constituía a unidade última das ciências sociais; e que todos os fenômenos sociais se resumem em decisões e ações individuais, não devendo ou podendo ser analisados em termos de fatores supra-individuais. Este ponto de vista é claramente insustentável, desde que implique uma teoria do processo social. Daí não se segue, todavia, que para propósitos especiais de um conjunto particular de investigações seja de todo inadmissível partir de um comportamento individual dado, sem entrar no mérito dos fatores que o determinaram. ... Uma tentativa de assim proceder pode ser sugerida por considerações da divisão do trabalho entre as diferentes disciplinas sociais e não implica necessariamente em qualquer teoria sobre o tema Sociedade e Indivíduo."[1]

Vale dizer: a idéia de que se possa partir do indivíduo e de suas pulsões e objetivos conscientes para a construção de uma teoria geral da sociedade e da história é insustentável, e tem de ser recusada. Mas nada nos impede de, dada uma ordem social qualquer - onde as pulsões conscientes e mais ou menos gerais (porque socialmente consentidas e estimuladas) dos agentes individuais são conhecidas -, partir das mesmas para a determinação teórica da dinâmica sócio-econômica global, bem como dos cenários previsíveis associados àquela.

Ora, o projeto metodológico schumpeteriano corresponde, essencialmente à proposta metodológica desenvolvida por Weber na "Introdução" do *Economia e Sociedade*[2]. E a riqueza e produtividade deste projeto é atestada pela própria riqueza e consistência dos desenvolvimentos teóricos destes autores. Contudo, não há como negar os desdobramentos agnósticos desta perspectiva. Em particular, na medida em que as distintas formações sociais são tomadas como pontos de partida absolutos para a determinação/racionalização das ações individuais, fica-se sem qualquer instrumento teórico para a interpretação dos processos de **emergência e superação das ordens sociais determinadas**. Mais exatamente, fica-se sem qualquer instrumento para teorizar os processos de transição em geral, para teorizar a História.

O problema apontado acima é tão sério e complexo quanto é ampla a literatura que versa sobre o mesmo; e de bom grado nos recusaríamos a penetrar nestas "águas turbulentas" se elas não nos dissessem respeito em um ponto absolutamente crucial: do

---

[1] SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Op. cit. pp. 171/2

[2] O fundamento primeiro da perspectiva metodológica weberiana é um humanismo rígido, que se expressa em uma dupla recusa: a recusa a todo o projeto de naturalização do homem - que se embasa na identificação do caráter múltiplo, (potencialmente) contraditório e socialmente determinado das pulsões e volições humanas; e a recusa a todo o projeto de "humanização do especificamente social" - que se embasa na identificação do indivíduo como único agente racional (vale dizer, consciente-volitivo), e, portanto, como único agente capaz de impor transformações sociais não contingentes, mas plenas de sentido. Estes fundamentos (de base neo-kantiana) se encontram igualmente presentes em Schumpeter, e articulam tanto sua recusa persistente a uma interpretação hegeliana de Marx, quanto a insistência em aproximar o pensamento marxiano de Weber (Vide, a este respeito, SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Op. cit. pp. 26 e 27). Há que se ressalvar, porém, que o neokantismo de Schumpeter é não-dogmático, abrindo-se à contradição e ao materialismo; o que permite ao autor transpor recorrentemente os limites agnósticos e relativistas que aprisionam qualquer reflexão rigorosamente circunscrita à epistemologia weberiana.

nosso ponto de vista, a teoria do valor de Marx só é rigorosamente compreensível quando lida à luz do projeto deste autor de construção de uma Ciência da História.

Esta hipótese já envolve a recusa de todo um projeto de leitura e interpretação de Marx que hegemonizou o pensamento de esquerda ao longo dos anos 70: o projeto marxo-estruturalista, que buscava salvar Marx das críticas de metafísico e historicista a partir de um trabalho de recorte objetal cujo principal resultado foi a abstração/exclusão de alguns dos desenvolvimentos mais originais, mais polêmicos e mais radicais deste autor. Com isto não negamos a possibilidade de que, com o desenvolvimento das Ciências Sociais, estas dimensões radicais da construção teórica marxiana mostrem-se infrutíferas ou equivocadas. Mas negamos - isto sim - a pretensão de que o equívoco do projeto marxiano mais global já tenha sido demonstrado pelos desenvolvimentos da ciência social não-marxista contemporânea.

Para que se entenda nosso ponto de vista, é preciso deixar claro que não desconhecemos os sólidos fundamentos prático-teóricos do movimento de resgate e privilegiamento das dimensões sincrônicas do pensamento marxiano levado à frente pelos "marxo-estruturalistas" dos anos 70. E isto não apenas no sentido de que estas dimensões são extremamente ricas, originais e, mesmo na atualidade, ainda não foram totalmente incorporadas por construções teóricas não-marxistas. Para além disto, a reação estruturalista já se justificaria pela simples necessidade de renegar a dogmatização do marxismo - levado a cabo entre os anos 20 e 50 sob a regência da Academia de Ciências da União Soviética -, que virtualmente o reduziu a uma forma peculiar (porque pretensamente "dialética") de materialismo evolucionista e que não alcançava se diferenciar em nenhum aspecto fundamental da tradição comteano-spencereana do positivismo. Neste sentido, a consolidação no pós-Segunda Guerra da crítica sociológica ao evolucionismo e ao materialismo vulgar positivistas ameaçava levar de roldão o próprio materialismo histórico, que praticamente se confundira com aquela tradição e seus equívocos. Uma ameaça que só não se concretizou em função da presteza com que lideranças intelectuais marxistas - da estatura de Althusser, Godelier, Poulantzas e Colletti - criticaram tanto o dogmatismo stalinista, quanto sua alternativa contrário-idêntica, o humanismo voluntarista, igualmente preconceituoso com relação à "ciência social burguesa".

Contudo, o problema desta reação cientificista ao desvio metafísico-evolucionista do marxismo (seja ele de extração positivista ou humanista) é que, sendo alavancada por desenvolvimentos teóricos oriundos de tradições científicas e autores estranhos ao materialismo dialético, não poderia deixar de ser acompanhada de um certa reperspectivação

da problemática marxista, que se desdobrará numa crescente descaracterização deste projeto prático-teórico.

A princípio - e formalmente - é apenas o "jovem Marx", o Marx "ainda hegeliano" - que sofrerá restrições. Contudo, prontamente ficará claro que, no bojo desta releitura (auto)crítica, serão os próprios projetos da ciência da História e do socialismo científico que acabarão sendo postos em xeque; num movimento que não poderia deixar de afetar as próprias fundações da crítica marxista do capitalismo: a teoria do valor e da exploração[3].

Ora, longe de nos filiarmos a uma perspectiva teórica **anti**-estruturalista - que recomendaria um retorno à filosofia do jovem Marx e à uma reflexão ética sobre o capitalismo -, entendemos apenas que **não há ruptura fundamental de problemática ou de método entre os trabalhos marxianos de juventude e maturidade, sendo os primeiros tão passíveis de uma leitura materialista e científica quanto os últimos.** Mais até do que isto: entendemos que as reflexões científicas de Marx sobre o valor e a exploração desenvolvidas em sua obra maior da maturidade só são passíveis de plena compreensão quando lidas à luz das reflexões "juvenis" sobre o Trabalho como fundamento ontológico do Homem e da História. Reflexões estas que, como Marx o reconhece explicitamente na importante subseção do *Terceiro manuscrito econômico-filosófico* voltada à crítica da dialética e da filosofia hegelianas, derivam-se diretamente de sua leitura de Hegel. É aí que Marx nos diz que:

> "A grandeza da Fenomenologia hegeliana e de seu resultado final - a dialética da negatividade na qualidade de princípio motor e gerador - consiste, de uma parte, em que Hegel compreenda a autogeração do homem como processo, a objetivação como desobjetivação, alienação e superação dessa alienação; em que compreenda, então, a essência do **trabalho** e conceba o homem objetivado, verdadeiro; pois esse é o homem efetivo como resultado de seu **próprio trabalho**. O comportamento **efetivo** e **ativo** do homem para consigo mesmo, na qualidade de ser genérico ou a manifestação de si mesmo como ser genérico, isto é, como ser humano, somente é possível porque ele efetivamente exterioriza todas as suas **forças genéricas**, - o que por sua vez só se torna possível em virtude da ação conjunta dos homens enquanto resultado da história

---

[3] Dada a discussão dos dois capítulos anteriores, fica claro que esta auto-crítica estruturalizante do pensamento de Marx caracteriza, antes, aquela vertente do ricardianismo de esquerda que abriu mão da transformação em prol de Sraffa, do que a vertente que - seguindo Schumpeter - abriu mão da transformação por entender que a categoria valor é uma categoria científica essencialmente autônoma frente aos preços. Contudo, a despeito das oposições entre estes projetos, eles não deixam de perfazer uma unidade. Uma unidade que se expressa em diversos planos, que vão da tentativa de aproximar a reflexão marxiana da reflexão científica tradicional (o que já implica o descentramento das categorias valor e exploração), até a recusa em trabalhar teoricamente a transformação das estruturas estruturantes da consciência em cada ordem social, que são tomadas como dados. E, como procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo, estas duas dimensões da auto-crítica marxo-estruturalista não são independentes. Elas revelam a dificuldade comum a autores tão distintos como Garegnani, Colletti ou Schumpeter de entender que a teoria do valor em Marx é, também, uma teoria da racionalização do mundo e - portanto - uma teoria da consciênca e da cultura.

> - e se comporta frente a elas como frente a objetos, o que, por sua vez, só é de início possível na forma da alienação."[4]

Esta conexão entre trabalho, alienação e desenvolvimento do ser humano genérico não é mais do que a síntese da perspectiva materialista dialética da auto-construção da unidade do "espírito humano" (ou, se se preferir, da auto-desenvolvimento da Razão), que tanto põe a História quanto a possibilidade (que lhe é subjacente) de confronto e comparação das distintas formações sociais e econômicas.

Os fundamentos mais gerais desta leitura - cuja riqueza e produtividade teórica foram subestimadas pelos representantes do marxo-estruturalismo, avessos ao linguajar hegeliano - serão objeto de explicitação e determinação na segunda seção deste capítulo. Uma discussão que anuncia os desenvolvimentos da terceira seção em torno da historicidade da categoria valor e sua (problemática) pertinência às sociedades pré-capitalistas e capitalista. Finalmente, na quarta e última seção deste capítulo resgatamos instrumentalmente os desenvolvimentos das primeiras seções, procurando completar a análise do capítulo anterior em torno da teoria marxiana da exploração e da distribuição. É no interior deste movimento que procuraremos demonstrar a assertiva feita no capítulo segundo deste trabalho de que a teoria econômica marxiana só pode ser plenamente entendida quando lida como uma reflexão sobre o devir da ordem capitalista. Neste sentido, todo o foco dos desenvolvimentos teóricos da quarta seção será dirigido ao resgate e determinação daqueles momentos da reflexão marxiana inapreensíveis pela leitura "sincrônico-schumpeteriana" de *O Capital*: as condições de emergência desta ordem (associadas à sociedade mercantil simples) e de crise da mesma (associadas às contradições sociais inerentes ao processo de crescente negação do trabalho).

2. Trabalho, Ontologia e História em Marx

Provar a assertiva anterior de que, por oposição a Ricardo, a teoria marxiana do valor-trabalho não é primariamente uma hipótese (sabidamente problemática e insuficiente) sobre os preços relativos, mas uma construção voltada à determinação do padrão e patamar de desenvolvimento da socialização humana envolve resgatar as raízes desta construção em Marx. O que, por sua vez, envolve resgatar a problemática hegeliana para a qual "o trabalho"

---

[4] MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*, São Paulo: Abril Cultural, p. 37 (Os Pensadores - os grifos são de Marx).

aparece como resposta. Mais exatamente, envolve resgatar a resposta particular de Hegel à contradição kantiana de liberdade X causalidade. Senão vejamos.

Como se sabe, a contribuição especificamente kantiana para o debate da contradição liberdade/causalidade é o de reconhecer a impossibilidade de negação lógica de quaisquer um dos dois termos desta polarização antagônica, e propor uma solução para a mesma através da determinação da liberdade como auto-causação. Grosso modo, o movimento de Kant é o seguinte. Em primeiro lugar, ele vai determinar a causalidade - ao lado do espaço e do tempo - como um "juízo sintético a priori", como uma categoria imanente do entendimento. O que Kant está afirmando aí é que a estruturação da realidade pelo pensamento corresponde à identificação das coordenadas espaço-temporais e das determinações causais de cada ocorrência. Tudo o que ocorre tem que ocorrer num determinado espaço e num determinado tempo a partir de determinadas causas. O entendimento de um fenômeno nada mais é do que esta tríplice determinação espaço-temporal-causal. O que implica dizer que, se caracterizarmos a liberdade como aquilo que ocorre sem estar subordinado a uma causa, então a liberdade é impensável, é inapreensível pelo entendimento, é formalmente impossível.

Por outro lado, ao perquerir a ação humana, Kant se depara com o fato de que os homens se propõem fins que são contraditórios com suas carências e volições mais imediatas. Em particular, os homens estabelecem fins e regras morais - das quais o imperativo categórico é a expressão racional pura - que se contrapõem às suas pulsões primeiras. Ora, o próprio movimento de autodeterminação dos fins já é uma experiência de liberdade. Mas isto não é tudo. A questão central está em que a ambivalência entre pulsões a-racionais e determinações ético-racionais coloca os homens permanentemente diante de uma situação de escolha que não é trivial. Ao contrário daquelas escolhas que se reduzem à identificação do que mais apraz, do que mais beneficia, do que melhor atende a uma necessidade externa, a opção moral é a opção de viver ou não de acordo com fins e regras que, desenvolvidos racionalmente, tomam a forma de uma necessidade interna. Neste sentido, é quando optam por agir em consonância com o imperativo categórico que os homens se autodeterminam, alçam-se à causa de si mesmos, tornam-se sujeitos, fazem-se livres.

Para Hegel a grande contribuição de Kant na discussão anterior está na identificação da liberdade como uma forma particular de necessidade: a necessidade que é auto-consciente de si[5]. Contudo, esta descoberta não se desdobra em Kant no que deveria: uma

[5] "... o espírito é livre na sua necessidade, encontrando apenas nela a sua liberdade, do mesmo modo que a sua necessidade repousa apenas na sua liberdade. ... Certo é que a liberdade também pode ser liberdade abstrata, sem necessidade; mas esta falsa liberdade é o arbítrio, e por esse motivo é o contrário da liberdade, o estarmos vinculados sem disso termos consciência, uma opinião destituída de

teoria do auto-desenvolvimento da consciência. E isto na medida em que Kant aprisiona todo o seu sistema ao estaticismo dos "juízos a priori" e do "imperativo categórico". De tal forma que a liberdade torna-se a condição necessária do homem, uma condição à qual ele estaria "condenado"[6] independentemente de se realizar (de se tornar efetiva) pelo desencadear de processos de transformação e desenvolvimento.

Mas **tomar a liberdade nesta perspectiva estática**, como uma realidade à qual se está condenado, **é fazer da liberdade uma** segunda **natureza**. O que equivale, contraditoriamente, a circunscrever (e, no limite, negar) a possibilidade de auto-transformação humana. De fato, para o kantismo - que é a filosofia mestra de todo o idealismo moderno - as possibilidades de auto-transformação humana só estão abertas abstratamente, falsamente. Afinal, se tomamos o homem como um ser já posto em sua plenitude (e não como um vir-a-ser), tudo nele passa a ser imanente, natural. E não importa se a natureza humana para os idealistas é moral, ao invés de ser meramente hedonista. O que a define como natureza é o fato de que o desenvolvimento em sentido rigoroso (de auto-construção e auto-superação) está negado. Assim, o homem é naturalmente moral, naturalmente racional, naturalmente limitado ao mundo dos fenômenos, naturalmente incapaz de apreender a coisa-em-si, a totalidade, a verdade, etc., etc., etc. E o resultado inexorável desta nova naturalização do homem é a re-negação da liberdade. Afinal, se a liberdade se afirma estaticamente, pela negação do desenvolvimento, ela só se afirma negando-se[7].

Será contra esta (re)naturalização idealista do homem que se erguerá a dialética hegelo-marxiana. Seu ponto de partida é **resgatar a liberdade** (sempre entendida como necessidade interna, auto-consciente, para si) **no plano em que ela se efetiva, vale dizer, no plano do desenvolvimento**[8]. Com o que, a questão teórica relevante passa a ser a questão

---

liberdade, a liberdade meramente formal."HEGEL, G.W.F. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 338 (Os Pensadores).

[6] Como diriam mais tarde os existencialistas, em expressão que sintetiza de forma primorosa a concepção idealista de liberdade.

[7] É preciso reconhecer que Kant não leva o formalismo e o estaticismo presente em seu pensamento tão longe a ponto de negar o próprio desenvolvimento. Como toda a obra filosófica efetivamente rica, a de Kant é prenhe de contradições. Assim é que, por exemplo, em um pequeno mas expressivo ensaio sobre a História (KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986), este autor vai mesmo apontar para o trabalho como o fundamento pelo qual o homem pode se elevar "da máxima rudeza à máxima destreza e à perfeição interna do modo de pensar e ..., mediante isso, à felicidade, ter o mérito exclusivo disso e [ser] grato somente a si mesmo" (KANT, I. Op.cit. p. 12.) Contudo, estas "quedas na História" não anulam o fato de que o que se consolidou como kantismo - em particular após a emergência da tradição hegelo-marxiana - seja um idealismo que, prisioneiro da cisão entre sujeito e objeto, só alcança determinar o sujeito por sua fundação antropologizante. Para uma apreciação rigorosa da riqueza e limites da filosofia kantiana, vide HEGEL, G.W. *Lecciones sobre la historia de la filosofia* (III). México: Fondo de Cultura Económica, 1985, pp. 417 e segs.

[8] "Para compreender o que significa o desenvolvimento devem distinguir-se ... dois estados diversos: o primeiro é o que é conhecido como disposição, capacidade, o ser em si (como eu chamo), *potentia, dýnamis*; o segundo é o ser por si, a atualidade, *actus, enérgeia*. Se, por exemplo, dissermos: o homem

dos determinantes objetivos, simultaneamente materiais e racionais, do desenvolvimento humano, da auto-construção do homem pela "humanização" da espécie[9].

Mas se se esvazia o homem de determinações (sejam os complexos juízos sintéticos *a priori* e imperativos categóricos dos idealistas, sejam os apenas pretensamente simples princípios hedonistas de racionalidade econômica do materialismo vulgar) que **resultam** do desenvolvimento que se quer entender, o que sobra são carências vitais, o desejo-necessidade em sua forma mais primitiva, em sua forma animal. Donde **a carência será, em Hegel e em Marx o ponto de partida necessário e insuficiente da consciência**. E é o ponto de partida necessário não apenas por ser a relação primeira, a mais primitiva, mas também porque, na carência já se inocula o germe da consciência da "objetividade do objeto", da objetividade do "não-Eu" (que é a base sobre a qual se constrói o próprio Eu). E, de outro lado, é o ponto de partida insuficiente porque é um processo sem memória. Vale dizer, enquanto a satisfação da carência se realiza de forma animal, pela simples supressão (consumo destrutivo) do objeto do carecimento, a carência mesma não fica, não se diz "presente" em sua anulação. Sua reposição - e resolução na nova destruição do objeto - é, assim, um recomeçar do mesmo ponto, sem acúmulo, sem progresso, sem transformação, sem história[10].

A determinação da insuficiência do carecimento, já nos indica, porém, o mecanismo pelo qual se pode transcender a esta insuficiência. Se, dialeticamente, não se pode ir além do carecimento, e não se pode ficar limitado ao mesmo, **há que se buscar na forma de enfrentamento das carências a peculiaridade (cri)ativa do animal-homem**[11]. De fato, em

---

é, por natureza, racional - queremos significar que ele tem a razão em potência, em germe: neste sentido, o homem tem razão, intelecto, fantasia, querer, desde o instante do nascimento, até mesmo no útero materno. Mas enquanto a criança só tem a potência ou a possibilidade real da razão, é como se não tivesse razão: a razão não existe ainda nela, porque ela nada pode fazer de racional e carece de consciência racional. Só no ato em que o homem devém por si aquilo que em si é, ... é que o homem tem atualidade naquele determinado aspecto e é racional, quer dizer, chega efetivamente à razão por si. Qual o significado próprio destas palavras? O que é em si deve tornar-se objeto para o homem, vir à consciência, e assim, devém para o homem. O que se tornou objeto para ele é o mesmo daquilo que ele é em si; só por meio do objetivar-se deste ser em si o homem devém por si, se desdobra, embora permanecendo ele próprio e não se tornando outro." HEGEL, G.W.F. Op. cit. p. 335.

[9] "Só assim se explica como, sendo todos os homens racionais por natureza, e sendo a explicação formal desta racionalidade o serem livres, tivesse havido e haja ainda em muitos povos um regime de escravidão, e que os povos se tenham contentado com tal regime. A diferença entre os povos africanos e asiáticos, por um lado, e os gregos e romanos e modernos, por outro, reside precisamente no fato de que estes são livres e o são por si; ao passo que aqueles o são sem saberem que o são, isto é, sem existirem como livres. "Idem, pp. 335/6.

[10] Nas palavras de Hegel "o desejo reservou para si mesmo a pura negação do objeto e, assim, o sentimento sem mescla de si mesmo. Mas é justamente por isso que essa satisfação é em si mesma unicamente um estado desaparecente, pois falta-lhe o lado *objetivo* ou a *subsistência*." HEGEL, G. F.W. *Fenomenologia do Espírito*. Apud. ARANTES, P.E. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Polis, p. 184.

[11] "A respeito do desenvolvimento, podemos perguntar: que coisa se desenvolve? que coisa é o conteúdo absoluto? O desenvolvimento apresenta-se como atividade formal sem conteúdo. Mas o ato não tem outro fim senão a atividade, e por meio dessa atividade é determinado o caráter geral do

Hegel e em Marx, a emergência da memória, da consciência e da cultura diz respeito à emergência da forma especificamente humana de satisfação das carências: diz respeito ao **trabalho**.

Afinal, o trabalho é, antes de mais nada, a mediação entre a carência e sua satisfação[12]. E isto, não em um sentido trivial e genérico. Genericamente, o galope do leão atrás da presa é uma mediação. Mas é uma mediação que não "fica", que não se "objetiva", e, por isto mesmo, é incapaz de transformar a relação entre carência e satisfação. Pelo contrário, o trabalho transforma esta relação. **Porque o trabalho forma**[13]. (Trans)formar é a especificidade da forma trabalhante de mediação. O que significa dizer que o trabalho: 1) cria instrumentos e se realiza através de instrumentos[14]; 2) se realiza antes da pressão da carência, que passa a ser pré-sub-posta no ato de trabalho[15], antecipada por ele[16], transformada por ele[17].

---

conteúdo. Porquanto o ser em si e o ser por si são os momentos da atividade; mas o ato é precisamente o compreender em si tais momentos distintos. **O ato é realmente uno, e esta unidade dos distintos constitui precisamente o concreto.** Não só o ato é concreto, mas também o em si, o sujeito da atividade, aquilo que começa; e finalmente o produto é tão concreto como a atividade e aquilo que começa. O curso do desenvolvimento forma também o conteúdo, a própria idéia, que precisamente consiste em que temos o Uno e um Outro, e ambos são Uno, que é Terceiro, estando o Uno no Outro junto de si mesmo e não fora de si mesmo." HEGEL, G.W.F. *Introdução à História da Filosofia.* Op. cit. p. 337 (o grifo é meu).

[12] "Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza." MARX, K. Op. cit., p. 149.

[13] "O *trabalho forma*, lê-se no texto famoso da *Fenomenologia*, entravando o desenrolar do desejo, desviando seu curso, ... O ato de anulamento, guarnecido de uma negação suplementar - se se quiser, desaparição da desaparição, configuração dialética que Hegel, nos escritos de Iena, denomina *idealidade da supressão* -, desloca-se em favor de uma *transformação*." ARANTES, P.E. Op. cit. p. 149.

[14] "O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin define, por isso, o homem como *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidos, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações sócio-econômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas." MARX, K. Op.cit. p. 151.

[15] O "trabalho ... introduz, entre o impulso primeiro do desejo e o consumo da coisa, um hiato - e é justamente tal separação que permite definir o conceito de trabalho em Hegel." ARANTES, P.E. Op. cit., p. 185

[16] "Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera." MARX, K. Op. cit. p. 149.

[17] "Descobrir ... os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico." Idem, p. 45. "A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ... Quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato - e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estádio de primitiva rudeza -, o próprio consumo enquanto impulso é mediado pelo objeto. A necessidade que sente desse objeto é criada pela percepção do mesmo." MARX, K. *Para a crítica da economia política* (Introdução). Op. cit. p. 9.

Ora, o primeiro ponto a ser apreendido pelos economistas que buscam entender a teoria marxiana do valor e da distribuição é que **as duas determinações centrais que a teoria econômica "vulgar"[18] atribui ao Capital são, em Marx, as duas determinações centrais do Trabalho: a mediação temporal e a mediação instrumental**[19]. E isto, desde logo, na medida em que o trabalho (por oposição à mera potência de trabalho) em Marx é toda a atividade humana voltada à satisfação das carências. Uma forma cuja particularidade se encontra justamente no fato de ser **produtiva**; vale dizer, de interpor um *gap* temporal-instrumental entre apropriação e consumo que diz respeito à própria **produção**.

Assim, por sua ação trabalhante - vale dizer, produtiva - o homem (trans)**forma o real**. E é neste processo, de (trans)**formação do real** que se apropria do mesmo no plano prático e teórico. Ou, para ser mais exato: é só porque busca mudar a forma da realidade, que a própria realidade se anuncia e se impõe. Ser consciente e ser (trans)formante são duas faces da mesma moeda. A diferença encontra-se apenas em que a primeira face é um estado, e a segunda é uma ação. E se a ação só ganha significado pela consciência, ele carrega impulsões próprias (associadas à carência e às especificações físicas do animal-homem) que já se põem (ainda que de forma sub-determinada) no plano do pré-consciente.

É por isto que a ação carrega uma certa primazia em Hegel e Marx. Só que esta primazia está longe de ser absoluta. Pelo contrário, ela é rigorosamente dialética; vale dizer, é rigorosamente contraditória e relativa. Ela apenas nos diz que a ação permite tornar ato o que ainda é meramente potência (e, portanto, ainda não é) no animal-homem. O que implica dizer **que a primazia efetiva é da interação entre ação e consciência**. Mais exatamente, é do

---

[18] O termo "vulgar" é, evidentemente, depreciativo. Mas isto não significa que ele careça de um sentido rigoroso em Marx. Neste autor, é "vulgar" a teoria econômica (e sociológica) que se recusa ao debate ontológico na exata medida em que, pela postulação dogmática de uma ontologia materialista, sente-se livre para a auto-circunscrição ao mundo não-contraditório da aparência.

[19] Esta conclusão não pode ser subestimada. Mas sua interpretação deve ser rigorosa. Desde logo, há que se evitar a derivação tão tentadora quanto apressada e equivocada de que não haveria qualquer distinção de conteúdo entre a teoria marxista da produção e a teoria tornada ortodoxa com o advento da escola neoclássica, na medida em que ambas admitiriam a absoluta centralidade da mediação temporal-instrumental no interior dos processos produtivos humanos. A diferença das interpretações estaria, então, "apenas" no fato da escola marxista associar esta mediação ao Trabalho, enquanto a escola ortodoxa o associaria ao Capital. O problema é que, se esta forma de pôr a questão implica um avanço frente a certas interpretações dogmáticas (que absolutizam as diferenças e oposições entre os materialismos dialético e vulgar), de outro lado não se pode caracterizar como menor a questão de se a mediação instrumental-temporal é uma atribuição do "trabalho" ou do "capital". O que está em jogo aqui é o próprio conceito de capital enquanto trabalho alienado ou enquanto fator (de alguma forma) primitivo de produção. Uma questão que não se desdobra apenas (com pretenderia Schumpeter) na questão da pertinência de uma remuneração própria ao capital quando as condições de trabalho se separam da potência deste. Igualmente bem, a questão do conceito de capital se desdobra em leituras antagônicas em torno da historicidade (ou não) da ordem capitalista, bem como em torno do padrão metodológico adequado ao resgate das leis (contraditórias ou não) de reprodução (diacrônica ou não) deste sistema. Antes, contudo, que se possa dar um tratamento adequado a estas questões, será preciso aprofundar nossa compreensão da conexão trabalho/história, apenas apontada acima.

trabalho, que não é outra coisa do que a **síntese orgânica entre ação e consciência. O trabalho nada mais é do que ação produtiva consciente(izante) e racional(izante).**

O que nos permite entender a relação estabelecida por Hegel entre trabalho e liberdade. O trabalho é a condição do desenvolvimento, que é a expressão objetiva da liberdade. Só o que fica por determinar, então, é a qualidade da relação entre os dois primeiros termos. Mais exatamente, há que se responder à questão de se a dimensão libertadora - porquanto impulsiva, transformante e, no limite, subversiva - do trabalho só se poria nos momentos de **inovação** do modo de produzir ou, igualmente bem, se imporia naqueles momentos em que o trabalho toma a forma de uma **rotina**.

A particularidade da resposta hegelo-marxiana não pode ser subestimada. Por oposição à toda uma plêiade de autores que subsumem a liberdade à ação inovativa, Hegel e Marx tomarão a própria recorrência do trabalho como impulsiva. E isto, desde logo, na medida em que a recorrência é um momento crucial do processo de vulgarização/socialização da prática, e, como tal, de efetiva e plena constituição do trabalho enquanto conceito.

A dificuldade em se entender este ponto não é mais do que a dificuldade em distinguir a ontologia hegelo-marxiana do trabalho das filosofias da ação idealistas e voluntaristas[20]. Em Hegel e em Marx o trabalho não (trans)forma porque é um evento contraposto à estrutura. Como corretamente pretendem os estruturalistas mais rigorosos, não há evento significativo fora de estruturas culturais que lhes comunicam significação[21]. O que significa dizer que o

---

[20] Uma dificuldade que Marshall Sahlins traduz de forma cristalina ao afirmar que "para a teoria da práxis ... o momento auto-suficiente e decisivo é o ato (sic). Ele próprio coagido pela necessidade instrumental (sic), o ato gera necessariamente forma e significação com base nas qualidades dadas do real (sic) ... - o famoso processo de autocriação humana através do trabalho." (SAHLINS, M. *Cultura e razão prática* Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 35). Ora, se se confunde "trabalho" com "ato", "razão prática" com "necessidade instrumental" e "concreto-material" com "qualidades dadas do real" fica fácil recusar a proposta hegelo-marxiana de teorização do desenvolvimento da consciência. Contraditoriamente, porém, as recorrentes críticas estruturalistas às tentativas de fundar a História no evento apenas revelam o quanto **o estruturalismo é prisioneiro da "filosofia da ação". Afinal, a unidade essencial de todos os estruturalismos é a impossibilidade de pensar a diacronia, a transição, fora da ação; seja ela "política e carismática" (como em Weber ou Arendt), "crítica e resistente" (como em Castoriadis), "empresarial e inovativa" (como em Schumpeter), "partidária e intelectual" (como em Althusser e num certo Gramsci), ou "cultural e significante" (como em Sahlins).**

[21] Ou, como diz Sahlins: "... o significado é a propriedade essencial do objeto cultural, da mesma forma que o simbólico é a faculdade específica do homem. É claro que o significado não cria as forças materiais e reais, mas, na medida em que estas são empregadas pelo homem, o significado cinge-as e governa sua influência cultural específica. Não se trata, então, de dizer que as forças não têm efeito real; simplesmente que elas não têm um efeito particular e também nenhuma existência cultural efetiva fora de sua integração num esquema simbólico e histórico dado. A mudança começa com a cultura, não a cultura com a mudança." (Idem, p. 34). Sem dúvida. Só que este apontamento não responde à questão crucial; apenas a desloca. Afinal, se a mudança começa com a cultura, como, quando e porque a cultura começa? ... Uma questão sem resposta para Sahlins e os estruturalistas em geral. Para estes, a cultura não começa; ela simplesmente é. E isto na medida em que ser um animal significante - vale

trabalho "forma" na medida em que se "estruturaliza", na medida em que se torna uma forma recorrente e socialmente universal de produção. É esta estruturalização da ação (que não alcança se consolidar se a ação não comportar alguma eficácia material-social) que vai trazer à consciência a objetividade dos objetos e meios de trabalho e que permitirá (sem necessariamente impor) a desritualização e racionalização da vida. **E é a recorrência da atividade - que, assim, se faz trabalho - que, ao permitir a desritualização dos meios, permite a emergência de uma racionalidade instrumental que põe o "econômico-material" como uma instância específica do mundo portadora de significação e abrangência crescentes.**

E é na medida em que certas atividades assumem a prosaica forma trabalhante e que passam a admitir racionalização que a produção tende a transcender às necessidades dos produtores diretos, pondo um excedente (no sentido mais amplo e genérico do termo) que solicita destinação. E o destino que se dá a este excedente é, desde logo, transformante[22]. Em particular, se o excedente se destina (de alguma forma) ao intercâmbio - que aqui também tem de ser entendido em seu sentido mais geral e ainda não especificamente mercantil - e à acumulação. No primeiro destes dois movimentos - o do intercâmbio, o da **alienação** - o que se põe são as próprias bases da socialização enquanto ingurgitamento e transcendência da órbita estritamente comunal de sociabilidade. E é no bojo deste movimento de alienação/socialização, que tanto a divisão do trabalho[23], quanto os intercâmbios simbólico-culturais e parentais (ou, como diria Lévi-Strauss, "de mulheres") pode se estruturar e consolidar.

No segundo movimento - o da acumulação -, o que vai se por é a ampliação e complexificação das bases materiais de produção, o que é indissociável da transformação

---

dizer, um animal que transforma as "coisas" em "signos", em sustentáculos de "significados" os mais diversos e em grande parte aleatórios - seria simplesmente um "atributo humano".

[22] Ainda que, se a transformação alcançada for o mero ingurgitamento quantitativo das carências, a liberação trazida pela trabalho não seja mais do que uma liberação formal que, levada ao limite, se transforma em seu oposto: a máxima e intransponível prisão. A este respeito, acompanhando Hegel, Arantes nos diz: "A promessa de liberação que o trabalho traz em seu seio, o trabalho da cultura, reverte-se incessantemente em seu contrário, como se o círculo limitado das barreiras naturais, em sua plena negação, reaparecesse amplificado em toda sua potência. É que essa liberação, explica Hegel, "é *formal*, pois é a singularidade dos fins que permanece a base e o conteúdo. O estado social orienta-se na direção da multiplicação indeterminada e da especificação dos carecimentos, dos meios e das fruições ... Isto acarreta o *luxo*, que é, ao mesmo tempo, um aumento infinito da dependência e da miséria. Esta tem a ver com a matéria, que, como todos os meios exteriores da natureza particular, oferece uma resistência infinita a tornar-se propriedade da vontade livre e, consequentemente, é dureza absoluta." *(PhRecht.*, § 195)". ARANTES, P.E. Op.cit. p. 203.

[23] "A *divisão do trabalho* é a expressão econômica do *caráter social do trabalho* no interior da alienação." MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 24 (Os Pensadores). Para uma discussão da relação entre intercâmbio, alienação e socialização, vide CAMPREGHER, G. *Desdobramentos lógico-históricos da ontologia do trabalho em Marx.* Campinas: Unicamp, 1993; em particular o capítulo sexto, onde a autora trabalha o desenvolvimento do binômio alienação/socialização como fundamento para suas reflexões sobre as contradições da sociedade burguesa contemporânea.

(em algum nível) das condições de trabalho e da estrutura qualitativa do sistema de carências. O que significa dizer que, **se o intercâmbio - vale dizer, a alienação, em seu sentido mais geral e (ainda) não negativo - põe a sociedade, a acumulação põe a História**.

Poder-se-ia contra-argumentar aos desenvolvimentos acima que as "decisões" de intercambiar e acumular não podem ser diretamente derivadas da produtividade do trabalho que pôs o excedente. Sem dúvida. Estes são movimentos prenhes de significado, e sua viabilização é indissociável dos padrões culturais que ordenam e sustentam a reprodução das comunidades primitivas. Contudo, **em Hegel e em Marx, o desenvolvimento da consciência trabalhante é impulsiva dos movimentos artculados de alienação, socialização e racionalização**. De tal forma que a repressão destas impulsões - ainda que possível, e mesmo recorrente - envolve a interposição de uma tensão entre mores tradicionais e as **determinações racionalizantes que advém do desenvolvimento do trabalho**. Senão vejamos.

A dificuldade em se entender este ponto diz respeito, mais uma vez, à dificuldade de se superar a concepção naturalista da Razão, que - quer pensando-a como meramente instrumental, quer como substantiva e moral - a toma como um dado. Para a dialética, diferentemente, nem mesmo a lógica formal é um atributo humano natural, mas sim uma conquista do trabalho e da consciência trabalhante . Afinal, é o trabalho - e a consciência que lhe é pertinente - que, interpondo e repondo os elos instrumentais-temporais entre carência e satisfação, põe a própria percepção da duração, da continuidade e da recorrência. Da mesma forma, **é o trabalho que, enquanto ação trans-formante recorrente, impõe o reconhecimento da identidade de conteúdos por trás de formas modificadas**; base necessária da distinção entre singular e universal. É o trabalho, pois, que põe as bases - associadas à percepção da continuidade e da universalidade do real - sobre as quais se assenta não apenas a lógica formal, como a própria a linguagem simbólica[24].

---

[24] Sobre a relação, em Hegel, entre consciência trabalhante, distinção entre forma e conteúdo, e representação simbólica, vide ARANTES, P.E. Op. cit. pp. 184/5 e pp. 208/10. Num sentido essencialmente similar (ainda que sem destacar a dimensão **trabalhante** da experiência **logicizante**) vai Piaget em seus estudos de psicologia do conhecimento e epistemologia genética. Tal como em Hegel, a lógica formal é uma **construção** humana em Piaget; e seu desenvolvimento pressupõe: 1) a absolutização da dimensão de continuidade do tempo, a partir da identificação da recorrência como elemento coetâneo à "transformação das coisas" que é, justamente, a primeira determinação do "transcurso temporal" (a abstração da transformação é a condição da "tautologia" A=A); e 2) a análise e abstração seletiva das características dos objetos que se quer confrontar (esta abstração é a condição da identidade A=B). (Vide, a este respeito, a primeira parte do capítulo terceiro de PIAGET, J. *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.) Vale a pena observar ainda que esta descoberta de Piaget é a condição necessária e quase-suficiente para que se compreenda a possibilidade/necessidade de desenvolvimento de uma lógica dialética. E isto na medida em que, a despeito da complexidade do trabalho de abstração subjacente à construção da lógica formal, esta não deixa de ser a lógica do simplificado (porquanto do abstraído). Contudo, se se quer resgatar a integridade do tempo, bem como o conjunto das determinações abstraídas do(s) objeto(s) postos em confronto, então temos de admitir que, nestas condições, **A é, simultaneamente, igual e diferente de**

Mas não só a lógica e a linguagem são geneticamente vinculadas ao desenvolvimento da consciência trabalhante. Como já foi apontado acima, a razão instrumental - associada à idéia de que se possa selecionar os meios mais adequados à obtenção de certos fins - pressupõe o reconhecimento de que os fins possam ser alcançados por diferentes meios. O que pressupõe a experienciação de alternativas, a intervenção prática recorrente e diferenciada - porquanto prosaica, desritualizada, trabalhante - sobre a realidade.

Finalmente, o desenvolvimento da razão substantiva - que põe fins, que transcende às carências já dadas, e que vai se expressar na construção do mundo ético e moral - tem por base justamente o desenvolvimento máximo da subversão que a consciência trabalhante impõe à consciência desejante. Vale dizer, sua base é o refreamento do desejo em sua imediaticidade e voracidade destrutiva, em sua busca de anulação e sujeição absoluta do objeto do desejo.

Ora, este refreamento, já no plano da relação dos homens com a natureza, envolve o reconhecimento da **autonomia dos objetos**, **da "objetividade" dos objetos**. O que é o mesmo que dizer que o refreamento envolve o reconhecimento de que a reprodução dos objetos só é possível quando se respeitam certas **regras**. A descoberta das regras que permitem a reprodução do outro ser humano como objeto desejado e conquistado de forma perene, será uma tarefa muito mais árdua e complexa. E isto já na medida em que a relação dos homens entre si é uma relação onde "sujeitos" e "objetos" apresentam a mesma plasticidade, transformabilidade, adaptabilidade. Mas, a despeito desta diferença insofismável, **o que há de comum na descoberta das "regras da natureza" e das "regras da sociabilidade" é a prevalência do mundo do trabalho**. Uma prevalência que, no plano da relação dos homens entre si, é ainda mais concreta e mais determinada, pois não se trata mais apenas de um trabalho **sobre** o objeto, mas do trabalho **com** o objeto.

Em particular, o reconhecimento pleno da **autonomia do Outro** - vale dizer, da sua própria pertinência à categoria de **"ser humano"**, sua universalidade efetiva, seu direito a ser tratado como um **igual** - passa pela possibilidade deste Outro se mostrar apto ao **trabalho** e, como tal, apto à **produção**, apto ao **aprendizado**, apto à **racionalização**, apto ao **refreamento**, apto à **cultura**. E isto na medida mesmo em que, como Hegel nos diz:

> "O ato de trabalhar como tal exige ... querer *ser reconhecido*, ter a forma da universalidade. Há um *método universal*, uma regra de todo trabalho que é algo que-

---

A, e igual e diferente de B. Ou, dito de outro modo: se se resgata a totalidade das relações espaço-temporais (ou, ainda, se se resgata o concreto, enquanto conjunto das múltiplas e contraditórias determinações), **e não se quer negar a lógica formal**, só resta superá-la. O que nos leva à lógica dialética.

> existe-para-si, que aparece como um ser-exterior, como natureza inorgânica e que deve ser *apreendida*. Mas essa (regra) universal é, para o trabalho a verdadeira essência; e a habilidade natural deve se ultrapassar no aprendizado do universal. **O trabalho não é um *instinto*, mas uma atividade-racional que, no povo, transforma-se em um universal e, consequentemente, é oposta à singularidade do indivíduo, que deve ultrapassar-se**. Precisamente por isto o ato-de-trabalhar não existe como um *instinto* mas é dado, ao contrário, sob o modo do espírito, de tal modo que o trabalho enquanto atividade subjetiva dos singulares tornou-se um outro, [isto é,] uma regra universal."[25]

É neste sentido, enfim, que o desenvolvimento associado dos binômios intercâmbio/socialização e acumulação/história é função do desenvolvimento do trabalho. **A própria percepção do Outro como um semelhante (e, no limite, como um igual)** - seja este Outro o membro de outra família, de outro clã, de outra tribo, com quem se intercambia signos, mulheres e bens materiais; ou seja este Outro o futuro membro da comunidade, que se beneficiará da acumulação presente - **passa pelo reconhecimento da capacidade trabalhante deste Outro, que é a sua medida objetiva como ser Universal e ser de Cultura, vale dizer, como Homem.**

Mas se se entendem estes desenvolvimentos, fica fácil entender a crítica hegelo-marxiana à concepção teleológico-idealista da História. Longe de ser uma crítica que propõe qualquer forma de retorno às concepções materialistas vulgares, que extraem da História todo o sentido, fazendo da mesma o reino do contingente, Hegel e Marx lêem a História não só como desenvolvimento, mas como a realização - simultaneamente crescente e contraditória - da humanidade do homem. Só que **este movimento não é um movimento da vontade ou da ação abstratas, mas da posição objetiva da universalidade do homem pelo desenvolvimento do trabalho e sua abstração**. E se a abstração do trabalho é indissociável (e, no limite, tributária) do desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas[26], é ela que articula o desenvolvimento da consciência do homem como ser genérico, alavancando, assim, a transformação das relações sociais de produção com vistas a adequar estas relações às forças produtivas e à consciência social que lhes são pertinentes.

Simultaneamente, a identificação de um sentido mais geral da História, não implica o desconhecimento do fato de que, enquanto este sentido se impõe de forma inconsciente aos próprios agentes históricos, ele não pode se impor senão de forma contraditória e

---

[25] HEGEL, G.W.F. *Realphilosophie* I. Trad. p. 124. Apud ARANTES, P.E. Op. cit. p. 188 (o grifo em negrito é meu). No mesmo sentido, nos diz Marx: "é precisamente só na elaboração do mundo objetivo que o homem se afirma como um *ente-espécie*. Esta produção é a sua vida activa como espécie; graças a ela a natureza aparece como *sua* obra e realidade. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da *vida-espécie do homem...* ". MARX, K. *Os manuscritos econômico-filosóficos.* Moscou - Póvoa de Varzim: Instituto do Marxismo-Leninismo - J. Carvalho Branco Editor, 1971, p. 38.

[26] Pois, como bem lembra Hegel, é "no instrumento, [que] a subjetividade do ato de trabalhar atinge a dimensão do universal, pois todos podem imitá-lo". Apud. ARANTES, P.E. Op.cit. p. 188.

(aparentemente) contingente. Mais do que isto: **se são tomadas as histórias particulares dos povos particulares, o que há de se encontrar é, de um lado, povos que duram na medida mesmo em que se subtraem à instabilidade inerente ao devir histórico, enquanto, por outro lado, encontraremos povos que - justamente por se permitirem devir - entram em decadência e são suplantados (quando não destruídos) enquanto pólos de referência e construção da História em seu sentido mais geral e maior de História da Humanidade.**

Não há condições de resgatarmos aqui a densa e complexa discussão hegelo-marxiana em torno dos povos sem História e das contradições inerentes à internalização da historicidade. Contudo, não podemos abrir mão de alguns apontamentos sobre esta questão; sob pena dos desenvolvimentos subsequentes mostrarem-se virtualmente incompreensíveis.

Em primeiro lugar, é preciso entender que, se a História é o plano onde a liberdade se põe e se realiza, a liberdade não pode ser plena - e, por isto mesmo, a própria História não o será - enquanto não for "para si"; vale dizer, enquanto as transformações da ordem social-produtiva não forem objeto de reflexão e projeção consciente por parte dos agentes que as articulam e impõem.

Levando esta reflexão ao seu limite, o próprio capitalismo é ainda um momento da pré-história da humanidade; tal como já o caracterizou Marx em passagem célebre. Por outro lado - e contraditoriamente -, na medida em que os homens sempre e necessariamente desenvolvem leituras sobre suas formações sociais e o devir das mesmas, há sempre, de alguma forma, história nesta pré-história. Só que - e isto é absolutamente fundamental - a **historicidade destas histórias** será marcadamente distinta nas distintas sociedades.

Neste sentido, pelo menos dois planos de diferenciação de padrões de historicidade se impõem. Em primeiro lugar, o que diz respeito a diferenciação das sociedades a partir dos padrões de estratificação e (consequentemente) de mobilidade social inerente às mesmas[27]. Em segundo lugar, o que diz respeito às sociedades letradas e iletradas. Ou, de forma ainda mais determinada (e seguindo Hegel), o que diz respeito ao reconhecimento da especificidade

[27] É preciso entender que a clássica afirmação de Marx na introdução do Manifesto Comunista de que "a história da humanidade é a história da luta de classes" não pretende afirmar (o que seria um completo absurdo) que o conjunto dos eventos historicamente relevantes das mais distintas sociedades seja redutível aos conflitos econômicos dos distintos estratos sociais. Na verdade, longe de pretender que a "história em geral" (esta abstração sem sentido) seja explicável pela luta de classes, Marx pretende, isto sim, determinar (com o perdão da contradição) a "pré-história já plenamente histórica" (no sentido de que suas transformações internas são passíveis de interpretação científica) como aquela em que a categoria de "humanidade" já se impôs à consciência dos homens e a estratificação social já assume a forma de "classe" (o que implica no desvelamento do caráter socialmente instituído e historicamente transformável desta mesma estratificação).

histórica daquelas sociedades em que já emergiu um determinado padrão de **discurso escrito** sobre a vida dos homens ao longo do tempo, capaz de permitir aos mesmos - a partir da tomada de consciência das diferenças objetivas entre o "ontem" e o "hoje" - pensar (e projetar) o "amanhã" como um jogo de possibilidades abertas[28].

Por outro lado, é preciso que se entenda que o reconhecimento da centralidade da emergência das **classes** (no sentido absolutamente rigoroso do termo) e da **prosa** (vale dizer, do tratamento da vida humana em sociedade como algo "prosaico") na consolidação da historicização, não retira do trabalho (e do processo de abstração deste) o papel de núcleo motor da História. Antes pelo contrário. Nos termos da teoria da História de Hegel e Marx, o devir histórico - ainda quando não propriamente "para si" - é algo que *se impõe* a partir do processo de abstração do trabalho e das impulsões racionalizantes, igualitárias e socialmente instabilizadoras que lhes são inerentes. **Isto implica dizer que as sociedades sem História, só podem ser entendidas como sociedades onde a supressão do devir é o resultado de articulações societárias - definidas no limbo da consciência e da inconsciência - que redundam no congelamento do desenvolvimento das forças produtivas e da abstração do trabalho.** São estas articulações que estão por trás da incapacidade de se desenvolver a prosa como forma discursiva, bem como da subtração do excedente do trabalho social à acumulação e sua esterilização no consumo (seja de que forma for). Estes dois movimentos - sem sombra de dúvida necessários - não seriam capazes de se impor e auto-sustentar sem toda uma articulação institucional marcada pela rígida estratificação social e ritualização dos processos mais gerais de reprodução material. Em termos genéricos, o que importa reconhecer é que **as sociedades sem História são aquelas que, no processo mesmo de seu devir (ainda não rigorosamente "para si") acabam por envolver o conjunto das atividades sociais-produtivas no ritual, no tabu, no mítico, no simbólico**, vale dizer, numa complexa tecitura de significações que esvaziando o espaço do prosaico, congela a divisão social do trabalho e estanca o desenvolvimento das forças produtivas e da abstração do trabalho.

Diferentemente, as sociedades históricas serão sociedades onde o mundo do trabalho conquista e preserva uma dimensão prosaica, desritualizada. Por isto mesmo, estas sociedades se abrirão ao desenvolvimento das forças produtivas, ao aprofundamento e complexificação das formas sociais de intercâmbio e, como tal, à transformação qualitativa das relações sociais de produção que são pertinentes a estes processos. O que significa dizer que **as sociedades históricas são aquelas que, de uma forma ou de outra, se expõem ao**

---

[28] Para uma discussão rigorosa do papel que, para Hegel, a emergência do discurso, da escrita e da reflexão "prosaica" cumpre na historicização das sociedades, vide ARANTES, P.E. Op. cit., primeiro capítulo da Parte II: "A Prosa da História".

risco da convivência com as (e, no limite, da plena internalização das) dissolventes formas (para)mercantis de relações sociais.

3. Trabalho, Intercâmbio e Valor

Em sua crítica à teoria marxiana do valor, Castoriadis introduz (ao lado de todo um conjunto de questionamentos tradicionais e já enfrentados por nós no capítulo terceiro) uma questão efetivamente importante e, via de regra, mal trabalhada na literatura marxista. Pensamos aqui na questão da (im)pertinência do resgate que Marx faz de Aristóteles em *O Capital*.

Segundo Castoriadis, o resgate crítico de Marx seria duplamente impertinente. Em primeiro lugar porque, sendo a sociedade grega clássica uma sociedade pré-capitalista, não haveria espaço, nos próprios termos teóricos de Marx, para questionar a vigência (e a identificação por Aristóteles) das categorias valor e "trabalho abstrato" na mesma. Em segundo lugar, porque Marx impõe um deslocamento absolutamente inaceitável do objeto teórico de Aristóteles. Na *Ética a Nicômaco* ou na *Política* a reflexão de Aristóteles é sobre o "justo", o que "deve ser", e não sobre o que "é" e suas determinações objetivas conscientes ou inconscientes. Ao contrário de Marx, Aristóteles não pretende fazer "ciência econômica", seu discurso é conscientemente político-normativo e filosófico. Nas palavras de Castoriadis:

> "Marx discute - critica, explica, desculpa - Aristóteles como se Aristóteles tivesse querido fazer uma teoria da economia e mesmo da economia *capitalista*.. Ele vê Aristóteles 'hesitar'; Aristóteles não hesita, afirma tão categoricamente quanto possível, em plena coerência com a problemática profunda que acaba de elaborar e na verdade mais evidente que indivíduos, trabalhos e produtos não são verdadeiramente comensuráveis, que só a lei social 'iguala' o que é, por si, 'completamente outro e não igual'. ... O que Aristóteles diz a esse respeito não precisa ser explicado, e não o é, por um 'limite histórico' que o teria impedido de ver o que não estava aí, o que nunca esteve aí e nunca estará aí: uma Substância Trabalho sobre a qual se poderia fundamentar uma comensurabilidade 'de verdade' dos trabalhos humanos; ... Enfim, Aristóteles não precisa ser desculpado, pois não faz a teoria da economia capitalista - somente na qual esse puro absurdo: a comensurabilidade rigorosa dos trabalhos humanos se torna realidade social fundamental e assim pode tomar, imaginariamente, as aparências de uma verdade objetiva incontestável - e mesmo porque ele não faz uma teoria da *economia*. Ele faz muito mais: desenvolve uma pesquisa *política*, interroga-se sobre os fundamentos da *polis* e da *politeia* - da comunidade instituída e de sua constituição/instituição, somente na qual uma 'economia' pode aparecer e ser."[29]

---

[29] CASTORIADIS, C. Op. cit. p. 285. Logo adiante, Castoriadis esclarece melhor sua própria interpretação de Aristóteles dizendo: "Aristóteles, como foi dito, 'descobriu' a economia; mas a economia não lhe interessa como tal e em si mesma. .... considera-a na perspectiva de uma 'ciência ou poder fazer' (*epistéme é dunamis*) que a ultrapassa e a domina do alto: a política que é 'a mais soberana e a

Sem sombra de dúvida, Castoriadis faz uma leitura cuidadosa de Aristóteles. O que nos leva a deduzir que, se dedicasse a mesma atenção a Marx, alcançaria perceber que a questão que organiza toda a reflexão marxiana sobre o valor no primeiro capítulo de *O Capital* não é a questão ricardiana dos preços relativos mas a questão aristotélica sobre "os fundamento da *polis* e da *politeia* - da comunidade instituída e de sua constituição/instituição, somente na qual um 'economia' pode aparecer e ser".[30]

É bem verdade que Castoriadis não é o único responsável por sua própria incompreensão. Como já foi apontado anteriormente, a exaustiva recorrência das polêmicas em torno da categoria valor em Marx também resulta da infeliz opção expositiva deste autor, que efetivamente empresta um formato "sincrônico-logicista" (e "quase-ricardiano") às suas especulações sobre o tema. Um formato com o qual pactua o próprio resgate que Marx faz de Aristóteles, e que se manifestará já na forma truncada daquela citação marxiana da *Ética a Nicômaco*. Assim é que, na terceira seção deste capítulo, Marx recupera Aristóteles como se este afirmasse simplesmente que

> "'A troca' ...'não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade'"[31];

quando, na verdade, Aristóteles diz:

> "nem haveria associação se não houvesse troca, nem troca se não houvesse igualdade, nem igualdade se não houvesse comensurabilidade".[32]

A única diferença substantiva entre as duas passagens, diz respeito à supressão, na citação de Marx, do primeiro elo do raciocínio de Aristóteles. O problema é que esta diferença é absolutamente crucial, pois é este primeiro elo que esclarece o plano objetal em que Aristóteles coloca sua exigência de igualdade/comensurabilidade nas trocas. Trata-se, como

---

mais arquitetônica', que visa 'o bem e o bem supremo', isto é, 'esse fim (*telos*) do que há a fazer (*tôn praktôn*) que queremos em si mesmo' e não como meio de outra coisa. É à política que estão subordinados os mais preciosos poder-fazer, como a estratégia, o econômico, a retórica; é ela que estabelece, mediante as leis, o que se deve fazer e não fazer. Seu fim deve pois conter e a si subordinar todos os outros fins e é isso mesmo, 'o bem humano' (*tanthropion agathon*)." Idem, p. 286.

[30] O mais interessante, é que Castoriadis demonstra dominar o ponto de partida necessário à "desricardianização" de Marx, admitindo (contra os althusserianos) que "o primeiro capítulo do *Capital* é, do princípio ao fim, hegeliano". (Idem, p. 270). Só que - sintomaticamente - não extrai daí qualquer consequência em torno da necessidade de (auto)criticar a leitura grosseiramente ricardiana que ele mesmo (como tantos outros) faz da relação valor/preços em Marx: como bom estruturalista (que, ao fim e ao cabo, Castoriadis sempre demonstra ser), conclui apenas que "o primeiro capítulo do *Capital* é metafísico" (Idem, p. 268.)

[31] MARX, K. *O Capital*. Op. cit. p. 62.

[32] ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 129 (Os Pensadores).

se pode ver na citação integral, de uma reflexão em torno das condições necessárias para a posição e desenvolvimento da equação socialização/intercâmbio.

Contraditoriamente, porém, a supressão de Marx não deve ser tomada como índice de uma apropriação indébita da reflexão aristotélica. Pelo contrário: do nosso ponto de vista, esta supressão se assenta na equivocada pretensão marxiana de que o plano objetal desta reflexão fosse evidente. Afinal, este é, justamente, o plano em que Marx põe e desenvolve sua própria pesquisa; uma pesquisa que, herdada de Hegel, articula toda a sua reflexão sobre o valor; particularmente ao longo do importante (e problemático) primeiro capítulo de *O Capital*, onde o intercâmbio é pensado nos marcos específicos de uma sociedade mercantil simples. Expliquemo-nos.

Se nos fosse solicitado anunciar a problemática marxo-aristotélica nos seus termos mais simples (e ainda insuficientes), diríamos que, para estes autores (por oposição aos clássicos), a igualdade no intercâmbio, a equivalência, não se coloca como o resultado essencialmente contingente do desenvolvimento das trocas. Pelo contrário: em Aristóteles e em Marx **a equivalência é a condição para o desenvolvimento das trocas no interior de uma sociedade em processo de articulação** . O que significa dizer que a igualdade é valorizada em si mesma, é almejada enquanto tal pelos agentes intercambiantes: para que as trocas se imponham e se desenvolvam, é preciso que nenhuma das partes se sinta lesada no interior da mesma. O que pressupõe o desenvolvimento e determinação de um critério socialmente objetivo de equivalência, um critério assentado na comensurabilidade dos bens intercambiados.

É bastante evidente o quanto uma tal leitura se contrapõe não só à leitura clássica, como àquela que hegemoniza o pensamento econômico moderno. Mais especificamente em sua versão neoclássica, a troca é pensada como um processo cujo sentido é dado pela distinta valoração subjetiva que dois (ou mais) agentes intercambiantes fazem dos bens que têm sob comando. E este processo de intercâmbio será positivo e benéfico para os participantes, enquanto a utilidade marginal do bem cedido for inferior à utilidade marginal do bem obtido em troca. Neste processo não faz sentido pretender que um intercambiante se beneficie **em detrimento do outro**. Ambos se beneficiam. E o benefício que ambos extraem, por ser subjetivo, é absolutamente incomensurável.

A conclusão necessária desta subjetivação do valor é a de que a versão objetivista desta categoria (em particular, a versão marxiana) não passa de um resquício ético-filosófico (cujas raízes não se deitam apenas em Aristóteles, mas no preço justo dos escolásticos e num certo jusnaturalismo pré-iluminista) que, ainda presente no momento de emergência da

Ciência Econômica, só será extirpado da mesma com a consolidação do marginalismo[33]. Uma conclusão à qual (com o perdão dos marxo-positivistas, marxo-ricardianos e marxo-estruturalistas de todos os matizes) não se pode negar uma certa (e muito particular) pertinência. Só que, uma vez determinada esta pertinência, seu sentido crítico negativo se esvai por completo; e o que resta é uma radical re-perspectivação da teoria do valor em Marx, indissociável da ruptura com o padrão sincrônico-estruturalista de leitura de *O Capital*. Senão vejamos.

3.1. Marx e a posição lógico-histórica do intercâmbio especificamente mercantil

Desde logo, é preciso que se entenda que quando redefinimos a discussão de Aristóteles como uma discussão em torno das condições necessárias à consolidação das trocas, ela é deslocada do plano ético-filosófico *stricto sensu* (assim como a de Marx, que lhe é indissociável, desloca-se do plano estritamente econômico), para tomar a forma de uma reflexão histórico-antropológica. A forma que, aliás, mui justamente lhe atribuí Karl Polanyi, em seu memorável ensaio intitulado "Aristóteles descobre a economia". Neste, após afirmar que "o enfoque aristotélico aos problemas humanos era sociológico", Polanyi nos diz:

> "Isto deveria acabar com a crença de que Aristóteles oferecia em sua *Ética* uma teoria dos preços. .....
> O intercâmbio, segundo Aristóteles, tinha suas raízes nas necessidades da família ampliada, cujos membros originalmente usavam em comum bens de propriedade comum. Quando seu número cresceu e se viram obrigados a estabelecerem-se separadamente, começaram a carecer de algumas das coisas que anteriormente haviam utilizado em comum e, por conseguinte, se viram obrigados a adquirir bens uns dos outros. Em pouco tempo a reciprocidade na distribuição se conseguia mediante atos de troca.
> **Os termos de intercâmbio deviam ser tais que mantivessem a coesão da comunidade**. Uma vez mais o princípio regulador está constituído pelos interesses da comunidade, não pelos do indivíduo. Os bens e serviços produzidos pela habilidade de pessoas de classificação distinta deviam ser intercambiados segundo uma equivalência proporcionada por esta distinção: os serviços do mestre de obras valiam várias vezes os do sapateiro. **Se isto não se cumpria, infringia-se a reciprocidade, e a comunidade corria o perigo de dissolver-se.**"[34]

O mais interessante nesta leitura que Polanyi faz dos textos "econômicos" de Aristóteles é que é ela que dá as bases para a articulação das reflexões deste último às

---

[33] Diga-se de passagem, esta é a perspectiva que trabalha por dentro toda a crítica de Castoriadis a Marx. Evidentemente, Castoriadis não chega a fazer o elogio do marginalismo (ainda que o insinue, às páginas 272/3 de CASTORIADIS, C. Op. cit.). Mas, se não o faz, não o será por restrições metodológicas. Afinal, a matriz positivista de sua crítica - toda ela sustentada na velha oposição entre "ética" e "ciência", entre "positivo" e "normativo", que Marx haveria obscurecido - é demasiado evidente.

[34] POLANYI, K. "Aristóteles descubre la economía". In: POLANYI, K. (org.) *Comercio y mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976, p. 134 (os grifos são meus).

reflexões de todo um conjunto de autores modernos em torno dos fundamentos sócio-históricos da ordem mercantil. E isto na medida em que, segundo Polanyi, **Aristóteles era espectador do primeiro movimento histórico** (que, posteriormente, sofreria um refluxo relativo) **de posição de uma esfera especificamente mercantil de sociabilidade**; e, enquanto espectador crítico, questionava-se tanto sobre os fundamentos "histórico-antropológicos" desta "nova ordem", quanto de seus desdobramentos previsíveis. É assim que Polanyi nos diz:

> "Aristóteles tratava de dominar teoricamente os elementos de um novo fenômeno social em estado embrionário.
> A economia, quando começou a atrair a atenção consciente do filósofo em suas formas de transações comerciais e diferenças de preços, estava já destinada a percorrer sua desconcertante trajetória até sua culminação uns vinte séculos depois. No gérmen, Aristóteles intuiu o espécime completamente desenvolvido."[35]

E, logo adiante:

> "A ferramenta conceitual que propomos para tratar esta transição ... é a distinção entre situação condicionada e situação autônoma da economia com relação à sociedade.
> .....
> Na, prática, a evolução de economias condicionadas a economias autônomas é uma questão de grau. Não obstante, a distinção é fundamental para compreender a sociedade moderna. Sua base sociológica foi examinada em primeiro lugar por Hegel na década de 1820, e desenvolvida por Karl Marx na de 1840. Seu primeiro descobrimento empírico em termos históricos se deve a Sir Henry Maine nas categorias de *status* e *contractus*, extraída do direito romano, e remonta a 1860; finalmente, na década de 1920, Bronislaw Malinowski reafirmou esta posição nos termos mais amplos da antropologia econômica.....
> Na Alemanha, Maine encontrou um discípulo em Ferdinand Toennies. Suas concepções estão plasmadas no título de sua obra *Comunidad y sociedad* (*Gemeinschaft und Gesellschaft*), de 1888. 'Comunidade' correspondia a *status* e 'sociedade' a *contractus*. Max Weber empregou com frequência o termo *Gesellschaft* no sentido de grupo baseado no contrato, e *Gemeinschaft* no de grupo baseado no *status*. Assim, pois, sua análise sobre o lugar da economia na sociedade, ainda que influenciada ocasionalmente por Mises, foi moldada pelo pensamento de Marx, Maine e Toennies. .....
> Muitos estudiosos continentais aceitaram a análise de Hegel, Marx, Maine e Toennies sobre a evolução da civilização humana, considerando-a como uma síntese da história da sociedade. Durante muito tempo não se efetuou nenhum avanço pelos caminhos que haviam sido abertos. ... Antes do estudo fundamental de Malinowski sobre a natureza da sociedade primitiva não se aplicou à economia o enfoque mencionado. Hoje se pode afirmar que o *status* ou *Gemeinschaft* domina ali onde a economia está condicionada por instituições não-econômicas, enquanto que o *contractus* ou

[35] Idem, p. 114. Não deixa de ser interessante observar o quanto Polanyi - um autor cuja oposição ao evolucionismo é sobejamente conhecida - escapa do estruturalismo dogmático ao se abrir à reflexão histórica. Na passagem reproduzida acima, Polanyi simultaneamente pretende que a ordem mercantil é o destino da sociedade greco-ocidental, e um destino que só se realiza de forma desconcertante, desordenada, contraditória. Mais adiante, procuraremos expor como esta mesma tensão entre necessidade e contingência do desenvolvimento mercantil se apresenta e se resolve em Marx.

Gesellschaft é característico de formações nas quais a economia tem uma existência autônoma."[36]

Não pode deixar de chamar a atenção nesta passagem o resgate que Polanyi faz da produção teórica de Hegel e do "jovem Marx" (o Marx dos anos 40) como fundadora da moderna reflexão científico-sociológica sobre o desenvolvimento da ordem contratual-mercantil. Contudo, este resgate - absolutamente correto, do nosso ponto de vista - acaba sendo relativizado por dois equívocos de interpretação. Em primeiro lugar, Polanyi (numa perspectiva contrário-idêntica ao marxo-estruturalismo) também cinde a contribuição teórica do "jovem" (histórico-antropológica) e do "velho" Marx (econômica). É desta cisão que Polanyi extrai a equivocada conclusão de que, até o estudo clássico de Malinowski, "não se aplicou à economia o enfoque mencionado". O que equivale a dar guarida à leitura sincrônica e logicista de *O Capital*, como uma obra voltada exclusivamente à reflexão das condições de reprodução do sistema capitalista, e não à reflexão de sua historicidade, vale dizer, de sua emergência, desenvolvimento e crise previsível.

E ainda mais marcante que o equívoco anterior (que, de resto, é quase universal na literatura marxista e anti-marxista de interpretação de *O Capital*) é a aproximação demasiado estreita que Polanyi faz das reflexões de Marx, Maine e Toennies. Na verdade, Marx reconhece que, a trajetória de desenvolvimento **da nossa sociedade** é tal que leva do *status* ao contrato. Só que esta trajetória está longe de ser universal, e não se confunde com a passagem da comunidade à sociedade. Para Marx, pelo contrário, um amplo e historicamente expressivo conjunto de sociedades complexas se estruturaram a partir de um movimento que associou a consolidação de elementos estamentais à depressão e atrofia de importantes dimensões proto-contratuais e proto-mercantis que estariam presentes na gênese das mesmas[37].

É interessante observar que, neste particular, a concepção marxiana sobre o tema é mais próxima (ainda que esteja longe de se identificar) à concepção de Polanyi do que mesmo este autor consegue perceber. Afinal, é o próprio Polanyi que, buscando determinar a especificidade do padrão econômico de apropriação e distribuição dos grandes Impérios da Antiguidade, acabará por desenvolver uma tipologia (de abrangência pretensamente

---

[36] Idem, pp. 114/5/6/7.

[37] Esta idéia ficará mais clara adiante, quando retomarmos a questão do sentido do resgate que Marx faz de Aristóteles em *O Capital*. Desde logo, contudo, **cumpre esclarecer que a nossa própria interpretação da leitura marxiana sobre esta questão é fortemente embasada naquelas passagens dos *Grundrisse* que foram editadas sob o título de *Formações econômicas pré-capitalistas***. É aí, por exemplo, que Marx discute e critica (dialeticamente) a concepção de que uma sociedade de produtores independente que mantém relações de intercâmbio proto-mercantis devesse **necessariamente** evoluir para uma sociedade de formato **capitalista** (vide, a este respeito, MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas (Formen)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 96 e segs.).

universal) onde emergem três (e não mais dois) padrões básicos de reprodução sócio-econômica. Segundo o autor:

> "A observação empírica demonstra que as pautas principais [de distribuição] são a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. A reciprocidade supõe movimentos entre pontos correlativos de agrupamentos simétricos; a redistribuição consiste em movimentos de apropriação em direção a um centro primeiro e, posteriormente, deste centro para fora outra vez; por intercâmbio entendemos movimentos recíprocos como os que realizam os 'sujeitos' em um sistema de mercado."[38]

Como Maurice Godelier já o observou corretamente, o modelo de redistribuição de Polanyi corresponde essencialmente ao (na medida em que se estrutura sobre as mesmas determinações teórico-históricas do) modo de produção asiático marxiano; um padrão de organização econômica onde o processo de socialização (vale dizer, de superação do comunalismo primitivo) passa antes pelo enrigecimento da estratificação do que pela contratualização das relações sociais[39]. De outro lado, não nos parece ser menos significativa a correspondência entre o modelo de reciprocidade de Polanyi e a caracterização marxiana do padrão básico de reprodução econômica das sociedades primitivas[40]. Uma proximidade que desde logo não deve surpreender, uma vez que, como Polanyi o reconhece explicitamente, o seu modelo de reciprocidade é fruto direto de suas reflexões sobre os relatos etnográficos de Malinowski (e estudos etnológicos baseados neste), que trouxeram à

---

[38] POLANYI, K. "La economía como actividad institucionalizada". In: POLANYI, K. (org.) Op. cit. p. 296..

[39] Vide, a este respeito, GODELIER, M. *Horizontes da Antropologia*. Lisboa: Edições 70, s.d. pp. 45 e segs. Do nosso ponto de vista, contudo, o confronto proposto por Godelier entre a tipologia de Polanyi e a teoria marxiana da História é truncado pelo anti-hegelianismo daquele primeiro. Assim é que havendo identificado corretamente a convergência essencial dos critérios de determinação do "padrão econômico redistributivo" em Polanyi e o "modo de produção asiático" em Marx, Godelier não alcança extrair todo o significado desta convergência (inclusive no que ela implica em termos de crítica materialista ao evolucionismo), e passa a enfrentar o "fantasma" da crítica hegeliana (da qual Marx seria conivente) da ahistoricidade das sociedades asiáticas. (Vide a este respeito GODELIER, M. Op. cit., Segunda Parte (intitulada "Partes mortas, idéias vivas no pensamento de Marx sobre as sociedades primitivas. Marxismo e evolucionismo"; especialmente pp. 190 e segs.). O mais interessante é que Godelier não nega (o que o contraporia mesmo a Polanyi) que, normalmente, as "sociedades redistributivas" tem um "centro" político-administrativo impermeável ao conjunto da sociedade, são baseadas em critérios rígidos de *status* e se fecham (no limite de suas possibilidades) à anarquia (democrático-contratual) do mercado e à "prosaização" das atividades de gestão e controle econômico-social (vulgarmente associadas ao controle religioso). Só que Godelier se recusa a extrair deste "enrigecimento" da estratificação social (cujo sentido estrutural-funcional é a preservação da "ordem" enquanto tal) qualquer conclusão em torno da auto-contenção histórica destas sociedades. E isto, do nosso ponto de vista, porque Godelier não alcança entender que, para Hegel (e para Marx), as ditas sociedades sem História não são "sociedades sem acontecimento" ou mesmo "sem (qualquer) acumulação e desenvolvimento". Elas são simplesmente sociedades que, em um determinado momento de seu desenvolvimento "histórico", alcançam circunscrever institucionalmente o desenvolvimento dos processos integrados de abstração do trabalho, prosaização da vida e contratualização-mercantilização das relações sociais; vale dizer, daquele perigoso processo social que universaliza, vulgariza e torna objetiva a autocrítica continuada da ordem estabelecida.

[40] Vide, a este respeito, MARX, K. *Formen*. Op. cit., em particular, pp. 72 e segs.

luz as profundas diferenças entre os padrões de intercâmbio modernos e primitivos[41]. Em particular - como Polanyi corretamente salientará - é notável o fato de uma parcela expressiva do intercâmbio nas sociedades primitivas (da qual o *kula* é a expressão paradigmática) carecer de qualquer significado econômico imediato: recebe-se hoje o mesmo que se deu ontem, sem que a "troca" proporcione qualquer benefício quantitativo ou qualitativo perceptível. Antes pelo contrário, muitas **vezes parece ser a igualdade mesma o que se busca na troca**, cuja função restringir-se-ia, então, à reafirmação ritual da solidariedade social[42].

Mas se existem semelhanças notáveis entre a tipologia proposta por Polanyi em torno das formas básicas de reprodução material e aquela que se poderia extrair de Marx, as diferenças destas duas construções tampouco podem ser ignoradas. Em particular, é preciso ver que, a despeito da referenciação histórico-empírica da tipologia de Polanyi, os três padrões econômicos não deixam de ser pensados por este autor como formas sincrônico-alternativas de reprodução. Diferentemente, em Marx (que, neste particular, segue mais de perto a perspectiva aristotélica resgatada acima por Polanyi), a reciprocidade aparece como a forma mais elementar - inclusive no sentido de mais primitiva - de socialização[43]. É no plano do desenvolvimento e superação das regras de reciprocidade, que se definirá a equação básica de integração/reprodução que a sociedade (até então, em emergência) adotará. E, aí, colocam-se duas alternativas básicas: a contratualização-mercantilização crescente das relações e estruturas sociais, ou a estratificação-"asiatização" das mesmas. E o que diferencia estas duas alternativas é o fato crucial de que apenas a primeira realiza plenamente as potencialidades impulsivas presentes na proto-contratualidade da reciprocidade. A segunda, diferentemente, recupera - ainda que de forma qualitativamente transformada - elementos de comunalismo (associado à inexistência de qualquer regra **de equivalência** nas trocas) que são historicamente anteriores ao próprio desenvolvimento da reciprocidade[44].

---

[41] Um estudo sintético, rigoroso e explicitamente voltado ao esclarecimento dos Economistas a respeito da irredutibilidade da economia das sociedades primitivas à lógica mercantil é o artigo de MALINOWSKI, B. "The Primitive Economics of the Trobriand Islanders". *Economic Journal*. Vol. XXXI, march 1921, pp. 1-16.

[42] A este respeito, vide POLANYI, K. Op. cit., pp. 126, 129 e 298/9.

[43] Entendido o termo socialização aqui em seu sentido específico de transcendência da comunidade, e não em seu sentido mais amplo e menos determinado de integração social, que envolve o próprio processo de "comunalização").

[44] A compreensão do ponto de vista aqui defendido pode ser grandemente facilitada pelo resgate dos dois padrões de reprodução econômica desenvolvidos por nós na segunda seção do capítulo anterior no bojo da crítica da teoria dos preços delineada (mais do que desenvolvida) por Piero Sraffa em *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. Naquele momento, um modelo econômico muito simples (desenvolvido por Sraffa no primeiro capítulo da obra citada) nos serviu de base para demonstração (em si mesma trivial) de que uma mesma economia pode se reproduzir a partir de mecanismos mercantis (vale dizer, de um sistema de preços) ou a partir de critérios "redistributivos" em que não tenha vigência qualquer regra de equivalência. Agora pode ficar claro que, o último dentre estes padrões, corresponde tanto à forma reprodutiva típica do comunalismo (primitivo ou não), quanto de sociedades complexas organizadas a partir de critérios redistributivos. É aí que se encontra a unidade

Não deixa de ser significativo o fato de que esta seja, também, a interpretação que Marcel Mauss faz da reciprocidade em seu clássico *Ensaio sobre a dádiva*. Neste, que é provavelmente o mais importante trabalho teórico sobre padrões de intercâmbio assentados em regras de reciprocidade[45], Marcel Mauss nos diz (após todo um longo e erudito exercício de demonstração da universalidade deste padrão de troca nas sociedades arcaicas e primitivas) que:

> "O número, a extensão e a importância desses fatos autorizam-nos plenamente a conceber um regime que deve ter sido o de uma grande parte da humanidade durante uma fase de transição muito longa e que subsiste ainda entre outros povos além dos que descrevemos. Tais fatos permitem-nos conceber *que esse princípio da troca dádiva deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da 'prestação total' (de clã para clã, de família para família)* e que, no entanto, **não chegaram ainda ao contrato individual puro, ao mercado** no qual corre o dinheiro, à venda propriamente dita e, sobretudo, à noção do preço estimado em moeda pesada e de título determinado."[46]

Desde logo não se deve superestimar a distância (de qualquer forma, real) entre Mauss e Polanyi[47]. Afinal, ambos reconhecem a existência de diferenças essenciais entre as formas mercantis e primitivas de intercâmbio. A diferença está apenas em que Mauss chama

---

apontada por Marx entre formas asiáticas e primitivas de reprodução econômica, que tanto confundiu seus intérpretes (vide, a este respeito, SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; em particular o primeiro capítulo). De outro lado, em oposição frontal a este padrão, aparece apenas a forma mercantil, baseada na absoluta inexistência de um centro gestor/articulador da produção/distribuição. O que não significa a inexistência de elos intermediários entre estas duas formas antagônicas; eles existem, e sua expressão mais simples é a reciprocidade. Diga-se de passagem, é por perceber corretamente em Marx este jogo em que a tríade "redistribuição-reciprocidade-mercado" é polarizada por seus extremos antagônicos, que Polanyi aproxima este autor de Maine e Toennies. Com o que (agora podemos ver com mais clareza) a única crítica que se pode e deve fazer a esta aproximação diz respeito ao fato de que, **em Marx, a trajetória que leva do *status* (redistribuição) ao "contrato" (mercado) não comporta qualquer linearidade ou universalidade**. Um equívoco do qual Marx se livra de uma forma tal que lhe permite **romper plenamente com o "evolucionismo" (no sentido rigoroso do termo), sem prescindir (como o fazem todos os estruturalistas) da idéia de "desenvolvimento histórico"**.

[45] Sobre o significado teórico deste ensaio, e o papel que lhe cabe na história da antropologia, recomendamos vigorosamente a leitura da "Introdução" que Lévi-Strauss faz ao referido trabalho e que abre o segundo volume de MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia* (Vol. 2). São Paulo: Edusp/ EPU, 1974.

[46] Idem, p. 129 (o itálico é de Mauss; o negrito é nosso). Vale a pena observar aqui que, por "prestação total" Mauss se refere a um padrão de intercâmbio ainda anterior à reciprocidade, onde não vige qualquer regra de equivalência, e que corresponde, grosso modo, ao modelo de reprodução econômica especificamente não-mercantil (ou comunal, ou redistributivo) desenvolvido por nós na segunda seção do capítulo anterior.

[47] Uma distância que parece mais marcante do que é numa primeira leitura da "Introdução" do trabalho de Mauss, onde este, apresentando seu programa de trabalho, nos diz: "Descreveremos os fenômenos de troca e de contrato nessas sociedades que não são destituídas de mercados econômicos, como se tem pretendido - pois **o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é estranho a nenhuma sociedade conhecida** - mas cujo regime de troca é diferente do nosso. Idem, p. 42 (os grifos são meus).

a atenção (por oposição àqueles autores que, na sua opinião, "romantizam a dádiva") para a unidade que subjaz à diferença destes dois padrões de intercâmbio. Uma unidade que, na concepção de Mauss, é, simultaneamente, histórico-diacrônica (a reciprocidade anuncia e prepara o mercado propriamente dito), estrutural-funcional (ambos os procedimentos garantem a redistribuição dos bens materiais sem a intervenção de autoridade central gestora), e lógico-sincrônica (na reciprocidade há já avaliação, valoração, "apreciação"; e o mundo do mercado não prescinde da crítica social e moral à "exploração abusiva" de inequivalências no intercâmbio).

Ao lado disto, é preciso entender também que há tão pouco evolucionismo em Mauss quanto em Marx[48]. Afinal, da mesma forma que Marx, quando Mauss pensa a reciprocidade - vale dizer, **a troca voltada à equivalência** - como o fundamento lógico-histórico do mercado - vale dizer, da **troca voltada ao ganho, à inequivalência** -, ele não pretende que haja um caminho necessário e unívoco que leva de um padrão de intercâmbio ao outro. E isto na medida em que, como ambos reconhecem, o processo mesmo de mercantilização das trocas impõe todo um conjunto de rupturas nos laços objetivos de intercâmbio e solidariedade que integram os agentes em redes hierárquicas e de *status*, que é capaz de pôr em crise o conjunto da ordem social. Neste sentido, a institucionalização da reciprocidade (que, no limite, a transforma numa equação redistributiva), ou a re-comunalização da ordem social (num movimento de autarquização produtiva, que caracterizará, por exemplo, o Império Romano em seu período de decadência e que abre a transição para a ordem feudal) são alternativas de desenvolvimento histórico igualmente válidas e recorrentemente postas[49].

Mas, se isto é assim, a questão teórica que se coloca não é mais o de porque na sociedade greco-romana antiga (bem como, presumivelmente, em diversas outras circunstâncias históricas) a transição para o mercado é abortada, mas, isto sim, a questão de porque este "aborto" não ocorre na crise da sociedade medieval. Uma questão para a qual apenas Marx - no interior da ampla tradição interpretativa aqui anunciada, que iria de

---

[48] Neste sentido, o resgate da unidade lógico-sincrônica da reciprocidade e do mercado em Mauss é essencial para que se possa entender como o padrão pré-mercantil de intercâmbio serve, também neste autor (tal como em Marx), de fundamento objetivo para a crítica e denúncia da ordem mercantil-capitalista. Este resgate, contudo, ainda não pode ser adequadamente realizado aqui. Voltaremos a esta questão na segunda parte da quarta seção deste capítulo, onde a teoria da exploração de Marx será pensada à luz (entre outras referências) das "Conclusões de Moral" (título da primeira seção do capítulo final) do *Ensaio sobre a dádiva*. Op. cit. pp. 163 e segs.

[49] É neste sentido que Marx afirmará que, na antiga sociedade greco-romana, "o fundamento da evolução é a *reprodução* das relações entre o indivíduo e sua comunidade *aceitas como dadas* ...[e] fixadas na tradição ... . [Por isto sua evolução é] *limitada* de início, e se os limites forem transpostos, seguir-se-á a decadência e a desintegração. Evolução da escravidão, concentração da propriedade da terra, troca, economia monetária, conquista, etc., como sucedeu entre os romanos." MARX, K. *Formen*. Op. cit., p. 79.

Aristóteles a Polanyi - tem uma resposta rigorosa[50]. Uma resposta que começa por sua crítica da resposta de Aristóteles à questão dos determinantes da valoração (ou, se se quiser, já, da "apreciação") no interior do movimento de transcendência da reciprocidade em direção ao mercado. Senão vejamos.

3.2. Abstração do trabalho e desenvolvimento histórico da sociedade mercantil simples

Como vimos acima, a questão teórica que Aristóteles se coloca na *Ética a Nicômaco* é a do **fundamento da igualação de valores-de-uso distintos em um mercado-em-gestação**. Na verdade, a própria posição desta questão pressupõe um estágio de desenvolvimento das trocas que transcende à reciprocidade em sentido estrito. Afinal, o fundamento lógico-histórico da reciprocidade é a troca de equivalentes materiais: retribuem-se "visitas, com visitas", "jantares, com jantares", "manifestações de respeito e hospitalidade, com manifestações de respeito e hospitalidade", "ornamentos, com ornamentos", etc., etc., etc.

Diferentemente, o intercâmbio de bens materiais **distintos** como **equivalentes** pressupõe o desenvolvimento de um critério de equivalência - e de **justiça** - que é já especificamente social; vale dizer, que pressupõe uma tal integração e homogeneização dos agentes intercambiantes que permite deslocar "das coisas para os seres humanos" (de alguma forma, já, genéricos) o critério da equivalência buscada. Não é gratuito, assim, que Aristóteles deduza antropologicamente[51] o critério de equivalência, determinando-o pela

[50] Tal particularidade não é gratuita. A Aristóteles o problema sequer poderia se colocar. A Mauss - cujo projeto teórico é antes etnológico do que histórico - ele só se coloca muito lateralmente, e não chega a exigir uma resposta rigorosa. Quanto aos demais autores aqui resgatados (com exceção de Hegel, que prepara a resposta marxiana), a referência metodológica estruturalista (em sentido amplo) de suas obras deprime a própria possibilidade de uma resposta rigorosa a uma questão que - posta no campo da História, da "transição" - é irrespondível nos termos de uma filosofia da ação (que contraditoriamente, como procuramos demonstrar ao final da seção anterior, subjaz a toda a forma de neokantismo). Desta dificuldade é absolutamente paradigmática a resposta weberiana à questão da transição capitalista, associada à generalização da ideologia individualista, meritocrática e ascética do puritanismo. Os sérios limites desta resposta não se encontram em seu "viés idealista". Na verdade, ela só é idealista na medida em que é insuficiente, sub-determinada, abstrata, não-concreta. A tentativa de fazer da "ação religiosa" (que é, já em seu nascedouro, uma "ação social", porquanto resgatante de um conjunto de signos responsáveis pelo própria identificação da unidade social) o "ponto de partida" da transição, é, sem dúvida, inteligente. Só que ela esbarra num problema empírico trivial. Se o calvinismo é o "ponto de partida absoluto", por que ele não realiza suas potencialidades revolucionárias no continente europeu que é o seu nascedouro? Por que ele necessita ser transplantado (diga-se de passagem, de forma extraordinariamente ágil) para a (já reformada) Grã-Bretanha e para a Nova Inglaterra para verter seus frutos históricos mais radicais? ... Um problema que só pode ser superado, ou por um apelo ao contingente (que esboroaria todo o projeto de **explicação** da transição), ou pelo resgate hierarquizado do conjunto das determinações **materiais** (vale dizer, teórico-concretas) que tornam uma determinada **forma de consciência** (o calvinismo, por exemplo) a expressão necessária de uma determinada época histórica (a crise da ordem feudal). Este segundo caminho é o caminho de Hegel e de Marx, que Weber não ousa seguir.

[51] O que não significa - agora podemos perceber melhor - que esta dedução não seja também ético-filosófica, como o quer Castoriadis. O que ocorre é que, em Aristóteles (como em Hegel, em Marx e em

contribuição social de cada um dos agentes intercambiantes: **um homem deve receber tanto quanto dá; e o que ele dá é a sua contribuição particular à (re)produção material e institucional da sociedade.**

O que Marx lê nesta resposta de Aristóteles é que este autor "quase-diz" que o único critério (antropo)lógico de equivalência é o **trabalho** de cada um. E não há aí qualquer perversão do raciocínio de Aristóteles. É isto mesmo que Aristóteles "quase-diz". Só que ..... não diz!. E porque não o faz?, pergunta-se Marx. Porque, segundo o mesmo autor, **na Grécia aristotélica as ações humanas mais meritórias** - em termos de garantia da reprodução/impulsão da ordem social: a defesa da cidade na guerra, a política, a oratória, a filosofia - **não eram vistas como trabalho. E não podiam sê-lo!** Afinal, isto seria confundir a contribuição social de cidadãos livres (ou, ainda, mesmo, de aristocratas) com a contribuição de escravos e metecos!

Ora, para Marx, a (não) resposta de Aristóteles não está errada. Na verdade, a dificuldade deste autor em resolver logicamente a questão teórica por ele mesmo colocada, diz respeito à "lógica" da sociedade grega. Ou, ainda: para Marx, **o problema teórico de Aristóteles é o problema histórico da sociedade grega". E - este é o ponto crucial - o problema histórico da sociedade grega é o problema que articula o aborto da transição mercantil desta sociedade.**

Desde logo, numa sociedade ainda hierarquizada por critérios de *status* (que não são eles mesmos lógico-universais, mas critérios instituídos historicamente a partir de processos que portam a forma da contingência), a troca "justa", a troca que remunera os distintos agentes de acordo com as suas "contribuições", tem de ser - e parecer -, também ela, socialmente contingente, pois tem de se adaptar aos critérios de *status* (pre)historicamente instituídos. Ora, esta "essência aparente" identificada corretamente por Aristóteles na sociedade grega (uma sociedade escravista, onde a emergência das relações contratuais não se processa universalmente, mas no interior de um segmento do corpo social, ele mesmo clivado por critérios de *status*) não expressa mais do que o fato de **a sociedade grega não possuir a flexibilidade necessária para se adaptar à dinâmica de desequilíbrio permanente associado à subversão da lógica da troca na transição da reciprocidade para o mercado.**

Como já vimos, o mercado torna cronicamente instáveis as relações de intercâmbio e apropriação, as fontes de abastecimento, e, por consequência, a inserção econômica-

---

Mauss), o ético e o lógico não se contrapõem de forma absoluta: sua base comum é a sociedade, que possui ela mesma uma **lógica** de constituição, reprodução e desenvolvimento que se busca desvendar.

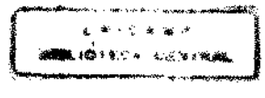
produtiva dos mais diversos agentes. Uma instabilização que só pode ser suportada por uma sociedade onde os agentes produtivos tenham um tal desapego à sua inserção produtivo-material que estejam dispostos à negá-la e flexibilizá-la a cada movimento de solicitação do mercado. O que equivale a reconhecer que **a consolidação do mercado só é consistente com uma sociedade onde a dimensão abstrata do trabalho subordine completamente sua dimensão concreta, a partir da identificação da unidade (e igualdade) substantiva do conjunto das ações humanas.**[52]

Com esta afirmação não pretendemos reduzir o complexo movimento histórico que leva à plena consolidação da ordem mercantil a partir da crise da sociedade medieval ao processo de desenvolvimento da abstração do trabalho. Sem sombra de dúvida, para Marx este processo é o núcleo motor daquele movimento mais geral. Na realidade, ele é o núcleo a partir do qual se pode organizar a explicação de todo um conjunto articulado, plurissecular e revolucionário de transições: a transição do mito à filosofia (e à História) na sociedade grega; a transição (inconclusa) do *status* ao contrato na sociedade romana; a transição dos abstratos cultos da natureza à racionalização monoteísta e humanista da idéia de Deus na tradição judaico-cristã (que só se completa na quase "dessacralização", "vulgarização" e "subjetivação" desta "idéia" no bojo do longo e complexo movimento reformista aberto na crise da sociedade medieval), etc.

Contudo, - e esta pontuação é absolutamente crucial -, enquanto núcleo motor, a abstração do trabalho não dá conta de explicar porque esta pluri-determinada e plurissecular transição se concluiria especificamente na crise da sociedade medieval européia. Para que se entenda este processo histórico concreto e particular é preciso resgatar o peculiar padrão de (re)socialização desenvolvido no bojo da crise da autarquia feudal, que é responsável pela minimização dos traumas inerentes à transição da reciprocidade ao mercado. É isto o que Marx nos diz numa passagem tão expressiva e sintética (quanto vulgarmente desvalorizada) do primeiro capítulo de *O Capital*. Nela se lê:

> "Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação dos produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os

[52] Como bem o demonstrou Weber (ainda que de uma perspectiva teórica formalmente antagônica à defendida por Marx), esta consagração do "trabalho" **como atividade genérica que porta um "valor em si"** caracteriza a ascese puritana do período da transição. (Vide WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994; em particular o quinto e último capítulo). No limite, o que se impõe no movimento mais geral do qual a Reforma Puritana é um momento importante é um tal grau de prosaização e secularização das "ações sociais" que até mesmo o "ministério religioso" é despido de suas dimensões "esotéricas" e "sacerdotais" para assumir a forma de "profissão" subordinada ao "mercado de fiéis".



> deuses de Epicuro ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aqueles antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o organismo burguês, mas eles baseiam-se na imaturidade do homem individual, que não se desprendeu do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete idealmente nos cultos da Natureza e nas religiões populares da Antiguidade. O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, **como produto de homens livremente socializados**, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. **Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.**"[53]

Vale dizer: para Marx a diferença específica entre as formações sociais pré-capitalistas que não sobrevivem aos desdobramentos dissolventes da emergência de relações mercantis e aquela onde esta emergência é capaz de conduzir à constituição de uma ordem social radicalmente nova e revolucionária, diz respeito ao fato de que esta última é fruto de uma "evolução histórica longa e penosa" que produz "homens livremente socializados".

Infelizmente, porém, Marx não realiza no interior de *O Capital* a determinação histórica deste que, do nosso ponto de vista, é um dos seus principais achados teóricos. A determinação desta idéia é objeto dos *Grundrisse* - e mais particularmente das *Formen* -, onde Marx esclarece que o marco histórico da livre socialização dos homens associada à plena posição do valor é dado pela emergência e consolidação da **cidade livre medieval**. E isto na medida em que esta cidade não apenas anuncia a crise da sociedade feudal enquanto sociedade rigorosamente estamental e voltada à produção de valores de uso. Ela **articula** (desde dentro) esta crise, ao internalizar na sociedade feudal **relações sociais que têm a forma da "reciprocidade", mas que são já especificamente mercantis**.

---

[53] MARX, K. *O Capital*. Op. cit. pp. 75/6 (os grifos são meus). É interessante observar como na passagem reproduzida acima o "hegelianismo" de Marx se faz notar já na importância que ele dá ao movimento de superação dos "cultos da Natureza e das religiões populares da Antiguidade" no interior do processo de socialização/individuação que redundará na plena consolidação da ordem mercantil. Se (seguindo Marx) tomamos a história concreta como referência da reflexão teórica, isto significa dizer que a consolidação do mercado passou inclusive pela consolidação (que não pode ser entendida fora das bases materiais que lhe dão sustentação) de uma religião onde a divindade toma, não apenas a forma humana, mas a forma do "Homem Universal", do homem sem tribo e sem Nação; de uma religião que porta uma ética que não é apenas formalmente racional (pois tem a forma do imperativo Kantiano: age colocando-te no lugar daquele que receberá as consequências de tua ação), mas de uma ética que postula mais que um "agir", postula um "sentir" ("*ama* o próximo como a ti mesmo") e que, neste sentido, é já uma ética privada, interna, individual, cujo cumprimento efetivo é inavaliável pela comunidade, sendo-o apenas pelo indivíduo e por (seu) Deus

Para que se entenda esta interpretação da teoria marxiana da transição é preciso entender-se primeiro que a cidade medieval é, para Marx, radicalmente distinta da cidade antiga. Para este autor:

> "A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada entre cidade e campo ...; a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo **ulterior desenvolvimento** ocorre, então, através da **oposição** entre cidade e campo; **a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade.**"[54]

Vale a pena observar aqui que a caracterização marxiana da Idade Média como "período germânico" não é gratuita. O que Marx pretende com esta caracterização é trazer à tona o caráter dúplice (e, até certo ponto, contraditório) das raízes sociais e culturais feudais. Ao contrário do que pretenderia uma certa tradição historiográfica que vê na Idade Média um desdobramento rigorosamente interno da crise da Sociedade Antigo-Escravista Romana (cujos vetores seriam definidos, por um lado, pela autarquização produtiva, e, de outro, pela consolidação do cristianismo católico como única referência universal de integração e ordenamento social), Marx - na sequência de Hegel - vê a sociedade feudal como sendo igualmente herdeira do primitivo (inclusive no sentido de rude, tosco, mal-acabado, sub-determinado) contratualismo germânico[55]. Em suas palavras:

> "Entre os germânicos .... a **comunidade** ... se manifesta como **associação**, não como uma **união**, ou seja: como um acordo cujos sujeitos independentes são os proprietários de terras, e não como uma unidade. Portanto, a comunidade não existia, de fato, como um **Estado**, uma **entidade política**, à maneira dos antigos, porque não tem existência como **cidade**."[56]

Vale dizer: a Idade Média herda dos germânicos um comunalismo simultaneamente peculiar e primitivo. Na medida em que suas bases econômicas são o controle descentralizado da distribuição e uso da terra e a produção autárquica, seus desdobramentos especificamente sociais não assumem formas institucionais urbano-estatais. Neste nível, o que é especificamente social só se impõe como uma espécie de contrato não-escrito - mas resguardado pela tradição e pelo direito consuetudinário - entre partes (famílias, clãs)

---

[54] MARX, K. *Formen*. Op. cit. pp. 74/5.

[55] Hegel chega a identificar toda a história moderna como "O Mundo Germânico". Este é, sintomaticamente, o título da quarta e última parte da sua *Filosofia da História;* que se segue a "O Mundo Oriental", "O mundo Grego" e a "O Mundo Romano". E a característica elementar do mundo germânico encontra-se no apego à liberdade e à individualidade que, cultivada pelo princípio cristão da universalidade, se resolverá na construção do Estado constitucional moderno. A este respeito, vide HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1995, pp. 291 e segs.

[56] Idem, p. 75 (os grifos são de Marx). Para uma avaliação do proto-contratualismo germânico na leitura de Mauss, vide a terceira seção ("Direito Germânico") do terceiro capítulo ("Sobrevivência desses princípios nos direitos antigos e nas economias antigas") do "Ensaio sobre a dádiva" (MAUSS, M. Op. cit. pp. 155 e segs.).

formalmente independentes. Esta será a (tão pobre, quanto dinâmica) base político-societária da ordem rigorosamente feudal.

É bem verdade que a liberdade e propriedade germânicas primitivas não se sustentarão ao longo do desenvolvimento da ordem feudal. Antes pelo contrário. Como bem lembra Hegel, a consolidação da ordem econômica e social propriamente feudal a partir da crise do Estado (e do direito) carolíngeo passa pela subversão daquela liberdade e propriedade em seus contrários formais:

> "os mais fracos e mais pobres davam aos mais poderosos as suas posses para, com isso, receber proteção; eles transferiam os seus bens para um senhor, convento, abade, bispo (*feudum oblatum*) e os recebiam de volta, com a obrigação de prestar serviços a esses senhores. Assim, os livres tornavam-se vassalos, serviçais, e suas posses eram-lhes emprestadas. Essa é a relação do sistema feudal."[57]

De fato! Só que, como esclarece Hegel na imediata sequência da citação anterior, este desenvolvimento da servidão e da propriedade especificamente feudal, na medida mesmo em que é contraditório com a liberdade e a propriedade germânicas, será fonte de uma tensão permanente na sociedade medieval. De acordo com Hegel:

> "*Feudum* refere-se a *fides*; a fidelidade aqui é uma obrigação por injustiça, pois a fidelidade dos vassalos não é um dever perante a universalidade, apenas uma obrigação particular que engloba a casualidade, a arbitrariedade e a força. A injustiça generalizada, a falta de um estado de direito, transforma-se num sistema de dependência e obrigação privada; assim a mera formalidade de ser obrigado determina a sua faceta jurídica. Já que cada um tinha que se defender por conta própria, o espírito guerreiro foi novamente despertado, depois de parecer ter desaparecido, na defesa exterior, da forma mais vergonhosa. A apatia foi sacudida, em parte, pelos excessivos maus-tratos, em parte, pela cobiça particular e pelo despotismo."[58]

E esta apatia não será sacudida apenas pela emergência do guerreiro feudal. Na medida em que a servidão feudal tem por base a injustiça e é concedida **em troca** de proteção, quando esta proteção se mostrar supérflua ou falaciosa, a origem "quase-contratual" do estatuto servil será relembrado e sustentará as lutas camponesas. E isto na medida em que a memória desta origem será preservada pelo caráter já histórico da sociedade medieval.

Para se entender este ponto, é preciso que se entenda que a Idade Média **também** é herdeira da dissolução da Sociedade Antiga, cuja memória é preservada objetivamente pela Igreja Católica Romana. O que não significa dizer apenas que a sociedade medieval é

---

[57] HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História.* Op. cit. p. 312.
[58] Idem, ibidem.

irredutível à sociedade germânica. Significa dizer que ela **é já uma sociedade Histórica em sentido hegeliano: por ter a memória (prosaica) do seu passado, ela tem a capacidade de projetar o seu futuro como uma realidade distinta do seu presente**.

A importância deste fato está em que, para a sociedade medieval, a *urbs* e as relações sociais, jurídico-políticas e econômicas que lhe são pertinentes não aparecem como realidades "anti-naturais", coisas de bárbaros, judeus ou estrangeiros. Mais especificamente, as condições de proprietário livre juridicamente igual, de um lado, e produtor artesanal e/ou comerciante urbano, de outro, poderão emergir no imaginário social como a condição "quase-natural" dos homens em períodos históricos pregressos econômica, cultural e politicamente muito superiores. E aqui a contradição.

Seja pela relativa flexibilidade proto-contratual da ordem estamental especificamente feudal, seja pelo apoio tácito dos estratos superiores dos estamentos dominantes (em particular da alta hierarquia da Igreja Católica, vinculada ao Papa, e da alta nobreza das distintas sociedades nacionais emergentes, que se vinculam ao reis, que são, ambos, romano-centralistas), a cidade medieval emergirá nos interstícios (inclusive geográficos) da sociedade feudal como um fenômeno aparentemente consistente com a ordem social dominante. Mas, a despeito desta aparência, ela será um fenômeno cultural e politicamente revolucionário. E isto na medida em que, com a emergência e consolidação da **cidade feudal**, pela primeira vez na História **relações propriamente mercantis** vão **emergir** no interior do tecido social, e não na periferia do sistema, em suas zonas limítrofes, onde cada sociedade entra em contato com sociedades e culturas distintas. E este não é um movimento eventual, tópico, anormal, mas um movimento rigorosamente generalizado, universal mesmo. E, por isto mesmo, é um movimento absolutamente transgressor, que põe em xeque as próprias bases da sociedade onde se gesta.

Só que sua força corrosiva é inversamente proporcional à sua visibilidade. Na verdade, como vimos na segunda seção do capítulo anterior, na medida em que o processo de mercantilização de relações econômicas tradicionais se efetua a partir da troca - vale dizer, a partir da intervenção no processo de circulação de um agente não-produtor que busca subverter o sentido das relações de intercâmbio tradicionais (não-mercantis) com vistas à apropriação de uma vantagem econômica na troca -, a resultante necessária deste movimento é a desestruturação da ordem produtiva global, que só pode se reestruturar pela radical extirpação do foco mercantil responsável pelo desequilíbrio original. E - se se tem em vista a fragilidade econômica, política, cultural e institucional da cidade medieval em seu nascedouro - não há como duvidar que este seria o seu destino se o padrão de mercantilização que ela propusesse ao campo comportasse consequências tão drásticas para a ordem medieval.

Não é esta, contudo, a proposta de mercantilização do campo feita pela cidade medieval. E não o é, desde logo, porque não pode ser. A sobrevivência **material** da cidade depende do campo. A cidade não produz nem os alimentos, nem as matérias-primas de que necessita. E não tem outra forma de obtê-los do que **comprando-os** do campo, já que não tem o poder de **tributar** os camponeses (ou, muito menos, os senhores) em qualquer sentido do termo. Por outro lado, o campo não precisa absolutamente da cidade para a sua reprodução. O que significa que a mercantilização do campo terá de ser obtida a partir do apelo ao auto-interesse dos produtores e proprietários rurais. Estes terão de ingressar no circuito mercantil confiantes de que extraem um benefício desta inserção. Uma confiança que deverá ser reafirmada a cada renovação do intercâmbio urbano-rural, sob pena de um retrocesso a padrões autárquicos de reprodução econômica no campo.

Um tal movimento só é possível na medida em que envolver um rígido controle por parte dos agentes urbanos (que são os mais interessados na sustentação da equação mercantil) da qualidade e do preço dos produtos artesanais ofertados ao campo. Estes produtos devem ser - ou, pelo menos, parecer à grande maioria dos agentes rurais - melhores e "mais baratos" que os similares produzidos internamente ao feudo. **Vale dizer: as trocas mercantis entre cidade e campo terão de assumir a "forma da reciprocidade"; mesmo sendo já, em sua natureza interior, relações de intercâmbio especificamente mercantis.**

A questão que se coloca, então, é a da taxa de intercâmbio entre produtos urbanos e rurais (assim como das trocas (inter)urbanas). Uma questão que, contudo, tem uma solução deveras simples. Afinal, uma vez que a reciprocidade define a **forma** do intercâmbio, ele deve se processar em termos tais que o **valor** dos produtos intercambiados corresponda ao mérito de seus agentes produtores. Mas - e este é o ponto crucial - **não se interpõe na relação entre os artesãos urbanos e camponeses em processo de libertação dos laços servis**[59]

---

[59] Como se sabe, a emergência das cidades e o desenvolvimento do comércio associado a este processo não resultou em afrouxamento (e, no limite, na superação) dos laços servis no conjunto da Europa. Mas terá este resultado naquelas formações econômico-sociais que, justamente, **lideram** o processo de transição. É por isto que Marx nos diz que: **"A idade de ouro do trabalho emancipando-se a si próprio ocorreu, apenas, naqueles períodos do feudalismo em ocaso mas ainda em luta intestina, como na Inglaterra do século XIV e primeira metade do século XV."** MARX, K. *Formen.* Op. cit. p. 107 (o grifo é meu). Vale dizer: se o padrão inglês de superação da servidão está longe de ser universal, ele é a referência necessária do processo de transição. E isto não apenas por ser "precoce", mas porque sua precocidade traduz o impacto do desenvolvimento da ordem mercantil sobre uma sociedade **específica e tipicamente feudal**. Que esta seja a leitura de Marx, o atesta Hobsbawm, em sua mui justamente famosa "Introdução" às *Formen.* Hobsbawm resgata aí a posição de Sweezy - que defende a especificidade do "feudalismo europeu ocidental" - no clássico debate sobre a "Transição" como sendo a única efetivamente convergente com a posição de Marx. Segundo Hobsbawm: "O único dos participantes desses debates que pode ser considerado como seguidor de seus passos é P. M. Sweezy, que afirma (como Marx) ser o feudalismo um sistema de produção para uso, e que, em tais

qualquer relação de *status* que não seja dada diretamente por suas inserções produtivas. O que acaba por fazer do **trabalho** (já abstrato, porque já reduzidas suas formas concretas específicas a meras diferenças de complexidade e qualidade, comparáveis elas mesmas a partir de sua re-redução a um trabalho médio simples, historicamente determinado) o critério por excelência da troca "justa". Será, assim, pela comparação por parte do camponês do custo em **horas-trabalho** da produção dos bens artesanais no campo *vis-à-vis* o custo em **horas-trabalho** dos produtos demandados pela cidade e intercambiados pelo artesanato urbano que, fundamentalmente, se definirão as relações de intercâmbio urbano-rurais no período[60].

---

formações econômicas, 'nenhuma sede ilimitada de trabalho excedente se origina da própria natureza da produção' ... . Portanto, **o principal agente de desintegração deve ser visto no crescimento do comércio, operando mais particularmente através dos efeitos do conflito e inter-relação entre o campo feudal e as cidades que se desenvolviam às suas margens**." HOBSBAWM, E. "Introdução". In: MARX, K. *Formen*. Op. cit. p. 46 (o grifo é meu). Por sua vez, a leitura da prevalência do processo de mercantilização das relações sociais na crise do feudalismo inglês é indissociável da assertiva de Marx de que "**o feudalismo introduzido na Inglaterra era, formalmente, mais completo do que o feudalismo que havia se desenvolvido, naturalmente, na França**" (MARX, K. Idem, p. 84). Na realidade, para Marx, o feudalismo da Europa ocidental-setentrional é, de forma geral, mais "típico" do que o feudalismo da Europa mediterrânea e oriental; pois a memória do proto-contratualismo associado ao modo de produção germânico" é mais forte no primeiro do que no segundo (que preserva, de forma mais acentuada, a memória do escravismo antigo). Além disso, o fato de que o feudalismo (enquanto estrutura político-jurídica rigorosamente determinada) tenha sido "introduzido" na Inglaterra "desde fora" (a partir da invasão normanda) alavancaria sua implementação (obtida por um misto de força e negociação) em termos "modelares". E isto, desde logo, na medida em que as transições que assumem formas propriamente disruptivas e se associam a processos migratórios tendem a romper mais radicalmente com a memória social objetiva dos modos de produção anteriores do que as que se processam de forma acomodativa e no interior de um espaço geográfico restrito (vide, a este respeito, MARX, K. *Formen*. Op. cit. pp. 82 e segs.). Neste sentido, as frequentes invasões da ilha contribuíram tanto para que o feudalismo inglês se conformasse como o feudalismo típico, quanto a colonização setentrional da América inglesa por pequenos produtores de mercadorias críticos à limitada (ainda que precoce) modernização do "Antigo Regime" britânico contribuirá para transformar estas colônias na expressão histórica mais desenvolvida da sociedade mercantil simples anterior à ordem burguesa.

[60] Afinal, como diz Marx em *O Capital*: "Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento .... [e] tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social". (MARX, K. *O Capital*, Livro I. Op. cit. p. 70, o grifo é meu.) Vale dizer, para Marx, a avaliação do custo de produção em horas-trabalho não é estranha ao produtor rural feudal. Apenas esta não era uma avaliação que lhe permitisse fazer uma opção de especialização produtiva. E isto já na medida em que os pressupostos de um tal movimento são, de um lado, a vigência de um certo patamar de divisão do trabalho, e, de outro, a vigência de um padrão de sociabilidade onde a alocação do trabalho individual é objeto de decisão privada. Ou, como diz Marx: "Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros O complexo desse trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores." (Idem, p. 71) Ora, serão justamente estes pressupostos sociais da produção de **valores** que a cidade medieval porá. E o fará de uma tal forma a colocar imediatamente a referência do valor-de-troca no trabalho. E isto na medida em que esta é a condição necessária e suficiente para que a transição do padrão autárquico-feudal de intercâmbio para o padrão mercantil se processe com um mínimo de desestruturação da ordem econômica e societária rural.

Se traduzíssemos a discussão acima nos termos do modelo tri-setorial de Sraffa trabalhado na segunda seção do capítulo anterior, a exigência que se faria é a de que, com a criação do setor urbano, ao mesmo tempo em que o campo deixasse de produzir "ferro" (que, naquele modelo simplificado, representa o conjunto das mercadorias artesanais), as relações de intercâmbio deixariam de ser pautadas no valor-de-uso para - rapidamente e com um mínimo de traumatismo - se definirem como valores-de-troca **de equilíbrio**. Vale dizer, valores-de-troca pautados nos custos de produção em **horas-trabalho**.

É de se observar que uma tal exigência dificilmente se cumpriria se a mercantilização do campo se processasse de forma anárquica; ou seja, se as impulsões oriundas da cidade não fossem objeto de severa regulação. Uma regulação que, devendo partir dos agentes urbanos (que, insista-se, são os principais interessados no processo), terá de recair sobre os mesmos. E o objetivo primordial de uma tal regulação não será apenas o de definir padrões de qualidade e preço dos produtos artesanais, mas o de restringir o ritmo do crescimento da oferta destes produtos - adequando-o à demanda esperada - e de limitar a emergência de formas disruptivas e potencialmente desequilibrantes de concorrência. Ou, dito de outro modo, o que se objetiva é a auto-circunscrição do mercado emergente a padrões de intercâmbio "de equilíbrio"; vale dizer, **a padrões de intercâmbio pautados na equivalência e na reciprocidade**. E isto na medida em que esta auto-circunscrição é (contraditoriamente, se se quiser) a condição necessária e (dentro deste quadro histórico objetivo) suficiente para a plena consolidação do intercâmbio mercantil e de sua lógica imanente de busca sistemática do ganho assentado na inequivalência.

Como se sabe, estas funções regulatórias essenciais à sustentação e alavancagem do peculiar e revolucionário processo de mercantilização do período foram cumpridas pelas corporações de ofício medievais. A peculiaridade e aparente rigidez da legislação produtiva e comercial destas corporações determinou, contudo, que não poucos autores avaliassem-nas negativamente; como se a existência das mesmas impedisse o desenvolvimento das relações de intercâmbio como relações de equivalência, e, portanto, como relações de troca embasadas no **valor**[61].

---

[61] A este respeito, Castoriadis diz: "a simples produção mercantil não permite, sociológica e economicamente, definir um 'tempo de trabalho socialmente necessário' para a produção de um produto - nem dizer que os 'valores de troca' (as proporções segundo as quais os produtos são trocados) são regidos por esses tempos. Não há, no interior de cada ramo, o grau de concorrência entre produtores que igualaria *efetivamente* os tempos de trabalho exigidos para tal produto; nem, ainda menos, existe uma tal concorrência *entre* ramos. Para que a lei do valor-trabalho se aplicasse a uma economia de simples produção mercantil (sem entrar em detalhes, uma economia artesanal de intercâmbio), seria preciso, por exemplo, que os sapateiros do sábado se tornassem alfaiates segunda-feira, se constatassem no mercado do domingo que a 'taxa de troca' calçados/roupas era favorável aos alfaiates e desfavorável para eles". CASTORIADIS, C. Op. cit. pp. 274/5. No mesmo sentido, vai Ruy Fausto, que, aceitando as críticas de Castoriadis em torno da impertinência da categoria valor como regulador das trocas tanto no pré-capitalismo, quanto no capitalismo, postulará, então, que, para Marx, **"o valor**

Do nosso ponto de vista, uma tal conclusão é absolutamente equivocada. Tomada em seus termos mais gerais, **ela se baseia na fetichização do mercado e na postulação apriorista de sua auto-suficiência enquanto instância regulatória**[62]. E se buscamos os fundamentos desta fetichização, o que fica claro é que ela pressupõe uma simplificação extrema do processo de determinação do **valor** e dos "custos de produção" a ele associados. Afinal, ao se pressupor que, na ausência de perfeita mobilidade dos produtores e da perfeita flexibilidade de preços, estaria invalidada a "lei do valor", não se está apenas impondo uma exigência irreal de perfeita e persistente convergência de valores e preços. Está se pressupondo, isto sim, que o valor seja uma "quantidade" perfeitamente conhecida pelos produtores. Só assim um produtor poderia avaliar no tempo de mercado se as relações de intercâmbio por ele obtidas são ou não relações de equivalência, se (em termos da teoria do valor-trabalho), o quantum de trabalho cedido corresponde ou não ao quantum de trabalho incorporado nas mercadorias apropriadas[63].

Não podemos esquecer, porém, que o **valor** - mesmo enquanto custo real, vale dizer, enquanto variável possuidora de uma dimensão absoluta -, é uma categoria **social**, cuja determinação pressupõe a **comparação** dos custos incorridos pelos produtores individuais, tanto com os custos em que incorrem outros agentes na produção do mesmo bem, quanto com os custos prováveis (porque médios ou normais) em que o próprio produtor incorreria na produção de bens adquiridos. Uma **comparação** que, não só não é elementar, mas que (com o perdão da aparente contradição com o que foi defendido anteriormente) é estranha a

---

só é quando ele não é" (FAUSTO, R. Op. cit. p. 120). Pelo contrário - e tal como procuraremos demonstrar adiante -, entendemos que, **a sociedade mercantil simples especificamente pré-capitalista** (que tem de ser diferenciada do "pré-capitalismo em geral") **é um espaço lógico-histórico em que o valor "só é"!**

[62] Não será preciso esclarecer que esta fetichização é transparente na citação de Castoriadis reproduzida na nota anterior, para quem um sistema regulado de forma especificamente mercantil seria aquele onde os preços seriam definidos estritamente no "tempo de mercado", e a mobilidade dos produtores seria tal que as informações de "domingo" se refletiriam na realocação global dos mesmos "na segunda". Isto não é apenas uma construção idealista. É uma construção absurda. A instabilidade inerente a um sistema econômico que se reproduzisse da forma como Castoriadis postula seria tamanha que inviabilizaria sua sustentação mesmo a curto prazo.

[63] O que, aliás, é reconhecido pelos teóricos neoclássicos, cujos modelos sistêmicos de preços usualmente supõem que os empresários tenham pleno domínio da função de produção (e, portanto, da produtividade marginal de cada insumo e fator às diversas combinações alternativas dos mesmos), bem como acesso aos distintos insumos e fatores - por definição, disponíveis nos mercados pertinentes - aos seus preços correntes. Com a introdução destas hipóteses - que se somam à hipótese de pleno conhecimento dos ofertantes de fatores de produção e consumidores dos preços, qualidades e substitubilidade dos bens disponíveis no mercado - o que se busca explicitamente é garantir que o processo de intercâmbio gere uma configuração de **equilíbrio.** Vale dizer: elas não são hipóteses rigorosamente vinculadas à determinação de um padrão competitivo (como os manuais de Microeconomia usualmente pretendem ao fazer do pleno conhecimento uma determinação da concorrência perfeita), mas são, isto sim, condições necessárias (ainda que insuficientes) para que um sistema competitivo baseado no atomismo e indiferença dos agentes resulte em uma tal configuração das relações de intercâmbio que virtualmente inviabiliza qualquer movimento subsequente de realocação de recursos inconsistente em termos privados e instabilizador em termos agregados.

agentes oriundos de uma **sociedade produtora de valores-de-uso assentada na servidão**. Para tais agentes econômicos, a própria noção de **custo normal** - que é a base de todo o cálculo econômico racional - é (ainda) estranha. Na realidade, não só a referência de normalidade, mas a própria idéia de custo (seja ele real ou monetário) tem de ser **socialmente (re)criada** na emergência da ordem mercantil associada à crise do feudalismo.

E não há porque pretender que esta (re)criação seria mais autêntica se ela fosse anárquica, se ela não fosse objeto de regulação e normatização (no sentido mais estrito do termo) por organizações urbanas voltadas à socialização dos produtores privados. O único que se pode afirmar com certeza sobre essa questão é que um padrão anárquico de determinação da norma é muito mais instabilizador e muito menos eficaz do que um padrão assentado na organização e socialização consciente de produtores privados e independentes.

Na realidade, para Marx, as associações urbano-medievais só poderiam coibir o desenvolvimento de formas competitivas de intercâmbio se elas assumissem formas especificamente político-institucionais; vale dizer, se elas desenvolvessem um poder discricionário capaz de subverter a lógica proto-contratual subjacente à sua própria emergência. Um desenvolvimento que só seria possível se o Estado Feudal (que, na verdade, é tão mais feudal quanto menor é o seu poder regulatório e distributivo, quanto mais inefetiva é a sua existência enquanto Estado[64]) fosse permeável a uma lógica redistributiva; indissociável da estamentalização das relações (proto)mercantis em constituição.

Na medida em que não é este o caso, as corporações artesanais-medievais não alcançam se constituir em estruturas institucionais de poder concentrado e discricionário[65]. Na verdade - e para além das aparências -, as corporações medievais são genética e funcionalmente estruturas **civis** que organizam a ação de **pequenos produtores privados.** Já por isto, sua ação regulatória tem de se subordinar à lógica reprodutiva e **competitiva de seus pares**. Mais ainda: enquanto organizações especificamente **urbanas**, seu poder discricionário é regionalmente restrito, e tem de levar em consideração tanto a dinâmica de desenvolvimento da produção mercantil no campo, quanto nas cidades circunvizinhas. Vale dizer: tem de levar em consideração de forma rigorosa a concorrência atual e potencial, que pressiona sistematicamente no sentido da adaptação dos preços aos custos de produção e,

---

[64] A este respeito, vide HEGEL, G.W.F. Op. cit. pp. 331 e segs.

[65] Ao contrário das "Companhias de Comércio" da Idade Moderna, que, sustentadas pelo Estado Absolutista (ele mesmo um produto contraditório da crise da ordem feudal), articulam o poder de apropriação do objetivamente retrógrado capital mercantil. Sobre o papel essencialmente contra-revolucionário desta forma de capital na transição para a sociedade capitalista, veja-se o importantíssimo capítulo vigésimo do Livro Terceiro de MARX, K. *O Capital.* Op. cit. pp. 243 e segs.

portanto - numa sociedade mercantil simples - ao **valor** (em horas-trabalho) dos produtos mercantilizados[66].

É interessante observar que, em termos histórico-objetivos, esta mescla contraditória de força e fragilidade das corporações artesanais urbanas em controlar o processo de mercantilização do campo vai se manifestar, por um lado, na eficácia deste movimento em solapar os fundamentos da ordem servil e, por outro, em sua incapacidade de cercear o desenvolvimento, no próprio campo, de novas e revolucionárias estruturas de produção que se erguerão em antagonismo ao artesanato. A este respeito, Marx nos diz:

> "... os antigos, que nunca progrediram além dos ofícios especificamente urbanos e suas aplicações, jamais foram capazes de chegar à indústria em grande escala. Pois **seu primeiro pré-requisito é o envolvimento de toda a área rural na produção, não de valores de uso, mas de valores de troca**. A produção de fábricas de vidro, de papel, a elaboração do ferro, etc., não podem ser organizadas corporativamente. Exigem produção em massa, vendas a um mercado geral, *riqueza monetária* na mão do empresário. Não que este crie as condições objetivas ou subjetivas mas, **porque sob as antigas relações de propriedade e produção, tais condições não podem ser reunidas**. Depois disso, a dissolução das relações de servidão e o advento da manufatura, gradualmente, transformam todos os ramos da produção em ramos operados pelo capital. Entretanto, as próprias cidades contêm um elemento para a formação do genuíno trabalho assalariado - expressamente os trabalhadores jornaleiros excluídos do sistema corporativo, trabalhadores não qualificados, etc."[67]

A passagem é expressiva na medida em que reforça e re-determina a interpretação já anunciada em torno dos impactos revolucionários do processo de mercantilização do campo nas sociedades européias de corte especificamente feudal. Tal processo não apenas alavanca a crise da servidão como impulsionará a emergência de formas especificamente modernas (vale dizer, privadas) de propriedade, bem como de relações de produção capitalistas (assentadas no assalariamento e na produção em escala) no campo.

Contraditoriamente porém, o padrão de sociabilidade contratual-mercantil que emerge e se consolida no bojo deste longo, complexo e absolutamente revolucionário movimento histórico não parece se refletir na superestrutura institucional e política do período. Se nos prendemos a uma leitura do período a partir dos (de qualquer forma, importantes) movimentos políticos e institucionais que lhes são próprios, o que salta aos olhos é o processo de centralização monárquica, que parece indissociável do recrudescimento da ordem estamental.

---

[66] Com isto não queremos negar a possibilidade do enrigecimento de uma estrutura de guildas, associada à consolidação de formas não-competitivas de relações econômicas e sociais, incompatíveis com a plena posição da mercadoria e do valor. Marx é explícito a respeito desta possibilidade nas *Formen* (Op. cit. p. 96). Contudo, não só esta não é a tendência "natural" de um tal sistema, como não será a resultante do desenvolvimento do artesanato mercantil corporativo sobre as economias européias **de corte especificamente feudal**.

[67] Idem, pp. 108/9 (os grifos são meus).

E, diga-se de passagem, esta aparência não é falsa. Num certo sentido, a sociedade da Idade Moderna ainda é estamental e feudal. Só que, simultaneamente, ... já não é mais. E não apenas porque já não o seja ao longo de **todo** o tecido social. Mas porque já não o é na **base** da sociedade, em sua **infraestrutura,** onde já viceja um padrão de relação e articulação social radicalmente novo, assentado sobre a igualdade e independência dos produtores. Um padrão que - e este é o busílis da questão - já é tendencialmente dominante. Inclusive ao nível político e (de forma mais geral) superestrutural. Afinal, nenhum dos movimentos político-institucionais da fase clássica do processo europeu ocidental de transição para o capitalismo pode ser entendido fora da referência às cidades e ao artesanato urbano. Da centralização monárquica às revoluções burguesas, da reforma protestante à laicização e racionalização burocrática do Estado, as cidades são o núcleo impulsivo das transformações político-institucionais em curso. E a capacidade impulsiva e disruptiva deste núcleo será tão maior quanto mais "livre" for a cidade; quanto menos ela fizer parte da equação institucional especificamente medieval; quanto mais ela brotar como o corpo "estranho/imanente" do ordenamento econômico-social especificamente feudal, marcado pela autarquia, proto-contratualidade e esgarçamento e fluidez do tecido político-institucional.

Não será gratuito, assim, que caiba à Inglaterra a primazia nas manifestações da crescente importância político-institucional dos produtores mercantis pré-capitalistas. Nesta nação, não há movimento político institucional expressivo anterior à Revolução Industrial - da introdução do princípio de *habeas corpus* na Magna Carta à consolidação do Parlamento na Revolução Gloriosa, das guerras camponesas (que põem fim à servidão) aos *enclosures* (que generalizam a mercantilização do campo), da reforma centralizadora anglicana à Revolução Puritana de Cromwell - que possam ser pensados e entendidos fora do movimento mais geral de **emergência e consolidação de relações mercantis pré-capitalistas** articuladas e sustentadas por produtores independentes nucleados no espaço urbano.

E é por isto que esta nação monárquica, feudal, conservadora e de tradição latifundiária (bem como suas principais extensões político-econômicas: Escócia, País de Gales e, posteriormente, a Nova Inglaterra) **funciona**(m) **como pano de fundo histórico de toda construção lógica de *O Capital*.** A questão é que, no longo período que vai do século XIII ao XVIII de nossa era, a velha Inglaterra será o palco privilegiado da emergência, desenvolvimento e consolidação de toda uma teia de relações mercantis que, articulando e ingurgitando a produção de agentes privados e independentes, dará sustentação à revolucionária transição capitalista subsequente. Ou, ainda, de modo mais claro: **a Inglaterra é o palco histórico privilegiado da transição para o capitalismo porque é a nação onde a crise da ordem feudal projetará e se fará impulsionar pela máxima posição de uma**

economia de produtores independentes cuja dinâmica de desenvolvimento em direção ao capitalismo foi teorizada por Marx na primeira seção do Livro 1 de *O Capital*.

4. O devir das categorias capitalistas de apropriação

Nas duas últimas seções procuramos enfrentar a complexa questão do lugar teórico das categorias imbricadas de História, Trabalho e Valor em Marx. Neste enfrentamento procuramos dar início à demonstração do caráter rigorosamente **histórico** (inclusive no sentido de "pertinentes a uma época específica") das categorias **lógico-teóricas** desenvolvidas por Marx em *O Capital*.

A importância desta demonstração encontra-se no fato de que, mesmo o melhor marxo-estruturalismo - o schumpeteriano, em que a reprodução é pensada já em termos "quase-diacrônicos" - não alcança dinamizar e historicizar aquelas categorias e os modelos reprodutivos básicos a elas associados que definem o arcabouço lógico da interpretação teórica de Marx. Ou, dito de outro modo: sequer o "estruturalismo quase-diacrônico" alcança tomar as categorias centrais da reflexão marxiana - valor, preço, exploração, mais-valia, lucro, fetiche, capital, entre outras - como comportando elas mesmas uma História, dentro da qual as determinações e funções teóricas das mesmas são objeto de permanente (e, no limite, radical) transformação.

Não poderíamos fazer aqui uma recuperação global do desenvolvimento lógico-histórico destas categorias ao longo do desenvolvimento da ordem capitalista. Um tal projeto envolveria a re-redação de *O Capital*, e está muito além, seja de nossa capacidade, seja do que se espera de um trabalho de doutorado. Contudo, não podemos nos eximir de apontar a direção e o sentido da transformação interna daquelas categorias da economia política marxiana - em particular, o valor, a exploração e o lucro - que diretamente referidas à distribuição, conformam nosso objeto privilegiado neste trabalho. Apontar o sentido essencial da transformação teórico-funcional destas três categorias ao longo do desenvolvimento capitalista, bem como o rebatimento desta transformação no interior do processo mais geral de distribuição de renda é, portanto, o objetivo das duas subseções que se seguem, cujos títulos são: "Valor, preço e concorrência", e "Exploração, lucro e leis de tendência do Capital".

4.1. Valor, preço e concorrência

Tal como procuramos demonstrar acima, a transição histórica para o capitalismo: 1) corresponde ao auge e conclusão de uma longa (e recorrentemente abortada) transição da

reciprocidade para o mercado; e 2) tem como momento crucial a constituição de uma sociedade mercantil simples, que articula a síntese entre reciprocidade e mercado a partir da identidade da medida socialmente reconhecida de mérito - o trabalho abstrato coagulado nos bens - com a medida econômica historicamente pertinente de custo de produção.

Ora, a contradição interna da sociedade mercantil simples encontra-se justamente nesta dúplice determinação do **valor**, categoria que diz respeito tanto à reciprocidade quanto ao mercado, tanto à troca voltada para a equivalência quanto à troca voltada para a inequivalência, tanto ao "preço justo" quanto ao preço de mercado. Enquanto as condições de produção (e institucionais) são tais que os produtores emergem e se consolidam estritamente como produtores independentes, esta contradição não se manifesta de forma disruptiva. Mas já se desenvolve. Afinal, na sociedade mercantil simples pós-feudal a troca não é propriamente um instrumento de **integração social** dos agentes intercambiantes, que já comungam de todo um conjunto de estruturas culturais e institucionais socializadoras. Vale dizer: a equivalência no intercâmbio não é buscada, aí, por ela mesma; não tem um valor intrínseco; e só se sustentará enquanto novas e mais vantajosas alternativas de intercâmbio não se apresentarem a cada uma das partes envolvidas na transação. Uma situação de "equilíbrio" tão mais rara, quanto mais heterogêneas forem as condições de produção em um espaço regional em crescente expansão e articulação **como mercado.**

Por outro lado, é preciso reconhecer-se que - pelo menos em termos lógico-formais - é possível conceber-se uma sociedade mercantil simples ideal, onde, no longo prazo (vale dizer, após inúmeros exercícios de intercâmbio e reajustamento das quantidades ofertadas e demandadas), a homogeneidade dos produtores conduza a uma situação de "equilíbrio estável"[68]. Só que - e esta exigência é absolutamente crucial - uma tal construção pressupõe um nível de homogeneidade econômico-institucional (pois que referida não apenas ao padrão de acesso à propriedade dos meios de produção, mas de acesso à cultura e à informação) dos agentes produtores que é objetivamente inconsistente com as condições históricas associadas à emergência, generalização e consolidação do mercado moderno. Expliquemo-nos.

---

[68] Diga-se de passagem, uma tal sociedade mercantil - onde todos os agentes são proprietários - é o que subjaz às diversas modelagens de equilíbrio geral de inflexão walrasiana. O fato de que, em Walras, os proprietários comandem fatores de produção qualitativamente distintos é de somenos importância, pois estes últimos são equiparáveis pela taxa de juros, o que os torna genericamente "capital", a despeito de sua forma "humana", "agrária" ou de "capital propriamente dito". No primeiro capítulo do *Teoria do desenvolvimento econômico*, Schumpeter caracterizou esta sociedade como de fluxo circular, introduzindo o desequilíbrio por inovações. Ao circunscrever historicamente a pertinência desta sociedade, Marx resgatará a conexão mercantilização/desapropriação como fundamento objetivo da superação estrutural da equivalência nas trocas.

Ao contrário do que pretendem as modelagens des-historicizantes e naturalizantes do mercado, todo o processo bem sucedido de mercantilização/contratualização das relações sociais é rigorosamente revolucionário. A crítica dos padrões estamentais de hierarquia e dominação que a mercantilização pressupõe, bem como o movimento de consolidação do caráter privado da propriedade - que é indissociável da desapropriação relativa (ou "desapossamento") de agentes que, nas formações históricas pré-mercantis comungavam do usufruto da terra e demais meios de produção -, são movimentos profundamente instabilizadores da ordem social, que enfrentam resistências múltiplas e acarretam consequências díspares e em grande parte imprevistas pelos agentes históricos que sustentam o projeto revolucionário. O que não nega o fato de que, no bojo do processo de enfrentamento à resistência contra-revolucionária e de recomposição da ordem política e institucional, o conjunto das revoluções burgueso-mercantis se resolve em termos tais que preservam e (senão imediatamente, posteriormente, na medida em que o liberalismo vitorioso extirpa do Estado toda e qualquer função especificamente redistributiva) aprofundam os diferenciais de acesso à propriedade e ao controle dos meios de produção. O que é o mesmo que dizer que as revoluções burgueso-mercantis só superam a hierarquia e a dominação estamental para instaurar a hierarquia e a dominação de classe.

Mesmo as revoluções burguesas clássicas e democráticas - a Inglesa, a Norte-Americana e a Francesa, onde a transição para a ordem liberal-mercantil envolveu a mobilização do conjunto da sociedade e, consequentemente, envolveu também a contemplação de reivindicações históricas de estratos dos segmentos subordinados no Antigo Regime - estão longe de fugir deste padrão geral onde a recomposição da ordem passa pela consolidação da estratificação e da dominação de classe. Neste sentido, o caso inglês é, mais uma vez, particularmente significativo: como a historiografia contemporânea o demonstrou, é no bojo da recomposição institucional levada a cabo sob o Protetorado de Cromwell que se consolidará a solução conservadora dos conflitos de propriedade no campo, associados à época ao desenvolvimento da ovinocultura extensiva e ao cercamento das terras senhoriais[69].

---

[69] Na realidade, para além do cercamento das terras estritamente senhoriais (que, deixando de ser arrendadas ao camponês, acicatavam suas possibilidades de reprodução como produtor agrícola semi-independente), os conflitos no campo típicos deste período de transição dizem respeito à complexidade da passagem de um padrão estritamente feudal de apropriação, para um padrão mercantil assentado sobre a propriedade privada. Afinal, o direito feudal (que, para além do mais, era essencialmente consuetudinário e não formalizado) era incapaz de gerar critérios não-ambíguos para a apropriação privada daquelas terras que, no interior do antigo padrão de exploração agrícola, eram objeto de apropriação comunal e/ou eram objeto de crônica sub-utilização (florestas, áreas de caça, terras de pousio, etc.). É isto que explicará a generalidade dos conflitos no campo ao longo da transição européia para o capitalismo, bem como a longevidade e recorrência dos mesmos na Inglaterra do início do século XIV até o final do século XVII. Sobre este tema, vide, em particular, o primeiro capítulo de MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1975.

Esta solução conservadora dos conflitos agrários ingleses internalizará a heterogeneidade institucional necessária e suficiente para a rápida superação do instável e contraditório equilíbrio entre reciprocidade e mercado que caracterizava as relações urbano-rurais daquela sociedade. Afinal, o processo de centralização da propriedade da terra e reconversão da mesma à produção agropecuária mercantil em larga escala, minará as bases do poder de barganha do pequeno produtor rural[70]. E o resultado inexorável desta perda de inserção produtiva e poder de barganha do pequeno produtor rural será a necessidade de completar a renda familiar auferida da venda de produtos agrícolas com a oferta (a princípio, eventual, e, posteriormente, permanente) de mera força-de-trabalho, num movimento que porá as bases do assalariamento e da produção capitalista moderna. É por ter absoluta clareza deste movimento - e por corretamente tomar a Inglaterra como referência de sua reflexão lógico-histórica sobre a transição - que Marx apontará como um de seus fundamentos o

> "advento do arrendatário e a transformação da população agrícola em trabalhadores-diaristas livres. Embora o campo seja o último local em que esta transformação [capitalista] triunfa em suas formas mais puras e lógicas, alguns dos seus desenvolvimentos iniciais verificam-se ali. Por isso os antigos, que nunca progrediram além dos ofícios especificamente urbanos e suas aplicações, jamais foram capazes de chegar à indústria em grande escala. Pois seu primeiro pré-requisito é o envolvimento de toda a área rural na produção, não de valores de uso mas de valores de troca."[71]

A forma como a emergência de relações de assalariamento no campo alavanca o desenvolvimento do *putting out*, da manufatura rural e, posteriormente, da manufatura urbana e da grande indústria, é bastante conhecida e não nos parece necessário resgatar mais uma vez aqui[72]. Por enquanto, interessa tão somente fixar a fundamentação concreta da assertiva marxiana de que

---

[70] Assentada em sua (agora extinta) possibilidade de re-autarquização produtiva, que, nos primórdios da nova era, punha a reprodução econômica dos centros urbanos em permanente risco.

[71] MARX, K. *Formen.* Op. cit. p. 108. Ou, no mesmo sentido (e de forma talvez ainda mais clara), em passagem clássica do penúltimo capítulo do Livro I: "O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; **sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres**, como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. **Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica.**" MARX, K. *O Capital.* Livro I, vol. 2, Op. cit. p. 263 (os grifos são meus).

[72] A este respeito, Marx diz na sequência imediata da citação anterior: "A produção de fábricas de vidro, de papel, a elaboração do ferro, etc., não podem ser organizadas corporativamente. Exigem produção em massa, vendas a um mercado geral, *riqueza monetária* na mão do empresário. Não que este crie as condições objetivas ou subjetivas mas, porque sob as antigas relações de propriedade e produção, tais condições não podem ser reunidas. Depois disso, a dissolução das relações de servidão e o advento da manufatura, gradualmente, transformam todos os ramos da produção em ramos operados pelo capital." Idem, pp. 108/9.

> "a **transformação de dinheiro em capital pressupõe um processo histórico** que tenha separado as condições objetivas do trabalho, tornando-as independentes e as volta contra os trabalhadores"[73]

Vale dizer: para Marx a transformação do dinheiro em capital - **que, não gratuitamente, é o título da segunda seção de *O Capital*** - não é uma transformação lógica, mas uma transformação **histórica**, que tem por **pressuposto** a desapropriação (ou "desapossamento") dos produtores diretos. É aí que se inocula a heterogeneidade institucional substantiva que quebrará o instável e contraditório equilíbrio da sociedade mercantil simples. E é aí, também, que a regra de equivalência é quebrada e os preços iniciam sua trajetória (sempre crescente) de afastamento dos valores.

Antes de prosseguirmos em nosso resgate dos fundamentos históricos do desenvolvimento lógico da categoria valor em Marx, quer nos parecer, contudo, que cabe detalhar o significado teórico da conclusão a que chegamos no parágrafo anterior. Em termos rigorosos, o que ela propõe é uma resposta particular à clássica crítica à teoria do valor/exploração de Marx assentada na identificação da inequivalência (em termos de trabalho) como norma das relações de intercâmbio no sistema capitalista. Em termos simples, a crítica toma a forma de uma pergunta: "porque se deveria distinguir a inequivalência no intercâmbio entre força-de-trabalho e capital - identificando esta e somente esta com a exploração - das demais inequivalências que, justamente, caracterizam o conjunto das relações de troca deste sistema?".

Do nosso ponto de vista, esta crítica é não só inteligente como particularmente pertinente, não cabendo qualquer resposta simples e unívoca (vale dizer, estritamente lógica) à mesma. Pelo contrário, defendemos a perspectiva de que a resposta (ou, se se quiser, as respostas, pois que ela mesma se transforma no tempo) a esta questão tem de ser rigorosamente histórica e dialética. E, como tal, ela apenas se inicia pelo reconhecimento de que **a inequivalência entre "trabalho incorporado" e "trabalho pago" subjacente ao assalariamento tem primazia crono-lógica sobre as demais**. E isto na medida em que, **é ela que** (ao consolidar a heterogeneidade institucional que porá o lucro) **põe, no tempo denso da história, as demais inequivalências**. Senão vejamos.

Para que se entenda a assertiva acima, o primeiro que se tem de entender é que a emergência do assalariamento e das primitivas estruturas de produção capitalistas no campo não afetam imediatamente as relações de intercâmbio entre produtos agrícolas e artesanais-

---

[73] MARX, K. *Formen*. Op. cit., p. 109.

urbanos[74]. Em particular, elas não afetam a capacidade regulatória do artesanato corporativo urbano, que se manifesta em sua hegemonia na determinação do preço-valor das mercadorias não-agrícolas. Ou, dito de outro modo: **o *putting out system* e a manufatura rural primitiva emergem como "tomadores de preços" vis-à-vis o artesanato**; e é desta posição (cada vez mais, apenas) formalmente subordinada que aquelas estruturas extraem o mais-valor que alavanca sua acumulação e crescimento.

Do nosso ponto de vista, é exatamente esta característica da mais-valia pré-industrial que Marx quer resgatar ao denominá-la absoluta: ela emerge sem afetar os valores relativos das mercadorias finais (valores estes que são tomados como dados, como valores "absolutos"); de tal forma que sua fonte exclusiva é a determinação do valor da força-de-trabalho em níveis inferiores ao valor agregado pelo uso deste insumo.

É bem verdade que Marx prefere apresentar a distinção entre mais-valia absoluta e relativa exatamente em outros termos, a partir da estabilidade dos padrões técnicos com extensão de jornada (que caracterizaria a primeira) *vis-à-vis* a elevação da produtividade do trabalho e subsequente diminuição da parcela "necessária" da jornada de trabalho (que caracterizaria a segunda)[75]. E - não será preciso dizer - estamos longe de pretender que a colocação da distinção nestes termos seja equivocada. Na realidade, acreditamos que o significado pretendido por Marx com esta distinção é exatamente o mesmo daquele que anunciamos acima. Só que, ao vincular diretamente a mais-valia relativa (e só esta) ao progresso técnico, Marx não deixa de abrir uma brecha para interpretações equivocadas, que se refletirão em mais uma fonte de incompreensão e crítica de sua teoria do valor. Vejamos porque.

Desde logo é preciso que se entenda que nossa interpretação das determinações absoluta e relativa da categoria mais-valia segue a linha geral (por assim dizer, "historicista")

---

[74] Na realidade, a perda de poder de barganha do pequeno produtor rural frente à produção urbana deve envolver alguma desvalorização relativa dos produtos agrícolas *vis-à-vis* os artesanais. Um tal movimento, contudo, não é essencial para impulsionar o assalariamento. Basta que, com a circunscrição do acesso à terra por parte do pequeno produtor rural, a reprodução da família camponesa fique inviabilizada sem uma alteração significativa em suas condições de inserção produtiva. E dado que uma intensificação do trabalho na pequena propriedade que resta sob o controle do camponês deve gerar rendimentos marginais decrescentes (e custos marginais crescentes), o custo de oportunidade do assalariamento para o produtor rural deve ser inferior ao rendimento médio do trabalho agrícola. **Nestas condições, a taxa de salário rural será baixa o suficiente para garantir um lucro (um mais-valor) ao empresário capitalista que empregue força-de-trabalho com vistas à produção de bens artesanais (ou, mesmo "manufaturados") negociados no mercado ao preço (ou ao valor) dos similares produzidos pelo artesanato corporativo urbano.**

[75] "A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança na proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa." MARX, K. *O Capital.* Op. cit., Livro I, p. 251.

de interpretação de *O Capital* aqui proposta. Isto não significa apenas dizer que, para nós, "mais-valia absoluta", "manufatura" e "subordinação formal do trabalho ao capital" são termos afins, correlacionados[76]. Significa também reconhecer que esta mesma correlação não é simples, mas tem uma história[77]. Uma história que se inicia pelo *putting out system* e pela primeiras manufaturas, onde o controle do tempo e da qualidade do trabalho ainda não é um atributo do capital, mas do próprio trabalhador. Nestas condições de produção, a relação salarial ainda não se impõe em sua plenitude, assumindo formas diferenciadas de remuneração por produtividade ("salário por peça") que, suficientemente baixa para garantir a apropriação de uma mais-valia, impõe ao trabalhador a ampliação da jornada como forma de garantir a rendimento mínimo necessário à sua reprodução e de sua família. Vale dizer: **a extensão de jornada é, então** (na medida em que a subordinação do trabalho ao capital ainda não se realizou em instrumentos de trabalho que limitem ao mínimo as exigências de perícia e/ou que imponham um ritmo constante de produção), **a forma por excelência de manifestação do rebaixamento da remuneração e das condições de vida da classe trabalhadora que sustenta a produção e apropriação de mais-valia.**

Isto não significa que o desenvolvimento (no tempo) da manufatura esteja dissociado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, e consequentemente, de uma queda no "valor individual" (que não tem relação imediata com o "valor social") das mercadorias produzidas sob este novo padrão de produção. Como Marx deixa claro nos capítulos XI e XII

---

[76] Uma afinidade e correlação que, diga-se de passagem, Marx só abordará de forma sistemática em *O Capital* no capítulo XIV (que é o primeiro da quinta seção deste livro, intitulada "A produção de mais-valia absoluta e relativa"). Este capítulo - que é particularmente interessante e esclarecedor da dimensão histórica daquelas duas categorias - tende a ser subestimado pela posição quase periférica (uma vez que posposto à determinação lógica das duas formas da mais-valia, objeto das seções terceira e quarta de *O Capital*) que ocupa dentro da obra maior de Marx. Por isto mesmo, entendemos que uma adequada compreensão da historicidade das dimensões absoluta e relativa da mais-valia pressupõe a leitura atenta do (equivocamente denominado) "Capítulo VI - Inédito" (que, na realidade devia corresponder à "Seção VI" no projeto original de Marx) de *O Capital*. É só aí que Marx esclarecerá de forma cabal que: "**do mesmo modo porque se pode considerar a produção de mais-valia absoluta como expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção de mais-valia relativa pode ser considerada como a subsunção real do trabalho no capital.**" MARX, K. *Capítulo VI (Inédito) de O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 56 (o grifo é meu).

[77] Na sequência imediata da citação reproduzida na nota anterior, Marx esclarece os termos gerais desta historicidade, dizendo: "De qualquer modo, as duas formas de mais-valia - a absoluta e a relativa - se consideradas isoladamente, como subsistências separadas (e **a mais-valia absoluta precede sempre a relativa**) - correspondem a duas formas separadas de subsunção do trabalho ao capital, ou a duas formas separadas no interior da produção capitalista, das quais **a primeira é sempre precursora da segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir, por sua vez, a base para a introdução da primeira em novos ramos de produção.** ... Denomino *subsunção formal do trabalho ao capital* à forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente ... . MARX, K. Idem, ibidem (os grifos em negrito são meus).

do Livro I de *O Capital*[78], o trabalho cooperado e tecnicamente dividido que caracteriza a manufatura implica em significativa ampliação da produtividade sistêmica e já caracteriza este padrão de produção como especificamente capitalista[79]. Só que - e este é o ponto realmente importante -,

> "ao mesmo tempo, a **manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade**. Como obra de arte econômica **ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato urbano** e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou.
> Uma de suas obras mais completas foi a oficina para a produção dos próprios instrumentos de trabalho, nomeadamente também dos aparelhos mecânicos mais complicados que já começavam a ser aplicados.
> .....
> Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez - máquinas. **Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social**. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital."[80]

Mas então fica claro porque, a despeito do desenvolvimento das forças produtivas (associado à cooperação e à divisão do trabalho) imanente à manufatura, a forma típica da mais-valia ao longo do período manufatureiro[81] é, ainda, a forma absoluta. A questão não é propriamente a de que a extensão da jornada de trabalho (ou, seu equivalente lógico, a determinação do salário "por hora" ou "por peça" em um nível suficientemente baixo para impulsionar a extensão da jornada) seja a única fonte do excedente. A questão de fundo diz respeito ao fato de que

---

[78] Intitulados "Cooperação" e "Divisão do trabalho e manufatura" e que, sintomaticamente (e, mais uma vez, dando origem a confusão), encontram-se no interior da quarta seção de *O Capital*, intitulada "A produção de mais-valia relativa".

[79] A este respeito, veja-se a quinta seção do capítulo XII, sintomaticamente intitulada "O caráter capitalista da manufatura". Desde logo é preciso que se entenda que este caráter diz respeito não apenas ao fato de que a produção manufatureira sustenta a produção de uma mais-valia e é especificamente voltada para a apropriação desta. Ainda mais importante do que isto é o fato de que a produção de mais-valia no interior da manufatura já não é um atributo simples do trabalhador individual, mas (crescentemente) emerge da própria cooperação e divisão do trabalho. Um processo que tem consequências tão claras quanto revolucionárias no plano da ideologia: na medida em que se torna um atributo do padrão ("capitalista") de organização do trabalho, a mais-valia deixa de aparecer como fundada (exclusivamente) na exploração, para aparecer (também) como um atributo do próprio "capital" (que, por sua vez, passa a ser "entificado" e tratado como "fator de produção" autônomo e portador de uma produtividade própria e imanente).

[80] MARX, K. *O Capital*. Op. cit. pp. 288/9 (os grifos são meus).

[81] Para Marx, "o período manufatureiro propriamente dito ... dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII." Idem, p. 267.

"o revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho."[82]

É esta limitação técnica (que não é, ela mesma, absoluta, mas relativa) da manufatura que faz do período manufatureiro (vale dizer, do período onde a subsunção do trabalho ao capital ainda não é real) o período por excelência da mais-valia absoluta. Vale dizer: na transição do artesanato à manufatura há progresso técnico; mas ele não é revolucionário, na medida em que não alcança deslocar do trabalho vivo o controle do processo produtivo. E, na medida em que não o faz, não alcança ainda desestruturar o artesanato, que sobrevive (nas palavras de Marx reproduzidas mais acima) como **princípio regulador da produção social**.

Nos termos da questão que nos ocupa nesta seção - a questão da evolução histórica da categoria **valor** -, isto significa dizer que, **no período manufatureiro, é ainda o artesanato** (vale dizer, a forma menos desenvolvida da produção) **que define o valor social dos bens**. É por isto - e, dialeticamente, só por isto - que a mais-valia absoluta é o padrão de produção e apropriação de excedente capitalista no período manufatureiro: a mais-valia é, então, a pura e "absoluta" diferença entre dois **valores** tomados como "dados": o valor das mercadorias finais (que é definida pelo quantum de trabalho necessário à sua produção no interior do sistema artesanal decadente), e o valor da força-de-trabalho (definida pelo valor daqueles bens identificados historicamente como necessários à reprodução da classe trabalhadora).

Mas, se a conclusão acima é legítima, é preciso notar que seu significado teórico não se reduz à reafirmação da pertinência da leitura "historicista" da teoria do valor em Marx; que se vê alavancada pela afirmação da pertinência desta categoria como referência e norma do intercâmbio na **emergência** do modo capitalista de produção. Muito mais importante do que isto é o rebatimento desta conclusão sobre a caracterização marxiana da determinação "socialmente necessário" do trabalho abstrato e do valor (uma questão tradicionalmente considerada polêmica por intérpretes e críticos de Marx).

Afinal, o que fica claro da discussão anterior em torno da incapacidade da manufatura em assumir a função de regulador da produção, é que, nestas circunstâncias, **o "valor social" não é definido nem pelo padrão técnico mais moderno (mais "produtivo"), nem por uma "média" (seja ela empírica ou teórico-ideal) das técnicas de produção conhecidas**[83]. E nem poderia ser, uma vez que - como já se reconheceu inúmeras vezes,

---

[82] Idem, vol. 2, p. 7. Ou, no mesmo sentido, mais adiante: "Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material." Idem, p. 17.

[83] Estas duas alternativas de interpretação da determinação socialmente necessário em Marx são defendidas respectivamente por MORISHIMA, M. e CATEPHORES, G. Op. cit. pp. 38 e segs., e POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 87 e segs.

mas nem sempre extraindo-se daí as conclusões pertinentes -, o valor das mercadorias em Marx não é (como em Ricardo) um atributo **técnico**, mas um atributo rigorosamente **social**. O que é o mesmo que dizer que **o quantum de trabalho socialmente necessário à produção das distintas mercadorias é um quantum socialmente** (e, no limite, histórico-institucionalmente) **determinado**.

Evidentemente, esta determinação social do valor não é ela mesma indeterminada, sendo função **também** do desenvolvimento técnico-produtivo. Só que, em Marx, entre o valor e a técnica de produção impõe-se todo um conjunto de mediações histórico-institucionais; mas que tem um núcleo motor - o processo de desenvolvimento da subordinação do trabalho[84] -, um espaço privilegiado de articulação - o mercado -, e um canal básico de manifestação - a concorrência e suas transformações. É isto que, do nosso ponto de vista, Marx pretende esclarecer na seção do (assim chamado) *Capítulo Sexto Inédito* dedicada ao estudo da "Subsunção real do trabalho ao capital". É aí que nos diz:

> "A característica geral da *subsunção formal* continua sendo a direta *subordinação do processo de trabalho* - **qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma em que se efetue** - *ao capital*. Nesta base, entretanto, se ergue um *modo de produção* tecnologicamente *específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção.* Somente quanto este entra em cena, se dá a *subsunção real do trabalho ao capital*.
>
> .....
>
> **A subsunção real do trabalho ao capital se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, diferentemente da absoluta**.
> **Com a subsunção real do trabalho ao capital, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente)** no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e **na relação entre o capitalista e o trabalhador.**
> Na subsunção real do trabalho ao capital fazem sua aparição no processo de trabalho todas as modificações (*changes*) que analisáramos anteriormente. Desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho*, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por outro lado, essa modificação da figura material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho."[85]

E se na passagem acima Marx deixa clara a conexão entra desenvolvimento da maquinaria, subsunção real e endogeneização do progresso técnico (e da mais-valia relativa,

---

[84] Processo este que - não será preciso esclarecer - não é mais do que a forma especificamente capitalista do processo histórico universal de desenvolvimento da simplificação/abstração/socialização do trabalho.

[85] MARX, K. *Capítulo sexto (Inédito)*. Op. cit. p. 66 (os grifos em negrito são meus). Note-se que na passagem acima Marx se refere à dinâmica de inovações associada à mais-valia relativa como já havendo sido objeto de apresentação; o que reforça nossa interpretação de que este texto "Inédito" de Marx estaria projetado, de fato, como "seção sexta" de *O Capital* e não como "capítulo sexto".

enquanto forma de apropriação de sobretrabalho), na sequência da mesma Marx esclarecerá a conexão destes processos com os movimentos de concentração/centralização do capital que definem a forma especificamente capitalista de mercado. Assim é que nos diz:

> "Vimos como um *mínimo* determinado e sempre *crescente de capital* em mãos dos capitalistas individuais é, por um lado, premissa necessária, e, por outro, resultado permanente do modo de produção *especificamente* capitalista. O capitalista deve ser proprietário ou possuidor de meios de produção em *escala social*, em um montante de valor que tenha perdido toda relação com a produção possível do indivíduo ou de sua família. O *mínimo de capital* é tanto maior em um ramo da indústria quanto mais se o explora de maneira capitalista, quanto mais desenvolvida está nele a produtividade social do trabalho. Na mesma proporção, deve o capital aumentar em grandeza de valor, e adotar dimensões sociais, isto é, despojar-se de todo o caráter *individual*."[86]

Vale dizer: **a concentração de capital é o substrato propriamente "econômico" da transição para o modo especificamente capitalista de produção**. Neste processo, cada capital individual deixa de ser uma parte alíquota insignificante da produção global, para se tornar uma estrutura já imediatamente social de produção. E isto não só na medida em que cada estrutura industrial congrega uma massa significativa e crescente de trabalhadores (que operam inconscientemente como células de um organismo complexo voltado ao seu próprio auto-desenvolvimento). **A produção "em série" e "em massa" que caracteriza a grande indústria torna cada capital uma estrutura social na medida em que torna a parte alíquota da produção de cada firma uma parcela significativa da produção total.** É o que Marx nos diz ainda na sequência da passagem anterior, resgatando (ironicamente) a "jeremiada *tory*" de Carlisle, segundo o qual:

> "Nos bons tempos de antigamente, quando 'vive e deixa viver' era lema de aceitação geral, cada qual se contentava com uma só ocupação. Na indústria algodoeira havia tecelões, fiandeiros, branqueadores, tintureiros e vários ramos independentes, mas, todos viviam dos lucros de seus respectivos ofícios, e todos, ao que se sabe, satisfeitos e felizes. Pouco a pouco, porém, quando o curso sucessivo da indústria continuou até certo ponto, o capitalista apropriou-se, primeiro de um ramo, depois, de outro, até que, com o correr do tempo, todo mundo foi despedido e lançado no mercado de trabalho para que ganhasse a vida como melhor pudesse. Dessa maneira, ainda que nenhuma *patente* atribua a esses homens o direito de ser fiandeiros, manufatureiros e estampadores de algodão, o curso dos acontecimentos levou-os *a um monopólio de todos* [esses ofícios]... ."[87]

---

[86] Idem, p. 67.

[87] CARLISLE. *Public economy concentrated.* s.ed., 1833, p. 56. Apud. MARX, K. Op. cit., p. 68. Este texto de Carlisle - como tantos outros que Marx resgata de autores do período - é expressivo do recorrente saudosismo liberal da sociedade mercantil pré-capitalista. É interessante observar, contudo, como este saudosismo foi vulgarmente interpretado por autores críticos do capitalismo como meramente ideológico, como se uma tal sociedade jamais tivesse existido. Esta crítica fácil (que, na verdade, pressupõe a identidade de ideologia e fantasia) é o outro lado da crítica à tese da historicidade da sociedade mercantil simples; e se desdobra em um silêncio: o silêncio em torno dos determinantes teórico-históricos da aceitação e defesa (quase universal) da teoria do valor-trabalho entre os primeiros "Economistas Políticos". Descartada a (em si mesma absurda) hipótese neoclássica de que a teoria do

Do nosso ponto de vista, o que importa resgatar desta citação de Carlisle feita por Marx, é **a íntima conexão entre o processo de desenvolvimento da grande indústria e os processos imbricados de concentração/centralização/monopolização capitalista**. Na verdade, o fato para o qual Marx quer chamar nossa atenção é que **a grande indústria não instrumentaliza a desestruturação (e virtual destruição) do artesanato enquanto "regulador da produção social" apenas em função de sua superioridade técnica.** A questão (que é especificamente econômica e institucional) de fundo é que, com a grande indústria, o artesanato se torna desnecessário enquanto referência (e determinante) do valor. Desde então, **a produção e apropriação de mais-valia torna-se uma questão interna à produção industrial e ao controle econômico da realização da mesma.** O lucro (que também é, sempre e de alguma forma, um ganho diferencial associado à produtividade superior[88]) não tem mais de ser sustentado economicamente pela sobrevivência do artesanato (e das corporações de ofício, das guildas, do Estado mercantilista e intervencionista) enquanto "regulador da produção social". Ele passa a ser endogenamente sustentado pelo poder de mercado da grande indústria e pela permanente revolução da base técnica (e do valor) associada a este modo de produção. É o que Marx nos diz ainda na sequência da citação anterior:

> "O resultado *material* da produção capitalista, além do desenvolvimento das *forças produtivas sociais do trabalho*, está constituído pelo *aumento do volume da produção*, e *acréscimo e diversificação das esferas produtivas* e de suas ramificações. Só depois disso se desenvolve, correspondentemente, o *valor de troca* dos produtos: a *esfera* em que operam ou se realizam o *valor de troca*."[89]

Vale dizer, a grande indústria implica em aumento da produtividade, aumento da produção, diversificação das esferas produtivas e autonomização crescente do valor-de-troca. Mas isto não é tudo. Ela é ainda

> "... uma produção que não está ligada a limitações prédeterminadas e predeterminantes das necessidades. (Seu caráter antagônico implica *barreiras* à *produção* que ela, incessantemente, procura superar. Daí, as crises, a superprodução etc.). Esse é um dos aspectos que a distinguem do modo de produção precedente; se desejais (*if you like*), o aspecto positivo. Temos, por outro lado, o aspecto negativo, o

---

valor-trabalho não é mais do que uma primeira aproximação (pretensamente mais simples) da moderna teoria do valor (que incorpora, para além da utilidade marginal, o custo subjacente à oferta do conjunto dos fatores de produção), os historiadores do pensamento econômico tem pouco ou nada a dizer sobre esta aberração original de nossa ciência. Um problema que - não será preciso dizer - seria facilmente resolvido se se aceitasse a tese aqui defendida da historicidade da sociedade que é a recorrente referência utópico-ideológica de todo o liberalismo autêntico.

[88] Ao contrário do que (equivocadamente) pensa Castoriadis, para quem a interpretação do lucro como "renda diferencial" é imanente à teoria econômica neoclássica, e absolutamente incompatível com Marx e a teoria da exploração (vide a este respeito, CASTORIADIS, C. Op. cit. p. 272/3).

[89] MARX, K. Op. cit. p. 68.

> caráter contraditório: *produção* contraposta aos *produtores*, e que faz destes caso omisso. O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material em contradição com o indivíduo humano e a expensas deste. *Produtividade do trabalho*, em suma = *máximo de produtos* com *mínimo de trabalho*; daí, o maior barateamento possível das mercadorias. Independentemente da vontade de tais ou quais capitalistas, isso se converte em *lei* no modo de produção capitalista. E essa lei se realiza somente implicando outra, ou seja a de que não são as necessidades existentes que determinam a escala da produção, mas, pelo contrário, é a escala de produção - sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção - que determina o volume do produto. Seu objetivo [é] que cada produto etc., contenha o *máximo* possível de *trabalho não pago*, e isso só se alcança mediante a *produção pela própria produção*. Isso se apresenta, *por um lado*, como *lei*, **porquanto o capitalista que produz em pequena escala incorporaria no produto um *quantum* de trabalho maior do que o socialmente necessário.** Apresenta-se, pois, como aplicação adequada da *lei do valor*, que não se desenvolve plenamente senão à base do modo de produção capitalista. Mas surge, *por outro lado*, como impulso do capitalista individual, **que para violar essa lei ou para *utilizá-la astutamente* em seu benefício procura reduzir o *valor individual* de sua mercadoria *abaixo* de seu valor socialmente determinado.**"[90]

Ou seja: a transição para a grande indústria não implica somente a superação das formas pré-capitalistas de regulação do valor e da apropriação da mais-valia. Ela envolve também (no bojo do processo de concentração/centralização que a grande indústria supõe e impõe) uma revolução nas condições da concorrência, que vai se resolver tanto em uma crônica disparidade entre produção e capacidade produtiva, quanto na exponenciação e transformação qualitativa da distinção entre valor social e valor individual. À diferença do período manufatureiro, o produtor marginal (em termos de *quantum* e padrão técnico-econômico de produção) não determina mais o valor social, mas opera com uma produtividade inferior à média e um valor individual superior ao social; enquanto, por outro lado, a firma mais produtiva (e que se apropria de um excedente superior à média) opera com um valor individual inferior ao social.

Mas, se é assim, impõe-se a questão: nestas circunstâncias, "quem" ou "o que" define o valor social? E a resposta marxiana parece ser: ninguém em particular, mas tão somente o mercado. Uma resposta que só parece (surpreendentemente) ortodoxa **se se toma o "mercado" como uma instância sem norma, como uma instância não institucional (ou "não-institucionada").** Vale dizer, se se toma o mercado em termos "pré" e "anti" marxistas. Para Marx, diferentemente, seja ele pré-capitalista ou especificamente capitalista, o mercado é uma **instituição**, uma **estrutura**, que comporta instâncias de regulação e normas de reprodução que se transformam de acordo com uma lógica de desenvolvimento. Em suas origens especificamente pré-capitalistas a norma de reprodução é dada pela reciprocidade; e

---

[90] Idem, p. 69.

a estrutura de regulação que garante eficácia àquela é a corporação artesanal. Em sua forma especificamente capitalista (que se deriva da anterior pela mediação da desapropriação do produtor direto e pelo desenvolvimento da subsunção formal do trabalho ao capital) a norma é a inequivalência, que se impõe a partir da produção e apropriação do excedente compatível com o grau de desenvolvimento da acumulação/concentração/centralização do capital em cada mercado particular e no sistema como um todo. E a estrutura reguladora que garante estabilidade a este padrão de intercâmbio e apropriação é a própria concorrência intercapitalista, que, assumindo uma forma oligopólica, compromete cada capital individual (que é já um órgão social, como o lembra Marx) com ações e estratégias ao nível da determinação da quantidade produzida e dos preços que são compatíveis com a preservação do lucro enquanto categoria estrutural.

Sem sombra de dúvida, muitos achariam esta interpretação de Marx demasiado moderna, extemporânea mesmo. Contudo, esta aparência só se justifica pela notável (e surpreendente) hegemonia que as interpretações ricardianizantes de Marx alcançaram. Ao converterem a teoria marxiana do valor em uma teoria a-histórica dos preços de equilíbrio - no interior de uma modelagem onde o problema da transformação é enfrentado a partir da pressuposição de taxas de lucro uniformes - os marxo-ricardianos alcançaram socializar e generalizar a leitura (em si mesma absurda) de que a livre-concorrência seria o padrão de organização de mercado referencial da construção teórica de Marx em *O Capital*.

Já criticamos esta leitura de Marx, e não cabe voltar aqui a este debate[91]. Contudo, não podemos deixar de observar que, agora (a partir dos desenvolvimentos acima e, até certo ponto, em oposição aos desenvolvimentos do nosso capítulo terceiro), é possível perceber a

---

[91] Eventualmente poder-se-ia pretender que, a despeito de já havermos criticado em nosso capítulo terceiro a leitura segundo a qual a livre concorrência é o padrão competitivo subjacente à construção teórico-analítica de *O Capital*, aqueles desenvolvimentos não seriam suficientes para validar a assertiva feita acima de que, para Marx, o oligopólio e a colusão inter-oligopolista conformam o padrão de mercado e a equação regulatória típicos dos mercados industriais (ou especificamente capitalistas). E uma tal crítica não deixa de ter alguma pertinência. Contudo, o que não se pode é pretender extrair da mesma a exigência de que exponhamos aqui a teoria marxiana da concorrência oligopolística. E isto pela simples razão de que, em termos rigorosos, não há qualquer teoria sistemática da concorrência em Marx. O que se tem - e é isto que realmente importa - é uma construção teórica mais geral que é **incompatível com a hipótese de livre-concorrência.** Neste sentido, **o único que cabe (e é possível) acrescentar aos desenvolvimentos do final do capítulo terceiro é que, em Marx, a crítica da "livre concorrência" (e das leituras que apostam no automatismo e no caráter inconsciente da "auto-regulação" dos mercados) não é supra-histórica.** Pelo contrário: se, em Marx, "concorrência" e "monopólio" (ou "mercado" e "regulação") são, **sempre**, duas faces da mesma moeda, **o que muda, são as formas como esta unidade contraditória se estabelece ao longo do desenvolvimento dos processos imbricados de abstração/subordinação do trabalho e concentração/centralização do capital.** Enquanto nos primórdios do capitalismo (vale dizer, em sua etapa "competitiva") a regulação mercantil pressupunha a organização corporativa dos produtores e a presença de um Estado fortemente intervencionista, na maturidade deste sistema (quando a concentração do capital articula diretamente a subsunção do trabalho e as barreiras à entrada nos diversos mercados) estas estruturas regulatórias tornam-se desnecessárias, e pode viger o *laissez faire*.

racionalidade subjacente ao equívoco dos marxo-ricardianos. A questão é que, **ao contrário do que pretenderiam os críticos schumpeterianos do marxo-ricardianismo, o valor é, também, uma referência de preços e uma referência de equilíbrio. Só que, enquanto ele o é, não há qualquer "problema da transformação" a ser enfrentado. E quando ele deixa de ser esta referência, não faz mais sentido "transformar", pois os próprios valores deixam de ser a categoria regulatória do sistema.** Desde então eles se tornam (de forma sempre crescente) uma mera medida (invertida) da produtividade do trabalho; uma medida cuja principal função teórica passa a ser a de sintetizar, em sua evolução, a evolução dos processos fundamentais, imbricados e sempre crescentes de autonomização do capital e subordinação/negação do trabalho vivo.

Do nosso ponto de vista, é exatamente para esta dimensão de interversão da função teórica e material do valor ao longo do desenvolvimento capitalista que Marx procura chamar nossa atenção na famosa passagem do segundo capítulo da sétima (e última) seção de *O Capital* em que diz:

> "**Somente então, quando** o trabalho assalariado **se torna** sua base, a produção de mercadorias impõe-se a toda a sociedade; mas também **somente então** ela **desenvolve** todas as suas **potencialidades ocultas**. Dizer que a interferência do trabalho assalariado falseia a produção de mercadorias significa dizer que a produção de mercadorias, para permanecer autêntica, não deve se **desenvolver**. Na mesma medida em que ela **evolui**, segundo suas próprias leis imanentes, **até se tornar** produção capitalista, as leis de propriedades inerentes à produção de mercadorias **se convertem** em leis de apropriação capitalista."[92]

Evidentemente, este deslocamento do valor do papel de regulador da produção social está associado à generalização da forma capitalista de produção e - consequentemente - do lucro médio (e do juro) como custo de oportunidade de todas as inversões de capital. E, como se sabe, esta generalização da forma lucro está por trás do clássico problema da transformação. Só que - e este é o ponto absolutamente crucial - **a autonomização dos "preços" *vis-à-vis* os valores não se esgota no "problema da transformação". Este último é apenas um momento** - em si mesmo tão (pouco) importante quanto qualquer outro - **do processo mais geral de deslocamento sempre crescente do trabalho vivo não apenas do controle, mas do próprio âmbito da produção**. É o que Marx nos diz nos *Grundrisse*, em passagem igualmente famosa:

---

[92] MARX, K. *O Capital*. (vol. 2) Op. cit. p. 169. Os grifos (que são meus) visam chamar a atenção para o fato de que a interversão da lei do valor tem uma clara dimensão processual-temporal para Marx. Para uma interpretação distinta (anti-historicista; mas extremamente rica e, em seus termos mais gerais, convergente com a nossa própria) da análise marxiana da interversão da lei do valor em lei de apropriação capitalista na sétima seção de *O Capital*, vide FAUSTO, R. Op. cit. pp. 47 e segs.

"O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado ... é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção fundada no valor. O pressuposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, o quanto de trabalho empregado como o fator decisivo na produção de riqueza. Na medida, contudo, em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva se torna menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregados, do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez, ... não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, senão que depende ... do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção."[93]

E, logo adiante:

"Nesta transformação, o que aparece como o pilar fundamental da produção e da riqueza não é o trabalho imediato executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, senão que a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual,* aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela grande indústria mesma. Tão logo o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de uso. O *mais-trabalho da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não-trabalho de uns poucos* cessou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano."[94]

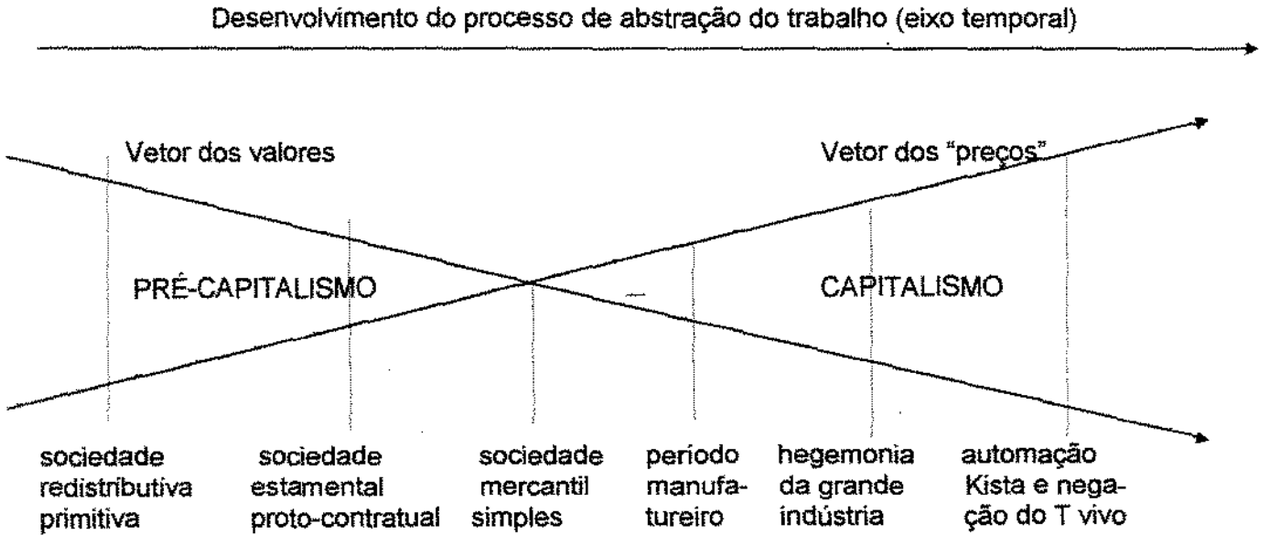
Ora, o rebatimento crítico destas passagens de Marx sobre os exercícios de des-historicização e dogmatização das categorias de exploração e mais-valia é demasiado evidente, e será objeto de nossas considerações logo adiante. Por enquanto nos interessa tão somente resgatar o que estas mesmas passagens nos ensinam sobre a historicidade da categoria valor. E, do nosso ponto de vista, o que elas nos dizem é que, em frontal oposição à sociedade mercantil simples - **onde "o valor só é"** - a tendência do desenvolvimento capitalista é fazer **"o valor só não ser"**. Vale dizer: **se se caracteriza a etapa efetivamente superior do capitalismo como aquela em que este modo de produção se auto-nega ao negar o assalariamento, pode-se (e deve-se) dizer que, em sua etapa efetivamente superior, "o valor só não é"**.

Não será preciso esclarecer que esta interpretação rigorosamente diacrônica da relação valor dista tanto da clássica (e já referida) interpretação de Ruy Fausto, quanto daquela interpretação com raiz em Schumpeter que transforma essa categoria numa estrutura rigorosamente paralela aos preços. Afinal, à diferença destes autores, pensamos que a

---

[93] MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economia Política (Grundrisse)* (Vol. 2). México: Siglo Veintiuno Eds., 1985, pp. 227/8.
[94] Idem, pp. 228/9.

relação entre valores e preços não apenas se transforma no tempo, como esta transformação envolve um crescente afastamento das duas categorias. Na realidade, se as tomamos como vetores orientados temporalmente, elas teriam uma origem comum, mas direções e sentidos distintos, conformando uma espécie de **"V"**. Ou, ainda melhor: admitindo-se - tal como o fizemos anteriormente - que a reciprocidade pré-mercantil é a base lógico-histórica do valor, e que a prestação total (ou redistributivismo primitivo) antecede à própria reciprocidade, a forma da interação entre trabalho abstrato (que é mais geral que a categoria valor) e relações de intercâmbio (que é mais geral que a categoria preço) seria uma espécie de **"X"**, em que o ponto de intersecção dos dois vetores definiria a crucial e revolucionária emergência da ordem mercantil-capitalista. Em termos gráficos, obteríamos a seguinte configuração:



Por suposto, a representação gráfica de um processo tão complexo como o que vimos perseguindo até aqui envolve uma perigosa simplificação. Só que, se nos expomos a este perigo, é porque entendemos que o gráfico acima nos permite uma apropriação gestáltica do papel que a categoria valor ocupa no desvendamento do caráter contraditório do desenvolvimento da ordem burguesa que mais do que compensa os prejuízos imanentes a uma representação simplificada de um processo tão rico. Em particular, ele nos permite perceber o absurdo teórico subjacente a todos os (vãos) esforços (marxo-ricardianos) envidados no sentido de reaproximar (pela "transformação") o eixo dos valores e dos preços. Na realidade, tais esforços só fazem obscurecer o movimento histórico que a categoria valor pretende elucidar, e que não é mais do que o movimento de crescente distanciamento entre a **apropriação** no interior do sistema capitalista (representada no vetor dos preços), e a

contribuição objetiva dos agentes econômicos ao processo de produção (representada no eixo dos valores).

De outro lado, é preciso ver que a simetria entre o lado pré-capitalista e capitalista do gráfico anterior é, até certo ponto, ilusória. E isto na medida em que a distância entre normas de intercâmbio e valores no âmbito do pré-capitalismo não pode ser traduzida - tal como na ordem burguesa - a uma distância entre apropriação e mérito. Afinal, nas sociedades pré-capitalistas - onde, sempre e de alguma forma, se fazem presentes elementos de redistribuição e estratificação estamental -, nem as normas de intercâmbio correspondem rigorosamente à apropriação, nem o trabalho (que ainda não é homogêneo ou abstrato em qualquer sentido) corresponde ao mérito. Diferentemente, na sociedade contratual-mercantil-capitalista as relações de intercâmbio dão a tônica da apropriação; e o processo de abstração do trabalho - que o torna cada vez mais prosaico, mais racional, mais universal - não cessa de se desenvolver, a despeito (ou, contraditoriamente, em função) da crescente subordinação/negação do trabalho pelo capital. O que significa dizer, que a distância entre preços e valores toma a forma de uma distância entre apropriação e mérito.

A despeito desta diferença, o moderno distanciamento entre apropriação e mérito **é e não é** percebido como tal pelos agentes econômicos contemporâneos. Ele **é** na medida em que o trabalho (o "esforço") ainda é tomado como a condição meritocrática por excelência. Na verdade, se o trabalho viesse a perder este atributo (juntamente com tantos outros), a distância referida acima sequer existiria. Afinal, a idéia de mérito é uma construção social, que, por definição, tem de dizer respeito à consciência dos agentes. E é como tal - como consciência de classe - que ela aparece e movimenta a História no interior do modo de produção capitalista. Contudo, esta consciência é sempre limitada por determinações que, postas no interior do próprio capital e de seu desenvolvimento, impõe que, contraditoriamente, quanto mais a distância entre valores e preços se aprofunda, tão menos nítido fique para os agentes sociais que o fundamento deste *gap* sempre crescente. Pensamos aqui, evidentemente, no desenvolvimento do fetiche sob o capitalismo e no seus rebatimentos sobre a realidade/atualidade da categoria exploração. Este é o objeto da subseção abaixo.

4.2. Exploração, lucro e leis de tendência do Capital

Em seus termos mais simples e mais gerais a categoria marxiana de exploração diz respeito a um processo de intercâmbio socialmente instituído onde determinados agentes são levados a ceder, de forma sistemática e socialmente compulsória, mais-trabalho do que recebem em contrapartida.

A importância desta definição encontra-se no fato de que ela deixa claro que a **exploração é, primariamente, uma categoria do intercâmbio**. O que, de outro lado, não a faz uma categoria alheia a produção; mas deixa claro que o papel da produção é o de especificar o tipo particular de intercâmbio onde a inequivalência em termos de trabalho é índice de exploração. Com esta caracterização, evitam-se três equívocos que, vulgarmente, se desdobram em críticas tão fáceis quanto falsas à teoria da exploração. Senão vejamos.

Em primeiro lugar se esclarece que a relação de exploração só é pertinente àquelas inequivalências que são socialmente impositivas. Vale dizer, ela não só não se aplica a inequivalências eventuais - que são inerentes a intercâmbios assistemáticos (típicos de mercados em constituição, onde as relações de troca entre os bens intercambiados ainda não adquiriu qualquer referência de normalidade) ou a desequilíbrios em mercados de *flex price* -, como ela também não se aplica àquelas inequivalências sistemáticas associadas a disparidades técnicas - que são inerentes ao intercâmbio entre valores-de-uso produzidos no sistema capitalista com a mesma quantidade de trabalho mas com distintas distribuições temporais deste. O que diferencia estas duas formas de inequivalências com a forma que caracteriza a exploração é que elas não apenas são socialmente contingentes, como (por isto mesmo) o sentido do fluxo de apropriação de sobre-trabalho se mostra absolutamente variável nestas formas de intercâmbio. Este sentido varia tanto no tempo (de tal forma que a troca entre xA e yB pode proporcionar, hoje, uma "vantagem" em termos de trabalho para o proprietário de A, e, amanhã, uma "vantagem" para o proprietário de B), quanto sincronicamente (de tal forma que o "prejuízo" que o proprietário da mercadoria A aufere na troca com B é compensado na troca com C). E estas variações no sentido do fluxo de sobre-trabalho não só tendem a se compensar no tempo e no espaço (de tal forma que a esperança matemática da acumulação de sobre-trabalho a partir deste mecanismo de mercado é zero), como, na medida em que tal compensação não se realiza perfeitamente, ela não implica (necessariamente) em qualquer alteração da posição social relativa dos agentes credores e devedores no interior do intercâmbio. Aqui os agentes intercambiantes são formal e substantivamente equivalentes; não se interpõe entre os mesmos qualquer mecanismo social que torna a inequivalência sistemática e compulsória.

Em segundo lugar, a caracterização acima elimina qualquer possibilidade de interpretação da categoria exploração como uma categoria ética. Ela é uma categoria rigorosamente científica; e sua função primeira é a de explicitar os fundamentos e determinantes econômicos da estratificação e dominação social capitalista. **Para Marx, a classe trabalhadora** (e dominada) **é, em essência, aquela classe social cuja inserção objetiva no interior do sistema capitalista a compromete, de forma sistemática e compulsória, com a cedência de um volume de trabalho superior àquele que alcança se**

apropriar[95]. O fato de que esta caracterização econômica da classe trabalhadora como classe explorada instrumentalize a crítica da ordem capitalista, não pode servir de base para a denegação do caráter estritamente científico da categoria exploração. Pelo contrário: ao dar expressão crítica à inequivalência sistemática e impositiva do intercâmbio de trabalho entre produtores diretos e capitalistas no interior do sistema, o termo exploração mostra-se, justamente, não-ideológico. E isto na exata medida em que traz à luz (ao invés de ocultar, de mascarar) a **inequivalência** como sendo a norma efetiva do **intercâmbio entre classes** neste sistema; um sistema que - baseado no contrato e na igualdade formal dos agentes - é genética e idealmente voltado para a equivalência e a reciprocidade[96].

---

[95] Que o critério da estratificação **de classe** seja, em Marx, por excelência, **econômico**, é algo virtualmente consensual na literatura sobre o tema (inclusive na literatura crítica a Marx, que, via de regra, quer pretender que este autor desconhecesse a especificidade da estratificação estamental *vis-à-vis* a estratificação tipicamente capitalista). O que nem sempre evidente para os intérpretes de Marx é que o fundamento da estratificação de classe neste autor é, antes, a **exploração** (e, consequentemente, a apropriação de mais-trabalho, de mais-valor) do que a propriedade. Aliás, é justamente por ser a exploração - e não a propriedade - este critério, que Marx pode aproximar - sem identificar - a estratificação capitalista da estratificação estamental e de castas. O fundamento da apropriação de excedente nas sociedades pré-capitalistas não é a propriedade; mas a determinação primeira da estratificação continua sendo a possibilidade de viver sem trabalhar e a necessidade de trabalhar paro os outros. O obscurecimento desta centralidade da exploração na teoria marxiana da estratificação se deve, do nosso ponto de vista, em parte à identidade substantiva deste critério e o de "propriedade" no sistema capitalista; e, em parte, pelo fato de que Marx nunca haver sistematizado os fundamentos de sua teoria das classes. Segundo o seu projeto original, esta era a reflexão pertinente ao último capítulo (intitulado "As Classes") da sétima e última seção do Livro III de *O Capital*, do qual só restam pequenos fragmentos. Do nosso ponto de vista, contudo, esta carência pode ser superada a partir de uma leitura atenta do Livro I de *O Capital*, em particular da sétima e última seção deste. É aí que Marx busca demonstrar que só de uma perspectiva que apanhe o processo de reprodução do capital de forma global - o que inclui a percepção da relação entre capital e trabalho como uma relação entre **classes**, e não entre indivíduos - é possível se entender a relação capitalista como uma relação de estratificação e dominação social cuja base é a exploração. A este respeito vide MARX, K. Op. cit. pp. 154 e segs.

[96] Neste sentido, o que importa entender é que o fato da reciprocidade ser objetivamente negada na transição da sociedade mercantil simples para a sociedade capitalista, não implica a denegação ideal desta referência de intercâmbio. Pelo contrário, **a importância teórica desta categoria sociológica** - que articula, como procuramos demonstrar acima, a reflexão histórico-antropológica de autores tão distintos como Marx, Polanyi e Mauss - **encontra-se justamente no fato dela ser a referência necessária de toda e qualquer ordem social baseada no contrato**. Este caráter (quase) trans-histórico da reciprocidade enquanto referência social objetiva de "justiça" é corretamente resgatado por Mauss nas observações finais de seu *Ensaio sobre a dádiva*, onde chega a dizer que "**toda uma parte do direito, o direito dos industriais e dos comerciantes, acha-se, na época atual, em conflito com a moral. Os preconceitos econômicos ... dos produtores [contra a ordem social reinante] provêm de sua firme vontade de seguir a coisa que produziram e da sensação aguda de que seu trabalho é revendido sem que tomem parte no lucro.**" (MAUSS, M. Op. cit. p. 165.) O mais importante para nós é que, se Mauss extrai "Conclusões de Moral" (como ele chama a primeira parte do capítulo final do *Ensaio sobre a dádiva*) de sua pesquisa etnológica, sua pretensão é a de extirpar destas conclusões qualquer dimensão estritamente especulativa e moralista. Pelo contrário, seu objetivo é o de desenvolver uma espécie de ética sociológica, **determinando, material e empiricamente, a moral que é imanente às formas contratuais de socialização**. E a conclusão à qual chega é a de que o lucro, enquanto categoria estrutural e sistemática num sistema baseado no contrato e na igualdade dos agentes intercambiantes, tende a ser percebido como denegação da igualdade e da reciprocidade, como exploração, como imoral. Se nos é permitido um parêntese final, diríamos que esta conclusão da sociologia positivista não deixa de ser compartida pela economia neoclássica (também ela positivista). Afinal, na medida em que os neoclássicos abandonam o mundo puro das trocas e invadem o reino turbulento da produção, a tentativa de negar teoricamente a exploração não pode mais ser derivada do

Finalmente - e em terceiro lugar - a caracterização da categoria exploração nos termos acima revela a sua irredutibilidade ao assalariamento. O que significa dizer que, a despeito de sua máxima determinação e realização pressupor a ordem burguesa, sua pertinência transcende ao (e não se esgota com) o modo de produção capitalista. A importância deste ponto para os desenvolvimentos que se seguem, impõe um tratamento mais acurado dos fundamentos desta conclusão.

Desde logo é preciso reconhecer que a determinação rigorosa da categoria exploração pressupõe a possibilidade de comparação-igualação-mensuração dos diversos trabalhos concretos. Vale dizer: ela é uma categoria que não só pressupõe um certo patamar de desenvolvimento do processo de abstração do trabalho e de socialização dos agentes históricos, como é uma categoria cuja determinação e vigência plena pressupõe o desenvolvimento e a consolidação de relações mercantis-contratuais de intercâmbio.

De outro lado, o fato de que a exploração só se ponha como categoria rigorosa sob a ordem capitalista, não significa que ela não comporte - simultânea e contraditoriamente - uma dimensão de efetividade que transcende esta ordem social. De forma geral - e se se relativa o relativismo cultural, que recusa toda e qualquer possibilidade de avaliação das sociedades pré-mercantis a partir de critérios sociológicos próprios da modernidade[97] -, a exploração aparece como uma categoria pertinente a todas as sociedades onde um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho se articula a um padrão de estratificação que permite a uma parcela (expressiva, mas minoritária) da população a reproduzir-se materialmente a partir de canais de apropriação que não tem qualquer relação direta com a contribuição positiva ("trabalhante") ao processo produtivo[98].

Em termos menos gerais - e mais importantes para o tema que aqui nos propomos -, **esta dimensão de irredutibilidade da categoria exploração à ordem capitalista implica em que possamos pensá-la também como pertinente a relações de intercâmbio "ainda não"**

---

apelo à subjetividade dos agentes intercambiantes, e passa se embasar numa dupla assertiva: na crônica instabilidade do lucro (que só existiria para remunerar a competência empresarial, e se auto-denegaria no longo prazo) e no caráter custoso da oferta de capital. Vale dizer: **também no mundo neoclássico completo só não há exploração porque (e enquanto) há equivalência nas trocas, porque (e enquanto) as normas mercantis de intercâmbio se adequam às determinações da reciprocidade.** Voltaremos a refletir sobre este ponto no próximo capítulo deste trabalho, voltado ao resgate da teoria neoclássica do valor, dos preços e da distribuição..

[97] Vale dizer, se, nas pegadas de Hegel e Marx (e mesmo de Polanyi e Mauss) nos atrevemos a vasculhar o que há por detrás da reciprocidade pré-mercantil, a partir de um exercício metodológico ousado, em que a "anatomia do homem" é tomada como referência para o estudo e interpretação da "anatomia do macaco".

[98] Vale dizer, esta participação não só é absolutamente contingente, como não é avaliada - na medida em que exista - como um trabalho, cuja intensidade, tempo de duração e produtividade são objetos de cálculo com vistas à determinação da remuneração devida ao produtor.

ou "já não" propriamente capitalistas. Mais especificamente, se resgatamos as reflexões anteriores sobre a emergência do assalariamento na crise da sociedade feudal ocidental, isto significa dizer que a deterioração das relações de intercâmbio entre o campo e a cidade - que acicata as condições de reprodução do camponês ao longo do processo de desapropriação deste - envolve já uma dimensão de inequivalência socialmente compulsória e, portanto, de exploração. Simultaneamente, isto significa dizer que o processo de negação do trabalho (ou, antes, de negação do trabalho assalariado) que caracteriza a sociedade capitalista em sua fase superior (de auto-denegação) não é, necessariamente, o fim da exploração. Só que - e este é o busílis da questão - as formas "pré" e "pós" capitalistas de exploração são radical e essencialmente distintas das suas formas especificamente capitalistas. Em particular, **se as formas "pré" e "pós" capitalistas de exploração implicam a produção e a transferência unilateral (sem reciprocidade) de um "mais-trabalho-valor", este "mais-trabalho-valor" não é, fora do capitalismo o fundamento do lucro.** Expliquemo-nos.

Que o trabalho não-pago, o trabalho excedente, o mais-valor, seja, no pré-capitalismo, o fundamento da exploração sem ser o fundamento do lucro é algo que se entende com facilidade. Afinal, como vimos acima, não há como definir rigorosamente a exploração sem a comparação das contribuições em trabalho - e, portanto, já, num certo sentido, em valor - dos distintos agentes intercambiantes. O que significa dizer que, **se há exploração pré-capitalista, há - contraditoriamente - mais-valia pré-capitalista** [99].

Só que esta mais-valia não alcança assumir - por determinações congênitas e estruturais que subjazem ao padrão social e econômico em que é apropriada - a forma lucro. E isto desde logo (mas não só) porque esta apropriação pressupõe formas não-mercantis de controle e subordinação do trabalho. Para além disso, **o mais-valor pré-capitalista não assume a forma lucro na medida em que ele não é a base de (e não se consubstancia em) acumulação de capital.** É somente por isto que o mais-valor de que o artesanato urbano

---

[99] Esta nossa assertiva é contraditória com passagens de Marx, onde esse autor pretende que a mais-valia seja uma categoria restrita ao (e definitória do) modo de produção capitalista. E, de fato, se a tomamos em sua plena determinação formal e material, ela o é; tal como o valor. Só que, também como o valor, esta categoria comporta uma historicidade contraditória; de tal forma que o seu resgate como referência das formas pré-capitalistas de exploração se toma um momento necessário da determinação do conteúdo inaparente destas últimas. Do nosso ponto de vista, ao fazermos tal movimento não fazemos mais do que resgatar pela raiz o projeto teórico e metodológico marxiano de tomar a "anatomia da sociedade capitalista" (dada, em última instância, pelo trabalho abstrato) como base da compreensão da "anatomia do pré-capitalismo". Um movimento que, de resto, o próprio Marx realiza tomando, eventualmente (e contraditoriamente), a categoria mais-valia como pertinente a formações sociais não capitalistas. Assim é que, por exemplo, no capítulo VII do Livro I de *O Capital* Marx vai dizer: "Assim como, para a noção de valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, **é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado**". MARX, K. *O Capital.* Op.cit. pp. 176/7.

se apropria em sua relação **mercantil** com o pequeno produtor camponês na crise da ordem feudal, não é lucro. Para que pudesse haver uma tal conversão de mais-valor em lucro - vale dizer, de sobre-trabalho não pago em fundo de acumulação de capital -, o assalariamento teria de estar posto. Sem ele, a produção artesanal não pode se converter produção capitalista, e o excedente extraído do campo não pode se converter em capital.

Se simplificamos um pouco as coisas, poderíamos traduzir os desenvolvimentos acima na assertiva bastante elementar de que o mais-trabalho não fundamenta o lucro nas sociedades pré-capitalistas simplesmente porque esta forma particular de apropriação de excedente não se coloca (e não pode se colocar) para estas sociedades. Isto parece - e é - elementar. Mas não é insignificante. Não, pelo menos, na medida em que se admita que **não é esta a razão pela qual o mais-trabalho deixa de ser o fundamento do lucro naquela sociedade que caracterizamos como "pós-capitalista"**. Senão vejamos.

Para que se entenda a assertiva anterior é preciso, primeiro, que se faça a caracterização do que entendemos por sociedade pós-capitalista. Afinal, em termos genéricos, o "pós-capitalismo" é tudo o que vem depois do capitalismo. Vale dizer: é tudo o que - após o (nem tão) trágico fim do socialismo real - "ainda não é", e que, "ainda não sendo", não se coloca como objeto de reflexão e análise.

Felizmente, porém, isto não é tudo. Se o fosse, não haveria nada a dizer sobre o pós-capitalismo. Mas há! E há, na exata medida em que o modo de **produção** capitalista não é mais do que o "modo de **acumulação e desenvolvimento** capitalista". Vale dizer: há, na exata medida em que a reprodução do sistema envolve e pressupõe sua transformação. Com o que, a prospecção das leis de reprodução deste envolve e pressupõe a prospecção de suas leis de movimento, transformação e tendência.

Evidentemente, a identificação das leis de tendência do sistema não será um objeto menos polêmico do que a identificação de suas leis de reprodução. Pelo contrário: na medida mesmo em que a base empírica das leis de tendência é o "que está se pondo" (a partir do que está posto), elas serão objeto de polêmicas ainda mais violentas do que os modelos de reprodução estática que lhes sustentam. Só que isto não faz da prospecção das leis de tendência um exercício de ficção. A própria polêmica sustentada por distintos intérpretes das leis de movimento do sistema é já um exercício de racionalidade que busca justamente demarcar os limites lógico-empíricos em que as distintas interpretações são aceitáveis. .

Não podemos ingressar aqui na discussão demasiado complexa e polêmica em torno dos critérios lógico-empíricos que validariam a caracterização de um discurso de projeção de

tendências como um discurso científico. O que importa frisar é tão somente que, do nosso ponto de vista, a discussão marxiana das leis de tendência tem este caráter. E isto já na medida em que o discurso marxiano não se volta à identificação do "futuro real"[100], mas tão somente à identificação do "futuro possível"; do futuro que se deixa projetar a partir da identificação de certas leis de movimento do capital derivadas logicamente de uma construção teórica que é clara, bem determinada e (tal como o solicitaria Popper) infirmável[101].

E - como não o deixa de apontar Schumpeter[102] - **o núcleo teórico que organiza e hierarquiza o conjunto das leis de tendência em Marx é a pressuposição de que o progresso técnico capitalista é orientado no sentido da poupança sempre crescente do trabalho vivo, o qual tende a ser "negado" neste sistema.** À diferença de Schumpeter, contudo (que parece não perceber os legítimos fundamentos desta tese marxiana[103]), entendemos que a negação tendencial do trabalho se desdobra logicamente de duas hipóteses que estão na base de todo o edifício teórico construído por Marx: 1) a hipótese de que o desenvolvimento da abstração do trabalho - que é, em si mesmo, um movimento que transcende ao modo de produção capitalista - se resolve na crescente racionalização-simplificação deste; e, 2) que este movimento de racionalização-simplificação se resolve, **no interior do sistema capitalista** (enquanto um sistema marcado pela oposição de trabalhadores desapropriados e capital(istas) em persistente luta pela autonomização de suas condições de reprodução ampliada), na exploração máxima de suas virtualidades denegadoras de trabalho vivo a partir da conversão do trabalho simplificado em operação automatizada[104].

---

[100] Ao contrário do que pensa Popper, que parece sinceramente acreditar que Marx ignora a trivialidade de que a História é aberta e o futuro real é incognoscível. A este respeito, vide o (apesar de tudo, brilhante) trabalho de POPPER, K. *A miséria do historicismo.* São Paulo: Cultrix, 1980.

[101] A este respeito, vejam-se as observações de Schumpeter ao final do terceiro capítulo - "Marx Economista" - do seu *Capitalismo, socialismo e democracia*. SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 66.

[102] Idem, pp. 55 e segs.

[103] Como fica claro em suas críticas à pretensa absolutização marxiana de um padrão peculiar de progresso técnico (poupador de mão-de-obra) em detrimento de modelos mais gerais, inconsistentes com suas previsões pessimistas. (Idem, p. 58)

[104] Se o exposto acima é verdade, fica claro então que a verdadeira fonte da oposição schumpeteriana à tese marxiana da negação do trabalho não é empírica ou lógica (como pretenderia o primeiro), mas é uma diferença de perspectiva mais global, inclusive (ainda que não exclusivamente) de perspectiva ideológica. Na verdade, ao contrário de Marx - para quem existe uma "lógica do Capital", cuja essência é o ingurgitamento permanente e denegação de todas as dependências externas a si -, para Schumpeter sequer há "Capital", mas só "empresários", "capitalistas" e "trabalhadores". Além disso, tal como em toda a tradição neoclássica, o empresário schumpeteriano é uma figura totalmente distinta do capitalista, com o qual se relaciona da mesma forma (antagônico/simbiótica) que com o trabalhador. Afinal, o objetivo do empresário é poupar todos os insumos igualmente, seja ele "maquinário" ou "trabalho". Como se isto não bastasse, para Schumpeter, na medida em que o lucro não é uma categoria de rendimento perene (e não há custo de espera), a acumulação e a produção são sempre (no "longo prazo") levadas até ao ponto em que a taxa de salário real se eleva e o produto nacional (tanto quanto o de cada empresa) se esgota no somatório de salários e rendas. Vale dizer: mesmo quando, eventual e circunstancialmente, o progresso técnico se mostra poupador de mão-de-obra, o movimento da concorrência e da acumulação leva, necessariamente, à compensação deste movimento original! ..... Do nosso ponto de vista, não resta a menor dúvida de que a tese marxiana é, lógica e

Mas se Schumpeter não alcança perceber adequadamente as determinações teóricas subjacentes à tese marxiana da negação tendencial do trabalho, ele percebe perfeitamente (como já foi visto em nosso capítulo anterior) sua centralidade na compatibilização de outras duas teses de Marx: a tese do caráter compulsivo da acumulação capitalista e a tese de que o desenvolvimento capitalista conduz à crescente depressão dos salários e à concentração da renda entre os proprietários-capitalistas. Por sua vez, esta última tese (vulgarmente conhecida como tese da pauperização crescente) depende igualmente (como também o reconhece Schumpeter) da tese marxiana de que a concentração de capital não cessa de alavancar a centralização do mesmo; de formas que a reprodução dos segmentos expulsos do setor capitalista só pode se dar a partir do desenvolvimento de um setor não capitalista da economia, que se articula de forma marginal ao primeiro[105].

Do nosso ponto de vista, as teses acima conformam o núcleo da leitura de Marx em torno da evolução previsível (porquanto imanente) da organização social da produção e da distribuição da renda no sistema capitalista[106]. E a centralidade desta leitura encontra-se no fato de que é possível desdobrar logicamente da mesma uma **situação limite**, onde a **denegação da ordem capitalista é "modelada" a partir da plena e máxima realização das leis de tendência imanentes ao capital**. Uma tal situação - insistamos no ponto - não pretende ser a representação de outra coisa do que o "futuro-que-este-modo-de-produção-propõe"[107]. Mas é exatamente enquanto tal - enquanto o (mero) "pós-capitalismo do capitalismo", enquanto uma espécie de "pós-capitalismo capitalista" -, que a compreensão deste "futuro" se mostra relevante para o aprofundamento da avaliação teórica e crítica do presente que o projeta. Senão vejamos.

---

empiricamente, muito mais consistente do que a tese schumpeteriana. Aos que insistem em defender o oposto, contudo - de que nem o desemprego estrutural, nem a concentração dos rendimentos, é uma tendência do capitalismo - solicitamos, modestamente, que assumam para si o ônus da prova de um tese tão estranha aos sentimentos de todos os que (ainda) trabalham.

[105] Vide SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 58/9. Evidentemente, Schumpeter também recusa esta dimensão da construção marxiana. Dadas as particularidades das teorias da concorrência, da acumulação e do progresso técnico deste autor, o trabalhador expulso do segmento capitalista, sempre pode voltar ao mesmo; inclusive pela "porta da frente" do sistema: como empresário inovador e auferidor de lucros.

[106] É de se notar que esta admissão não tem nada de trivial. Ela envolve, desde logo, o deslocamento da "lei de tendência à queda da taxa de lucro" da posição de centralidade em que o próprio Marx, por vezes, pretende colocá-la. Para nós, contudo, esta lei de tendência de Marx não é mais do que um desdobramento teórico **equivocado** das leis mais essenciais da "negação do trabalho" e da "compulsão capitalista à acumulação"; duas leis que se resolvem na tendência à autonomização da valorização capitalista. Os motivos que nos levam a descartar a "lei de tendência à queda da taxa de lucro" como equivocada ficarão claros logo adiante. Por enquanto basta esclarecer que, no essencial, concordamos com o tratamento que Mário Possas dá a questão no quarto e último item do primeiro capítulo de POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 29 e segs.

[107] Um futuro que - com o perdão da platitute - só representa uma tendência para Marx enquanto o próprio Capital não for objeto de crítica consciente por parte dos agentes sociais alienados da propriedade neste modo de produção.

Na modelagem do sistema econômico pós-capitalista que propomos abaixo, dividimos este sistema em dois setores: um **setor (pós)capitalista**, em que a produção, realizando-se sem a participação de qualquer trabalhador assalariado, gera (mesmo assim) um lucro apropriado pelos proprietários dos meios de produção; e um **setor não-capitalista**, cuja produção é intensiva em trabalho e cujo faturamento é tal que apenas permite a reprodução dos trabalhadores e dos meios de produção desgastados, sem qualquer produção-apropriação de excedente ou lucro.

Desde logo, vale a pena observar que uma tal representação não é, nem se quer, realista. Ela é apenas a representação modelística extremamente simplificada de uma situação limite. E seu único significado teórico é o de contribuir para a determinação das consequências **lógicas** essenciais do processo de **negação do trabalho assalariado**; que é - de fato - o único trabalho que o sistema tende a negar e pode negar. Neste sentido, a hipótese de automação plena da produção no setor (pós)capitalista da economia não deve ser lida como expressando a hipótese de **negação absoluta de trabalho**. Ela expressa tão somente a hipótese de que a automação dos processos produtivos é tamanha, que os trabalhos de controle, supervisão e planejamento da produção envolvam um número tão diminuto de pessoas que podem ser totalmente implementado por agentes cuja remuneração (na forma de ordenados, comissões, participação acionária, etc.) está referida, antes, ao lucro e à propriedade, do que à reprodução de suas forças-de-trabalho.

Por oposição, o setor não-capitalista congrega o conjunto da mão-de-obra dispensada pelo setor capitalista. Aos proprietários desta resta, essencialmente, a prestação de serviços pessoais - de segurança, lazer e entretenimento, educação, saúde, *cleaning*, etc. - e a oferta de bens diferenciados, cuja produção, intensiva em mão-de-obra, é economicamente adaptada à pequena escala - certos produtos agrícolas sofisticados, artesanato decorativo, objetos de artes plásticas em geral, etc. Esta produção destina-se prioritariamente aos agentes econômicos que controlam a propriedade/gestão do setor (pós)capitalista; uma vez que a venda para este setor é a condição da apropriação pelo setor não-capitalista de todos os produtos especificamente industriais. Para além disso, desenvolve-se, no estrito interior do setor não-capitalista, toda uma outra rede de trocas, cuja dimensão e densidade econômica será definida pela dimensão e densidade econômica das trocas entre os dois setores básicos.

Em termos específicos da modelagem desenvolvida abaixo, optamos, por simplicidade, pela hipótese de que o conjunto dos bens de consumo do sistema é produzido pelo setor não-capitalista, enquanto o setor (pós)capitalista produziria o conjunto dos meios de produção. Estes meios de produção, por sua vez, são reduzidos a apenas dois insumos: "ferro" e

"robôs". Da mesma forma - e sempre com o intuito de simplificar ao máximo a modelagem - reduzimos o conjunto dos bens de consumo a um único bem, cuja unidade denominamos UBC (unidade de bem de consumo). Nestes termos, o sistema econômico global é pensado como consistindo de dois setores (diferenciados pelo padrão técnico de produção e econômico de apropriação) e de três mercados (diferenciados pelos valores-de-uso que resultam de suas linhas de produção). Supondo-se ainda, com vistas à exemplificação, certas relações técnicas de produção, e certas quantidades produzidas/insumidas dos diversos bens que dão consistência ao sistema, chegamos à configuração abaixo:

$$(6 \text{ robôs} \cdot p_R + 3 \text{ ton. de ferro} \cdot p_F)(1 + \ell) = 14 \text{ robôs} \cdot p_R$$

$$(4 \text{ robôs} \cdot p_R + 2 \text{ ton. de ferro} \cdot p_F)(1 + \ell) = 7 \text{ ton. de ferro} \cdot p_F$$

$$2 \text{ robôs} \cdot p_R + 1 \text{ ton. de ferro.} \; p_F + 100 \text{ horas de trabalho} \cdot p_{HT} = 100 \text{ UBCs} \cdot p_{UBC}$$

onde, p_R, p_F, p_{UBC}, e p_{HT} são, respectivamente, os preços unitários do robô, da tonelada de ferro, da UBC e de uma hora de trabalho dispendida no processo de produção do setor não-capitalista.

Desde logo, é de se notar que este sistema é tecnicamente viável, estando sua reprodução garantida pelo fato de que a oferta total de insumos produtivos é superior ao desgaste dos mesmos no período anterior. Vale dizer, os 14 robôs e as 7 toneladas de ferro produzidos pelo setor (pós)capitalista não só reproduzem os 12 robôs e as 6 ton. de ferro insumidas pelos três mercados ao longo do período, como permitem que o sistema acumule, expandindo-se a cada movimento de reprodução Mais do que isto: dados os valores supostos na modelagem acima, se abstraírmos qualquer progresso técnico nos três mercados, a plena realização do excedente acumulável pressupõe uma reprodução ampliada "a la Tugan-Baranovski[108]", onde o setor produtor de bens de produção cresce a uma taxa de 20%, enquanto o setor produtor de bens de consumo - o não-capitalista - permanece estagnado[109].

---

[108] Em seu modelo de reprodução ampliada Tugan-Baranovski demonstra que a acumulação de capital pode sustentar a ampliação da demanda necessária à realização da nova produção sem qualquer estrangulamento por "sub-consumo". Vide a este respeito TUGAN-BARANOVSKI, M. I. "Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra". In: COLLETTI, L. *El marxismo y el 'derrumbe' del capitalismo*. Op. cit. pp. 259 e segs.

[109] Vale dizer, no período seguinte a economia reproduzir-se-ia da seguinte forma:

(7,2 robôs . pr + 3,6 ton. de ferro . pf) (1 + I) = 16,8 robôs . pr
(4,8 robôs . pr + 2,4 ton. de ferro . pf) (1 + I) = 8,4 ton. de ferro . pf
2 robôs + 1 ton. de ferro . pf + 100 h. de Tr. = 100 UBCs . pUBC

Tal hipótese é - evidentemente - inessencial; podendo ser facilmente flexibilizada. Ao formulá-la, pretendemos tão somente dar expressão aos limites "de demanda" inerentes a um sistema econômico assentado na negação do trabalho assalariado. Em um tal sistema, o consumo deixa de ser (tal como no esquema keynesiano) "função da Renda", que pode crescer sem qualquer rebatimento no rendimento dos trabalhadores (por definição, "não-assalariados") de qualquer dos dois setores da economia. O que

Simultaneamente, é de se observar que as UBCs não são um insumo para o setor (pós)capitalista, mas uma mercadoria não-básica (de acordo com a terminologia de Sraffa) para o mesmo. Isto permite que **a taxa de lucro do sistema, o preço unitário do "robô" e o preço unitário da "tonelada de ferro" sejam definidos autonomamente no interior do setor (pós)capitalista.** Para tanto, basta que se defina um dos produtos - o robô, por exemplo - como numerário do sistema, igualando seu preço à unidade, de tal formas a obtermos um sistema de duas equações e duas incógnitas com o seguinte formato:

$$(6 + 3\ p_F)\ (1 + \ell) = 14$$
$$(4 + 2\ p_F)\ (1 + \ell) = 7\ p_F$$

A solução deste sistema - extremamente simples - é tal que **a taxa de lucro fica definida em 40% e o preço do ferro é p_F = 1,33 robôs/ton. de ferro**[110].

Desta forma, a terceira equação do sistema pode ser expressa da seguinte forma:

$$3{,}33 \text{ robôs} + 100 \text{ ht. } p_{HT} = 100 \text{ UBCs} \cdot p_{UBC}$$

---

significa dizer que a sustentação da acumulação não pode mais depender de qualquer interação "virtuosa" do "multiplicador" (que vai sendo negado juntamente com o trabalho assalariado) e do "acelerador" da economia. Pelo contrário: na medida em que o "pós-capitalismo capitalista" preserve suas características de economia anárquico-mercantil - vale dizer: na medida em que as decisões de investimento produtivo preservem suas características de decisões subordinadas a expectativas privadas de crescimento da demanda - a auto-sustentação da acumulação toma-se absolutamente dependente do desenvolvimento de estímulos (presumivelmente "competitivos"; mas - a la Tugan - irredutíveis a qualquer cálculo racional-hedonista) ao ingurgitamento persistente e ilimitado de capital físico. Não será preciso dizer que o "sucesso" de uma tal equação de investimento é - para além de improvável - tão perverso e socialmente instabilizador quanto o seu "fracasso". Voltaremos a este ponto logo adiante.

[110] É de se observar que, mantidas as hipóteses anteriores de um sistema em reprodução ampliada "a la Tugan", a relação de troca e a taxa de lucro do sistema se manteriam constantes "no tempo", ***mas não a taxa de acumulação.*** Na medida em que o setor produtor de bens de consumo não cresce, o excedente de meios de produção *vis-à-vis* as necessidades de reprodução simples do sistema não cessa de se ampliar. Assim é que, no exemplo desenvolvido na nota anterior, a demanda sistêmica de reposição é de 14 robôs e 7 ton. de ferro, e a oferta é de 16,8 robôs e 8,4 ton. de ferro. Como não cresce a capacidade instalada do "setor não-capitalista", este excedente físico terá de ser incorporado ao "setor (pós)capitalista", definindo uma taxa de acumulação setorial de 23,3%, que é superior à taxa de acumulação do período anterior (20%). Enquanto não forem flexibilizadas as hipóteses anteriores, esta taxa não pode deixar de crescer a cada rotação do capital, tendendo assintoticamente para o seu limite de 40% (que é a taxa de lucro do sistema). Vale observar ainda que qualquer aumento da produtividade no "setor (pós)capitalista" (definida, *coeteris paribus*, por qualquer elevação da relação "produto/insumo" do sistema) determina uma elevação da taxa de lucro e da taxa de acumulação do sistema. O que é o mesmo que dizer que, se flexibilizarmos a exigência de um sistema em reprodução ampliada "a la Tugan" pela introdução de progresso técnico, os problemas de realização dinâmica do sistema não são contornados. Atribuir ao progresso técnico a alavancagem das taxas de acumulação envolve pressupor não só sua continuidade, mas sua capacidade de gerar estímulos à persistente elevação da taxa de acumulação do sistema (que, agora, tem de crescer não apenas em função da estagnação do consumo, como em função da própria elevação da taxa de lucro).

O que deixa evidente que ela não comporta uma única solução. Na verdade, seria preciso, antes, definir quantas UBCs devem permanecer no setor não-capitalista para garantir a reprodução da 100 ht dispendidas na produção total das mesmas. Ou, mais exatamente, seria preciso definir p_{HT}. Uma questão que está longe de ser trivial. E isto na medida em que, por um lado, a reprodução da classe trabalhadora (mesmo se definida no plano da subsistência) não pode ser determinada "tecnicamente", comportando uma flexibilidade notável, enquanto, de outro, os 2 robôs e a 1 ton. de ferro que entram como insumos do setor não-capitalista têm o caráter de exigências técnicas intransponíveis. Se se assume ainda que a quantidade demandada de UBCs no setor (pós)capitalista é negativamente relacionada com o preço desta mercadoria, fica claro que existem inúmeras soluções de "equilíbrio" para o intercâmbio entre os dois setores.

Na medida em que, por suposição, o setor não-capitalista é mais competitivo que o setor (pós)capitalista, simplificaremos a nossa modelagem supondo que o primeiro setor realiza uma pressão de oferta (e demanda) tal que o equilíbrio (no sentido mais geral do termo, enquanto solução do sistema numa dada condição de mercado) será obtido quando restar aos trabalhadores do mesmo apenas o mínimo "fisiologicamente" necessário à sua reprodução. E se este mínimo fisiológico for - por exemplo - tal que p_{HT} = 0,5 UBCs, o volume total de bens de consumo apropriado pelos trabalhadores fica definido e a relação de intercâmbio entre os dois setores da economia fica determinada, de tal sorte que a última equação do sistema completo toma a forma de:

$$2 \text{ robôs} \cdot p_R + 1 \text{ ton. de ferro } p_F = 50 \text{ UBCs} \cdot p_{UBC}$$

e o preço do UBC fica determinado em "1/15 robôs".

O que desde logo salta aos olhos é que, **num tal sistema, o lucro não se deriva da exploração, mas resulta, pura e simplesmente, da conversão do excedente físico da produção automatizada em excedente nominal** (ou, se se preferir, numa caracterização não-marxiana, de sua conversão em "excedente em valor").

De outro lado, **o fato do lucro não derivar da exploração, não nega a própria exploração**. E isto na medida mesma em que, no sistema acima, apenas a produção do setor não-capitalista é "coágulo de trabalho" e possui valor. Um valor que, justamente, se determina apenas pelo dispêndio de trabalho vivo deste setor, pois os bens de produção incorporados - sendo produzidos em sistemas totalmente automatizados - não incorporam (e não repassam ao produto final) qualquer valor. Neste sentido, o valor da produção do setor não-capitalista é de 100 horas de trabalho, e o valor dos bens cedidos por este setor ao setor (pós)capitalista é

de 50 horas de trabalho. Um valor que é cedido sem equivalente, pois os bens pelos quais são intercambiados não resultam de qualquer trabalho, e só encontram um preço por serem objeto de apropriação não apenas privada, mas rigorosamente excludente[111].

Mas se - de acordo com a definição rigorosa de exploração dada acima - há exploração no intercâmbio inter-setorial deste sistema de produção, sua forma de realização é totalmente distinta da forma capitalista. Enquanto neste modo de produção a exploração se determina e realiza no interior do sistema produtivo, no "pós-capitalismo capitalista" ela se impõe única e exclusivamente ao nível do mercado. Uma diferença que, de forma alguma pode ser subestimada. Senão vejamos.

Formalmente, tal como no sistema capitalista, não há gratuidade nem exploração na relação entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção; só há equivalência e contrato. Formalmente, também - *et pour cause* - não parece haver classes ou oposição de classes. Mais até do que no capitalismo, aqui só parecem existir proprietários. E, tal como num "fantástico sonho schumpeteriano", todos os proprietários tornam-se empresários, e se relacionam única e exclusivamente no mercado como livres ofertantes de **suas** mercadorias, dos produtos dos **seus** trabalhos.

Para além da forma e da aparência, contudo, a diferença de **conteúdo** das mercadorias intercambiadas revela que a única liberdade que nasce da denegação capitalista do trabalho é a liberdade do Capital para se auto-reproduzir. **Uma liberdade que se traduz no aprofundamento** (e não na negação, como pretenderiam os ideólogos da pós-modernidade em gestação) **da ordem de classes: mais do que nunca a mera propriedade dos meios de produção** (agora descolada de qualquer função social, de qualquer responsabilidade na articulação da reprodução do conjunto dos agentes sociais) **mostra-se a condição necessária e suficiente para que uma classe se aproprie sem equivalente do trabalho excedente de outra**. No mesmo sentido, mais do que nunca, ser explorado (vale dizer, ceder, de forma sistemática e socialmente compulsória, mais trabalho do que recebe, no limite, ceder trabalho em troca de não-trabalho) mostra-se a condição necessária (e

[111] Vale dizer: em termos marxistas, os bens de produção de nosso sistema (pós)capitalista só alcançam ter preços porque, tal como a terra no capitalismo, sua propriedade (ou, antes, em nosso caso: a propriedade das condições de sua produção) é restrita e excludente. Poder-se-ia pretender que esta caracterização é demasiado restritiva e que, na verdade, os produtos do setor (pós)capitalista têm preços apenas porque são "úteis e escassos". Só que - dadas as hipóteses do sistema - esta posição só pode ser logicamente sustentada se se admite que os problemas de realização dinâmica do sistema se resolvem a partir da compulsão arracional (e anti-hedonista) à acumulação. Caso contrário, a admissão de que o consumo é estável (que envolve já a denegação do custo de espera) e a admissão de que não há trabalho assalariado (que envolve a denegação do custo de trabalho) impõe o reconhecimento de que estes produtos (produzidos sem custo) tornam-se bens livres numa economia (não oligopolizada) em que a oferta dos mesmos não pode ser objeto de restrição com vistas à adequação a uma demanda efetiva inferior ao produto potencial do sistema.

crescentemente insuficiente) de reprodução dos agentes expropriados do controle dos meios de produção (historicamente) produzidos pelos homens.

Só que, agora - também mais do que nunca - ser explorado aparece não como uma violência, como uma expropriação, mas como um privilégio garantido a muito poucos. E é isto que torna o sonho schumpeteriano um verdadeiro pesadelo marxista. Tal como Marx expôs inúmeras vezes em sua larga obra, cada modo de produção produz uma proposta de leitura e interpretação de si mesmo. No escravismo, por exemplo, o trabalhador parece trabalhar o tempo inteiro para o seu senhor. Afinal, mesmo quando produz seu alimento, ele o produz para uma "propriedade do senhor", e não "para si". No feudalismo, diferentemente, o trabalhador toma consciência - até porque agora isto se torna um fato - de que trabalha em parte para si, e em parte para o senhor. Uma consciência que se esvai quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista. Neste modo de produção - que é alavancado pelo desenvolvimento da equação mercantilização/individuação - o trabalhador parece trabalhar o tempo todo para si. Só que - e este é o busílis da questão - esta aparência se mostra tão mais inessencial, tão mais antagônica ao conteúdo interior do modo de produção, quanto mais evidente for para o trabalhador que, sob a relação capitalista, o seu tempo de trabalho e os produtos do seu trabalho escapam inteiramente ao seu controle. Ou, dito de outro modo: a desigualdade substantiva na troca entre capital e trabalho é tão mais facilmente desvelável quanto mais intensamente a valorização do capital depender da subordinação do trabalho (individual) e do alongamento da jornada, quanto mais absoluta for a forma da mais-valia.

Por oposição, **quanto mais a produtividade do trabalho se torna um atributo do capital** - vale dizer, quanto mais se desenvolve, no tempo denso da história, a cooperação, a divisão capitalista do trabalho, a maquinaria e a automação, quanto mais a mais-valia se "relativiza" -, **tanto mais se afirma o fetiche, tanto mais se oculta a relação de exploração**. E isto não é gratuito! Ao longo deste processo, é a própria exploração que - sem perder em intensidade - vai perdendo em **centralidade**. E isto na medida em que ao longo deste processo a produção capitalista não cessa de se desenvolver (por oposição ao trabalho) como a produção do capital, para o capital e pelo capital. Vale dizer: **ao longo deste processo, o próprio "fetiche" não cessa de se desenvolver, de se "objetivar", de se tornar, crescentemente, "real".**

Que esta fosse a concepção mais geral de Marx em torno da tendências imanentes de desenvolvimento capitalista, é algo que, ao nosso ver, se extrai não apenas do conjunto de sua obra propriamente científica, mas, igualmente bem, dos desdobramentos prático-políticos que este autor extraiu da mesma. No centro destes desdobramentos encontra-se a percepção

de que, o desenvolvimento capitalista não só não conduz "naturalmente" ao socialismo, mas projeta um sistema de exclusão e alienação ainda maior. É daí que Marx vai extrair toda a sua crítica ao socialismo utópico, que se alicerça na pretensão de que a oposição às tendências imanentes do capital só pode ser vitoriosa a partir da ação **organizada** dos trabalhadores, que devem se articular em partidos nacionais e associações internacionais, responsáveis não apenas pelo "ordenamento reflexionante" da luta política e sindical mas, igualmente bem, da luta ideológica e cultural.

Do nosso ponto de vista, este projeto político de Marx deriva-se diretamente de sua dramática antevisão do desenvolvimento da ordem burguesa como desenvolvimento da autonomização do capital e "lumpenização" do operariado[112]. E é a partir desta conexão que se pode entender, ainda, a firme oposição de Marx (e de todo o marxismo ortodoxo e anti-revisionista posterior) ao reformismo: de acordo com o programa político do "socialismo científico", a revolução não é apenas uma tarefa pertinente à classe trabalhadora organizada; ela é uma tarefa que deve se cumprir ainda no interior da ordem capitalista, antes que o pleno desenvolvimento desta ordem a denegue em uma formação social assentada sobre a redundância do trabalho vivo e, consequentemente, sobre a expropriação da função social-produtiva dos trabalhadores que é a condição de sua consciência crítica.

É bem verdade que - existindo tantos "Marxs" quanto "marxismos" - só um ingênuo poderia esperar que os desenvolvimentos acima alcançassem qualquer unanimidade. Num escritor tão profícuo como Marx (que, além de tudo era um polemista incansável), sempre se encontrará passagens que antagonizam nossa interpretação. Ousamos pretender, porém, que há um único desenvolvimento teórico em Marx que se contrapõe à nossa interpretação: a equivocada tese de que o desenvolvimento da acumulação capitalista tende a promover (ainda que de forma contraditória) uma crescente depressão da taxa de lucro sistêmica.

Tal como indicamos acima, não é nossa intenção resgatar aqui a polêmica em torno desta "lei de tendência" marxiana. Contudo - e na medida mesmo em que a retomada do debate sobre o processo de negação do trabalho neste final de século já começa a dar espaço para que ortodoxos de plantão resgatem a malfadada lei para concluir que "a negação do trabalho é a negação da mais-valia, e a negação da mais-valia é a negação do lucro" - sentimo-nos obrigados a, pelo menos, extrair dos desenvolvimentos anteriores aqueles

---

[112] Para a definição de "lumpen-proletariado" e a caracterização dos limites estruturais da consciência crítica deste segmento de classe socialmente improdutivo vide MARX, K. *O 18 Brumário.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (em particular o sétimo e último capítulo, onde Marx disseca as bases sociais do bonapartismo, colocando o lumpesinato - ao lado do pequeno proprietário rual e urbano e do funcionário público - como um dos três sustentáculos imediatos desta forma de autocracia política).

desdobramentos que servem à comprovação do caráter logicamente equivocado da formulação marxiana da "lei de tendência à queda da taxa de lucro".

Desde logo, defendemos o ponto de vista de que Marx tinha plena clareza das insuficiências e problemas lógicos subjacentes à sua formulação desta "lei". O próprio fato deste autor jamais haver trazido a público seus desenvolvimentos e conclusões em torno da mesma, nos parece sintomático de sua insatisfação com a formulação que alcançou dar à "lei de tendência"[113]. Afinal, de acordo com o programa de trabalho de Marx - que não era apenas teórico, mas político -, o desvendamento e **divulgação às massas e lideranças da classe trabalhadora** das leis de tendência do sistema ocupam uma posição absolutamente nuclear. Não há, pois, como pretender que o adiamento sistemático da exposição desta "lei" se devesse apenas a considerações de ordem lógica ou editorial. Marx não era, nem um racionalista principista, nem um "marqueteiro de idéias" que procurasse criar suspense sobre seus próprios desenvolvimentos teóricos com vistas a garantir mercado e sucesso editorial para os mesmos. Marx era um militante político que tinha urgência em dar divulgação a suas idéias; as quais reputava (corretamente, como a História o demonstrou) um poderoso fermento para o desenvolvimento da contestação social na Europa da segunda metade do século XIX.

É por isto mesmo que, do nosso ponto de vista, o adiamento persistente em divulgar o seu modelo de determinação e prospecção da evolução da taxa de lucro só pode ser lido à luz de um outro adiamento que lhe é correlato: o de divulgar sua solução para o problema da relação valor/preço no âmbito do capitalismo. Vejamos porque.

Tal como o ordenamento das três primeiras seções do Livro III deixa evidente, Marx tinha clareza da insuficiência teórica inerente ao movimento de derivação da taxa de lucro sistêmica diretamente do sistema de valores. Se Marx confiasse nos resultados extraídos de um tal movimento (que se reduz à aplicação da equação da "taxa de lucro em valor"[114] [m / (c + v)] desenvolvida no Livro I aos somatórios "nacionais" da mais-valia, do capital constante e do capital variável), ele muito provavelmente se teria utilizado do mesmo para introduzir (ainda que de forma tópica e insuficientemente determinada) as conclusões básicas da "lei de tendência" no capítulo XXIII do Livro I (que, justamente, comporta uma síntese das leis gerais de movimento articuladas ao processo de subordinação/negação do trabalho). Mas Marx não o faz. E porque não o faz? ... Aparentemente -se se levam em conta os elos

---

[113] Como se sabe, a despeito de anunciada em trabalhos editados em vida, a formulação marxiana da lei de tendência só veio à luz com a publicação, por Engels, do Livro III de *O Capital* .

[114] Evidentemente, a "taxa de lucro" é um número adimensional. Se dizemos "taxa de lucro em valor" para nos referirmos ao cálculo desta taxa a partir das magnitudes em valor da mais-valia, do capital constante e do capital variável, é por mera economia de palavras.

explicitados pelo autor na passagem da seção segunda à terceira do Livro III[115] - porque este autor acreditava ser necessário "provar" primeiramente que o "somatório da mais-valia é igual ao somatório do lucro e que o somatório dos valores é igual ao somatório dos preços". (Afinal, destas duas condições se extrai a conclusão de que o somatório dos componentes constante e variável do capital avaliados em valor deve ser igual ao somatório dos preços destes componentes, e que, consequentemente, a "taxa de lucro em valor" é idêntica à "taxa de lucro em preços".)

O problema é que - como Marx bem o sabia - suas dúvidas a respeito da pertinência da "taxa de lucro em valor" para a determinação da "taxa de lucros em preços" (ainda que às reduzíssemos à pobre dimensão da questão da igualdade dos somatórios) não poderiam ser extirpada pela proposta de solução da relação valor/preço desenvolvida no Livro III. Afinal, esta "solução" parte justamente da taxa de lucro em valor para a determinação dos preços; vale dizer, parte da resposta que se busca[116].

Mas, isto não é tudo; nem o principal. Do nosso ponto de vista, o problema de fundo de Marx, o problema que determina sua perda de confiança na derivação em valor da taxa de lucro sistêmica é que a relação valor/preço é marcada por uma tensão insolúvel neste autor. Por um lado Marx sabe perfeitamente bem que, mais até do que se distinguir sistemática e necessariamente dos preços, e mais até do que se afastar dos mesmos quanto mais se desenvolve o sistema capitalista, **os valores tendem a ser negados juntamente com a negação do trabalho vivo ao longo do desenvolvimento capitalista**. De outro lado - e contraditoriamente - Marx, na sequência de Ricardo, não alcança derivar qualquer modelo teórico de preços que não tenha por base os próprios valores. **O que, necessariamente, coloca a questão - insolúvel nos termos de Marx - de se a negação do valor deve conduzir ou não à negação dos preços.**

Como se sabe, a solução definitiva para esta questão se deve a Sraffa. Em termos analíticos, ela é uma solução extremamente simples. Mas não devemos subestimar a

---

[115] E, em particular, ao final do capítulo nono - o "capítulo da transformação" - onde toda a discussão se volta para a questão da evolução da taxa de lucro, numa clara preparação para a seção seguinte. É de se notar, aliás, que o título desse capítulo - "Formação de uma taxa geral de lucro (taxa média de lucro) e transformação dos valores das mercadorias em preços de produção" - já revela a que veio: ele não veio para "transformar", mas para ***tentar*** demonstrar a consistência da "taxa de lucro em valor" e "em preços".

[116] Este problema é o mesmo apontado por Ladislau von Bortkiewicz em seu clássico artigo de retificação da metodologia adotada por Marx no processo de transformação (vide BORTKIEWICZ, L. "Contribución a una rectificación de los fundamentos de la construcción teórica de Marx en el volumen III de *El Capital*". In: SWEEZY, P. (org.) *Economía burguesa y economía marxista*. México: Ediciones Passado y Presente, 1978.). Apenas a forma de exposição do problema é que difere, uma vez que Bortkiewicz salienta o fato de Marx haver deixado "intransformados" os valores do capital constante e do capital variável.

complexidade do movimento teórico subjacente à sua posição. Na realidade, ela é uma típica solução "ovo de Colombo": após posta, não podemos deixar de nos surpreender pelo fato de que autores anteriores não tenham chegado a ela[117]. Seja qual for a resposta para esta questão, contudo, ela não pode mudar o fato de que, antes de Sraffa, o conjunto das tradições teóricas em Economia[118] pensava os preços como uma categoria essencialmente absoluta, e apenas formalmente relativa. E se - pelas razões já expostas, às quais não cabe retomar aqui - recusamos totalmente aquela postura "neo-estruturalista", que quer extrair da modelagem sraffiana a demonstração da inutilidade de qualquer teoria do valor, tampouco se pode aceitar a postura contrário-idêntica, que se recusa dogmaticamente à mais importante contribuição teórica neo-ricardiana na medida em que pretende ver no valor o "substrato imanente e trans-histórico" dos preços relativos.

Marx não caía neste engodo deshistoricizante. Mas caiu - ainda que de forma contraditória e resistente - no engodo de **subestimar** o potencial de autonomização dos preços em relação aos valores. Afinal, é só assim que se pode explicar que, aquele que é o teórico por excelência da autonomização do capital frente ao trabalho, haja pretendido que o processo de negação deste último devesse conduzir à queda da taxa de lucro. Tanto mais na medida em que - como o debate recente sobre esta "lei de tendência" o demonstrou - tal resultado depende de que a acumulação de capital constante se processe **de forma similar àquela que se derivaria de um "regresso técnico"**. Expliquemo-nos.

Sem querer resgatar o longo debate que gerou este resultado, vale a pena recordar que, a partir das respostas à clássica crítica de Joan Robinson à "lei de tendência"[119], formou-se um virtual consenso entre economistas marxistas de que a idéia de "composição orgânica do capital" em Marx pretenderia expressar, antes, a relação entre "trabalho morto / trabalho vivo" [cuja expressão algébrica é "c / (v + m)"] no processo de produção, do que a relação

---

[117] Como - para dar um único mas expressivo exemplo - ler Bortkiewicz hoje sem nos perguntarmos porque ele não se deu conta de que estava utilizando os valores como meros índices de quantidade, e que estes poderiam perfeitamente bem ser substituídos pelas medidas naturais das distintas mercadorias incorporadas ao sistema? Se o fizesse, ele teria antecipado, com mais de meio século de antecedência, o que nos parece ser a maior contribuição teórica de Sraffa à Economia.

[118] Excetuando-se, talvez, a vertente mais rigorosa do walrasianismo.

[119] Vide a este respeito ROBINSON, J. *Introducción a la economía marxista*. México: Siglo XXI, pp. 58 e segs. O cerne do argumento de Joan Robinson diz respeito à inconsistência lógica de se supor a taxa de mais-valia constante ao longo do processo de acumulação e progresso técnico que conduz à elevação da composição orgânica do capital. Esta hipótese - introduzida por Marx nos primeiros parágrafos do capítulo XIII do Livro III - só será relaxada no capítulo subsequente, que trata das "causas contrariantes" da tendência à queda da taxa de lucro. Por oposição (e de um ponto de vista essencialmente correto), Joan Robinson argumenta que, da perspectiva mesma de Marx, o progresso técnico conducente à negação relativa do trabalho vivo se associa umbilicalmente ao processo de desenvolvimento da mais-valia relativa e à expansão da taxa de mais-valia.

"trabalho morto / trabalho necessário" (cuja expressão algébrica é "c/v")[120]. Nestes termos, a "taxa de lucro em valor" fica definida como

$$[m / (m + v)] / [c /(m + v) + v/(m + v)],$$

uma formulação que ajuda a esclarecer que, mesmo que a taxa de mais-valia alcance seu máximo (vale dizer, que a jornada de trabalho seja levada ao seu limite intransponível e a taxa de salário seja virtualmente zerada, de formas que todo o valor gerado no processo produtivo corrente corresponda a mais-valia), a taxa de lucro não pode ultrapassar o limite de 1/(c/m). Além disso, se a composição orgânica (agora representada por "c/(v+m)", ou simplesmente "c/m", quando v=0) crescer, ela conduzirá, inexoravelmente, a uma queda da taxa de lucro.

Sem dúvida, a demonstração é não apenas simples como absolutamente correta. O único problema é que, **se se pode pretender que o aumento da composição orgânica seja uma tendência do capitalismo enquanto a definimos como "c/v"[121], não é, de forma alguma, claro porque dever-se-ia considerar este movimento como tendencial quando redefinimos a composição orgânica como "c/(v+m)"[122]**! E isto pelo fato trivial de que o valor dos meios de produção (ou seja, do capital constante) não diz respeito ao "trabalho passado"

---

[120] Vide, a este respeito POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 35 e segs. Particularmente categórico a respeito da interpretação "moderna" da composição orgânica como sendo a interpretação "verdadeira" é LIPIETZ, A. "Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro". In: *Questões de economia política*. Ano 2, N. 3, 1986. A opção por tomar este trabalho de Lipietz como exemplo se deve ao fato de que (como veremos logo adiante) ele é particularmente representativo de um certo dogmatismo que pretende ocultar os problemas reais por trás do apelo a princípios (pretensamente) metodológicos.

[121] A este respeito, vide POSSAS, M.L. Op. cit. p. 42, nota 93. Como Possas bem esclarece aí, "basta que o aumento da composição técnica se dê a um ritmo superior ao do 'salário real' de reprodução para que ele se reflita na composição orgânica - ou ainda, na suposição geral razoável de que a composição técnica acompanhe o ritmo de um incremento da produtividade média, que o 'salário real' de reprodução cresça menos que a produtividade."

[122] Ao contrário do que pensa Lipietz, para quem "a 'lei da queda tendencial da taxa de lucro' é apenas a 'transfiguração' matemática da 'lei da elevação tendencial da composição orgânica' .... [e] **esta, por sua vez, não se demonstra** (sic). Ela exprime, no sistema dos valores, uma tendência fundamental do modo de produção capitalista: a separação crescente dos produtores e dos meios de produção ao nível das forças produtivas .... . Como, com efeito, já mostraram Althusser e Balibar (1965), as 'forças produtivas' não são neutras em relação às relações sociais. Ao contrário, a forma de cooperação entre os homens na apropriação da natureza é ela mesma uma relação social. Mas o capitalismo se caracteriza por um desenvolvimento da cooperação sob a dominação do capital. A 'dominação real' do capital se exerce através de uma revolução do processo de trabalho fundado na dissociação do trabalho operário entre suas vertentes intelectual e manual e da 'incorporação' do saber intelectual ao sistema de máquinas automáticas". LIPIETZ, A. Op. cit. p. 16. É interessante observar que após sua postulação irracionalista de que "a tendência ao aumento da composição orgânica não se demonstra", Lipietz procura, justamente, demonstrar esta tendência com argumentos sérios e consensuais entre marxistas de todos os calibres. Só que o faz em termos tais que apenas podem instrumentalizar a confirmação da hipótese de que o aumento de "c/v" é uma tendência do sistema, e não de "c/(v+m)". E, muito provavelmente, Lipietz tem consciência dos limites de seu argumento; pois, na sequência do mesmo, retorna à tese irracionalista para afirmar dogmaticamente que "a 'tendência à elevação da composição orgânica' tem o estatuto de princípio fundador de uma ciência, como a lei da atração universal, postulada e suscetível de verificação, mas não de demonstração. "Idem, ibidem.

em sentido real, histórico. Ele é determinado pelo tempo de trabalho **vivo** despendido **atualmente** na **reprodução** destes mesmos meios de produção; de tal forma que o **movimento de subtração/negação do trabalho vivo sistêmico (representado por "m+v") é, simultânea e necessariamente, um movimento de subtração/negação do valor dos meios de produção**. Ou, dito de outro modo: **o valor de "c" é ele mesmo função do valor de "m + v"; de tal formas que o processo de negação do "trabalho vivo total" é o processo de negação do "valor total" produzido pelo sistema, inclusive do valor do capital constante**[123]**. Por isto mesmo, se redefinimos a composição orgânica nos termos acima, nenhuma tendência à elevação da mesma pode ser derivada da tendência à negação do trabalho.**

Marx parecia ter clareza deste problema do seu sistema. Suas tergiversações bastante conhecidas em torno do sentido final da evolução da taxa de lucro após a introdução do conjunto das "forças contrarrestantes" já revelam o grau de insatisfação com a modelagem da "lei de tendência". Contudo, o que escapa a muitos intérpretes das tergiversações marxianas é que, por detrás de suas dúvidas, está a profunda insatisfação com o seu modelo de preços e de determinação da "taxa de lucro em valor". E isto na medida em que, ao tomar o desenvolvimento da subordinação-negação do trabalho como a tendência nuclear do modo de produção capitalista, não poderia escapar a Marx o fato de que a plena realização desta tendência tornava seus modelos de preços e lucro insubsistentes. Afinal, **se a tendência à negação do trabalho se realiza até o seu limite lógico, não há mais como determinar o valor das mercadorias**. Na realidade, as mercadorias deixam de ter qualquer valor. O que não implica apenas a impossibilidade de "transformar" (e, no sistema de Marx, de determinar os preços). Mais importante do que isto é o fato de que, na medida em que a negação do valor implica a negação lógica das categorias de mais-valia, capital constante e capital variável, ela implica também a impossibilidade de determinar a taxa de lucro em valor[124].

A questão que ficava - e que não se resolvia - para Marx era a de que interpretação dar para esta contradição. Era ela uma contradição puramente lógica do seu sistema (uma deficiência do mesmo), ou seria a expressão de uma contradição real, de uma contradição do capitalismo?

---

[123] A não ser sob hipóteses restritivas muito especiais e que, de forma alguma, poderiam ser sustentadas como expressão de uma tendência imanente ao modo de produção capitalista. Pensamos aqui, em particular, naquelas situações onde a produtividade do setor de bens de consumo aumente a uma velocidade superior ao aumento da produtividade no setor de bens de produção. Uma tal situação - que pode se manifestar tópica e eventualmente - tende a deprimir a taxa de lucro em valor (ainda que, sintomaticamente, o mesmo não deva, necessariamente, ocorrer com a "taxa de lucro em preços"). Contudo, nos parece tão evidente que não se pode querer validar a "lei de tendência à queda da taxa de lucro" a partir da hipótese de que seja este o padrão típico do progresso técnico capitalista, que nos eximimos de comentá-la criticamente.

[124] Mais especificamente, a "taxa de lucro em valor" - seja qual for a especificação da equação utilizada para determiná-la - torna-se "0/0"; um resultado que não tem, a princípio, qualquer significado teórico.

Do nosso ponto de vista, a "lei de tendência à queda da taxa de lucro" não é mais do que o desdobramento lógico da **aposta** na segunda alternativa. Uma aposta cuja divulgação e socialização era sempre adiada em função da plena consciência da fragilidade de seu fundamento. Afinal, seu fundamento não é outro do que a **hipótese** (equivocada) de que a autonomização dos preços em relação aos valores seja estruturalmente circunscrita; de tal forma que a negação (tendencial) dos valores promoveria a negação (tendencial) dos "preços-enquanto-grandezas-absolutas"[125]. Uma hipótese equivocada que se desdobra naturalmente em outra: a de que a depressão do **valor-trabalho** dos bens de produção implicaria na depressão do seu **valor em dinheiro**, portanto, na **depressão absoluta do Capital enquanto "valor concentrado e centralizado".**

Ora, se esta tese fosse verdadeira, então o progresso técnico capitalista conduziria automaticamente à destruição dos próprios fundamentos econômicos da dominação do Capital, pois conduziria à destruição das barreiras que sustentam a apropriação privatista e excludente dos meios de produção. Uma tese que Marx não poderia admitir sem desdobrá-la numa reflexão em torno da necessária reação capitalista à (auto)destruição de seu poder

---

[125] A ênfase de Marx em torno dos efeitos deletérios do progresso técnico sobre o valor do capital constante é bastante conhecida, e nos parece ocioso resgatar aqui as diversas passagens em que a questão é apresentada. Vale a pena salientar, contudo, que este ponto será objeto de tratamento exaustivo ao final da primeira seção do Livro III, que prepara a exposição da "Transformação do lucro em lucro médio" e da "Lei da queda da taxa de lucro". No capítulo sexto deste livro, Marx dirá: "Visto que a taxa de lucro é igual à proporção entre o excedente do valor do produto e o valor do capital global adiantado, um aumento da taxa de lucro decorrente de **uma desvalorização do capital adiantado, estaria relacionado com uma perda de valor-capital, do mesmo modo que uma queda da taxa de lucro decorrente de uma alta de valor do capital adiantado, estaria .... ligada a um ganho."** MARX, K. *O Capital*. Op. cit. p. 86 (o grifo é meu). E, logo adiante: "Os aperfeiçoamentos constantes ... privam ... de seu valor a maquinaria existente ... . Este processo atua violentamente, a saber, na primeira época da introdução de nova maquinaria, antes desta atingir determinado grau de maturidade, ficando, portanto, constantemente antiquada antes de ter tido tempo de reproduzir seu valor." Idem, p. 87. Da mesma forma, no décimo-quarto capítulo do Livro III –"Desdobramentos e contradições internas da Lei" -, Marx dirá que: "A desvalorização periódica do capital existente para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor-capital ... perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de ... reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção. ... A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. ... As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital ... entram ... constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção ... . **O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente**. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, simultaneamente a contradição constante entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem." Idem, pp. 188/9 (o grifo é meu). Acreditamos que os nossos desenvolvimentos acima sejam suficientes para esclarecer que, se Marx está absolutamente correto em apontar para a contradição entre progresso técnico e ingurgitamento do valor-capital no que diz respeito aos capitais individuais, contrapostos no plano da concorrência, a generalização desta contradição para o capital social global envolve um sério equívoco, que se assenta no problemático tratamento dos preços como categoria absoluta.

social e econômico. E a reação que Marx projeta deriva-se diretamente de sua tese de que a acumulação de **valor-Capital** é compulsiva ao sistema; de tal forma que, se a negação do valor também o é, então a acumulação terá de assumir formas crescentemente irracionais com vistas a garantir a preservação e ingurgitamento daquele primeiro. Mais exatamente, se o progresso técnico poupador de valor (em todos os sentidos do termo) for impositivo, o ingurgitamento do valor-Capital só será possível se a taxa de acumulação for superior à taxa de "desvalorização" que se deriva daquele primeiro. O que - via de regra - deve envolver o ingresso e/ou expansão em setores submetidos a rendimentos físicos decrescentes e/ou demanda estagnada; num movimento que redundará em queda da taxa de lucro setorial e sistêmica.

Esta é, em síntese, o fundamento da "lei de tendência" em Marx. O que nos faz entender que, se não estão errados os intérpretes anti-dogmáticos de Marx - que denunciam a contradição lógica de uma "lei" que deriva do progresso técnico uma queda da taxa de lucro que só é compatível com o "regresso técnico"[126]; tampouco estão errados os que pretendem que Marx reconheceria esta contradição, mas a tomava como uma contradição imanente ao sistema[127]. O que apenas nos faz ver que o problema não é lógico, mas teórico. E não é dos intérpretes, mas de Marx. Afinal, **o problema, de fato, é que - não correspondendo a depressão do "valor-trabalho-do-capital" à depressão do "valor-capital-em-preços" - a compulsão capitalista à acumulação não tem de se resolver na elevação crônica da**

---

[126] A este respeito, vide POSSAS, M.L. Op. cit. pp. 41 e segs. A questão é que, abstraídas a hipótese fortemente restritiva e teoricamente insubsistente mencionada na nota 121 acima, "a elevação do capital constante em relação ao trabalho direto total ... pressupõe ... um viés na mudança técnica ou na eficiência da produção e/ou utilização de insumos, tal que a composição técnica do capital aumente a um ritmo *superior* ao do acréscimo de produtividade, de forma a elevar a relação capital/produto; isto equivale a super *rendimentos físicos decrescentes do capital*, seja em sentido estrito, pelo aumento dos coeficientes técnicos de insumos por unidade física de produção, seja em sentido mais amplo, pelo aumento dos coeficientes de capital fixo por unidade de produção, ou uma combinação adequada de ambos". Idem, pp. 42/3.

[127] Ao contrário do que pretende Possas, que, em passagem subsequente à citação reproduzida na nota anterior, diz: "parece evidente que Marx não se deu conta desta hipótese, ... a julgar por suas reiteradas críticas ao caráter material ou 'natural' da explicação de Ricardo para a queda da taxa de lucro ... ". Idem, p. 44. E, logo adiante: "Assim, não deixa de ser uma ironia que a explicação de Marx para a queda da taxa de lucro, ao tentar inverter a proposição de Ricardo, acabe inadvertidamente por *generalizá-la*: de fato ... sendo a produtividade do trabalho em geral crescente no capitalismo, e não o contrário, a taxa de lucro só tenderá a cair se ocorrerem rendimentos decrescentes na utilização dos meios de produção - não de algum em particular (como a terra, em Ricardo), mas de *qualquer* um (ou quaisquer) - de forma significativa e sistemática. É claro que esta premissa não entrou nos cálculos de Marx, que não a formulou conscientemente, e portanto estava desobrigado de justificá-la; ao contrário, muito provavelmente a rejeitaria". (Idem, pp. 46/7) Sem dúvida! Marx não só rejeitaria a hipótese de rendimentos decrescentes em geral, como acusaria Possas de o estar interpretando equivocadamente. Na realidade, ela só aparentemente pressupõe "regresso técnico" em sentido forte. Ela apenas pressupõe - insistamos - que a luta do capitalistas por contrarrestar os efeitos perversos da depressão do valor-capital associada ao progresso técnico, conduziria estes agentes a estratégias crescentemente irracionais de acumulação. Esta interpretação - que, do nosso ponto de vista, perfaz o núcleo racional de todas as interpretações da "lei de tendência" como uma teoria das crises - não "salva" a "lei de tendência" de Marx; mas, pelo menos, salva este autor da pecha de "ricardiano".

composição orgânica, e a taxa de lucro não tem de evoluir na forma da "lei de tendência".

De outro lado, se se entende e se aceita a tese acima, e se a colocamos na perspectiva do conjunto dos desenvolvimentos deste capítulo, fica claro que a identificação da base falsa sobre a qual se alicerça a "lei de tendência" não traz qualquer consequência significativa para a validação (ou infirmação) das teses centrais de Marx acerca das leis de movimento do capitalismo e da evolução previsível da distribuição da renda neste sistema social. Na verdade, no interior do sistema teórico de Marx, a "lei de tendência" nunca passou de um apêndice[128]. Um apêndice que, se se mostrasse plenamente consistente em termos lógicos e empíricos, imporia problemas não desprezíveis à sustentação e compatibilização com outros desenvolvimentos teóricos (e políticos) desse autor. Não é, contudo, este o caso. O que só deixa uma via legítima para o desenvolvimento da reflexão marxista contemporânea: retomar o eixo central da investigação de Marx sobre as leis de movimento do sistema, com vistas a projetar teoricamente as consequências sociais e históricas da crescente - e, até aqui, vitoriosa - autonomização do capital sobre o trabalho.

---

[128] Ainda que um apêndice importante, e inúmeras vezes saudado pelo próprio autor. Mas, nem por isto, menos equivocado ou desnecessário. A este respeito, nos irmanamos mais uma vez com Schumpeter, para quem a satisfação de Marx com a referida "lei" se explica, antes de tudo, pelo fato de que "poucas, se algumas, experiências de um analista são mais recompensadoras do que a descoberta de uma teoria (digamos, a da gravitação) explica um fato (digamos, as marés) que o autor **não** tinha em mente ao construí-la." SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Livro III. Op. cit. p. 325 (o grifo é do autor). Uma satisfação, que, contudo, não torna a "lei de tendência" uma construção nuclear do marxismo. Pelo contrário: para Schumpeter, as críticas mais contundentes e corretas a esta construção vieram dos discípulos mais fiéis de Marx: "As objeções que foram levantadas contra esta conclusão pelos marxistas, tanto decorreram do fracasso em levar em conta todas as [causas contrariantes] ... quanto da falta de disposição [de Marx para] ... admitir seu realismo. De fato, temos aqui outra 'lei absoluta' e, se olhamos para tudo o que [as causas contrariantes] ... excluem, podemos muito bem simpatizar com aqueles discípulos de Marx que sentem que, mesmo do ponto de vista das teorias marxista do valor e da exploração, nenhuma grande confiança pode ser depositada nesta tendência abstrata." Idem, p. 326.

CAPÍTULO V

A REVOLUÇÃO MARGINALISTA E A TEORIA NEOCLÁSSICA DA DISTRIBUIÇÃO

"... . as teorias do valor do trabalho e das coisas feitas por ele não podem ser separadas: elas são partes de um grande e único todo; ... a teoria geral do equilíbrio entre demanda e oferta é a Idéia Fundamental subjacente às estruturas de todas as várias partes do problema central da Distribuição e da Troca.
Alfred Marshall, *Principles*

1. Introdução

Resgatar a conexão valor-preço-distribuição no interior do neoclassicismo é uma tarefa tão ou mais complexa do que o resgate dessa conexão no interior do marxismo. E isso já na medida em que a escola neoclássica é a única dentre as escolas contemporâneas em economia que busca dar um tratamento teórico sistemático dos diversos níveis em que a questão das relações de intercâmbio mercantil podem ser colocadas. Se tomamos como referência os três níveis em que Marx subdividiu esta questão mais geral, isto significaria dizer que esta escola assumirá para si não apenas a tarefa de desenvolver uma nova teoria do valor, ou uma nova teoria dos preços de produção, mas de, pela primeira vez na história do pensamento econômico, desenvolver um tratamento analítico sistemático dos preços de mercado. A complexidade e o significado teórico desta tarefa só podem ser adequadamente avaliados quando se atenta para o fato de que nenhuma outra escola ousou assumi-la.

Mas isto não é tudo; e nem, talvez, o principal. Para além deste primeiro complicador, a escola neoclássica é a mais amplamente disseminada e a mais produtiva das escolas econômicas contemporâneas; o que desde logo coloca a emergência de diversos e diversificados (quando não antagônicos) tratamentos da questão da distribuição em seu interior. Vale dizer: à amplitude do objeto, vem a se somar a amplitude da escola mesma na articulação de uma significativa entropia teórica.

O resultado da combinação destes dois fatores é a emergência de uma verdadeira plêiade de modelagens neoclássicas em torno da questão do valor, onde os extremos são

definidos, de um lado, pela fundação rigorosamente hedonista ("benthamiana") do valor enquanto "utilidade marginal", e de outro, pela virtual negação da categoria "utilidade", substituída pela de "preferência revelada" e por um tratamento tautológico da racionalidade[1]. Do mesmo modo, não existirá uma única versão neoclássica para a teoria dos preços, sejam de (re)produção, sejam de mercado. Para além das divisões teoricamente consolidadas entre equilíbrio geral e parcial, ou entre equilíbrio da indústria, da firma, ou dos agentes mercantis (que se confunde, sem se identificar, com a distinção marshalliana dos prazos econômicos - longo, curto ou de mercado), há todo um outro conjunto de diferenças e controvérsias articulando distintas propostas de modelagem do processo de formação de preços e cuja relevância se revela e se esconde no tratamento displicente que recebe nos livros-textos tradicionais. Assim é que, de questões tão gerais - e cruciais! - quanto a da pertinência da categoria lucro a um sistema econômico competitivo em equilíbrio de longo prazo, até questões mais específicas, como a da formação de expectativas e determinantes do equilíbrio em sistemas econômicos oligopolizados, um enorme leque de pontos polêmicos se impõe, complexificando sobremaneira a identificação de um modelo ou sistema teórico que pudesse ser tomado como "a" teoria neoclássica dos preços e da distribuição.

Uma proposta natural de solução deste impasse seria a de identificar, e tomar como padrão, aquele modelo de preços e distribuição mais consistente com os princípios teóricos e metodológicos que (presumivelmente) definem a escola neoclássica. Esta proposta é sem dúvida interessante e promissora; mas ela não pode ser adotada sem que se enfrente uma questão central: a despeito do uso generalizado da caracterização "neoclássico", não há propriamente um consenso na literatura especializada em torno das características efetivamente essenciais (ou substantivas, associadas aos "fundamentos lógico-genéticos") desta escola[2].

Em parte, este quadro de indeterminação teórico-conceitual é fruto da própria heterogeneidade interna que caracteriza esta escola. Mas, acima de tudo, ela reflete o elevado grau de ideologização que permeia o debate em torno dos determinantes do caráter pluriparadigmático da ciência econômica. Na realidade, para parcela expressiva dos economistas neoclássicos, as dificuldades em caracterizar sua escola começam pelo fato de que os mesmos não a pensam como tal, mas como a própria ciência econômica. O que contrasta de forma chocante com todo um outro conjunto de economistas que, esforçando-se por reduzir o

---

[1] Neste último caso, ser racional é "fazer o que se prefere", e "o que se prefere" é justamente aquilo "que se faz". É evidente que, nesse caso limite, já não se pode falar em "teoria do valor", ou de "teoria", em qualquer sentido razoável.

[2] A este respeito são muito expressivos os anais da conferência internacional comemorativa do centenário da revolução marginalista - "The Marginal Revolution in Economics" - publicados no segundo número do quarto volume da revista *History of Political Economy* (HOPE), 1972. A pergunta-título da exposição de Mark Blaug, que abriu os trabalhos no referido encontro, - "Was there a Marginal Revolution?" - já traduz os limites da unidade interpretativa dos historiadores do pensamento econômico em torno do marginalismo e da escola neoclássica.

neoclassicismo a uma negação da economia clássica (e, em particular, das categorias de excedente, acumulação e classes sociais, que caracterizariam esta última), deriva daí o caráter estritamente ideológico da "revolução marginalista"[3].

Criticar este duplo dogmatismo passa por criticar a fetichização idealista da chamada "revolução marginalista". Afinal, para que se pense o neoclassicismo, seja como toda a ciência, seja como pura ideologia, é preciso que sejam cortados seus vínculos com o conjunto da produção econômica pregressa. E isto na medida em que o resgate destes vínculos traz à luz, simultaneamente, por um lado, os fundamentos não-rigorosos do sofisticado edifício neoclássico (revelando-o também como construção ideológica), enquanto, por outro lado, traz à luz a persistência histórica da problemática teórica enfrentada por esta escola (revelando-a também como construção científica). Por isto mesmo, é para este trabalho de resgate que nos voltamos a partir de agora.

2. Os fundamentos lógico-históricos da escola neoclássica

O primeiro passo na trajetória de desfetichização da "revolução marginalista" é a desfetichização da própria escola clássica, a partir da crítica daquela interpretação que - solidária com a diferenciação cara a Marx entre economia política científica e economia vulgar - reduz a abrangência do "classicismo" àqueles autores que, propositores da teoria do valor-trabalho, serviram de esteio ao desenvolvimento da própria crítica marxiana da economia política. Na verdade, se se toma "escola" em um sentido mais amplo, resgatando a dimensão sociológica da categoria khuniana de paradigma[4], então **fica claro que não é possível abstrair a presença e a influência de todo um conjunto de autores que não pode ser subsumido ao "ricardianismo" - como Bentham, Say, Malthus, James Mill, McCulloch, Senior, Thornton, Bastiat, etc. - no interior da chamada escola clássica**[5].

---

[3] Como em Benetti, que se apoia na crítica de Wicksteed à aproximação da teoria ricardiana da renda à teoria neoclássica da produtividade marginal para negar qualquer dimensão de continuidade entre clássicos e marginalistas, o que redunda na conclusão de que "a teoria da produtividade marginal é uma elaboração de conceitos com finalidade apologética." BENETTI, C. *Valor e repartição*. Coimbra: Centelha, 1978, p. 155.

[4] Centrada na identificação de um "colégio invisível" de cientistas e profissionais que se tomam como pares e interlocutores. A este respeito, vide o primeiro capítulo de WARD, B. *O que há de errado com a economia?* Rio de Janeiro: Zahar, 1975; Partindo de um instrumental khuniano, o trabalho de Ward é uma das melhores interpretações dos determinantes teóricos e ideológicos do caráter pluriparadigmático da ciência econômica.

[5] Diga-se desde logo, é porque percebe corretamente a importância destes "mestres não-ricardianos" entre os clássicos, que Schumpeter elegerá Stuart Mill - e os *Principles* deste - como referência paradigmática da escola. Como Schumpeter deixa claro em diversas passagens (vide, por exemplo, a introdução do quinto capítulo do segundo volume de SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Op. cit., pp. 189 e segs.), do seu ponto de vista, admitir que Mill sintetize o período clássico implica admitir que Bentham, Say e Senior são matrizes teóricas tão importantes quanto Ricardo na conformação desta escola. Como

É bem verdade que uma caracterização mais frouxa da economia política clássica pressupõe uma tamanha disparidade temática, teórica e metodológica interna que virtualmente impossibilita tomá-la como uma escola em sentido rigoroso. De fato! E é para este ponto que queremos chamar a atenção: a "escola clássica" (até mesmo por sua primazia histórica) comporta uma riqueza, uma heterogeneidade e uma tensão internas insofismáveis. E são justamente estas características que irão impor a virtual dissolução da "escola" poucas décadas após sua consolidação em torno de Ricardo, em um movimento que redundará na estruturação do **marxismo** e do **neoclassicismo** como versões **rigorosas** de pontencialidades teórico-discursivas **antagônicas** internas ao classicismo.

Quer nos parecer que uma forma sintética e elucidativa de expressão desta dualidade/tensão interior à "escola clássica" seja o resgate e tabulação das respostas contraditórias dadas por distintos autores "clássicos" a um conjunto restrito mas expressivo de questões referidas ao objetivo/objeto e aos fundamentos lógico-categoriais da análise econômica. Estas questões e suas distintas respostas "clássicas" são sistematizadas no "Quadro 1" abaixo; onde buscamos identificar a vertente de respostas e autores que alimentará, posteriormente, a emergência da tradição neoclássica, diferenciando-a daquela vertente de respostas e autores que será objeto de recusa por esta mesma tradição.

É de se salientar que o quadro abaixo não pretende ser exaustivo nem propriamente rigoroso. Afinal, o conjunto dos temas resgatados é demasiado amplo e complexo para que se possa pretender um enquadramento simples e unívoco dos economistas clássicos (e, até mesmo, de certos neoclássicos) nesta ou naquela vertente. Contudo, quer nos parecer que as limitações evidentes deste nosso exercício de "enquadramento" não sejam de monta a retirar toda e qualquer relevância do mesmo. E isto na exata medida em que o enquadramento abaixo facilita a percepção de algumas relações entre as distintas escolas do pensamento econômico que são vulgarmente desprivilegiadas por intérpretes da história da "triste ciência".

---

veremos logo adiante, contudo, este (inteligente) movimento de Schumpeter de traduzir a unidade da Escola Clássica na figura de Mill não só é discutível, como não contempla integralmente seu objetivo, que é o de, simultaneamente, determinar e relativizar o "corte epistemológico" presente na passagem do classicismo ao marginalismo.

Quadro 1

Objetivo, objeto e fundamentos lógico-categoriais da Anál. Eco.	**Eixo de respostas/autores recusado pelo neoclassicismo**	**Eixo de respostas/autores resgatado pelo neoclassicismo**
Objetivo fundamental da Ciência Econômica	Orientar a ação e a política econômicas (Smith, Ricardo)	Domínio das leis de reprodução da economia (Say, J.S. Mill)
Objeto privilegiado da Análise Econômica	Dinâmica de longo prazo (Smith, Ricardo)	Equilíbrio de curto prazo (Say)
Ponto de partida da Análise Econômica	Estrutura produtiva (Quesnay, Ricardo)	Indivíduo hedonista (Say, Bastiat)
Fundamento e medida do valor	O trabalho (Smith, Ricardo)	A utilidade (Say)
Padrão de "preço" que serve de referência teórica	Preço "natural" (Smith, Ricardo)	Preço de mercado (Say, Malthus)
Fundamento do rendimento capitalista	O excedente (Smith, Ricardo)	A poupança/abstinência (Senior, McCulloch)
Determinante da taxa de salário	Padrão social de subsistência (Smith, Ricardo)	Oferta e demanda de trabalho (Say, Bastiat, Malthus)
Determinante primário do nível de emprego e de produção	Demanda efetiva (Malthus, Sismondi)	Taxa de salário (Senior) Capacidade Produtiva (Ricardo)
Função privilegiada da concorrência	Alavancar a dinâmica econômica e o progresso técnico (Smith)	Garantir a equilibração da economia (Ricardo, Say)
Rendimento econômico típico	Crescente (Smith)	Decrescente (Ricardo, Malthus)
Determinação da oferta monetária e sua relação com o NGP	Endógena e mediata (Smith, Thornton)	Exógena e imediata (Ricardo, Say)

Pensamos aqui, em particular, em três relações que estão no centro de nossos desenvolvimentos subsequentes e que estruturam nossa proposta de interpretação da "revolução marginalista"; quais sejam: **1) a vertente francesa da economia política clássica - com Say à frente, seguido de Bastiat - é o principal esteio teórico-metodológico do neoclassicismo**; **2) a obra de Ricardo não só não é objeto de denegação sistemática, como é um dos esteios teóricos da tradição neoclássica**; e, finalmente, **3)** o eixo de respostas clássicas recusado pelo neoclassicismo perfaz ele mesmo uma unidade que se desdobra no marxismo - o que implica reconhecer que a gama de oposições metodológicas e analíticas entre estas duas escolas científicas é tamanha que é possível definir-se um pelo outro negativamente: **o neoclassicismo é um anti-marxismo, e vice-versa.** Analisemos cada uma destas assertivas com mais atenção.

2.1. A influência de Say e a subordinação da teoria da distribuição à teoria dos preços.

Dada a própria polêmica em torno das bases lógico-históricas da Escola Neoclássica, não é de se estranhar que nenhuma das três conclusões acima seja consensual na literatura. É bem verdade que a primeira dentre estas encontra guarida em um conjunto amplo e diversificado de autores: de Jevons - que não poupou elogios ao conjunto da tradição francesa da Economia Política[6] - a Schumpeter - para quem a Escola de Lausanne era herdeira direta de Say - passando pela maioria dos intérpretes marxistas da História do Pensamento Econômico, para os quais o neoclassicismo não é mais do que a versão formalizada da economia vulgar. De outro lado, esta tese é firmemente rechaçada (desde Walras, que só reconhece seu pai, Auguste, como legítimo precursor[7]) pela maior parte dos intérpretes neoclássicos do pensamento econômico, que vêem na análise marginal propriamente dita e na rigorosa formalização matemática a essência caracterizadora desta escola.

Aparentemente este debate não teria maior significação teórica, interessando apenas àqueles que se ocupam da "arqueologia da ciência". O problema é que, numa ciência tão nova e (pelo menos de acordo com a maioria de seus intérpretes) tão pouco consolidada quanto a nossa, a determinação dos fundamentos histórico-metodológicos das diversas escolas é fundamental à compreensão da racionalidade (da "razão de ser") das mesmas. Mas isto não é tudo. Na verdade, a admissão ou a recusa da influência de Say na articulação da tradição neoclássica diz respeito à própria caracterização da **teoria da distribuição** desta escola. Afinal, **aceitar a leitura de Say como precursor do neoclassicismo implica admitir que a teoria da distribuição desta escola é menos articulada com o princípio da "produtividade marginal decrescente" do que usualmente se pensa**. É exatamente este ponto de vista que Schumpeter defende quando diz:

> "A **produção** no sentido econômico do termo, **nada mais é do que uma combinação, pela compra, de serviços indispensáveis e escassos. Neste processo, cada um dos serviços indispensáveis e escassos aufere um preço, e a determinação destes preços é tudo em que consiste fundamentalmente a distribuição ou a formação da renda.** Assim o processo efetua, numa única série de etapas, a produção no sentido econômico e, através da avaliação dos serviços produtivos relativos à produção, também a distribuição ou a formação de rendas. Assim, nesse esquema, a produção e a distribuição capitalistas deixam de ser o que seriam numa comunidade socialista, ou

---

[6]Vide JEVONS, S. *A teoria da economia política.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os elogios à escola francesa emergem nos mais diversos momentos desta obra, a começar pelo prefácio à segunda edição.

[7] Já o primeiro capítulo do *Elementos* de Walras volta-se à crítica de Say e seu conceito de Economia Política. Na verdade, as críticas de Walras a este autor são tão recorrentes que acabam por levantar a suspeita de que se trata de um esforço (consciente ou não, pouco importa) de, desvalorizando as contribuições do mais importante economista da tradição francesa, convencer os leitores da importância e originalidade da obra do pai. Vide a este respeito WALRAS, L. *Elementos de economia política pura.* São Paulo: Abril Cultural, 1983; em particular o décimo-quarto capítulo, intitulado "Exposição e refutação das doutrinas de A. Smith e de J.-B. Say sobre a origem do valor de troca".

> seja, dois processos distintos: não encaramos mais do que um processo de escolhas e de avaliações do qual a produção e a distribuição são apenas dois aspectos diferentes. **A tarefa analítica de mostrar como este princípio ... pode ser aplicado ... ao caso de bens e serviços de produção, não foi claramente discernida ... antes do advento da teoria da imputação ... . Mas a tese fundamental, de que o processo de produção-distribuição da sociedade capitalista é, em última análise, uma teia de trocas de serviços produtivos (ou diretamente consumíveis) uns pelos outros - sendo que o empresário empregador age como um intermediário - surge com uma clareza inconfundível no *Traité* de Say.**"[8]

Há vários aspectos a salientar nesta passagem de Schumpeter. Em primeiro lugar, é preciso entender que, para este autor, **a "moderna teoria da distribuição" caracteriza-se essencialmente pela subordinação do processo distributivo ao processo mais geral de formação de preços; nela, a distribuição não é mais do que um momento dos preços.** O que é o mesmo que dizer que a "moderna teoria da distribuição" não é mais do que um anti-ricardianismo. Afinal - pelo menos na interpretação de Schumpeter e de Sraffa -, o que caracteriza o sistema ricardiano é a cisão relativa entre as teorias da produção (da qual faz parte a teoria dos preços) e da distribuição. Uma cisão que - e este é o segundo aspecto a salientar -, para Schumpeter, seria válida no sistema socialista (onde a produção não carrega já a distribuição; onde é possível produzir-se e, depois - a partir de critérios políticos e institucionais - definir-se como distribuir o produto). Mas que não é válida no capitalismo; onde a própria decisão (empresarial) de produção implica já em compra de serviços produtivos que têm preços; e cujos preços - definidos e universalizados no mercado - não são mais do que a parte alíquota da renda que cabe aos proprietários dos distintos fatores de produção.

A diferenciação de dois níveis da intervenção de Schumpeter é importante na medida em que nos ajuda a determinar sua própria interpretação de Say e da relação deste com a escola neoclássica. Na verdade, para Schumpeter, **Say já é "moderno" na medida em que se recusa à falsa cisão ricardiana entre formação de preços e distribuição.** Porém, o Say de Schumpeter não é apenas "moderno". Neste sentido de modernidade, Marx já o era; e nem por isto Schumpeter pretenderá que este último autor seja um "precursor do neoclassicismo". Para além de "moderno", Say é visto por Schumpeter como o pai de uma alternativa teórica particular ao sistema ricardiano, cuja principal característica será a de tomar a **produção, a distribuição e a troca como momentos interdependentes e reciprocamente determinados do processo mais geral de reprodução econômica, cuja essência lógica e mecanismo ordenador é dado pela "precificação" ao nível de distintos mercados.**

---

[8] SCHUMPETER, J.A. Op. cit. pp. 231 e 232 (os grifos são meus).

É mais ou menos evidente que o "passo a mais" que Schumpeter atribui a Say na crítica a Ricardo é absolutamente seminal[9]. Afinal, nele não se encontra apenas a identificação de um mercado de serviços produtivos e de um processo particular e diferenciado de formação de preços destes. Encontra-se também o reconhecimento de que o processo reprodutivo é rigorosamente circular, de tal sorte que - com o apoio mais passivo do que propriamente ativo do empresário - **são as "famílias"** (enquanto consumidoras, de um lado, e proprietárias, de outro) **que definem a distribuição do sistema**.

E não será preciso esclarecer que este movimento mais geral de pensar o processo de produção como um processo meramente mediador/articulador de dois macro-mercados básicos - o mercado de serviços e o mercado de produtos - está no centro da própria "revolução neoclássica". Walras é absolutamente explícito neste particular, e nos diz em sua Lição XVI do *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura* (sintomaticamente intitulada "Elementos e Mecanismos da Produção", ainda que voltada para a apresentação dos fundamentos do processo distributivo) que:

> "devemos ... evitar, quer o erro dos economistas ingleses que identificam o empresário com o capitalista, quer o erro de certo número de economistas franceses que fazem do empresário um trabalhador, considerando-o como especialmente encarregado do trabalho de direção da empresa.
> Posto isso, como consequência dessa primeira concepção do papel do empresário, devemos conceber dois mercados distintos.
> Um é o *mercado de serviços*. Nele encontram-se os proprietários fundiários, os trabalhadores e os capitalistas, como vendedores, e os empresários como compradores de serviços produtivos ... . Esses serviços produtivos são trocados segundo o mecanismo da livre concorrência com intervenção de numerário. Anuncia-se, para cada um deles, um preço em numerário; se a esse preço assim anunciado a demanda efetiva é superior à oferta efetiva, os empresários começam a oferecer lances mais altos e há alta; se a oferta efetiva é superior à demanda efetiva, os proprietários fundiários, os trabalhadores e os capitalistas começam a liquidar e há baixa. O preço corrente de cada serviço é aquele para o qual a oferta e a demanda efetiva são iguais. .....
> Eis como ,graças à distinção entre o capital e o rendimento e à definição do empresário, temos, simultaneamente, os serviços produtivos e um mercado desses serviços; nesse mercado, uma oferta e uma demanda efetivas e, finalmente, em consequência dessa oferta e dessa demanda, um preço corrente. Mais tarde veremos os infrutíferos esforços feitos pelos economistas franceses ou ingleses para determinar o arrendamento, o salário e o juro, isto é, o preço dos serviços produtivos, sem o mercado desses serviços.

---

[9] Neste sentido, vale a pena observar desde já que o movimento teórico dos autores pós-marginalistas que serão objeto de tratamento em nosso próximo capítulo pode ser lido como um movimento de radicalização subversiva deste "passo a mais" neoclássico. Em particular, a teoria kaleckiana da distribuição pode ser lida como a radicalização da crítica neoclássica à cisão ricardiana entre preços e distribuição. Só que, enquanto o neoclassicismo (na esteira de Say) analisa a precificação nos mercados de produtos e de fatores como processos simultâneos e hierarquicamente equivalentes, **o pós-marginalismo kaleckiano caracteriza-se por subordinar a distribuição ao processo de formação de preços no mercado de produtos**.

> O outro mercado é o *mercado de produtos*. Nele encontram-se os empresários como vendedores e os proprietários fundiários, os trabalhadores e os capitalistas como compradores de produtos. "[10]

E, logo adiante, Walras acrescenta que, se os dois macro-mercados estão em equilíbrio,

> "pode-se mesmo ... fazer abstração da intervenção dos empresários e considerar não apenas os serviços produtivos como sendo trocados pelos produtos e os produtos como sendo trocados pelos serviços produtivos como também os serviços produtivos como sendo trocados, no fim das contas, uns pelos outros. O próprio Bastiat afirma corretamente que, em última análise, serviços são trocados por serviços; mas apenas compreende os serviços pessoais, enquanto nós falamos de serviços fundiários, pessoais e mobiliários."[11]

Nós teremos de voltar mais adiante a esta caracterização do processo distributivo dada por Walras; em particular ao discutirmos (na seção 3.3. abaixo) a problemática teoria do lucro a ela associada. Por enquanto, nos interessa resgatar aqui os determinantes mais profundos da virtual - a despeito do que pretende Walras, sempre cioso de sua originalidade - identidade da leitura deste autor do processo distributivo com aquela que emana de Say e de toda a vertente francesa da tradição clássica.

2.1.1. O *Traité* de Say

No primeiro capítulo de seu *Tratado de Economia Política* - sintomaticamente intitulado "O que se deve entender por Produção" -, Say anuncia o eixo de toda a sua intervenção teórica. E isto nem tanto (ainda que também) em função da resposta que dará à questão-título deste capítulo ("A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade"[12]); mas em função da caracterização do valor que aí emerge. Segundo Say,

> "O valor de cada coisa é arbitrário e vago enquanto não for reconhecido. ... A partir do momento, entretanto, em que outras pessoas, para adquiri-la, concordam em dar em troca outras coisas dotadas de valor, a quantidade dessas últimas dadas em troca é a medida do valor da primeira, pois será dado tanto mais quanto maior for o valor desta."[13]

O anúncio da modernidade se faz, evidentemente, pelo deslocamento da produção do centro do processo de determinação do valor. Este movimento é plurissignificativo, e deve ser bem entendido. Em primeiro lugar, ele abre espaço para que se pense **como um único movimento** o processo de formação de preços dos bens e serviços reprodutíveis (sob as mais diversas condições e determinações) e irreprodutíveis. Terra, obras de arte, mão-de-obra e bens

---

[10] WALRAS, L. Op. cit. pp. 116/7.
[11] Idem, pp. 118/9.
[12] SAY, J.B. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 68.
[13] Idem, p. 67.

industriais entram, agora, em uma mesma cesta. Todos podem - e, por isto mesmo, devem - ser abarcados por um mesmo movimento teórico. Um movimento cuja essência universalizante pressupõe a identificação de um espaço universal - o mercado - como sede e núcleo do processo de formação de preços.

Veremos mais adiante (no item 2.3, abaixo) o significado metodológico (e ideológico) deste movimento de universalização. Por enquanto nos interessa apenas extrair suas consequências. E a primeira delas é a de que, desde então, não há mais "preço natural". Ou, antes: se há, ele não pode ser outra coisa do que o preço que o mercado (no curto, médio, ou longo prazo) considera natural. Este é um movimento sutil, mas de extrema importância. Desde logo, ele simplesmente inviabiliza que se pensa em troca de inequivalentes ou, por isto mesmo, em exploração. **No sistema de Say, toda a troca livremente pactuada é, por definição, uma troca de equivalentes.**

Mas se retomamos as reflexões de nosso capítulo anterior fica claro que a conclusão acima só é logicamente consistente na medida em que se faça a abstração de qualquer consideração sobre os fundamentos históricos e sócio-institucionais do mercado. E assim é: **para Say o mercado é um dado**. E não importa aqui - pelo menos a princípio - se este "dado" é natural ou não. O que importa é que, no movimento sutil (e aparentemente inconsequente) de determinação do valor pelo mercado, **o que Say anuncia é a "independência da Economia" (já nem tão Política) *vis-à-vis* qualquer consideração de ordem histórico-institucional.** Se antes (ou depois) não havia (ou não haverá) mercado, pouco importa. O que importa é que, na sociedade "moderna", o conjunto das relações humanas não mediadas pelo Estado ou pela família são relações mercantis. **A ciência econômica estuda a lógica estrita (e pretensamente auto-suficiente) destas relações não-institucionais que articulam (e contrapõem) meros indivíduos em busca da máxima satisfação privada**[14].

Este movimento de universalização/deshistoricização da teoria do valor tem por consequência a identificação de um novo papel (agora central) para a demanda no processo de determinação dos preços. Afinal, se o valor é um fenômeno da troca, ele se identifica primariamente à demanda recíproca dos bens intercambiados. De tal forma que o desenvolvimento necessário desta perspectiva é a articulação de uma teoria da demanda, cujo ponto de partida é o reconhecimento de que:

---

[14] É interessante observar que se imiscui neste movimento de Say uma crítica da Economia Política de Quesnay, Smith e Ricardo que é diametralmente oposta à crítica de Marx. Para Marx, a Economia Política ricardiana é já vítima do fetiche e da falsa autonomia do mercado. Para Say, o equívoco daqueles economistas foi o de não diferenciar suficientemente a Economia das questões referentes à administração pública e à política econômica. Vide, a este respeito, todo o "Discurso Preliminar" que abre o *Tratado* de Say (Op. cit. pp. 39 e segs.), que é uma defesa surpreendentemente "moderna" da aplicabilidade do projeto científico "cartesiano-positivista" à ciência econômica. Voltaremos a estas questões no ítem 2.3. abaixo.

> "O valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas podem fazer. ...
> A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas, permitam-me chamá-la *utilidade*.
> Direi que criar objetos dotados de uma utilidade qualquer é criar riquezas, visto que a utilidade desses objetos constitui o primeiro fundamento do seu valor e que seu valor é riqueza."[15]

Mas se a utilidade é o ponto de partida para a compreensão dos determinantes da demanda em um sentido mais geral, há que se explicar o que determina a quantidade demandada de cada bem e o valor de troca correspondente a esta quantidade. Desde logo, a demanda tem de ser pensada como demanda recíproca; vale dizer: a demanda de qualquer consumidor se associa ao poder de compra que ele possui; o que, por sua vez depende dos bens que ele dispõe para a troca e da demanda que os demais ofertantes/produtores realizam sobre estes mesmos bens. Ou, ainda:

> "As capacidades dos consumidores são muito variadas. Só podem adquirir os produtos que desejam oferecendo outros produtos de sua própria criação, ou melhor, da criação de seus fundos produtivos, que ... compõem-se da capacidade industrial humana e das qualidades produtivas de suas terras e seus capitais. ... **Os produtos resultantes do serviço que eles podem prestar são limitados, e cada consumidor só pode comprar uma quantidade de produtos proporcional ao que ele próprio pode produzir**. Dessas capacidades individuais decorre uma capacidade ou possibilidade geral em cada nação de comprar as coisas que são próprias a satisfazerem as necessidades dessa mesma nação. Em outros termos, cada nação só pode consumir na proporção do que produz."[16]

Nesta passagem há dois pontos a serem salientados. Em primeiro lugar, a introdução da idéia de que, **numa economia mercantil** - em que a condição de compra é a venda de bens ou de "fundos produtivos" -, **os rendimentos dos agentes econômicos são proporcionais à contribuição de cada um ao processo produtivo**. Na realidade, este é um desdobramento lógico do movimento de Say de determinar a distribuição a partir da troca: se alguém recebe, é porque vende; se alguém vende, é porque outrem quis comprar; se alguém quis comprar, é porque o bem ou serviço comprado é útil e "vale", para o comprador, tanto ou mais do que os bens (ou serviços) que ele terá de dar em troca. E como ninguém quer pagar mais do que o

---

[15] Idem, p. 68. A confusão que Say faz aqui, em termos da teoria neoclássica moderna, entre utilidade total (riqueza) e utilidade marginal (valor) não deve obscurecer a verdadeira essência da passagem, que é a de fundamentar o valor na demanda e na utilidade por oposição à tradição inglesa que o quer fundar na oferta e nos custos de produção. Este objetivo é inclusive explicitado por Say na nota de pé de página que acompanha a citação reproduzida acima, onde se lê: "É bem verdade que o preço corrente de um produto não poderia, de maneira contínua, cair abaixo dos custos de sua produção: em tal caso, ninguém desejaria contribuir para sua criação. Não são, porém, os custos realizados para produzi-los que determinam o preço que o consumidor consente em pagar pelo produto: tal determinação resulta exclusivamente de sua utilidade." Idem, ibidem.

[16] Idem, p. 271 (o grifo é meu).

necessário ou receber menos do que o possível, o mercado funciona de tal forma a arbitrar valores universais para os distintos produtos e serviços; valores que remuneram cada proprietário/produtor de acordo com o que o coletivo avalia ser a importância (vale dizer, a utilidade) da contribuição de cada um. O que nos permite concluir que se o fundamento da troca mercantil é a busca de vantagem pessoal, seu resultado inconsciente é uma certa forma de justiça social.

A importância da passagem citada acima não se restringe, contudo, ao fato de trazer à luz a primazia de Say na defesa da tese (tão característica de um certo neoclassicismo) da convergência entre apropriação e contribuição na sociedade mercantil-capitalista[17]. Em termos analíticos, ela introduz a idéia de restrição orçamentária, fazendo-a operar como um elo de ligação entre produção, distribuição e consumo. É por isto que, na sequência da citação anterior, Say dirá:

> "O que uma nação pode produzir não depende unicamente da extensão de seus fundos produtivos, mas também de suas preferências. Para uma nação apática e preguiçosa, os prazeres que nascem do desenvolvimento de nossas faculdades físicas e intelectuais e aqueles que as riquezas proporcionam são menores do que a felicidade de não fazer nada. Nesses países, os homens não produzem tanto quanto uma nação mais desenvolvida. Seja como for, cada indivíduo ou família .... é obrigado a fazer uma espécie de classificação de suas necessidades, a fim de satisfazer as que são mais importantes a seus olhos, ...
> Ora, é um fato que cada pessoa, seja em virtude de um plano previamente fixado, seja para obedecer os hábitos adquiridos ou aos impulsos do momento, por intermédio da renda de que dispõe ..., faz tal despesa de preferência a tal outra. .....
> Daí nasce para cada produto, determinada quantidade procurada e demandada em cada lugar, quantidade esta que se modifica pelo preço a que o produto pode ser fornecido. Quanto mais caro .... tanto mais recuará na classificação feita pelos consumidores, preferindo-se todos os produtos capazes de propiciar, pelo mesmo preço, uma satisfação maior."[18]

Observem-se os passos: cada um pode se apropriar de acordo com o que vende e, "portanto", de acordo com o que contribui (segundo a avaliação do mercado) para a riqueza social. Mas cada um contribui com aquele *quantum* de serviços cuja venda lhe permite adquirir um conjunto alternativo de bens cujo valor iguale o ônus subjacente ao abandono do ócio. E, a

---

[17] É oportuno observar aqui que Say deriva esta igualdade entre recebimentos e contribuição social à produção sem qualquer referência ao conceito de produtividade marginal dos fatores. E isto não é gratuito. Como procuraremos demonstrar mais adiante, o conceito de produtividade marginal não apenas não é condição para a conclusão de Say, como, de uma certa perspectiva, contribui para a crítica da mesma.

[18] Idem, p. 271. A modernidade da passagem, que claramente antecipa a teoria neoclássica do equilíbrio do consumidor, prescinde de comentários. E o desdobramento natural deste tratamento da demanda, é o de pensá-la como função dos preços, de tal forma que "... se a quantidade varia segundo o preço a que pode ser oferecida, percebe-se que **nunca se deve falar de *quantidade demandada* sem se explicar ou supor admitida a seguinte restrição: ao preço a que se pode obtê-la**." Idem, p. 273 (o grifo em negrito é meu).

partir destes recebimentos, cada um compra um conjunto distinto e limitado de bens, de forma tal a maximizar a utilidade privada por unidade de valor despendida. Nas duas pontas do processo encontra-se o mesmo agente; só que, primeiramente, ele aparece como ofertante de insumos, e posteriormente (em sentido meramente lógico, e não cronológico) como consumidor. E será a partir das decisões - ou, se se preferir, das funções utilidade - deste(s) agente(s) que terá de emergir a solução das incógnitas do sistema: os preços dos bens finais e a distribuição. Senão vejamos:

> "Afirmei que o preço dos produtos se fixa, em cada lugar, no nível a que são elevados pelos seus custos de produção, desde que a utilidade que lhes é conferida dê origem ao desejo de adquiri-los. Essa concepção nos permite conhecer parte das leis que determinam a quantidade dos produtos que é dada a fim de se obter um outro. Resta-nos conhecer as bases que determinam seus custos de produção, isto é, que determinam os preços dos serviços produtivos.
> Se todos os produtos fossem resultado apenas do trabalho do homem e, ademais, de um trabalho de mesmo valor .... seus custos de produção estariam em relação uns aos outros como o número de jornadas exigidas pela sua produção. Acontece, porém, que não somente os produtos resultam do concurso dos capitais e das terras, bem como do trabalho humano, mas que esses diferentes serviços possuem qualidades muito distintas, encontrando-se, além disso, em condições de poder fazer com que seu concurso seja pago por preços muito diferentes. Um empresário de indústria é obrigado a pagar mais caro o tempo e o trabalho de um colaborador eminente por seu talento do que quando seu colaborador fornece apenas um trabalho medíocre. O proprietário do bem fundiário e o do capital, que concorrem para a produção exclusivamente por meio de seus instrumentos, retiram dessa produção de acordo com as circunstâncias, contribuições muito diversas. Com efeito, um terreno situado nos limites de uma cidade e as construções que nele se edificam rendem muito mais do que a mesma extensão de terreno e as mesmas construções quando situadas em local menos favorável. **Um produto será mais caro, portanto, dependendo de sua produção exigir não somente mais serviços produtivos, mas serviços produtivos cuja retribuição é maior.** Para que tal produto possa ser criado, será preciso que seus consumidores tenham a vontade e o poder de pagar por ele. Caso contrário não será produzido."[19]

Admiremos mais uma vez os passos de Say. Em primeiro lugar,- Say não recusa a tendência à convergência entre preços e custos de produção. Pelo contrário: se os bens são reprodutíveis e encontram demanda ao preço mínimo em que podem ser ofertados, esta convergência é, para Say, um movimento sistemático. Só que esta convergência não se resolve numa tendência à igualação com os custos em trabalho. E isto na medida em que outros dois serviços produtivos - capital e bens fundiários - também participam do processo de produção e apresentam custos para serem apropriados. Mas isto não é tudo: para Say, estes três serviços não são homogêneos, mas apresentam diferenciais de produtividade. Os serviços mais produtivos - à diferença dos serviços medíocres - são mais escassos e, consequentemente, atingem maior remuneração, impingindo custos (totais) mais elevados à produção. De tal sorte

---

[19] Idem, p. 274 (o grifo é meu).

que os bens que exigem a contribuição de serviços produtivos mais onerosos só serão produzidos se encontrarem no mercado consumidores aptos e dispostos a pagar seus preços superiores.

A construção em si é, se comparada com as formulações neoclássicas contemporâneas, tosca e sub-determinada. Em particular a passagem que associa os diferenciais de produtividade dos diversos serviços produtivos a seus custos de apropriação é criticável. E isto não porque Say ignore que os serviços produtivos só podem ser incorporados enquanto o valor do produto que gerarem exceder ou, no limite, igualar o custo de apropriação dos mesmos. Esta idéia - que é canônica da teoria neoclássica de alocação de recursos - subjaz à concepção de Say de que haveria uma convergência dos preços para os custos. O que falta a Say é apenas a categoria de produtividade marginal, que é indissociável da idéia de que os serviços produtivos seriam substituíveis entre si. O que, contudo (e este é o ponto a salientar), não anula o caráter quase-neoclássico da construção de Say. Sem que se precise apelar para o argumento de que Say é ambíguo no que diz respeito à substitubilidade dos fatores[20], o que importa entender é que, neste autor, a pressuposição de coeficientes técnicos rígidos toma a forma de um caso especial - na verdade, o caso mais simples - do sistema neoclássico[21]. Senão vejamos.

Como já apontamos acima, o espírito neoclássico da construção de Say se impõe já na clara identificação da circularidade do processo de determinação do preço dos serviços dos fatores. De um lado estão os próprios proprietários destes fatores, que os oferecem em maior ou menor quantidade a partir de avaliações privadas dos custos subjetivos inerentes a este movimento. Mas do outro lado, do lado da demanda destes fatores, só se encontram os empresários em um sentido formal. Na verdade, a função do empresário é a de responder com eficiência às pressões de demanda oriundas dos consumidores finais, vale dizer: dos próprios ofertantes de serviços. Com o que, **pode-se dizer que os proprietários dos fatores são, em última instância, os responsáveis tanto pela oferta quanto pela demanda dos serviços produtivos que prestam. E o preço de equilíbrio dos fatores produtivos cedidos apenas vai expressar, por um lado, a avaliação subjetiva destes agentes em torno dos custos de cedê-los, e, por outro, das contribuições relativas dos mesmos para a produção dos bens de consumo demandados por estes mesmos proprietários**.

---

[20] Veja-se por exemplo o capítulo VII do Livro Primeiro do *Tratado*, intitulado "O trabalho do homem, o trabalho da natureza e o trabalho das máquinas". SAY, J-B. Op. cit. pp. 91 e segs.

[21] Poder-se-ia pretender que, tendo em vista a própria generalidade do sistema neoclássico, todo e qualquer modelo de formação de preços e distribuição pudesse ser enquadrado como um "caso especial" daquele primeiro. Mas isto não é verdade; como se pode comprovar facilmente a partir do resgate dos dois sistemas teóricos analisados anteriormente, o ricardiano e o marxiano. A despeito de ambos admitirem a substitubilidade relativa de homens, máquinas e terra, nenhum dos dois pode ser subsumido a um "caso especial" do neoclacissimo. E isto já na medida em que, em ambos, o lucro (e o juro, que lhe é subordinado) é um **excedente estrutural** originado de uma **troca desigual** entre os produtores diretos (que fornecem todo o trabalho e sustentam toda a produção) e os proprietários dos meios de produção.

Mas isto não é tudo. Para além da soberania do consumidor/proprietário, o sistema de Say é igualmente marcado pela idéia de convergência tendencial entre preços e custos, que é tipicamente neoclássica. De acordo com este autor:

> "O preço do produto será, por conseguinte, a soma necessária para pagar os serviços indispensáveis à sua criação. Assim, quando alguns autores, como David Ricardo, afirmam que são os custos de produção que decidem o valor dos produtos, têm razão no sentido de que os produtos nunca são vendidos durante muito tempo por um preço inferior a seus custos de produção. Quando, porém, afirmam que a demanda dos produtos não influi em seu valor, estão, ao que me parece, cometendo um erro, pois a **demanda influi sobre o valor dos serviços produtivos** e, aumentando os custos de produção, eleva o valor dos produtos, sem, por isso, ultrapassar os custos de produção."[22]

Não é difícil perceber que a defesa da tese de que os preços tendem a se igualar aos custos não tem qualquer relação com Ricardo, para quem o excedente é estrutural, e pressupõe justamente a não-igualação de preços e custos. Somente para Say - e para os neoclássicos - esta convergência é tendencial. E o é não apenas porque os juros e a renda são (tanto quanto o salário) custos de produção; mas também porque, no processo de acumulação alavancado pela presença de lucros puros, os custos de apropriação dos "serviços produtivos" se elevam. Vale dizer: a tendência à negação do lucro puro (que, podendo se realizar com maior ou menor eficácia, seria inexorável em uma economia competitiva) e a consequente convergência entre preços e custos resulta da escassez relativa dos serviços produtivos, que se resolve na inclinação positiva e crescente da curva de oferta dos mesmos[23]. Ou, como diz Walras (fazendo eco a Say em sua "Exposição e refutação da teoria inglesa sobre o preço dos produtos"), ao contrário do que pretenderiam os ricardianos

> "não existe um montante de despesas de produção que, ele próprio determinado, determine em consequência o preço de venda dos produtos. O preço de venda dos produtos é determinado no mercado de produtos em razão de sua utilidade e de sua quantidade; não há outras condições a considerar; são condições necessárias e suficientes. Pouco importa se esses produtos tenham custado mais ou menos que esse preço de venda em despesas de produção. Se custaram mais, pior para os empresários: sofrem uma perda; se custaram menos, melhor para eles: realizam um lucro. Longe de ser o preço de custo dos produtos em serviços produtivos que determina seu preço de venda, é antes seu preço de venda que determina seu preço de custo em serviços produtivos. Com efeito, o preço dos serviços produtivos é estabelecido, no mercado desses serviços, em razão da oferta que aí é feita pelos proprietários fundiários, trabalhadores e capitalistas, e da demanda que aí é feita pelos empresários. E essa demanda depende de quê? Precisamente do preço dos produtos. Para os produtos que custaram mais que o preço de venda em despesas de produção, a demanda dos

---

[22] Idem, pp. 274 e 275 (o grifo é meu).

[23] Nas sub-seções 3.1. e 3.2. questionaremos a validade desta construção, mais uma vez dentro dos limites lógicos e analíticos estritamente neoclássicos.

> empresários se reduz, e o preço dos serviços produtivos baixa. Para os produtos que custaram menos, a demanda dos empresários cresce e o preço dos serviços produtivos se eleva. Esse é o encadeamento dos fenômenos e é inexato concebê-lo de outra forma."[24]

Nesta curta - mas expressiva - passagem, Walras traduz o que nos parece ser não só o núcleo da oposição marginalista à escola ricardiana, mas a essência da teoria da distribuição do novo paradigma. Se confrontada genericamente com a tradição pregressa da economia política, o que a nova perspectiva teórica introduz é o deslocamento da categoria de excedente e lucro do centro da análise. Se confrontada especificamente com a tradição marxista (ou, se se preferir, com a interpretação schumpeteriana de Marx), este deslocamento se resolve na inversão da hegemonia na relação firma capitalista / agentes produtivos. **Enquanto para Marx é a lógica da firma/capital que, determinando a temporalidade e a forma do processo de incorporação dos serviços produtivos, determina a distribuição do produto social; na equação Say-Walras são as famílias consumidoras-proprietárias que, em função do seu perfil de demanda por bens e do seu perfil de oferta dos serviços produtivos, determinam a distribuição. Neste último caso, a única função econômica das firmas (ou, antes, dos empresários) é a de conduzir o sistema até aquele ponto onde, dadas as técnicas de produção disponíveis (que podem envolver rigidez nos coeficientes relativos de incorporação dos serviços produtivos), as funções demanda dos bens e as (inelásticas) funções oferta dos serviços são compatibilizadas e a economia alcança equilibrar-se.**

Ora, se se aceita que é este resgate do caráter circular do processo econômico e o consequente descentramento da firma capitalista (e das categorias de excedente e de lucro) do papel de núcleo articulador dos processos imbricados de alocação de recursos, formação de preços e distribuição de rendimentos que caracteriza o neoclassicismo, então há que se admitir que Say já é "neoclássico". Com a ressalva de que o instrumental analítico manipulado por Say é insuficiente para a demonstração da consistência lógica de sua construção global. Ao fazer das funções de demanda e oferta do conjunto das famílias consumidoras/proprietárias o eixo da determinação da renda nacional e da distribuição, Say aponta - sem desenvolver - para um sistema de **equilíbrio geral** cuja determinação solicita um instrumental matemático relativamente sofisticado que ele não domina.[25]. Para além disto, a estrutura global da obra de Say é tal que nos leva a crer que este autor projetava os coeficientes técnicos de produção como essencialmente fixos no curto prazo; o que retira flexibilidade do sistema, tornando a função empresarial absolutamente passiva e a técnica de produção um dado exógeno, essencialmente extra-econômico. A superação destas duas limitações pelos teóricos articuladores da "revolução

---

[24] WALRAS, L. Op. cit. p. 224.
[25] A este respeito, vide SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p 232.

marginalista" terá de envolver, assim, o resgate de outras referências teóricas e metodológicas clássicas. Um resgate que é o objeto das duas próximas subseções deste capítulo.

2.2. A influência de Ricardo e a teoria da produtividade marginal dos fatores de produção.

De acordo com o Quadro 1 acima, fica bastante claro que o ricardianismo enquanto estrutura teórica mais geral alimenta prioritariamente aquela vertente da economia política clássica que se desdobrará no marxismo, e não a vertente que redundará no neoclassicismo. Há contudo um aspecto da teoria ricardiana da produção que será incorporada ao arcabouço teórico neoclássico onde ocupará papel de destaque: trata-se dos rendimentos decrescentes da produção. Ainda que, em Ricardo, esta hipótese esteja restrita à agricultura, a importância da mesma no conjunto do sistema teórico deste autor é insofismável: é daí que se deriva a projeção de uma queda da taxa de lucro e a tendência ao estado estacionário. Simultaneamente, é do princípio da produtividade marginal decrescente que Ricardo desenvolverá sua teoria da renda: uma teoria que, segundo não poucos intérpretes, forneceria as bases da teoria neoclássica da distribuição[26].

É bem verdade que há, dentro e fora do neoclassicismo, inúmeros críticos desta aproximação[27], que parece obscurecer diferenças fundamentais do modelo ricardiano básico - onde não haveria nenhum fator de produção propriamente constante, de tal forma que a queda de produtividade marginal da terra diz respeito apenas à heterogeneidade qualitativa desta -, *vis-à-vis* um sistema teórico onde o cálculo da produtividade marginal de cada fator (e seu decréscimo presumível) pressupõe uma **dada** disponibilidade dos demais fatores.

O problema de interpretação é real, mas sua solução vem à tona com facilidade quando, seguindo Walras, reconhecemos que **Ricardo não tem apenas uma, mas duas teorias da renda da terra.** Assim é que, ao lado de sua versão mais tradicional, em que as pressões de demanda sobre produtos agrícolas só podem ser respondidas com a ocupação de novas terras, Ricardo reconhece que

> "... ocorre com frequência que, antes de entrarem em cultivo as terras n. 2, 3, 4, 5, ou ainda as de pior qualidade, o capital seja empregado mais produtivamente naquelas terras já em uso. Pode ocasionalmente acontecer que, embora o produto não duplique, isto é, não aumente em 100 *quarters* , quando se duplica o capital originalmente empregado na faixa n. 1, chegue a crescer em 85 *quarters*, obtendo-se uma quantidade

[26] A este respeito Jevons diz:"Muitas partes da doutrina econômica me parecem tão científicas na forma quanto estão em conformidade com os fatos. Mencionaria especialmente as Teorias da População e da Renda, sendo esta última uma teoria de caráter eminentemente matemático, que parece fornecer a chave para a maneira correta de tratar o conjunto da ciênciaJEVONS, S. Op. cit. p. 3.

[27] Vide, a este respeito, BENETTI, C. Op. cit. p.52 e segs.

> superior àquela que poderia ser conseguida pelo emprego do mesmo capital aplicado na terra n. 3.
> Nesse caso, o capital será preferivelmente empregado na terra antiga e produzirá igualmente uma renda, pois esta é sempre a diferença entre os produtos obtidos com o emprego de duas quantidades iguais de capital e de trabalho.[28]"

Donde Walras conclui que

> "... se a taxa de produção é, para cada terra, uma função decrescente do capital empregado, não há nenhuma razão para não se supor que, tendo o capital empregado aumentado de uma quantidade infinitamente pequena, a taxa de produção não deva diminuir de uma quantidade infinitamente pequena".[29]

Mas, se é assim, dada a definição de renda fornecida acima por Ricardo, esta será a diferença entre o produto total obtido em uma dada unidade de terra e o produto da última unidade de capital multiplicado pelo volume de capital total empregado. Só assim, se estará respeitando o princípio ricardiano de que duas unidades iguais de capital não podem receber rendimentos distintos; com o que, define-se o volume total de capital empregado a partir da exigência de que a última unidade proporcione a taxa de lucro média (ou, em termos modernos, que cubra o custo de oportunidade do investidor).

Desta formulação, Walras extrai imediatamente duas críticas à teoria ricardiana da renda. A primeira (e mais simples) envolve reconhecer que o primeiro modelo deste autor "que supõe essencialmente que as piores terras cultivadas não dão arrendamento, é mal fundamentado em si mesmo e, aliás, está em contradição formal com o segundo"[30]. A outra crítica - mais sutil e mais importante - envolve negar que este modelo possa instrumentalizar uma teoria da distribuição propriamente dita. E isto porque, segundo Walras,

> "... a teoria inglesa da renda da terra apenas determina o preço [desta] .... sob a dupla condição de supor os preços dos capitais pessoais e mobiliários, a taxa de rendimento líquido e, em seguida, os preços dos serviços pessoais e mobiliários, determinados e constantes. .... [Mas] não saberíamos [como] lhe acordar *a priori* a hipótese de fixidez dos preços dos serviços produtivos. Donde se conclui que as curvas ou equações que dão o produto em função do capital empregado não têm valor algum para a comparação

---

[28] RICARDO, D. Op. cit. p. 67. É de se observar que, se a possibilidade de uma "renda diferencial intensiva" só aparece nos *Princípios*, a hipótese de que as aplicações capitalistas na agricultura sejam caracterizadas pela flexibilidade dos coeficientes de incorporação de insumos (em particular dos coeficientes capital/terra e trabalho/terra) já aparece no "Ensaio" de 1815. Neste texto, Ricardo apresenta a renda diferencial a partir da hipótese de que as distintas unidades de terra qualitativametne distintas gerem, todas, 300 arrobas de produto, ainda que, para tanto, as terras menos produtivas (ou "mais distantes") devam incorporar magnitudes crescentes de capital e de trabalho. Vide, a este respeito, RICARDO, D. "Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital". In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, pp. 196 e segs.

[29] WALRAS, L. *Compêndio dis elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 232.

[30] Idem, pp. 232/3.

> do arrendamento em diferentes momentos, devido a empregos sucessivos de capital, ou para o enunciado da lei de variação do arrendamento em uma sociedade progressiva; **elas no máximo podem servir para a determinação pura e simples do arrendamento a um momento dado**, devido a empregos simultâneos de capital, ou para o enunciado da lei de estabelecimento do arrendamento".[31]

É evidente que Walras tem uma leitura no mínimo discutível da "teoria inglesa da distribuição". Mas os equívocos de interpretação deste autor não podem nos impedir de alcançar o núcleo racional de sua crítica. Na realidade, o que Walras quer chamar a atenção é para o fato de que: 1) não há fundamentação razoável em Ricardo e em seus seguidores para a pretensão de que a taxa de salário deva se manter fixa em termos de valores de uso ao longo do processo de acumulação de capital; 2) a postulação do lucro/juro como mero excedente sobre o qual não se faz qualquer exigência de rentabilidade mínima é insuficientemente determinada e absolutamente discutível; e, finalmente, 3) se se toma a teoria da renda de Ricardo em seus termos mais promissores e realmente consistentes - vale dizer, enquanto teoria da renda diferencial **intensiva** - ela só pode ser determinada a partir da determinação **prévia** do preço do(s) produto(s) agrícola(s), da taxa de juro/lucro que serve referência de oportunidade para a aplicação de capital, da taxa de salário e do preço dos demais insumos produtivos.

Se as três dimensões resgatadas acima da crítica walrasiana a Ricardo são consistentes - e, quer nos parecer que o sejam -, então não há como se deixar de recusar pertinência à construção ricardiana enquanto um modelo para a determinação do equilíbrio distributivo de longo prazo ou de sua dinâmica. Uma recusa que, contudo - e aqui o busílis da questão - não nega a pertinência da construção de Ricardo enquanto fundamento mais geral de uma teoria da produção e do equilíbrio de curto prazo da firma. Senão vejamos.

Se recuperamos os passos de Ricardo na apresentação da renda diferencial intensiva vemos que, na sequência imediata da última citação, este autor nos diz:

> "Se com um capital de 1000 libras um arrendatário obtém 100 *quarters* de trigo e se, com o emprego de outro montante de 1000 libras [sobre a mesma terra], obtém uma quantidade adicional de 85 *quarters*, o proprietário da terra poderá, ao fim do contrato, obrigá-lo a pagar 15 *quarters*, ou um valor equivalente, como renda adicional, pois não pode haver duas taxas de lucro. **Se ele se satisfaz com uma redução de 15 *quarters* no ganho correspondente às 1000 libras adicionais é porque não se pode encontrar nenhum emprego mais lucrativo para esse capital.**"[32]

Vale dizer: a taxa de lucro normal (que, nos *Princípios*, não é definida na agricultura, mas sistemicamente) é um dado para cada capitalista; e é ela que referencia cada aplicação de

---

[31] Idem, p. 234 (o negrito é meu).
[32] RICARDO, D. Op. cit. p. 67.

capital, dentro da lógica de que a **aplicação marginal** tem de render (pelo menos) a referida taxa (se render menos do que isto, o capitalista estaria sendo irracional em realizar a aplicação no mesmo setor). De tal forma que a teoria da renda se traduz em uma teoria da decisão de produção. Afinal, segundo Ricardo:

> "Se uma terceira parcela de 1000 libras for empregada na mesma terra, com um retorno de 75 *quarters*, será então paga uma renda pelas segundas 1000 libras, equivalente à diferença entre a produção de ambas as parcelas, isto é, 10 *quarters*. Ao mesmo tempo, a renda das primeiras 1000 libras aumentaria de 15 para 25 *quarters*, enquanto as últimas 1000 libras não pagariam renda alguma."[33]

Mas, pergunta-se: porque os produtores passariam de uma situação em que empregam 2000 libras de capital em uma determinada terra - gerando 185 *quarters* de rendimento líquido total e 170 *quarters* de lucro - para uma situação em que empregam 3000 libras de capital e geram 260 *quartes* de rendimento líquido e 225 *quarters* de lucro? Resposta: porque a taxa de lucro/juro de referência caiu e/ou porque o preço do quarter de trigo subiu. Na verdade, no modelo estrito de Ricardo, porque ambos os processos ocorreram. Só que logicamente não se necessita dos dois movimentos, mas apenas de um deles. De tal forma que, se se admite que a taxa de juro/lucro de referência é constante e seu valor é - por exemplo - 10%, há que se admitir que o preço do *quarter* de trigo se elevou de 1 libra (quando 100 *quarters* rendiam 100 libras), para 1,18 libras (quando 85 *quarters* rendiam 100 libras), para 1,33 libras (quando apenas 75 *quarters* de excedente apropriado pelos capitalistas rendiam as 100 libras necessárias para estimular a aplicação marginal de capital).

O que é o mesmo que dizer que o empresário capitalista ampliará a produção até o ponto em que a receita proporcionada pela venda do *quantum* de mercadoria gerada pela última aplicação de capital iguale o valor inicial do capital empregado nesta produção mais o lucro que se poderia obter (no prazo considerado) pela aplicação deste valor em um setor alternativo qualquer (que, presumivelmente, deve ser capaz de gerar o lucro normal). Ou, se traduzimos esta assertiva ricardiana em termos especificamente neoclássicos: **a firma encontra-se em equilíbrio de curto prazo quando o custo marginal (incluindo-se o custo de oportunidade) igualar a receita marginal.**

Ora, poder-se-ia perfeitamente bem desvalorizar esta antecipação teórica de Ricardo do princípio neoclássico de equilíbrio da firma sob a alegação de que ele é um aspecto menor na obra deste autor, apenas pertinente à firma agrícola no curto prazo. Feliz ou infelizmente, porém, não se pode aceitar este argumento. E isto na medida em que **Ricardo não é apenas o progenitor teórico do referido princípio de equilíbrio da firma, mas, igualmente bem, da tese**

---

[33] Idem, ibidem.

de que, dada a possibilidade de substituição de "homens" por "máquinas" na moderna produção industrial, a firma urbana também é caracterizada pela flexibilidade dos coeficientes técnicos de produção[34].

É bem verdade que não se pode **identificar** a assertiva de que os coeficientes de incorporação relativa de insumos na produção agrícola são variáveis, com a assertiva de que há substitubilidade técnica entre "máquinas" e "homens" na indústria. Afinal, é bastante razoável supor-se (e a estrutura global da construção teórica ricardiana vai neste sentido) que apenas para a agricultura esteja aberta a possibilidade de fazer variar os coeficientes técnicos de produção **no curto prazo**. Diferentemente, no caso da produção industrial, a substitubilidade homens-máquinas só teria validade no longo prazo. E isto na medida em que - à diferença da terra - o maquinário é um instrumento para uso humano; vale dizer, ele é concebido e produzido com vistas a um certo padrão de manuseio e utilização produtiva que não pode ser alterado antes que sua depreciação técnico-econômica dê vazão à produção de um instrumento qualitativamente distinto.

Sem dúvida. Só que esta especificidade da indústria *vis-à-vis* a agricultura não implica a impertinência da questão do "equilíbrio" à firma industrial. Em termos rigorosamente ricardianos a única derivação cabível desta especificidade é o reconhecimento de que a temporalidade pertinente à obtenção do equilíbrio industrial será distinta. Mas quão distinta? Depende da leitura que se faça de Ricardo.

A leitura de Ricardo tipicamente neoclássica é aquela que, com origem em Marshall, dilui as (em Ricardo, marcantes) diferenças entre firmas agrícolas e industriais, e toma as sinalizações desse autor sobre o processo de equilibração do empreendimento agrícola como padrão universal de equilíbrio das firmas submetidas à concorrência pura. Subjacente a este movimento está a percepção de que, a despeito da menor plasticidade do maquinário *vis-à-vis* a terra, a plena utilização de uma estrutura produtiva industrial não é propriamente um "ponto" (até o qual os rendimentos da produção são rigorosamente constantes, e a partir do qual nenhum acréscimo na incorporação de insumos pode proporcionar qualquer acréscimo de produto) mas uma "região" (que pode ser mais larga, ou mais estreita, pouco importa) marcada pela elevação dos custos marginais e diminuição dos rendimentos dos insumos variáveis. E é nesta região que - lógica e necessariamente, como corolário da busca do maior lucro possível - qualquer firma submetida a curvas de demanda perfeitamente elásticas (vale dizer, operando em mercados perfeitamente competitivos) definirá seu nível de produto e ocupação a partir da igualação entre custo marginal e preço/receita marginal.

---

[34] Veja-se, a este respeito, a terceira seção do capítulo primeiro deste trabalho.

Evidentemente, não pretendemos aqui defender a hipótese de que esta fosse a concepção de Ricardo do equilíbrio da firma industrial. Apenas queremos salientar o fato de que esta leitura - que é a leitura neoclássica do equilíbrio de qualquer firma no curto prazo - não faz mais do que generalizar as sinalizações dadas por Ricardo para o equilíbrio da firma agrícola. E, ao lado disso, queremos argumentar que este movimento é menos criticável do que um (neo)ricardiano ortodoxo estaria disposto a admitir. E isto na medida em que, se é absolutamente inaceitável uma caracterização "ectoplasmática" do capital (que ignore as distinções significativas entre maquinário e terra), tampouco é aceitável a recusa absoluta e principista de qualquer plasticidade produtiva ao estoque de capital. Pretender que exista **"o"** ponto de plena utilização, é uma hipótese ainda mais restritiva do que a hipótese neoclássica tradicional. Na realidade, deve haver uma **curta e fortemente ascendente** faixa de custos marginais crescentes mesmo na produção industrial. E se se aceita - como Ricardo - que o único limite à produção fabril é dado pelo estoque de capital, e não pela demanda, então não há porque se recusar a hipótese de que o equilíbrio da firma industrial deva se definir de acordo com o mesmo padrão da firma agrícola

Vai mais longe, contudo, a influência de Ricardo sobre a teoria neoclássica da produção e da distribuição. E isto na medida em que, mesmo se se recusa qualquer plasticidade ao capital fixo industrial no curto prazo, sobrevive uma certa dimensão da questão do equilíbrio da firma que, tipicamente neoclássica, está longe de ser estranha a Ricardo. Trata-se da questão do equilíbrio no longo prazo ricardiano; vale dizer, naquele prazo em que todos os insumos são variáveis, mas o lucro não foi denegado[35]. Neste plano a questão do equilíbrio transcende à questão da igualação entre custo e receita marginais e se coloca como a questão do padrão de combinação de insumos que será o mais lucrativo para a firma.

Ora, como se sabe, Ricardo não dará uma resposta exaustiva a esta questão. E isto não é gratuito. Seu objetivo como teórico não era o de desenvolver um modelo rigoroso e sistemático do processo de equilibração das firmas, mas sim o de - tomando os princípios mais gerais que norteiam as decisões de produção e investimento das firmas - entender a dinâmica econômica do sistema com vistas a articular propostas de política econômica consistentes com o enfrentamento das contradições identificáveis nesta trajetória. Contudo isto não significa que sua (sutil, mas presente) identificação dos referidos princípios mais gerais norteadores das decisões

---

[35] Em termos estritamente ricardianos isto implica simplesmente pressupor que a oferta de mão-de-obra é perfeitamente elástica e a agricultura não atingiu terras de produtividade tão baixa a ponto de denegar o lucro. No caso neoclássico as hipóteses subjacentes a esta construção são mais complexas. Na verdade, a hipótese de equilíbrio competitivo de longo prazo com lucros positivos é tão corriqueira na literatura neoclássica quanto incompatível com os próprios fundamentos teórico-analíticos desta escola. Este (seríssimo) problema será objeto de tratamento na sub-seção 3.3 deste capítulo. Por enquanto, contentemo-nos em seguir a tradição dos autores neoclássicos de admitir esta hipótese (auto-contraditória) sem questionamento.

empresariais fosse **logicamente** inconsistente. Pelo contrário, se tais princípios são **teoricamente** discutíveis - assentados que são em uma caracterização questionável do padrão competitivo e expectacional especificamente capitalista -, eles são logicamente inatacáveis e absolutamente consistentes com o padrão neoclássico de reflexão econômica. Senão vejamos.

Tal como procuramos demonstrar no primeiro capítulo deste trabalho, os desenvolvimentos teóricos de Ricardo em torno da maquinaria redundam na construção de uma curva de demanda por mão-de-obra que é negativamente inclinada. Um resultado que, apesar de seu caráter ortodoxo ao longo de todo o século XIX, não tem nada de trivial. E isto na medida em que Ricardo não deriva este perfil da curva de demanda de força de trabalho da (absurda) teoria do fundo de salários. Na realidade, uma vez que o lucro é rigorosamente um excedente em Ricardo, a consequência de uma elevação salarial **no curto prazo** é a mera redução da massa e da taxa de lucro, sem qualquer impacto sobre o nível de emprego.

Mas dizer que a inclinação negativa da função demanda de força de trabalho não resulta da restrição orçamentária capitalista equivale a dizer que ela resulta da substitubilidade entre homens e máquinas. E é justamente isto que Ricardo pretende provar ao longo de todo o seu capítulo XXXI. De acordo com este autor, a elevação salarial alavanca o desemprego - ou, em termos mais rigorosos: deprime a relação "trabalho vivo / produção total" - na medida em que, dado o poder de compra médio do dinheiro-capital e dada a produtividade do maquinário (vale dizer: sua capacidade de substituir um certo volume de trabalho vivo), aqueles padrões técnicos máquino-intensivos que não eram rentáveis quando a taxa de salário era baixa (e o preço do maquinário relativamente elevado), passam a sê-lo com a elevação salarial. O que é o mesmo que dizer que, dadas duas (ou mais) relações "homens/máquinas" capazes de gerar o mesmo *quantum* de produto, a opção por uma dada técnica de produção será função da relação "salário / preço do maquinário". Quanto mais elevada a taxa de salário *vis-à-vis* o preço do maquinário, tanto mais o processo de produção torna-se máquino intensivo.

A questão que fica em aberto nesta discussão é a da configuração de equilíbrio em sentido estrito. Mas a determinação desta configuração torna-se evidente se se resgata o princípio de equilibração da produção agrícola desenvolvida por Ricardo no tratamento da renda diferencial intensiva. Senão vejamos.

Segundo Ricardo, o princípio que regula a renda diferencial em geral é o de que cada aplicação de capital deve gerar o mesmo rendimento líquido. Ora, este princípio não é específico da agricultura, mas tem de valer igualmente para os demais setores da economia. Aplicado à indústria, ele nos diz que a última aplicação de capital em cada insumo produtivo deve gerar o mesmo rendimento líquido. Ou - traduzindo o princípio em termos modernos - que o valor da

produtividade física marginal de cada insumo deve ser proporcional aos custos de apropriação destes. Em termos algébricos:

$$\frac{PMgA}{p_A} = \frac{PMgB}{p_B}$$

onde PMgA é o produto marginal do insumo A, PMgB é o produto marginal do insumo B, p_A é o preço de A, e p_B é o preço de B. E - ainda conforme o princípio ricardiano de equilibração da firma agrícola - a compra de cada um dos insumos irá até o ponto em que, dada a taxa de lucro sistêmica e o preço do bem produzido, o valor adicionado pelo insumo marginal incorporado iguale o custo total (vale dizer, o custo direto mais o custo de oportunidade) de apropriação deste insumo. Ou, ainda, em termos algébricos:

$$p_X \cdot PMgA = p_A \cdot (1 + \ell),$$

onde p_X é o preço unitário do bem X, e " ℓ " é a melhor taxa de juro/lucro que o capitalistas poderia obter se decidisse aplicar o seu capital em outro ativo que não o insumo A.

Ora, não é preciso esclarecer que esta última equação não expressa mais do que o princípio neoclássico de que o valor do produto físico marginal de cada fator de produção deve igualar o seu custo total de apropriação. Um princípio que, vulgarmente é tomado como o fundamento da teoria da distribuição desta escola. Mas que não o é. E isto, desde logo, porque o que tal princípio expressa - o critério de equilibração da firma no que tange à incorporação relativa de insumos - não diz respeito propriamente à distribuição, mas à produção. Na verdade, o princípio da igualação do valor do produto físico marginal do insumo/fator ao seu custo de incorporação **pressupõe** uma certa distribuição, que se expressará no preço dos insumos (inclusive o salário), na taxa de juros/lucro (que funciona como custo de oportunidade) e no preço dos bens finais (que determina o lucro esperado do empresário).

Com isso não estamos querendo negar que esse importante princípio teórico pode ser - e o foi - incorporado a uma teoria da distribuição. Só que um tal processo envolve não apenas traduzi-lo em uma curva de demanda de insumos/fatores (o que é absolutamente trivial, e já se encontra anunciado em Ricardo no que diz respeito à força de trabalho), mas, igualmente bem (e esta é a passagem mais complexa), **envolve admitir que a distribuição de renda é definida naquele mercado particular onde empresários demandantes de fatores se confrontariam com os proprietários dos mesmos!**

É só se se admite este quadro - vale dizer, se se retoma a Say - que a teoria da produtividade marginal decrescente dos fatores torna-se **uma peça** de uma teoria da

distribuição. **E esta é uma peça que, de qualquer forma, só cumpre algum papel se a fazemos interagir com a outra peça de um modelo de determinação de preço de mercado: a "peça-oferta".** Vale dizer: para que a teoria da produtividade marginal dos fatores se converta em uma teoria geral da distribuição é preciso admitir: 1) que os serviços da terra, da força-de-trabalho e do capital são objeto de demanda e **de oferta**; e 2) que a livre interação destas duas funções define a distribuição do sistema a partir da definição do preço real (por oposição a meramente nominal) destes serviços. É esta dupla assertiva que caracteriza a teoria neoclássica da distribuição e que a opõe - de uma forma ou de outra - às teorias da distribuição oriundas de Ricardo, de Marx e do pós-marginalismo keynesiano-kaleckiano.

Mas se o exposto acima é correto, então não deixa de ser curioso que - à direita e à esquerda - a grande maioria dos intérpretes do pensamento econômico tenha identificado a teoria neoclássica da distribuição com a teoria da produtividade marginal dos fatores de produção. Qual é a base de tal equívoco?

Bronfenbrenner - que é um dos maiores intérpretes e defensores contemporâneos da teoria neoclássica da distribuição - acredita que tal identificação se origine do fato de que a própria revolução marginalista tenha se articulado como uma **reação** à teoria clássica dos preços e da distribuição, que se assentava quase que exclusivamente nas funções oferta a partir da adoção da hipótese particular da plena elasticidade das funções oferta de produtos industrializados e força de trabalho. Segundo o autor:

> "Clark's theory, and also other contemporary versions of marginal-productivity analysis, had been aspects of the so-called marginalist revolt against cost or supply theories of value - against any form of the labour theory of value in particular. This group of theories, propounded between the 1870s and the First World War, generally stressed demand, which they traced to cardinal utility; they reduced cost to demand for alternative goods - derived demand, in the case of inputs - leaving the demand for and utility of 'leisure' out of account. True, Alfred Marshall's *Principles of Economcis* (first edition 1890) had gone a long way towards redressing the balance before Clark wrote. **Most of Clark's message, nevertheless, could be accepted only against a backdrop of completely inelastic input supplies - wichi is to say, in the case of a labour input, a fixed number of days and hours of that type of labour supplied per period, regardless of the wage offered.** (This amount, a vertical line on the conventional textbook diagram, could of course shift over timie, but probably not with wage rates for other types of skills.) Anything less - any acknowledgment of elasticity in input supplies - reduces marginal productivity from a theory of input pricing to a theory of input demand alone. **A theory of input demand alone requires, no doubt, a concomitant theory of input supply for legitimate expansion into a theory of input prices. But if marginal productivity be attenuated from a theory of input price to one of input demand solely, 'what good is it'?"**[36]

---

[36] BRONFENBRENNER, M. "Marginal Productivity, a Rehabilitation". In FEIWEL, G. *Issues in Contemporary Macroeconomics and Distribution.* London: MacMillan, 1985, p. 368 (o negrito é meu).

Bronfenbrenner vai "no ponto". **A teoria da produtividade marginal não é** - nos termos mesmos da escola neoclássica, para a qual a distribuição é uma questão de precificação de fatores, envolvendo a interação entre demanda e oferta - **uma teoria da distribuição.** E, num certo sentido, ela sequer é uma teoria "neoclássica", mas um princípio que - em seus termos mais gerais e subdeterminados - foi anunciado por Ricardo e faz parte do "senso comum" da teoria econômica[37]. Neste sentido, a especificidade da escola neoclássica encontra-se na incorporação que a mesma faz da teoria da produtividade marginal a uma teoria da distribuição. E aí a questão que se coloca é: "quão boa é esta incorporação?".

Desde logo - e tal como Bronfenbrenner anuncia -, a incorporação de Clark é inaceitável. E isto na medida em que ela envolve a postulação de uma curva de oferta de serviços de fatores perfeitamente inelástica que - na melhor das hipóteses - reproduziria uma

---

[37] A este respeito, Bronfenbrenner diz, após analisar um amplo leque de críticas à teoria da produtividade marginal enquanto teoria da distribuição, que:"The true believer in marginal productivity should however maintain, as I do myself, that even after all these erosions and concessions, a sizeable area remains within which marginal productivity governs at least input demand (though usually not input price) and with the remaining impediments of minor quantitative importance at least to a first approximation. **Common-sensical marginal-productivity analysis retains, it seems to me, the appeal it had for Ricardo in his original treatment of extensive and intensive margins of cultivation**". Idem, p. 370 (o negrito é meu). Não é preciso esclarecer o quanto esta leitura de Bronfenbrenner converge com a nossa própria e se afasta do senso comum da História do Pensamento Econômico. Mas não nos parece ociosa uma última crítica a este senso comum. Do nosso ponto, só se pode tomar a teoria da produtividade marginal como uma ruptura com a tradição clássica se se confunde "médio" e "marginal". A teoria da produtividade marginal nos diz que **apenas a última unidade de "insumo/fator" empregado recebe o valor de sua produção descontada a taxa de juros** (se esta taxa definir o custo de oportunidade). Todas as demais unidades de "insumo/fator" recebem menos do que o valor de sua contribuição (descontado o custo de oportunidade). E é justamente esta diferença entre remuneração e produtividade das unidades "não-marginais" de cada insumo/fator que garantirá a remuneração dos demais insumos/fatores empregados. Ora, uma tal assertiva pode facilmente ser traduzida na assertiva "ricardiana" de que é a diferença entre a produtividade **média** do trabalho e a taxa de salário que permite a emergência das remunerações derivadas da parcela excedentária do produto social (o lucro, o juro e a renda fundiária). Vale dizer: mesmo em sua forma mais simples (e criticável) **a teoria neoclássica da distribuição não postula a identidade entre os recebimentos e a contribuição produtiva de cada fator de produção**. Um fato que escapou mesmo a críticos da estatura de uma Joan Robinson. Em ROBINSON, J. *Economía de la competencia imperfecta*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, SA, 1969 (em particular o Livro IX, intitulado "Explotación") esta autora defende a tese equivocada de que a teoria do equilíbrio da firma assentada sobre a igualação da produtividade marginal dos serviços dos fatores aos seus preços seria lógicamente incompatível com a teoria da exploração. E ao demonstrar (dentro do "bom e rigoroso" padrão neoclássico de raciocínio) que tal igualação não se realizaria sob condições de concorrência imperfeita (onde a receita marginal das firmas é declinante e o equilíbrio da firma é alcançado em um patamar onde o custo marginal é menor que o preço), Joan Robinson pretendeu estar enfrentando aquele postulado fundamental e redefinindo a categoria "exploração". Como os desenvolvimentos acima devem ter deixado claro, entendemos que tais pretensões de Joan Robinson são insustentáveis. Na realidade, com sua teoria da concorrência imperfeita esta autora apenas alcança redefinir o "custo de oportunidade" imanente à incorporação de qualquer insumo à produção, redefinindo paralelamente o critério de equilíbrio da firma (que agora passa a ser tal que, descontado o custo financeiro da incorporação de cada insumo, o preço deste deve igualar a receita líquida marginal gerada pela venda de sua produção). Tal movimento teórico não tem qualquer relação com a validação ou invalidação da categoria exploração, cujo substrato real é a percepção das trocas e seu desenvolvimento como um processo de socialização irredutível à lógica hedonista e que garante **objetividade social** ao critério de (in)equivalência.

situação de oferta no curtíssimo prazo, no "prazo de mercado". E o problema, bastante evidente, é que, em um tal prazo, **a produção é dada**, ficando por definir o sentido teórico de uma curva de demanda cuja inclinação negativa busca espelhar a existência de alternativas de combinação de insumos no processo de **produção**.

De outro lado, a flexibilização da hipótese de uma curva de oferta perfeitamente inelástica - a partir de sua substituição por uma curva de oferta de serviços de fatores de curto prazo, elástica e positivamente inclinada - não resolve inteiramente o problema. E isto não só porque tal flexibilização deixa o preço dos serviços dos fatores indeterminado, passando a depender da forma e da elasticidade da oferta. Ao lado disto, se se aceita a perspectiva ricardiana e marxista - amplamente recuperada pela quase totalidade da literatura moderna de organização industrial - de que, no curto prazo, a técnica de produção (entendida aqui como padrão de combinação de insumos) na indústria é **dada**, então a curva de demanda de serviços de fatores neste setor ainda será (por oposição à agricultura) perfeitamente inelástica, mesmo quando a função oferta começa a apresentar alguma elasticidade[38].

Ora, estas duas críticas são absolutamente corretas e pertinentes. Contudo, do nosso ponto de vista, elas ainda não apanham o cerne do problema. E isto em primeiro lugar porque não é estrutural ao neoclassicismo tomar - como o faz Clark - a curva de oferta de serviços de fatores como perfeitamente inelástica. Além disso, se o curtíssimo prazo no mercado de serviços de fatores for (muito) mais largo que o curtíssmo prazo no mercado de produtos é possível se imaginar uma situação onde uma curva de oferta totalmente inelástica se confronte com uma curva de demanda negativamente inclinada representando algum grau de flexibilidade técnica na produção de **bens**. Por fim, um neoclássico empedernido sempre poderia argumentar contra a segunda crítica acima que, em **concorrência perfeita** a receita marginal de cada firma é rigorosamente constante e não há equilíbrio possível fora da plena utilização da capacidade, entendida como o ponto onde os custos marginais se elevam (igualando aquela) em função **da alteração da relação técnica de incorporação dos distintos insumos**. E tal alteração é a

---

[38] A este respeito, veja-se o clássico artigo de STIGLER, G. "Production and distribution in the short run". *Journal of Political Economy*. Vol. 47, jun. 1939. Segundo o autor: "In rejecting - quite properly, the writer believes - the fixed-coefficiente approach in problems of long-run equilibrium, the neoclassical economists overlooked the applications of this approach to short-run problems." Idem, p. 305. E isto na medida em que: "... in the short run the law of diminishing returns need not hold, at least in its conventional form. Numerous writers have ... been too hasty in asserting that increases of output necessarily entail rising marginal costs, and, as a matter of fact, it will be argued that not only may short-run marginal costs be constant within certain ranges of output, but also that under certain conditions the very probably behave in some such manner". Idem, p. 307. Tal situação é típica de plantas industriais em que o maquinário é um recurso fixo homogêneo em termos de produtividade. Nestes casos, "the marginal productivity theory sheds no light on ... [distribution], for the fixed factor has a zero marginal product for all outputs less than optimum, and thereafter the marginal product becomes infinite. ... In this case quasi-rents are obviously a pure residual". Idem, p. 324.

condição necessária e suficiente para a determinação de uma curva de demanda dos serviços dos fatores que é elástica com relação ao preço.

Ora, esta contra-argumentação é formalmente correta. Só que ela não desobriga - antes pelo contrário - o neoclassicismo de definir as condições de oferta dos distintos serviços de fatores nos distintos "prazos". Uma obrigação que, sintomaticamente, não é atendida pelos teóricos do processo distributivo que operam no campo do neoclassicismo, sempre envolvidos na rediscussão, desenvolvimento e reedição da "teoria da produtividade marginal", como se ela pudesse esgotar a determinação daquele processo.

E não é preciso ser "psicanalista da ciência" para entender que uma tal recorrência é sintomática. Aparentemente, a definição das condições de oferta dos serviços dos fatores em prazos mais longos que o de Clark impõe problemas lógicos e teóricos ao sistema neoclássico que parecem, aos signatários deste sistema, demasiado complexos e deletérios para serem enfrentados sem um prévio (e exaustivo) refinamento/desenvolvimento do arsenal teórico já consolidado. Uma aparência que, diga-se de passagem, é real; mas que só pode ser compreendida se se resgata a terceira (e, num certo sentido, a mais importante) determinação teórico-histórica da "revolução marginalista" e da escola neoclássica: a de ser um anti-marxismo. É esta determinação que será objeto de tratamento na seção 2.3., abaixo.

2.3. A anti-influência de Marx

Tal como vimos acima - ao analisar o quadro em que tabulamos as respostas antagônicas dadas por expoentes do período clássico a algumas das questões mais candentes da economia política -, a tradição neoclássica se constituirá justamente a partir do resgate daquelas respostas negadas por Marx e seus seguidores. E é tamanha a recorrência da oposição entre marxismo e neoclassicismo sistematizada no referido quadro que não podemos deixar de nos perguntar pelo fundamento mais geral deste antagonismo (aparentemente) impositivo.

O reconhecimento deste antagonismo e a tentativa de elucidá-lo a partir do resgate das referências metodológicas que iluminam os dois paradigmas, tem sido recorrente na literatura especializada. Contudo, não nos parece que os resultados objetivos deste tipo de confronto sejam particularmente alentadores. E isto nem tanto - ou pelo menos, não só - pelas tradicionais polêmicas (e confusões) em torno do método marxiano e do papel da dialética no interior deste. Na verdade, do nosso ponto de vista os princípios metodológicos que orientam a pesquisa científica neoclássica são objeto de desconhecimento e confusão ainda maior por parte dos

intérpretes e críticos desta corrente do pensamento do que os princípios metodológicos que orientam o marxismo.

Aparentemente, isto não deveria ser assim. Afinal, se a questão do método é uma polêmica tradicional entre marxistas, ela é virtualmente ausente da agenda neoclássica de discussões. Na realidade, entre os últimos esta questão parece haver sido sepultada há muito pelo virtual consenso de que o neoclassicismo não é mais do que a aplicação dos princípios metodológicos positivistas ao objeto da Economia. Esta leitura - que já encontra uma formulação rigorosa nos dois primeiros capítulos do *Manual de Economia Política* de Pareto - ver-se-á definitivamente consagrada a partir da ampla ressonância obtida pelas reflexões metodológicas de Milton Friedman do início dos anos 50 publicadas em seu *Essays in Positive Economics*[39].

Como se isto não bastasse, o consenso moderno em torno da filiação positivista da escola neoclássica extrapola o campo dos adeptos desta escola do pensamento, incorporando-se à interpretação crítica de parcela expressiva de seus antagonistas. Assim é que, num dos mais importantes trabalhos contemporâneos de crítica metodológica ao neoclassicismo, Hollis e Nell nos dizem:

> "No campo da economia, alguns grandes livros-textos têm dominado a sala de aula ... desde a II Guerra Mundial. Quase todos esses livros começam com uma seção sobre metodologia, em que propõem uma filosofia da ciência positivista. É esta a influente aliança que nos propomos atacar." [40]

No mesmo sentido, Benjamin Ward dirá num trabalho igualmente importante que:

> "A metodologia positivista encontra-se no fundamento da Economia [Neoclássica] e foi um fator importante na revolução formalista do pós-guerra."[41]

Ora, o tratamento crítico destes três autores ao neoclassicismo é refinado e demonstra a familiaridade dos mesmos com a moderna literatura de metodologia da ciência. Só que, do nosso ponto de vista, ele padece de um equívoco absolutamente crucial: tanto Ward quanto Nell e Hollis tomam a profissão de fé das lideranças teóricas da escola neoclássica no positivismo como expressão da prática teórica efetiva dos adeptos desta escola. Diferentemente - e parafraseando Marx -, diríamos que, tal como na História, em matéria de metodologia não se pode confundir a leitura que os agentes sociais fazem de suas práticas, com suas práticas objetivas.

---

[39] FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. É neste trabalho de Friedman que se encontra o seu clássico "The methodology of positive economics".
[40] HOLLIS, M. e NELL, E.J. *O homem econômico racional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 12..
[41] WARD, B. *O que há de errado com a Economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 48.

Com isto não pretendemos negar qualquer pertinência ao consenso que faz do neoclassicismo a expressão do positivismo em Economia. Evidentemente, este consenso não é gratuito, e tem de ser não apenas explicado como (dentro de certos limites) justificado. Contudo, o reconhecimento de que **tem** de haver alguma consistência na associação positivismo-neoclassicismo não é razão suficiente para que tomemos o **programa** positivista de construção da ciência como fundamento objetivo da **prática** científica dos economistas neoclássicos. E isto, desde logo, por duas razões. Em primeiro lugar, porque o programa positivista não é simples e unívoco. Pelo contrário: deitando raízes em um projeto problemático de conciliação dos princípios igualmente aceitos e formalmente contraditórios do racionalismo cartesiano e do empirismo anglo-saxão moderno, o positivismo articulará todo um leque de programas de pesquisa científica que só podem ser tomados como convergentes em um plano muito geral[42]. E em segundo lugar porque, tal como ocorre com qualquer "referência metodológica", o programa "positivista" de investigação tem de ser retraduzido e transformado à medida em que se aplica a um objeto científico particular. E **o objeto da Economia - mais especificamente, o objeto da Economia para os neoclássicos - impõe uma tamanha inflexão no projeto positivista de ciência que acaba se resolvendo na subversão do mesmo**. Senão vejamos.

2.3.1. O objeto e o método da economia neoclássica

É usual - particularmente entre economistas e cientistas sociais críticos do *mainstream* - considerar-se a definição neoclássica de Economia - "a ciência que estuda a alocação de recursos escassos entre fins alternativos" - como radicalmente distinta daquela privilegiada pela tradição da Economia Política - "a ciência que estuda a produção e a distribuição dos bens materiais"[43]. Esta pretensão só é parcialmente legítima. Na realidade, em parte a diferença de

---

[42] Na realidade, de Comte a Popper (que, sintomaticamente, convergem no sentido de dar uma inflexão racionalista à síntese cartesiano-empirista proposta por esta escola), o programa positivista é objeto de inúmeras polêmicas, cuja solução envolverá a definitiva perda de unidade desta corrente do pensamento. De particular significação para a Economia serão duas polêmicas positivistas: a que antagoniza holistas (afiliados à tradição durkheimiana) e individualistas metodológicos (hegemônicos na importante tradição austríaca do positivismo); e a que diferencia (sem propriamente antagonizar) os empiristas radicais da tradição austríaca (como Schlick), e os formalistas ingleses (como Ryle e os herdeiros cambridgenianos das reflexões do primeiro Wittgenstein), mais preocupados em desenvolver os princípios lógicos inerentes a um **discurso científico rigoroso**, que é entendido, antes de mais nada, como um **discurso não-contraditório**. Tal como procuraremos demonstrar adiante, o positivismo neoclássico é não apenas individualista metodológico, mas formalista e racionalista. O reconhecimento deste fato - que traz à luz o caráter anti-empirista do positivismo neoclássico - é tão relevante para a adequada compreensão do projeto científico desta escola do pensamento econômico, quanto é usualmente obstaculizado pela profissão de fé empirista das principais lideranças intelectuais da mesma.

[43] Como Polanyi, que afirma na abertura do capítulo XIII de sua obra já citada: "O propósito principal deste capítulo é determinar o significado que se há de atribuir ao termo *econômico* em todas as ciências sociais. Qualquer intento deste tipo há de partir do reconhecimento do fato de que o conceito de 'econômico' referido a atividades humanas é uma mescla de dois significados que tem raízes independentes, e aos

definições se assenta sobre uma indeterminação relativa da categoria "material" no interior da definição privilegiada pelos economistas políticos. Se tomamos o termo "material" em sua acepção hegelo-marxiana - aquilo que é determinado, que é objeto de domínio prático-teórico pelos homens, aquilo com o qual os homens estabelecem uma relação prosaica -, fica claro que o que é **material** é, simultaneamente, objeto de "uso racionalizado" e "economização".

Mas, se é assim, onde se encontra a diferença nessas definições? Em algum lugar ela deve estar, uma vez que o apego demonstrado pelos representantes das duas correntes de pensamento às suas caracterizações do objeto da Economia é quase tão grande quanto o fosso que separa as agendas de pesquisa do *mainstream* e de seus críticos! E, de fato, a diferença está lá. Mas não propriamente no que as definições dizem, mas no que **não** dizem.

Na realidade, se se toma a definição neoclássica pelo que ela diz, o que chama a atenção é, antes de mais nada, a abrangência do objeto da economia. Ela parece querer abarcar todas as ações humanas que são objeto de decisão. E, num certo sentido, é este mesmo o projeto neoclássico de Economia. Só que isto só é assim na medida em que só se dá o estatuto de **decisão** a ações que são estritamente **racionais**. Vale dizer: a ações que são objeto de cálculo privado a partir de uma análise da relação custo-benefício associado às mesmas. Isto envolve a abstração de todas as ações tomadas sob injunções tais (sejam elas sócio-culturais, políticas, psicológicas ou mesmo físicas) que permitam caracterizá-las como compulsivas, e não como objeto de decisão racional. Esta clivagem - que é apenas implícita na tradicional definição de Economia de Robbins - é explícita em Pareto, que nos diz:

> "Para colocar um pouco de ordem na infinita variedade das ações humanas que iremos estudar, torna-se útil classificá-las segundo certos tipos.
> Dois desse tipos se oferecem imediatamente a nós. Eis um homem bem educado que entra num salão; ele tira seu chapéu, pronuncia algumas palavras, faz certos gestos. Se lhe perguntarmos o porquê, não saberá responder senão: é o costume. Ele se comporta da mesma maneira para coisas muito mais importantes. ...

---

quais chamaremos de significado real e significado formal. O significado real deriva da dependência que se encontra o homem com respeito à natureza e a seus semelhantes para conseguir o sustento. Se refere ao intercâmbio com o entorno natural e social, à medida em que é esta atividade que lhe proporciona os meios para satisfazer as **necessidades materiais**. O significado formal deriva do caráter lógico da relação meios-fins, evidente nas palavras como *economização*. Se refere à eleição entre os usos diferentes dos meios, dada a insuficiência destes meios, vale dizer, a eleição entre utilizações alternativas de recursos escassos. Se chamamos lógica da ação racional às normas que regem esta eleição de meios, podemos designar a esta variante da lógica com o termo improvisado de economia formal.**Os dois significados, real e formal, de *econômico* não têm nada em comum. O primeiro tem sua origem nos fatos empíricos, o segundo na lógica. ... As leis são em um caso as do pensamento e em outro as da natureza. Os dois significados não podem estar mais separados; semanticamente se encontram em posições diametralmente opostas.** Em nossa opinião, só o significado real do termo *econômico* pode proporcionar-nos os conceitos que necessitam as ciências sociais para estudar todas as economias que existiram ou existem." POLANYI, K. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976 (os grifos em negrito são meus) pp. 289 e 290.

> Suponhamos, porém, esse mesmo indivíduo em seu escritório, ocupado em comprar uma grande quantidade de trigo. Ele não mais dirá que opera de tal maneira porque este é o costume, mas a compra do trigo será o fim de uma série de raciocínios lógicos que se apoiam sobre certos dados de experiência; mudando-se esses dados, muda-se também a conclusão, e pode acontecer que ele se abstenha de comprar ou ainda que venda trigo em lugar de comprá-lo.
> Podemos, portanto, por abstração, distinguir: 1) as ações não-lógicas; 2) as ações lógicas."[44]

A distinção anunciada acima por Pareto corresponde à distinção entre ações econômicas e não-econômicas. Só que, quando posta nestes termos, a definição neoclássica de ação econômica (e, por extensão, de Economia) aparece mais claramente como o que é: uma circunscrição - mais do que uma ampliação - daquilo que os economistas políticos entendem como o seu objeto. Afinal, para estes últimos a pesquisa em torno dos determinantes do processo de produção e distribuição dos bens materiais não exclui as influências especificamente sociais e históricas. Antes pelo contrário: a ação do Estado (representada nas políticas fiscal, cambial, monetária e regulatórias mais gerais) e a interação e articulação dos distintos agentes econômicos (identificados como membros de classes sociais portadoras de interesses estratégicos contraditórios) em instituições não-especificamente-mercantis é momento crucial da reflexão teórica dos economistas políticos.

É de se notar que este movimento neoclássico de circunscrição do objeto da Economia ao plano do mercado e das relações (a)sociais estabelecidas em seu interior é percebida pelos críticos do *mainstream*. Porém, o mesmo não ocorre usualmente com aquele que é o principal desdobramento **metodológico** deste movimento: **o radical abandono dos preceitos empiristas da prática científica e a conversão da construção teórica em um discurso essencialmente normativo, voltado não à determinação das ações efetivas dos agentes econômicos, mas à determinação de como estes "deveriam agir" se fossem estritamente racionais!**

Este desdobramento contraditório do neoclassicismo tem por base a própria razão de ser da abstração dos determinantes e circunscrições a-racionais das ações dos agentes sociais: a aplicação radical às ciências humanas do preceito empirista (mas não empírico, e sim metafísico) de que a ciência nada mais é do que a sistematização de recorrências. A questão é que, se se identifica o contingente ao a-racional, e o recorrente ao racional, **as leis de recorrência passam a prescindir de qualquer determinação empírica. Afinal, o que é**

---

[44] PARETO, V. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 29. À continuação desta passagem, Pareto faz um esclarecimento importante: "Dizemos: por abstração, porque nas ações reais os tipos estão quase sempre misturados e uma ação pode ser, em grande parte, não-lógica e, em pequena parte, lógica, ou vice-versa. As ações de um especulador na bolsa, por exemplo, certamente são lógicas; mas elas dependem também, ainda que em pequena medida, do caráter desse indivíduo, tornando-se assim também não-lógicas." Idem, ibidem. Voltaremos à questão dos determinantes e limites da abstração subjacente à distinção entre ações "lógicas" e "não-lógicas" mais adiante.

estritamente racional na ação humana, é universal, é comum a cada um e a qualquer ser humano (inclusive ao investigador), sendo passível de determinação (e "teste") individual e subjetivo.

O problema é que esta construção teórica racionalista, subjetivista, psicologista e anti-empirista que os neoclássicos chamam de "economia pura" é a legítima anti-ciência positivista. O que não poderia passar desapercebido por parte daquelas lideranças intelectuais do neoclassicismo mais comprometidas com a defesa do caráter científico-positivo das construções desta escola.

As respostas dadas a este impasse são tão diversas quanto insatisfatórias[45]. Dentre todas, contudo, a que nos parece a mais honesta e consequente ainda é a resposta de Pareto; que virtualmente reconhece que a "economia pura" não é mais do que uma modelística, cuja incapacidade em gerar previsões testáveis se assenta no fato mesmo de abstrair aqueles elementos a-racionais que influenciam e sobredeterminam o comportamento econômico efetivo dos agentes reais. Segundo o autor:

> "Quando se volta do abstrato ao concreto é preciso de novo reunir as partes que, para serem melhor estudadas, foram separadas. A ciência é essencialmente analítica; a prática é essencialmente sintética. .....
> Para certos fenômenos concretos o lado econômico predomina sobre todos os outros; poder-se-á então, sem erro grave, considerar apenas as consequências da ciência econômica. Há outros fenômenos concretos nos quais o lado econômico é insignificante; seria absurdo considerar para estes apenas as consequências da ciência econômica; pelo contrário, será preciso menosprezá-las. Há fenômenos intermediários entre esses dois tipos; a ciência econômica nos fará conhecer um lado mais ou menos importante deles. Em todos os casos, é uma questão de grau, de mais ou menos."[46]

---

[45] Não será por outro motivo que o quase ingênuo "The methodology of positive economics" de Milton Friedman (FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953) alcançou se transformar numa referência tão expressiva. Neste trabalho, Friedman não faz mais do que manipular a crítica empirista à idéia de causa para defender o direito que qualquer construção teórica tem de partir de hipóteses (aparentemente) irrealistas, desde que as conclusões às quais as referidas hipóteses dão vazão possam ser objeto de comprovação (ou infirmação) empírica. A contradição elementar deste empirismo vulgar com o racionalismo e o individualismo metodológico que estrutura toda a construção das hipóteses neoclássicas, é objeto de uma desconsideração que chega a ser constrangedora. Mas Friedman lança uma cortina de fumaça sobre o problema, evoluindo rapidamente desta defesa do neoclassicismo para o ataque de economia heterodoxa e seus "imperfeitos modelos de concorrência imperfeita". E é aí que o resgate da questão da previsibilidade por parte de Friedman adquire todo o seu significado. Para Friedman, se os modelos neoclássicos são irrealistas, pelo menos eles geram resultados unívocos, que podem ser objeto de infirmação. Diferentemente, os modelos "realistas" - a la Hall e Hitch, que sobrepõem elementos de oligopólio e diferenciação produtiva - são, via de regra, sub-determinados, sendo incapazes de gerar soluções unívocas "passíveis de teste". Vale dizer: os modelos neoclássicos seriam superiores porque, ao contrário dos heterodoxos, podem - por hipótese - ser infirmados. Esta louvada "possibilidade de teste", contudo, não deve ser confundida com uma "testabilidade efetiva". Afinal, - como o mesmo autor lembra logo após -, dada a complexidade do real e a ausência de condições laboratoriais de teste em Economia, nenhuma infirmação objetiva é suficiente para que se recuse um modelo analítico teoricamente bem fundado! ..... Haja sofisma!

[46] PARETO, V. Op. cit. p. 19.

Esta é uma maneira elíptica de reconhecer que há todo um conjunto de determinações do comportamento dos agentes econômicos objetivos que escapa ao escopo da teoria econômica tal como pensada no interior do neoclassicismo. Ou, de forma ainda mais clara: **é uma maneira sutil de reconhecer que a economia neoclássica é incapaz de gerar um sistema teórico-analítico minimamente apto à explicação/projeção do funcionamento de uma economia real.** E isto porque nem tudo o que é economicamente relevante (que impacta sobre o funcionamento de uma economia efetiva) seria objeto de teorização em economia pura.

Mas - cabe perguntar - então se a exclusão do campo da economia da teorização das ações caracterizadas como a-racionais é tão perversa para a geração de um sistema analítico apto à projeção e à apropriação teórica da realidade, o que sustenta este projeto? E, aqui, a resposta dos metodólogos neoclássicos é uma única: o que sustenta este projeto analítico é, de um lado, a percepção da correção teórica da máxima cartesiana que recomenda iniciar o tratamento de questões complexas por suas dimensões mais simples[47], e, de outro, a aplicação ao âmbito da produção científica do princípio smithiano de que a divisão do trabalho tende a alavancar a produtividade do mesmo. E - pretendem ainda estes autores - a justeza destes princípios metodológicos ter-se-ia demonstrado de forma insofismável a partir do desenvolvimento da física newtoniana, que também reconheceria que suas "leis" só são válidas em condições absolutamente ideais, que se distinguem fortemente das condições complexas e multideterminadas em que se processam os fenômenos físicos concretos[48].

Não será preciso esclarecer (tendo em vista os próprios capítulos anteriores) que, do nosso ponto de vista, esta analogia da "economia pura" com a mecânica clássica é totalmente equivocada. E isto já na medida em que - ao contrário do que parecem retender Pareto e Friedman - a física não desloca para outra ciência (ou para o campo da "prática") a explicação de porque os corpos caem com velocidade distinta sobre a Terra, a despeito da força gravitacional incidir sobre todos com a mesma intensidade. Pelo contrário: o significado revolucionário da mecânica newtoniana encontra-se justamente na demonstração da unidade lógico-material das determinações do movimento **real** dos corpos. É a física pré-newtoniana (ou, ainda melhor, pré-galileica) que (ao pretender que mesmo o movimento retilíneo uniforme só fosse possível na

---

[47] Vide a este respeito o *Discurso do Método* de Descartes, onde este autor desdobra esta regra simples em seus quatro preceitos básicos da prática científica: "O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal ... . O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos ... . E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir." DESCARTES, R. *Discurso do método.* São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. 37/8.

[48] Vide, a este respeito, PARETO, V. Op. cit. pp. 14 e segs. e FRIEDMAN, M. Op. cit. pp. 28. e segs.

presença de forças impulsivas) não alcançava incorporar o atrito e a resistência ao seu sistema teórico, perdendo a possibilidade de entender que o movimento real dos corpos é determinado pela soma vetorial do conjunto das **forças** que atuam sobre o mesmo. E a economia neoclássica - a despeito de suas intenções manifestas - acaba por se equiparar a esta física pré-científica, que só se estruturava como um corpo ordenado às custas do apelo recorrente a exceções e determinações meta-físicas para explicar o que seriam os movimentos a-racionais dos corpos/agentes.

2.3.2. Os fundamentos especificamente anti-materialistas e anti-dialéticos da economia neoclássica

Se recusamos a (auto-complacente) justificativa epistemológica dada pelos neoclássicos para seu vicioso movimento de abstração teórica, há que se buscar uma explicação alternativa para o mesmo. E ela deve ser abrangente o suficiente para explicar não só a possibilidade do projeto neoclássico de circunscrição do objeto da economia, como a ampla aceitação do mesmo nos meios científico-acadêmicos.

Do nosso ponto de vista, as bases para uma resposta adequada a esta questão encontram-se na importante participação de Stigler no seminário comemorativo do centenário da revolução marginalista. Para este autor - que de forma alguma é um crítico heterodoxo do *mainstream* - o projeto neoclássico de construção da ciência econômica só pode ser entendido se se entende que

> "Economics became primarily an academic discipline in the last decades of the nineteenth century. **Previously it was a science conducted by non-academicians whose main interest was in the policy implications of the science**; ..... A dominant value of the scholarly world is a certain disengagement from the contemporary scene and a search for knowledge more fundamental and durable than that required for practical and immediate purposes. Positively viewed, the academic mind places a special premium upon *generality*. ..... Words like rigor and elegance portray this element of academic taste, whereas the world of affairs prefers words such as *effective* and *persuasive*." [49]

Vale dizer: **por oposição aos economistas políticos, cuja investigação voltava-se primordialmente à identificação e resolução de problemas econômicos, os "economistas neoclássicos" são acadêmicos que se voltam primordialmente à determinação rigorosa e exaustiva das condições de reprodução de uma economia ideal onde, justamente, os problemas que afligem a Economia Política são abstraídos.** E é por isto que o distanciamento

---

[49] STIGLER, G.J. "The adoption of the marginal utility theory". In: *History of political economy*. 4(2), 1972, pp. 576/7 (o negrito é meu).

do real que caracteriza o projeto analítico neoclássico não chega a ser percebido como um problema candente por parte dos articuladores do mesmo. Não há nenhuma pressa em se alcançar o real, pois o objetivo da pesquisa científica não é interferir neste, mas simplesmente compreendê-lo.

Ora, é demasiado evidente a relação entre esta postura metodológica e um certo conformismo político de cunho liberal-conservador. Só que, mais uma vez - e a despeito do que o senso comum considera serem os princípios norteadores do positivismo - esta referência teórico-ideológica não é propriamente positivista. Em seus fundamentos especificamente comteanos, o positivismo é um projeto teórico comprometido com a compreensão da sociedade **com vistas a interferir politicamente sobre a mesma**. E este compromisso - que pressupõe e envolve um compromisso efetivo com um empirismo não-metafísico, mas prático-teórico - está longe de se circunscrever à sociologia de raízes comteanas, mas se manifestará em todo um amplo leque de projetos de pesquisa que abarcam os mais diversos campos das ciências sociais e humanas[50].

Mas se o racionalismo anti-empirista e o conformismo teórico-político do neoclassicismo não é especificamente positivista, ele é - como se pode perceber facilmente - especificamente anti-materialista e especificamente anti-dialético. E isto não só porque o projeto de totalização marxiano é a própria recusa das múltiplas cisões (do tipo teoria/prática, economia/sociologia, racional/a-racional, positivo/normativo, etc., etc., etc.) que estruturam o projeto teórico-metodológico neoclássico. Acima de tudo, encontra-se o fato de que, **ao assumir uma forma especificamente anti-empirista e hiper-cartesiana, o "positivismo neoclássico" é marcado pela recusa radical ao concreto enquanto síntese complexa de determinações múltiplas e contraditórias**. No neoclassicismo, a análise domina e asfixia a síntese; o simples domina e asfixia o complexo; o unívoco domina e asfixia o múltiplo; e a harmonia lógica acaba com todo e qualquer espaço para a contradição real.

E a referência metafísica (no sentido de, simultaneamente, metodológica e ideológica) desta construção não se encontra - insistamos - em Comte, para quem a contradição social deve

---

[50] Dentre estas ciências, o projeto de pesquisa especificamente positivista encontrará (ironicamente, se se tem em conta a aversão de Comte a esta área do conhecimento) particular desenvolvimento na psicologia, sob a forma do behaviorismo. E a expressão que o behaviorismo alcançou no interior do positivismo moderno pode ser averiguada pelo fato mesmo de que, na própria economia, a dissidência especificamente empirista da escola neoclássica - capitaneada contemporaneamente pela figura brilhante de Herbert Simon - se auto-caracteriza como behaviorista. Neste sentido, vale a pena observar que a crítica de Simon ao neoclassicismo é essencialmente convergente com a expressa acima. Uma crítica que parte da identificação da frágil fundação empírica do sofisticado edifício teórico-analítico desenvolvido pelo marginalismo, para se desdobrar na crítica à caracterização neoclássica da racionalidade econômica. Vide SIMON, H.A. *Models of bounded rationality*. 2 vols., Cambridge, Mass.: MIT Press (especialmente seções VII e VIII).

ser dirimida, mas é real. A referência metafísica efetiva da construção neoclássica é Descartes; cuja aposta na racionalidade do real e nas possibilidades de construção de uma ciência estritamente dedutiva é levada ao paroxismo pelos teóricos neoclássicos. Um paroxismo que se expressa já na transformação (sutil mas fundamental) da regra cartesiana que propõe "iniciar pelo simples para incorporar paulatinamente o complexo" na regra neoclássica - que poderia ser caracterizada como hiper-cartesiana - que postula que toda e qualquer determinação "complexificadora" de uma modelagem teórica só pode ser incorporada ao sistema se não comprometer a determinabilidade formal do mesmo. Este último passo envolve, na verdade, uma recusa apriorística e metafísica ao complexo e ao contraditório. Uma recusa que toma a forma da "regra metodológica" de que o complexo só pode ser incorporado sob a condição de deixar de sê-lo em qualquer sentido.

Mas, entendido isto, fica fácil entender o verdadeiro significado do projeto neoclássico de determinação/circunscrição do escopo da teoria econômica pura. Na realidade, **mais até do que o atributo estrito de racionalidade, o que caracteriza o comportamento do "homem econômico" para esta escola é a "simplicidade"**. Afinal, o que um neoclássico caracteriza como comportamento racional é o comportamento rigorosamente **dedutível** de um agente econômico individual. Mas - pergunta-se - que tipo de comportamento é rigorosamente dedutível independentemente de qualquer consideração sobre as instituições e referências culturais do agente decisor? Evidentemente, só é dedutível o que é rigorosamente lógico; e só é rigorosamente lógico o que é simples. E isto num duplo sentido: no sentido de que o agente decisor, nem se coloca uma multiplicidade de objetivos antagônicos que o comprometem com uma situação de ambivalência, nem se coloca objetivos cuja consecução é função de todo um conjunto de reações não rigorosamente previsíveis de outros agentes econômicos[51].

---

[51] Diga-se de passagem, a crítica behaviorista de Herbert Simon ao neoclassicismo para a qual apontamos acima, vai justamente neste sentido. De acordo com este autor, o modelo neoclássico de decisão racional pressupõe um padrão de domínio e conhecimento do agente decisor sobre o ambiente econômico atual e futuro que é absolutamente irrealista. Por oposição - e a partir de um amplo programa de pesquisas com sólida fundação empírica -, Simon defende a tese de que as limitações de conhecimento e capacidade de previsão dos agentes econômicos os compromete com um conjunto complexo e contraditório de funções-objetivo que se articulam em torno do (sem se reduzir ao) *trade-off* rentabilidade/segurança e que são rigorosamente irredutíveis às formas unívocas (e proto-tautológicas, do tipo "utilidade", "lucro", "pay-off") esgrimidas pelos neoclássicos. É neste sentido que Simon pergunta: "How can a unique answer be found to the problem of choice if all of these considerations enter it? How much more attractive is classical economics, in allowing strong conclusions to be drawn from a few *a priori* assumptions, with little need for empirical observation! Alas, we must take the world as it is. As economics becomes more concerned with procedural rationality, it will necessarily have to borrow from psychology or build for itself a far more complete theory of human cognitive processes than it has had in the past. Even if our interest lies in normative rather than descriptive economics, we will need such a theory. There are still many areas of decision - particularly those that are illstructured - where human cognitive processes are more effective than the best available optimization techniques or artificial intelligence methods. ... A great deal can still be learned about effective decision procedures by studying how humans make choices." SIMON, H.A. "From substantive to procedural rationality". In: HAHN, F. e HOLLIS, M. *Philosophy and economic theory*. Oxford: Oxford University Press, 1979, p. 81.

É preciso evitar, contudo, tomar esta crítica à construção neoclássica em um sentido anti-racionalista. Na realidade, **não se nega aqui, nem a consistência lógica desta construção, nem sua pertinência a questões muito específicas do mundo real, onde as hipóteses extremamente simples subjacentes ao sistema mostram-se empiricamente consistentes**. O que se nega é tão somente a pretensão de que a estratégia logicista-simplificadora de pesquisa desta escola não comprometa a consistência empírico-material dos resultados teóricos da mesma. Mais exatamente, o que se nega é a pretensão de que a construção neoclássica seja mais do que um arsenal de instrumentos teóricos que, se úteis quando postos em conexão com outras construções, fechados em si mesmos só geram modelos abstratos e estruturalmente irrealistas da economia.

Infelizmente, porém, entre os neoclássicos, a consciência auto-crítica dos limites de seu projeto teórico e metodológico é uma exceção que caracteriza autores da estatura de um Pareto ou de um Frank Hahn. Diferentemente, os modernos epígonos do marginalismo, quando não alardeiam arrogantemente seu desconhecimento de filosofia e metodologia científica, tratam de escondê-lo atrás de manifestações (quase religiosas) de "fé" na consistência lógico-teórica da defesa friedmaniana da "economia positiva". O que é trágico, pois enquanto o "irrealismo" (ou, se se preferir, o caráter normativo) da construção é "para si", os proponentes do sistema não tomam seus prognósticos como referência para ações sociais objetivas, e a construção ainda não é ideológica. Por oposição, quando esta consciência auto-limitadora e auto-crítica é perdida, a harmoniosa e simplista construção cartésio-neoclássica passa a ser tomada como expressão do real e fundamento para prognósticos e estratégias de política econômica. Neste caso, a face ideológica da construção se manifestará de forma tão mais trágica quanto mais confiante for o "intérprete" na rapidez e eficácia com que a capacidade auto-equilibrante postulada no sistema teórico se impõe no mundo real.

2.3.3. Hiper-cartesianismo e a teoria neoclássica da distribuição

A partir das discussões acima, podemos finalmente retomar e responder a questão deixada em aberto ao final do item 2.2 acima; referida à dificuldade estrutural do neoclassicismo em determinar as condições de oferta dos serviços dos fatores, que é condição necessária para a consolidação de uma teoria distributiva a partir da interação entre as funções de oferta e demanda de (serviços) de fatores. Naquele momento, nos perguntávamos como era possível que, sendo a teoria da produtividade marginal dos insumos/fatores uma teoria referida tão somente à função demanda, ela fosse vulgarmente identificada como a "própria teoria neoclássica da distribuição". E não encontrávamos resposta. Mas, agora, já contamos com elementos suficientes para a formulação de uma hipótese: isto é assim porque **é impossível**

determinar rigorosamente a função oferta dos serviços dos fatores sem ferir os fundamentos metafísicos (cartésio-equilibristas) da escola neoclássica.

A demonstração rigorosa desta última assertiva não pode ser feita já. Na realidade, tal demonstração é o próprio objeto da terceira seção deste capítulo. Porém, este desenvolvimento pressupõe a compreensão de que a teoria neoclássica da distribuição não é uma mera soma das contribuições teóricas de Say e (de um certo) Ricardo. Uma mera soma destes autores envolveria a construção de um sistema teórico eclético e permeado de contradições; e, enquanto tal, incompatível com as exigências de rigor que caracterizam o perfil formalista e especificamente acadêmico da escola neoclássica.

Neste sentido, poder-se-ia traduzir o papel do cartesianismo no interior do projeto neoclássico como o de eliminar (e ocultar) a tensão que é imanente à síntese dos sistemas teóricos de Say e Ricardo. E o significado deste papel de harmonizador do cartesianismo não pode ser subestimado. Na realidade, é ele que nos permite entender a unidade substantiva de todo um conjunto de características do neoclassicismo que, usualmente, são objeto de críticas parciais e assistemáticas por seus opositores. Afinal, **é só quando se tem claro que a exclusão da complexidade é um movimento que tem uma função "em si" na estruturação do neoclassicismo que se pode entender a consistência interna de movimentos teóricos aparentemente contingentes e desconectados, que vão da recorrente abstração de condições competitivas onde os processos decisórios envolvem algum tipo de administração da incerteza ao sistemático privilegiamento do tratamento analítico do tempo de mercado e das funções demanda (em detrimento das funções oferta) nos processos de formação de preços de produtos e (serviços) de fatores.**

Especificamente no que diz respeito à teoria da distribuição, é a referência metafísica no cartesianismo que sustentará o "passo a mais" que a escola neoclássica dá em relação a Say e a Ricardo. Vale dizer: é o (hiper)cartesianismo que caracteriza esta escola que sustentará o (complexo) movimento de simplificação/redução da questão distributiva ao plano dos determinantes da **demanda** dos (serviços) dos fatores produtivos em um mercado de firmas **perfeitamente competitivas** que identificam de forma precisa e rigorosa o valor (presumivelmente decrescente[52]) da **produtividade física marginal** de cada insumo.

Com tal movimento, o que se abstrai não são apenas os problemas de precificação, realização e apropriação inerentes a configurações competitivas oligopólicas. O que se abstrai, acima de tudo, é a própria discussão dos determinantes da oferta dos serviços dos fatores. E, de quebra, o que se obtém é a redução do processo distributivo a uma questão essencialmente

[52] A despeito da notória inflexibilidade técnica de um sistema de produção industrial no tempo de mercado.

técnica e virtualmente infensa a intervenções eficazes por parte do Estado, uma vez que a apropriação passa a ser função exclusiva da "tecnologia", representada na produtividade relativa dos diversos fatores insumidos.

Nada mal, se se quer evitar problemas complexos e resgatar a dimensão harmônica e auto-equilibrante do sistema mercantil-capitalista. .... Nada bem, se o que se almeja é uma compreensão efetiva do conjunto dos determinantes do processo distributivo capitalista.

3. Para a (auto)crítica da teoria neoclássica da distribuição

Ao longo da seção anterior procuramos fazer o resgate histórico dos fundamentos teórico-metodológicos da escola neoclássica com vistas a driblar o problema da diversidade interior de tratamentos teóricos ao problema da distribuição imanente a uma escola que, há já um século, é o *mainstream* da ciência econômica. Evidentemente, um tal movimento não é capaz de livrar inteiramente a construção resultante da acusação de simplificar o sistema neoclássico. Sem dúvida! Porém - e contraditoriamente - acreditamos que uma certa violência simplificadora (tão característica do neoclassicismo) é, por vezes, útil. Em particular, quando inserida em um movimento teórico mais geral onde se projeta a negação da síntese apertada e simplificadora a partir da exposição das contradições a que tal movimento conduz.

Ora, é justamente o resgate destas contradições - que são de alguma forma percebidas e trabalhadas (auto)criticamente por autores formados no bojo mesmo da tradição neoclássica - que nos propomos a fazer nesta terceira seção. Um movimento que já se inicia pelo resgate de uma contradição primeira, referida ao período efetivo da hegemonia neoclássica. Na realidade - e a despeito de havermos anunciado acima que o neoclassicismo ainda é o *mainstream* da Economia -, há que se fazer uma distinção absolutamente radical entre o período de hegemonia acadêmica inconteste da escola neoclássica (que envolve o último quartel do século XIX e a primeira década deste) e o período - inaugurado por volta da Primeira Grande Guerra - em que as críticas a esta escola extrapolam o mundo quase-marginal dos partidos políticos e sociedades literárias de esquerda (onde se lia Marx, Hobson e Hilferding) para "turvar as águas cristalinas" das melhores e mais prestimosas instituições acadêmicas do mundo anglo-saxão.

Este movimento (auto)crítico foi, sem sombra de dúvida, estimulado pelas transformações históricas radicais associadas à conclusão da Primeira Guerra; como a Revolução Russa, a crise do Império Britânico e as crises econômicas dos anos 20 . Mas ele

também é o desdobramento natural da consolidação do projeto propriamente cartesiano (por oposição ao hiper-cartesianismo) da ciência econômica. Ou, dito de outro modo: se para uma parcela significativa dos signatários da revolução marginalista a recusa ao complexo era uma questão de princípios, esta máxima não é válida para todos. Em particular, ela não será válida para autores da estatura de Frank Knight, Josef Schumpeter e John Hicks que, de perspectivas algo distintas, e trabalhando com objetos diferenciados, serão pioneiros na exposição de algumas das principais insuficiências e contradições da teoria neoclássica da distribuição, tal qual ela se encontrava formulada (e formalizada) no primeiros anos do século XX.

Tal como os lemos, Hicks, Schumpeter e Knight percebiam a teoria neoclássica da distribuição como estruturada a partir de três assertivas básicas que foram objeto de nossas considerações anteriores: 1) o consumidor/proprietário de fator é "o" agente efetivamente soberano de uma economia mercantil, pois representa o ponto de partida e de chegada de um sistema circular onde firmas e empresários assumem funções essencialmente passivas de ajustamento às pressões de demanda de bens e oferta de recursos da economia; 2) o sistema porta uma dupla flexibilidade - a flexibilidade do consumidor em alterar sua cesta de consumo como resposta a variações nos preços dos produtos, e a flexibilidade técnico-produtiva na combinação dos distintos insumos/fatores no processo produtivo -, que se traduz na inclinação tipicamente negativa das funções-demanda de serviços de fatores *vis-à-vis* os preços relativos destes; 3) existem funções-oferta de (serviços de) fatores que são, como regra geral, positivamente inclinadas e, no estrito tempo de mercado, perfeitamente inelásticas, de forma que a livre interação dos empresários e consumidores-proprietários no mercado é capaz de gerar posições de equilíbrio unívocas e estáveis que definem as taxas de remuneração real dos (serviços dos) distintos insumos/fatores .

Não é difícil perceber que as três assertivas resgatadas acima têm a **forma** de juízos sintéticos (vale dizer, de juízos passíveis de infirmação empírica), possuindo, assim, estatuto teórico similar. Contudo, para além da unidade formal, o estatuto teórico efetivo destas assertivas é profundamente desigual, o que se revelará (contraditoriamente) na falsa hierarquização das mesmas na literatura neoclássica corrente. De fato, das três assertivas acima, apenas a segunda é, não apenas passível de teste e confirmação/infirmação não ambígua, como é (do nosso ponto de vista, e tal como vimos procurando provar nos capítulos anteriores) aceita na literatura ricardiana e marxista não-vulgar. Diferentemente, a primeira e a terceira assertivas não apenas introduzem elementos categoriais ambíguos (o que é "soberania" do consumidor/proprietário?; o que é "livre" interação dos agentes no mercado?) e virtualmente ininfirmáveis empiricamente (uma vez que a eventual não realização da tendência sempre pode ser atribuída a fricções superáveis em um prazo convenientemente indeterminado), como estruturam-se diretamente enquanto postulados de resultado (associados à viabilidade e

características do equilíbrio de fluxo circular), que só fazem sentido em uma construção que se quer normativa.

Porém - e de outro lado - é preciso entender que se a posição lógica destas assertivas lhes garante ininfirmabilidade empírica (essencialmente, insistamos, por serem conclusões de uma construção normativa), as consequências teóricas associadas às e/ou derivadas das mesmas podem - e devem - ser objeto de infirmação lógica. Vale dizer: se não é possível infirmar-se o resultado (que, de fato, é o ponto de partida da construção), **é possível demonstrar-se que as condições exigidas para a obtenção deste ou daquele resultado são distintas das teoricamente pretendidas e/ou distintas daquelas que os economistas usualmente pretendem que sejam as condições de funcionamento de uma economia capitalista real**.

É a este jogo de infirmação lógica que nos propomos nesta seção terceira. Um jogo para o qual contamos com o apoio mais (como em Knight e Schumpeter) ou menos (como em Hicks) resoluto daqueles autores neoclássicos que, ao recusarem os grilhões do hiper-cartesianismo, marcaram sua passagem pela ciência econômica tanto por suas contribuições "positivas" quanto por suas contribuições "negativas", associadas a uma particular aptidão iconoclasta e autocrítica. A eles, pois.

3.1. John Hicks e a função oferta de trabalho mal comportada

Como é amplamente reconhecido na literatura neoclássica (e mesmo fora dela), o sistema teórico walrasiano é, em termos lógico-formais, superior ao sistema teórico com origem em Marshall. Na base desta superioridade, encontra-se o reconhecimento em Walras da inconsistência lógica do tratamento das funções oferta e demanda de bens como independentes, e sua superação por um sistema de equilíbrio geral onde as duas funções são explicitamente articuladas.

Os fundamentos desta valiosa construção walrasiana encontram-se sistematizados nos três primeiros capítulos da Seção II - "Teoria da troca de duas mercadorias entre si" - do *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, onde se lê:

> "Dizer, por consequência, que se demanda uma quantidade D_a de (A), ao preço de p_a, é dizer *ipso facto* que se oferece uma quantidade O_b de (B) igual a $D_a p_a$. Assim, dizer, por exemplo,
> que se demandam 200 hectolitros de aveia ao preço de ½ em trigo é dizer, por isso mesmo, que se oferecem 100 hectolitros de trigo. Temos, pois, em geral, entre D_a, p_a e O_b, a equação:

$$O_b = D_a p_a .$$[53]

O interessante desta formulação é que - como Walras o reconhece perfeitamente bem - uma variação do preço de A deve - pelo menos em princípio - induzir uma variação em sentido oposto de D_a, deixando o sentido da variação de O_b indeterminado. Ora, num sistema de duas mercadorias, o preço de A é o inverso multiplicativo o preço de B, uma queda em p_a corresponde a uma elevação de p_b. O que equivale a dizer que, num sistema de duas mercadorias, uma elevação de p_b (vale dizer, uma queda em p_a) deixa a oferta de B indeterminada. Ela tanto pode subir, quanto cair, a depender da elasticidade da demanda por (A), cujo preço caiu.

Walras não apenas observará o fato como extrairá do mesmo a consequência pertinente, qual seja, o de que em um sistema de duas mercadorias é grande a possibilidade de que a curva de oferta de ambas assuma um formato peculiar (negativamente inclinado) ao longo de uma faixa de variação de preços não desprezível, o que permitiria a emergência de múltiplos equilíbrios. Ao longo da Seção II dos *Elementos*, contudo, este problema é desvalorizado sob a dupla alegação de que: 1) muito provavelmente, apenas um dos equilíbrio possíveis será estável, e o sistema, ao final, convergirá para este; 2) o problema referido perde expressão quando se avança para uma economia de múltiplos produtos[54].

Não há como se ter dúvidas acerca da insuficiência do tratamento walrasiano do problema posto. E isto desde logo porque (ao contrário do que pretenderiam aqueles que vêem no modelo de dois setores uma simplificação absurda) numa economia de múltiplos produtos cada proprietário-ofertante que dispõe de uma única mercadoria X para transacionar encontra-se em uma situação econômica bastante similar a de um agente em um mercado de dois bens. Só que, agora, este agente compra um bem compósito com o bem que oferta, e **uma queda no preço de X** (que corresponde a uma elevação no preço do bem compósito em termos de X) **pode conduzir a uma elevação na oferta de X** se a demanda pelo bem compósito for inelástica.

O rebatimento da crítica acima para a questão da distribuição é evidente, e não poderia deixar de ser objeto de tratamento e debate dentro e fora do neoclassicismo. Em um artigo de 1930, Lionel Robbins vai resgatar o problema articulando-o diretamente com a questão da oferta de mão-de-obra[55]. Um trabalho que iluminará os desenvolvimentos de Hicks na década seguinte em dois textos tornados clássicos: *The theory of wages* (de 1932) e *Valor e Capital* (de 1939)[56].

---

[53] WALRAS, L. Op. cit. p. 37.
[54] Idem, pp. 51/2.
[55] ROBBINS, L. "Elasticity of demand for Income in terms of effort." In: *Economica.* Vol. 10 (june 1930), pp. 123/29.
[56] HICKS, J.R. *The theory of wages.* New York: McMillan, 1948, e HICKS, J.R. *Valor e Capital.* São Paulo:

Neste último trabalho - que se tornará a referência privilegiada para a reflexão do problema da curva de oferta de trabalho negativamente inclinada no interior do *mainstream* - Hicks desenvolverá a questão a partir da distinção dos efeitos "renda" e "substituição" de uma variação no preço para um vendedor e um consumidor. Após considerar o caso mais simples do consumidor, Hicks toma o caso do vendedor e pergunta:

> "Mas o que acontece quando o preço de X varia? O efeito-substituição será o mesmo de antes. Uma queda no preço de X estimulará a substituição de ... outros bens [por X]; isso favorece um aumento da demanda de X, isto é sua oferta diminui. Mas o efeito-renda não será o mesmo de antes. Uma queda no preço de X deixará o *vendedor* de X em pior situação; isso reduzirá sua demanda (aumentará sua oferta) a menos que, para ele, X seja um bem inferior.
> A significativa diferença entre a posição do vendedor e a do comprador revela-se imediatamente. No caso do comprador, o efeito-renda e o efeito-substituição atuam na mesma direção - salvo no caso excepcional dos bens inferiores. No caso do vendedor esses dois efeitos só atuam na mesma direção nesse caso excepcional. Normalmente atuam em direções opostas.
> A situação se torna mais difícil pelo fato de não poderem ser negligenciados com muita frequência os efeitos-renda dos vendedores. **Os vendedores geralmente derivam grande parte de sua renda da mercadoria específica que vendem. Portanto, podemos ter esperança de encontrar muitos casos em que o efeito-renda é tão influente quanto o efeito-substituição, ou é dominante. Devemos concluir que uma queda no preço de X tanto pode diminuir quanto aumentar sua oferta.**
> A importância prática de tal curva de oferta é, sem dúvida, mais evidente no caso dos fatores de produção. Assim, a queda dos salários pode às vezes fazer com que o assalariado trabalhe com menos empenho, outras vezes com mais; porque, por um lado, o reduzido ganho por produção faz (ou deveria fazer) com que o esforço necessário para a unidade marginal do produto pareça valer menos a pena, se a renda permanecer intacta; mas, por outro lado, sua renda se reduz e o impulso para trabalhar com mais empenho a fim de recuperar a perda na renda pode contrabalançar a primeira tendência."[57]

O interessante é que a análise de Hicks é de ordem a projetar a possibilidade de uma curva de oferta de trabalho que é negativamente inclinada ao longo de toda a sua extensão. Contudo, a escola neoclássica preferiu interpretar e incorporar a análise hicksiana como se ela alimentasse tão somente a hipótese de que a função oferta de trabalho seja marcada pela peculiaridade de "voltar-se sobre si mesma" quando as taxas de salário se elevam "demasiado".

Não seria fácil contrarrestar tal interpretação - que não se sustenta em argumentos lógicos ou determinações empíricas, mas tão somente no apego a uma certa referência metafísica - se não houvesse uma insuficiência no resgate que Hicks faz da problemática walrasiana em seu trabalho de 39. Neste trabalho, Hicks virtualmente reduz os determinantes da

---

Abril Cultural, 1984.

[57] HICKS, J.R. Op. cit. p. 38 (o negrito é meu)

inclinação negativa da curva de oferta de trabalho ao problema do efeito-renda contraditório ao efeito-substituição. Na verdade, contudo, este é apenas um dos determinantes de tal inclinação; como pode ser percebido facilmente se se retoma o problema walrasiano em seus termos originais.

É isto justamente o que fará Buchanan[58], que recupera a versão hicksiana de 32 (do *The theory of wages*) para a curva de oferta negativamente inclinada. Neste trabalho, Hicks extraía tal inclinação negativa da suposição muito mais simples e geral de que a demanda por "renda monetária" deveria apresentar alguma inelasticidade em termos de esforço em uma faixa não desprezível da mesma. Assim, sem que se introduza qualquer consideração sobre a caracterização do ócio como um bem superior, a curva de oferta de trabalho apresentará uma inclinação negativa naquela faixa em que (seguindo as indicações de Walras acima) a elevação do preço em trabalho da renda monetária (vale dizer, a queda do salário por hora) conduza a uma queda na quantidade demandada do bem-compósito **proporcionalmente inferior à elevação de seu preço**. Nos termos de Buchanan:

> "the [Hicksian] analysis [in *Value and Capital*] suggests that, were it not for the presence of an income effect, the labor supply curve would necessarily slope upward throughout its length. Recognition of the reciprocal nature of the supply-demand relationship indicates that such an inference is erroneous. Elimination of the income effect will not guarantee the absence of the possible negative response of labor supplied to wage-rate increases."[59]

Com vistas a demonstrar o equívoco desta ilação, Buchanan desenvolve um modelo tipicamente hicksiano, onde são diferenciados os efeitos "renda" e "substituição" derivados de uma ampliação da taxa de salário, e o impacto da elevação da renda é extraído a partir da hipótese da emergência de impostos e tarifas que circunscrevem o movimento do ofertante a um movimento ao longo da mesma curva de indiferença. Se se introduz, então, a hipótese de que a demanda por renda monetária é inelástica, e reconhecendo a reciprocidade das curvas de oferta de horas de trabalho e demanda deste tipo de renda, o resultado será tal que **a quantidade de trabalho ofertada aumentará (diminuirá) como resultado de uma queda (elevação) da taxa de salário independentemente de qualquer efeito-renda associado às modificações desta.** Nos termos de Buchanan:

---

[58] BUCHANAN, J.M. "The backbending supply curve of labor: an example of doctrinal retrogression?". In: *History of Political Economy*. Vol. 3, n. 2. 1971, pp. 383-390. Segundo o autor: "The possibly backbending portion of the supply curve of labor is now widely 'explained' in basic economic theory by an apparently straightforward application of the Hicksian income effect - substitution effect apparatus. My purpose in this article is first to suggest that this set of tools is wholly unnecessary; resort to income effect offstes to substitution effects is not required. The general point is elementary and is apparently familiar to scholars in international-trade theory, but its specific application to the labor-supply curve seems to have been forgotten in modern discussion" Op. cit. p. 383.

[59] Idem, p. 386.

> "To indicate this, consider confronting an individual with an idealized compensated choice set. Assume that information is sufficient to allow precise income compensations to be computed, compensations that are such as to keep the individual, after choice, on the same utility level. As a potential demander of income (supplier of labor), he is confronted with a set of price alternatives, as in the simple ... [walrasian two-commodities] model previously discussed. For each of the price offers, however, there is an accompanying income transfer (positive or negative) just sufficient to keep the person on the same utility level. These transfers must be carried out independently of the demand choices. They must take the form of lump-sum taxes or subsidies, arranged so that the person makes no conscious connection between their magnitude or existence and his own choices for income. From this sort of conceptual experiment, we can derive a fully compensated demand curve for income. Since this demand curve traces out the lucus of successive positions of individual equilibria generated *solely by the substitution effect*, its slope must be negative throughout the range. It is incorrect to infer from this, however, that the labor supply response represented by the *same* behavior must be consistent with an upsloping supply curve throughout its range. Such an inference would imply that all fully compensated demand curves exhibit an elasticity greater than unity in absolute value throughout their whole range. This is, of course, a far more restrictive requirement than that which dictates the downslope. There is no reason why a fully compensated demand curve may not include ranges where elasticity coefficients are less than unity."[60]

O mais interessante da abordagem de Buchanan é que, se ela revela a possibilidade da curva de oferta de trabalho apresentar uma inclinação negativa mesmo quando se suprime qualquer consideração sobre o efeito-renda associado à elevação da taxa de salário, ela não solicita a abstração deste efeito. Na verdade, segundo o próprio autor

> "The analysis suggests only that an income effect is not *required* for an explanation of the backbending supply curve for labor. It does not suggest that an income effect, if present, will not operate as the standard paradigm indicates. ... This effect will normally operate to cause the uncompensated supply curve for labor to bend backwards more quickly and at a somewhat greater rate than the fully compensated supply curve. This is guaranteed if the income elasticity of supply of labor is negative. There may, of course, exist cases in which the fully compensated supply curve is upsloping while the uncompensated curve bends backwards over the same range. Hicks cannot, therefore, be faulted for his introduction of this as a possible example."[61]

O que fica por perguntar, então, é: o que resulta da integração teórica do modelo hicksiano de *Valor e Capital* com o modelo que Buchanan introduz a partir do resgate de Walras, Robbins e o Hicks de 32? E a resposta - mais ou menos evidente - é a de que **a probabilidade que a curva de oferta de trabalho assuma uma inclinação negativa ao longo de toda a sua extensão amplia-se significativamente, tornando-se a forma esperada da mesma em condições "normais" de mercado.** E isto, desde logo, porque ao fazermos a curva de oferta de

---

[60] Idem, pp. 386/7.
[61] Idem, p. 389.

trabalho depender da elasticidade-preço da demanda dos demais bens, impomos uma condição tal que alavanca a probabilidade de uma inclinação negativa daquela curva de oferta na faixa em que as taxas de salário são particularmente baixas e a demanda por bens de subsistência deve se tornar altamente inelástica. De outro lado, ao fazer a curva de oferta de trabalho depender também da elasticidade-renda da demanda por ócio, induzimo-la a apresentar uma inclinação negativa para taxas salariais mais elevadas, quando a busca por bens superiores torna-se possível e provável.

Mas se o tratamento analítico de Buchanan é rigoroso e se fundamenta diretamente nos desenvolvimentos teóricos de algumas das lideranças mais expressivas da tradição marginalista, por que ele não se incorpora ao senso comum da literatura neoclássica? Por que os manuais tradicionais de micro e macroeconomia, quando se vêem frente à necessidade de caracterizar a forma normal da curva de oferta de trabalho, ainda insistem em projetá-la, ou como perfeitamente inelástica (reduzindo a determinação da taxa de salário à curva de demanda), ou como positivamente inclinada "em sua faixa relevante"? Por que o tratamento da hipótese de uma curva de oferta de mão-de-obra de longo prazo que é negativamente inclinada **ao longo de toda a sua extensão** (ou, pelo menos, de sua extensão relevante) ainda é relegada às notas de pé-de-página dos manuais e a *papers* que - ao estilo do trabalho de Buchanan - só alcançam divulgação em revistas especializadas?

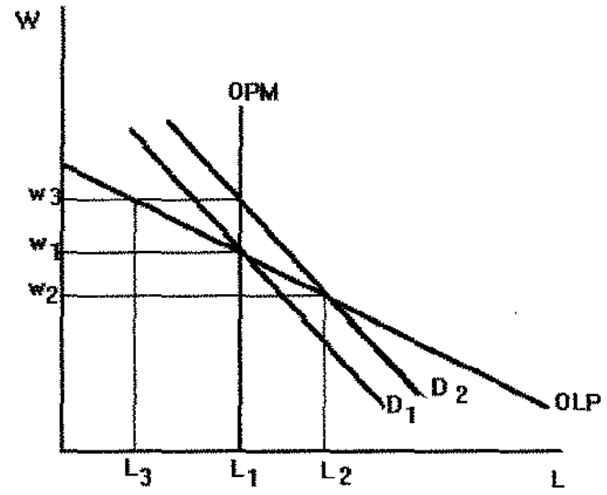
Tendo em vista o conjunto dos desenvolvimentos da seção segunda acima, não é difícil encontrar os fundamentos desta desvalorização relativa da "função Hicks-Buchanan" (cujos fundamentos teóricos, já o vimos, precedem a Walras e deitam raízes em Marx) de oferta de mão-de-obra. Em seus termos mais gerais, o problema encontra-se no fato de que ela complexifica sobremaneira o processo distributivo e (por consequência) o processo de formação de preços do sistema. E esta complexificação não é ideologicamente neutra. Pelo contrário.

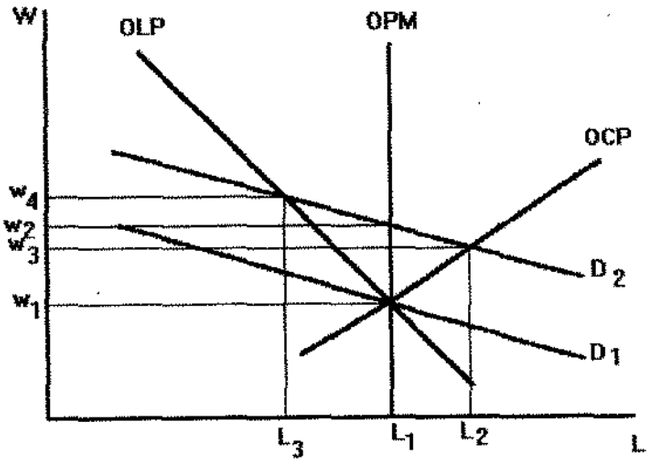
Desde logo, a hipótese de uma curva negativamente inclinada ao longo de toda a sua extensão abre, não apenas a possibilidade de múltiplos equilíbrios no mercado de trabalho - no caso das funções oferta e demanda não serem lineares -, mas, igualmente bem, a de que o(s) equilíbrio(s) sistêmicos sejam instáveis no caso da curva de oferta apresentar uma elasticidade superior à da curva de demanda. E - vale a pena observar - no caso de ser este o perfil da elasticidade relativa da função oferta de mão-de-obra de longo prazo, e de ser válida a hipótese neoclássica tradicional de que, no prazo de mercado, a função oferta deste insumo é perfeitamente inelástica, todo o deslocamento da curva de demanda de mão-de-obra no curto prazo, desencadearia um círculo vicioso de desequilibração no mercado de trabalho tendo em vista o deslocamento previsível da curva de oferta de curtíssimo prazo. É isto que se pode perceber facilmente no Gráfico 5.1 abaixo, onde se explicita que o deslocamento da demanda de

mão-de-obra de D_1 para D_2 impõe uma elevação da taxa de salário para w_3, uma vez que a curva de oferta no prazo de mercado (OPM) é perfeitamente inelástica. Dada a inclinação negativa da curva de oferta de longo prazo (OLP), a elevação de salário estimulará a redução da quantidade ofertada de mão-de-obra (para L_3) num movimento antagônico com a obtenção do equilíbrio de longo prazo, que pressupõe uma taxa de salário (w_2) inferior à vigente inicialmente, e uma quantidade ofertada e demandada de mão-de-obra (L_2) superior.

É bem verdade que a não-convergência dos movimentos de equilibração no prazo de mercado e no longo prazo só é válida para o caso particular em que a curva de oferta de longo prazo é mais elástica que a curva de demanda de longo prazo (veja-se o quadro 5.2 adiante). Contudo, o fato de que o problema específico da convergência para o equilíbrio não se manifeste da mesma forma num quadro em que a função demanda é mais elástica que a função oferta, não significa que o processo de equilibração seja necessariamente mais simples em tais circunstâncias. E isto na medida em que, então, se uma elevação da curva de demanda redefine o equilíbrio de longo prazo em um patamar onde a taxa de salário é maior (e, portanto, convergente como o movimento presumível de elevação da taxa de salário de curto prazo), este mesmo equilíbrio pressupõe uma queda no nível de emprego. O que, num quadro de expansão da procura por mão-de-obra, só pode se realizar se as empresas que estão pressionando o mercado de trabalho reajustam o perfil de sua demanda de insumos, alterando substancialmente a relação capital/trabalho com que operam a partir de um amplo deslocamento "ao longo" de sua função de produção.

Ora, a despeito do que pretendem as parábolas neoclássicas onde o capital fixo assume uma tamanha plasticidade que o ajustamente técnico se torna virtualmente automático, este processo pressupõe um conjunto de movimentos de investimento-depreciação-reinvestimento que desloca o processo de equilibração para o "longo prazo cronológico". Um movimento cuja complexidade evidente será exponenciada se a curva de oferta de mão-de-obra de curto (à diferença das curvas de oferta de longo e curtíssimo) prazo for elástica e positivamente inclinada e se a mesma referenciar as expectativas dos agentes inversores de qual deve ser o perfil da curva de oferta de longo prazo e de qual deve ser o movimento estrutural do mercado na busca do equilíbrio. Neste caso, o deslocamento para cima da curva de demanda deve conduzir a três momentos lógicos distintos de "equilíbrio" de difícil conciliação: 1) uma ampliação da taxa de salário sem modificação no nível de emprego no **curtíssimo** prazo; 2) uma queda da taxa de salário (*vis-à-vis* a situação "1", do Gráfico 5.2. acima) e elevação do nível de emprego no **curto** prazo; e 3) uma queda no nível de emprego e re-elevação (*vis-à-vis* "2") da taxa de salário no **longo** prazo.





GRÁFICOS 5.1 E 5.2

Mas isto não é tudo; e nem mesmo o principal. Muito mais grave do que a identificação da complexidade (e virtual inviabilidade) do processo de plena equilibração produtivo-distributiva de uma economia mercantil onde a função oferta de mão-de-obra segue o padrão "Marx-Walras-Hicks-Buchanan" é o fato de que **esta função traz à luz as diferenças substantivas da inserção sócio-econômica dos proprietários dos distintos fatores de produção**. Mais especificamente, a inclinação negativa da curva de oferta de mão-de-obra - ao ser uma característica exclusiva do mercado de trabalho[62] - denuncia o caráter parcial e formal da igualdade dos agentes proprietários na economia capitalista.

Esta é uma denúncia que não perturba apenas a superfície do edifício teórico neoclássico; mas seus mais profundos e legítimos fundamentos "franco-sayianos". Afinal, é na substantivação da igualdade formal dos agentes que se assenta a pretensão de que se possa construir uma ciência econômica não apenas a partir da abstração das categorias de classes sociais, como (por consequência) da abstração da categoria de inequivalência (e exploração) nas trocas[63]. Mas - pergunta-se - **qual é a substância da igualdade numa troca onde o (eventual) desinteresse de uma das partes na obtenção do produto (ou serviço) da outra compromete esta última com a ampliação sempre crescente da quantidade ofertada daquele?** E, em particular, se a desigualdade de poder de barganha é estrutural no sistema

---

[62] Afinal, a especificidade do mercado de (serviços da) "terra" é a irreprodutibilidade deste fator de produção, que compromete a oferta de longo prazo do mesmo a adotar um perfil simétrico (perfeitamente inelástico) ao perfil da oferta de curtíssimo prazo. De outro lado, se é de se supor que a curva de oferta de (serviços do) capital de médio e longo prazo responde às variações da remuneração do mesmo, é de se esperar que a inclinação desta curva seja positiva, correspondendo ao perfil neoclássico padrão.E isto na medida em que, à diferença de quem dispõe apenas de horas de vida como riqueza e não pode privilegiar o ócio (um bem superior) se o rendimento monetário do trabalho for pequeno, a riqueza propriamente capitalista é já um patrimônio monetário (ou "monetizável") que é reconversível em qualquer tipo de bem. A reconversão deste patrimônio em bens de consumo é uma opção "bem inferior", compatível com níveis de rendimento monetário mais baixos do capitalista proprietário, enquanto a conversão em poupança é uma opção de perfil "bem superior", compatível com rendimentos monetários mais elevados. O que (nos termos específicos da leitura de Buchanan) se expressa no fato de que, se a taxa de juros for baixa e a demanda por bens de consumo por parte dos capitalistas mostrar-se inelástica a este nível de rendimento, não deve emergir qualquer pressão no sentido da ampliação da quantidade ofertada de capital com vistas a dirimir os efeitos deletérios associados à queda da rentabilidade unitária deste (serviço de) fator. Pelo contrário: os agentes poupadores procurarão reconverter a parcela monetizada (correspondente ao capital de giro das firmas e/ou à parcela depreciada/amortizada do capital fixo) de sua riqueza diretamente em bens de consumo, reduzindo a quantidade ofertada deste (serviço de) fator a cada movimento de queda da taxa de juros. Esta idéia ficará mais clara quando, na seção 3.2 abaixo, tratarmos das particularidades e complexidades do mercado de capital.

[63] As críticas de Marx a este movimento dúplice (mas imbricado) de abstração são sobejamente conhecidas. Mas elas emergirão igualmente bem na literatura clássico-ricardiana de meados do século XIX, e sustentarão as críticas e resistências dos derradeiros ricardianos ingleses aos primeiros sinais de emergência da revolução marginalista. Assim é que, em carta a Stuart Mill datada da entrada da década de 70 do século passado, Cairnes escrevia: "The chief fault ... I think is characteristic of the French school [is] a tendency to vicious generalization ... which, instead of elucidating, darkens the problems. Thus he regards abstinence as a form of labour, rent as form of interest. Capital is made to cover land as well as wealth in general .... It is of course only by dint of straining language that he can make his facts fit into this framework; and thus a sort of haze is thrown over the whole exposition ..." Apud MARCHI, N.B. "Mill and Cairnes and the emergence of marginalism in England". In: BLACK, R.E.C. et.al. (eds.) *The marginal revolution in Economics.* In: *History of political economy.* 4(2), 1972, p. 358.

mercantil-capitalista e contrapõem trabalhadores e empresários/capitalistas, qual o sentido de se pretender, então, que a efetivação da troca é o índice necessário e suficiente de que ambas as partes se beneficiam da mesma e obtém, no intercâmbio marginal, o equivalente do que cedem, e no intercâmbio total um excedente de utilidade?

É evidente que, em termos **formais**, todas estas afirmações continuam plenamente válidas. Mas o problema que se impõe aqui não pode ser enfrentado formalmente. Em termos formais também há liberdade e maximização da utilidade na decisão de uma vítima de assalto em ceder a bolsa em vez da vida. Mas não há nenhuma equivalência nesta "troca". Na realidade, não há sequer "troca" nesta troca. Pois a "vida" que se obtém "em troca" da bolsa só se tornou propriedade do assaltante pela exclusão material das condições de sustentação daquela por parte do assaltado.

É bem verdade que a distância entre uma situação de assalto e de intercâmbio no mercado de trabalho são demasiado grandes, e não podem ser abstraídas. Mas o reconhecimento desta distância[64] não pode servir para desqualificar o argumento crítico anterior. Pelo contrário: ele o reforça. Afinal, o que se quer fazer ver aqui é justamente o absurdo subjacente à "tautologização" do intercâmbio e do princípio da maximização. Vale dizer: o que se quer é demonstrar o absurdo da hipótese de que a mera efetivação do intercâmbio é a medida necessária e suficiente da satisfação das partes envolvidas e, consequentemente, da equivalência na troca. E isto na medida em que tal hipótese pressupõe uma outra: a de que as partes intercambiantes sejam igualmente livres para afirmar ou renegar a troca. O que, por sua vez, pressupõe que os agentes intercambiantes sejam proprietários de bens qualitativamente equivalentes; de bens que não comportem, em si, diferenças tais que resultem em um desequilíbrio sistemático e necessário do poder de barganha dos agentes envolvidos na troca.

Uma tal hipótese é perfeitamente compatível com uma sociedade mercantil simples, onde o conjunto dos intercambiantes é proprietário, tanto da **potência**, quanto dos **meios** de trabalho, e, como tal, oferta mercadorias que são negociadas no (amplo mas único) mercado de bens[65]. Mas não é consistente com o perfil da distribuição da **propriedade** em um sistema

---

[64] Que, de qualquer forma, não é "vazia", mas preenchida por um amplo gradiente de situações de intercâmbio entre "condições de vida" e "serviços pessoais", dentre as quais a prostituição é a expressão mais simples e geral.

[65] Como se sabe, o mercado de bens pode ser subdividido em tantos mercados particulares quanto se ache conveniente. Contudo, a unidade substantiva deste mercado é dada inclusive pela possibilidade de transição de cada agente produtor de um sub-mercado para o outro. Uma possibilidade que já não existe no (falsamente unívoco) mercado de fatores, onde os agentes mercantis/intercambiantes não são iguais (e igualmente livres) em qualquer sentido substantivo. Neste sentido, pode-se dizer **que o sistema teórico "sayano-neoclássico" toma como referência inconsciente** (e, por isto mesmo, ideológica) **de reflexão uma sociedade mercantil igualitária que não corresponde ao capitalismo, mas** (como procuramos demonstrar no capítulo quarto) **ao seu nascedouro lógico-histórico**. Voltaremos a este ponto na sub-seção 3.2 abaixo.

mercantil-capitalista. Neste, alguns agentes possuem apenas sua potência de trabalho (ou, se se preferir, possuem "horas de vida", cujo alongamento temporal impõe a venda do serviço das mesmas), enquanto outros possuem justamente os recursos necessários para sobreviver (por um período determinado, mas presumivelmente muito mais longo) sem precisar ceder coisa alguma. *Hic Rhodus, hic salta.*

3.2. Schumpeter e a crítica da teoria neoclássica do juro e do capital

A controvérsia em torno da teoria neoclássica do capital e do juro é tão antiga quanto aparentemente impermeável a qualquer conclusão. Espasmodicamente - como nos anos 60, a partir dos importantes trabalhos críticos de Sraffa e Joan Robinson -, este debate se reacende; para ser logo adiante amortecido pela demonstração de sua improdutividade a partir da recusa dos contendores em abrir mão de suas posições originais.

Este jogo de recorrência e abandono do debate não é gratuito. Do nosso ponto de vista, ele revela tanto a profundidade dos problemas internos à teoria neoclássica do capital e do juro, quanto a fragilidade daquelas construções teóricas que, usualmente, pretendem se alçar a alternativas ao *mainstream.*

Foi esta, pelo menos, a lição deixada pelo debate dos anos 60: após algumas raras (ainda que expressivas) manifestações de tergiversação por parte da ortodoxia, o debate se encerrou com um reagrupamento de forças onde a heterodoxia acabou contabilizando mais baixas do que adesões. E isto na medida em que, para além dos estragos produzidos no campo do "marxismo transformacionista", os trabalhos de Sraffa e Robinson demonstraram ter pouca eficácia enquanto instrumentos de crítica e enfrentamento da hegemonia neoclássica.

Do nosso ponto de vista, o fundamento desta ineficácia relativa encontra-se no caráter essencialmente "negativo" da contribuição dos dois autores. Nestes a **crítica** da parábola neoclássica do capital não se desenvolve em qualquer **alternativa teórica**; e o capital não alcança ser mais do que "alguma coisa" (ou será "alguma relação"?) que de "alguma forma" permite a apropriação de um excedente. Uma caracterização insuficiente para colocar em xeque um sistema que se articula (ainda que inconscientemente) com vistas a determinar (e confirmar) uma visão cartesiano-equilibrista de mundo. E a resultante desta combinação entre insuficiência da ofensiva cambridgeana e impermeabilidade do *mainstream* a qualquer crítica desestruturante e meramente negativa não poderia ser outra do que a conversão do aspecto mais determinado da crítica de Sraffa - que se expressa na questão da reinflexão das técnicas de produção ao

longo de um processo de variação conjunta das taxas de juro e salário - em mais uma questão "interessante e ainda não solucionada" pelo *mainstream*.

De outro lado, a crise da ofensiva cambridgeana não pode ser esgrimida com vistas a demonstrar a improdutividade de qualquer crítica à teoria neoclássica do capital e dos juros. Afinal, a própria recorrência do debate - que, na verdade, é tão antigo quanto o neoclassicismo, possuindo uma expressão rigorosamente interna a esta escola de dimensões não desprezíveis - é um índice claro da insuficiência lógica desta construção. O problema parece ser, então, o de que os críticos - ao subestimarem as fragilidades internas de suas "alternativas" - superestimaram a eficácia destrutiva de críticas periféricas, não alcançando atingir o âmago efetivamente problemático da construção neoclássica. Um âmago que, reconhecido (ou, pelo menos, intuído) pelos próprios signatários desta escola, não apenas os abre (espasmodicamente) ao debate, como alimenta (eventualmente)defecções teóricas tão expressivas como a de um Schumpeter ou de um Keynes; cujas teorias "monetárias" da taxa de juros podem (e devem) ser lidas como a expressão superior da insatisfação interna ao neoclassicismo com as insuficiências teóricas da teoria tradicional do juro e do capital desta escola.

Ora, este ponto de vista nos conduz a uma estratégia crítica distinta daquela usualmente abraçada pela heterodoxia *vis-à-vis* a construção neoclássica. Mais especificamente, o que nos propomos aqui é - tal como já o fizemos em outros momentos deste trabalho - seguir as indicações teóricas e metodológicas do grande mestre que foi Schumpeter para, abrindo mão da velha e inconsequente tática de acumulação e listagem de problemas (que caracteriza uma certa crítica intolerante ao neoclassicismo), resgatar o núcleo problemático da construção neoclássica.

Isto, evidentemente, não implica ignorar o caráter fortemente restritivo de certas hipóteses necessárias à construção de um modelo de determinação da taxa de juros formalmente equivalente ao modelo de determinação do preço dos serviços dos demais fatores. Afinal, mesmo autores neoclássicos reconhecem que a tentativa de dar expressão clara à hipótese de que a taxa de juros seria definida em um mercado onde interagem empresários demandantes e proprietários ofertantes de serviços de capital envolve a construção de uma parábola empiricamente insubsistente e, como tal, impermeável a qualquer teste. Contudo, nos parece que é de bom alvitre recusar a recusa fácil a esta construção problemática e adotar a tática oposta: contribuir para a racionalização e adequação formal do modelo com vistas a desnudar suas reais e legítimas contradições internas. Senão vejamos.

3.2.1. A "parabólica" teoria neoclássica do capital e do juro

Como já foi apontado acima, à diferença das funções demanda de terra e trabalho - cujos fundamentos teóricos encontram-se em Ricardo - a própria definição de uma função demanda de capital é problemática. Na realidade, a teoria da substitubilidade (necessariamente restrita) dos insumos e da produtividade marginal decrescente dos mesmos permite tão somente a construção de uma curva de demanda negativamente inclinada para mercadorias bem determinadas, que participam do processo produtivo, possuem unidades de conta claras e possuem preço de mercado. Mas o capital propriamente dito não é um insumo produtivo em qualquer sentido trivial do termo. Na realidade, **o capital não é mais do que a expressão monetária do conjunto dos insumos**. O que, desde logo, impõe problemas aparentemente insolúveis à determinação de sua curva de demanda: se ele é "dinheiro", qual o seu preço? Quanto se lhe demanda aos diversos preços? E qual a sua produtividade? ... E se ele é "coisa"; que coisa ele é? Como é agregado e mensurado? E - mais uma vez - qual é a sua produtividade e como podemos medi-la?

Este problema da teoria neoclássica da distribuição - que está na base das críticas cambridgeanas - é enfrentado por esta corrente teórica por um apelo à parábola do capital "plástico". A hipótese é, evidentemente, heróica. Mas seria um equívoco recusá-la a partir de argumentos puramente "realistas", sem qualquer avaliação de sua produtividade teórico-modelística. Tanto mais quando se reconhece que, se sua função **no interior do sistema neoclássico** é a de permitir a definição de funções de oferta e demanda de capital, seu fundamento mais geral é o reconhecimento de que, no longo prazo, os meios de produção nos quais aquele se consubstancia perdem qualquer "fixidez". O que equivale a dizer que, neste sentido particular, a parábola do capital-plástico tem a mesma função teórica da redução estritamente ricardiana do capital a "trabalho morto"[66].

O problema é que, mesmo enquanto uma unidade plástica e multiforme de meios de produção produzidos - enquanto *leets*, como o caracterizará Joan Robinson em expressão antológica, que seguiremos aqui[67] - o capital é uma mercadoria cujo valor de troca depende dos

---

[66] Sem sombra de dúvida, a redução ricardiana tem a vantagem de nos lembrar de imediato que, enquanto um conjunto díspar de bens de produção, o capital é ele mesmo objeto de produção. Contudo, a caracterização "plástica" não implica em qualquer recusa desta caracterização; antes pelo contrário. Ela se assenta tão somente na recusa tipicamente neoclássica de reduzir o processo de produção de **valores-de-uso** ao processo de trabalho, que, por sua vez, se assenta na pretensão (que Marx não questionaria) de que outros insumos são igualmente necessários à produção daqueles.

[67] Vide ROBINSON, J. "A teoria do capital atualizada". In: *Contribuições à economia moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 131. *leets* é "steel" escrito às avessas; uma nomenclatura que busca resgatar o fato de que, na parábola neoclássica, a hipótese da plasticidade do capital fixo busca resgatar o fato dele se compor de meios de produção produzidos pelo homem a partir de insumos naturais que comportam uma plasticidade efetiva.

seus custos de produção, e, portanto, do nível da taxa de juros e do salário. O que coloca a questão - sem dúvida séria - de que as curvas de demanda e oferta deste bem não são independentes da taxa de juros que as mesmas pretendem determinar.

Aparentemente, um tal problema encontrar-se-ia solucionado pela própria redução do capital a um bem único, passível de contabilização em termos de unidades físicas. Mas o problema não é tão simples. Afinal, quando se postula uma relação positiva entre oferta de "serviços-de-leets" e taxa de juros, o que se pretende afirmar é que a aplicação que um investidor está disposto a fazer em *leets* depende da remuneração que este ativo pode proporcionar **por unidade monetária aplicada**. Desta forma, se o preço do "produto-leets" varia em função de uma variação da taxa de juros, deve se alterar a disposição dos agentes em reter riqueza na forma de *leets*. E, na medida em que os *leets* são produzidos correntemente, é preciso que se suponha que os empresários produtores de *leets* são capazes de antecipar adequadamente não apenas as variações na taxa de juros, mas seus impactos nos preços dos "produtos-leets" e os movimentos futuros dos compradores destes, de forma a alterarem suas ofertas dos mesmos com vistas a contemplar tais mudanças. Mas, se é assim, a demanda **corrente** de "serviços-leets" **por parte dos empresários** deve se alterar com vistas a adequar-se à demanda futura de "ativos-leets"[68]. O que, deve envolver nova alteração na taxa de juros corrente, com a subsequente alteração no preço corrente de *leets* e todas as suas consequências em cadeia.

A relevância do problema acima não pode ser subestimado. Ele nos mostra a complexidade superior da equilibração do mercado de *leets vis-à-vis* o mercado de terras por alugar e do próprio mercado de trabalho. E isto na medida em que aqui não há mais qualquer espaço para se postular uma disponibilidade primitiva (definida exogenamente) do "fator leets". Na realidade, oferta e demanda de *leets* articulam-se de forma complexa, sobredeterminando-se.

É sempre possível escapar deste problema apelando-se para novas hipóteses heróicas, que reforçam o caráter "parabólico" da construção. E aqui colocam-se duas alternativas. Uma - mais ao gosto da tradição neoclássica - é a de se postular previsibilidade perfeita dos agentes com relação aos movimentos futuros do preço dos *leets* e dos bens de consumo. A outra - mais ao gosto dos ricardianos de todos os matizes - é abstrair as diferenças de composição orgânica de *leets* e demais bens, de forma a tornar estável o conjunto dos preços relativos quando variam as taxas de juros. É fácil ver que ambas as hipóteses são igualmente irrealistas, de formas que a

[68] É de se notar aqui que, a despeito dos *leets* poderem ser utilizados tanto para a produção de bens de consumo quanto de novos *leets*, não se pode pretender que uma eventual queda na demanda de *leets* para a produção de *leets* seja compensada por uma elevação equivalente na demanda de *leets* para a produção de bens de consumo. Todo o problema da alteração dos preços relativos está referido à hipótese de que a relação leets/trabalho e leets/terra seja distinta nos distintos setores produtivos.

postulação de qualquer uma delas é uma questão de opção (por assim dizer) "metafísica". Como, contudo, a segunda hipótese carrega consigo a maior tolerância dos críticos heterodoxos (até porque a possibilidade de se obter um tal resultado "por sorte" lhe dá a aparência de uma hipótese empiricamente menos criticável), optamos pela introdução da mesma na nossa parábola[69].

Com vistas a simplificar ainda mais o quadro, optamos por abstrair toda e qualquer referência a problemas de interrelação entre oferta e demanda de fator-leets. Adotamos aqui a condição de oferta de fator que Bronfenbrenner considera o padrão subjacente aos modelos neoclássicos mais simples e tradicionais: a quantidade ofertada de todos os fatores é dada no curtíssimo prazo[70], definindo uma curva de oferta perfeitamente inelástica (na ausência de colusão e/ou diferenciação no mercado de fatores), que deixa apenas à curva de demanda o papel de determinação dos "preços de equilíbrio".

Podemos agora avaliar as condições para a determinação do equilíbrio de curto e longo prazo no mercado de *leets* em uma economia neoclássica ideal. Nesta economia, como vimos, existem proprietários de *leets*, de mão-de-obra e de terra. Estas três categorias de proprietários ofertam os serviços de seus fatores (vale dizer, diponibilizam o uso destes últimos por um tempo predeterminado) a empresários. Estes, por sua vez, demandam os serviços dos fatores para produzir bens com cuja venda almejam auferir um lucro. Contudo - e este é um dos traços mais interessantes da construção neoclássica (para o qual voltaremos nossa atenção na subseção 3.3. abaixo) -, em equilíbrio da produção os empresários não alcançam auferir qualquer lucro, e o preço do conjunto dos bens finais corresponde a seus custos de produção em termos de rendimentos dos proprietários dos fatores[71].

---

[69] Na realidade, como veremos logo adiante, esta opção não nos eximirá de impor a condição de previsão perfeita por parte dos agentes econômicos. Por mais que se queira recusar esta esdrúxula exigência modelística neoclássica, ela acaba por se impor como condição necessária para a obtenção do equilíbrio final do sistema.

[70] Tal caracterização, evidentemente, colide com nossa justificativa para aceitar o modelo *leets*, assentada na plasticidade do capital fixo **no longo prazo**. Na medida, contudo, em que ingressamos no "jogo da parábola" não faz mais sentido cobrar realismo da construção neoclássica. O que tem de se entender é que a idéia de um *leets* de curto prazo equivale a pretender **que o conjunto dos insumos produtivos produzidos são utilizados em proporções fixas**. Assim, pode-se pensar o capital-leets como uma entidade única (como **"o"** capital) e projetar uma única taxa de substituição entre esta "entidade" e os dois outros fatores, mão-de-obra e terra. Neste caso, se um deslocamento da oferta de mão-de-obra alimentar uma queda da taxa de salário e a subsequente alteração na relação entre insumos físicos produzidos e mão-de-obra, esta relação variará exatamente na mesma proporção para cada um dos insumos físicos produzidos que compõem a "entidade-leets". Esta é a condição para a determinação de uma única taxa de juros real num tal sistema.

[71] A este respeito vide WALRAS, L. Op. cit. p. 118. Como se sabe, os empresários walrasianos devem ser eles mesmos proprietários de algum fator de produção, de cujo aluguel retiram seu sustento quando o sistema atinge o equilíbrio de produção.

Imaginemos, então, que a economia encontra-se já em equilíbrio de produção, e não há lucro. Contudo - e aqui o ponto para o qual queremos chamar a atenção -, **o equilíbrio da produção não implica que os proprietários de fatores (e, consequentemente, o sistema econômico) encontram-se em equilíbrio de longo prazo**. Um tal equilíbrio pressupõe que os distintos proprietários não querem altererar seu estoque de fatores. Diferentemente, sob (o mero) equilíbrio da produção é possível que os proprietários de *leets* almejem destinar uma parte de seus rendimentos à compra de novos *leets*, cujos serviços ofertarão no período seguinte. Os empresários responsáveis pela produção de *leets* antecipam corretamente esta demanda, e oferecem a quantidade adequada de novos *leets*.

Assim, no período subsequente, a oferta de serviços de *leets* será acrescida de uma magnitude equivalente à produção líquida do período anterior. E, de acordo com nossas hipóteses acima, tal oferta deve tomar a forma de uma curva perfeitamente inelástica, indicando a impossibilidade dos proprietários de *leets* em convertê-los em utilidades alternativas no prazo de mercado. É de se esperar, assim, que uma tal elevação na oferta de *leets* alimente uma queda no aluguel de *leets*; vale dizer: cai a taxa de juros do capital propriamente dito.

A consequência primeira desta queda da taxa de juros-leets será um deslocamento dos empresários ao longo da função de produção, buscando ampliar a incorporação de *leets vis-à-vis* os demais fatores. Um movimento que, por sua vez, deve alavancar um deslocamento para baixo da curva de demanda de serviços do trabalho e da terra, com a consequente queda da taxa de salários e da renda fundiária.

Dado, porém, que a oferta destes outros fatores também é perfeitamente inelástica no curto prazo, o recuo da demanda pelo serviço destes fatores se resolverá **exclusivamente** na queda de seus preços, sem qualquer consequência sobre sua utilização. O que impõe a questão de como o sistema incorporará o novo montante de *leets* ao sistema produtivo, e qual a taxa de juros final do mesmo. Afinal, se a oferta dos (serviços) dos três fatores é perfeitamente inelástica no curto prazo, o sistema só poderá atingir o equilíbrio pela plena incorporação destes à produção. Mas, se a cada movimento de deslocamento da curva de demanda de um (serviço de) fator, seu preço cai, esta queda estimula um movimento substitutivo que se reflete na queda da demanda e dos preços dos serviços dos outros fatores, e assim sucessivamente.

A solução estritamente formal deste problema é relativamente simples. De um lado, se se postula que os empresários não têm qualquer incerteza com relação ao futuro e (por isto mesmo) não realizam qualquer demanda não-transacional de numerário (não variam seus encaixes), cortamos pela raiz as chances de emergirem expectativas perversas e auto-confirmantes no interior do sistema. Se, ao lado disto, postulamos um perfil competitivo

"adequado" no mercado de bens - caracterizado pela livre entrada de novos empresários no mesmo -, o sistema recompõe sua trajetória rapidamente. Afinal, com estas hipóteses a queda no preço dos serviços passa a ser adequadamente percebida como fonte de lucros; o que recompõe a demanda de serviços por parte do empresariado já instalado nos diversos setores e por eventuais entrantes. E quanto mais livre e eficiente for o acesso de novos empresários aos diversos setores -, mais rapidamente a economia recuperará uma posição de "equilíbrio de produção" (abstraídos os erros aleatórios e involuntários), onde os preços dos bens finais ofertados se reduzem aos custos. **Mais especificamente, se a concorrência for perfeita e não houver qualquer barreira à entrada de novos empresários, o sistema se auto-ajustará no tempo de mercado, e não emergirá qualquer lucro ou prejuízo.** No caso da concorrência apresentar imperfeições, alguns empresários auferirão lucros que, presumivelmente, decrescerão ao longo do processo de ajustamento[72].

Evidentemente, a eventual emergência de lucro sistêmico não afetará a plena utilização dos fatores, nem se associará a qualquer acumulação indesejada de estoques. E o resultado final é que o sistema tenderá para um novo equilíbrio de produção, quando a ampliação da oferta de *leets* será absorvida pelo sistema a partir de um rebaixamento estrutural da taxa de juros do capital e elevação da taxa de salário e da renda fundiária, em função da queda na produtividade marginal do serviço do primeiro fator e elevação relativa da produtividade dos outros dois no novo quadro técnico.

Uma vez identificadas as condições necessárias à convergência do nosso sistema "parabólico" ao equilíbrio de longo prazo, cabe, por fim, identificar as características deste último. E, se se mantêm as hipóteses acima, estas característica são cristalinas: **o sistema estará em equilíbrio de longo prazo quando o rendimento dos serviços de todos os fatores for tal que os proprietários deixem de demandar qualquer ampliação do estoque dos mesmos**. Nestas circunstâncias, a economia se encontrará rigorosamente em fluxo circular, cessando qualquer investimento e alteração nas condições técnicas de produção. Os proprietários de mão-de-obra

---

[72] É de se notar, contudo, que dada a hipótese anterior de que o sistema já se encontrava em equilíbrio de produção antes da ampliação da oferta de *leets*, e dada as novas "hipóteses heróicas" introduzidas, tal resultado é virtualmente impossível. Esta questão será objeto de considerações na subseção 3.3. Desde logo vale observar que o mero aumento da oferta de *leets* só pode resultar em lucro **sistêmico** (por oposição ao eventual e rigorosamente involuntário) sob duas condições. Em primeiro lugar, se a alteração no padrão técnico de produção envolver custos não perfeitamente previsíveis, o que se traduziria em uma depressão do preço de demanda dos serviços de *leets* abaixo do valor de sua produtividade marginal provável. Ou, alternativamente, se as firmas em operação identificarem curvas de demanda negativamente inclinadas sobre si e resistirem ao aumento da produção associada à incorporação de um volume maior de *leets* sem que a depressão do preço compense o decréscimo da receita marginal associada à pressão de vendas. No primeiro caso, contudo, o lucro sistêmico emerge em função do relaxamento da hipótese de pleno conhecimento e racionalidade; enquanto no segundo o lucro emerge pelo relaxamento da hipótese de livre entrada. Diferentemente, se nos apegamos rigorosamente às hipóteses levantadas - o que equivale a caracterizar o sistema como de concorrência perfeita em sentido estrito (ou "knightiano") -, a reequilibração é automática.

receberão apenas o suficiente para se reproduzirem enquanto tal, sem considerarem a possibilidade de ampliar a oferta de força de trabalho no período subsequente. Os proprietários de *leets* converterão a totalidade dos seus rendimentos em bens de consumo, abrindo mão de qualquer demanda de novos *leets*. E os proprietários fundiários receberão sua renda, destinando-a, igualmente, a totalidade desta ao consumo. E não haverá lucro.

3.2.2. A crítica schumpeteriana ao "fluxo circular" neoclássico

Nada há de surpreendente no fluxo circular neoclássico. Ele é nosso conhecido de há muito. Na realidade, ele não é outra coisa do que (uma certa versão de) o estado estacionário ricardiano. O que, desde logo, não pode deixar de gerar uma certa sensação de traição. Afinal, percorremos um caminho demasiado longo e toleramos hipóteses heróicas demais com o objetivo de construir uma nova e (pretensamente) revolucionária "parábola". E, agora, nos deparamos com uma "moral da história" que é tão antiga quanto a Economia Política.

Felizmente, porém, isto não é tudo. Não, pelo menos, para os neoclássicos mais rigorosos e mais apegados ao verdadeiro sentido da "revolução marginalista". Em particular, não será toda a história para um autor cuja importância e competência teórica não cansamos de saudar: Joseph Schumpeter. E a questão que este autor coloca ao resultado anunciado acima poderia ser traduzida aproximadamente nos seguintes termos.

Em Ricardo, é absolutamente claro por que razão o estado estacionário é tal que permite a consolidação de **três formas de rendimentos e nenhuma poupança ou investimento**. Para este autor, existem três **classes** na economia: uma - a classe trabalhadora - é tão pobre que não pode poupar qualquer coisa (vale dizer: comprar novos *leets*) e viver da renda proporcionada por eles; outra - a classe dos rentistas - é tão rica que não se interessa pelos rendimentos medíocres que a posse de *leets* pode garantir em um sistema de fluxo circular; e a terceira - a **classe** capitalista - é pobre demais para comprar terras, mas rica o bastante para deter (e herdar) *leets*, e suficientemente restrita em termos sociais para adotar **coletivamente** padrões de vida e consumo que a comprometem com a estagnação de qualquer poupança/investimento a partir do momento em que a rentabilidade de *leets* decai abaixo de um certo patamar[73].

[73] Na realidade, Ricardo é ambíguo no que diz respeito à vigência do juro no estado estacionário. Se se toma o juro como parte do lucro, e se se admite que o lucro é totalmente denegado neste estágio do desenvolvimento capitalista, então o juro seria igualmente denegado. Porém, Ricardo abre a possibilidade de que, no estado em que a acumulação tenha cessado, ainda sobreviva um lucro destinado integralmente ao consumo dos segmentos proprietários. Neste caso, o referido lucro - que advém da mera propriedade, e se sustenta em um estado de equilíbrio econômico pleno e estável - corresponderia ao "juro" da "parábola neoclássica" mais simples.

Mas - pretende Schumpeter, com toda a razão - a parábola ricardiana é incompatível com o neoclassicismo. Ela não nos fala de igualdade, livre concorrência, individualismo e equilíbrio, mas de desigualdade, monopólios de classe, ações econômicas projetadas coletivamente e equilibração instável e institucionalmente referida. E, **em particular, ela nos fala de uma classe capitalista que vive sem trabalhar, sem poupar e sem ser proprietária de um bem irreprodutível.** Há que se contar, pois, uma outra história, mais neoclássica e, quiçá, com um final mais feliz.

A história schumpeteriana tem várias portas de entrada. Poderíamos iniciá-la pelo questionamento da pretensão ricardo-malthusiana de que a ampliação da oferta de mão-de-obra só pode cessar pelo peso da miséria. Em Schumpeter - como, aliás, em todos os neoclássicos consistentes com seus próprios princípios teóricos e metodológicos -, a produção de mão-de-obra é função (não necessariamente exclusiva) da administração econômica dos recursos familiares. Neste sentido, os custos com a manutenção da prole e os rebatimentos negativos destes sobre as condições de vida da família são levados em conta pelo casal na determinação do número de filhos. Mais especificamente, dada uma certa condição salarial-reprodutiva das famílias trabalhadoras, a redução do número de filhos aparece como uma estratégia simples de melhoria das condições de vida familiar. E isto não apenas imediatamente. Se os rendimentos atuais da força de trabalho são tais que permitam ao trabalhador **poupar** os valores não dispendidos com a sustentação de novos rebentos, a decisão de não tê-los pode e deve impactar sobre a renda futura tanto quanto a presente.

O caráter rigorosamente neoclássico desta nova história é claro. Ele se apresenta não apenas na hipótese de que a vida familiar é, também, objeto de racionalização e economicização, mas na supressão das distinções de **classe** inerentes à história ricardiana. Afinal, agora **os trabalhadores** também poupam, e como tal, tornam-se proprietários de *leets*, **tornam-se "capitalistas"**. A questão é: que consequências esta "desricardianização" do mercado de trabalho (e da economia como um todo) acarreta para o equilíbrio no mercado de serviços de *leets*?

Segundo Schumpeter, a consequência é revolucionária. E isto porque **não se poderá mais supor que o equilíbrio no mercado de *leets* se dê em um patamar onde são garantidas condições para que seus proprietários "vivam sem trabalhar"**. Afinal, agora os próprios trabalhadores poupam e detêm *leets*. E o fazem na medida em que passam a administrar seus recursos de forma previdente, com vistas à maximização de sua utilidade **no longo prazo**. Um movimento que não só pressupõe a superação da hiper-valorização dos rendimentos presentes *vis-à-vis* os futuros, como tem na equivalência valorativa de todo e qualquer recebimento ao

longo do horizonte de vida do agente decisor/inversor o seu limite lógico. A questão é: atingir-se-á este limite lógico? ... A resposta de Schumpeter é bastante conhecida:

> "No curso normal de um sistema econômico no qual, ano após ano, o processo de produção segue o mesmo caminho e todos os dados permanecem os mesmos, haveria uma subvalorização sistemática dos meios de produção comparados aos produtos? ... [Ou, ainda:] abstraindo os coeficientes de risco objetivos e pessoais, num tal sistema econômico as satisfações futuras podem ser sistemática e generalizadamente valorizadas em menos do que as satisfações atuais iguais? ..... Desistiria [um homem econômico racional] das parcela futuras mais facilmente do que das presentes? ... Obviamente que não, pois se o fizesse, ou seja, se cedesse uma parcela futura por uma compensação menor do que para uma mais próxima no tempo, descobriria, no momento devido, que tinha obtido uma satisfação total menor do que poderia ter obtido. Seu comportamento, portanto, o induziria à perda; seria não econômico. No entanto, os fatos poderiam ter tal curso, já que frequentemente ocorrem transgressões das regras da razão econômica. Mas não é essencial a essas próprias regras que tais transgressões devam ocorrer. ... quando verificamos uma estima excessiva dos prazeres presentes, como particularmente no caso das crianças e selvagens, o que temos diante de nós é meramente uma discrepância entre o problema econômico a ser resolvido e a perspectiva econômica do sujeito: crianças e homens primitivos só conhecem a produção imediata. As necessidades futuras não lhes parecem menores; eles simplesmente não as vêem. Portanto, não resistirão ao teste de decisões que requer um horizonte mais amplo. Isso é óbvio, e ordinariamente eles não precisam tomar tais decisões."[74]

É fácil de perceber que a criança/selvagem de Schumpeter é o trabalhador malthusiano. Um trabalhador que Schumpeter recusa, apostando (com muita razão, diga-se de passagem) na força civilizatória do capitalismo. Para Schumpeter, o trabalhador da legítima "parábola neoclássica" tem de ser um homem econômico racional tão previdente que administra sua prole e suas posses de *leets* com vistas a manter um padrão de vida frugal mas estável ao longo da vida. O que equivale a fazer de suas compras de *leets* uma espécie de aplicação previdenciária, que garante sua reprodução (e de sua prole) no longo prazo, quando seus rendimentos do trabalho assalariado decaírem ou cessarem.

Ora, mas se a aplicação em *leets* adquire o caráter de uma aplicação previdenciária ao deixar de ser um monopólio de classe, então fica claro que não há razão para que o equilíbrio no mercado de *leets* deva ser atingido num patamar em que o aluguel deste ativo no presente proporcione algum rendimento positivo. Ou, como argumenta Joan Robinson em seu estilo peculiar:

> "Por que o preço da espera deve ser considerado positivo? Na floresta de Adam Smith, não há propriedade de capitais nem lucro (ou meios de produção, o gamo selvagem e os castores eram abundantes e sem dono). Mas ainda assim, poderia haver espera e juros. Suponhamos que alguns caçadores desejassem consumir mais do que haviam

[74] SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 28/9.

> caçado, e outros desejassem conservar sua capacidade de consumo para o futuro. Estes últimos poderiam, então, emprestar aos primeiros parte do que haviam caçado hoje, com promessa de pagamento futuro. A taxa de juros (o excedente do pagamento em relação ao empréstimo original) se fixaria no nível que equacionasse a oferta e procura de empréstimos. Se isso é positivo ou negativo, depende de serem mais numerosos na comunidade os perdulários ou os homens de família prudentes. Não há um pressuposto *a priori* em favor de uma taxa positiva." [75]

A única diferença substantiva do argumento de Robinson e Schumpeter é que, a despeito de só haver "homens prudentes" na economia schumpeteriana, tal fato não torna a taxa de juros negativa. E isto na medida em que um tal movimento necessariamente estimularia os trabalhadores-proprietários-de-*leets* a converterem-se em empresários e administrarem seus próprios recursos. Este movimento reequilibraria a oferta e demanda de *leets* como fator de produção, garantindo aos seus proprietários **uma "taxa de juros nula", que é o "rendimento" exigido para uma aplicação que tem como fim único funcionar como adequada reserva de valor.**

Agora sim temos uma nova parábola, com um final teoricamente revolucionário. Só que suas consequências não se esgotam aí. E isso na medida em que a negação de que o mercado de serviços de *leets* possa atingir um equilíbrio de longo prazo proporcionando uma taxa de juros positiva tem consequências sobre o próprio conceito de capital. Afinal, se Walras (entre tantos outros autores neoclássicos) esgarçou o conceito de capital até converter o conjunto dos agentes econômicos em "capitalistas"[76], ele não realizava tal movimento a partir da simples

---

[75] ROBINSON, J. "A função de produção e a teoria do capital". Op. cit. pp. 109/10. A convergência do argumento de Joan Robinson com o de Schumpeter é notável. Aparentemente, contudo, as críticas à teoria neoclássica associadas à incomensurabilidade do fator-capital que marcam este trabalho acabaram por ofuscar o resgate desta crítica de inflexão schumpeteriana que, do nosso ponto de vista, é muito mais radical e profunda.

[76] Para o leitor que, eventualmente, desconheça a caracterização walrasiana de capital, reproduzimos a (algo longa, mas extremamente expressiva) passagem dos *Elementos* em que este autor define tal categoria: "Chamo .... de *capital* em geral, qualquer bem durável, qualquer espécie de riqueza social que não é consumida ou apenas é consumida a longo prazo, qualquer utilidade limitada em quantidade que sobrevive à primeira utilização: uma casa, um móvel. E chamo de *capital circulante* ou *rendimento* qualquer bem fungível, qualquer espécie de riqueza social que é consumida imediatamente, qualquer coisa rara que não mais subsiste depois do primeiro serviço que presta, em suma, que serve apenas uma vez: pão, carne. .... Com a ajuda da definição dos capitais e dos rendimentos nós podemos inicialmente distribuir em quatro categorias principais, das quais três categorias de capitais e uma categoria de rendimentos, todo o conjunto da riqueza social. Classificaremos na primeira categoria as terras .... . A diversão de um passeio e o agrado da vista é o rendimento do parque e do jardim; a potência produtiva é o rendimento da terra que produz; o local destinado às construções é o rendimento do terreno construído; a facilidade oferecida à circulação é o rendimento da rua e do caminho. Eis, pois, uma primeira categoria de capitais, os *capitais fundiários* ou *terras*, prestes a fornecer os *rendimentos* ou *serviços fundiários*, que chamaremos também *rendas da terra*. Classificamos na segunda categoria as pessoas .... todas as pessoas subsistem depois do primeiro serviço que prestam e a série de serviços que prestam constitui seu rendimento. O prazer fruído pelo ocioso, a tarefa executada pelo artesão, a defesa pronunciada pelo advogado, são os rendimentos dessas pessoas. Eis, pois, uma segunda categoria de capitais, os *capitais pessoais* ou *pessoas* prestes a fornecer seus rendimentos, os *rendimentos* ou *serviços* pessoais, que chamaremos também de *trabalhos* (sic). Classificaremos agora na terceira categoria todos os outros valores que são valores capitais, mas que não são nem terras, nem pessoas: casas de moradia ...; estabelecimentos empresariais ...; árvores e

identificação de capital e riqueza. Ao lado deste movimento, havia a compreensão de que todos os ativos não apenas rendem "benefícios", como podem adquirir expressão monetária a partir da capitalização dos rendimentos que a venda de seus serviços proporciona pela taxa de juros monetária (ou, como no nosso exemplo, "em leets") do sistema.

Mas no fluxo circular schumpeteriano não há mais taxa de juros em leets. O que é o mesmo que dizer que não há mais como capitalizar-se a renda fundiária ou o salário para encontrar-se o valor do "capital terra" ou do "capital pessoa". E se isto não parece nem um pouco surpreendente para o caso do "capital pessoa" - que, de fato, não é negociado em economias não-escravistas - o mesmo não é tão óbvio para o caso da terra, que deixa de ser objeto de intercâmbio mercantil pela total inexistência de critérios universais para a determinação de seu preço. Ou, em termos mais gerais: no mundo da "parábola neoclássico-schumpeteriana" **nenhum rendimento pode ser capitalizado e, como tal, nenhuma forma de riqueza assume a forma de capital.**

Concluímos, assim, que numa economia mercantil em equilíbrio pleno não há nem lucro, nem juro, nem poupança, nem espera, nem investimento, nem capitalistas, nem capital; e nela os proprietários dos meios de produção são os próprios trabalhadores, que assumem também funções empresariais. Uma conclusão que não pode deixar de surpreender e alimentar o "pacto do silêncio" que se arma sobre a análise schumpeteriana nos meios ortodoxos. **Afinal, se este autor já afirmava que, "mal contada", a parábola neoclássica não produz mais do que "estado estacionário ricardiano", agora nos diz que, "bem contada", a parábola neoclássica reproduz a "sociedade mercantil simples de Marx". O que é o mesmo que dizer que, "bem ou mal contada", a parábola neoclássica sobre a distribuição, nem inova teoricamente, nem trata do capitalismo ou do capital**. *Hic Rhodus, hic salta.*

---

plantas de todo o tipo; animais; móveis, vestidos, quadros, estátuas, carros, jóias, etc. ..... o abrigo fornecido pela casa, o ornamento e o enfeite propiciado pelos quadros e pelas jóias, o transporte operado pela locomotiva e os vagões são os rendimentos desses capitais. Eis, pois, uma terceira categoria de capitais, os *capitais mobiliários* ou *capitais* propriamente ditos, prestes a fornecer seus rendimentos, os *rendimentos* ou *serviços mobiliários*, que chamaremos também de *lucros*. ... Em resumo: as terras, **as pessoas** e os capitais propriamente ditos **são capitais**; o serviço das terras, ou a renda das terras, o serviço das pessoas, ou **o trabalho, e** o serviço dos capitais propriamente ditos, ou **o lucro são rendimentos. É necessário**, pois, para ser exato e preciso, **reconhecer como elementos produtivos três tipos de capitais** e de serviços: os capitais e serviços fundiários, pessoais e mobiliários; as terras e a renda das terras, as pessoas e o trabalho, os capitais propriamente ditos e o lucro. **Retificadas dessa forma as denominações correntes podem ser admitidas como estando baseadas na natureza das coisas".** WALRAS, L. Op. cit. pp. 108/11(os grifos em negrito são meus). Ou, sintetizando: trabalho e lucro são rendimentos formalmente equivalentes. Terra e pessoas são capitais; assim como o capital, que também é capital. Conclusões elementares, que se impõem a todo aquele que quiser resgatar a verdadeira natureza das coisas. ..... A "salada lógica" é imperdoável para um cartesiano, e revela até onde a metafísica neoclássica é impregnada de ideologia. Contudo, não se pode desconhecer a profundidade das raízes sociais desta construção; que fazem de Walras um mero "elo" entre os "economistas políticos franceses" e os "modernos" teoristas do "capital humano".

3.3. Frank Knight e a desequilibrada teoria do lucro da teoria econômica equilibrista.

Tal como vimos na subseção 2.1. acima, um dos elos de união fundamentais entre a tradição francesa da economia clássica e os marginalistas é a crítica da teoria dos preços de Ricardo, articulada com vistas a separar a questão distributiva da questão do valor. Tanto para Say, quanto para Walras ou Jevons, a formação dos preços dos produtos e dos serviços dos fatores são processos estreitamente imbricados que se definem no espaço do mercado.

É bem verdade que o desvendamento desta imbricação dos processos de formação de preços e distribuição não é propriamente uma novidade no interior do pensamento econômico. Ela já era percebida (com grande desconforto, é verdade) por Ricardo; e é parte essencial da construção teórica de Marx. Mas é só com a subsunção sayiano-neoclássica do valor ao intercâmbio que a distribuição passa a ser tratada como um mero **momento** do processo de formação de preços. E, sem sombra de dúvida, tomar esta imbricação pela raiz envolve um progresso teórico.

Imediatamente, este movimento envolve reconhecer a enorme complexidade do processo mais geral de precificação e distribuição no sistema capitalista. Um reconhecimento que, contudo, só é assimilado formalmente no interior da tradição estritamente neoclássica; vale dizer, que só é assimilado naquele plano em que a referida complexidade se resolve a partir da introdução de uma modelística relativamente sofisticada em termos matemáticos, mas na qual são abstraídos os problemas inerentes à determinação das funções oferta dos serviços dos fatores a partir da virtual circunscrição do processo de determinação da distribuição ao tempo de mercado.

Quando, porém, Hicks e Schumpeter abrem mão desta circunscrição e resgatam, de um lado, a forma "anti-sayiana" da curva de oferta de mão-de-obra, e, de outro a compulsão à acumulação associada a taxas de juro positivas em um sistema perfeitamente competitivo, torna-se claro que o complexo sistema mercantil capitalista só tende ao equilíbrio de longo prazo se se introduzem hipóteses "heróicas" que acabam por denegar as categorias de rendimento especificamente capitalistas e este próprio sistema.

Ora, a despeito do que pretende uma certa literatura crítica, o problema maior da introdução destas hipóteses "heróicas" (cuja expressão mais simples e mais geral é dada pela hipótese de perfeito conhecimento dos agentes das condições de reprodução do sistema, e cuja expressão mais radical é a hipótese de "perfeita previsibilidade"[77]) não se encontra na

[77] A diferença entre estas duas hipóteses é equivalente à diferença proposta por Vercelli entre a versão "fraca" e "forte" das expectativas racionais. A versão "fraca" das expectativas racionais se associa à versão

inconsistência empírica das mesmas. Afinal, esta inconsistência empírica é, em princípio, algo que deve ser objeto de complexos (e virtualmente inconclusivos) testes empíricos; não podendo ser postulada[78]. Além disso, o fato de que se comprove a inconsistência empírica da hipótese de *perfect foresight* não nega a "relevância negativa" da mesma. Vale dizer: se se prova que, de um lado, esta hipótese é necessária à equilibração de um sistema mercantil-capitalista submetido a pressões desequilibrantes (sejam elas quais forem), e, de outro, que tal hipótese não é empiricamente consistente, alcança-se uma conclusão não trivial que é da máxima importância: que a estabilidade reprodutiva do sistema mercantil-capitalista não pode advir da mera interação livre dos agentes proprietários e empresários no mercado[79].

Na realidade - e este é o ponto que nos interessa resgatar nesta subseção - o problema maior associado à identificação da necessidade da incorporação da hipótese de *perfect foresight* a um sistema mercantil-capitalista para obter a sua equilibração é de ordem lógica. E sua forma mais simples de expressão é dada pelo reconhecimento de que um tal sistema é incapaz de gerar/sustentar oportunidades de apropriação de lucros por partes dos agentes econômicos.

Este problema forma o legítimo núcleo da investigação teórica de Frank Knight. Mas sua identificação não se origina neste autor. Na realidade, o problema da relação lucro-equilíbrio é o problema central de toda uma tradição teórica pós-walrasiana que tem em Schumpeter sua maior expressão. Para este autor - que segue rigorosamente as indicações de Walras -, **o lucro** não é mais do que um excedente sobre os custos; e, como tal, **não é mais do que um índice de desequilíbrio do sistema**.

Ora, a caracterização walrasiano-schumpeteriana do lucro é, muito provavelmente, a expressão superior da forma como a tradição neoclássica opera - ou, antes, como esta tradição

---

"fraca" da racionalidade substantiva, que admite o caráter limitado (bounded) das informações disponíveis pelo agente e, portanto, o caráter aproximativo e temporário do equilíbrio econômico atingido em cada momento. A versão "forte" das expectativas racionais pressupõe não apenas que os agentes conheçam o padrão de reprodução e equilibração do sistema (o que lhe garantiria "perfect foresight") mas que disponham do conjunto dos dados relevantes à previsão perfeita ("perfect predictability") dos preços e quantidades que vigiriam nos diversos mercados na ausência de qualquer choque exógeno. (A este respeito vide VERCELLI, A. *Methodological foundations of Macroeconomics.* Cambridge, University Press, 1991, caps. 5 e 6, e, em particular, p 95.)

[78] A este respeito, vide Vercelli, que diz: "I will only observe that the results of empirical tests [on the hypothesis of rational expectations] are anything but conclusive ... and that in any case a definitive refutation of the economic hypothesis appears impossible." VERCELLI, A. Op. cit. p. 99.

[79] Segundo nos parece, esta é a perspectiva que ilumina os desenvolvimentos analíticos de alguns dos mais proeminentes walrasianos modernos, para os quais o "equilíbrio geral de concorrência perfeita" é antes uma construção "negativa" do que propriamente "positiva. Frank Hahn, por exemplo, dirá que: "When the claim is made - and the claim is as old as Adam Smith - that a myriad of selfseeking agents left to themselves will lead to a coherent and efficient disposition of economic resources, Arrow and Debreu show what the world would have to look like if the claim is to be true. In doing this they provide the most potent avenue of falsification of the claims. Consider the role of futures and contingent futures markets in GE, and you will see what I mean." HAHN, F. *Equilibrium and Macroeconomics.* Cambridge: The MIT Press, 1984, p. 136.

não opera - com a complexidade e a contraditoriedade de seus desenvolvimentos internos. Na realidade, se se toma a grande maioria dos manuais neoclássicos de microeconomia, é a caracterização walrasiana que subjaz à construção global da identificação dos fatores de produção e do processo distributivo. Contudo, no plano de análise do equilíbrio da firma e do mercado - vale dizer, no plano analítico do equilíbrio parcial marshalliano - **admite-se usualmente que os empresários não apenas buscam maximizar o lucro mas, operando em quaisquer condições de concorrência** (inclusive a concorrência perfeita) **e reprodução sistêmica** (inclusive o fluxo circular), **obtêm uma receita superior a seus custos.**

A ambiguidade (e, no limite, contraditoriedade) deste tratamento analítico não é gratuita. E - a despeito do que um marshalliano ortodoxo poderia pretender - ela não advém do fato de que a caracterização walrasiana do lucro como excedente seja, ainda hoje, objeto de disputa no interior da tradição neoclássica. Na realidade, se há uma questão que (sintomaticamente) está fora da agenda neoclássica de discussão contemporaneamente é a questão dos determinantes do lucro. E isto em grande medida porque, após os desenvolvimentos crítico-analíticos de Knight e Schumpeter, tornou-se virtualmente impossível defender a consistência daquelas leituras que (de Say a Marshall) buscavam identificar um "quarto" fator de produção básico, responsável pela sustentação do lucro enquanto remuneração de um custo[80].

---

[80] Veja-se a este respeito SCHUMPETER, J.A. *História da análise econômica*. Op. cit. Livro IV, p. 320 e segs. Para Schumpeter, o procurado "quarto fator" é, sempre e necessariamente, ou redutível aos anteriores (como no caso da "capacidade empresarial" que, tomada genericamente, corresponde ao **trabalho** de organização da produção), ou incorpora elementos de monopólio (como é o caso do propalado "fator organização"), ou é logicamente inconsistente (como no caso da remuneração pelo "risco", que não pode corresponder a um lucro, mas a um mero prêmio de seguro). É bem verdade que em certos meios neoclássicos a teoria marshalliana dos lucros é tomada como uma leitura essencialmente distinta dos determinantes desta categoria de rendimentos e que não sofreria de inconsistência lógicas. E é preciso reconhecer que tal caracterização não deixa de encontrar certa guarida nos escritos de Marshall, onde o apelo desordenado e mal hierarquizado de elementos empíricos e elemenos lógicos referidos a distintos níveis de abstração é de ordem a lançar uma espécie de "cortina de fumaça" sobre a estrutura teórica global. Contudo, como bem o esclareceu Schumpeter, se se toma a construção marshalliana com rigor, é preciso reconhecer que a teoria deste autor "segundo a qual os lucros não apresentam tendência a desaparecer e a teoria walrasiana de que tal sucede não só não se contradizem mutuamente, mas, 'reportando-se ao mesmo nível de abstração', resultam ser idênticas. .... **primeiro [porque], a teoria de Marshall, conforme ele próprio a apresentou, é condicionada aos fenômenos da mudança ou do crescimento, excluídos pelo equilíbrio estático; segundo, [por]que os elementos monopolóides, participantes da análise de Marshall, e que não se acham necessariamente excluídos pelas hipóteses de equilíbrio estático, de fato violam as premissas da competição pura**; e que se houvermos por bem exibir as propriedades lógicas do perfeito equilíbrio na competição pura, os lucros de Marshall hão de desaparecer tão completamente como os de Walras." (SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 321). É de se notar, contudo, que nem a "cortina de fumaça" lançada por Marshall advém de qualquer dificuldade deste autor em distinguir adequadamente níveis de abstração, nem os leitores que se deixam iludir pela mesma podem justificar seu equívoco por carências equivalentes. Na realidade, a dificuldade em perceber que a articulação das categorias de "firma representativa" e "quase-renda" na construção de uma categoria de lucro normal impõe a incorporação de elementos monopolóides advém da tentativa vã de eludir as contradições entre uma teoria dos preços de mercado que toma como referência a concorrência perfeita e uma teoria da firma que toma como referência o princípio da "maximização de lucro". Voltaremos a este ponto logo adiante.

O que explica, então, a ambivalência/inconsistência analítica apontada acima? A resposta é simples. O que se expressa aqui é um movimento (apenas parcialmente consciente) de ocultação de um paradoxo fundamental. O paradoxo associado ao reconhecimento de que **o "lucro" - cuja maximização seria o mote da ação empresarial[81] - é virtualmente impossível de ocorrer em um sistema mercantil-capitalista perfeitamente competitivo e apto à auto-equilibração**.

. Este paradoxo será objeto de crítica sistemática e incomplacente por parte de Knight. Uma crítica que é tão revolucionária quanto rigorosa[82]. Mas que, simultaneamente, é uma crítica demasiado complexa e - num sentido não negativo - demasiado contraditória para ser facilmente assimilada.

Na realidade, os problemas de interpretação e assimilação da (auto)crítica de Knight ao neoclassicismo começam pelo fato de que, ao mesmo tempo que ela é uma (auto)crítica mais geral e mais radical do que a crítica de Hicks ou mesmo que a de Schumpeter, Knight é o mais "ortodoxo" destes três autores e o menos receptivo à literatura econômica não-neoclássica. Não gratuitamente, o seu *Risco, incerteza e lucro* comporta uma longa "Segunda Parte", intitulada "Concorrência Perfeita", onde são apresentados e defendidos os fundamentos da análise microeconômica marginalista. Um movimento só pode ser adequadamente entendido se se entende que, para Knight,

---

[81] Não há como ignorar ou negar a centralidade do princípio da maximização do lucro na construção neoclássica. Tal como críticos e defensores já apontaram inúmeras vezes, é este princípio que organiza toda a teoria neoclásica do equilíbrio da firma. A este respeito, Solow, por exemplo, nos diz "I have never understood very clearly what 'neoclassical' actually means. .... **I once suggested in print that what seems to be meant ... by the word neoclassical is economics that works out the consequences of cost minimization and profit maximization. In that sense I am a neoclassical economist**." SOLOW, R. "Testimony I: an interview". In: FEIWEL, G. (ed.). *The economics of imperfect competition and employment: Joan Robinson and beyond.* Basingstoke: MacMillan Press, 1989. Esta curta passagem de Solow é extremamente expressiva. E isto não só pela identificação do princípio de maximização de lucro como **"o"** princípio definidor da escola neoclássica. Mas, igualmente bem, pela artificiosa e discretamente irônica expressão de desconforto com a caracterização do neoclacissismo como uma escola e não como "toda a ciência econômica". Lida em sua totalidade, a passagem envolve a pergunta: e existe algum outro princípio que não o de maximização do lucro para articular uma teoria científica da firma e da ação empresarial? .... Certamente não, se se entende por teoria científica um modelo capaz de gerar posições unívocas e bem determinadas de equilíbrio. Afinal, tais posições só podem ser encontradas quando se uniformiza e simplifica ao máximo as funções-objetivo dos agentes econômicos. Só que tal movimento de simplificação envolve uma simplificação do meio-ambiente em que os mesmos operam, e a denegação tanto da incerteza quanto da capacidade dos agentes individuais influenciarem o mercado. Vale dizer, envolve a pressuposição da concorrência perfeita, onde - como procuraremos demonstrar abaixo - não há lucro para se maximizar, e a própria função empresarial perde o motor e o sentido.

[82] A despeito de usualmente desvalorizada por signatários e críticos do *mainstream*. Neste sentido vale a pena observar que mesmo Vercelli - que é não apenas um dos mais competente críticos contemporâneos do *mainstream*, mas que centra seus desenvolvimentos críticos nas circunscrições teóricas e nos paradoxos lógicos associados a um apego *sans phrase* à hipótese de "expectativas racionais" e "perfect foresight" - subestimou a importância e radicalidade da crítica de Knight. Assim é que ao tratar, ao final do capítulo segundo de seu trabalho já citado, dos paradoxos associados ao "método do puro equilíbrio", sequer cita a problemática apontada por Knight.

> "o corpo histórico da Teoria Econômica repousa na pressuposição da concorrência perfeita, mas ... o caráter preciso dessa pressuposição era, em parte, implícito e nunca foi adequadamente formulado. Não criticamos os antigos economistas por fazerem pressuposições abstratas, a fim de simplificar e analisar seu problema, mas sustentamos que as pressuposições realmente feitas e suas implicações precisam ser trazidas à superfície e realçadas. Expor essas premissas implícitas do raciocínio teórico é, como já argumentamos, explicar o problema do lucro, cuja ausência é a distinção essencial entre a sociedade econômica teórica e a real. Essa explicação tomará imediatamente a forma de uma pesquisa geral sobre a "Incerteza", cuja presença ou ausência surgirá como a diferença fundamental mais importante entre as condições que a teoria é obrigada a admitir e as que existem de fato."[83]

E a pesquisa de Knight em torno das especificações essenciais da concorrência perfeita o conduzirá à conclusão de que, tanto quanto a livre entrada, a concorrência perfeita pressupõe *perfect foresight*. Em seus termos:

> "[Na caracterização de uma economia em concorrência perfeita] admitimos que os membros da sociedade agem com 'racionalidade' completa. ... supomos que eles 'sabem o que querem' e que o procuram 'inteligentemente'. **Supomos que eles conhecem absolutamente as consequências de seus atos, quando os executam, e que os executam à luz das consequências.**
> As pessoas são formalmente livres para agir como seus motivos a induzirem na produção, troca e consumo dos bens. São 'donas de si mesmas'; não há o emprego da coação sobre qualquer indivíduo por outro indivíduo ou pela 'sociedade'; cada um controla suas próprias atividades tendo em vista resultados que lhe advirão individualmente. ...
> Devemos admitir também ausência completa de obstáculos físicos à elaboração, execução e modificação dos planos à vontade; isto é, **deve haver 'mobilidade perfeita' em todos os ajustamentos econômicos, não ocorrendo custo nos movimentos ou modificações. ... As operações produtivas não devem formar hábitos, preferências ou aversões, ou aumentar ou reduzir a capacidade de realizá-las.**
> Segue-se como corolário [dos desenvolvimentos acima] que há concorrência perfeita. Deve haver **intercomunicação perfeita, contínua e gratuita entre todos os membros individuais da sociedade. ...**
> **Todo indivíduo que tem qualquer coisa a fazer com ela está nela e participa dela em igualdade de condições com todo o resto."**[84]

Esta caracterização da concorrência perfeita em Knight será objeto de críticas por autores que a consideram demasiado exigente e irrealista. Schumpeter, por exemplo, dirá a respeito:

---

[83] KNIGHT, F. *Risco, incerteza e lucro*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972, p. 67. É fácil perceber que esta esta leitura de Knight é convergente com a avaliação de Hahn para a qual apontamos acima e que toma o tratamento teórico das condições de equilíbrio em concorrência perfeita como tendo, antes, uma função negativa do que positiva. A este respeito Knight nos diz: "é importante compreender a concorrência livre, tanto porque a sociedade se aproxima mais ou menos dela como um ideal, quanto [para] conhecer a artificialidade das condições necessárias para realizá-la perfeitamente". Idem, p. 125.
[84] KNIGHT, F. Op. cit. pp. 93/4 (os grifos são meus).

> "Tem sido sustentado (pelo Professor Knight, entre outros) que Walras e os teoristas da época, de modo geral, pretendiam fazer da 'onisciência', do racionalismo completo e da reação imediata atributos da livre concorrência; desvios dessas características seriam classificados nos amplos registros de uma entidade chamada 'fricção', que apareceria então como um prestimoso auxiliar da livre concorrência, com a função de encarregar-se de tudo que esta não pudesse explicar. Creio, entretanto, impróprio sobrecarregar por essa forma a livre concorrência, e ser perfeitamente possível separar, na interpretação dos escritores da época, seu conceito de concorrência pura ... de quaisquer outras premissas que possam ter formulado, para propósitos gerais ou específicos, sobre conhecimento, pronta reação e racionalidade no agir, ... mesmo quando eles próprios não estabeleceram esta separação."[85]

Esta oposição de Schumpeter à leitura de Knight não deve ser subestimada. Mas tem de ser adequadamente interpretada. Desde logo, o que se coloca aqui é uma oposição de "perspectivação" do objeto. Na perspectiva de Schumpeter há que se criticar aquela leitura que, tomando (corretamente) o lucro como categoria de desequilíbrio, o associa diretamente não só à presença mas à **estabilidade** de fatores monopolóides na ordem econômica capitalista. Neste sentido, Schumpeter procurará "alargar" o categoria da livre concorrência, tornando-a consistente inclusive com práticas monopolistas que se derivam da apropriação **circunstancial** de vantagens econômicas associadas à inovação[86]. Diferentemente, o interlocutor privilegiado por Knight não é o crítico heterodoxo (que ele simplesmente ignora), mas o típico economista filiado ao *mainstream*, que subestima a complexidade do processo de equilibração sistêmica de uma economia mercantil capitalista. E é este o sentido de sua caracterização da concorrência perfeita: Knight está em busca das condições mínimas necessárias à articulação das decisões privadas em uma economia mercantil capitalista; vale dizer, está atrás das determinações necessárias e suficientes à (re)equilibração de uma tal economia após qualquer choque desequilibrante. E sua conclusão - que se fundamenta, entre outras determinações, numa leitura dos determinantes do processo de acumulação de capital e de seus impactos sobre o sistema econômico global que é muito semelhante à análise de Schumpeter[87] - é que a exigência de um

---

[85] SCHUMPETER, Op. cit. pp. 264/5

[86] Vide a este respeito, SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia.* Op. cit., capítulos 9, 10 e 11.

[87] Vide, a este respeito, KNIGHT, F. Op. cit. cap. V ("Modificações e progresso com a incerteza ausente") onde nos diz: "Além do dogma de que o desejo de assegurar a renda do capital é o único motivo para a poupança, há ainda uma outra pressuposição discutível [na teoria clássica do juro, qual seja a] de que a força do motivo varia em proporção ao tamanho da renda esperada ou está ligada a ela por alguma lei simples. ... A poupança de capital parece-nos ser de fato o resultado principalmente de dois ou três motivos dos quais o desejo de aumentar o consumo de bens no futuro é apenas um deles e provavelmente o menos importante." Op. cit. p. 180. Mas, conclui Knight, se a curva de oferta de capital se desloca permanentemente sob a impulsão de complexas "funções-objetivo", e este deslocamente impacta sobre o padrão técnico-distributivo da economia e sobre a "psicologia" dos agentes dispostos a ingressar num processo de poupança/investimento, a determinação do "equilíbrio de longo prazo" da economia torna-se virtualmente impossível, e a própria trajetória em direção a "equilíbrios parciais" complexifica-se sobremaneira. Tanto mais quando, como acrescenta Knight, ainda quando se admite a versão mais simples (de extração marshalliana) da teoria clássica do juro, ela se mostra "falha em não reconhecer o verdadeiro significado do equilíbrio, [pressupondo] .... que as condições reais num momento determinado se

tal processo é, ao lado da livre mobilidade, o domínio perfeito, por parte de cada um e do conjunto dos agentes econômicos, das leis de reprodução e equilibração do próprio sistema. Ou, nos termos de Knight:

> "a condição necessária e suficiente de uma distribuição perfeita, sem resto, do produto da indústria entre os fatores causalmente interessados em criá-lo, além da própria concorrência perfeita [que, aqui, equivale apenas à 'livre mobilidade'] é que ... [qualquer] modificação pode ser prevista durante o período de tempo com o qual se relacionam os cálculos dos produtores. Onde os resultados do emprego dos recursos podem ser previstos, a concorrência forçará todo usuário de qualquer recurso produtivo a pagar tudo o que esteja dentro de suas possibilidades, o que é a sua contribuição específica líquida para o produto total da indústria, o que é a sua contribuição específica líquida para o produto total da indústria. Nenhum tipo de modificação influirá no ajustamento sem lucro, se conhecer a lei da modificação.[88]

Ora, não é possível deixar de observar como esta conclusão de Knight é, ao mesmo tempo, convergente e antagônica com a perspectiva que orienta modernamente os teóricos das expectativas racionais. Desde logo, o plano em que se estabelece a convergência é transparente, e perfeitamente traduzido no resgate feito por Vercelli da principal contribuição teórica associada ao desenvolvimento dos modelos econômicos fundados na hipótese de expectativas racionais. Segundo Vercelli,

> "... the most widespread justification of **rational expectations** is that it **is the only hypothesis of expectations formation which is compatible with the principles of general economic equilibrium**, as it aspires to be rigorously based on the maximization of utility and profits. Indeed in this context it proves indispensable to extend these principles to the process of expectation formation, assuming that information, which is a scarce resource, is used in an efficient way.[89]

---

aproximam desse estado. O contrário é que é verdade; o caso é semelhante ao da população, já discutido, porém mais notável e importante. ... A psicologia da poupança e do gasto não pode ter influência apreciável sobre a taxa de juros em certo momento. A oferta de capital não é durante curtos períodos uma função da taxa de juros, mas um fato físico fixo. Modificações nas atitudes psíquicas podem levar as pessoas a pouparem (ou consumirem) um pouco mais ou um pouco menos, mas o efeito será insignificante, em comparação com a oferta e a procura totais de capital na sociedade. ... **Não há [assim] limites para o tempo que pode ser necessário a qualquer momento para estabelecer o ajustamento do equilíbrio, mesmo admitindo-se estáticas todas as outras coisas.**" Op. cit. pp. 184/5 (o grifo é meu).

[88] Idem, p. 190.

[89] VERCELLI, A. Op. cit. pp. 99/100. O autor acrescenta na sequência: The argument works, but in no way does it imply that economic agents manage to avoid systematic *ex post* errors. That depends on the quality and quantity of the existing information, and on the procedures for handling that information. ... Similarly, it is undoubtedly correct to assert that if economic agents realize *ex post* that they have commited errors of prediction they will try to correct them, but it is by no means certain that the learning process must rapidly converge towards an equilibrium, specially a 'permanent' equilibrium." Idem, p. 100. Sem dúvida! A não ser que, ao lado de um conhecimento perfeito sobre as condições mais gerais de reprodução do sistema, postule-se um conhecimento perfeito sobre suas leis essenciais de "transformação". O que nos faz cair numa versão particularmente forte de "expectativas racionais". Exatamente a versão que Knight considera logicamente necessária, e empiricamente insubsistente.

Contudo, e para além desta convergência primária com a teoria das expectativas racionais, **o que Knight está procurando demonstrar é que a condição necessária e suficiente para a plena equilibração de um sistema mercantil capitalista é inconsistente com o processo de geração/apropriação de lucro que, contraditoriamente, estrutura e caracteriza este sistema**. E isto na medida em que, **numa economia de livre concorrência onde os agentes operam com "expectativas hiper-racionais"** (se nos é permitido um neologismo), **a equilibração da produção não é tendencial, mas automática. O que significa dizer que, neste sistema, não pode sequer emergir qualquer oportunidade lucrativa**[90].

Knight procura demonstrar esta conclusão através de diversos argumentos e desenvolvimentos teóricos. Mas a forma mais simples de apresentar o seu raciocínio é resgatar o fato de que, na hipótese da existência de um mercado de serviços de fatores onde empresários e proprietários definem as quantidades demandadas e ofertadas destes serviços em função da remuneração **real** dos mesmos *vis-à-vis* o valor **real** de seus produtos físicos marginais, subjaz a hipótese de que os agentes econômicos conhecem os (ou, pelo menos, têm uma forte confiança nas suas expectativas do que venham a ser os) preços futuros das mercadorias produzidas. O que é o mesmo que dizer que, se todos os agentes são racionais e operam com o mesmo conjunto de informações, **o preço de venda esperado do conjunto dos produtos bem como as probabilidades lucrativas em cada mercado deve ser comum a todos e conhecido**

---

[90] É interessante observar que Friedman - enquanto líder de uma outra geração da mesma escola de Knight - nem desconhece a discussão deste autor, nem ousa negar qualquer pertinência à mesma. Mas a incorpora falsamente, pervertendo-a. Assim é que, sendo a proposta metodológica de Friedman a de tomar o caso da concorrência perfeita como referência para a projeção de tendências da economia capitalista, ele proporá, coerentemente, o abandono do princípio da "maximização do lucro" como referência da ação empresarial. Nas palavras do autor: "the economic hypothesis [is] that, under a wide range of circumstances individual firms behave *as if* they were seeking rationally to maximize their expected **returns (generally if misleadingly called 'profits')**, and had full knowledge of the data needed to succedde in this attempt. (FRIEDMAN, M. Op. cit. p. 32, o grifo em negrito é meu). E a opção em afirmar o princípio de maximização em termos de "retornos" ao invés de "lucros" deve-se ao fato de que: "It seems better to use the term 'profits' to refer to the difference between actual and 'expected' results, between *ex post* and *ex ante* receipts. 'Profits' are then a result of uncertainty and, as Alchian .... points out cannot be deliberately maximized in advance. Given uncertainty, individuals or firms choose among alternative antecipated probability distributions of receipts or income." (Idem, ibidem). Vale dizer: Friedman reconhece a vinculação entre lucro e desequilíbrio; bem como entre desequilíbrio e incerteza. Mas virtualmente identifica esta última categoria ao risco (ou ao "erro"), improjetável *ex ante*. Com isto, o autor subverte completamente a leitura de Knight, para quem o risco é assegurável e - por isto mesmo - não pode gerar qualquer lucro. Enquanto a incerteza alimenta o lucro na exata medida em que se associa ao caráter imperfeito do conhecimento do mundo **e da concorrência**, e, em tais circunstâncias, na ausência **prospectiva** de lucro, a decisão racional seria a de não produzir. (Voltaremos a este ponto mais adiante, quando tratarmos da relação de retroalimentação entre concorrência imperfeita e incerteza.) De outro lado, é de se notar que, ao substituir o princípio de maximização do lucro pela maximização do "retorno", Friedman esvazia a função empresarial de qualquer remuneração. Neste caso, só haveria produção se - tal como na tradição clássico-ricardiana - os "empresários" se identificassem aos "capitalistas", e a produção (e não a "espera") fosse a condição do ganho capitalista (o juro). Vale dizer: pegue-se por onde quiser, o resultado é o desnudamento do caráter insuficiente e contraditório da teoria neoclássica do lucro e de sua inconsistência com a concorrência perfeita. Um problema que, pelo menos, Friedman reconhece (ainda que timidamente) e procura enfrentar (ainda que inconsistentemente). O que - se se tem em conta o "silêncio" em torno da questão que caracteriza a produção dos líderes da "revolução novo-clássica" - não deixa de ser um mérito.

de todos,. E se o ingresso em todo e qualquer mercado é efetivamente livre, então não há como explicar que - na eventualidade da emergência de uma oportunidade lucrativa em um determinado mercado, derivada (por definição) de uma diferença positiva entre o preço de custo e o preço de venda de uma dada mercadoria - qualquer agente proprietário abra mão de ingressar no mesmo (assumindo funções empresariais) para se apropriar de uma fatia do lucro previsto. Vale dizer: não há como explicar porque não emerge **imediatamente** uma pressão de demanda sobre o mercado de serviços de fatores e uma pressão de oferta sobre o mercado de produtos capaz de conduzir ao esgotamento da oportunidade lucrativa[91].

A questão que se coloca, então, é porque esta denegação automática e sistemática do lucro não ocorre. E a resposta mais simples e geral para esta questão é a de que não há livre entrada nos diversos setores, e a concorrência capitalista típica e efetiva não é perfeita. Nos termos de Knight:

> "**A theory of profit is inherently a theory of aberrations of actual economic conditions ...., a theory of the imperfections of competition**, supplementary to the theory of perfect competition, defined in a sense which excludes profit."[92]

Mas, cabe perguntar então, quais são as determinações da concorrência imperfeita em Knight. Ou, ainda melhor: quais as determinações que fazem com que a concorrência vigente na ordem capitalista - que é a ordem econômica estruturada sobre a busca e a conquista do lucro - seja marcada pela imperfeição crônica?

A resposta de Knight a esta questão está longe de ser simples. Mas poderíamos dizer que ela se inicia pela recusa - trabalhada nos dois primeiros capítulos de *Risco, incerteza e lucro*

---

[91] Knight desenvolve este argumento de diversas formas em diversas passagens de sua obra referida. Sua exposição mais simples encontra-se, contudo, ao final do terceiro capítulo de KNIGHT, F. Op. cit. pp. 103 e segs. Não será difícil perceber que a modelagem de Knight, tal como desenvolvida acima, não é distinta da modelagem walrasiana, e não suprime a hipótese de que os preços das mercadorias sejam plenamente flexíveis e definidos, em última instância, no mercado de produtos. Apenas se explicita aqui que - tal como em Walras - existe um "preço de oferta" que é expectacional, e que os empresários procuram se ater a este preço. Se não fosse assim, o lucro não seria denegado pela concorrência, mas seria logicamente impossível. Vale dizer: se o conjunto dos empresários aguardasse que o "mercado" definisse o preço de seus produtos para, somente após esta definição, entrarem como demandantes de bens finais, nenhum lucro seria possível. E isto na medida em que, em tais circunstâncias, a demanda agregada sobre a produção se restringiria ao valor dos recebimentos dos proprietários dos fatores de produção; vale dizer, seria igual ao custo total de produção das mercadorias. Sendo assim, o preço do conjunto das mercadorias teria de cair no montante necessário à plena realização da produção; vale dizer, até o montante em que a renda agregada dos proprietários dos fatores esgotasse o (valor do) produto social. De outro lado, se entre os demandantes encontram-se, desde o início, empresários, que dão ordens (retificáveis) de compra em função de seus lucros esperados, então há que se admitir que estes mesmos lucros, ainda que sejam uma uma categoria de resultado, são, também (e, se se quiser, contraditoriamente), uma exigência *ex-ante* dos empresários, que agregariam uma margem de lucro esperada ao custo das mercadorias no processo de precificação, que teria início fora do mercado..

[92] KNIGHT, F. "Profit". In: *Readings in the theory of income distribution.* Homewood: Richard D Irwin, Inc., 1951, p. 539 (o negrito é meu).

- das respostas de J. B. Clark e Schumpeter, em que o lucro é derivado dos processos de inovação-transformação da ordem econômica. Para Knight:

> "Não somente a modificação pode ocorrer sem ocasionar lucro, mas o lucro pode também sobrevir na ausência completa de qualquer das modificações 'dinâmicas' ou progressistas dos tipos enumerados pelo Prof. Clark. Se as condições estiverem sujeitas a flutuações imprevisíveis (que não se neutralizem nem se reduzam à uniformidade ou periodicidade regular num intervalo de tempo curto, em comparação com a duração da vida humana), a ignorância do futuro existirá da mesma maneira e as imperfeições no ajustamento da concorrência e os lucros serão as consequências inevitáveis. E o fracasso de não ocorrer uma modificação prevista tem o mesmo efeito que a ocorrência de uma modificação não prevista. Não é a modificação dinâmica, nem qualquer modificação, como tal, que causa o lucro, mas a divergência entre as condições reais e as esperadas, na base das quais foram feitas as disposições dos negócios. Para uma explicação satisfatória do lucro parece que somos obrigados a recuar da teoria 'dinâmica' para a *Incerteza do Futuro* ... "[93].

Esta recusa do modelo de Clark (e de Schumpeter) tem de ser bem entendida. Ela não se assenta sobre a pressuposição de que os movimentos de inovação não cumpram qualquer papel na emergência e apropriação do lucro no interior do sistema. Ela se assenta, isto sim, sobre dois outros princípios. O primeiro - e mais elementar - diz respeito ao fato de que, se os processos inovativos/transformadores (a despeito de sua profundidade) pudessem ser antecipados e/ou rapidamente socializados, eles não poderiam sustentar qualquer apropriação de excedente. E o segundo - menos evidente - advém da clareza de que os próprios processos inovativos não devem ser tomados como um "ponto de partida", mas devem ser pensados como uma resposta do sistema a determinações mais gerais e mais essenciais do mesmo.

É na busca desta determinação mais geral/essencial do sistema mercantil capitalista que Knight se depara com a categoria chave da **incerteza**. Na concepção de Knight, esta categoria **sintetiza o complexo de determinações do lucro.** Determinações que operam de forma coetânea e que são virtualmente impermeáveis a qualquer hierarquização, passando pela **concorrência imperfeita** (no sentido mais geral do termo, que envolve e sobrepõe distintas formas de organização monopolóide), pela **especialização** (que se resolve numa profunda diferenciação de conhecimentos e *know-how* e, por consequência, na apropriação privada e diferenciada de certas vantagens da divisão do trabalho[94]), pela **acumulação** (que garante um complexo de vantagens de escala irredutíveis à mera redução dos custos de produção[95]) e - *last, but not least* - pela **inovação** e **progresso técnico** permanente[96].

---

[93] A este respeito, vide KNIGHT, F. *Risco, incerteza e lucro.* Op. cit. p. 53.

[94] "O conhecimento é mais uma questão de aprendizagem do que de exercício de julgamento. A aprendizagem requer tempo, e com o tempo a situação enfrentada, como também a pessoa que está aprendendo, sofre modificação". Idem, p. 259.

[95] A possibilidade de reduzir ... a incerteza, transformando-a num risco mensurável através do agrupamento, constitui um forte incentivo para estender a escala de operações de um estabelecimento comercial. Esse fato deve constituir uma das causas importantes do crescimento fenomenal do tamanho

Neste sentido, a incerteza em Knight não deve ser lida como **"o"** determinante único e exclusivo do lucro; mas, tão somente como o fundamento lógico-histórico desta categoria[97]. De fato, para Knight, a investigação sobre os determinantes do lucro deve começar pelo resgate da relação entre mercado e liberdade[98]. Um resgate que conduz à apreensão do mundo capitalista como um sistema onde a socialização (vinculada à divisão do trabalho) se faz marcar pelo elevado grau de liberdade dos produtores e consumidores para alterarem sua forma de inserção no circuito produtivo. **E é esta unidade contraditória de interdependência e liberdade que acaba por comprometer cada produtor com um elevado grau de incerteza em relação ao futuro**; o que impulsiona o enfrentamento da mesma a partir de todo um complexo de ações, das quais a continuada inovação técnico-produtiva corresponde apenas a um (ainda que central) momento.

O mais interessante e - pelo menos, à época, no interior do *mainstream* - inovador na leitura de Knight é que este autor vai articular o complexo de movimentos de enfrentamento da incerteza em um sistema que é retroalimentador de si mesmo. Em termos gráfico, o sistema de Knight apareceria como uma "hélice dialética" onde as "pás" teriam a seguinte forma:

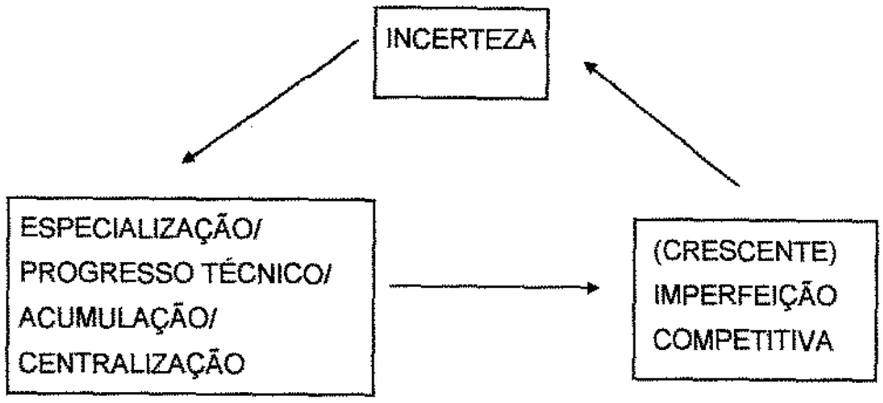
---

médio dos estabelecimentos industriais, que é uma característica familiar da vida econômica moderna. Idem, p. 266.

[96] A esses dois métodos [de enfrentamento e redução da incerteza] devemos acrescentar dois outros que são tão óbvios que não exigem discussão: ... controle do futuro e ... maior poder de previsão. Eles se acham intimamente inter-relacionados, já que a principal significância prática do conhecimento é o controle, e ambos se acham intimamente relacionados com o progresso geral da civilização, o melhoramento da tecnologia e o aumento do conhecimento." Idem, p. 255.

[97] Diga-se de passagem, por oposição ao "neoclássico médio", que é lógica e **ideologicamente** cartesiano, Knight tem um sentido particularmente refinado da História. Para este autor, não só "a Economia ... é a ciência de uma certa forma de organização das atividades humanas" (Idem, p. 70), mas esta forma evolui e se transforma qualitativamente ao longo do tempo a partir de determinações que se associariam à incerteza. Neste sentido, Knight chega a propor que, para fazer um resgate rigoroso do desenvolvimento da ordem mercantil "devemos imaginar uma pura 'etapa artesanal' da organização social. Em tal sistema todo indivíduo seria um produtor independente do seu artigo acabado e um consumidor de uma grande variedade de produtos. **O final da Idade Média oferece um quadro aproximado de tal estado de coisa numa parte do campo industrial**. A aproximação, porém, é um tanto remota. **Uma organização artesanal mostra uma tendência irresistível para se passar, mesmo antes de bem estabelecida, para um sistema muito diferente, e esse desenvolvimento subsequente é também uma consequência da presença da incerteza**. O segundo sistema é o da 'livre empresa' que achamos dominante hoje em dia. A diferença entre a livre empresa e a mera produção para o mercado representa o acréscimo da especialização ao agrupamento das incertezas e ocorre sob a pressão do mesmo problema, a previsão das necessidades e controle da produção com referência ao futuro." Idem, p. 259. Ao se ler passagens como esta é impossível não se perguntar se o "Marx às avessas" que Joan Robinson identificava em Schumpeter não seria, antes, melhor caracterizado pela figura ímpar de Knight.

[98] Vide, a este respeito, o início do capítulo III da obra citada de Knight.



Neste circuito helicoidal, a incerteza alimenta movimentos de especialização, inovação, acumulação e centralização que redundam em **uma crescente imperfeição competitiva, cuja principal consequência é a desestruturação das regras simples de precificação e determinação das quantidades produzidas que caracterizam a concorrência perfeita, que se resolve na amplificação qualitativa das determinações da incerteza sistêmica.** Neste processo, **a incerteza alavanca** (a complexificação do sistema que alavanca a) **incerteza!** O que resulta em um novo conjunto de alterações das regras de reprodução sistêmicas associadas a novas ações defensivas/agressivas que impulsionam o aprofundamento da imperfeição competitiva, e assim sucessivamente.

A importância maior deste movimento teórico de Knight encontra-se no fato de que, ao introduzir o processo de **transformação estrutural continuada** como a solução auto-contraditória (porque reimpulsiva) do problema estrutural da incerteza, este autor fecha as portas para uma proposta de solução do paradoxo da impossibilidade do lucro em um sistema perfeitamente competitivo que é crescentemente esgrimido na moderna literatura neoclássica. Trata-se da hipótese de que, se a equilibração sistêmica exige que os agentes operem com "expectativas hiper-racionais", e esta exigência, em concorrência perfeita, impõe a denegação automática do lucro, então bastaria sustentar a hipótese da (hiper)racionalidade, abrindo-se mão da hipótese da livre entrada[99].

Para Knight, contudo, esta proposta de enfrentamento do seu "paradoxo" é insustentável. E isto na medida em que, para este autor, numa economia mercantil altamente especializada onde não há livre entrada não há como se postular qualquer homonegeidade informacional. E se a informação não é um bem livre, mas os agentes continuam "livres" para

[99] É esta solução que, de uma forma ou de outra, subjaz ao conjunto dos exercícios de determinação do equilíbrio geral a partir do instrumental da Teoria dos Jogos, que é explicitamente voltado à identificação de soluções de equilíbrio em condições de "oligopólio", vale dizer, em condições onde os distintos agentes econômicos identificam seus concorrentes e procuram projetar as estratégias competitivas dos mesmos.

alterar suas condições de inserção no sistema mesmo quando sub-informados, então a incerteza é estrutural, e se resolve em um conjunto de ações defensivas/agressivas que alteram de forma sistemática o ambiente econômico. Desta forma, a denegação da livre entrada é, também, a denegação do *perfect foresight*[100].

Ora, é fácil perceber o quanto este modelo teórico desequilibrista em que transformação qualitativa da ordem econômica torna-se efetivamente endógena lembra Marx. Só que não é um Marx qualquer que é resgatado aqui; e sim um Marx particularmente desubstancializado, um Marx (por assim dizer) hiper-shumpeteriano. O que significa dizer que **não é propriamente Marx que se anuncia aqui, mas o próprio projeto da modernidade em economia, cujo núcleo estruturante é a superação do marginalismo enquanto sistema teórico circunscrito à determinação das condições de equilíbrio de um dado sistema econômico.** Este projeto, é o objeto de nosso próximo capítulo.

[100] Inclusive em sua versão mais fraca e já insuficiente para a efetiva articulação/sustentação da equilibração sistêmica em um horizonte temporal razoável.

CAPÍTULO VI

A TEORIA PÓS-MARGINALISTA DOS PREÇOS E DA DISTRIBUIÇÃO

Um fato válido é mais difícil
de ser atingido do que uma dedução correta.
A dificuldade do fato em relação à dedução corrente
vem de que é muito mais econômico refletir do que experimentar.
Jean Piaget. *Sabedoria e ilusões da filosofia.*

1. Introdução

Via de regra, os trabalhos sobre o debate acerca da tríade "valor, preço e distribuição" que seguem um padrão cronológico de exposição se encerram com a apresentação da escola neoclássica. Quando muito, admite-se um capítulo final centrado no modelo sraffiano e nas questões abertas pelo mesmo e ainda não encerradas[1].

Aparentemente, este padrão expositivo se justificaria pelo fato de que a teoria econômica contemporânea teria poucas contribuições inovadoras sobre a interrelação entre "valor, preço e distribuição". Mas esta aparência é absolutamente enganosa. Não há como discutir a riqueza e originalidade da produção teórica do século XX sobre o processo de formação de preços e sua relação com o processo distributivo. De Schumpeter a Pasinetti, passando por Sraffa, Joan Robinson, Keynes, Kalecki, Kaldor, Bain, Sylos-Labini, Eichner, entre outros, este debate é uma das tônicas da modernidade.

É bem verdade que este debate se realiza virtualmente sem qualquer referência à categoria valor. Mas, tampouco é isto que pode explicar o silêncio da História do Pensamento Econômico em torno do mesmo. Afinal, o Sraffa de *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias* também ignora esta categoria. Na verdade, segundo não poucos intérpretes o caráter revolucionário de sua construção estaria justamente em desenvolver uma "teoria" dos preços sem qualquer referência ao valor. Mas - à diferença de Kalecki ou Kaldor - o Sraffa de 60 não é ignorado pelos trabalhos suprareferidos. Por que?

---

[1] Este é o padrão que, entre inúmeros outros autores, segue Napoleoni em seu *O Valor na Ciência Econômica* (NAPOLEONI, C. Op. cit.). Em seu *Valor e Capitalismo*, Belluzzo apenas inverte a ordem de exposição, ao jogar o capítulo sobre Marx para depois do capítulo sobre os neoclássicos. Mas mantém a tradição ao dedicar as últimas considerações ao significado da obra de Sraffa (Vide BELLUZZO, L.G.M. Op. cit. pp. 109 e segs.).

A resposta a esta pergunta apenas começa pelo reconhecimento de que a teoria dos preços que a modernidade pós-marginalista vai desenvolver se distingue de forma essencial das teorias que se originam no século XIX. Estas, como regra (e a despeito da tradição inglesa do neoclassicismo e de desenvolvimentos tópicos de Marx), são teorias de preços sistêmicos, referidas a um modelo reprodutivo estático (como em Ricardo e no Marx do modelo de transformação) ou em equilíbrio geral (como em Walras ou em Pareto). Diferentemente, a modernidade pós-marginalista volta-se para a análise do processo de formação de preços em firmas e em mercados industriais particulares, que são trabalhados como unidades significativas e auto-referidas no processo de **decisão** de produção/precificação.

Ora, dentro desta última perspectiva - que é rigorosamente microeconômica - os preços são tomados prioritariamente em sua dimensão absoluta (enquanto somatório de custos monetários e de uma margem de lucro), e apenas secundariamente em sua dimensão relativa (enquanto relação de intercâmbio com as demais mercadorias). E o resgate da dimensão absoluta dos preços como a dimensão relevante do processo de precificação alimentará o desenvolvimento novas e revolucionárias teorias da dinâmica do "nível geral de preços". Teorias que, por sua vez, abrirão toda uma nova perspectiva no tratamento da questão distributiva, que parte do reconhecimento de que os rendimentos **reais** (por oposição aos nominais) dos distintos agentes econômicos não se definem **exclusivamente** (e, em certos modelos, sequer **prioritariamente**) nos mercados de "serviços de fatores", envolvendo, igualmente bem, os mercados de produtos (e, eventualmente, os de títulos e monetário).

A radicalidade da inflexão que a modernidade impõe ao debate sobre a tríade "valor, preço, distribuição" não deixa de instrumentalizar aquela abstração das contribuições contemporâneas que caracteriza parcela expressiva da literatura de História do Pensamento Econômico sobre o tema. Afinal, é mais fácil identificar as oposições entre projetos teóricos que se colocam num plano objetal e de abstração similar (como é o caso dos grandes sistemas do século XIX), do que identificar os elos (e as oposições) que vinculam (e contrapõem) projetos teóricos postos em planos objetais e de abstração distintos.

Mas se a auto-circunscrição ao debate do século XIX é a opção mais fácil, ela, de forma alguma, é a mais consequente. Afinal, a própria descontinuidade temática da economia contemporânea *vis-à-vis* a economia do século passado é extremamente significativa, solicitando reflexão. O que nos leva a perguntar se, para além dos elementos de ruptura (reais, mas muitas vezes sobredimensionados) que contrapõem a reflexão moderna e novecentista, não haveria pelo menos uma outra determinação para alavancar o quase-silêncio da produção corrente de HPE sobre os desenvolvimentos contemporâneos em torno da relação preços/distribuição

Do nosso ponto de vista existe uma outra determinação importante deste quase-silêncio: a dificuldade em identificar "a" leitura moderna. Este problema é real, e já se manifesta em nossa opção de caracterizar a modernidade primariamente como "pós-marginalista" (vale dizer, por um atributo que não é teórico, mas cronológico). E as bases do mesmo não se encontram apenas no fato de que a produção contemporânea ainda está em processo de desenvolvimento, o que complexifica sobremaneira a hierarquização das distintas contribuições[2]. Mais importante do que isto é o fato de que um dos principais traços da contemporaneidade será justamente a superação do projeto novecentista de construção de **"um" sistema teórico para o tratamento "do" objeto econômico.** Por oposição a este projeto, um certo fragmentarismo marca a produção teórica moderna. Um fragmentarismo que se manifesta na emergência de um amplo conjunto de escolas (neo-keynesiana, neo-schumpeteriana, behaviorista, pós-keynesiana, institucionalista, neo-ricardiana, regulacionista, etc.) que se articulam em torno de objetos específicos e que, como conjunto, portam uma unidade frouxa, mais virtual do que objetivada em uma agenda de pesquisas comum.

No plano estritamente objetal, o fragmentarismo dificulta (e, no limite, inviabiliza) a caracterização de uma única "escola moderna" em economia. Mas no plano estritamente metodológico, não. Pelo contrário: ele nos dá a pista para esta caracterização. Na verdade, o privilegiamento da especialização em detrimento da construção de "sistemas" é a outra face do resgate de um certo padrão de modelagem e pesquisa empírica que passa pelo desprivilegiamento relativo de uma temática como o "valor". Senão vejamos.

2. Pós-marginalismo: da crítica da teoria do valor ao empirismo auto-crítico

Em seu *Filosofia Econômica*, Joan Robinson dedica três capítulos ao resgate e determinação do sentido mais global da evolução do pensamento econômico dos clássicos aos contemporâneos. Os títulos dos mesmos - "Os Clássicos: Valor", "Os Neoclássicos: Utilidade", e "A Revolução Keynesiana" - são extremamente significativos e já apontam para o eixo da interpretação proposta por Robinson neste trabalho: se há uma linha evolutiva no pensamento econômico, esta linha é definida pelo crescente abandono de temáticas "metafísicas" e "substancialistas", em prol de temáticas empiricamente consistentes que passam a receber um tratamento teórico empiricamente referenciado.

---

[2] O que não implica qualquer desvalorização desta dimensão do problema. Como veremos adiante, a determinação teórica dos diversos modelos pós-marginalistas de precificação é muito menor do que usualmente se admite; o que se resolve num embate interno (nem sempre aparente) que acaba por alavancar a velha ortodoxia. Na verdade, acreditamos que a sub-determinação teórica de inúmeros modelos pós-marginalistas e a falta de unidade no interior desta escola é um elemento central na explicação do fato contraditório de que, apesar da modernidade não ser neoclássica, o *mainstream* (que se define inclusive no plano **quantitativo** do tamanho dos "colégios de economistas") ainda o seja.

A transição do classicismo para o neoclassicismo já espelharia este processo evolutivo "dessubstancializante". Afinal, enquanto os clássicos (entre os quais Robinson inclui Marx, numa posição de destaque) procurariam fundar toda a sua reflexão científica sobre a metafísica categoria valor[3] (a versão iluminista do preço justo medieval[4]), os neoclássicos abririam mão do valor enquanto categoria ética por uma pseudo-ontologia do intercâmbio assentada numa versão tautológica (porquanto vazia de qualquer conteúdo teórico-empírico efetivo) do utilitarismo[5].

Só que, se há avanço nesta primeira transição, ele ainda se encontra circunscrito pela recusa neoclássica em associar sua crítica do projeto clássico de uma ética econômica científica a um empirismo efetivo[6]. Este movimento só emergirá com a modernidade, que vai negar o racionalismo dogmático e apriorista caracaterístico da produção teórica neoclássica, em prol do resgate da complexidade (e, até certo ponto, da irracionalidade) da "economia real". Esta é, para Robinson, a tarefa da "Revolução Keynesiana", sintomático título (até pela ausência dos dois

---

[3] "Uma das grandes idéias metafísicas em Economia é expressa pela palavra 'valor'. O que é o valor e qual a sua origem? Não significa utilidade - o bem que os bens nos proporcionam; .... não significa preços de mercado, que variam constantemente sob a influência de acidentes casuais; nem é uma simples média histórica dos preços reais. De fato, não é simplesmente um preço, é algo que irá explicar como surgem os preços. O que é? Onde poderemos encontrá-lo? Como todos os conceitos metafísicos, quando tentamos apreendê-lo, mostra que é apenas uma palavra." ROBINSON, J. *Filosofia Econômica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 27.

[4] "Entre os diferentes significados de *valor*, houve um que permaneceu todo o tempo sob a superfície, o antigo conceito de Preço Justo - o princípio que fez com que os caçadores de Adam Smith trocassem sua caça na base do tempo que cada espécie leva normalmente para ser caçada. É esse o significado que se quer aqui. Os preços devem ser tais que (sujeitos à conveniência política) o trabalho de um dia na cidade e no campo produza a mesma renda. Mas mesmo quando se admite isso como um ideal, resta o problema de calcular o que deve ser considerado uma renda equivalente para indivíduos levando uma vida bastante diferente em ambientes diferentes. O *valor* não ajudaria. Não tem nenhum conteúdo operacional. É apenas uma palavra." Idem, p. 42. É interessante observar que a nossa própria interpretação da função teórica da categoria valor para Marx (e, numa certa dimensão, também para os clássicos) desenvolvida no capítulo quarto deste trabalho não deixa de convergir com a leitura de Robinson acima. A diferença fundamental encontra-se no fato de que, para Robinson, a idéia de igualdade é puramente metafísica e transhistórica, e não tem qualquer relação com o desenvolvimento do trabalho e sua abstração. Desta forma, a idéia de "intercâmbio justo" (que, diga-se de passagem, se distingue do "*preço* justo") adquire uma conotação puramente metafísica, no sentido de que é uma idéia impossível de ser tratada num campo histórico-empírico.

[5] "*Utilidade* é um conceito metafísico de circularidade inexpugnável; *utilidade* é a qualidade das mercadorias que faz com que as pessoas queiram comprá-las, e o fato de que as pessoas queiram comprar mercadorias mostra que estas têm *utilidade*.Entrou em voga, inicialmente, em relação com a teoria dos preços relativos. Pretendendo ser uma quantidade, podia-se falar dela em termos de total, média e marginal, e assim era empregada para explicar a velha charada da água e os diamantes. A *utilidade* total da água é indefinidademente grande, já que a própria vida depende dela. Quando os indivíduos possuem tudo o que necessitam, não desejam pagar mais por nada. Em Aden, no entanto, onde a água é escassa, ela possui um preço e a quantidade que um indivíduo pode consumir é reduzida à quantidade cuja *utilidade marginal* é igual a esse preço. Como sabemos disso? Deve ser assim, pois o preço é a medida da *utilidade marginal.*" Idem, p. 43.

[6] Enquanto tautológica, a construção neoclássica é igualmente metafísica, pois "a característica fundamental de uma proposição metafísica é que ela não é capaz de ser comprovada. ... Propõe-se dizer algo sobre a vida real, mas não aprendemos nada com elas. Se adotarmos o critérios do Professor Popper para as proposições que pertencem às ciências empíricas, de que podem ser falsificadas pela evidência, ela não é uma proposição científica". Idem, pp. 8/9.

pontos: não há mais categoria fundante) do quarto capítulo do *Filosofia Econômica* de Robinson. E a adequada compreensão desta revolução pressupõe, para Robinson, o resgate de suas três determinações básicas:

> "**Em primeiro lugar, Keynes** trouxe de volta a teimosia dos clássicos. **Via o sistema capitalista como** um sistema, um negócio em desenvolvimento, **uma fase do desenvolvimento histórico. ...**
> **Em segundo lugar, Keynes trouxe de volta o problema moral que a teoria do *laisser faire* havia abolido**....
> Toda a estrutura elaborada da justificação metafísica do lucro foi pelos ares quando ele mostrou que o capital é portador de um rendimento não porque seja *produtivo*, mas porque é *escasso*. Ainda pior, a noção de que a poupança é uma causa do desemprego cortou as raízes da justificação para a renda desigual enquanto uma fonte de acumulação. ...
> Tornando impossível que se continuasse a acreditar numa reconciliação automática dos interesses conflitantes num todo harmônico, a *General Theory* trouxe à tona o problema da escolha e do julgamento que os neoclássicos tanto se esforçaram por abafar. A ideologia para acabar com as ideologias sucumbiu. **A Economia tornou-se novamente Economia Política**.
> **Em terceiro lugar, Keynes trouxe o *tempo* de volta para a teoria econômica**. Acordou a Bela Adormecida de seu longo sono a que fora condenada pelo "equilíbrio" e a "previsão perfeita" e deixou-a solta pelo mundo aqui e agora.
> **Essa libertação permitiu que a economia desse um grande passo à frente,** afastando-se da teologia **em direção à ciência**. Já não é mais preciso que as hipóteses sejam enquadradas de tal forma que já saibamos de antemão que serão refutadas [pela realidade]. **As hipóteses relacionadas com um universo onde os seres humanos realmente vivem,** onde não podem conhecer o futuro ou anular o passado, **têm, ao menos em princípio, a possibilidade de serem estabelecidas sob uma forma testável**."[7]

É mais ou menos evidente que o Keynes de Robinson não corresponde exatamente ao Keynes empírico. Afinal, Keynes está muito longe de ser este espírito clássico, que identifica o capitalismo como "uma fase [particular] do desenvolvimento histórico"[8]. A verdade é que, na contramão de toda a economia política clássica, Keynes sequer busca determinar o padrão de clivagem social especificamente capitalista, e a categoria "classes" é essencialmente estranha à sua obra. Finalmente, a caracterização de Robinson da economia keynesiana como dinâmica é, no mínimo, polêmica. Afinal, de acordo com o próprio autor da *Teoria Geral*, seu objetivo central neste trabalho é o de demonstrar que "o sistema econômico pode encontrar um **equilíbrio estável** ... [num] nível inferior ao pleno emprego"[9].

---

[7] ROBINSON, J. Op. cit., pp. 63/4/5.
[8] Como qualquer leitor atento da *Teoria Geral* bem o sabe, Keynes sequer buscava determinar as condições sócio-históricas particulares em que o princípio da demanda efetiva tem validade, pretendendo, por exemplo, que a economia da antiguidade e do medievo não vivenciavam problemas de demanda efetiva porque "duas pirâmides, duas missas de réquiem, valem duas vezes mais do que uma; o que, porém, não é verdade tratando-se de duas estradas de ferro que ligam Londres a York" KEYNES, J.M.*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 97.
[9] KEYNES, J.M. Op. cit. p. 33 (o grifo é meu). Como se sabe, esta caracterização que Keynes faz de seu próprio projeto é fonte de infindáveis polêmicas. Os próceres da síntese keyneso-neoclássica norte-americana dos anos 50 recusaram-na, preferindo interpretar o "desemprego involuntário" como uma

Mas se o Keynes empírico não se encaixa perfeitamente na caracterização de Robinson, o mesmo já não é verdade para a "revolução keynesiana"; que na leitura dessa autora não é um produto de Keynes, mas de um amplo conjunto de autores que, ao longo dos anos 20 e 30, articularam uma ruptura tão radical quanto inovadora com os padrões teórico-analíticos neoclássicos[10]. Tomada nestes termos, a "revolução keynesiana" deixa de ser uma categoria estritamente referida à (re)descoberta dos princípios da demanda efetiva e da incerteza e sua articulação no interior de um modelo macroeconômico, para se confundir com o que estamos chamando aqui (do nosso ponto de vista, mais apropriadamente) de "economia pós-marginalista".

Deixando de lado (por secundário) o debate terminológico, o que importa entender é que, tal como pretende Robinson, esta "nova economia" será marcada por um viés realista e (discretamente) anti-especulativo que se consubstanciará, tanto em esforços de (re)fundação empírica da prática teórica, quanto em uma radicalização da distinção entre discursos "positivo" e "normativo". Duas determinações que estarão na base do (apenas aparentemente contraditório) retorno aos clássicos apontado por Robinson na passagem supracitada.

Do nosso ponto de vista, o primeiro desdobramento do viés "realista" da modernidade - a busca de uma (re)fundação empírica da prática teórica - não carrega qualquer dimensão polêmica, sendo virtualmente consensual na literatura. Na verdade, esta demanda por uma "queda na real" já se manifesta nas (auto-)críticas de Hicks, Schumpeter e Knight à teoria neoclássica da distribuição expostas no capítulo anterior[11], e conformará o legítimo núcleo

---

condição de desequilíbrio que se sustentaria em função das imperfeições do mercado de trabalho associadas à "ilusão monetária" dos trabalhadores e à (consequente) rigidez dos salários nominais. A reação monetarista dos anos 60 e novo-clássica dos anos 70 e 80 centrou-se no enfrentamento desta caracterização do mercado de trabalho, a partir do resgate de um conjunto de inconsistências empíricas e analíticas presentes na mesma. Tal movimento reativo impôs aos próceres da síntese o resgate tardio da tese keynesiana do "equilíbrio com desemprego"; que se procura defender hoje com base nos desenvolvimentos mais recentes da teoria neoclássica da concorrência que prova a viabilidade de múltiplos equilíbrios em "jogos oligopolísticos". (Para uma apreciação sucinta e didática, mas bastante eficiente, da história desta polêmica, vide KLAMER, A. *Conversas com economistas*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1988. Em particular, veja-se ao Introdução de Klamer e as entrevistas de Robert Lucas e Robert Solow). É interessante observar ainda que, a despeito da distinção do referencial metodológico subjacente às duas construções, Alessandro Vercelli faz eco a Solow no que diz respeito à defesa da consistência teórica da idéia de "equilíbrio com desemprego" em Keynes, e nos diz: "Keynes's theory assumes that the only endogenous force which can directly modify employment is effective demand. The 'equilibrium level of employment' is consistently defined by Keynes as 'the level at which there is no inducement to employers as a whole either to expand or to contract employment' (GT. p. 27). Keynes's concept of equilibrium is thus methodologically sound; the results of his analysis may be criticized for possible theoretical defects, but not for the inadequacy of that concept." (VERCELLI, A. Op. cit. pp. 14/5.) É fácil perceber que esta defesa formalista (e dúbia) do "equilibrismo keynesiano" vai num sentido distinto da pretensão de Robinson de que Keynes teria resgatado a dinâmica para o centro da teoria econômica.

[10] A este respeito vide ROBINSON, J. *Contribuições à economia moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (em particular os ensaios "Kalecki e Keynes", "Reminiscências" e "História versus Equilíbrio".

[11] Para uma avaliação da importância destes autores (em particular, do último) para a crítica "realista" do projeto neoclássico de ciência a partir dos anos 20, vide os dois primeiros capítulos de SHACKLE, G.L.S. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1991.

daquela produção teórica dos anos 20 e 30 em torno do processo de formação de preços industriais, que, de Sraffa a Hall e Hitch, descarregará suas baterias críticas sobre o irrealismo e inconsistencia **empírica** da microeconomia ortodoxa[12].

De outro lado, se a crítica ao caráter essencialmente normativo das construções clássica (enquanto assentada na distinção entre preço - "o que é" - e valor - "o que deve ser") e neoclássica (enquanto voltada à determinação das condições necessárias e suficientes para a obtenção de um equilíbrio idealizado) é igualmente recorrente em autores como Joan Robinson e Herbert Simon, ela já não pode ser tomada como unânime na literatura. Mas ela não é mais do que a outra face da crítica realista e empirista suprareferida. E o que ela expressa é o desconforto da modernidade com os projetos teóricos totalizantes do neoclassicismo e de um certo "classicismo" (Marx à frente) que se assentam (a partir de referências ontológicas distintas e, no limite, antagônicas) na identificação (formal e imediata, de um lado, dialética e diacrônica, de outro) entre real e racional, entre ser e dever ser.

Por oposição a estes sistemas - que inflam o objeto da economia, transformando-a em (fundamento de) uma "ciência da história" ou em uma "ciência da escolha racional" -, a modernidade recuperará a modéstia (discretamente cética e pessimista[13]) do classicismo de Ricardo; vale dizer, a modéstia de um projeto teórico já **dessubstancializado**[14], onde a prática científica virtualmente se circunscreve à construção de **modelos heurísticos**, articulados a partir da rigorosa (e, para Schumpeter, usualmente viciosa) distinção entre **variáveis exógenas** (onde se inclui a totalidade das variáveis "extra-econômicas", e parte das variáveis "econômicas") e **endógenas**, e voltados prioritariamente à determinação da **dinâmica** provável de uma economia concreta (de perfil similar à modelada), bem como às possibilidades e necessidade de **intervenção** consciente sobre a mesma.

Ora, a proximidade entre o padrão ricardiano e keynesiano de modelagem teórica é salientada (entre tantos outros autores) por Schumpeter, e já foi objeto de consideração em nosso capítulo primeiro. A novidade da leitura de Robinson não se encontra aí, mas na associação estabelecida entre este padrão de modelagem e a concepção de ciência que lhe subjaz. Mais

---

[12] A este respeito, é de se notar que Herbert Simon vai eleger o trabalho de 39 da dupla oxfordiana como o marco privilegiado da "modernidade". E isto na medida em que, para o autor, este último trabalho não impõe apenas uma crítica analítica à microeconomia neoclássica, mas uma crítica prático-metodológica a esta escola do pensamento, associada à redefinição do espaço da pesquisa empírica em nossa ciência. Uma redefinição que, na avaliação de Simon, estará na base do desenvolvimento daqueles projetos de pesquisa que se consubstanciarão no moderno behaviorismo americano e no neo-schumpeterianismo europeu. Vide SIMON, H.A. "From substantive to procedural rationality", In: *Philosophy and economic theory*. Hahn, F. e Hollis, M (ed.). Oxford: Oxford University Press, 1979, p.74

[13] Como convém a um iluminista tardio, filho do Terror, das Guerras Napoleônicas e da Santa Aliança.

[14] Inclusive na medida em que - como bem o lembra Schumpeter - já descompromissado com qualquer reflexão sobre o **valor** enquanto categoria distinta e fundante dos preços. Vide SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Livro III, pp. 263 e 265.

exatamente, Robinson vê na crítica moderna da metafísica racionalista e equilibrista neoclássica não só a recolocação do "problema moral que a teoria do *laisser faire* havia abolido", como (por consequência) a recolocação de um projeto de ciência onde a prática científica, longe de ser um "fim em si", passa a ser um instrumento de projeção e avaliação crítica das tendências dinâmicas de um dado sistema econômico. Neste sentido, o que Schumpeter chama de "vício ricardiano" - a hierarquização aparentemente *ad hoc* (porquanto assistemática e formalmente deselegante) das variáveis "exógenas" e "endógenas" de um modelo - não é mais do que a outra face da inflexão realista e empirista da economia contemporânea. E o que une estas duas faces é uma ontologia (não necessariamente consciente de si) empirista e anti-cartesiana que se desdobra numa concepção pragmática e pragmatista da ciência.

Evidentemente, quando reconhecemos os elos entre pós-marginalismo e ricardianismo não queremos ocultar as oposições entre estes dois projetos teóricos. A continuidade que se quer resgatar aqui é rigorosamente diacrônica e dialética, e, portanto, descontínua e superativa. E o primeiro traço desta descontinuidade já foi objeto de consideração: o empirismo moderno é qualitativamente distinto (é superior!) ao empirismo ricardiano[15]. Para além disso, o fragmentarismo pós-marginalista alimentará uma significativa diferenciação de propostas teórico-metodológicas no interior desta escola, que se manifestará - inclusive - em distintos projetos de articulação teórico-empírica, de articulação interna da ciência econômica, e de articulação da economia com as ciências correlatas. Diferentemente, o ricardianismo - na medida em que é uma proposta teórico-metodológica com origem em um autor específico - se caracteriza por projetar esta tríplice articulação de uma forma particular bem determinada. O que, de outro lado, nos permite estabelecer um gradiente no interior do pós-marginalismo, tomando como referência o grau de proximidade-distanciamento das distintas vertentes desta escola *vis-à-vis* o projeto ricardiano de ciência.

Se admitimos (em consonância com o próprio autor, que sempre lutou contra seu enquadramento nesta ou naquela escola) que Schumpeter é não apenas um homem da transição, mas um autor que circula de forma invulgar pelas mais diversas escolas, e se admitimos ainda

---

[15] Até porque, como bem o salienta Piaget, o empirismo objetivo (por oposição ao empirismo dogmático e especulativo) só se impõe tardiamente na construção de uma ciência. A este respeito vide PIAGET, J. *Sabedoria e ilusões da filosofia*. Op. cit. (em particular as três primeiras seções). Neste sentido, exigir de Ricardo um empirismo consequente seria anacronismo. Um anacronismo no qual Keynes não deixa de incorrer em suas duras (ainda que não necessariamente falsas) críticas a Ricardo. Segundo Keynes: "Ricardo oferece-nos a suprema realização intelectual, inatingível por espíritos menos privilegiados, de adotar um mundo hipotético distante da experiência, como se fora o próprio mundo da experiência e, em seguida, de nele viver consistentemente. No caso da maior parte dos seus sucessores, é impossível evitar a interferência do 'bom senso', que causa prejuízos à coerência lógica". KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, p. 137. Vale dizer: para Keynes, Ricardo ainda é (ou já é) demasiadamente cartesiano; o que o faz perder de vista a distinção essencial entre lógica e experiência, entre racional e real. Veremos logo adiante, contudo, que a crítica keynesiana a Ricardo, ainda que consequente com os princípios empiristas do pós-marginalista, não é inteiramente procedente e revela o caráter ainda dogmático e especulativo do empirismo de Keynes.

que o viés racionalista e anti-empirista de Sraffa (de 60) o desqualifica como figura rerpresentativa do pós-marginalismo, somos levados a reconhecer que as duas maiores referências da produção teórica especificamente moderna são Keynes e Kalecki. E isto não só pela originalidade e diversidade temática da produção teórica destes dois autores ao longo do século XX. Tão ou mais importante do que isto é o fato de que, na nossa opinião, estes dois autores demarcam - enquanto referências polares - o gradiente especificamente pós-marginalista de distanciamento-proximidade da proposta teórico-metodológica ricardiana. Mais especificamente (e a despeito do que parecem pretender Schumpeter, Pasinetti e Robinson), Keynes seria o mais anti-ricardiano dos pós-marginalistas, e Kalecki seria o mais ricardiano destes. Expliquemo-nos.

Como se sabe, a crítica de Keynes à hipótese neoclássica de *perfect foresight* é absolutamente radical. No que a velha ortodoxia via - quando muito - um risco probablisticamente projetável e passível de controle por mecanismos de "seguro", Keynes vê uma incerteza radical e inadministrável de forma inteiramente racional. Esta oposição está longe de ser secundária, e demarca, na verdade, "visões de mundo" radicalmente distintas. Por oposição ao estável mundo neoclássico (e mesmo ao mundo schumpeteriano, em que a "revolução permanente" é essencialmente circunscrita ao plano técnico-produtivo) o mundo de Keynes é um mundo de agentes que portam informações imperfeitas e insuficientes para a tomada de todo um amplo conjunto de decisões impositivas que carregam consigo consequências sérias e irreparáveis no que diz respeito à evolução patrimonial e à qualidade da inserção social dos mesmos[16]. Mas se a decisão é impositiva, e a informação disponível é insuficiente para a sua racionalização a partir de critérios maximizantes, ela terá de ser tomada a partir de crenças e apostas proto-irracionais (*animal spirits*), marcadas por uma alta volatilidade/instabilidade e por uma perversa tendência universalisante e auto-confirmante (se muitos vendem, todos vendem; se muitos compram, todos compram).

Uma tal "visão" do mundo econômico se desdobra num projeto de prática científica muito particular. Se o passado é uma referência insuficiente para a decisão dos agentes econômicos, ele também o é para o cientista voltado à árdua (e, no limite, irrealizável) tarefa de projetar a dinâmica econômica. De forma que o empirismo de Keynes será marcadamente intuitivo e assistemático. Na verdade, o empirismo deste autor é, antes, negativo do que positivo, voltado que é à crítica do racionalismo e ao elogio daquele senso comum avesso ao aprisionamento da "realidade" a esquemas lógico-analíticos impermeáveis à contradição e ao desequilíbrio[17]. E,

---

[16] A este respeito vale a pena observar que, em Keynes, só o capitalista/empresário é "agente" em sentido rigoroso. Os trabalhadores não têm influência sequer sobre a determinação dos salários reais (que se torna função do nível geral de preços) ou do nível de emprego (que se torna função do investimento capitalista e suas expectativas sobre a lucratividade futura). Neste sentido, Robinson não erra ao atribuir a Keynes um "espírito clássico": a despeito de não operar **conscientemente** com a clivagem de "classes", ela é intrínseca à sua construção.

[17] O que pode ser facilmente percebido, seja em suas críticas frequentes à estatística como instrumento projetivo e de crítica teórica (veja-se, por exemplo, KEYNES, J. M. "Professor Tinbergen's method.". In:

enquanto intuicionista (mais até do que empirista), Keynes também será avesso a modelagens formalmente sofisticadas e vigorosamente estruturalistas (que enrigeceriam os frágeis e instáveis elos que articulam as "partes" e o "todo" da economia), bem como a qualquer tentativa de determinar (e enrigecer) o padrão de formação de expectativas a partir do resgate das referências culturais, institucionais e competitivas que (pretensamente) estruturariam àquelas.

É fácil perceber o quanto este padrão teórico-metodológico dista do estruturalismo de Ricardo. Só que - a despeito das aparências em contrário - a distância não se encontra em qualquer desvalorização da informação empírica por parte de Ricardo. Pelo contrário: já na preocupação deste autor com a elevação do preço dos cereais na Inglaterra do início do século percebe-se a a importância do referencial empírico para Ricardo, bem como sua filiação a uma perspectiva pragmatista da ciência. Além disso, o mundo de Ricardo não é preenchido por genéricos e abstratos "homens econômico racionais", mas por trabalhadores, capitalistas e rentistas que portam objetivos e padrões de racionalidade distintos e determinados histórica e socialmente. E é aqui que se impõe a verdadeira diferença com Keynes: se as determinações histórico-sociais da ação individual em Ricardo nem sempre são adequadamente explicitadas (via de regra elas se encontram meramente pressupostas), elas estão lá; e articulam toda a teoria do investimento e da dinâmica capitalista ricardiana[18]. Neste sentido, o racionalismo de Ricardo não é contraditório com o seu (a bem da verdade, historicamente limitado) empirismo. A questão é que a síntese ricardiana destes dois pólos é tipicamente estruturalista; de forma que parcela não desprezível das determinações empíricas incorporadas ao modelo voltam-se à definição do padrão de racionalidade dos agentes relevantes, e, por consequência, à derivação (apenas na aparência, puramente lógica) de trajetórias dinâmicas bem definidas[19].

Economic Journal. Vol. 49, september 1939.), seja em seus elogios ao "empirismo" (absolutamente rudimentar e intuitivo) de Malthus (KEYNES, J.M. *Collected Writings.* Vol. X. London: Macmillan, 1983, pp. 97 e segs.)

[18] Assim é que, por exemplo, a hipótese ricardiana da compulsão ao investimento produtivo pressupõe não apenas que os mercados industriais à época fossem caracterizados por "livre entrada" (o que, de resto, inviabilizaria a articulação consciente dos industriais para enfrentar os efeitos deletérios da acumulação), mas um padrão "pulsional" e expectacional do empresariado que é mais "calvinista" do que "hedonista-bemthamiano". Tais hipóteses são histórica e sociologicamente consistentes. Mas elas não são explícitas em Ricardo. O que não quer dizer que não se achem pressupostas (ou pré-sub-postas, como diria Ruy Fausto) neste cientista-especulador-terratenente e judeu-calvinista que foi um dos homens mais geniais de seu tempo.

[19] Tomamos aqui o atributo "estruturalista" no sentido usual em economia, em que a recusa ao individualismo sociológico em prol de uma perspectiva holista e anti-substancialista não implica recusar o individualismo metodológico em sua versão weberiana. Na verdade, acreditamos que a modelística ricardiana é a expressão precoce do projeto metodológico weberiano de construção de "tipos ideais" a partir do resgate das conexões de sentido subjacentes à ação de representantes de segmentos sociais diferenciados, portadores de pulsões e objetivos determinados/condicionados por sua inserção social. E o desdobramento necessário deste projeto será o obscurecimento da distinção entre empírico e racional; como bem nos lembra Schumpeter na abertura do segundo capítulo de seu *Teoria do desenvolvimento econômico*, onde se lê: "[Racional] é usado aqui no sentido dado por Max Weber. [Vale dizer:] ...'racional' e 'empírico' significam aqui coisas que se não são idênticas, são no entanto cognatas. São, em igual proporção diferentes e opostas a 'metafísico', que implica ir além do alcance tanto da 'razão' quanto dos

Mas se Ricardo é o pai do estruturalismo em economia, Kalecki será o seu representante maior. E isto já na medida em que o projeto estruturalista de síntese teórico-empírica assentado na construção de modelos típico-ideais histórica e institucionalmente referenciados será alavancado em Kalecki pelo resgate de uma ampla literatura estatística e analítica indisponível no tempo de Ricardo. Além disso, o período histórico em que Kalecki produz sua obra - marcado pela Grande Depressão, pela emergência e consolidação de economias socialistas e "mistas", e, posteriormente, pela fase áurea do fordismo americano - tornará impositiva a consciência/explicitação das referências histórico-institucionais subjacentes a cada modelo teórico, que definem e limitam a pertinência empírica dos mesmos. Um movimento que se desdobrará na superação objetiva daquele ranço especificamente racionalista que Keynes denunciava no estruturalismo de Ricardo, e que o comprometia com uma modelística refratária à complexidade do real e eivada de equilibrismo.

De outro lado, se Kalecki se aproxima de Keynes (afirmando-se como pós-marginalista) ao subordinar integralmente a modelística à "crítica da realidade", Kalecki faz eco a Ricardo (e se afasta de Keynes) no que diz respeito ao tratamento da questão decisional e expectacional, que passa a ser endogeneizada a partir de determinações institucionais e competitivas. É bem verdade que esta oposição entre Keynes e Kalecki se realiza no interior de uma unidade; definida pelo reconhecimento de que a racionalidade dos agentes decisores é estruturalmente circunscrita por limitações informacionais. Só que, enquanto em Keynes esta circunscrição se resolve na instabilização crônica do processo decisional (que passa a ser referido a critérios virtualmente **irracionais**), em Kalecki ela se resolve no apelo a critérios **convencionais** que se impõem justamente na medida em que - se não permitem a maximização de retornos cuja probabilidade é desconhecida - são **racionalmente consistentes** com os objetivos de segurança e rentabilidade de longo prazo.

Ora, se seria um equívoco absolutizar a diferença de leituras em torno do processo decisional/expectacional capitalista que caracteriza as obras igualmente pós-marginalistas de Keynes e Kalecki, também seria um equívoco subestimá-la. Afinal, o conflito de perspectivas que se impõe aqui tem uma dimensão real; e carrega desdobramentos não desprezíveis. Em particular, cabe observar que o intuicionismo discretamente anti-estruturalista de Keynes tende a alavancar o fragmentarismo característico da contemporaneidade, na medida em que leva ao limite a crítica a qualquer tratamento sistêmico (ainda que dessubstancializado) da economia.

'fatos', ou seja, além do reino da ciência." SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Op. cit. p. 43.

Mas há uma dimensão igualmente importante em que a diferença de perspectivas de Keynes e Kalecki é um mero índice da diferença dos objetos privilegiados por estes dois autores seminais. Mais exatamente, a relação estabelecida por Keynes entre incerteza e *animal spirits* não deve ser disssociada do fato deste autor ter como objeto privilegiado a inversão na forma mais volátil do capital, que é a forma financeira. Um privilegiamento que terá desdobramentos positivos e negativos. Dentre os primeiros, há que se destacar o fato de Keynes desenvolver uma teoria absolutamente original da taxa de juros; cujos desdobramentos para a moderna teoria da distribuição da renda serão resgatados por nós na última seção deste capítulo. De outro lado, o privilegiamento keynesiano da dimensão financeira do capital e do processo de investimento se desdobrará no obscurecimento das determinações competitivas e mercado-específicas da inversão produtiva e das decisões correlatas de produção/precificação. Estas dimensões serão resgatadas por Kalecki, a partir de um trabalho revolucionário de articulação sintética da microeconomia crítica gestada em Cambridge e Oxford ao longo dos anos 20 e 30. O que se desdobrará numa nova teoria da distribuição da renda, assentada na determinação radical e subversiva da associação (já apontada por Marshall, Knight, e Schumpeter) entre lucro e imperfeição competitiva.

3. A teoria kaleckiana dos preços: para a síntese crítica de Oxford e Cambridge

Para que se entenda o tratamento kaleckiano da questão dos preços é preciso que se entenda primeiramente que, tal como Ricardo, Kalecki não pretenderá desenvolver uma teoria sistemática e exaustiva dos preços. E isto na medida em que os preços mesmos não são "o" objeto destes autores. Eles são, antes, "um problema"; que tem de ser enfrentado se se quer desenvolver uma teoria consistente da distribuição e da dinâmica econômica.

O problema de Ricardo é sobejamente conhecido, e foi objeto de tratamento exaustivo no primeiro capítulo deste trabalho. O problema de Kalecki é, evidentemente, outro. E isto já na medida em que as questões dinâmicas para este autor não se colocam no plano (algo cartesiano, em que ainda se move Ricardo) do equilíbrio de longo prazo. Pelo contrário, sua questão tem uma dimensão mais imediatista e fenomênica, associando-se diretamente à estabilidade relativa dos preços absolutos industriais ao longo da depressão européia dos anos 20 e mundial dos anos 30.

Kalecki percebe que esta estabilidade relativa está no centro da dinâmica crítica e cíclica do entre-guerras, na medida em que fundamenta o típico padrão de resposta das firmas industriais a flutuações na demanda de curto prazo, assentado na variação da quantidade produzida. Ou, dito de outro modo: Kalecki percebe que a relativa estabilidade dos preços industriais é o que dá relevância ao princípio de que "o valor da produção é determinado pela

demanda efetiva"; fazendo-o transcender de uma "quase-tautologia" que afirma a igualdade entre valor da demanda e da oferta, para uma afirmação substantiva referida à evolução das decisões de produção e de emprego no curto prazo.

Mais especificamente, a percepção de Kalecki é a de que, se as quedas de demanda agregada e setoriais se resolvessem em quedas dos preços absolutos industriais (e, portanto, no nível geral de preços), o mero reconhecimento de que a quantidade de moeda/dinheiro envolvida na circulação de bens e serviços não é constante (vale dizer, o mero abandono da teoria quantitativa do dinheiro, que funciona como um simulacro equilibrista de teoria da demanda efetiva em Ricardo e nos neoclássicos) não seria suficiente para explicar a persistência das crise e a temporalidade alargada da depressão[20]. E isto não só porque se admite que o setor industrial opera com uma curva de custo marginal "sraffiana" no curto prazo[21], de forma que as quedas de preço não poderiam se resolver em quaisquer quedas nas quantidades produzidas até o ponto em que os preços se tornassem inferiores ao custo variável médio das firmas marginais (no sentido de Steindl). Tão ou mais importante do que isto é o fato de que uma queda significativa no nível geral de preços com salários nominais estáveis se resolveria numa redistribuição de renda que - se aceita a diferenciação kaleckiana da propensão a consumir de trabalhadores e empresários-capitalistas - alvancaria a recuperação da demanda agregada da economia.

De outro lado, Kalecki percebe perfeitamente bem que a estabilidade de preços não pode ser postulada a partir de um conjunto restrito de observações empíricas. Até mesmo porque um conjunto não desprezível de mercadorias - mormente os bens primários e matérias-primas em geral - sofrem expressivas flutuações ao longo do ciclo. Ao lado disto, tampouco basta identificar empiricamente que as firmas industriais tendem a formar seus preços a partir da imposição de um

---

[20] Veja-se, a este respeito, os trabalhos de Kalecki da primeira metade dos anos 30 publicados no primeiro volume de OSIATYNSKI, J. (ed.) *Collected Works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon Press, 1990.Em particular, os seguintes trabalhos são elucidativos da pespectiva kaleckiana sobre a relação entre rigidez de preços e instabilidade do nível de renda: "Influence of a reduction in the prices of industrial consumer goods on the course of Business Cycle", de 1932; "Reduction of wages durig crisis", do mesmo ano; e "Three Systems", de 1934. Como regra, utilizaremos a edição de Osiatynski da obra de Kalecki (em particular, os dois primeiros volumes da mesma) no resgate subsequente dos trabalhos deste autor. Esta opção se deve tanto ao fato de que seus trabalhos mais significativos foram objeto de inúmeras reedições em coletâneas distintas (o que torna a referência a um livro particular pouco expressiva do momento específico em que esta ou aquela tese foi desenvolvida); quanto aos marcantes problemas de tradução e edição dos trabalhos de Kalecki em português (problemas particularmente notáveis na edição de seu *Teoria da dinâmica econômica* pela Abril Cultural).

[21] Em seu "As lei dos rendimentos sob condições de concorrência" Sraffa vai argumentar que o padrão de equilíbrio da produção que se extrai dos postulados da concorrência perfeita é dificilmente consistente com a rigidez técnica que caracteriza a produção industrial no curto prazo. Tendo em vista esta rigidez, o custo marginal industrial é constante (e inferior ao custo médio, que é decrescente) até a plena utilização da capacidade, quando se torna virtualmente vertical e as flutuações de demanda só podem se refletir em flutuações de preço, sem qualquer impacto sobre a quantidade produzida. (Vide SRAFFA, P. "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência". In: IPEA/INPES. *Clássicos de literatura econômica*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988, pp. 17 e segs. No mesmo sentido de Sraffa, argumenta Stigler, em STIGLER, G. "Production and distribution in the short run". Op. cit. pp. 305 e segs.

mark-up relativamente rígido sobre os custos diretos. Em primeiro lugar porque, fosse esta a regra de precificação das firmas industriais, ainda haveria que se entender a racionalidade da mesma. E em segundo lugar porque não parece ser rigorosamente esta a regra de precificação industrial. Afinal, se os mark-ups fossem perfeitamente rígidos, a queda dos custos diretos associados à queda dos preços das matérias-primas deveria se resolver em flutuações dos preços industriais mais marcantes do que as empiricamente observáveis. Na realidade, os mark-ups parecem flutuar ao longo do ciclo, elevando-se na depressão e reduzindo-se na recuperação[22]. Uma dinâmica absolutamente não trivial que solicita esclarecimento teórico.

A percepção de Kalecki dos preços industriais como portadores de uma rigidez relativa ao longo do ciclo - que se desdobra na percepção da flexibilidade relativa dos mark-ups - não é propriamente original. E nem teria porque sê-lo. Afinal, neste nível mais geral, tal percepção não envolve mais do que a sistematização analítica (e ainda não propriamente teórica) de dados empíricos amplamente disponíveis. E, se não se pode menosprezar a atenção de Kalecki para com estas determinações empíricas, tampouco pode-se cair no equívoco de circunscrever sua contribuição teórica à sistematização analítica daquelas determinações. Neste sentido, o que dará especificidade e relevância à contribuição de Kalecki em torno dos preços industriais será a tentativa de articular uma teoria dos mesmos que, não apenas busca esclarecer a racionalidade de sua dinâmica cíclica peculiar, como se diferencia de (sem propriamente se contrapor a) outras interpretações desenvolvidas ao longo dos revolucionários anos 30.

3.1. Kalecki e a tradição oxfordiana

No ano de 1939, quando Hall e Hitch lançam o seu trabalho antológico sobre preços industriais, Kalecki estará publicando aquele que, muito provavelmente, é o seu trabalho mais original sobre a questão dos preços: "The supply curve of an industry under imperfect competition"[23]. Nele, Kalecki vai resgatar as contribuições cambrigenianas em torno da concorrência imperfeita numa perspectiva crítica, que se desdobrará na redefinição desta teoria com vistas à sua articulação em termos empiricamente consistentes. E a publicação do trabalho de Hall e Hitch no mesmo ano deve ter gerado em Kalecki uma sensação similar à que teve ao ler a *Teoria Geral* em 36: uma grande (e incômoda) surpresa pela proximidade insofismável de boa parte dos desenvolvimentos, ao lado de um grande desconforto pela notável distância de outros tantos[24].

---

[22] Vide, a este respeito KALECKI, M. "The essence of the Business Upswing" (de 1935); in: OSIATYNSKI, J. (ed.). Op. cit., vol. I, p. 190; e KALECKI, M. "The determinants of distribution of the National Income" (de 1938); in: OSIATYNSKI, J. (ed.). Op. cit., vol II, p. 19.

[23] KALECKI, M. Op. cit. In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. Vol. II, pp. 51 e segs.

[24] Sobre a reação de Kalecki diante da primeira leitura da *Teoria Geral*, vide STEINDL, J. "A personal portrait of Michal Kalecki". In: *JPKE*. vol. 3, n. 4, 1981, pp. 590 e segs.

Em particular, a inflexão empirista de Hall e Hitch, que se desdobra no resgate da precificação pelo mark-up, bem como na percepção dos preços industriais como mais rígidos que os custos diretos (o que pressupõe uma certa tendência "anti-cíclica" de evolução do mark-up), são pontos de convergência notáveis. No mesmo sentido, a formulação da hipótese da curva de demanda quebrada parecerá a Kalecki como um achado teórico importante (por ele intuído, mas não desenvolvido) que será incorporado em seus desenvolvimentos posteriores (notadamente no modelo de 54) sobre a questão dos preços.

Contudo, a sólida formação cambridgeana de Kalecki o incompatibilizará definitivamente com um desenvolvimento particular da famosa dupla oxfordiana: a teoria da precificação pelo custo total. A respeito deste modelo Kalecki dirá:

> "The full-cost theory in its familiar version maintains that the firm fixes its prices by adding to a average prime cost the overheads per unit of actual output or per unit of 'standard' output (i.e. per unit of output corresponding to what is considered reasonably full employment of firms' plant) and 'something' for profit. This statement has no precise theoretical meaning, because the amount that is added for profit makes quite a lot difference to the price and more still to the gross margin.
> The full-cost theory has actually been derived from the replies of entrepreneurs to enquiries about their pricing methods. But it is not unlikely that the procedure described by them is not the actual process of fixing prices but only a check applied to prices fixed in another way to see whether they make any net profit. Indeed, if the 'something' which is the difference between price and the full cost calculated per unit of actual output is positive, the firm knows that it makes a net profit on the product in question. If overheads are calculated per unit of 'standard' output, the positive difference means that losses, if any, are due to the fall in output only, and if the slump is not too deep and prolonged they have no importance from a longer point of view; while if the slump *is* deep and prolonged, the 'standard' output is being appropriately reduced. In the case both of calculation with actual and with 'standard' output, the calculator seems not so much to fix the price as to translate the price fixed by other consideration into the 'full-cost language'. In a modern cotton-spining mill, the manager once described to me at great length the work of their calculating department. To my question, however, how the results are used to fix the prices, he replied: 'Oh, the prices are fixed by the market'."[25]

É de se observar que a crítica de Kalecki não vai no sentido da (amplamente reconhecida) subdeterminação do sistema de Hall e Hitch[26], mas no sentido da recusa ao projeto de determinação que se pode extrair da terceira seção do trabalho clássico destes autores, segundo o qual o preço estabelecido seria aquele que cobrisse os custos diretos e indiretos e proporcionasse um "lucro normal"[27].

---

[25] KALECKI, M. *Studies in economic dynamics*; in: OSIATYNSKI, J. (ed.). Op. cit., vol II, pp. 134 e 135.
[26] Denunciada (entre outros) por Sylos-Labini, que diz: "... a hipótese da curva quebrada nos diz que o preço, *uma vez que tenha sido fixado em um certo nível aceitável para todos os empresários*, tende a permanecer aí (variando somente se para todos variarem os elementos de custo). Mas não nos diz porque o preço fixado é aquele". SYLOS-LABINI, P. *Oligopólio e progresso técnico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária/ São Paulo: Edusp, 1980, p. 63.
[27] Vide HALL, R. L. e HITCH, C. J. "A teoria dos preços e o comportamento empresarial". In *Clássicos da Literatura Econômica.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988, pp. 50 e segs.

A crítica de Kalecki a este projeto de determinação se inicia pela recusa à referência a um "lucro normal", mesmo quando mercado-específico. Para este autor, o lucro é rigorosamente uma categoria de resultado, sendo função tanto do preço estabelecido quanto do nível de utilização da capacidade. O que significa dizer que **está fora do alcance do empresário garantir, via precificação, a apropriação de um lucro pré-determinado.** Para Kalecki (que, neste particular é um marshalliano rigoroso), as quantidades demandadas e o nível de utilização de cada empresa variam inversamente com o nível de preços estabelecidos; de forma que qualquer tentativa de redefinir o preço necessário à cobertura dos custos indiretos e à apropriação de um "lucro normal" a cada variação da quantidade demandada, acabaria por se refletir em novas variações nesta quantidade, e assim por diante. Tal desdobramento perverso da reprecificação só não ocorreria se a (nova) curva de demanda de curto prazo da firma fosse perfeitamente inelástica. Mas, se este é o caso, onde fica a curva de demanda quebrada? E, se esta não se impõe, porque a firma (re)precificante se contentaria com um "lucro normal", se poderia obter muito mais a partir de preços ainda mais elevados?

Mas se no plano lógico são estes os questionamentos de Kalecki, no plano empírico ele apontará para a inconsistência da teoria do custo total com a relativa estabilidade dos preços industriais ao longo do ciclo. Uma estabilidade que a hipótese da curva de demanda quebrada (saudada e posteriormente incorporada por Kalekci) busca, justamente, explicar[28]. E, da perspectiva de Kalecki, não haveria como resolver o problema a partir da identificação de um nível "normal" de produção que servisse de referência. Afinal, a cada ciclo concreto esta "norma" teria de variar. Em uma depressão relativamente profunda e prolongada, o nível "normal" de utilização seria menor, e o nível "normal" de preços teria de ser maior. Mas como elevar estes preços se, normalmente, cada empresário acredita que seus movimentos neste sentido tendem a não ser acompanhados pelos demais? As depressões profundas teriam de alavancar a confiança e a disposição dos empresários para a colusão. O que está longe de ser uma afirmação trivial, que careça de desenvolvimento teórico e comprovação empírica.

Como se sabe, toda uma literatura de microeconomia heterodoxa se desenvolverá a partir do trabalho de Hall e Hitch buscando justamente enfrentar as insuficiências do modelo destes autores. Contudo, o que marcará esta produção - dentro da qual se destaca o influente trabalho de 56 de Sylos-Labini - é a tentativa de determinar o ponto de "quebra" da curva de demanda a partir da determinação "do preço de equilíbrio de longo prazo de um mercado oligopólico"[29]. Uma categoria que é incompatível com a leitura que Kalecki faz do sistema

[28] Diga-se de passagem, a pesquisa empírica que dá origem ao trabalho de Hall e Hitch supracitado voltava-se justamente para o acompanhamento e avaliação dos padrões de precificação e determinação da quantidade produzida **ao longo do ciclo**. A este respeito, vide HALL, R.L. e HITCH, C. J. Op. cit. p. 43.

[29] Entendido o "equilíbrio" como aquela situação tipicamente ricardiana onde todas as empresas alcançam auferir pelo menos o "lucro normal mínimo", e as empresas líderes (de menor custo variável) auferem

capitalista como um sistema marcado por um dinamismo endógeno que se resolve na instabilidade (e virtual imprevisibilidade) da apropriação de lucros[30]; e que contradita a leitura kaleckiana da concorrência desenvolvida a partir do seu estágio cambridgeano de 37 a 39.

3.2. Kalecki sob a influência de Cambridge

A princípio, não se pode afirmar que a vivência cambridgeana definiu ou mesmo alterou profundamente a concepção de Kalecki acerca do processo de precificação industrial. E isto na medida em que, a despeito de seus trabalhos acadêmicos anteriores a "The determinants of distribution of National Income" (de 1938) serem marcados pela ausência de qualquer esforço de teorização do processo de precificação, este tema é recorrente na produção não-estritamente-acadêmica de Kalecki desde o final dos anos 20.

Kalecki iniciou sua carreira como "economista" quando foi obrigado a abandonar a Faculdade de Engenharia da Politécnica de Gdańsk para trabalhar como analista de uma firma de *credit-rating* em Lodz. Dois anos depois mudou-se para Varsóvia, onde começou a trabalhar como jornalista econômico.

> "Kalecki's first economic publications were mainly devoted to an analysis of market conditions for individual commodities ... and to an account of the structure and operation of large Polish and foreign companies. In these publications he not only described various commodity markets, but also examined monopolistic links, as well as trends towards

---

"lucros extraordinários" identificados a uma quase-renda diferencial. Este viés ricardiano é transparente na tese de Labini de que "o dado objetivo fundamental [para a determinação do preço de equilíbrio em oligopólio] é o dado técnico" (LABINI, P. S. *Oligopólio e proegresso técnico*. Op. cit. p. 75), e se assenta num conjunto de hipóteses que - com a exceção da hipótese de economias de escala - são incompatíveis com a concepção kaleckiana da lógica competitiva capitalista-industrial. Mais especificamente, o sistema de Labini exige que: 1) se abstraia a diferenciação de produto e a existência de funções demanda firmo-específicas; 2) se admita não só a presença de expressivas economias de escala, mas a estabilidade dos padrões técnicos, de tal forma que as entrantes não possam se beneficiar de custos menores se operarem em escala inferior a das firmas líderes (Idem, p. 81); 3) se admita que as firmas maiores e de menor custo direto aceitem (e dividam) o ônus da liderança de preços, assumindo para si toda a capacidade ociosa associada a flutuações de demanda de curto prazo; 4) as entrantes potenciais acreditem que as firmas estabelecidas retaliarão quaisquer movimentos de ingresso mantendo inalteradas suas quantidades produzidas a despeito da queda de preço e da rentabilidade oriunda desta opção (Idem, p. 87); e, *last, but not least*, 5) se admita que o conjunto das firmas atuantes e "entrantes" em um dado mercado possuam uma concepção clara e unívoca do perfil da demanda de longo prazo do mesmo. Para Kalecki tais hipóteses não são apenas demasiado restritivas: são insubsistentes; envolvendo um tecnicismo e uma subestimação da incerteza que se resolve na equivocada abstração das práticas competitivas voltadas à administração e enfrentamento da mesma.

[30] Na realidade, a teoria kaleckiana da dinâmica capitalista envolve a recusa da categoria "preço de equilíbrio" no sentido de um preço capaz de garantir a apropriação de "lucros normais". (Vide, a este respeito, KALECKI, M. "The supply curve of an industry under imperfect competition". OSIATYNSKI, J. (ed). Op. cit., vol II, p. 59.) Uma recusa que não implica negar pertinência à categoria equilíbrio num plano meramente "sintático" (para reproduzir a terminologia de VERCELLI, A. Op. cit. p. 12), onde esta não é mais do que a solução necessariamente instável do conjunto de equações representativas de um sistema em um dado momento. Negar o equilíbrio neste sentido envolveria negar a pertinência de modelagens formais em economia; o que Kalecki seria o último autor (pelo menos entre os economistas "heterodoxos") a admitir.

> cartelization of production an their domestic and international consequences. Kalecki wrote for these journal until 1936."[31]

Foi esta produção jornalística que, em 1929, lhe abriu as portas do "Instituto de Investigação dos Ciclos Econômicos e Preços". E se daí até 38 a questão da formação e evolução dos preços industriais deixou de nuclear as suas pesquisas, ela jamais foi abandonada[32]. Apenas passou a se subordinar - e a se articular de forma cada vez mais consciente - com a questão do acompanhamento e modelagem teórico-empírica da evolução da renda nacional polonesa, seu objeto de trabalho privilegiado no referido Instituto.

3.2.1. A influência de Sraffa e Kaldor

Com os apontamentos acima queremos chamar a atenção para o fato de que, quando Kalecki passa a participar ativamente dos seminários de Sraffa em Cambridge - onde a questão da formação de preços industriais ocupava um papel de destaque -, ele estava longe de ser um neófito no tema e um ouvinte despreparado das preleções dos cambridgeanos e de seus interlocutores da London School, como Lerner e Kaldor. Pelo contrário: o conhecimento empírico de Kalecki sobre o tema muito provavelmente superava o de seus pares. E, assim, quando ele passa a adotar - e a desenvolver criticamente - algumas das teses cambridgeanas, isto se dará a partir da avaliação criteriosa das mesmas e da convicção em sua consistência empírica.

Mas se a influência de Cambridge só se impõe enquanto um catalisador das hipóteses originais de Kalecki, ela tampouco pode ser denegada. Em particular, não pode ser ignorada a influência de Sraffa[33], que se manifestará na adoção por parte de Kalecki de três teses interdependentes que aquele autor defendia já em seu "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência" [34]: 1) a distinção radical entre os padrões de concorrência e precificação dos bens primário-agrícolas e urbano-industriais; 2) a caracterização da curva de custo marginal industrial como horizontal em sua "faixa relevante" e virtualmente vertical a partir do nível de plena

---

[31] OSIATYNSKI, J. Op. cit., vol. II, "Editorial notes and annexes", p. 424.

[32] Segundo Osiatynski, "even before Kalecki left Poland in 1935, in numerous discussions at the Institute for the Study of Business Cycles and Prices he had argued that in many firms the unit prime cost was in fact fairly constant over a considerable range of output changes. He attempted to test this proposition in his empirical studies on the operation of cartels in Poland. In 1935, Kalecki and Landau published a paper on fluctuations in prices, costs, and industrial output in Poland, from 1928 to 1934. The authors pointed out that 'it would be incorrect to perceive any direct link between the direction of cost changes an the direction of changes in output' (M. Kalecki and L. Landau, 'Changes in Price-Cost Relation and Fluctuations in Industrial Production in Poland', in Kalecki *Colected Works*. vol. vi; at the same time they admitted that 'the level of prices and costs in general shows a tendency to rise and fall together with output'). (OSIATYNSKI, J. (org) Op. cit. vol II, pp. 483/484.)

[33] A este respeito vide SARDONI, C. "Some ties of Kalecki to the 1926 'Sraffian Manifesto'". *JPKE*. Vol. 6, n. 3, 1984.

[34] SRAFFA, P. Op. cit. pp. 11 e segs.

utilização; 3) a caracterização da produção urbano-industrial como estruturalmente diferenciada e incompatível com a hipótese de homogeneidade de produto.

Partamos da contraposição entre agricultura e indústria[35]. Para Sraffa e Kalecki, a agricultura não será apenas um setor marcado pela presença de rendimentos decrescentes no curto prazo e pela flexibilidade de preços. A flexibilidade de preços é o resultado de um padrão competitivo e de produção muito particular, que se traduz na efetiva adequação da agricultura aos requisitos básicos do modelo neoclássico de "concorrência perfeita"[36]. E isto na medida em que, via de regra, a agricultura é um setor marcado: 1) pela homogeneidade de produto; 2) pelo elevado número de produtores; 3) pela perfeita inelasticidade da oferta no prazo de mercado; e 4) por uma elasticidade restrita de oferta no curto prazo (quando a disponibilidade de terras agricultu ráveis é dada), que se deriva de modificações na apropriação relativa e na produtividade dos demais fatores, associadas a deslocamentos ao longo de funções de produção "bem comportadas" e amplamente conhecidas por parte dos produtores[37].

Diferentemente, os mercados urbanos em geral - e os mercados industriais em particular - serão caracterizados por um padrão competitivo-produtivo onde se destaca: 1) a inflexibilidade do padrão técnico no curto prazo (que se manifestam em curvas de custo marginal em forma de "L" invertido); 2) a ampla heterogeneidade inter-firmas dos padrões técnicos de produção e o intenso dinamismo no médio e longo prazo dos mesmos (que se resolvem em rendimentos crescentes e na apropriação "monopolóide" do progresso técnico); 3) ampla heterogeneidade de

---

[35] Que, diga-se de passagem, é mais uma manifestação da afinidade teórico-metodológica destes autores com Ricardo, o último grande teórico em economia onde as diferenças estruturais entre agricultura e indústria cumprem um papel ordenador da própria reflexão sobre a dinâmica econômica. Depois de Ricardo, esta distinção vai perder expressão a partir de dois movimentos antagônicos: em Marx, o reconhecimento da prevalência da dinâmica industrial sobre a dinâmica agrícola vai acabar se resolvendo na virtual subsunção da última à primeira; enquanto nos neoclássicos é o padrão de reprodução agrícola - muito mais simples e mais facilmente modelável - que acabará subsumindo o padrão industrial, caracterizado como um mero desdobramento "mal comportado" daquele primeiro. Em Sraffa e Kalecki este duplo (e antagônico) movimento de subsunção é negado. O que acaba se desdobrando em uma proposta extremamente original (ainda que não inteiramente "para si") de redefinição do espaço pertinente de uma certa microeconomia clássica (que deitaria suas raízes em Smith e em Marx) e a microeoconomia neoclássica (que se desdobra da generalização da teoria ricardiana da renda agrícola).

[36] A este respeito, vide, por exemplo, KALECKI, M. "Class struggle and national income". OSIATYNSKI, J. Op. cit., vol. II, p. 100.

[37] Uma vez que a economia agrícola não é um objeto privilegiado na obra de Kalecki, suas observações sobre o tema são esparsas e, via de regra, referidas à comparação/distinção da dinâmica daquela com a dinâmica industrial. No início de "Money and Real Wages", por exemplo, Kalecki diz simplesmente que: "According to the 'law of increasing marginal costs', the marginal cost ... rises with the level of output obtained from a given capital equipament. This law will appear to many readers not too plausible, and rightly so: whereas in agriculture a disproportionately higher input of fertilizers and labour is required in order to increase the yeld, in an industrial establishment the marginal cost starts to rise spectacularly only when maximum utilization of equipment is approached - which happens to be rather an exception." KALECKI, M. "Money and Real Wages". In. OSIATYNSKI, J. Op. cit. p. 21. No mesmo sentido - e chamando a atenção para o padrão competitivo (quase) perfeito que caracteriza a agrigultura - vide ainda KALECKI, M. *Theory of economic dynamics.* Idem, p. 209; e KALECKI, M. "Class Struglle and the Distribution of National Income". Idem, p. 100.

produto; 4) número relativamente restrito de produtores-concorrentes em um mesmo mercado; e 5) generalidade de curvas de demanda firmo-específicas que referenciarão o processo de determinação da quantidade produzida por cada firma em um patamar onde o capital fixo é cronicamente subutilizado e as curvas de custo marginal são horizontais.

É importante observar que, subjacente a esta multiplicidade de características da produção urbana-industrial, há uma unidade que só pode ser apreendida pelo resgate da filiação clássica da leitura sraffo-kaleckiana. Assim é que a especificidade da produção urbano-industrial é indissociável do fato dela ser intensiva em trabalho (morto e vivo), e virtualmente autonomizada da avareza relativa da natureza. Desde logo, a inflexibilidade técnica da indústria no curto prazo advém do fato de que um certo maquinário e estrutura de capital fixo não é um recurso portador da plasticidade da natureza: ele encarna uma dada técnica; é já uma **dada** técnica. De outro lado, enquanto um complexo articulado de instrumentos, o maquinário é a expressão superior da plasticidade dos padrões produtivos e de transformação/alavancagem da produtividade. O que se desdobra no reconhecimento de que a "base fixa" da produção urbana-industrial - que transcende o maquinário em sentido estrito, para se consubstanciar em um amplo conjunto de meios de produção produzidos e postos em articulação pelo homem (através do trabalho) - é absolutamente plástica , portando uma mobilidade que se impõe inclusive no plano espacial. Uma (dúplice) determinação que se resolverá tanto na endogeneização dos rendimentos crescentes à produção urbano-industrial, quanto na denegação estrutural da homogeneidade de produto no interior da mesma.

Esta associação entre tranformabilidade/mobilidade da produção urbana-industrial e denegação estrutural da homogeneidade de produto neste (macro)setor não pode ser subestimada. Na verdade, ela perfaz o próprio núcleo das teorias da concorrência de Sraffa e Kalecki. Segundo o primeiro destes autores,

> "são inúmeros os motivos que levam um determinado grupo de compradores a preferir uma firma em particular: hábito antigo, conhecimento pessoal, confiança na qualidade do produto, proximidade, conhecimento de aspectos específicos, possibilidade de obtenção de crédito, reputação de uma marca comercial ou símbolo, nome com altas tradições, ou ainda devido às características especiais dos modelos ou da apresentação do produto que, sem se constituir numa mercadoria diferente, destinada à satisfação de necessidades específicas, tem como propósito distinguir-se dos produtos de outras firmas. O que estas e outras razões possíveis da preferência têm em comum é o fato de mostrarem uma disposição (que pode ser ditada pela necessidade), por parte dos compradores que constituem a clientela da firma, de pagar, se necessário, algo extra a fim de obter os bens de uma firma em particular, em vez de outra qualquer.
> [Nestas condições] qualquer firma que procure crescer além de seu próprio mercado, invadindo os de seus competidores, vê-se na contingência de contrair pesadas despesas de comercialização para superar as barreiras que cercam esses mercados; por outro lado, entrentanto, dentro do seu próprio mercado, e sob a proteção de suas próprias barreiras, cada uma desfruta de posição privilegiada que lhe proporciona vantagens que

são iguais - se não em amplitude, pelo menos em natureza - àquelas desfrutadas pelo monopolista comum".[38]

Antes de mais nada, cabe observar que a diferenciação em Sraffa não se reduz ao binômio consagrado por Robinson e Chamberlin de vantagens locacionais e características especiais dos modelos. Ela é muito mais geral, partindo das vantagens comerciais deriváveis de uma relação de clientela e da confiança (em grande parte subjetiva) na qualidade do produto de uma determinada firma. O que engata a diferenciação de produto à (impositiva) diferenciação de processo e à (estratégica) diferenciação comercial; tomando aquela primeira uma característica virtualmente universal do ambiente produtivo urbano-industrial e inabstraível em qualquer modelagem deste.

O resultado mais perturbador desta leitura não será propriamente o de que toda e qualquer firma industrial tenha um mercado próprio e, como o típico monopolista, se depare com uma curva de demanda negativamente inclinada. Este aspecto - que foi resgatado e desenvolvido por Joan Robinson dentro de um esquema analítico que ela mesma caracterizou criticamente de "pigouniano"[39] - se articula em Sraffa com o reconhecimento de que os mercados firmo-específicos não são rigorosamente independentes, mas se interpenetram de forma diferenciada. Este aspecto foi habilmente resgatado por Kaldor que, em sua crítica ao trabalho de 33 de Joan Robinson dirá:

> "Mrs. Robinson ... neglects the intricate problem of the interaction of the price and output policy of rival producers and the dependence of each producer's equilibrium position on his own anticipation of this interaction (usually called the 'problems of duopoly') altogether, though these ought occupy a central position in the treatment of any competitive situation which can rightly call itself 'imperfect."[40]

E o equívoco da cisão entre concorrência imperfeita e oligopólio encontra-se no fato de que, em uma situação de mercado onde a diferenciação de produto (no sentido amplo de Sraffa) é inabstraível,

> "each 'product' can be conceived of as occupying a certain position on a scale, the scale beeing so constructed that those products are neighbouring each other between which the consumer's elasticity of substitution is the greatest .... . Each producer then is faced on each side with his nearest rivals; the demand for his own product will be most sensitive

---

[38] SRAFFA, P. Op. cit. pp. 24 e 25.
[39] Vide ROBINSON, J. *Contribuições à economia moderna.* Op. cit. p. 9.
[40] KALDOR, N. "Mrs. Robinson's 'Economis of imperfect competition'". In: *Essays on value and distribution.* New York: Free Press, 1960, p. 53. Na página seguinte ao da citação acima, Kaldor conclui suas críticas afirmando sintomaticamente que "in fact, one almost has the feeling that Mrs. Robinson could have written much the same book if Mr. Sraffa's path-breaking article (to which she acknowledges so much debt) had never been written; and if the problem of 'highly substitute but not identical' commodities had never presented itself in the course of the discussion on increasing returns". Idem, p. 54.

> with respect to the prices of these; less and less sensitive as one moves further away from him...
> It follows from this ... that even when the number of producers is large (the chain of substitutes tight) it cannot be assumed that the effect of a single producer's action will spread itself *evenly* over a large number of his rivals and will be negligible for each of them individually. The other producer's prices and 'products' ths cannot be assumed as given in drawing up the demand schedule for the first; and the real demand curve for a single producer's product is thus indetermine ... . **The problem of 'duopoly' are thus not merely concomintants of a situation where there is a 'small number of producers, but arise in all cases where producers are selling substitute products, since the fact of imperfect substitutability necessarily involves the presence of the scale, and thus of hte 'small number'. 'Duopoly is thus seen not as special class by itself but rather as 'the leading species of a large genus'.**"[41]

Mas se não há concorrência imperfeita sem oligopólio, e não há produção urbana-industrial sem diferenciação/imperfeição, então **não há mercado ou segmento produtivo urbano-industrial que não se organize sob a forma de oligopólio diferenciado**. Esta é, pelo menos, a conclusão a que se chega a partir da interpretação kaldoriana de Sraffa. Uma conclusão algo paradoxal, à qual nenhum dos dois autores vai se ater em suas produções teóricas posteriores em torno dos preços e da distribuição[42]. Mas que será abraçada criticamente por Kalecki - este contumaz amante dos paradoxos -, estruturando todos os seus desenvolvimentos posteriores sobre o tema.

3.2.2. A influência de Robinson

Antes que possamos passar à exposição do(s) modelo(s) de preços de Kalecki é preciso primeiramente entender-se que a filiação à interpretação kaldoriana de Sraffa não se realizará de forma acrítica neste autor. Em particular, sua leitura da contribuição original de Joan Robinson não será tão negativa quanto a de Kaldor. E isto em quatro planos distintos.

Em primeiro lugar, Kalecki admitirá a pertinência da concorrência imperfeita pura (vale dizer, não oligopólica) como caso limite de um gradiente de situações empíricas marcadas por distintos níveis de concentração. Este caso limite não seria pertinente à indústria propriamente dita, onde os ganhos de escala e as circunscrições de acesso à tecnologia de ponta impõem permanentes e não desprezíveis barreiras à entrada; mas seria pertinente ao tratamento daqueles mercados muito particulares onde a condição de livre entrada é efetiva (como, por exemplo, o pequeno varejo urbano, que se encontra no limiar entre o setor formal e o informal da economia). Nestes setores, a eficácia e sustentabilidade das práticas oligopólico-colusivas é tão pequena

---

[41] KALDOR, N. "Market imperfection and excess capacity". Op. cit. pp. 68 e 69 (o negrito é meu).
[42] Referenciadas, ambas, em uma perspectiva ricardiana do "longo prazo", tomado como o plano onde preços relativos e absolutos são plenamente flexíveis. O trabalho de Sraffa sobre distribuição já foi objeto de consideração em nosso capítulo primeiro. O trabalho de Kaldor será resgatado mais adiante.

quanto são elevados os custos de sua articulação; o que promove, mais cedo ou mais tarde, a sua denegação prático-objetiva[43]. De outro lado, naqueles setores onde se impõem barreiras à entrada (a indústria em geral e os serviços que apresentam ganhos de escala, como os financeiros e o comércio atacadista), a estrutura competitiva se caracterizaria propriamente como oligopólio diferenciado, e os elementos colusivos não poderiam ser abstraídos do processo de precificação. Elementos colusivos estes que se fariam tão mais presentes quanto maior o grau de concentração/centralização do mercado; que será função tanto do número de empresas atuantes no mesmo (definido, entre outras variáveis, pelo padrão das economias de escala), quanto dos limites e tamanho relativo do mercado (definido, entre outras variáveis, pelo grau de diferenciação-imperfeição-segmentação do mesmo).

Em segundo lugar, Kalecki vai acatar a leitura de Joan Robinson (cujas origens, na verdade, estão em Marshall) de que, tal como em concorrência perfeita, o custo que referencia a precificação em concorrência imperfeita é o custo marginal, e não o custo médio[44]. Esta assertiva (que vai na contra-mão dos teóricos do "custo total") tem por base o reconhecimento de que, no curto prazo, os *overheads* são impositivos, e incidem numa magnitude constante a despeito do nível de produção da firma; com o que será racional manter uma firma em operação enquanto o preço auferido (que pode ser igual, superior ou inferior ao custo total médio) superar o custo variável. Mais especificamente, o nível de produção racional será: 1) em concorrência perfeita, aquele em que o preço fixado pelo mercado igualar o custo marginal da firma em sua porção ascendente e superior ao custo variável médio; 2) em concorrência imperfeita pura, aquele em que a receita marginal (inferior ao preço) igualar o custo marginal (não necessariamente ascendente ou superior ao custo variável médio); 3) em oligopólio diferenciado, aquele em que a receita marginal (de curto prazo) supera o custo marginal/direto por uma margem de segurança contra os riscos de retaliação das concorrentes pela adoção de uma estratégia imediatista de maximização de lucros[45].

---

[43] Kalecki vai caracterizar este padrão competitivo em seu "The supply curve of an industry under imperfect competition" da seguinte forma: "We consider initially only pure imperfect competition: we assume the number of firms to be so great that the problem of oligopoly does not come into the picture; we assume, moreover, that the entrepreneur knows the demand curve for his product and his marginal cost-curve; finally we leave aside selling costs. All these assumptions will be removed in the next section". OSIATYNSKI, J. (ed.) Op. cit., vol. II, p. 51.

[44] Vide ROBINSON, J. *Economia de la competencia imperfecta.* Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1969, pp. 77 e segs.

[45] Voltaremos a este ponto logo adiante. Por enquanto vale frisar apenas que, da identidade entre custo marginal e preço em concorrência perfeita e de seu crescente afastamento em condições de imperfeição, Kalecki extrairá a conclusão de que a diferença entre o preço e o custo marginal/direto ponderada pelo próprio preço é uma medida expressiva do "grau de monopólio" de uma firma (e, por extensão, de um mercado ou de uma economia). Esta categoria (que Kalecki desenvolve a partir de LERNER, A. "The concepto of monopoly and the measurement of monopoly power". In: *The Review of Economic Studies.* Vol I, n. 3, 1934, p. 157.) será criticada pelos mais diversos autores nas mais distintas perspectivas. A essência comum destas críticas, porém, nos parece ser a incompreensão de que **um "grau de monopólio" superior não deve ser identificado a um poder de apropriação superior de "lucros líquidos"**. Uma tal identificação (de inflexão ricardo-equilibrista) está associada à pretensão de que firmas com "o mesmo poder de monopólio" mas com diferenciais de custo fixo têm de operar com *mak-ups* distintos para obterem

Em terceiro lugar, Kalecki vai resgatar e generalizar a leitura de Robinson e (mais precisamente) de Chamberlin de que, em concorrência imperfeita, a capacidade instalada tende a ser cronicamente subutilizada. Nestes dois autores, tal resultado advém da associação entre a hipótese de livre entrada (que denegaria os lucros extraordinários e imporia a igualdade entre custo médio e preço) e a hipótese de curvas de demanda firmo-específicas (de acordo com a qual o equilíbrio da firma é alcançado quando o custo marginal é inferior ao preço). Destas duas hipóteses se desdobra a conclusão de que, em concorrência imperfeita, o equilíbrio pleno de mercado é alcançado quando o custo marginal das distintas firmas é inferior aos seus custos médios. O que implica reconhecer que estes últimos devem se encontrar na faixa descendente da função custo médio de longo prazo; o que pressupõe que as firmas subutilizem a capacidade e/ou operem com plantas sub-ótimas.

Ora, Kaldor demonstrará que este resultado só será impositivo na presença de economias de escala (ou, pelo menos, de escala mínima) e na ausência de *perfect foresight* por parte dos empresários[46]. Uma demonstração que, em Kalecki (para o qual estas "novas exigências" perfazem a norma, e sua ausência a exceção virtualmente impossível), perderá toda e qualquer inflexão crítica. Na realidade, **em Kalecki, a integração dos desenvolvimentos de Robinson, Chamberlin e Kaldor se transformará no reconhecimento de que, em concorrência imperfeita (pura ou oligopólica) as pressões (sempre limitadas) de circunscrição dos diferenciais de taxa de lucro entre as firmas e setores produtivos se resolverá em movimentos de acumulação/ingresso cujo desdobramento principal (para além de eventuais alterações nos preços, que se derivam dos rebatimentos daqueles movimentos na equação concorrencial) é a subutilização crônica da capacidade instalada[47].** Este resultado, por sua vez, se desdobrará na reafirmação qualificada de duas hipóteses já vistas: 1) a hipótese sraffiana de que a faixa relevante das curvas de custo marginal é a sua faixa horizontal, onde este último é virtualmente idêntico ao custo custo variável médio; e 2) a hipótese kaldoriana de que a condição normal da concorrência imperfeita é o oligopólio diferenciado (que

---

"a mesma taxa de lucro". Em frontal oposição a esta leitura, Kalecki pretende que: 1) as pressões dos custos fixos sobre os lucros líquidos só afetem as margens brutas e os preços através de seus rebatimentos na concorrência atual e potencial nos distintos mercados (associadas a movimentos de ingresso(acumulação)/ saída(desacumulação) e/ou a variações no grau de utilização da capacidade instalada); 2) a magnitude absoluta e relativa dos custos fixos funcionam como barreiras à entrada (e à saída) que efetivamente afetam (via de regra, alavancando) o poder das firmas na definição de margens brutas de lucro; e - com o perdão da repetição - 3) a massa e a taxa de lucro efetivamente apropriadas pelas distintas firmas são categorias de resultado, de projeção dificílima e de equalização ainda maior. Sobre estes pontos, vide KALECKI, M. "Mr. Whitman on the Concept of 'Degree of Monopoly': A Comment". In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. vol. II, pp. 486 e segs.

[46] Vide KALDOR, N. Op. cit. pp. 64 e segs.

[47] A resposta de Kalecki às críticas de Withman (KALECKI, M. "Mr. Whitman on the Concept of 'Degree of Monopoly': A Comment". In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. vol. II, pp. 486 e segs.) é, do nosso ponto de vista, o texto mais esclarecedor do autor sobre a questão da "normalidade" da subutilização da capacidade instalada em firmas urbano-industriais.

se vê reforçada pela admissão do caráter normal de indivisibilidades técnicas, vantagens de escala e capacidade ociosa, que funcionam como barreiras à entrada).

Finalmente - e em quarto lugar - Kalecki vai resgatar um elemento particular da contribuição de Robinson que tem um significado importante (ainda que polêmico) para a teoria dos preços industriais e de sua estabilidade relativa ao longo do ciclo. Trata-se da demonstração rigorosa por parte desta autora de que, em concorrência imperfeita pura, a curva de oferta de uma firma não corresponde à sua curva de custo marginal, mas se desobra da interação desta última com a curva de demanda firmo-específica. Dada a importância deste ponto para os desenvolvimentos subsequentes, quer nos parecer que valha a pena resgatar aqui a descoberta de Joan Robinson a partir de uma exemplificação.

Imaginemos uma firma industrial que opera com custos marginais constantes até o nível de plena utilização. Imaginemos ainda que o seu CMg = x e sua curva de demanda tem a forma $P = y - Q$[48]. O equilíbrio de maximização de lucro será obtido quando a função RMg (= y - 2Q) interceptar a função CMg; vale dizer, quando $Q_1 = (y - x) / 2$ e $P_1 = (y + x) / 2$.

Imaginemos agora que a função demanda sofra um deslocamento para a direita, tomando a forma de P = 2y - Q. Neste caso, a função receita marginal torna-se Rmg = 2y - 2Q, e o novo equilíbrio é obtido quando $Q_2 = y - x / 2$ e $P_2 = y + x / 2$ (de forma que $Q_1 < Q_2$ e $P_1 < P_2$). **Se, seguindo Kalecki, definimos a função oferta como aquela função cuja intersecção com distintas funções demanda define os pares de preços/quantidades de equilíbrio**[49]**, fica claro que a função oferta deste sistema tem uma inclinação ascendente a despeito da constância do custo marginal.** (mais especificamente, se tomamos os dois pontos de equilíbrio como referência, a função oferta deste sistema fica definida como P = x + Q)

O que os desenvolvimentos acima provam é que, em concorrência imperfeita, a função oferta deixa de ser independente da função demanda; variando com o padrão de variação desta última. Assim é que, no caso particular da função demanda sofrer um deslocamento tal que a nova curva de demanda seja isoelástica em relação à anterior (vale dizer, se, a cada preço, a

---

[48] Tomamos a liberdade neste trabalho de apresentar as funções oferta e demanda em sua forma "walrasiana" [P= f (Q)] ao invés da tradicional forma "marshalliana" [Q= f (P)]. Tal inversão não tem qualquer significado teórico e visa tão somente facilitar a comparação das funções demanda com as funções receita marginal que se extraem daquelas primeiras e que, definicionalmente, são função da quantidade.

[49] Veja-se KALECKI, M. "The supply curve of an industry under imperfect competition". OSIATYNSKI, J. (ed). Op. cit., vol II, p. 59. Esta proposta de definição de uma curva de oferta para firmas (semi)monopolistas soa estranha a um leitor contemporâneo. Afinal, um dos poucos consensos da moderna literatura de microeconomia e organização industrial é de que tal curva não é determinável. Contudo, ousamos pedir tolerância para esta definição, uma vez que – como veremos logo adiante – ela cumpre um papel não desprezível nas primeiras versões do modelo kaleckiano de preços, voltado à demonstração da consistência da teoria cambridgeana da concorrência imperfeita com os padrões usuais de precificação industrial (via mark-up).

elasticidade-ponto da demanda for a mesma para as duas funções), então - **e só então** - este deslocamente não afetará o preço de equilíbrio, mas apenas a quantidade ofertada. No exemplo anterior, se a especificação da nova curva de demanda fosse P = y - 0,5Q, a função receita marginal seria RMg = y - Q, e o equilíbrio de maximização de lucro seria obtido quando $Q_2 = y - x$ e $P_2 = (y + x) / 2 = P_1$.

É fácil perceber que **o modelo robinsoniano abre uma alternativa de explicação racional para a inflexibilidade dos preços frente as flutuações da demanda**. Contudo, esta explicação pressupõe um padrão particular de deslocamento das funções demanda que, a princípio, não pode ser objeto de generalização. Tal fato - aliado ao "ranço" neoclássico do sistema (com suas hipóteses de pleno conhecimento das funções demanda firmo-específicas e de maximização de lucros) - estimulou uma parcela expressiva de economistas heterodoxos a abandonarem esta vertente de pesquisa em prol do modelo oxfordiano - mais simples e aparentemente mais consistentes em termos empíricos - de curva de demanda quebrada e custo total[50].

Kalecki recusará este caminho mais fácil; e procurará desenvolver a teoria robinsoniana da curva de oferta sob condições de concorrência imperfeita de uma forma que redunda no enfrentamento de outra característica problemática deste modelo. Trata-se do fato de que **em Robinson os preços são positivamente relacionados aos custos diretos, mas - por oposição aos modelos de mark-up - não variam proporcionalmente a estes.** Assim é que, se retomamos a função demanda P = y - Q e a função Cmg = x, tem-se que os preços de equilíbrio variarão com as variações dos custos marginais segundo a equação $P_E = y/2 + CMg/2 = k + 0,5\ x$ [51].

Mais até do que a circunscrição da possibilidade de perfeita elasticidade da "curva de oferta" a variações iso-elásticas da demanda, a inconsistência empírica do padrão de relação entre custos diretos e preços que se deriva da teoria robinsoniana da concorrência imperfeita parecerá a Kalecki particularmente problemática. E a tentativa de articular com rigor as evidências empíricas que sinalizam no sentido da rigidez do mark-up no curto prazo e o modelo da concorrência imperfeita estará na base da primeira contribuição teórica original de Kalecki à teoria dos preços.

---

[50] Vide, a este respeito, DAVIDSON, P. *Theories of aggregate income distribution*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1960, p. 53.

[51] É importante observar que esta última equação não representa a função oferta da firma, que só pode ser determinada quando se faz variar a demanda sobre a mesma. Desta forma, **o fato de que os preços P_E (de equilíbrio) variem em uma proporção inferior aos custos diretos não deve ser lido como se a "curva de oferta" sofresse um deslocamento não proporcional à variação do custo direto/marginal**. Apenas no caso em que as variações da função demanda fossem do tipo iso-elástico é que a função oferta corresponderia a uma função constante de valor P_E definido (sob as hipóteses anteriores) por aquela equação.

3.3. Kalecki e a curva de oferta de uma indústria sob concorrência imperfeita (ou "o modelo de 39/40")

A contribuição de Kalecki referida acima se assenta na recusa em modelar a concorrência imperfeita como um caso particular do monopólio, tal qual havia feito Joan Robinson[52]. Para esta autora, a única particularidade da curva de demanda firmo-específica em condições de concorrência imperfeita *vis-à-vis* o monopólio é que a primeira - por não corresponder à própria curva de demanda de mercado - deve ser mais elástica do que a segunda, a cada nível de preços. Kalecki concorda com o argumento; mas deriva daí a assertiva (em si mesma evidente, se se toma a diferenciação como possibilitadora de preços heterogêneos num mesmo mercado) de que as curvas de demanda firmo-específicas em concorrência imperfeita são função do preço médio do mercado p_m, que deve ser levado em consideração no processo de precificação de cada firma[53].

Mas se os preços de cada firma variam em uma certa magnitude em função das pressões dos custos diretos, o preço médio p_m também variará; o que vai afetar a elasticidade das curvas de demanda firmo-específica a cada preço. Mais especificamente, a elevação do preço médio reduz a elasticidade da demanda a cada preço (e vice-versa), estimulando uma subsequente elevação (redução) dos preços individuais e do preço médio. E é mais ou menos fácil perceber que - se o conjunto dos empresários acredita que as pressões de custo direto são comuns a todos - haverá uma tendência a projetar o resultado final daquela série de movimentos, que se desdobrará na re-precificação instantânea no referido patamar.

É importante observar, porém, que não se pode derivar daí que os preços (de cada firma, e o preço médio) variarão exatamente na mesma proporção dos custos diretos, como propõem os modelos de mark-up rígido. Na verdade, apenas no caso particular em que as variações do preço médio não afetem (o que Kalecki caracteriza como) os graus "de imperfeição" e de "oligopolização" do mercado é que se pode projetar uma variação proporcional dos preço individuais *vis-à-vis* os custos diretos. Para que se entenda o argumento, é preciso resgatar o sentido destas categorias em Kalecki . Comecemos pelo primeiro. Segundo Kalecki:

---

[52] A este respeito, vide ROBINSON, J. Op. cit., em particular a Introdução e o Livro II, intitulado "Equilíbrio de Monopólio".

[53] Vide a este respeito KALECKI, M. "The supply curve of an industry under imperfect competition". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Op. cit., vol. II, p. 51. É de se notar que esta modelagem de Kalecki evidencia a unidade entre "concorrência imperfeita pura" e "oligopólio diferenciado", que se desdobra do fato de que nestes dois padrões competitivos a precificação de cada firma se inicia pela referência aos preços das firmas concorrentes. De outro lado, a diferença específica entre estes dois sistemas competitivos se reduz ao fato de que, no primeiro caso, em função da inexistência de barreiras à entrada, são contraproducentes as tentativas de cada firma de influenciar isoladamente o preço de mercado.

"The market imperfection is given if the elasticity of demand for the product of each firm e_k is a determinate function of the ratio of its price p_k to the average price p_m or:

$$e_k = \varepsilon_k (p_k / p_m) \quad (1)$$

the shape of the function ε_k representing the state of market imperfection. If the shape of the function ε_k changes so that to the same p_k / p_m there corresponds a smaller e_k we say that te market imperfection increases, and vice-versa.
This amounts to considering imperfection of the market constant if (i) with given average price p_m the elasticity of demand for the product of a firm e_k is uniquely correlated with its price p_k; (ii) when the average price p_m and the firm's price p_k change in the same proportion, this elasticity remains unaltered."[54]

O significado de definir a estabilidade do grau de imperfeição do mercado pela estabilidade da elasticidade da demanda de uma firma dada a relação p_k / p_m é mais ou menos claro. O que se pretende é que não se alterará o "grau de monopólio" de uma firma se a relação custo/benefício identificada pelos distintos clientes em adquirirem bens da mesma aos diversos preços possíveis for uma função estável do preço médio das firmas concorrentes. Se este preço médio se alterar de forma que $p_{m,t1} = x\ p_{m,t2}$, o grau de monopólio de cada firma só se manterá estável no caso em que a nova curva de demanda firmo-específica for tal que $e\ (p_{k,t1}) = e\ (p_{k,t2})$ se e somente se $p_{k,t1} = x.\ p_{k,t2}$

O que importa salientar é que esta definição gera um instrumento muito simples de determinação do novo preço de equilíbrio de cada firma quando de uma variação do seu custo direto/marginal. Para que se entenda a idéia, vale a pena (seguindo o próprio Kalecki) introduzir o caso mais simples de um mercado imperfeitamente competitivo. Imaginemos que o padrão de impefeição do mercado é tal que $p_k = p_m$ para todas as k firmas (situação típica de um mercado onde a diferenciação se restringe a custos de transporte com distribuição regional uniforme de firmas e consumidores). Assim sendo, no caso de uma variação no preço médio impulsionada por variações nos custos diretos/marginais não afetar o "grau de imperfeição" de um determinado mercado, a elasticidade da demanda ao novo preço de equilíbrio de cada firma após a variação dos custos marginais/diretos não pode ser afetada por esta variação, definida que é por $\varepsilon_k (1) = e_{k,1} = e_{k,2}$. Neste caso, o novo preço de equilíbrio em concorrência imperfeita pura torna-se função direta e simples do custo marginal (m_k, na notação de Kalecki), uma vez que a condição daquele é que

$$m_k = RMg = p_k - p_k / e_k = p_k (1 - 1/\varepsilon_k (1))$$

e

$$p_k = \varepsilon_k (1) / [\varepsilon_k (1) - 1]\ m_k = \pi\ m_k$$

---

[54] Idem, pp. 51/2.

onde π é o índice de mark-up, cuja rigidez expressa a estabilidade do "grau de imperfeição" do mercado[55]. Além disso, se redefinimos a relação acima tomando m_k como uma função da quantidade produzida, obtemos a equação

$$p_k = \pi\, m_k\,(q),$$

que não é mais do que função oferta da firma k em condições de "concorrência imperfeita pura de grau constante".

A derivação da curva de oferta de uma firma em condições de concorrência imperfeita como função direta do custo marginal, parece ferir o "postulado de Robinson" de que tal curva não poderia ser obtida independentemente do padrão de variação da curva de demanda. Mas não é este o caso. Na verdade a suposição da estabilidade de $\varepsilon_k\ (p_k / p_m)$ já circunscreve - tal como o exige Robinson - tanto as condições de variação de demanda quanto a estrutura produtiva-competitiva do mercado. E é esta dupla circunscrição que permite a derivação do (se nos permitem um batismo) "teorema de Kalecki" para as curvas de oferta das *n* firmas *k* (e, por agregação destas, da curva de oferta da indústria) em condições de concorrência imperfeita de grau constante, segundo o qual estas serão: 1) horizontais enquanto os custos marginais forem constantes, assumindo uma acentuada inclinação positiva somente a partir da plena utilização da capacidade instalada; 2) função direta do preço dos fatores primários, de forma que, se estes se elevam, o intercepto vertical e o conjunto das ordenadas da função oferta sofrerão um incremento proporcional à participação destes fatores no custo direto/marginal[56].

---

[55] Este resultado parece contradizer frontalmente o sistema de determinação do novo preço de equilíbrio P_E extraído de Joan Robinson e apresentado acima. Mas ele só o faz na medida em que a *interpretação* da equação de determinação de P_E oferecida anteriormente comportava um equívoco. Se se resgatam as equações anteriores ($P = y - Q$, $Rmg = y - 2Q$, $Cmg_1 = x$ e $Cmg_2 = x/2$), fica claro que a equação de equilíbrio - $P_E = y/2 + x/2 = k + 0{,}5\ Cmg$ - foi interpretada sob a suposição de que a curva de demanda firmo-específica não sofria variações com a queda do preço médio, e "y/2" seria um valor constante "k". Se se abre mão desta hipótese equivocada, aquela equação de equilíbrio ganha um outro sentido. Supondo-se - para simplificar - que a curva de demanda de mercado seja perfeitamente inelástica (o que é razoável para o curtíssimo prazo e para variações dos custos diretos pouco expressivas ou tão universais que comuniquem seus impactos aos mais diversos mercados), a queda no preço médio deve impulsionar quedas *iso-elásticas ao nível das quantidades* (e não ao nível dos preços) na curva de demanda firmo-específica (vale dizer: supondo-se uma curva de demanda linear, o intercepto vertical da curva de demanda se reduzirá sob pressão da concorrência, mantendo-se inalterado o intercepto horizontal). Neste caso, o novo preço e equilíbrio (definido pela equação $P_E = p_m = p_k = y/2 + 0{,}5\ CMg$) tem de tomar como referência aquele valor de "y" (distinto do seu valor original) tal que $p_m = p_k = \varepsilon_k\ (1) / [\varepsilon_k\ (1) - 1]\ CMg$. Mais exatamente, em um tal sistema, se os custos marginais/diretos caem em 50%, o intercepto vertical "y" também recuará em 50% para que dq/dp se eleve o suficiente para garantir que e_k assumirá o valor exigido a cada $\varepsilon\ (p_k / p_m)$ determinado.

[56] Vide KALECKI, M. Op. cit. pp. 53/54. Para a derivação formalmente rigorosa e absolutamente geral (inclusive para os casos em que os p_ks não são idênticos entre si ao preço médio) das curvas de oferta das firmas e do mercado sob condições de concorrência imperfeita pura de grau constante, recomendamos a leitura do trabalho de Kalecki que vem nos servindo de referência. Do nosso ponto de vista, reproduzir os argumentos do autor em seus termos originais seria ocioso, e desenvolvê-los formalmente em um padrão distinto (e eventualmente mais moderno e/ou mais didático) está além de nossas possibilidades e domínio do instrumental matemático.

Para além da "originalidade e elegância" deste resultado modelístico, contudo, o que Kalecki pretende provar com estes desenvolvimentos é que, **em condições de concorrência imperfeita pura, tanto a estabilidade dos preços diante de variações da demanda, quanto a estabilidade do mark-up diante de variações dos custos diretos são racionais e expressam tão somente a (crença por parte dos agentes precificantes na) estabilidade do grau de imperfeição do mercado**.

Por outro lado, esta conclusão conduz, simultaneamente, ao reconhecimento de que aquela dupla estabilidade é ela mesma relativa. Mais especificamente, se os deslocamentos da demanda e/ou dos custos diretos alterarem o grau de imperfeição do mercado, o "mark-up" sobre os custos diretos/marginais será alterado. E esta é uma probabilidade muito maior do que poderia parecer em um primeiro momento. Afinal, como nos lembra Kalecki:

> "If the imperfection of the market is due to, say, transport costs, a change in p_m and p_k in the same proportion (transport costs being stable) will alter the elasticity of demand e_k. This, however, just shows that our definition is plausible. For only if transport costs change in the same proportion as the prices of the product under consideration will the degree of market imperfection, in the usual sense of the term, be unaltered. It will *rise* if the price of the product falls and transport costs are stable. And this will be dully accounted for by the equation (1) because a fall in prices, transport costs remaining stable, will cause such a change in the shape of the function ε_k (which, according to our definition, represents the market imperfection) that to the same p_k / p_m will correspond a smaller e_k."[57]

Na passagem acima, Kalecki parece restringir os impactos potenciais de variações nos preços efetivos (médio e firmo-específicos) sobre o grau de imperfeição de mercado a partir do caso de uma mudança da relação custos de transporte / custos de produção quando a imperfeição competitiva se associa àqueles primeiros. Tal restrição deve ser lida, contudo, como uma mera exemplificação. Afinal, o processo de precificação é multideterminado, e impacta sobre um conjunto demasiado amplo de variáveis para que se possa tomar a estabilidade do grau de imperfeição do mercado (e a estabilidade do grau de monopólio de cada firma) como a regra em situações de modificações expressivas dos custos diretos. Em particular, quando as variações nos custos diretos resultam dos impactos do ciclo (e/ou da dinâmica macroeconômica mais global) sobre os preços das matérias-primas e sobre os salários nominais, elas se verão associadas a modificações na elasticidade da demanda de mercado (que vão impactar sobre a elasticidade das demandas firmo-específicas, bem como sobre o número de concorrentes potenciais e atuais) e a modificações nas relações de clientela, fidelidade e solidariedade inter-firmas que devem impactar sobre o "grau de imperfeição" e de "oligopolização" do mercado. Uma discussão mais acurada

[57] KALECKI, M. Op. cit. p. 52.

deste ponto, contudo, pressupõe a exposição desta última categoria; objeto da segunda seção do trabalho já referido de Kalecki que se inicia afirmando:

> "We shall introduce in this section the complications arising out of the existence of oligopoly, the lack of knowledge on the part of the entrepreneur as to the precise shape of his individual demand curve and marginal-cost curve, and selling costs. I am afraid, however, that a reader who expects an equilibrium theory of oligopoly or selling costs will be disappointed. Such a theory is entirely beyond the scope of this article, and I rather doubt whether it is praticable for the short period at all. We shall assume as data what we shall call the degree of oligopoly or certain elements in selling policy, and examine only how these data change under the influence of short-period factors, in particular in the course of the trade cycle."[58]

Para além do reconhecimento da complexidade superior da modelagem de uma situação oligopólica (referida fundamentalmente à perda de acuidade da curva de demanda firmo-específica), o que chama a atenção na passagem acima é a recusa de Kalecki em desenvolver uma teoria do equilíbrio em oligopólio. É fácil perceber (pelos desenvolvimentos anteriores) que tal atitude não se desdobra de qualquer recusa principista do autor a modelos de equilíbrio de inflexão neoclássica. Ela diz respeito, isto sim, à recusa - notável em todos os trabalhos de Kalecki sobre a questão da precificação em oligopólio - dos irrealistas projetos de modelagem desta estrutura de mercado em que a formação de expectativas dos distintos agentes é pensada nos padrões dos jogos de estratégia. Tal como Labini, Kalecki parece acreditar que "pelo caminho das 'variações conjecturais' (imagino que ele acreditava que eu acreditasse) não se pára nunca mais".[59]

Neste sentido, a estratégia seguida por Kalecki em seus distintos trabalhos sobre precificação em oligopólio diferenciado será a de: 1) articular os processos colusivo e de diferenciação; 2) centrar a atenção nos impactos do ciclo de negócios sobre as estratégias colusivas em detrimento de uma pesquisa exaustiva sobre os determinantes das mesmas em uma situação estática. Tal como a citação acima deixa claro, o trabalho de 39/40 se caracterizará por um marcado privilegiamento da segunda dimensão desta estratégia *vis-à-vis* a primeira (o que, antecipemos, está na base da originalidade do trabalho de 54 e de suas diferenças não-aparenciais com o modelo de 39/40). Vejamos como Kalecki realiza este movimento. Segundo o autor:

---

[58] Idem, p. 59.

[59] LABINI, P.S. Op. cit. p. 56. É de se notar que, mais até do que Labini, Kalecki nunca se fechou ao diálogo com o *mainstream* e à apropriação de contribuições neoclássicas à teoria econômica. Por isto mesmo, acreditamos que a pouca atenção dispensada por este autor à teoria dos jogos deva-se – em uma dimensão não desprezível – à imaturidade da mesma até o final dos anos 60. Contudo, esta pontuação não deve obscurecer o fato de que, ao identificar nas vantagens "monopolóides" da **diferenciação** o núcleo da estabilidade oligopólica, Kalecki vai secundarizar a discussão das bases e limites racionais das estratégias colusivas e de enfrentamento aberto, que se encontram no centro dos modelos de jogos.

"So far we have assumed the number of firms in an industry to be so great that the problem of oligopoly may be neglected. If this is not the case the entrepreneur does *not* equate his marginal revenue $p_k \varphi_k (p_k / p_m)$ to his marginal cost m_k , but fixes his price at a certain point where the former is *greater* than the latter. He does not reduce his price below this level because he assumes that this will induce his competitors to reduce their prices, and so the average price, sufficiently to render his operation unprofitable. But neither does he raise the price above this level, because he assumes that his competitors will not raise their prices sufficiently to make *this* operation profitable. We shall say that the ratios

$$\alpha_k = [p_k \varphi_k (p_k / p_m)] / m_k \quad (2)$$

(which are all greater than 1) determine the degree of oligopoly, and shall try to find out in the next section on what objective factors their change in the course of the business cycle may depend."[60]

Dois argumentos básicos estão expostos na passagem acima. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que Kalecki vai caracterizar o oligopólio como uma estrutura de mercado incompatível com a maximização de lucros de curto prazo. Esta caracterização se impõe a partir da denegação da hipótese de que a firma defina o seu preço a partir da igualação da Rmg = Cmg. Contudo, não deixa de ser interessante observar que, na contra-mão dos modelos tradicionais de estrutura-conduta-desempenho e de mercados contestáveis, Kalecki propõe que esta desigualdade vai se impor a partir da definição de um preço superior (e não inferior) ao de maximização. O aparente paradoxo é facilmente esclarecido se se observa que o preço que Kalecki toma como referência não é o que maximizaria os lucros dada uma situação de concentração e abstraída a concorrência potencial, mas, isto sim, o preço que maximizaria os lucros abstraída qualquer retaliação dos concorrentes atuais. Tal abstração - que se impõe em mercados imperfeitos onde a entrada (relativamente) livre anula a eficácia das estratégias colusivas a curto e médio prazo - parece estranha em uma situação de oligopólio. Mas ela se mostra racional quando se entende que, em Kalecki, as dificuldades de determinação da curva de demanda firmo-específica em oligopólio não implicam na denegação *objetiva* da mesma[61]. Dadas a realidade impositiva da diferenciação - que exclui (excetuados casos extremos e raros, úteis à exemplificação modelística, mas não generalizáveis) a homogeneidade de preços -, a identificação das curvas firmo-específicas de demanda é um exercício (também impositivo) que se realizará através do jogo competitivo diuturno de "lançamento de produtos", "promoção de vendas" e "liquidação de estoques". Um jogo que, simultaneamente, abrirá espaço para a avaliação da intensidade, forma e temporalidade das estratégias retaliatórias das firmas concorrentes; a partir da qual se definirá o preço que consolida a colusão sem pôr em risco a estabilidade do mercado,

---

[60] Idem, pp. 59 e 60. Na equação acima, p_m é o preço médio (ponderado pela participação de cada firma na produção total) de mercado, $\varphi_k = 1 - 1/e_k$, e $p_k \varphi_k$ é a receita marginal correspondente ao preço p_k.

[61] Ao contrário de Labini, para quem a curva de demanda firmo-específica é "uma curva de demanda espúria , uma curva 'imaginária', como a denominaram Kaldor e Sweezy". LABINI, P. S. Op. cit. p. 74.

e que se expressa na aplicação de um multiplicador α_k sobre o mark-up de maximização de lucros de curtíssimo prazo[62].

Em segundo lugar, chama a atenção na passagem acima a referência implícita de Kalecki ao modelo de curva quebrada de demanda. Esta referência reforça a leitura feita por nós anteriormente de que a oposição de Kalecki ao modelo de Hall e Hitch de 39 não diz respeito, nem à identificação de uma tendência à estabilização dos preços absolutos sob oligopólio, nem aos determinantes mais gerais desta tendência. Pelo contrário, Kalecki vai se alicerçar nestes determinantes para reforçar a sua tese de que os preços industriais são mais estáveis frente a flutuações da demanda do que proporia o modelo de custo total e mais estáveis frente a flutuações dos custos diretos do que proporiam os modelos de mark-up rígido. O que se resolve na assertiva de que **em oligopólio diferenciado a tendência à estabilidade dos preços é maior do que em concorrência imperfeita pura**, uma vez que tal estabilidade é reforçada pelo temor à abertura de uma guerra de preços de consequências imprevisíveis e pelo alargamento da referência temporal subjacente às estratégias de precificação.

Para além deste determinante competitivo-expectacional, Kalecki elencará ainda mais três fatores que trabalham no sentido da relativa estabilização dos preços em mercados oligopólico-diferenciados: 1) por oposição à concorrência imperfeita pura, os mercados oligopólico-industriais são caracterizados pela presença de barreiras à entrada que, via de regra, se associam a ganhos de escala e a indivisibilidades técnicas que se desdobram em capacidade ociosa planejada e na perfeita horizontalidade da função custos diretos/marginais ao longo de toda a faixa relevante de produção[63]; 2) os riscos da concorrência em preços e a queda da margem líquida de lucros em períodos recessivos estimulam a ampliação dos gastos com vendas, uma parte dos quais impacta positivamente sobre os custos diretos e contrarresta parcialmente os efeitos da queda dos preços das matérias-primas e (eventualmente) dos salários nominais[64]; 3) nos mercados industriais-oligopólicos (presumivelmente, em função da diversificação da produção inter e intra-firmas) haveria uma perda relativa de acuidade na apropriação e comparação dos custos diretos, o que imporia um redutor ao (ou, pelo menos, um alargamento da temporalidade do) repasse das variações dos mesmos aos preços finais[65]. E o desdobramento óbvio destes determinantes secundários do processo de precificação sobre a evolução dos preços industriais

---

[62] Que esta seja a função da referência ao preço de maximização em concorrência imperfeita pura é algo que se percebe facilmente por uma manipulação algébrica simples da equação (2) acima. Na verdade o que ela diz é que

$$p_{kO} = \alpha_k [1/\varphi_k (p_k / p_m)]\, m_k = \alpha_k\, p_{kl}$$

onde p_{kl} é o preço de equilíbrio em concorrência imperfeita pura e p_{kO} é o preço em oligopólio diferenciado, que se determina pela multiplicação daquele primeiro por α_k.

[63] KALECKI, M. Op. cit. p. 61.

[64] Idem, p. 61.

[65] Idem, pp. 60/61.

ao longo do ciclo econômico é o de alavancar a estabilidade relativa destes (associada à flexibilidade relativa do mark-up) *vis-à-vis* os preços das matéria-primas e os salários nominais.

3.4. A função colusiva da diferenciação (ou: o modelo de 54)

Como se sabe, não há uma, mas diversas versões do modelo kaleckiano de preços. Tal fato alimentou toda uma polêmica em torno da consistência interna destas distintas versões[66]. Do nosso ponto de vista, contudo, esta polêmica é essencialmente equivocada, e se alimenta da dificuldade em se desvendar a unidade e continuidade das hipóteses teóricas por trás da multiplicidade de forma de exposição e padrões de formalização da construção kaleckiana[67].

Evidentemente, isto não significa pretender que não haja diferenças (e avanços) no interior dessa unidade. Mais especificamente, há que se ver que no trabalho de 39/40 resgatado acima, Kalecki dá uma contribuição não desprezível à teoria da concorrência imperfeita ao desenvolver um modelo de precificação neste padrão competitivo que não só se adequa às evidências empíricas da relativa estabilidade dos preços industriais ao longo do ciclo, como permite uma fundação analítica sólida para o princípio da demanda efetiva nos planos micro e macroeconômico. Para além deste sucesso formal, contudo, resta um problema no modelo de 39/40: ele não dá conta da articulação entre concorrência imperfeita e oligopólio de uma forma consistente. A colusão oligopólica é, ali, reduzida a um multiplicador α_k do preço de concorrência imperfeita, cuja determinação teórica é insuficiente mesmo num plano intuitivo e pré-formal.

Desde logo, a adição inorgânica da colusão à imperfeição mostra-se insatisfatória na medida em que impõe um *gap* entre a determinação teórica de um dado grau de oligopólio e sua medida α_k. Afinal, se se tem em conta que a rigidez dos preços em oligopólio diferenciado é alavancada por determinações precaucionais e pela perda de acuidade relativa na apropriação

---

[66] De meados dos anos 80 a meados dos 90 o *Journal of Post-keynesian Economics* foi o palco privilegiado desta polêmica. Dentre os trabalhos publicados nesta revista sobre o tema, salientam-se, pela originalidade e caráter polêmico, os seguintes: BASILE, L. e SALVADORI, N. "Kalecki's pricing theory". In: *JPKE*, vol. 7 (2), 1984. LEE, F.S. "Kalecki's pricing theory: two comments", In : *JPKE*, vol. 8 (1). KRIESLER, P. "Kalecki's pricing theory revisited". *JPKE*, vol. 11 (1), 1988. CARSON, J. "Existence and uniqueness of solutions to Kalecki's pricing equations", *JPKE*, vol. 16 (3), p.411. BASILE, L. e SALVADORI, N. "On the existence of a solution to Kalecki's pricing equations". *JPKE*, vol. 16 (3), 1994.

[67] Este é o caso, em particular, dos trabalhos de Lee e de Kriesler supracitados, que percebem uma cisão radical da microeconomia kaleckiana pré e pós anos 50. Já Carson adota a perspectiva radicalmente oposta a destes autores, e procura demonstrar que o modelo de preços da *Teoria da dinâmica econômica* é sub-determinado, só se completando se se admite que as hipóteses explícitas nos modelos do início dos anos 40 são pressupostas neste último. Do nosso ponto de vista, a posição mais ponderada e correta sobre a questão é a de Basile e Salvadori que percebem uma continuidade rica e evolutiva (por oposição à continuidade estática de Carson) entre os modelos dos anos 40, 50 e 60. Uma evolução que se manifestaria em uma ênfase maior nos elementos oligopólico-colusivos na explicação da estabilidade relativa dos preços industriais.

dos custos diretos/marginais das concorrentes, haveria que se admitir que **uma certa flexibilidade do mark-up é inerente a uma dada situação oligopólica**.

Contudo, Kalecki vai pretender em mais de uma passagem de seu "The supply curve of an industry under imperfect competition" que, dados os graus de "oligopolização" e "imperfeição" de um dado mercado, as variações dos custos marginais/diretos teriam de deslocar proporcionalmente as funções oferta das firmas e do mercado; vale dizer, vai pretender que dada uma situação oligopólica (mensurável pelo grau de oligopólio α_k), o mark-up das distintas firmas seria estável[68]. Além disso, neste trabalho Kalecki não dará conta de determinar a dinâmica de α_k ao longo do ciclo; resumindo-se a pretender que, nas depressões, a probabilidade de desenvolvimento de "tacit agreements" é tão maior (*vis-à-vis* o desenvolvimento de estratégias de "cut-throat competition") quanto menor for a dispersão dos custos diretos das firmas e quanto maior for a eficácia da capacidade ociosa não-planejada em deprimir a concorrência potencial[69].

Do nosso ponto de vista, é esta dúplice insuficiência do modelo de 39/40 que estará na base do desenvolvimento do modelo de 54; que, tal como o anterior, identifica no preço médio p_m e nos custos diretos unitários - agora notados como u - as duas variáveis fundamentais da função de determinação dos preços p_k. Apenas se altera a forma de modelar a relação funcional $p_k = F(p_m, u)$. Segundo Kalecki:

> "In fixing the price the firm takes into consideration its average prime costs and the prices of other firms producing similar products. The firm must make sure that the price does not become too high in relation to prices of other firms, for this would drastically reduce sales, and that the price does not become too low in relation to its average prime cost, for this would drastically reduce the profit margin. Thus, when the price p is determined by the firm in relation to unit prime cost, u, care is taken that the ratio of p to the wheighted average price of all firms, p_m, does not become too high. If u increases, p, can be increased proportionally only if p_m rises proportionally as well. But if p_m increases less than u, the firm's price p will also be raised less than u."[70]

Vale dizer: tal como no modelo de 39/40, Kalecki vai pretender que a (função) demanda de cada firma k seja função do preço médio p_m. E tanto aqui como lá, Kalecki vai reconhecer que o mark-up de cada firma k só será estável frente a variações dos custos diretos se o preço médio variar na mesma proporção destes. Só que, enquanto em 39/40 Kalecki buscava identificar as condições particulares em que se imporia a estabilidade do mark-up - resumidas na tríplice exigência de estabilidade do "grau de imperfeição", do "grau de oligopolização" e dos custos diretos unitários de venda -, em 54 este autor vai definir uma "função mark-up", cujas variáveis são

---

[68] KALECKI, M. Op. cit. pp. 61/62.
[69] Idem, pp. 64/65.
[70] KALECKI, M. *Theory of economic dynamics.* In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. vol. II, pp. 210 e 211.

p_m e u_k, e cujo parâmetro fundamental é determinado pelo (teoricamente redefinido) "grau de monopólio" de cada firma. Assim, a função mark-up teria o seguinte perfil:

$$(p/u)_k = g_k\,(p_m/u_k)$$

onde p_m/u_k é o que poderíamos denominar de "quase-mark-up-médio", uma vez que definido a partir de preços médios hipotéticos e do custo direto unitário da firma precificante (e não do custo direto médio do mercado, desconhecido por aquela). Na concepção de Kalecki, esta função g_k teria, normalmente, uma forma linear, podendo ser especificada como

$$(p/u)_k = m_k + n_k\,(p_m/u_k),$$

onde m_k, o intercepto vertical da função, é suposto positivo na medida em que, mesmo no caso extremo de um "quase-mark-up-médio" igual a zero (vale dizer, numa situação limite de guerra de preços, em que as firmas concorrentes ofertassem seus produtos gratuitamente), a imperfeição competitiva garantiria a cada firma k uma posição monopolística sobre um nicho determinado de mercado que lhe permitiria definir preços positivos iguais a mu[71]. De outro lado, n_k é suposto positivo e menor do que a unidade, indicando que, com a elevação do "quase-mark-up-médio", as firmas se vêem aptas e dispostas a elevar as suas próprias margens brutas de lucro; mas o fazem a partir de uma estratégia tal que busca, de um lado, contribuir para a consolidação de um certa "situação colusiva", e, de outro, limitar a exposição da firma a possíveis ataques de concorrentes atuais e de entrantes potenciais que redundem em perda de participação no mercado global.

É fácil perceber que, quanto mais elevado for m_k, maior será o poder de monopólio da firma precificante. E quanto maior for n_k maior é a disposição colusiva (que, no modelo de 39/40, se faria expressar por α_k) da mesma firma. Só que - tal como já foi apontado - esta disposição colusiva é ela mesma função da segurança (ou, pelo menos, da expectativa) que a firma tem de que a elevação de preços não exponha o seu mercado específico a ataques das concorrentes. **O que significa dizer que a disposição colusiva também é função do "poder de monopólio" da firma, que é função da alavancagem competitiva derivada de sua inserção diferenciada.**

Ora, é o reconhecimento desta interdependência entre diferenciação e propensão colusiva que vai levar Kalecki a reconhecer - na direção oposta ao modelo de 39/40, mas no sentido do (pré)projeto kaldoriano de integração da teoria do oligopólio e concorrência imperfeita - a arbitrariedade da distinção entre "grau de imperfeição" e "grau de oligopolização", e a retomar a categoria "grau de monopólio" como uma categoria síntese entre aquelas duas. Só que, agora,

[71] É de se observar que m pode ser inferior à unidade, uma vez que a situação em que $p_k = mu$ é uma situação limite (em termos práticos, meramente hipotética) de guerra de preços onde as firmas concorrentes operam sem cobrir quaisquer custos.

esta categoria adquire um novo *status* teórico e deixa de ser medida pela relação de Lerner (lucro unitário marginal bruto / preço); que é uma relação *ex-post*, onde o preço e o mark-up da firma já estão definidos. Diferentemente, no modelo de 54, o grau de monopólio passa a ser entendido como uma função da diferenciação e da disposição colusiva das firmas; duas determinações interdependentes que vão se expressar nos parâmetros m_k e n_k da função mark-up. Mais especificamente, Kalecki proporá o preço

$$p_k = m_k / (1 - n_k) = p_m,$$

como uma medida adequada do grau de monopólio da firma *k*. E isto na medida em que, de acordo com as especificações da função mark-up, este é o preço mais elevado que a firma *k* tolera sem atuar como "baixista" no mercado. Ou, mais exatamente: até este preço, o mark-up da firma é maior que o quase-mark-up-médio, e a firma opera como "altista", contribuindo para a elevação do preço médio. Quando $p_k = m_k / (1 - n_k)$, a firma cessa de operar como altista. Neste ponto, $p_k = p_m$; e para qualquer valor mais elevado do quase-mark-up-médio, a firma passa a operar como baixista e $p_k < p_m$.

Esta medida do grau de monopólio vai nos proporcionar, ainda, uma determinação clara dos movimentos deste. Segundo Kalecki, pode-se afirmar que o grau de monopólio de uma firma é mais elevado se se eleva o preço limite até o qual ela opera como "altista" em um mesmo mercado. O que pode ocorrer quando m_k e n_k sofrem uma elevação, quando apenas um deles se eleva deixando o outro constante ou, mesmo quando um deles se eleva e outro sofre uma redução menos do que proporcional. Representamos este último caso - que é particularmente provável e teoricamente significativo - no gráfico 6.1 abaixo.

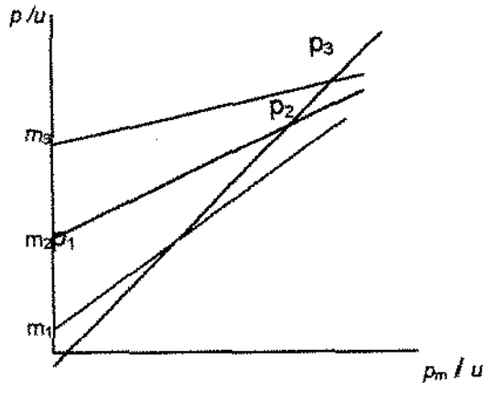


Gráfico 6.1
Mudanças no grau de monopólio

É fácil perceber que este gráfico apenas reproduz o gráfico apresentado por Kalecki no primeiro capítulo da *Teoria da dinâmica econômica*, inclusive no que diz respeito ao padrão de evolução contraditória dos parâmetros m_k e n_k. Em Kalecki, contudo, o significado de um tal padrão de evolução não é explicitado. Do nosso ponto de vista, ele expressa a clareza de que, quando o grau de monopólio se eleva em função da conquista por parte de uma firma k qualquer de vantagens monopolísticas associadas a um novo patamar de diferenciação, m_k se eleva, ao mesmo tempo em que seu processo de precificação se torna menos dependente dos preços das demais firmas; o que vai se expressar numa queda do parâmetro n_k. Contudo, este processo vai alimentar uma elevação do preço p_k da firma k, que vai alavancar o preço médio p_m e, dada uma certa disposição colusiva das demais firmas (expressa na magnitude de seus parâmetros n_k), alavancar os preços p_k destas últimas, com novos impactos positivos sobre p_m (que convergirá para um valor determinado em função da hipótese de que $n_k < 1$ para toda a firma k).

É bem verdade que a elevação do parâmetro m_k da firma que dá início ao movimento de elevação do preço médio (e do grau de monopólio do mercado, como o definirá Kalecki[72]) muito provavelmente (ainda que não necessariamente) impactará sobre o grau de monopólio das demais, impondo uma queda relativa do parâmetro m_k das mesmas. Contudo - de acordo com a interpretação oferecida aqui do significado teórico destes parâmetros - tal queda (se houver) não deverá impactar negativamente sobre o parâmetro n_k das mesmas, podendo mesmo elevá-lo. E isto na medida em que, enquanto o parâmetro m_k expressa prioritariamente a realidade da concorrência atual (entre as firmas já instaladas), o parâmetro n_k expressa prioritariamente o temor à concorrência potencial (como fica claro pela exigência de um valor menor do que a unidade para este[73]). E esta última tende a ser desestimulada pela conquista de vantagens competitivas por parte de uma firma qualquer em um mercado que se organiza como oligopólio diferenciado. O que significa dizer, que a elevação do grau de monopólio de uma firma tende a se resolver na ampliação do preço médio e do grau de monopólio do mercado em que a mesma atua.

Os desenvolvimentos anteriores nos permitem entender também porque Kalecki supera, em 54, a avaliação algo tergiversante de 39/40 em torno da prevalência de uma estratégia de *tacit agreement* (em detrimento de *cut-throat competition*) em condições de depressão[74]. Desde logo, a restrição da situação de mercado modelada em 54 ao oligopólio misto implica o reconhecimento

---

[72] KALECKI, M. Op. cit. p. 213.

[73] Formalmente, a exigência de um parâmetro n_k menor do que a unidade diz respeito apenas à necessidade de garantir a convergência do sistema para valores determinados. Mas esta não pode ser a "conexão de sentido" dos agentes precificantes. Se se toma o conjunto das indicações de Kalecki sobre este ponto, fica claro que a resistência dos distintos empresários em elevarem seus preços proporcionalmente ao preço médio deriva-se, de um lado, da percepção de que as curvas de demanda de mercado e firmo-específicas tornam-se crescentemente inelásticas com a elevação dos preços, e, de outro, da percepção de que margens de lucro "demasiado altas" são deletérias à lucratividade de longo prazo na medida em que atraem ingressantes.

[74] Vide, a este respeito, KALECKI, M. "The supply curve of an industry under imperfect competition". Op. cit. pp. 64/65.

da perda de eficácia de uma estratégia de guerra de preços que vise esgotar a resistência e possibilidade de sobrevivência de firmas marginais. Afinal, numa situação de oligopólio misto todas as firmas contam, de um lado, com um padrão de diferenciação que lhes garante a manutenção de fatias não desprezíveis de mercado mesmo quando deixam de acompanhar plenamente os movimentos baixistas das demais, e, de outro, contam com um poder de resistência financeiro a uma guerra de preços prolongada que não pode ser ignorado pelas demais.

Mas isto não é tudo. O verdadeiro núcleo da superação da disjuntiva *tacit agreement* X *cut-throat competition* no modelo de 54 encontra-se no fato de que, **sendo o oligopólio misto caracterizado pela heterogeneidade estrutural dos preços, fica aberta a possibilidade das firmas modificarem-nos isoladamente e independentemente de qualquer movimento colusivo tácito ou explícito**[75] quando detectam e/ou articulam alterações no seu poder de mercado. E estas alterações no grau de monopólio não se impõem apenas através de estratégias conscientes e planejadas de alavancagem da diferenciação da firma, mas, igualmente bem, através das alterações concorrência potencial que acompanha as flutuações cíclicas da economia. Em paticular nos períodos de depressão, mesmo sob condições de estabilidade do parâmetro m_k (ou, nos termos do modelo de 39/40, mesmo sob condições de estabilidade do "grau de imperfeição") é normal a elevação do parâmetro n_k da função mark-up das distintas firmas, que alimentará uma elevação mais do que proporcional do mark-up efetivo das mesmas em função dos impactos destes movimentos sobre o quase-mark-up-médio do mercado.

Finalmente, há que se observar que, para além da associação imediata entre diferenciação e precificação oligopólico-colusiva, a novidade do modelo de 54 em relação ao

---

[75] É interessante observar que, neste sentido particular, a modelo kaleckiano de precificação em oligopólio se aproxima da versão particular do modelo de Coumot-Stackelberg apresentada por Scherer em seu *Preços industriais: teoria e evidência*. Segundo este último autor, **"é possível fazer frente à ... objeção [de que o modelo de Counot seria empiricamente inconsistente]**, preservando ao mesmo tempo o essencial [do mesmo] ..., **se admitirmos certo grau de diferenciação do produto, de modo que diversos produtores tenham condições de vender simultaneamente no mesmo mercado a preços diferentes.**" (SCHERER, F.M. *Preços industriais: teoria e evidência*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, pp. 15/16.) Com tal especificação, seria possível fugir ao paradoxo de Bertrand e demonstrar a consistência de estratégias de precificação sub-ótimas (*vis-à-vis* a precificação monopolista, que exigiria colusão explícita), mantendo-se a "condição cournotiana de que as firmas presumam que as variáveis de decisões das rivais (neste caso, o preço) sejam fixas" (Idem, p. 18). Para Scherer, uma tal hipótese implica o reconhecimento de que os agentes econômicos sejam "míopes". Mas a defende argumentando que "os tomadores de decisão exibem realmente tendências míopes em certas situações de rivalidade" (Idem, p. 18.). O que Scherer parece não perceber é que, de acordo com sua especificação modelística, **poder-se-ia abrir mão da hipótese de miopia (e admitir que os agentes precificantes buscam antecipar as reações dos concorrentes e reconhecem certa disposição colusiva nestes) sem prejudicar o resultado substantivo do modelo cournotiano, que é a demonstração de que os "equilíbrios" sob oligopólio são sub-ótimos e distintos dos equilíbrios em monopólio e concorrência perfeita. Para tanto, basta que se admita - como o faz Kalecki - que, para além dos concorrentes atuais, a concorrência potencial penetra na equação de precificação de cada firma de formas a tornar irracional a busca da apropriação-divisão do lucro de monopólio em função do *trade-off* entre este movimento e a estabilidade do mercado.**

modelo de 39/40 encontra-se na incorporação por Kalecki daqueles determinantes expectacionais da precificação traduzidos por Hall e Hitch na curva de demanda quebrada e que trabalham no sentido de aprofundar a **estabilidade relativa** dos preços em sistemas oligopólicos. Mais especificamente: as variações de custo e de demanda sobre as firmas só impõem alterações em seus preços **relativos** (*vis-à vis* os preços de suas concorrentes imediatas) se aquelas variações forem (interpretadas como) rigorosamente firmo-específicas. Caso as variações de demanda sejam (interpretadas como) cíclicas e comuns a todos os concorrentes do mercado, os preços absolutos tendem a permanecer estáveis. E se as variações de custos forem (interpretadas como) universais, os preços absolutos variarão proporcionalmente, mantendo os preços relativos inalterados. Em termos gerais, o que se poderia dizer a respeito da inflexão kaleckiana de 39/40 para 54 é que, no primeiro modelo, era a estabilidade dos preços que tinha de ser explicada, enquanto que no segundo é a sua variação que tem de sê-lo. Vale dizer: o modelo de 54 é efetivamente um modelo de *fix price*. Só que, por oposição a tantos outros modelos que **postulam** a rigidez, este possui determinações teóricas rigorosas, que partem das duas maiores tradições da microeconomia heterodoxa contemporânea.

4. A(s) teoria(s) pós-marginalista(s) da distribuição

4.1. Unidade na diversidade: a teoria da distribuição de Schumpeter a Kaldor

Na primeira seção deste capítulo, apontamos para as diferenças (e de certa forma, para a superioridade) do pós-marginalismo kaleckiano *vis-à-vis* o keynesiano (e, de forma secundária, o de Schumpeter, que é o primeiro grande teórico da transição). Na seção subsequente, desenvolvemos a teoria kaleckiana dos preços procurando demonstrar a consistência lógico-teórica da derivação kaleckiana da estabilidade relativa dos preços industriais ao longo do ciclo. Nada seria mais natural, portanto, do que iniciar esta terceira seção com o resgate da teoria kaleckiana da distribuição, que se assenta diretamente naquela teoria dos preços.

Contudo, o insucesso kaleckiano em constituir uma escola em torno de si, e o sucesso de Keynes e Schumpeter neste particular nos obriga a (re)colocar a questão de se, ao nível específico da questão da distribuição, estes últimos autores (e/ou seus seguidores imediatos) não teriam contribuições superiores à de Kalecki. Este ponto é tão mais importante na medida em que Kalecki não tem uma teoria exaustiva da distribuição. Em particular, suas contribuições sobre a questão do juro são tópicas e teoricamente pouco inovadoras. Já Keynes e Schumpeter têm contribuições importantes *e* divergentes sobre o tema[76]. Além disso, a publicação de "Alternative Theories of Distribution" de Kaldor, em 1956, inaugurará toda uma linhagem neo-keynesiana de

[76] Esta divergência será objeto de alguma consderação na quinta seção deste capítulo.

teoria da distribuição que alcançará grande ressonância no "colégio dos economistas" e que é teoricamente incompatível com a produção de Kalecki[77].

Como se isto não bastasse, existe - para além das diferenças não desprezíveis - uma unidade na produção de Schumpeter, Keynes e Kalecki sobre a questão da distribuição que é uma das marcas da unidade e diferenciação do pós-marginalismo *vis-à-vis* as escolas pretéritas do pensamento econômico e que merece ser resgatada. O que nos convida a antepor uma apresentação deste núcleo teórico comum à apresentação da modelagem kaleckiana da distribuição. Um movimento que, de resto, nos permitirá re-hierarquizar as contribuições daqueles três autores seminais, a partir da avaliação da adequação dos traços peculiares de cada contribuição com as características mais gerais do pós-marginalismo.

Como já foi apontado anteriormente, os traços comuns das distintas contribuições pós-marginalistas à questão distributiva são: 1) em consonância com a tradição neoclássica e por oposição ao ricardianismo clássico, os processos de precificação e distribuição perfazem uma unidade indissolúvel; 2) por oposição às tradições neoclássica e ricardiana esta unidade envolve a prevalência funcional do processo de precificação sobre o processo distributivo; e 3) por oposição à tradição neoclássica e em consonância com o classicismo smitho-marxiano, a firma capitalista e suas estratégias competitivas voltadas para a obtenção de lucro nucleiam o processo de precificação e, consequentemente, o processo distributivo.

Ora, a prevalência da categoria lucro (esta Esfinge indecifrável e devoradora da escola neoclássica) e da formação de preços no mercado de produtos (que não deixa de ser a Esfinge da escola clássica) sobre a distribuição vai se desdobrar num radical deslocamento do espaço definitório desta última. **Na perspectiva pós-marginalista (ao contrário do que pretenderiam neoclássicos e, até certo ponto, os próprios clássicos) não é mais no mercado de "fatores" que vai se definir a distribuição, mas no mercado de produtos - onde serão determinadas as margens de lucro e o nível geral de preços (e, consequentemente, os rendimentos reais dos distintos "fatores") - e no mercado monetário e de títulos - onde se definirá a taxa de juros, com todos os seus desdobramentos sobre o nível de produção e o lucro líquido.**

O movimento é, sem dúvida, revolucionário. Mas não deve ser identificado a uma ruptura *tout court*. Em primeiro lugar, porque nenhuma tradição teórica negou o fato de que o lucro fosse uma determinação do mercado de produto. Do "lucro-resíduo" de Ricardo, ao "lucro-índice-de-desequilíbrio" de Walras, passando pelo "lucro-quase-renda" de Marshall é no mercado de produto

---

[77] Para uma coletânea expressiva desta produção, vide: PANICO, C. and SALVADORI, N. (eds.) *Post-keynesian Theory of Growth and Distribution.* Brookfield, Vermont: Edward Elgar Publishing Company, 1993 (The international library of critical writings in Economics); cujo primeiro texto é, justamente, o texto de Kaldor supra-referido.

que este se resolve em última instância. Mesmo em Marx - onde a **possibilidade** desta categoria de rendimento está referida à ordem mercantil e a um determinado padrão excludente de apropriação dos meios de produção - é no âmbito do poder de monopólio das firmas capitalistas (associado ao progresso técnico, às economias de escala e à dinâmica da acumulação produtiva e financeira) que vai se impor e determinar a apropriação **efetiva** do lucro.

Simultaneamente, as inovações pós-marginalistas na teoria da distribuição não incluirão a (já consolidada) teoria da renda fundiária[78]. Na realidade, esta é uma categoria de rendimento que perde expressão teórica no debate econômico contemporâneo. O que, de um lado, reflete a perda de expressão relativa da mesma no interior da Renda Nacional (que, de resto, acompanha a perda de expressão relativa da produção primária), e, de outro, reflete o reconhecimento amplamente generalizado de que os desenvolvimentos pós-ricardianos sobre a renda fundiária - associados a Marx (pelo lado da "heterodoxia") e a Walras e Marshall (pelo lado da "ortodoxia") - virtualmente esgotaram os aspectos polêmicos cientificamente instigantes associados ao tema[79].

Desta forma, a revolução pós-marginalista na teoria da distribuição acaba por se mostrar efetiva apenas no que diz respeito ao tratamento teórico de duas categorias de rendimento: juros e salários. E, mesmo aqui, o caráter disruptivo desta "revolução" será marcadamente distinto. Afinal, fora da tradição neoclássica (incluindo nesta seus precursores mais ilustres, como Nassau Senior), o juro sempre foi identificado a uma categoria de excedente (subordinado ao lucro, portanto) determinada no mercado monetário. E, em seu sentido mais geral e comum, é esta a teoria do juro de Schumpeter e Kalecki. E se Keynes vai mais além (neste autor as determinações se invertem e o lucro quase se torna uma função do juro[80]), o vai por um caminho que já havia sido aberto por Marx[81]. Isto não retira a originalidade da construção keynesiana, cuja teoria da taxa de juros é muito mais determinada que a de Marx e merece um tratamento diferenciado (que

---

[78] Ou antes: só a inclui na medida em que a renda fundiária "real" se distingue da "nominal" pela mediação do nível geral de preços; o qual é endogeneizado (das mais diversas formas) nos modelos pós-marginalistas.

[79] Diga-se de passagem, a estagnação relativa da teoria da renda fundiária não implicará em idêntico destino da teoria do preço da terra. Esta receberá um influxo expressivo a partir dos desenvolvimentos teóricos pós-marginalistas em torno da taxa de juros e dos determinantes da inversão produtiva e financeira.

[80] Nos termos de Keynes: "Em vez de dizer do capital que ele é *produtivo*, é preferível dizer que ele fornece no curso da sua existência um rendimento excedente sobre o seu custo original. A única razão, pois, pela qual um bem permite uma expectativa de render, durante sua existência, serviços com um valor agregado superior ao seu preço de oferta inicial deve-se ao fato de que é *escasso*; **e continua sendo escasso pela concorrência da taxa de juros do dinheiro**. KEYNES, J. M. *Teoria Geral*. Op. cit. p. 151 (o grifo em negrito é nosso). É interessante observar que Keynes não se atém rigorosamente a esta tese. Na verdade, em Keynes a taxa de juros vai definir o nível de investimento a partir da igualação da eficiência **marginal** do capital com aquela, e não a partir da igualação de sua eficiência **média** com o juro. Isto significa que a firma inversora identifica rendimentos diferenciados para cada unidade de capital; o que só faz sentido se se admitem rendimentos decrescentes de longo prazo (deseconomias de escala) **ou curvas de demanda firmo-específicas negativamente inclinadas**. Se se leva em conta a volatilidade da eficiência marginal do capital em Keynes, fica claro que - a despeito da adesão explícita e contraditória deste autor à hipótese da concorrência perfeita - é a última assertiva que subjaz, de fato, à construção da *Teoria Geral*.

[81] Vide a este respeito a última seção do capítulo terceiro deste trabalho.

procuraremos dar na seção quinta abaixo). Mas lhe retira os louros da primazia na identificação dos fundamentos financeiro-especulativos desta categoria de rendimentos.

Diferentemente, o deslocamento da determinação da taxa de salário real para fora do mercado de trabalho tem de ser reconhecido como uma revolução no sentido pleno e radical do termo. Nem mesmo Marx - que, contra Ricardo, já anunciara o caráter subordinado (e de alguma forma residual) do salário *vis-à-vis* o lucro - ousara pretender que este último fosse uma função direta e relativamente simples da acumulação e da concorrência intercapitalista[82].

Evidentemente, a resistência (ou, se se quiser, a dificuldade) de Marx em reconhecer a relação de dependência funcional do salário real da concorrência intercapitalista não se deve a qualquer dificuldade em reconhecer o caráter subordinado da classe trabalhadora ou em reconhecer no capital um poder econômico concentrado e imediato. A dificuldade encontra-se em outro lugar. Mais exatamente, ela se encontra no desdobramento deletério do uso que faz Marx ao longo dos três volumes d'*O Capital* (excetuados desenvolvimentos circunstanciais) dos valores como *proxy* dos preços e do dinheiro como *proxy* da moeda. Esta dupla *proxy* terá como principal consequência o congelamento relativo do nível geral de preços; que só pode variar a partir de variações desiguais da produtividade do trabalho na indústria mineradora *vis-à-vis* as demais indústrias e setores da economia.

O que o pós-marginalismo traz (desde suas raízes mais profundas e remotas em Schumpeter, passando pelo tronco keynesiano e consolidando-se na produção de Kalecki) é, ao lado do resgate da hegemonia do empresário/capitalista como agente decisor deste sistema, a endogeneização da determinação do nível geral de preços ao âmbito da economia real. Tal movimento se assenta, por um lado, na apropriação subversiva do movimento neoclássico de deslocamento da questão da precificação para o curto prazo (por oposição ao longo prazo ricardiano); que irá se resolver no reconhecimento da inconsistência da aplicação apriorista da cláusula *coeteris paribus* aos preços absolutos em situações de variação significativa de demanda e custos. E, de outro lado, este movimento se assentará numa (re)cisão entre dinheiro e moeda

---

[82] Na realidade, Marx vai reconhecer a prevalência da acumulação sobre a taxa de salário. Mas a deriva de mecanismos relativamente complexos de reação ao aumento salarial, associados à incorporação de padrões técnicos trabalho morto intensivos (o equivalente marxista dos deslocamentos neoclássicos "ao longo" de uma função de produção dada), à aceleração do progresso técnico *tout court*, à aceleração da desapropriação do pequeno camponês (e demais setores sub-formais e sub-mercantis da economia), à ação do Estado (no controle de salários e preços, no apoio à imigração, na restrição da legislação de "bem estar", etc.) e, *last but not least*, ao privilegiamento relativo de formas financeiras de acumulação em detrimento das formas produtivas. O que importa entender, contudo, é que todos estes (complexos) movimentos são **reações burguesas à uma elevação do salário real que já teria ocorrido como consequência da pressão de demanda que a acumulação produtiva impõe sobre o mercado de (força de) trabalho.** E, neste sentido particular, a leitura de Marx, ainda quando original e instigante, mostra-se absolutamente consistente com a ortodoxia do período (a ricardiana) e com a ortodoxia posterior (a marginalista).

que, libertando esta última das funções de unidade de conta e reserva de valor (para reduzi-la a mero mediador fiduciário das trocas), a libertará, simultaneamente, das âncoras produtivas (enquanto mercadoria) e expectacionais (enquanto "tesouro" e referência geral) de seu poder de compra[83].

A articulação destes três movimentos - superação do quantitativismo e da identidade dinheiro/moeda; resgate das determinações de curto prazo do processo de precificação; e resgate da dimensão ativo-decisional da firma na busca do lucro - vai redundar em distintas modelagens dinâmicas cujo núcleo comum é o reconhecimento de que o investimento capitalista não se deixa restringir pela disposição a poupar (*ex-ante*) dos agentes privados não-inversores. Dado um certo padrão de ordenamento monetário-financeiro (que define a elasticidade-juro da oferta de crédito) e dadas as expectativas de lucro e tolerância empresarial ao endividamento (que define a elasticidade-juro da demanda de crédito) fica definido o nível de investimento privado, que se viabilizará pela mobilização de recursos ociosos e/ou pela elevação do nível de preços (que altera os rendimentos reais dos distintos agentes econômicos, compatibilizando suas remunerações nominais com as disponibilidades de recursos e as necessidades de poupança do sistema).

Posto nestes termos, o núcleo comum das construções de Schumpeter, Keynes, Kalecki e Kaldor pode parecer demasiado restrito. De fato, a depender da caracterização que se faça do sistema monetário-creditício e da elasticidade da função investimento à taxa de juros, pode-se até mesmo derivar das determinações anteriores uma modelagem "equilibrista", consistente com a visão (por oposição às determinações teórico-analíticas) neoclássica do funcionamento da economia.

Contudo, se esta pontuação é importante, ela não pode ser sobrevalorizada. Ela apenas nos esclarece que a crítica pós-marginalista à determinação neoclássica da distribuição no "mercado de fatores" não é uma crítica lógico-interna, mas rigorosamente teórica, que envolve um conjunto de hipóteses em torno do funcionamento do mercado monetário-financeiro e dos determinantes do investimento capitalista que são marcadamente distintos das hipóteses ortodoxas. E, se as hipóteses não-ortodoxas de Schumpeter, Keynes, Kalecki e Kaldor não são exatamente as mesmas, elas são fundamentalmente convergentes na identificação de uma

---

[83] É de se notar que a (re)cisão entre moeda e dinheiro dos pós-marginalistas não será uniforme. Em Schumpeter, Kalecki e Kaldor este movimento se resolverá na desvalorização relativa do dinheiro *vis-à-vis* a moeda; com a virtual redução do primeiro a uma espécie de unidade de conta (meramente virtual) com funções de indexador geral. Já em Keynes - que necessita do dinheiro como objeto de reserva e especulação - esta (re)cisão não poderá se resolver na identificação entre dinheiro e numerário, e envolverá o reconhecimento de que, enquanto a moeda funciona como dinheiro, a sua demanda transcende a demanda transacional, e quando a perda de valor do ativo monetário retira deste a função reserva, ativos não-monetários passam a portar o máximo prêmio de liquidez. Voltaremos (topicamente) a este ponto quando tratarmos da teoria keynesiana do juro. Para uma discussão detalhada do mesmo, recomendamos a leitura de PAIVA, C.A.N. "O conceito de dinheiro em Keynes". In: *Ensaios: FEE*. Vol. 15, N. 2, 1994.

elevada elasticidade-juro da oferta de recursos monetário-creditícios (associada à flexibilidade da produção de moeda escritural em Schumpeter; à flexibilidade da velocidade-renda de circulação da moeda em Kalecki; à agilidade dos deslocamentos de moeda-dinheiro entre os circuitos "ativo" e "inativo" em Keynes; e ao conjunto destas determinações em Kaldor) e uma elasticidade-juro da demanda dos mesmos para investimento relativamente baixa (associada a expectativas otimistas de lucro futuro, que se assentam nas vantagens monopolóides da inovação em Schumpeter; na evolução positiva do nível de utilização da capacidade instalada em Kalecki, e em determinações proto-irracionais em Keynes e Kaldor).

Mas se a distinção substantiva entre estes quatro autores não se encontra na visão da interação dinâmica entre "decisão de investimento - poupança financeira - investimento efetivo - poupança real", ela só pode se encontrar na leitura dos mesmos sobre a evolução dos preços relativos e absolutos. E, de fato, ela se encontra aí; mais exatamente, ela se encontra nos determinantes, perfil e consequências sobre a distribuição da renda e a equilibração sistêmica da trajetória de evolução dos preços.

Comecemos por Schumpeter, cuja anterioridade crono-lógica vai se refletir num modelo de clareza e rigor quase-cartesiano. Neste autor, a peça chave para a explicação da evolução do investimento, dos preços relativos e absolutos, da distribuição da renda e da renda real é, em última instância, o movimento alternado de desuniformização/uniformização da informação. E isto na medida em que, no (amplo) sentido que lhe confere Schumpeter, uma inovação é uma informação privilegiada explorável economicamente. Quem a possui, solicita (e obtém) crédito, e passa a concorrer no mercado de produtos, de trabalho e de terra com os demandantes tradicionais nestes. Esta concorrência eleva os preços nestes mercados. Só que esta elevação não será neutra, uma vez que a informação desigual (que alimenta expectativas desiguais de evolução dos preços) e as vantagens monopolóides dos setores inovadores garantem-lhes vantagens nos processos de negociação e de precificação. Tais vantagens se resolverão em uma queda do salário e da renda fundiária real e na emergência de lucros, os quais serão alavancados pela elevação da produtividade econômica (distinta da produtividade técnica, que pode ou não crescer) associada à inovação. Com a entrada de seguidores nos novos mercados - que se vincula à crescente universalização da informação (já não mais tão) privilegiada que fundou aqueles - fenecem as vantagens monopolísticas das firmas inovadoras, e os preços caem juntamente com os lucros e o investimento. O que, contudo, não conduz necessariamente à crise na medida em que a queda de preços alimenta a recuperação do salário e da renda real e a ampliação do nível de consumo da economia.

Impossível deixar de saudar a riqueza e o rigor de um tal modelo. Ele é tanto um modelo de preços administrados e concorrência imperfeita (no *boom*), quanto um modelo de preços

flexíveis e *market-clear* (na depressão). E o mais importante: Schumpeter vai extrair de cada momento desta caracterização (algo esquizofrênica) do capitalismo as consequências pertinentes: no *boom*, o poder de monopólio das firmas (que é indissociável da desigualdade informacional e expectacional dos agentes) vai se resolver em lucros positivos associados (dada a hipótese de plena utilização de recursos em fluxo circular) à depressão inflacionária dos salários reais; enquanto na depressão - derivada da queda do nível de investimento e, consequentemente, do emprego - a flexibilidade de preços alavanca o consumo e impede (na ausência de determinações exclusivamente financeiras) a emergência da crise econômica em sentido rigoroso.

Mas - como quase-cartesiano que ainda é - Schumpeter só faz valer o rigor lógico às custas do realismo; e sua caracterização da depressão não-crítica que conduz a um novo fluxo-circular sem lucros e sem juros é empiricamente insustentável. Uma inconsistência que se tornará gritante nos anos 20 e 30, e que alimentará a empiricamente consistente e logicamente nem-tanto modelagem keynesiana. Neste autor - cuja teoria do investimento volta-se à explicação da **crise**, por oposição à teoria do **desenvolvimento** de Schumpeter -, a flexibilidade daquele não estará diretamente associada a quaisquer processos inovativos/difusivos. Com o que, a sustentação da referência da concorrência perfeita (e da flexibilidade de preços que caracteriza este mercado) se resolverá na admissão de que a evolução do nível geral de preços será função exclusiva das variações da demanda agregada[84]. Vale dizer: no *boom* o nível geral de preços sobe, na crise, cai. E - pretende Keynes -, a despeito de tal movimento não se articular com qualquer vantagem informacional-expectacional e/ou competitiva por parte dos empresários capitalistas, ele deve se fazer acompanhar de variações positivamente correlacionadas dos lucros, e negativamente correlacionadas dos salários reais.

Como se sabe, este tratamento keynesiano dos impactos distributivos da variação da demanda agregada é objeto das mais diversas críticas lógicas e empíricas. Mas a versão ortodoxa mais comum destas críticas é a que afirma que uma situação de desemprego involuntário com salários reais superiores ao patamar de pleno emprego não poderia configurar uma situação de equilíbrio em função dos impactos positivos que o poder de compra ampliado da moeda teria sobre o consumo. Nas palavras de Carlin e Soskice:

> "By developing a macroeconomic system in which involuntary unemployment can occur, Keynes had thrown a challenge to proponents of the classical model. The problem for the classics was to provide a mechanism through which aggregate demand would be restored

[84] É bom esclarecer que esta hipótese só se impõe na *Teoria Geral*. No tratamento keynesiano da inflação alemã do pós-primeira guerra esta é referida a um complexo de determinações de custo e expectacionais-especulativas associadas ao câmbio. Neste movimento, a precificação torna-se uma **decisão** e o processo inflacionário se independiza relativamente da evolução da demanda agregada. A modernidade deste tratamento keynesiano da questão inflacionário foi saudada por Gustavo Franco em FRANCO, G. "O milagre do rentenmark: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada". In:*Revista Brasileira de Economia*. Vol. 43, n. 3, jul/set. 1989.

> to the full employment level without the need for government intervention. In order to be a general rebuttal of Keynes's model, the mechanism would have to be effective even if there were a liquidity trap or if investment were unresponsive to the interest rate.
> The classical response was to call attention to the so-called *real balance effect* (also known as the *Pigou effect*): if consumer expenditure is a function of the real money supply, then excess supply in the goods market ... which is reflected in falling prices to clear the unsold goods, will raise the value of cash holdings and boost consumer spending. Thus, even if the classics moved on to Keyne's ground by accepting the possibility of a liquidity trap or interest-insensitive investment, they were able to re-establish the full employment property of a self-equilibrating private economy."[85]

Ora, o argumentos e os contra-argumentos desta polêmica antiga são sobejamente conhecidos e não cabe resgatá-los aqui. Apenas nos interessa argumentar que a associação "clássica" entre flexibilidade de preços, flexibilidade do consumo agregado e equilibração sistêmica não tem necessariamente de se embasar no modelo pigouniano de *cash balance*. Como vimos acima, em Schumpeter a denegação da associação entre depressão e crise também passa por aí; mas ela se embasa, antes, numa propensão a consumir superior dos trabalhadores e dos rentistas (*vis-à-vis* o empresariado capitalista) do que pela edificação de uma função consumo sobre as disponibilidades monetárias (que são pensadas como endógenas e instáveis no curto prazo). E - aqui o busilis da questão - o argumento schumpeteriano é absolutamente consistente com a modelagem keynesiana. Na realidade, **o argumento equilibrista de Schumpeter é justamente o argumento que estrutura o modelo distributivo ricardo-keynesiano de Kaldor**.

Como se sabe, o modelo de Kaldor parte da divisão da renda nacional "Y" em duas grandes categorias de rendimentos - os lucros "P" e os salários "W" - e da suposição de que as propensões marginais a consumir do segmento capitalista-proprietário, s_P, e dos trabalhadores, s_W, são distintas e $s_P > s_W$. Desta forma, a igualdade entre investimento "I" e poupança "S" implica em que

$$I = s_P P + s_W W = s_P P + s_W (Y - P) = (s_P - s_W) P + s_W Y$$

e

$$P / Y = [1/(s_P - s_W)] . I / Y - s_W/(s_P - s_W)$$

E a interpretação de Kaldor desta última equação é que:

> "given the wage-earners' and the capitalists' propensities to save, the share of profits in income depends simply on the ratio of investment to output.
> The interpretative value of the model ... depends on the "Keynesian" hypothesis that investment, or rather, the ratio of investment to output, can be treated as an independent variable, invariant with respect to changes in the two savings propensities s_P and s_W. ... [So, **if] the level of prices in relation to the level of money wages is determined by**

[85] CARLIN, W. SOSKICE, D. *Macroeconomics and the Wage Bargain: a modern approach to employment, inflation and the exchange rate.* Oxford: Oxford University Press, 1992, pp. 59/60.

> **demand**, a rise in investment, and thus in total demand, will raise prices and profit margins, and thus reduce real consumption, whilst **a fall in investment, and thus in total demand, causes a fall in prices (relatively to the wage level) and thereby generates a compensating rise in real consumption. Assuming flexible prices (or rather flexible profit margins) the system is thus stable at full employment."**[86]

Sem dúvida! A admissão de salários nominais rígidos, preços plenamente flexíveis no mercado de produtos e baixa propensão à poupança dos trabalhadores destrói com a tese keynesiana do equilíbrio macroeconômico com desemprego involuntário. Um resultado que, a Kaldor, não parecerá anti-keynesiano na medida em que referido ao "longo prazo". Mas que, de fato, é anti-keynesiano. Ou, pelo menos, é "pré-pós-marginalista".

E isto na medida em que a distinção lógica (e não cronológica) entre curto e longo prazo é uma distinção ricardo-neoclássica que é incompatível com o compromisso do pós-marginalismo com o realismo. Um realismo que não é meramente empirista, mas **se ancora** - desde Schumpeter, de Knight, do Sraffa (de 26), de Robinson, de Hall e Hitch e de Kalecki - **no reconhecimento da diferenciação e da dimensão decisional do processo de precificação como características imanentes da concorrência especificamente capitalista**.

O mais intrigante é que Kaldor não apenas abre mão de todas estas referências em sua reflexão equilibrista: ele radicaliza a perspectiva keynesiana (também ela algo pré-pós-marginalista) do processo de precificação como passivo ao nível da firma, referindo-o ao curtíssimo prazo de Jevons e Marshall[87]. Afinal, só se se toma a curva de oferta como perfeitamente inelástica é possível entender que as variações de preços impactem sobre a distribuição, mas não sobre a quantidade produzida e sobre a renda real. O que faz do "longo prazo" de Kaldor uma contradição lógica: ele se impõe no prazo de mercado, e o equilíbrio macroeconômico que ele gera se assenta no absoluto desequilíbrio das firmas e dos mercados.

A contradição lógica de Kaldor se assenta na tentativa de compatibilizar três perspectivas teóricas inconsistentes: o equilibrismo macroconômico sayo-ricardiano, a teoria keynesiana do investimento e da determinação da renda via multiplicador, e o padrão passivo-neoclássico de precificação em condições de concorrência perfeita. Só que, **ao cair em contradição, Kaldor**

---

[86] KALDOR, N. "Alternative Theories of Distribution". In: *Review of Economic Studies*, vol. 23, 1956, p. 95.

[87] Como procuramos demonstrar em outro trabalho (PAIVA, C.A.N. "Kalecki: um anti-keynesiano?". In: *REP*, vol 16 (61), 1996), a fidelidade de Keynes ao modelo marshalliano de precificação está no centro de sua resistência à hipótese kaleckiana de que a capacidade ociosa é estrutural na indústria capitalista. Justificando a Joan Robinson e a Kaldor sua recusa em publicar certo trabalho de Kalecki no *Economic Journal*, Keynes perguntava: "Is it not rather odd when dealing with long run problems' to start with the assumptions that all firms are always working below capacity?". Ao que Robinson respondia: "Imperfect competition ... may be awful rot – as you have always suspected – but for better or worse it is in all the text books now. Under imperfect competition there is surplus capacity even in full equilibrium." Kaldor, sempre crítico à teoria da concorrência imperfeita, alinhava-se com Keynes nas críticas a Kalecki. Para o acompanhamento deste debate, vide OSIATYNSKI, J. (ed.) Op. cit.. Vol. II, pp. 530/6; donde foram extraídas as citações de Keynes e Robinson acima.

revela inadvertidamente a consistência da crítica ortodoxa às contradições internas da construção keynesiana. O que, de forma alguma, implica um retrocesso aos clássicos. Apenas reforça a percepção de que um sistema distributivo e de precificação consistente com a hipótese keynesiana de equilíbrio macroeconômico com desemprego involuntário é um sistema de preços rígidos. O que, mais uma vez, nos remete a Kalecki.

4.2. A teoria kaleckiana da distribuição

À diferença de sua teoria dos preços, a teoria kaleckiana da distribuição não é objeto de polêmicas. É bem verdade que ela já foi objeto de inúmeras más interpretações[88]. Mas se se ignoram os equívocos interpretativos mais evidentes, e se se desloca para o devido plano (da teoria dos preços e da organização industrial) aquelas críticas referidas à hipótese de rendimentos constantes e relativa estabilidade dos preços industriais diante de variações cíclicas da demanda, pode-se dizer que há um razoável consenso em torno da unidade básica das distintas versões da teoria distributiva de Kalecki, bem como de sua consistência lógica e empírica[89].

Este razoável consenso em torno do núcleo da teoria kaleckiana da distribuição nos permitirá fazer um resgate bastante enxuto do mesmo no ítem 4.2.1. abaixo, onde tomamos a versão mais simples da modelagem de 54 (economia fechada, sem Estado e com padrão técnico

---

[88] Diga-se de passagem, nem todas "inocentes"; como, por exemplo, a de Kaldor em "Alternative Theories of distribution", que caracteriza a teoria kaleckiana como uma versão transformada (mas absolutamente consistente com os princípios teórico-metodológicos) da escola neoclássica (KALDOR, N. Op. cit. pp. 92/93); numa busca evidente de demarcar a originalidade de sua própria construção e ocultar o fato de que, esta sim, não passa de uma versão (do nosso ponto de vista, inferior e inconsistente) da teoria kaleckiana. De outro lado, mesmo autores mais simpáticos a Kalecki (como Dobb e Robinson) vão se confundir quanto ao papel do investimento e do grau de monopólio na determinação dos lucros naquele autor, alegando que haveria duas - e não uma - teoria da distribuição kaleckiana. (Vide, por exemplo, DOBB, M. "Two Modern Theories of Wages". In: *Indian Journal of Labour Economics*. Vol. 1. n. 1., oct. 1958, p. 271.) A resposta de Kalecki à interpretação de Dobb é altamente esclarecedora (vide KALECKI, M. "A Note on Dobb's 'Two Modern Theories of Wages'". In: *Indian Journal of Labour Economics*.Vol. 3, n. 3. 1960, p. 121; e a (falsa) polêmica não terá ecos posteriores. Para um levantamento exaustivo das críticas à teoria kaleckiana da distribuição e das respostas deste autor às mesmas, vide OSIATYNSKI, J. "Notes to "The Determinants of Distribution". Op. cit. pp.479 e segs.

[89] Na realidade, a consistência lógica (ainda que não necessariamente teórica) da explicação kaleckiana para a empiricamente notável estabilidade relativa do salário real ao longo do ciclo veio a ser reconhecida pelo próprio Keynes (num dos raros momentos elogiosos deste último para com aquele) em KEYNES, J.M. "Relative Movements of Real Wage and Output". In. *Economic Journal*. v.49, 1939, pp. 44 e segs. Referindo-se a este artigo (e sintomaticamente sem citar Kalecki ou a referência que Keynes faz ao mesmo), Solow e Stiglitz vão afirmar que "later statistical work, with better data and more apropriate concepts, appears to confirm Dunlop and Tarshis['s results, quoted by Keynes in that paper].The real wage does not appear to fall, or fall relative to trend, in cyclical upswings. Nor does the real wage seem to have any other pronounced pattern in the course of short-run economic flutuations." SOLOW, R. and STIGLITZ, J. "Output, employment and wages in the short run". In: *Quarterly Journal of Economics*, vol. 82 (4), p. 558. Esta notável estabilidade relativa dos salários reais ao longo do ciclo estará na base da crescente recuperação (nem sempre consciente) da teoria kaleckiana da distribuição entre "pós-keynesianos" (vide WEINTRAUB, S. "An ecletic theory of income shares". In: *JPKE*, vol. 4, (1), 1981, pp. 10 e segs; e ASIMAKOPULOS, A. "A Kaleckian theory of income distribution". In: *Canadian Journal of Economics*, vol. 8 (3), 1975), "keynesiano-estruturalistas" (vide TAYLOR, L. *Income distribution, Inflation and Growth: lectures on Structuralist Macroeconomic Theory*. Cambridge, Mass. :The MIT Press, 1991; especialmente o capítulo terceiro.) e mesmo entre "novo-keynesianos" (vide a Introdução de CARLIN, W. and SOSKICE, D. Op. cit.).

dado) como referência, introduzindo apenas topicamente elementos de outros trabalhos de Kalecki (anteriores e posteriores a 54) cuja consistência com aquele nos parece evidente. Com isto, abrimos mão de detalhar (e polemizar sobre) um modelo demasiadamente conhecido (e aceito), para avançar no sentido da "construção/resgate" de um **modelo distributivo kaleckiano completo** (economia aberta, com Estado e com padrão técnico flexível) que não se encontra explicitado de forma íntegra e rigorosa em nenhum trabalho (por nós conhecido) de Kalecki, mas que emerge de forma natural da articulação de um amplo conjunto de artigos deste autor sobre política fiscal e monetária, economia internacional, teoria da inflação e teoria do progresso técnico com o modelo distributivo simples. A construção/resgate deste modelo distributivo kaleckiano completo nos permitirá, ainda, superar a circunscrição ao curto prazo que caracteriza o modelo kaleckiano mais simples, e que virtualmente inviabiliza o confronto/aproximação do mesmo com a produção novecentista trabalhada nos capítulos anteriores.

4.2.1. O modelo distributivo kaleckiano simplificado

O modelo distributivo kaleckiano simplificado volta-se fundamentalmente para a explicação da estabilidade relativa de salários e lucros ao longo do ciclo; que se impõe independentemente das marcadas flutuações na demanda de mão-de-obra e das flutuações (nem tão significativas) do nível geral de preços. A idéia central subjacente a este modelo é que a distribuição da renda privada bruta[89] entre trabalhadores e capitalistas é função simples e direta do padrão competitivo intercapitalista (ou, mais exatamente, do grau de monopólio) vigente na economia como um todo, que flutuaria muito pouco ao longo do ciclo.

Para determinar esta evolução, Kalecki parte da determinação da participação relativa dos salários no valor agregado de uma firma urbano-capitalista que precifica a partir da imposição de um mark-up rígido no curto-prazo (vale dizer: no prazo em que a estrutura competitiva do mercado é dada) sobre os custos diretos em salários e matérias-primas. Neste caso,

$$x_k\, p_k = (1 + \pi_k)\, W + M$$

e

$$\pi_k (W + M) = P_L + O^{90},$$

[89] Vale dizer: inclusive depreciação e exclusive o funcionalismo público e os receptores de transferências governamentais. Como veremos na seção 4.2.2., contudo, estes segmentos podem ser incorporados a um modelo distributivo de padrão kaleckiano, e **têm de sê-lo se se quer avaliar as consequências distributivas de longo prazo de políticas econômicas voltadas à depressão do grau de monopólio e (consequentemente) do mark-up médio da economia.**

[90] Como se pode observar, esta representação parte da modelagem kaleckiana exposta no segundo capítulo da *Theory of economic dynamic*. Apenas preferimos substituir a notação kaleckiana da margem de lucro

onde x_k é a quantidade produzida, M corresponde ao custo total das matérias-primas, W ao dispêndio salarial total, P_L são os lucros líquidos totais (antes do imposto de renda) e O os *overheads* totais (vale dizer, os custos indiretos da firma, onde Kalecki inclui a depreciação, os aluguéis, os juros, os custos de venda e os ordenados[91]). Neste caso, a participação dos salários no valor agregado bruto da firma será dada por

$$w_k = \frac{W_k}{W_k + \pi_k(W_k + M_k)} = \frac{1}{1 + \pi_k(1 + j_k)},$$

onde j = M / W. Com o que fica claro que a participação dos salários no valor agregado bruto de uma firma industrial é função do grau de monopólio da mesma (que define o valor de π_k) e do dispêndio com matérias-primas por unidade de dispêndio salarial. Mais especificamente, o que a equação demonstra é que uma elevação do salário nominal só pode elevar a participação dos salários no valor agregado se a mesma impacatar negativamente sobre o valor de π_k e/ou de j_k[92].

O importante é que, para Kalecki, este resultado não é válido apenas para a firma individual, mas para o conjunto da economia. E isto na medida em que, segundo o autor, é possível identificar uma margem média de lucro não apenas para cada setor industrial, mas para a própria economia nacional, a partir da consolidação das distintas margens de lucro ponderadas pela participação relativa da produção de cada firma (ou indústria, ou setor) no valor bruto da produção privada (VBP). Mais especificamente, Kalecki vai definir um π_Y tal que

---

(k - 1) por π para evitar repetição do símbolo k já utilizado para representar as distintas firmas operando no mercado.

[91] Logicamente, poder-se-ia incluir os impostos indiretos nos *overheads* (ainda que não nos "custos indiretos", uma vez que a incidência de tais impostos é diretamente proporcional às vendas e/ou à produção). Afinal, se se admite que o processo de precificação se assenta (entre outras determinações) sobre a elasticidade da demanda dos bens aos distintos preços finais, não se pode abstrair o peso dos impostos indiretos no processo de precificação e determinação do mark-up. Isto é tão mais verdadeiro quanto mais heterogênea forem as alíquotas destes impostos e, consequentemente, quanto mais heterogêneos forem os impactos dos mesmos sobre a elasticidade da demanda dos distintos bens. Contudo, Kalecki está preocupado aqui em identificar a relação entre as participações de trabalhadores e capitalistas no valor agregado e na renda **privada bruta**; de formas que tomará os mark-ups das distintas firmas líquidos dos impostos indiretos. O que não significa pretender que estes últimos não tenham influência sobre a determinação daqueles primeiros.

[92] O que, como vimos na segunda seção deste capítulo, é algo tão mais provável de ocorrer quanto menos universal for o movimento de elevação dos salários nominais. É de se notar que neste modelo as "matérias-primas" não se identificam a "bens primários", mas incorporam bens semi-industrializados, cujo padrão de formação de preços é similar ao dos bens industriais finais. De qualquer forma, mesmo se o dispêndio M da firma k com insumos diretos (extra trabalho) fosse integralmente com bens primários, uma elevação nacional da taxa de salário deve ter um impacto sobre o preços destes últimos a partir do deslocamento para cima da curva de custo marginal das firmas produtoras dos mesmos, com a subsequente redução da quantidade ofertada destes. Neste caso, a diferença do impacto de uma elevação de salários nominais na agricultura e na indústria é, antes, de amplitude e temporalidade do que de sentido ou conteúdo.

$$\pi_Y = \frac{1}{VBP} \Sigma \pi_k . x_k p_k .$$

E como o somatório dos valores agregados brutos (da depreciação, mas líquidos dos impostos indiretos) das distintas firmas de uma determinada economia perfaz a renda bruta do setor privado (Y_P[93]), então

$$Y_P = \Sigma \ VA_k = \Sigma [\pi_k (W_k + M_k) + W_k] = \pi_Y \ (W_{YP} + M_Y) + W_{YP} ,^{94}$$

e a participação dos salários na renda bruta do setor privado toma a forma de

$$w_{YP} = \frac{W_{YP}}{\pi_Y (W_{YP} + M_Y) + W_{YP}} = \frac{1}{1 + \pi_Y (1 + j_Y)}$$

É fácil perceber que a única diferença substantiva entre a equação de determinação da participação dos salários no valor agregado bruto de uma firma e a equação de determinação da

---

[93] A notação de Kalecki para a renda bruta do setor privado é simplesmente "Y". Contudo, esta notação é usualmente utilizada para denotar a renda nacional bruta (PNB subtraído dos impostos indiretos), que se diferencia da renda bruta do setor privado pelo fato desta última não incorporar os salários e demais rendimentos do funcionalismo público (A este respeito, vide KALECKI, M. *Theory of economic dynamics.* Op. cit. p. 252). Para além disso, é de se notar que a definição kaleckiana de Y_P é rigorosamente mercantil, não incluindo qualquer valoração para a produção de subsistência ou quaisquer outros rendimentos não-monetários (como renda/aluguel da casa própria). Tal desvalorização dos rendimentos não-monetários (cuja incorporação é admitida nas modernas convenções internacionais de contabilização da produção social) é mais uma manifestação da filiação clássica (ou "ricardo-marxista") e do anti-utilitarismo de Kalecki. Para este autor, não só a renda é um categoria da produção (de formas que não cabe qualquer imputação de um rendimento pelo mero usufruto), como é uma categoria da produção mercantil. De resto, **por estar interessado na dinâmica de produção e distribuição do setor privado capitalista, Kalecki vai abstrair, no cálculo de Y_P, não só dos salários do funcionalismo público, como dos juros, aluguéis e transferências previdenciárias do Estado aos agentes privados.** Neste sentido a "renda bruta do setor privado" para Kalecki é **a renda do setor privado produzida pelo setor privado e apropriada pelo setor privado a partir das determinações distributivas que lhes são próprias.** É por isto que ela pode ser reduzida meramente a salários e lucros brutos. Afinal, estas são as categorias primárias da produção mercantil capitalista; sendo o juro e a renda fundiária gerados no setor privado meros pagamentos pelo uso, por parte dos agentes produtores - sejam eles os produtores diretos (os trabalhadores) ou os gestores da produção (os empresários-capitalistas) -, dos meios de produção de terceiros. Desta forma fica claro que a identidade kaleckiana "$Y_P \equiv W + P$" pode ser transformada na identidade convencional "$Y_P \equiv W_L + P_L + S + J + A + D$" [onde W_L são os salários líquidos dos pagamentos pertinentes de juros (J) e aluguéis (A), e P_L são os lucros líquidos dos pagamentos pertinentes dessas duas últimas categorias, bem como líquidos de depreciação (D) e ordenados (S)]. Longe de negar a identidade contábil convencional, o que a identidade kaleckiana explicita é a primazia dos salários e dos lucros brutos sobre as demais categorias de apropriação **geradas no setor privado.**

[94] Com exceção dos salários totais, utilizamos simplesmente o índice "Y" para denotar que os valores são consolidados nacionalmente. Para os salários utilizamos o índice "W_{YP}" quando nos referimos apenas aos salários pagos no setor privado; "W_G" para denotar os salários pagos no setor público; e "W_{YN}" para denotar o somatório nacional dos salários.

participação dos salários na renda bruta do setor privado encontra-se no fato de que π_Y e j_Y (à diferença de π_k e j_k) são variáveis-síntese sem expressão empírica imediata, e que vão ser influenciadas, tanto pela evolução dos distintos π_k e j_k, quanto pela evolução da participação relativa do valor agregado das distintas firmas e setores na renda. Este último aspecto é tão mais problemático na medida em que, em seu processo de determinação do referido produto e de π_Y a partir do somatório dos valores agregados das distintas firmas atuantes na economia, Kalecki incopora aí setores produtivos que, de acordo com sua própria teoria, **não precificam a partir da imposição de um mark-up (relativamente) rígido sobre custos diretos**[95].

Na verdade, ao incorporar a agricultura, a mineração e o sistema financeiro ao modelo, Kalecki é obrigado a definir um mark-up para os mesmos a partir de determinações *ex-post*; vale dizer, a partir dos dados sobre custos diretos e lucros brutos apropriados posteriormente.Ora, tal movimento não é logicamente inconsistente, mas só se sustenta teoricamente na medida em que os setores incorporados desta forma ao modelo não tenham uma expressão relativa tamanha a ponto ponto de tornar π_Y demasiado instável e indeterminado. Vale dizer, tal movimento é teoricamente consistente enquanto referido a uma economia capitalista urbano-industrial madura. Numa tal economia, a instabilização relativa da variável π_Y tende a ser contrabalançada pela estabilização relativa da variável j_Y, uma vez que os bens semi-manufaturados (cuja precificação se realiza efetivamente de mark-up) ganham expressão no conjunto dos insumos diretos incorporados aos distintos processos produtivos.

De outro lado, numa economia urbano-industrial madura a contribuição relativa dos diversos mercados e setores à produção global tende a ser mais instável do que numa economia onde o setor primário é hegemônico. Em particular, a participação do departamento produtor de bens de capital no interior da renda vai flutuar de forma acentuada ao longo do ciclo. E como as distintas firmas e os distintos mercados, setores e departamentos operam com margens de lucro e relações insumos/salários distintas, os valores de π_Y e j_Y - enquanto médias ponderadas pela participação relativa daquelas firmas e mercados na produção global - deve variar ao longo do ciclo mesmo na hipótese extrema de que os valores dos distintos π_k e j_k fossem absolutamente estáveis. Mais exatamente, Kalecki pretenderá que

> " changes in industrial composition during a depression adversely affect the relative share of wages [since] ... the relative share of wages in the income of investment goods industries is generally higher than in other industries. (In communications, public utilities, trade, real estate, and finance, particularly, wage payments are relatively unimportant.)"[96]

Deste resultado, contudo, Kalecki não extrairá a conclusão de que a participação nos salários na renda privada deva ser pró-cíclica. E isto porque tal efeito - que será reforçado pela

[95] Vide KALECKI, M. *Theory of economic dynamics.* Op. cit. p. 227.
[96] Idem, p. 228.

eventual elevação das barreiras à entrada e das margens de lucro (π_k) durante a depressão - é contrarrestado pela tendência à redução de j_Y derivada da queda do preço dos bens primários *vis-à-vis* os salários. E o valor dos bens primários frente aos salários tem necessariamente de cair, pois, mesmo que a depressão e o desemprego conduzam a quedas nos salários nominais (hipótese que Kalecki absolutamente não exclui), tais movimentos implicarão em reduções dos custos marginais e da demanda nominal sobre o setor primário, que exponenciarão os efeitos preço-depressivos da queda de demanda original. De forma que a probabilidade e a intensidade da queda do preço das matérias-primas *vis-à-vis* os salários nominais é tal que deve compensar as elevações do grau de monopólio e da participação relativa de setores não intensivos em trabalho, mantendo constante a participação do salário na renda ao longo do ciclo.

Ora, na medida em que se admite que, não apenas no setor industrial, mas na média da economia a produtividade do trabalho é constante no curto prazo[97], a estabilidade da participação dos salários na renda se expressa na estabilidade da taxa de salário real. Afinal,

$$w_Y = \frac{W_{YP}}{Y_P} = \frac{W_N \cdot L}{NGP \cdot y_P},$$

onde W_N é a taxa de salário nominal, NGP, o nível geral de preços, L o volume de emprego, e y_P, a renda real privada bruta. Nesta especificação, L/y_P é o inverso da produtividade média do trabalho e W_N / NGP é a taxa de salário real. E se L/y_P for estável - dada a estabilidade de w_Y -, também o será W_N / NGP[98].

---

[97] Na realidade, para Kalecki, a queda do nível de emprego se associa ao crescimento da produtividade do trabalho na agricultura e à queda desta nos serviços urbanos e de transportes (onde a continuidade da produção pressupõe a sustentação de um certo nível de emprego a despeito do grau de utilização da capacidade). Os dois movimentos tenderiam a se compensar mutuamente. A este respeito vide KALECKI, M. "The Determinants of Distribution of the National Income". In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. vol. II, p. 8.

[98] A princípio, poderia parecer que a mera estabilidade da participação dos salários na renda já implicaria em estabilidade dos salários reais. Mas isto não é verdade. A participação do salário na renda pode ser estável se o salário real e a produtividade média do trabalho variar direta e proporcionalmente. É isto o que ocorre se, nos termos de Kalecki, supusermos a plena estabilidade de π_Y e j_Y ao longo do ciclo (o que imporia a estabilidade de w_Y) e uma elevação da produtividade média do trabalho (queda de L / y_P). Neste caso, os custos diretos unitários cairiam, e dado π_Y, também o NGP; o que, com W_N dado, se resolveria numa elevação do salário real. É fácil perceber que esta é uma versão "fraca" da modelagem keynesiana de evolução da distribuição ao longo do ciclo. Em sua versão "forte" (ou propriamente keynesiana) a depressão alavancaria não só o salário real, mas a participação deste na renda. E isto na medida em que, para Keynes, são os custos marginais (associados à produtividade **marginal** do trabalho) e não os custos unitários-médios (que são estruturalmente inferiores aos marginais em concorrência perfeita) que definem o NGP. De sorte que uma queda da demanda determinaria uma elevação do salário real mais do que proporcional à poupança líquida de trabalhadores. (A este respeito vide KEYNES, J. M. *Teoria Geral.* Op. cit. caps. 2, 19 e 21.) Entre nós, esta tese keynesiana foi lida de uma forma "heterodoxa" no trabalho de mestrado de Edward Amadeo; onde se procura defender que a hipótese de custos marginais ascendentes pode ser compatibilizada com as formas competitivas imperfeitas que caracterizam a produção industrial se se admite que a força de trabalho, o maquinário e demais insumos desempregados não fossem homogêneos, mas de qualidade inferior à média. (Vide AMADEO S., E. J. *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 70.* Rio de Janeiro: BNDES, 1982, pp. 22 e segs.) Tal hipótese (de clara inflexão estruturalista-cepalina) é logicamente

Por fim, é importante observar que Kalecki não denega dogmaticamente a possibilidade "keynesiana" de que, dada a presença de rendimentos variáveis na agricultura e demais setores competitivos, a produtividade média daquelas economias nacionais onde estes setores ocupam um papel muito expressivo apresente uma (necessariamente pequena) inflexão anti-cíclica, crescendo na depressão e caindo no *boom*[99]. Contudo, Kalecki não deriva, mesmo neste caso, qualquer tendência anti-cíclica para a evolução dos salários reais na medida em que aposta numa (discreta) evolução anti-cíclica do mark-up médio. E isto não só em função da elevação (queda) das barreiras à entrada na depressão (no *boom*); mas por determinações que só podem ser adequadamente entendidas se transcende o caso simples de uma "economia fechada" em direção ao modelo distributivo kaleckiano completo.

4.2.2. Um modelo kaleckiano distributivo completo

Para Kalecki, a primeira determinação circunscritora de uma evolução anti-cíclica (ou "keynesiana") do salário real é o fato de que os setores hegemônicos nas economias capitalistas maduras - indústria e serviços urbanos - não operam dentro de padrões competitivos perfeitos; mas se deparam com curvas de demanda negativamente inclinadas e estruturas competitivas oligopólicas que se resolvem na sub-utilização crônica da capacidade instalada e na estabilidade dos rendimentos produtivos no curto prazo.

Para além deste fato, Kalecki também acredita que a fragilização do poder de barganha da classe trabalhadora na luta por salários **nominais** ao longo da depressão e sua recuperação no *boom* não é inteiramente inconsequente em termos distributivos[100]. Ou antes: só o é em uma economia inteiramente fechada e na qual a flutuação dos salários nominais seja simultânea e homogênea em todos os mercados, de forma que a elevação dos preços absolutos não altere os

---

consistente e, quiçá, útil para se pensar aquelas situações em que a economia se encontra próxima do auge cíclico. Mas não pode ser generalizada sem que se (re)caia no equilibrismo. Ela sequer é suficiente para enfrentar os problemas lógicos da construção keynesiana já apontados e amplamente discutidos na literatura novo-clássica e novo-keynesiana contemporânea. Além disso, há que se notar que a caracterização dos recursos de capital e trabalho ociosos como qualitativamente inferiores e sub-produtivos esvazia a crítica ao *laissez-faire* e enfraquece a defesa de políticas de demanda e de emprego, que deixam de ser políticas "anti-crise" para se tornarem políticas de "empreguismo dos menos aptos" às custas do salário real dos mais aptos.

[99] A este respeito, vide KALECKI, M. "Money and Real Wages". In: OSIATYNSKI, J. Op. cit. vol. II, pp. 24 e segs. (em especial, ver p. 34). Este trabalho foi escrito sob encomenda o Ministério do Trabalho Polonês em 1939. A maior atenção que Kalecki dispensa no mesmo à evolução da distribuição em economias "competitivas" se deve, em grande parte, ao fato de que é a economia polonesa dos anos 30 que está referenciando as suas reflexões.

[100] A respeito da tendência pró-cíclica da flutuação dos salários **nominais** (e do nível geral de preços) associada à flutuação pró-cíclica da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos dos trabalhadores, vide KALECKI, M. "Political aspects of full employment". In: OSIATYNSKI, J. (ed). Vol I. Op. cit. p. 351.

preços relativos e a participação das distintas firmas e indústrias na economia[101]. Em qualquer outro caso, as variações dos salários nominais ao longo do ciclo, ou não são inteiramente repassadas para os preços, ou só o são mediatamente. De forma particular, numa economia aberta e de câmbio estável o repasse de eventuais elevações (ou quedas) dos salários nominais internos seria freado pelo fato desta importante alínea do custo direto unitário não se variar siultaneamente para o conjunto das firmas concorrentes, entre as quais se encontram firmas exportadoras estrangeiras. Com isto, o preço dos similares importados (que participam da determinação de p_m) não sofreriam majorações proporcionais à variação interna de u, e os preços p_k (que são função de u e p_m) das firmas nacionais tampouco poderiam fazê-lo.

Mas se o exposto acima é correto, então cabe perguntar se em economias capitalistas maduras e abertas não haveria uma tendência dos salários reais flutuarem pró-ciclicamente. Ou, de forma mais geral: qual a relação propugnada por Kalecki entre crescimento do nível de emprego e salário real? A aceleração do crescimento trabalha no sentido da redistribuição ou da concentração da renda?

Kalecki não dará uma resposta simples e unívoca a estas questões. Na verdade, em seus termos mais simples e gerais a teoria distributiva kaleckiana não toma o nível de emprego como uma variável relevante. Contudo, em alguns trabalhos, Kalecki vai sinalizar para uma relação positiva (anti-keynesiana, portanto) entre crescimento e distribuição[102]. Só que estas sinalizações tem de ser devidamente contextualizadas. Em particular é preciso que se entenda que, em Kalecki, **a eficácia redistributiva da ação sindical em períodos de elevado nível de emprego não pode ser estabelecida independentemente da avaliação das consequências distributivas das políticas fiscais, monetárias e cambiais de sustentação/administração de uma tal conjuntura**. Senão vejamos.

Desde logo, a estrutura do modelo de formação de preços em Kalecki já aponta para o fato de que uma pressão de custos associada a salários nominais crescentes se desdobrará em alguma (não necessariamente proporcional) elevação dos preços internos. Se a oferta monetária for rigorosamente endógena e a elevação do nível geral de preços interno for sancionada sem elevação da taxa de juros real e/ou depressão no nível de emprego, as pressões por reajuste salarial deverão ser retomadas, acionando a espiral preços-salários-preços, que tende a

---

[101] Segundo Kalecki: "The existence of high mark-ups will encourage strong trade unions to bargain for higher wages, since they know that firms can 'afford' to pay them. If their demands are granted but [the price] functions *f* are not changed, prices will also increase. This will leado to a new round o f demands for higher wages, and the process would go on, with price levels rising. But surely an industry will not like such a process making its products more and more expensive, and thes less competitive with products of other industries. To sum up, trade unions power restrains the mark-ups, i.e. it causes the values $f\ (p_m / p_k)$ to be lower than would otherwise be the case." Vide KALECKI, M. "Class Strugle and Distribution of National Income". Op. cit. pp. 100/1.

[102] Mais uma vez, veja-se KALECKI, M. "Class Strugle and Distribution of National Income". Op. cit.

reverberar sobre o câmbio. O que deve introduzir novas pressões inflacionárias; que podem se endogeneizar e se autonomizar frente à dinâmica de crescimento dos salários nominais, com consequências depressivas do salário real e concentradoras da renda[103].

Ora, o reconhecimento de que a elevação dos salários nominais alavancada por um alto nível de emprego não só não conduz necessariamente a uma elevação dos salários reais **mas pode conduzir à sua depressão** aproxima Kalecki de toda uma literatura moderna de inflexão novo-keynesiana e neo-estruturalista[104]. O que é explicitamente reconhecido por Carlin e Soskice na Introdução de *Macroeconomics and Wage Bargain* (onde buscam apresentar o núcleo da reflexão novo-keynesiana, por oposição à reflexão dos keynesianos da síntese, dos monetaristas e dos novo-clássicos), onde se lê:

> "A major influence on wage-bargaining power is the state of the labour market, a ready measure of which is the rate of unemployment: when unemployment rises, wage-bargaining power declines because the cost of workers of using their market power to gain wage increases rise. ...
> As employment rises and unemployment falls, the bargained real wage increases, ... [Nevertheless], the logic of the price-determined real wage is that imperfectly competitive firms use their market power to maximize profits (sic) by setting prices relative to costs of production; aggregated out over the whole economy, this divides output per worker into the real wage and real profit per worker. .... It's clear ... that there is a single level of employment ... at which real wage and profit claims are consistent. .... With employment higher than [this level] .... the bargained real wage exceeds the price-determined real wage. There is conflict over the division of output per head and this conflict will be reflected in rising inflation as each group seeks to secure its real claim on output by raising money wages or prices.
> This general approach has its roots in both Keynesian and neoclassical economics. As Rowthorn (1977) pointed out, it has origins as well with Marx. The earliest analysis of the role of unemployment in reducing the power of workers - of exerting a disciplinary effect - can be found in Marx's notion of the *reserve army of labour*. The surplus of unemployed workers served the function of holding down wages. **More recently, ... [Sawyer] argued that in 1930s, Kalecki's Marxist-Keynesian macroeconomic analysis anticipated the approach here.**"[105]

---

[103] Para uma avaliação das consequências deletérias para a distribuição de uma economia plenamente indexada e com oferta monetária plenamente endogeneizada, veja-se "A model of hyper-inflation" de Kalecki. Neste ensaio, Kalecki argumentará que a plena indexação tende a alimentar uma espiral preços-salários que se retroalimenta até a emergência de situações hiperinflacionária. Em tais situações "a substantial rise in prices [conducts to] ... a drastic reduction in real wages. The adjustment of wages to a higher level of prices is frustrated by the resulting increases in prices. In this way a spiral of prices and wages develops which, if it lasts long enough, may lead to the state of hyper-inflation. The loss of confidence in money leads to universal hoarding of goods. This accelerates the increase in prices and ... basically changes its mechanism". (KALECKI, M. "A model of hyper-inflation". In: OSIATYNSKI, J. (ed). Op. cit. p. 90.)

[104] Vide, por exemplo, os trabalhos já referidos de Lance Taylor e de Wendy Carlin e David Soskice.

[105] CARLIN, W. and SOSKICE, D. Op. cit. pp. 6/7. Os trabalhos de Rowthorn e Sawyer citados são ROWTHORN, R. "Conflict, inflation and money". *Cambridge Journal of Economics.* Vol. 1, 1977, pp. 215-39; e SAWYER, M.C. *Macroeconomics in question: The Keynesian-Monetarist Orthodoxies and the Kaleckian Alternative.* Bringhton: Wheatsheaf, 1982. No Prefácio de Carlin e Soskice a *Macroeconomics and Wage Bargain*, a filiação novo-keynesiana dos autores é deixada explícita no primeiro parágrafo to texto, onde se lê: "In the last decade, an approach to macroeconomics which is coming to be known as the 'New Keynesian Macroecomics' has been constructed. This approach roots macroeconomics in the microfundations of

Mas se o reconhecimento da antecipação kaleckiana de certos desenvolvimentos teóricos novo-keynesianos e neo-estruturalistas é legítimo, ele também não deve ser levado demasiadamente longe. Em particular, nos parece equivocado derivar da proximidade real apontada acima, a conclusão de que Kalecki sustentaria o otimismo novo-keynesiano acerca da eficácia redistributiva de políticas de estabilização inflacionária assentadas na estabilização do câmbio e na exposição das economias nacionais à concorrência externa[106].

Desde logo há que se reconhecer que a versão simplificada do modelo distributivo kaleckiano aponta para a consistência redistributiva de políticas macroeconômicas que limitem a capacidade de repasse de pressões de custos aos preços através da exposição da indústria nacional à concorrência externa. Vale dizer: **no modelo distributivo simplificado de Kalecki uma política de abertura comercial com câmbio fixo trabalharia no sentido de deprimir o grau de monopólio e o mark-up médio da economia, com consequências redistributivas. Só que, para Kalecki, esta não é a única consequência de uma política de abertura comercial de corte liberal. E as demais consequências podem ser tais que acarretem a piora da distribuição da renda efetiva, a despeito da queda do mark-up médio.**

Para que se entenda adequadamente este ponto é preciso, primeiramente, que nos recordemos que a relação W_{YP} / Y_P que derivamos na sub-seção 4.2.1 acima não expressa a participação **da classe trabalhadora na renda nacional,** mas a participação **dos salários do setor privado** na produção **privada** bruta. Diferentemente, a participação relativa da classe trabalhadora no rendimento nacional (w_{YN}) é definida por

$$w_{YN} = \frac{W_{YP} + W_G + TU_W - ID_W}{Y_P + W_G + J_G + A_G + TU_T - ID_T} = \frac{W_{YP} + TLE_W}{Y_P + TLE_W + TLE_K}$$

onde W_G, J_G, e A_G são os salários, os juros e os aluguéis pagos pelo Estado ao setor privado, TU são as transferências unilaterais (previdenciárias e assemelhadas) do Estado ao setor privado, ID são os impostos diretos (e demais exações fiscais e para-fiscais e de inciência direta), TLE são as transferências líquidas do Estado, e os índices "W", "K" e "T" representam, respectivamente, "aos trabalhadores", "aos capitalistas" e "totais". E o que a relação acima nos mostra é simplesmente que a participação da classe trabalhadora na renda nacional disponível não é função exclusiva do

---

imperfectly competitive labour and product markets. ... Among the leading economists who have been developing and applying the new approach are Blanchard, Dreze, Layard, Nickell, Rowthorn, Sachs and Summers." CARLIN, W. and SOSKICE, D. Op. cit. p. i.

[106] Vide, a este respeito, COLIN, W. and SOSKICE, D. Op. cit., pp. 267 e segs. Entre nós, esta tese é esgrimida por FRANCO, G. "A inserção externa e o desenvolvimento". Brasília: BACEN, s.d. (mimeo).

salários do setor privado *vis-à-vis* a produção neste setor, mas é amplamente tributária da política fiscal e monetária do Estado.

Este resultado é, em si mesmo, absolutamente trivial. Mas ele já explicita o que é inaparente no modelo simplificado de Kalecki: que a distribuição efetiva da renda nacional, bem como sua dinâmica, é fortemente influenciada pelas políticas e pela dimensão relativa do setor público. O que se desdobra no reconhecimento de que a intervenção estatal **pode** ser redistributiva; mas não necessariamente o será. Para tanto é preciso que as políticas fiscais e monetárias não apenas tenham a redistribuição como objetivo, mas, igualmente bem, que os demais objetivos destas políticas não contraditem com aquele.

Não é possível subestimar a complexidade desta dúplice exigência. E isto desde logo na medida em que a articulação de uma política fiscal e monetária redistributiva encontra grande resistência dos segmentos proprietários em uma economia capitalista. Afinal, uma tal política não se confunde com uma política anti-depressiva emergencial, que pode se sustentar inteiramente sobre déficits públicos. À diferença desta última, uma política redistributiva deve contar com uma base tributária sólida; e esta base - por razões demasiado evidentes - não pode ser a massa de salários, mas tem de ser o excedente e/ou o patrimônio capitalista[107]. Vale dizer: **uma política fiscal redistributiva é uma política que parece** - e, num certo sentido, **de fato, é**, mesmo quando o gasto público mostra-se funcional para a sustentação do nível de utilização da capacidade, e, consequentemente, do nível de investimento e dos lucros privados - **depressora da taxa de retorno capitalista líquida de impostos.** O que - a depender da mobilidade internacional do capital, das alternativas de aplicação financeiro-especulativa internas e externas, e do padrão de formação de expectativas empresariais - pode gerar desestímulos efetivos à inversão produtiva capitalista a nível nacional que alavancam a resistência organizada às políticas redistributivistas[108].

---

[107] A este respeito vide KALECKI, M. "A Theory of Commodity, Income and Capital Taxation". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Vol. I, Op. cit. pp. 319 e segs

[108] Idem, p. 321 e segs. Diga-se de passagem, Kalecki era extremamente crítico à pretensão de que se poderia sustentar a renda agregada e o crescimento econômico a partir de estímulos ao investimento privado assentados na alavancagem da rentabilidade e do "estado de confiança" empresariais associadas a políticas fiscais e monetárias "discretamente conservadoras" e anti-redistributivistas. (Vide KALECKI, M. "Full employment by stimulating private investment?". Idem, pp. 377 e segs.) Contudo, Kalecki não pretendia que este projeto/leitura fosse puramente ideológico; uma construção absolutamente falaciosa e carente de qualquer consistência lógico-empírica. Pelo contrário: via no protelamento dos investimentos e na repatriação patrimonial uma base efetiva e extremamente eficaz de exercício do poder burguês. O que angustiava Kalecki era o fato deste exercício de poder de classe redundar em tamanha heteronomização do Estado que acabava por incapacitá-lo até mesmo para sustentação da rentabilidade burguesa a partir de políticas econômicas de corte estritamente "keynesiano". Mas não via nesta contradição uma demonstração da "ignorância burguesa". Via-a como uma contradição real da ordem capitalista; onde os interesses de curto e de longo prazo da classe proprietária não são necessariamente consistentes. (A este respeito vide KALECKI, M. "Political Aspects of full employment" Op. cit. Vol. I, pp. 347 e segs.)

Mas isto não é tudo. Às circunscrições estruturais de uma política fiscal (e monetária) ativamente redistributiva, vem a se somar circunscrições conjunturais, associadas ao fato de que tais políticas tem de ser consistentes com os objetivos de administração macroeconômica de curto prazo. O que envolve refletir sobre os desequilíbrios macroeconômicos potencializados por políticas de abertura comercial com câmbio fixo e os desdobramentos distributivos dos mesmos.

Como Kalecki deixa claro em seu modelo de preços de 54, em oligopólio misto cada firma forma os seus preços com uma margem não desprezível de autonomia. Isto significa dizer que a redução de preços por parte de alguns concorrentes (sejam eles externos ou não) não impõe uma redução proporcional às demais firmas; mas se resolve numa combinação de queda de preços e redivisão do mercado, com ampliação das fatias apropriadas pelas firmas baixistas.

Se se traduz esta assertiva para uma economia em processo de estabilização/valorização cambial, o que fica claro é que as pressões "baixistas" das mercadorias importadas se resolvem parcialmente na queda do mark-up interno, e parcialmente na ampliação da relação M/Y (importação / renda nacional). O que carrega impulsões recessivas (e, consequentemente, depressoras do nível de emprego) e desequilibrantes ao nível da balança comercial (com consequentes pressões sobre o câmbio). E uma vez que - por hipótese - a política econômica está comprometida com a sustentação do câmbio, ela deverá ser mobilizada com vistas à conquista de um superávit na conta de capital e/ou à máxima circunscrição do déficit comercial via elevação da taxa de juros interna, redução das alíquotas sobre ganhos financeiros e demais ganhos capitalistas, desestímulo recessivo à importação, alavancagem da "confiança na moeda" a partir do controle do déficit público, etc., etc., etc. Políticas cujos impactos depressores da participação dos trabalhadores na renda é facilmente perceptível pelo resgate dos determinantes da relação w_{YN} explicitados acima.

É bem verdade que se estes desdobramentos da política macroeconômica de ajuste são concentradores, a depressão do mark-up alavancada pela exposição à concorrência externa é redistributiva; o que deixa o resultado final de uma tal política indeterminado. Ou, para ser mais exato: deixa-o dependente da "saúde" comercial-financeira do país-paciente. Quanto mais inflexíveis os preços internos, maior será o desequilíbrio externo, maior a desconfiança com relação à estabilidade monetário-cambial, e tanto mais duras e perversas as medidas de política econômica de "ajuste do ajuste".

De outro lado, se a resultante final de uma política de exposição competitiva sobre a participação global dos trabalhadores na renda fica indeterminada, o mesmo não se pode dizer de seus impactos prospectivos sobre o nível de emprego. Já no curto prazo, uma política de exposição competitiva é depressora do nível de emprego (ou, pelo menos, de sua taxa de

crescimento) em função dos impactos deletérios da mesma sobre o saldo comercial. Mas isto não é tudo. Na medida em que uma tal política for eficaz para a depressão do mark-up médio interno, ela estará contribuindo para a elevação do salário real *vis-à-vis* o preço de insumos de capital constante. O que siginifica dizer que ela deve alavancar o progresso técnico poupador de mão-de-obra na indústria capitalista.

Esta conclusão não parece "tipicamente kaleckiana". Mas isto só é assim porque o modelo distributivo simplificado deste autor: 1) está referido ao curto prazo (onde a abstração de qualquer *trade-off* entre salário real e emprego é pertinente[109]); e 2) volta-se justamente à demonstração da subordinação funcional do salário real à concorrência intercapitalista, e de sua estabilidade sob condições de estabilidade desta[110]. Vale dizer: o modelo distributivo simplificado de Kalecki abstrai o progresso técnico tanto em sua dimensão de deslocamento "ao longo" de uma função de produção, quanto em sua dimensão de deslocamento "da" função de produção.

Mas isto não significa que Kalecki desconheça ou renegue o *trade-off* entre salário real e emprego apontado por Ricardo e teorizado por Marx e pela tradição neoclássica. Pelo contrário: sua teoria do progresso técnico tem como ponto de partida elementar o reconhecimento de que "the general motive for introducing technological progress ... is obviously to increase profitability by reducing production costs"[111]. Mas ela não se esgota nesta quase-tautologia. A partir de uma leitura de clara inflexão marxista, Kalecki vai defender a hipótese de que o progresso técnico capitalista comporta um viés *labour-saving* absolutamente estrutural; que seria meramente alavancado (e não propriamente determinado) pela alteração dos custos relativos de produção em padrões trabalho intensivo e máquino-intensivo[112].

E afirmar que a elevação do salário real alavanca o progresso técnico poupador de mão-de-obra é o mesmo que afirmar que **a elevação do salário real não implica necessariamente em melhoria da distribuição da renda.** Ou, para ser mais claro (e resgatando o modelo distributivo kaleckiano simplificado): a elevação do salário real associada à queda do mark-up

---

[109] Diga-se de passagem, esta é mais um elo entre Ricardo e Kalecki: os modelos distributivos simplificados destes dois autores fazem abstração da substitubilidade entre capital constante e trabalho vivo. Só que em Kalecki esta hipótese simplifcadora se justifica pela circunscrição analítico-temporal da versão mais simples de sua modelagem; o que já não ocorre em Ricardo.

[110] E é esta estabilidade que permite a Kalecki tomar o modelo distributivo simplificado como referência no seu tratamento teórico do "ciclo puro", que se volta justamente ao resgate da dinâmica econômica sob hipótese de estabilidade da estrutura técnico-competitiva.

[111] KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. "Economic Problems of Production Automation in Capitalist Countries. In: OSIATYNSKI, J. (ed). Op. cit. Vol. II, p. 377.

[112] A este respeito, veja-se a segunda seção de KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. Op. cit. onde os autores defendem a tese de que a automação e a poupança líquida de trabalho vivo é o horizonte necessário da indústria capitalista. No mesmo sentido, veja-se KALECKI, M. "A theorem on Technical Progress". In: OSIATYNSKI, J. (ed). Op. cit. Vol. II, pp. 107 e segs.; onde o autor defende o ponto de vista de que a primeira e mais fundamental determinação do progresso técnico é que este "increases the productivity of labour". Idem, p. 108.

médio da economia não implica em ampliação da participação dos salários na renda privada bruta. Na realidade, se a elevação do salário real estimular uma elevação mais do que proporcional da produtividade do trabalho, a participação do salário na renda privada deverá cair ao invés de crescer[113].

É bem verdade que o progresso técnico associado à elevação da produtividade do trabalho alavanca a acumulação produtiva; o que impacta positivamente sobre o nível de emprego da economia[114]. Porém tal movimento compensatório é, para Kalecki, limitado temporalmente, restringindo-se ao período em que se processa a substituição do maquinário[115]. Após este período, a dinâmica da acumulação volta a ser comandada por determinações associadas à interação entre o multiplicador e o acelerador da economia. E a depender dos impactos do progresso técnico sobre estes dois parâmetros, a acumulação produtiva pode mesmo vir a sofrer um desestímulo no longo prazo. Senão vejamos.

Dado que, para Kalecki, a propensão a consumir dos trabalhadores é marcadamente superior a dos capitalistas, o multiplicador kaleckiano é função positiva da participação dos salários na renda. Além disso, o acelerador neste autor é função positiva da relação capital/produto, mas não se confunde com esta relação, sendo influenciado **negativamente** pelo grau de monopólio das firmas. Afinal, quanto maior o grau de monopólio, maior a probabilidade de que as firmas operem cronicamente com capacidade ociosa (planejada ou não) e protelem as decisões de inversão produtiva como resposta a variações na demanda e no grau de utilização da capacidade. Assim, se o progresso técnico introduzido como resposta a pressões competitivas

---

[113] Como já vimos, $w_{YP} = (W_N \cdot L) / (NGP \cdot y)$; e se (L / y) cai mais do que cresce (W_N / NGP), w_{YP} terá de cair independentemente da elevação do salário real. Nos termos da equação kaleckiana

$$w_{YP} = 1 / [1 + \pi_Y (1 + j_K)],$$

onde a participação do salário na renda é expressa como função do mark-up médio da economia e da relação entre a massa de salários e os dispêndios totais com insumos diretos, a assertiva anterior se traduz no reconhecimento de que uma depressão do grau de monopólio só pode alavancar "w_{YP}" se o aumento da produtividade do trabalho (manifesto na redução de "j_K") não for de ordem a contrarrestar os impactos positivos da redução de π_Y. É de se observar ainda que a hipótese kaleckiana de que o progresso técnico capitalista seja estruturalmente *labour-saving* (mas não necessariamente *capital-saving*) se desdobra na pretensão de que haveria uma tendência de longo prazo à redução do "j_k" das distintas firmas (e "j_Y" da economia), com consequências deletérias para a distribuição da renda. Esta hipótese é explicitada no trabalho supra-referido de Kalecki sobre automação industrial, onde se lê: "a considerable shift may take place from labour to material costs within prime unit costs of production. The impact of automation on the prices os raw materials, especially in agriculture and mining, will probably be minor. Thus, if a given gross profit mark-up on prime unit costs is maintained ... there will be a shift from wages to profits." (KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. Op.cit. p. 383). Uma leitura que contrasta com a posição abraçada por Kalecki em 54, quando o autor ainda defendia a hipótese de que: "It is difficult ... to generalize about the relation of raw-material prices to unit wage wage costs (which depends on long-run changes in the demand-supply position of raw materials) or about industrial compostion. No a priori statement is therefore possible as to the long-run trend of the relative share of wages in income". KALECKI, M. *Theory of economic dynamics*. Op. cit. p. 227.

[114] A este respeito, veja-se KALECKI, M. "A Theorem on Technical Progress". Op. cit. p. 109. Infelizmente, a circunscrição de espaço não nos permite resgatar aqui a tão rica quanto polêmica teoria kaleckiana do investimento. Um tratamento sistemático da mesma pode ser encontrado em POSSAS, M. L. *Dinâmica da Economia Capitalista*. Op. cit. (em particular, no segundo e terceiro capítulos deste trabalho).

[115] Vide KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. Op. cit. p. 380 e segs.

depressoras do mark-up for *labour-saving* e/ou *capital-saving* e/ou (re)alavancar o grau de monopólio das firmas, haverá uma alta probabilidade de que ele deprima o multiplicador e o acelerador da economia, com efeitos deletérios sobre a dinâmica de longo prazo da acumulação. Mais especificamente, quanto mais intenso e revolucionário for o progresso técnico, maior deve ser: 1) a depressão da relação capital/produto e do acelerador da economia[116]; 2) a poupança de mão-de-obra resultante e a depressão do multiplicador; e 3) o incremento na concentração/centralização do capital e no grau de monopólio resultante[117] (com novas consequências perversas sobre a distribuição de renda e o multiplicador).

Evidentemente, não se pode derivar mecanicamente este conjunto de desdobramentos negativos de uma política de exposição competitiva. Em si mesmos, estes desdobramentos são imanentes à lógica competitivo-reprodutiva capitalista e, para Kalecki, tendem a se impor no longo prazo independentemente da política econômica adotada. Só que, de outro lado, tampouco se pode ignorar o fato de que uma política de exposição competitiva e depressão do mark-up médio da economia trabalha no sentido de **alavancar** estes desdobramentos deletérios. Ocultar este fato sob a argumentação de que a única consequência **imedata** da depressão do mark-up médio é a elevação do salário real é cair no vicioso jogo ricardiano de impor cláusulas *coeteris paribus* pretensamente simplificadoras com vistas à obtenção de um "resultado" que, de fato, já se encontrava definido a partir de equações lógico-teóricas absolutamente distintas.

E aqui o busílis da questão: se Kalecki é um estruturalista (e, como tal, um "ricardiano"), ele também é um autor que não perde de vista os riscos ideológicos do mau uso do *coeteris paribus*. E é por isto que - a despeito de ter absoluta clareza da relação entre grau de monopólio e concentração de renda - não aposta num projeto de controle daquele primeiro a partir da desregulamentação das economias nacionais e exposição das mesmas à concorrência internacional. Para Kalecki, um tal projeto redistributivo não é apenas inconsistente no longo prazo: ele propõe uma solução liberal ao problema distributivo/competitivo que se desdobra na

---

[116] Diga-se de passagem, em "A Theorem on Technical Progress", Kalecki pretende que o progresso técnico capitalista típico seria *capital-using* e não *capital-saving*, esgrimindo dados estatísticos sobre a elevação histórica da relação capital/produto da economia norte-americana de 1899 a 1922 como único argumento relevante para a defesa deste ponto de vista (KALECKI, M. Op. cit. p. 108.) No *Theory on economic dynamics* Kalecki é surpreendentemente silente sobre esta questão, apontando apenas para o fato de que a estimulação do investimento derivada do progresso técnico variará a depender do padrão deste último (KALECKI, M. Op. cit. pp. 322 e segs.) É no seu trabalho sobre automação industrial, de 1957 (escrito em parceria com Szeworski) que Kalecki vai efetivamente reverter o ponto de vista defendido em "A Theorem on Technical Progress", apontando para as potencialidades abertas (e "solicitadas", tendo em vista a necessidade de acelerar a depreciação) pela automação no sentido da intensificação do uso do capital fixo em turnos ininterruptos. Segundo os autores "Automation is a kind of technological progress which, besides the simple replacement of human labour with the work of machines, brings certain production effects, reducing the costs of capital per unit of output. What is mainly involved here is accelerating the rate of production, i.e. increasing the number of products per unit of time" (KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. Op. cit. p. 378.)

[117] Segundo Kalecki "technical progress increases the degree of oligopoly because it promotes the concentration of industry." KALECKI, M. "A Theorem on Technical Progress". Op. cit. p. 109.

desestruturação dos instrumentos regulatórios públicos nacionais. Instrumentos estes que, para nosso autor, são essenciais ao enfrentamento do processo de concentração de renda que tende a se impor no longo prazo a despeito da eficácia circunstancial desta ou daquela política de alavancagem da concorrência.

5. Negação do trabalho assalariado, aceleração do progresso técnico e financeirização do da riqueza: a teoria kaleckiana da distribuição resiste ao teste da atualidade?

Ao longo das três seções anteriores tratamos, respectivamente, da *não*-teoria do valor pós-marginalista; da teoria dos preços desta escola; e da teoria da distribuição que lhe é pertinente. Em todos os momentos procuramos demonstrar a superioridade da construção kaleckiana *vis-à-vis* suas alternativas estritamente contemporâneas. Em particular, defendemos o projeto metodológico e de pesquisas kaleckiano *vis-à-vis* o keynesiano; procuramos demonstrar a superioridade da teoria kaleckiana dos preços *vis-à-vis* suas alternativas cambridgeanas e oxfordianas ortodoxas; e a superioridade da teoria kaleckiana da distribuição *vis-à-vis* suas alternativas keyneso-kaldoriana e schumpeteriana.

Defender um tal ponto de vista nos dias atuais envolve "nadar contra a corrente". Afinal, a revolução tecnológica em curso e a acelerada financeirização da riqueza têm, não gratuitamente, servido para pôr água nos moinhos keynesiano e schumpeteriano, em detrimento de uma tradição de pesquisa em que a concorrência é pensada a partir de suas determinações estruturais situadas no plano dos distintos mercados.

De fato, vivemos um período de acelerada transformação estrutural do capitalismo. E, nestes momentos, todos os estruturalismos - inclusive os dinâmicos e abertos ao tempo histórico, como o de Kalecki - tornam-se objeto de crítica. E a crítica não é gratuita. Na sua origem se encontra o fato de que todo o estruturalismo é um anti-fundacionismo que se assenta na identificação de "estruras estruturantes" cuja primazia (lógica? histórica? teórica?) sobre as demais não chega a ser propriamente determinada. De forma que, quando estas mesmas estruturas estruturantes entram (ou parecem entrar) em crise, toda a construção teórica padece, pois ela não é alimentada de determinações que indiquem o sentido necessário de sua auto-transformação.

Como vimos na segunda sessão deste capítulo, o estruturalismo de Kalecki se assenta sobre o resgate da relação de **assalariamento** como a relação estruturante/definitória da ordem burguesa. Tal resgate - cuja inflexão clássico-ricardiana é demasiado clara - é um subproduto do abandono (ou, se se preferir, de um resgate parcial e sub-determinado) da teoria do valor e, como tal, do critério mais geral **da inequivalência das trocas em trabalho** como definidora da posição

de classe. Um abandono que não é problemático enquanto assalariamento e exploração mantém uma correspondência simples e direta. Neste momento, a referência kaleckiana no critério clássico-ricardiano de clivagem de classe é, na verdade, uma grande vantagem sobre Keynes e Schumpeter, cuja formação neoclássica limita a identificação de qualquer critério de determinação social da consciência possível e das pulsões válidas dos distintos agentes econômicos.

O problema é que, se é verdade - como parece ser, e o próprio Kalecki reconhecia em seus escritos sobre a automação - que a negação do trabalho assalariado é um movimento tendencial do sistema capitalista, a identificação da "remuneração do trabalho" ao "salário" é não só insuficiente mas tendencialmente equivocada. E é esta identificação que estrutura o núcleo da teoria funcional da distribuição da renda em Kalecki; representada em seu modelo distributivo simplificado, onde a participação dos **salários** na renda é virtualmente identificada à participação do classe trabalhadora na renda.

Ora, uma das características mais marcantes do capitalismo deste final de século em que a crise da empregabilidade se faz somar à crise do *wellfare state* é o crescimento dos setores informal e (proto)formal de micros e pequenas empresas. Um crescimento que - diga-se de passagem - é absolutamente consistente, não só com a leitura kaleckiana do progresso técnico, como com sua defesa da persistência e pertinência no capitalismo maduro de setores produtivos organizados sob a forma da concorrência perfeita (a agricultura) e da concorrência imperfeita pura (o pequeno comércio e serviços urbanos, por exemplo). Mas um crescimento que, contraditoriomente, limita a expressão teórico-analítica dos parâmetros e do resultado formal da equação distributiva kaleckiana. Em particular, **em uma economia marcada pelo crescente inchaço do setor informal, a queda do mark-up médio já não pode mais ser lida imediatamente como expressão de uma queda no poder de monopólio e de apropriação das firmas e da classe especificamente capitalistas**.

O problema é que, se estes desenvolvimentos devem nos servir de alerta para a necessidade de se ir **além** de Kalecki, eles muitas vezes acabam sendo utilizados para o contrário: para o resgate de versões não apenas pré-kaleckianas, mas "pré-pós-marginalistas" da teoria da distribuição. Senão vejamos.

5.1. Os limites da recuperação da teoria distributiva schumpeteriana

Ao longo dos anos 70 e 80 a recuperação da produção teórica de Schumpeter ainda era marcada por uma certa circunscrição a questões referidas à dinâmica do investimento e sua relação com o desenvolvimento, incorporação e socialização do progresso técnico. A partir de meados dos anos 80 esta circunscrição objetal foi sendo crescentemente superada, e o resgate

de Schumpeter espraiou-se por nichos paralelos, entre os quais se encontra a teoria da distribuição da renda. No bojo deste processo vai emergir uma literatura - que, na ausência de uma caracterização consensual, denominamos "novo-schumpeteriana" - cuja marca fundamental é a tentativa de resgatar - contra o Schumpeter de *Capitalismo, socialismo e democracia*, que apontava para a rotinização e endogeneização das inovações nas grandes empresas -, o Schumpeter do *Teoria do desenvolvimento econômico*, com sua visão empresarialista do processo inovativo[118].

David Audretsch, é um dos líderes mais conhecidos deste movimento particular de resgate do jovem Schumpeter estruturado em torno da crítica à tese da concentração e centralização tendencial do capital. Segundo o autor:

> "Marx has warned that because 'one capitalist kills many', that ultimately, 'capitalism bears the seeds of its own seeds of its own self-destruction'. In fact, in what must be one of the greater ironies of history, **the mature capitalist countries fo the West have been going through not a process of concentration, but rather a process of deconcetration an decentralization.**"[119]

E Audretsch vai extrair de sua assertiva de que o capitalismo contemporâneo vive um processo de descentralização e desconcentração industrial o desdobramente que lhe é imanente: o de que a distribuição de renda também tende a se tornar mais equânime. Afinal, na medida em que deixa de existir um tamanho técnico-econômico ótimo de firma[120],a dinâmica de ingresso nos distintos mercados passaria a ser dominada pela disparidade estrutural das "capacidades empresariais" e pela comparação entre os "lucros prospectivos" de uma inserção empresarial e os ganhos salariais prospectivos de uma inserção como empregado. Segundo Audretsch,

> "Lucas assumed that all individuals are identical as workers but are endowed with varying amounts of entrepreneurial ability .... . Given a distribution of entrepreneurial ability, **each individual relates his/her expected profits from undertaking entrepreneurial activity to the competitive wage and decides whether to become an entrepreneur or remain a worker.**"[121]

---

[118] Uma boa fonte de contato com esta vertente "small is beautifull" do neo-schumpeterianismo é o número especial da *Revue d'Economie Industriell*, N. 67, 1ER Trimestre 1994, que é dedicado ao novo papel das pequenas e médias empresas no capitalismo contemporâneo. Em particular, vale a pena resgatar os trabalhos de David Audretsch - "Small business in Industrial Economics: the new learning" -, Nick Clay e Stephen Creigh-Tyte - "SMEs and employment in the european Community: an industrial perspective", Alina Rizzoni - "Technology and organisation in small firms: an interpretative framework" - e de David Audretsch e Marco Vivarelli - "Small firms and R&D spillovers: Evidence from Italy".

[119] AUDRETSCH, D. B. "Small business in Industrial Economics: the new learnign". In: *Revue d'économie indusriell*. Op. cit. p. 23. Na sequência da citação acima, o autor ilustra esta dinâmica para a última década da economia americana, buscando enfrentar a tese de que este crescimento se circunscreveria ao setor de serviços e seria impertinente à indústria propriamente dita.

[120] Veja-se a crítica do autor a esta categoria de Viner e Kaldor às páginas 25 e 26 de AUDRETSCH, D.B. Op. cit.

[121] Idem, p. 26 (o grifo é meu).

Não fica claro em Audretsch como o salário real é determinado. Mas é presumível que ele seja determinado no mercado de trabalho; que, a bem da verdade, torna-se indissociável do mercado de produto. Assim, se o salário real caísse - em função, por exemplo, de um deslocamento para a esquerda da função demanda de mão-de-obra, contraposta a uma função oferta de curto prazo marcadamente inelástica - o benefício de se manter trabalhador *vis-à-vis* se tornar um empresário diminuiria relativamente; o que se resolveria em um deslocamento também para a esquerda da função oferta de curto prazo de (força de) trabalho.

Este último deslocamento, por sua vez, promoveria a recuperação da taxa de salário real. E isto não apenas em função da disputa "intercapitalista" por trabalhadores; mas, igualmente bem, pela queda de preços no mercado de produtos oriunda da pressão competitiva imposta pelos novos empresários. Ao longo deste processo, o lucro perderia a sua dimensão de "parcela excedentária da renda" para se tornar um mera remuneração pelo trabalho de gestão. Mais exatamente, o "lucro" tornar-se-ia o custo de oportunidade do trabalho: se a remuneração do trabalho na relação empregatícia cai muito, os trabalhadores decidem se tornar empresários para auferirem "pelo menos" o lucro.

Não é difícil perceber que o "novo-schumpeterianismo" de Audretsch é uma caricatura da obra de Schumpeter. Mas - com o perdão da contradição - pretenderíamos que ela é uma caricatura mais fiel ao original do que um schumpeteriano estaria disposto a admitir. Afinal, o que se projeta aqui não é mais do que uma versão particular do fluxo circular; onde o mesmo assume de forma virtualmente integral as suas determinações de "sociedade mercantil simples".

É bem verdade que a versão de Audretsch carrega o peso de uma hipótese em torno da evolução tecnológica que é muito forte. Porém, não é Audretsch que impõe a generalização da condição de livre entrada a todos os mercados para que o equilíbrio walrasiano pleno se imponha. Esta é uma condição necessária daquele resultado. E, por isto mesmo já se encontrava em Schumpeter e - antes dele - em Ricardo. E o que ela procura garantir é que o movimento de acumulação - seja ele defensivo (dos já instalados) e/ou agressivo (dos entrantes) - nos distintos mercados seja coetâneo e articulado. Com isto, evita-se o inchaço de uns poucos setores, que apenas levaria a uma guerra de preços circunscrita ao interior dos mesmos e ao colapso financeiro das empresas marginais sem qualquer consequência redistributiva geral. Por oposição, na medida em que **todos** os setores são objeto de entrada, as demandas intersetoriais e a demanda agregada do sistema crescem (estimuladas pela pressão inversora e pela ampliação da massa de salários) juntamente com a capacidade instalada, e a pressão para a queda dos lucros não se impõe imediatamente, mas ao longo de um processo temporal dilatado em que limitações

técnico-estruturais de oferta (de terras, em Ricardo, de quaisquer recursos escassos, em Schumpeter) alcançam se manifestar[122].

Vale dizer: **se não se quer - à la Marx (e coerentemente com Kalecki) - que os setores competitivos se tornem um mero escoadouro do exército industrial de reserva gerado pelo progresso técnico, é impositivo que - à la Ricardo, Schumpeter e Audretsch - a livre entrada seja universal**. A diferença específica da construção schumpeteriana *vis-à- vis* os outros dois autores neste aspecto particular encontra-se apenas no fato de Schumpeter ancorar sua (estranha) hipótese de livre entrada universal em uma leitura extremamente original do sistema financeiro-creditício e da evolução da taxa de juros. Há que se analisar, pois, se esta leitura é capaz de dar guarida às conclusões "equilibristas" e "redistributivistas" que o Schumpeter da *Teoria do desenvolvimento econômico* não deixava de abraçar.

5.2. As teorias schumpeteriana, keynesiana e kaleckiana do juro e do financiamento produtivo

Para o Schumpeter do TDE, a liquidez do sistema seria garantida por um setor bancário capaz de alimentar o setor produtivo com um fluxo abundante de recursos monetário-creditícios gerados endogenamente. E - aqui o busílis da questão - esta liquidez "latente" não tem aplicação alternativa fora do financiamento de inversões inovadoras, na medida em que em Schumpeter não há qualquer custo de "espera". Ou, melhor: há uma única alternativa. Mas ela não é creditícia; ela diz respeito à possibilidade de compra de ativos reais capazes de sustentar uma (quase)renda diferencial "perpétua", como terras de produtividade privilegiada ou firmas comerciais (ou industriais, ou agrícolas) portadoras de vantagens locacionais[123]. O que, longe de ser (como em Ricardo) uma fonte de desigualdade econômica perversora da distribuição no fluxo circular, acaba sendo uma fonte sólida e extremamente ampla de garantias reais para o financiamento de

---

[122] Evidentemente, enquanto um modelo dinâmico, o modelo ricardo-schumpeteriano de deslocamento "normal" (vale dizer: com abstração de desequilíbrios críticos) em direção ao fluxo circular (ou "estado estacionário") envolve algumas simplificações extremas que a apresentação intuitiva não consegue ocultar. Na verdade, a generalização da livre entrada não é condição suficiente para que o processo de inversão se realize sem a geração de capacidade ociosa ou sobreutilização capaz de comprometer o sistema com a emergência de crises (a la Keynes) e/ou trajetórias cíclicas (a la Kalecki) e/ou trajetórias desequilibradas auto-confirmantes (a la Harrod). **Para que a dinâmica seja "de equilíbrio", impõe-se a endogeneização de determinações e circunscrições financeiras, produtivas e expectacionais do investimento que não estão presentes na modelagem ricardo-schumpeteriana e que só podem ser incorporadas à mesma sob pena de sua "neoclassicização"**. Como se pode perceber da leitura atenta do capítulo sexto da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter não desconhecia este fato, mas o desvalorizava relativamente afirmando que "podemos chamar a depressão como tal de processo 'normal' de reabsorção e liquidação [do desequilíbrio associado às inovações]; ao curso de acontecimentos caracterizado pela irrupção de uma crise ...., podemos chamar de 'processo anormal de liquidação'". SCHUMPETER, J.A. Op.cit. p. 156.

[123] A este respeito, vide SCHUMPETER, J.A. Op. cit. p. 23 (sobre a redução dos rendimentos no fluxo circular a salários e rendas) e p. 159 (sobre a sobrevivência de "quase-rendas" no fluxo circular).

inversões inovadoras[124]. E isto porque, o preço de uma "perpetuidade" é inversamente proporcional à taxa de juros. Mais exatamente, o preço atual de uma perpetuidade é dado por

$$PP = \frac{\text{Renda anual}}{i \text{ a.a.}} \quad [125]$$

A questão é que, quando a taxa de juros "i" cai (em função da queda da demanda de crédito e da ausência de qualquer custo de oportunidade associada à espera), o preço das perpetuidades cresce, tendendo ao infinito na medida em que a taxa de juros tende a zero. O que significa que qualquer proprietário de perpetuidade possui uma garantia real altamente valorizada na depressão; que, na ausência de crise, corresponde ao *starting point* do fluxo circular[126].

Contraditoriamente, o reconhecimento desta relação inversa entre a taxa de juros e o preço de ativos capazes de sustentar uma (quase)renda ao longo do período de depressão é o ponto de partida para a crítica da teoria schumpeterina do juro. Na verdade, já estão aí todos os elementos da teoria keynesiana do juro. Só que estes fundamentos não são desenvolvidos, na medida em que Schumpter subestima o papel da incerteza e do arrocho de crédito na transição do *boom* para a depressão como elementos de impulsão e auto-sustentação da crise[127].

---

[124] Isto é assim porque, como procuramos demonstrar na última seção de nosso capítulo dedicado à crítica da teoria neoclássica da distribuição, o fluxo circular de Schumpeter tem um conteúdo similar à sociedade mercantil simples de Marx, e preessupõe a apropriação por parte dos trabalhadores de parcela expressiva dos meios de produção, inclusive de "terras".

[125] Para uma exposição formal extremamente simples e geral do processo de precificação de perpetuidades, vide ROSS, S. et. al. *Administração financeira.* São Paulo: Atlas, 1995, pp. 85/6.

[126] Vide SHUMPETER, J. Op. cit. Cap.VI, parágrafo 5, p. 159.

[127] Subestima, mas não desconhece; como pode ser percebido do tratamento que este autor dispensa às determinações financeiras de uma eventual inflexão crítica na passagem do *boom* para depressão. Assim é que, no capítulo sexto da *Teoria do desenvolvimento econômico*, Schumpeter dirá que: "Com a queda da demanda de meios de produção [a partir do auge], caem o volume de emprego **e a taxa de juros - se for removido o coeficiente risco**. Com a queda das rendas monetárias .... a demanda de outras mercadorias finalmente cai e então o processo [depressivo] terá penetrado todo o sistema econômico.Todavia duas razões evitam que essas características apareçam na ordem cronológica que corresponderia à sua posição no nexo causal. Em primeiro lugar o fato de que não apenas são precipitadas pela conduta dos indivíduos, mas também precipitadas em graus muito desiguais. **Isto acontece especialmente em mercados nos quais a especulação profissional tem um papel importante. Assim, o mercado de valores apresenta às vezes crises especulativas preliminares, muito antes que se chegue a um real ponto de reversão. ... se esses sintomas ocorrerem regularmente antes do fim do *boom*, é porque estão sob a influência de fatores que antecipam com relativa rapidez o que está por vir.** Em segundo lugar, contudo, muitas circunstâncias fazem com que, no curso efetivo dos acontecimentos, **elementos secundários frequentemente se destaquem com maior proeminência do que os primários. A ansiedade dos prestamistas, por exemplo, se expressa numa elevação da taxa de juros**, e somente quando a depressão já estiver avançada é que aparece o efeito que pela natureza das coisas apareceria bem cedo no curso dos acontecimentos. ... O curso dos acontecimentos em períodos de depressão apresenta um quadro de incerteza e irregularidades ... . A incerteza e a irregularidade são bastante compreensíveis. Os dados costumeiros se alteram para todos os negócios. A extensão e a natureza da mudança, contudo, só podem ser apreendidas com a experiência." SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico.* Op. cit. pp. 157 (os grifos são meus). Mais do que qualquer coisa que Keynes haja escrito, esta é uma das mais claras expressões do peso de uma tradição que se impõe a despeito da consciência já instalada de sua fragilidade, de sua validade meramente formal. **Schumpeter está anunciando aqui todos os**

Como se sabe, a teoria keynesiana dos juros é, ainda hoje, fonte de inúmeras interpretações e controvérsias acerbas. Mesmo entre autores heterodoxos e lideranças da revolução pós-marginalista, as leituras sobre a importância e o significado teóricos da construção keynesiana variam muito mais do que se poderia pretender, numa das mais surpreendentes demonstrações de imaturidade da nossa ciência[128]. Felizmente, não precisamos ingressar nesta polêmica, que nos deslocaria demasiado do objeto da discussão: o teste da atualidade da teoria kaleckiana frente às críticas "novo-schumpeterianas" de descentralização crescente dos mercados industriais. Para enfrentar este ponto através da crítica à teoria schumpeteriana do financiamento de novos empreendimentos, basta regatar aquela que - do nosso ponto de vista - é a mais enxuta e correta versão da teoria keynesiana do juro: a versão de Shackle [129]. A especificidade deste autor é que ele vai ler a teoria keynesiana do juro e da preferência pela liquidez da *Teoria Geral* à luz do *Treatise on Money*, onde Keynes chamava a atenção para o fato de que

> "A decisão entre manter depósitos bancários ou títulos se relaciona não somente ao incremento presente à riqueza dos indivíduos, mas também a todo o conjunto do seu capital existente. Na verdade, como o incremento presente é apenas uma proporção insignificante do conjunto da riqueza existente, ele é apenas um elemento de menor importância na questão."[130]

---

fundamentos da teoria keynesiana do juro; vale dizer: todos os fundamentos daquela teoria do juro que explica - sem qualquer referência à ideológica teoria da abstinência - sua pertinência a uma economia mercantil capitalista em qualquer etapa de sua dinâmica cíclica e tendencial. E com isto, Schumpeter está anunciando o fracasso de sua teoria da "livre entrada" (assentada na amplitude das bases de financiamento para os empreendimentos inovadores) e de denegação tendencial do lucro puro e do juro.

[128] A este respeito, Joan Robinson chega a pretender que a simplória teoria kaleckiana do juro seja superior à de Keynes, afirmando que Kalecki "simplifica outro trecho que Keynes havia tornado pesado, aceitando sem discussão (sic) que a taxa de juros é um fenômeno monetário". ROBINSON, J. *Contribuições à Economia Moderna.* Op. cit. p. 82. Kalecki, por sua vez, virtualmente ignourou a teoria keynesiana da taxa de juros, procurando desenvolver uma alternativa própria. Nesta, a taxa de juro de curto prazo torna-se função positiva da demanda de moeda-crédito para transações (que, por sua vez, é função da renda e do investimento) e da estrutura e elasticidade de oferta de moeda-crédito pelo sistema bancário (manifesta na variação da velocidade renda de circulação da base monetária); enquanto a taxa de juros de longo prazo será definida por um prêmio de iliquidez sobre a média esperada das taxas de juros de curto prazo ao longo de um período equivalente. (Vide a este respeito, KALECKI, M. *Theory of Economic Dynamics.* Op. cit. pp. 262 e segs.). Já Hicks procurará resgater a contribuição de Keynes, admitindo (algo "a princípio") sua superioridade sobre as alternativas contemporâneas. Mas seu tratamento da demanda especulativa de dinheiro sempre foi problemático, e em seu afamado "Las dos tríades", de 1966, acaba por concluir que a "demanda de precaución [es]... la demanda de liquidez por excelencia". Reconhece, logo adiante, que "la relación entre la demanda especulativa y la demanda de precución parece que es aquí un tanto distinta de como la que presentara Keynes" (sem dúvida!); mas concluí, ao final (e após a apresentação de outros pontos "problemáticos" em Keynes) que "deberemos someter las tesis de Keynes a una completa revisión". HICKS, J. *Ensayos críticos sobre teoría monetaria.* Barcelona: Ariel, 1975, p. 54, 55 e 73.

[129] Para um primeiro contato com a interpretação de Shackle recomendamos a leitura do Capítulo 15 - "Preferência pela liquidez" - de seu *Origens da Economia Contemporânea.* É interessante observar que, na contra-mão de Hicks, esse autor pretenderá (corretamente, ao nosso ver) que "quando concebemos e expressamos de modo apropriado os motivos transacionais e especulativos para se conservar um estoque de moeda, desaparecem os motivos precautórios". SHACKLE, G.L.S. Op. cit. p. 200.

[130] KEYNES, J. M. *Treatise on money.* Apud SHACKLE, G.L.S. Op. cit. pp. 202/3. É importante observar que a recuperação que Shackle faz do *Treatise* para esclarecer os desenvolvimentos da *Teoria Geral* não deixa de envolver uma pequena traição a Keynes. Como este autor alerta ao final do capítulo 13 da *Teoria Geral*,

Se retomamos o tratamento anterior do impacto de variações da taxa de juros sobre o valor das perpetuidades e o reinterpretamos à luz da passagem anterior de Keynes, o que fica claro é que **a expressiva variação do valor da perpetuidade** deve ser objeto de atenção e ponderação numa decisão de investimento pelo menos tão grande (ou, antes, maior!) do que o rendimento anual da mesma. Este argumento é facilmente compreensível à luz de um exemplo. Imaginemos que o rendimento de uma perpetuidade é de de $ 5.000,00 a.a., e a taxa de juros é de 5% a.a., seu preço será de $ 100.000,00. Mas se, dado este rendimento, a taxa de juros cai para algo em torno de 2,5 % a.a., o preço deste ativo se elevará para nada menos do que $ 200.000, 00. O que significa dizer que a variação de preços da referida perpetuidade - que, a princípio, impor-se-ia instantaneamente com uma variação da taxa de juros de apenas 2,5 % - é equivalente a 20 anos de rendimento anual daquele ativo[131].

A conclusão que se extrai daí é tão simples quanto irrecusável: **se há qualquer motivo para se acreditar que a taxa de juros deva cair, é racional comprar-se títulos desde já, buscando lucrar com sua valorização; e vice-versa: se há qualquer motivo para se acreditar que a taxa de juros deva subir, há que se desfazer de títulos, buscando uma posição líquida que nos permitiria a apropriação de ganhos posteriores.**

---

a principal diferença no tratamento da taxa de juros neste último trabalho e naquele primeiro é que, no *Treatise*, a taxa de juros era pensada como mantendo uma relação funcional com o conjunto dos ativos que proporcionam um rendimento, enquanto na *Teoria Geral* esta é pensada com relação exclusiva à evolução dos preços de títulos representativos de dívidas. Como se pode perceber da leitura atenta dos capítulos 11 e 12 da *Teoria Geral*, é a categoria "eficiência marginal do capital" que passa a receber *diretamente* o impacto das variações nos preços dos ativos financeiros representativos de propriedade (ações em geral). Em total acordo com Shakle, pensamos que esta distinção de Keynes (à qual, sintomaticamente, o autor nem sempre se atém) trouxe mais prejuízos do que benefícios. O que ela busca é, de um lado, explicitar as determinações financeiras do investimento produtivo e, de outro, resgatar a autonomia relativa dos movimentos do preço das ações e da taxa de juros (que, como se sabe, podem se elevar conjuntamente). Contudo, o seu real resultado foi, de um lado, a aparente absolutização da hegemonia das determinações financeiras sobre a inversão produtiva, e, de outro, a reabertura de um inaceitável (porquanto contraditório com toda a construção keynesiana) "gap" entre demanda especulativa por dinheiro (definida no "mercado monetário", pela taxa de juros) e decisão de investimento (definido no "mercado de produto", pela eficiência marginal do capital). Do nosso ponto de vista, este jogo keynesiano de virtual identificação do distinto e distinção do virtualmente idêntico se encontra no centro das dificuldades de compreensão de sua teoria do investimento e da taxa de juros, que se impõe até para seus discípulos mais consequentes. Por isto mesmo, fazemos eco a Shackle no movimento de recuperação da leitura do *Treatise* que, como procuraremos demonstrar, ajuda sobremaneira a compreender aquela que reputamos ser a mais original contribuição teórica de Keynes à economia moderna.

[131] Nos termos de Keynes na *Teoria Geral*: "as energias e as habilidades do investidor profissional e do especulador estão principalmente aplicadas ... não a fazer previsões abalisadas a longo prazo sobre a renda provável de um investimento por toda a sua vida, mas em prever mudanças de curto prazo com certa antecedência em relação ao público em geral. Não se preocupam com o que realmente significa um valor de investimento para o indivíduo que o comprou 'para guardar', mas com o valor que lhe atribuirá o mercado dentro de três meses ou um ano sob a influência da psicologia das massas. Ademais, esta conduta não é o resultado de uma propensão mal direcionada, mas a consequência inevitável de um mercado financeiro organizado segundo as normas descritas. Na verdade seria insensato pagar 25 por um investimento cuja renda esperada, supõe-se, justifica um valor de 30 se, por outro lado, se acredita que o mercado o avaliará em 20, três meses depois." KEYNES, J. M. Op. cit. pp. 113/4.

O problema é que esta conclusão "óbvia" cria um segundo determinante para a evolução da demanda e oferta de títulos e, consequentemente, para seus preços. Antes, o preço destes aparecia como função simples da taxa de juros. Agora, aparece como uma função da expectativa da taxa de juros futura. O que se desdobra na assertiva de que as expectativas em torno da evolução da taxa de juros tendem a ser auto-confirmantes. Mais exatamente: se as taxas de juros são tais que os agentes esperam que elas venham a baixar, a atitude lógica é comprar mais títulos hoje, pressionando pela elevação dos seus preços e - consequentemente - determinando a queda da relação rendimento/preço dos mesmos, que corresponde à taxa de juros "específica" deste ativo[132]. Neste movimento, os compradores estarão, simultaneamente, liberando liquidez para os agentes vendedores (presumivelmente carentes de liquidez para compra de ativos reais ou quitação de dívidas), em troca dos ativos financeiros que saem de carteira) e diminuindo a pressão sobre o sistema bancário-creditício. Resultado: a queda da taxa geral de juros! Nos parece ocioso esclarecer que o movimento inverso (onde as expectativas são de elevação da taxa de juros e de queda dos preços dos ativos) é igualmente válido. O que importa entender, de fato, é que, agora, **o preço dos títulos não só deixa de ser função simples e direta da taxa de juros atual, como esta última passa a ser função da expectativa de evolução daqueles preços no futuro.**

A questão que fica por esclarecer então passa a ser a questão dos determinantes das expectativas de evolução da taxa de juros e dos preços dos títulos. E esta é, sem sombra de dúvida, a questão mais complexa. Mas não tão complexa que não se possa - à luz dos trabalhos não só de Keynes, mas do próprio Schumpeter - extrair algumas conclusões.

Em primeiro lugar, é a própria história de evolução da taxa de juros que ilumina o mercado a respeito dos momentos em que se encontra "demasiadamente alta" e "demasiadamente baixa". Um argumento do qual o "racionalista" Schumpeter (mais até do que Keynes) não pode fugir. Afinal, nos termos mesmos deste autor a recorrência das flutuações cíclicas deve alimentar uma expectativa de recuperação da taxa de juros "após" a depressão. E se - de acordo com os argumentos acima -, a generalização desta expectativa a faz "auto-confirmante", **então a taxa de juros não pode cair na depressão da forma como propõe Schumpeter. Na melhor das hipóteses - e supondo uma política monetária ativa e expansionista por parte do governo e do sistema bancário - ela se fixa num patamar mínimo a partir do qual toda a ampliação de liquidez passa a ser demandada para fins especulativos.**[133]

---

[132] A respeito das taxas de juro ativo-específicas, vide o capítulo 17 da *Teoria Geral*. Neste capítulo, Keynes retoma ao eixo teórico do *Treatise* (resgatado por Shackle e por nós aqui), redefinindo a categoria "juro" como o conjunto dos rendimentos esperados de direitos sobre um ativo qualquer resgatáveis em data futura.

[133] Nos termos de Keynes: "A taxa de juros e o preço das obrigações devem ... fixar-se ao nível em que a soma global que certos indivíduos desejam conservar líquida (porque a esse nível se sentem 'baixistas'

Mas isto não é tudo. Nem, sequer, o principal. Ainda mais importante do que a evolução histórica (tipicamente cíclica) da taxa de juros (que alavanca as expectativas de recuperação da mesma a partir de um determinado patamar) é o fato de que, na verdade, os preços dos ativos financeiros (ou, se se quiser, "financeirizados") que garantem alguma (quase)renda ao longo do ciclo não são dependentes apenas da taxa de juros e das expectativas de evolução desta. Os rendimentos destes ativos também sofrem variações ao longo do tempo, e estas variações - bem como seus impactos sobre os preços futuros dos mesmos - também são objeto de especulação. Além disso, alguns destes ativos (debêntures, ações de outras empresas e ativos reais) funcionam como reservas precaucionais-financeiras de valor das mais distintas firmas capitalistas, que usualmente se desfazem dos mesmos (pressionando seus preços no mercado) nos momentos em que necessitam de liquidez para investimento e/ou pagamento de dívidas. Vale dizer: a evolução do preço destes ativos é também influenciada pela conjuntura econômica de cada firma e pela conjuntura macroeconômica mais global. Mais especificamente - e na esteira da passagem de Schumpter reproduzida acima -, **no início da depressão é de se esperar que as empresas que se deparam com dificuldades de realização de estoques e pressões para pagamento de dívidas desovem um volume expressivo de tais ativos, baixando os seus preços e elevando a taxa de juros implícita dos mesmos.** Uma expectativa que, se generalizada, trabalhará no sentido de aprofundar o movimento de queda de seus preços e de alavancagem da taxa de juros geral para patamares insuspeitos[134]. Esta é a crise schumpeteriana;

---

relativamente ao futuro das obrigações), seja exatamente igual à quantidade de moeda disponível para atender às atividades do motivo de especulação. Destarte, cada aumento na quantidade de dinheiro deve aumentar o preço das obrigações o suficiente para exceder as previsões de alguns 'altistas' e influir sobre eles para que as vendam e venham juntar-se ao grupo dos 'baixistas'. ..... No entanto, podem ocorrer determinadas circunstâncias em que mesmo um acréscimo considerável da quantidade de moeda exercerá uma influência comparativamente pequena sobre a taxa de juros. ... é possível que haja uma opinião tão unânime sobre a futura taxa de juros que uma ligeira variação nas taxas atuais determine um movimento maciço em direção à busca da liquidez." KEYNES, J.M. *Teoria Geral.* Op. cit. pp. 124/5.

[134] Segundo Keynes: "É próprio da natureza dos mercados financeiros organizados que, sob a influência de compradores em sua maioria ignorantes do que compram e de especuladores mais interessados nas previsões da próxima mudança de opinião do mercado do que numa estimativa racional do futuro rendimento dos bens de capital, quando a decepção advém a um desses mercados otimistas e superabastecidos, as cotações desçam em movimento súbido e mesmo catastrófico. Além disso, o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital suscitam, naturalmente, um forte aumento da preferência pela liquidez e, consequentemente, uma elevação da taxa de juros. Nestas condições, o fato de a queda da eficiência marginal do capital ser frequentemente acompanhada por uma elevação da taxa de juros pode agravar seriamente o declínio do investimento. O essencial, porém, de tal estado de coisas reside, não obstante, na queda da eficiência marginal do capital, especialmente no caso das categorias de capital que, no curso da fase anterior, mais contribuíram para os novos investimentos. A preferência pela liquidez, exceto nas suas manifestações associadas ao aumento da atividade comercial e da especulação, só começa a aumentar *após* o desmoronamento da eficiência marginal do capital." KEYNES, J. M. Op. cit. pp. 218/9. É fácil perceber aqui a confusão (apontada anteriormente) que emerge do fato de Keynes traduzir como "queda da eficiência marginal do capital", tanto uma queda da taxa de lucro corrente (associada a uma diminuição do nível de utilização e/ou a uma queda de preços dos produtos finais), quanto uma queda do preço das ações e demais ativos financeiros que fazem parte do portfolio das firmas. A despeito disto, a leitura geral de Keynes nesta passagem é bastante clara e reforça a nossa própria interpretação da imbricação funcional entre

e é, também, a crise keynesiana. Só que, para Keynes, esta é a condição normal - e não extraordinária - de solução de um *boom*.

Se resgatamos a discussão anterior em torno da evolução da taxa de juros ao longo do ciclo, o que fica claro é que, para Keynes, **a taxa de juros não só não deve cair ao fim do *boom*, como deve se elevar relativamente no início da crise**. Além disso, sua eventual queda posterior (no período da depressão propriamente dita) não só será limitada pela emergência de todo um conjunto de oportunidades financeiro-especulativas de valorização que brotam da própria crise (e, no limite, pela emergência da "armadilha da liquidez"), como não deve se refletir em folga creditícia para os setores economicamente marginais, normalmente os mais afetados financeira e patrimonialmente pelo processo crítico[135].

Ora, se se tem em vista o conjunto dos desenvolvimentos anteriores, fica fácil perceber que **a teoria keynesiana da taxa de juros e da valorização especificamente financeira solapa as bases da teoria da livre entrada e do equilibrismo redistributivista do sistema econômico do jovem Schumpeter**[136].

Porém esta crítica keynesiana ao "equilibrismo redistributiva" de Schumpeter não solapa as bases de qualquer "equilibrismo redistributivista". Como se sabe, em seus termos mais gerais a teoria da distribuição de Keynes (a despeito da nova e pouco nobre *raison d'etre* dos juros) é, em si mesma, compatível com o neoclassicismo e com o equilibrismo desta escola. Afinal, é Keynes mesmo quem vai se colocar na camisa de força da concorrência perfeita. E com esta indumentária não há como fugir da conclusão infeliz de que, no "longo prazo" (seja lá o que isto venha a significar em termos empíricos), preços, salários nominais e reais e a taxa de juros são suficientemente flexíveis para garantir a equilibração do sistema.

Para se fugir deste novo imbróglio é preciso resgatar o anti-equilibrismo de Schumpter contra Keynes, e o anti-equilibrismo de Keynes contra (o jovem) Schumpeter[137].

---

desaceleração do investimento produtivo, queda dos lucros, queda dos preços das ações e elevação da taxa de juros (nesta ordem).

[135] A este respeito, vide KEYNES, J. M. Op. cit. pp. 146/7.

[136] Oque, mais uma vez, revela a consistência *lógica* de Audretsch: retornar ao jovem Schumpeter depois de Keynes só é possível se se busca validar a generalização da livre entrada denegadora do lucro na apologia ideológica da produtividade da função empresarial e/ou na denegação absoluta de qualquer vantagem de escala (ou escopo). Do nosso ponto de vista, Schumpeter - que nunca deixou seu apego ideológico ao capitalismo subordinar seu rigor lógico - tinha plena consciência das consequências deletérias do keynesianismo sobre seu próprio modelo. Não gratuitamente dedicava suas farpas mais afiadas à *Teoria Geral* entre todos os trabalhos de Keynes, e a Keynes, em geral, dentre todos os seus "desafetos teóricos". Para um resgate sucinto da avaliação que Schumpeter fazia do trabalho de 36 de Keynes, vide SCHUMPETER, J.A. "Análisis de la teoría general de Keynes". In: *Ensayos*. Barcelona: Oikos-tau, 1968.

[137] Dizemos contra "o jovem" Schumpeter porque, após o *Business Cycles*, Schumpeter se apropriará crescentemente das determinações anti-equilibristas que emanam dos grandes teóricos da demanda efetiva no século XX, afastando-se crescentemente da perspectiva abraçada no *Teoria do desenvolvimento*

Só que este duplo resgate tem de transcender à (corretíssima, essencial, mas insuficiente) demonstração da imbricação entre aceleração do progresso técnico e alavancagem da incerteza e engurgitamento das formas especificamente financeiras de valorização. Até porque o jogo inovação-incerteza-financeirização é um jogo que não traz (ou, pelo menos, não parece trazer) inscrito nele mesmo os seus beneficiários. Pelo contrário, Schumpeter (inclusive "o velho", do *Capitalismo, socialismo e democracia*) e Keynes não se cansaram de esgrimir argumentos para demonstrar que os benefícios deste jogo (via inovação) e seus malefícios (via especulação) atingiriam, mais cedo, ou mais tarde, a "todos os agentes sociais por igual".

Ir além desta conclusão no sentido da busca da funcionalidade histórica-estrutural deste jogo envolverá, pois, no campo do pós-marginalismo, um re-resgate de Kalecki. Afinal, **é Kalecki que - a despeito da sub-determinação relativa de suas teorias do ganho financeiro e da inovação - irá desvelar a conexão especificamente capitalista da imbricação destas duas peças do jogo valorativo**. Uma imbricação que este autor situará - ao nosso ver, corretamente - na **limitação estrutural ao ingresso em mercados onde o aporte de capital inicial para o comando de recursos tecnológico-produtivos é expressivo**. Não gratuitamente, é por estas considerações que Kalecki abre o primeiro capítulo ("Entrepreneurial Capital and Investment") da Parte IV ("Determination of Investment") de seu *Theory of economic dynamics.* Segundo o autor:

> "Two factors are usually mentioned as limiting the size of a firm: diseconomies of a large scale, and limitation of market ... . The first of these factors seems to be rather unrealistic. It has no technological basis because, **although every plant has an optimum size, it is still possible to have 2, 3, or mor plants. The argument with respect to difficulties of management arising out of large-scale enterprise also seems doubtful, since adequate measures of decentralization can always be introduced to meet this problem.** The limitation of the size of the firm by the market for its products is real enough, but it leaves unexplained the existence of large and samll firms in the same industry.
> There is, however, another factor which is of decisive importance in limiting the size of a firm: **the amount of entrepreneurial capital, i.e. the amount of capital owned by the firm. The access of a firm to the capital market, or in other words the amount of rentier capital it may hope to obtain, is determined to a large extent by the amount of its entrepreneurial capital.** .....
> In addition, many firms will not use to the full the potentialities of the capital market because of the 'increasing risk' involved in a expansion. **Indeed, some firms may even keep their investment at a level belw that of the entrepreneurial capital, a part of which may be held in securities. A firm considering expansion must face the fact that, given the amount of the entrpreneurial capital, the risk increases with the amount invested. The greater the investment in relation to the entrepreneurial capital, the greater the reduction of the entrpreneur's income in event of an unsuccessful business venture.**[138]

---

econcômico segundo a qual o retorno ao fluxo circular era um movimento tendencial passível de efetiva concretização em uma determinada temporalidade cronológica.

[138] KALECKI, M. Op. cit. pp. 277/8 (o negrito é meu).

A citação - algo longa - se justifica por ser esta passagem uma das demonstrações mais claras da capacidade de Kalecki de sintetizar de forma simples um conjunto abrangente e complexo de argumentos cuja articulação rigorosa muitas vezes foge ao leitor mais apressado e menos afeito ao tema. Neste pequeno espaço, Kalecki argumenta ("contra Audretsch") que uma eventual diminuição do tamanho ótimo das firmas não implica em qualquer descentralização **da propriedade,** e que os limites gerenciais-inovativos da grande escala podem ser enfrentados com inovações gerenciais descentralizantes; resgata a idéia (keynesiana, que é aqui esgrimida contra o jovem Schumpeter) de que a estruturalidade dos ganhos financeiros funciona como um custo permanente de oportunidade para o investimento produtivo e o financiamento bancário deste; e resgata (discretamente) Marx, para nos lembrar que, dadas as exigências normais de garantias para o crédito de curto e de longo prazo, a propriedade de capital é, no sistema capitalista, a condição fundamental para a alavancagem financeira dos distintos empreendimentos.

Mas Kalecki vai além desses argumentos mais tradicionais e nos faz ver ainda que, dada a incerteza estrutural com respeito ao ganhos produtivos futuros, a excessiva alavancagem financeira (que se torna possível dentro de determinados padrões institucionais-regulatórios do sistema de poupança e empréstimo) é altamente arriscada, e contradita os interesses de longo prazo (leia-se: a segurança) dos próprios agentes inversores.

A relevância desta construção de Kalecki pode ser melhor apreendida quando se entende que, de forma alguma, o conjunto dos argumentos anteriores é esgrimido com vistas a provar que o sistema capitalista se organizaria de forma a inviabilizar eventuais movimentos de ingresso de firmas dos mais diversos portes em mercados oligopolizados. Pelo contrário: na passagem reproduzida acima Kalecki aponta para o caráter estrutural da convivência entre pequenas e grandes firmas nestes mercados, reconhecendo que a existência de tamanhos ótimos de planta (até o qual as firmas estariam operando com custos superiores à média) não é condição suficiente para impedir o ingresso e a operação de firmas menores. Nem, tampouco, Kalecki pretende derivar da argumentação anterior que as firmas menores feneceriam mais cedo ou mais tarde, em função das vantagens produtivas e financeiras das grandes empresas. Em Kalecki, a aversão das empresas (inclusive pequenas e médias) ao risco crescente associado à hiper-alavancagem é indissociável da luta pela sobrevivência autônoma a longo prazo, que não está, *a priori*, fadada ao fracasso.

Mas, então, qual é o significado real do conjunto dos desenvolvimentos anteriores? Do nosso ponto de vista, o significado é dúplice. Em primeiro lugar, Kalecki quer chamar a atenção para o fato de que nos setores oligopólico-capitalistas[139]: 1) o ingresso é um processo

[139] Vale dizer: abstraídos aqueles nichos produtivos em que vige a concorrência perfeita e imperfeita pura e que efetivamente se abrem à mão-de-obra excedente mais qualificada do sistema.

necessariamente circunscrito, pressupondo o controle de um certo volume de capital próprio por parte do ingressante; 2) o ingresso descentralizante de novas plantas não é contraditório com a recentralização financeira do mercado; e 3) a sustentação da autonomia financeira-competitiva das pequenas e médias empresas envolve limitações na dinâmica de investimento/crescimento das mesmas que fragiliza sobremaneira a capacidade destas na adoção de estratégias competitivo-agressivas e depressoras do grau de monopólio médio do mercado.

Em segundo lugar, Kalecki quer nos fazer ver que as limitações financeiras do investimento privado capitalista trabalham no sentido de aprofundar as circunscrições de demanda a este mesmo investimento e, consequentemente, ao ingresso nos distintos mercados. E isto na medida em que o temor à hiper-alavancagem por parte das distintas empresas (já instaladas ou não) transforma o investimento no tempo "t" numa função (não unívoca) dos lucros retidos no tempo "t-1". E como os lucros no tempo "t-1" são, em Kalecki, função dos investimentos em "t-1", os investimentos em cada período se tornam função dos investimentos dos períodos anteriores, minimizando as possibilidades de que a principal variável definidora da demanda autônoma da economia tenha um crescimento adequado à sustentação do nível de utilização da capacidade instalada[140]. Vale dizer: **o temor à hiper-alavancagem trabalha (entre outras variáveis) no sentido de deprimir os investimentos. O que alimenta a depressão da lucratividade sistêmica via queda do nível de utilização da capacidade instalada e, consequentemente, trabalha no sentido de (re)elevar as barreiras à entrada e o grau de monopólio dos distintos mercados**[141].

Em suma: para Kalecki não só o ingresso nos setores especificamente capitalistas é estruturalmente circunscrito, como - por uma espécie de "ironia" do sistema - a luta dos distintos agentes capitalistas por manterem sua autonomia competitiva, impedindo a re-centralização financeira dos mercados, trabalha no sentido da depressão do investimento e do reerguimento de

---

[140] Um tratamento rigoroso desta questão envolveria um desvio demasiado longo e inoportuno. Contudo, é possível se formar uma idéia intuitiva da questão a partir de uma modelagem muito simples. Imaginemos uma economia sem governo, em que os trabalhadores não poupam e em que o consumo capitalista é desprezível. Neste caso, os lucros a cada período são idênticos ao investimento do mesmo período. Se a aversão ao risco das empresas for tal que se recusem a qualquer dívida de longo prazo, o investimento do período subsequente não poderá ultrapassar os lucros retidos no período corrente. **Mas se os lucros retidos a cada período são idênticos ao investimento passado e definem o investimento corrente, o investimento e a renda desta economia será constante**. O que significa dizer que, se o investimento líquido for positivo, o estoque de capital não cessa de crescer e, com ele (dado que a demanda agregada do sistema é estabilizada pelo investimento), a capacidade ociosa do sistema. Evidentemente, a conclusão que se extrai deste modelo intuitivo é que não pode haver crescimento sustentado de uma economia sem alavancagem dos investimentos. E quanto menor a tolerância empresarial à alavancagem, maiores as chances de reversão cíclica automática; com todas as suas consequências deletérias ao ingresso e alavancadoras das barreiras à entrada nos diversos mercados.

[141] A respeito da relação entre capacidade ociosa, barreira à entrada e grau de monopólio, vide nossa discussão ao final da segunda seção deste capítulo em torno. Para um tratamento tributário do kaleckiano (mas mais exaustivo do que o deste autor) em torno da retroalimentaçao entre depressão do investimento, emergência de capacidade ociosa e alavancagem das barreiras à entrada, vide STEINDL, J. *Maturidade e estagnação do capitalismo norte-americano*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 (em especial os capítulos X e XII).

barreiras à entrada (associadas à sub-utilização crônica da capacidade instalada) que rearticulam a centralização competitiva dos mercados[142]. Um resultado que só parece surpreendente na medida em que se assenta sobre um padrão extremamente original de tratamento endógeno-dinâmico do investimento, em que são resgatadas não apenas as determinações "micro" ou os rebatimentos "macro" daquele. À diferença de Keynes e seus seguidores mais diretos (inclusive os "harrodianos"), Kalecki vai explorar os desdobramentos deste (novo) quadro "macro" sobre a **estrutura competitiva nos diversos mercados** e sobre as **fontes internas de financiamento para a nova inversão**, re-determinando, assim o quadro de referência dentro do qual as decisões de investimento são tomadas a cada momento.

E neste processo revela-se toda a riqueza da leitura kaleckiana dos determinantes estruturais da configuração oligopólica dos mercados industriais. Em particular, revela-se a distância desta leitura com aquelas versões tecnicistas, onde a oligopolização é filha dileta e única das vantagens de escala. Em Kalecki, às determinações técnicas do oligopólio se somam as determinações inovativas - que se resolvem na diferenciação - e as determinações financeiras - via custo de oportunidade e risco crescente, que se resolvem na crônica restrição de capital ao investimento. E a síntese destas determinações é a estruturalização do poder de monopólio firmo-específico que realavanca as barreiras à entrada via estruturalização da capacidade ociosa industrial.

Só que a defesa da riqueza de Kalecki não pode ser lida como a defesa de sua suficiência. A teoria kaleckiana da distribuição solicita atualização. E enquanto estruturalista que é, a teoria kaleckiana só alcança se "auto-atualizar" pela remodelagem de informações empíricas tomadas contingencialmente. O que é pouco se se tem em conta a velocidade e radicalidade das transformações em curso. Porém, antes de ingressar efetivamente neste debate (que é pertinente à Conclusão deste trabalho) vale considerar ainda que a necessidade de atualização por nós apontada não envolve recusar qualquer uma das três assertivas nucleares da teoria kaleckiana da distribuição, quais sejam, as de que: 1) no mercado de trabalho não é determinado o salário real, mas tão somente o salário nominal; 2) o salário real e a participação do salário na renda privada bruta é função direta da concorrência intercapitalista, que define, imediatamente, o mark-up nos diversos mercados, e mediatamente, a evolução da produtividade do trabalho; e 3) a participação dos salários na renda privada bruta tende a ser estável no ciclo e decrescente no longo prazo em função da ampliação tendencial do grau de monopólio das firmas e mercados urbano-industriais especificamente capitalistas e da produtividade do trabalho assalariado.

---

[142] Esta contribuição de Kalecki é tão mais importante na medida em que reforça a percepção de que o "bem comportado" movimento ricardo-schumpeteriano em direção ao fluxo circular não é um resultado simples da generalização da hipótese que a livre entrada, mas depende de todo um conjunto de hipóteses não explicitadas a respeito da dinâmica do investimento que torna possível a abstração do "problema harrodiano" da adequação entre demanda efetiva e utilização da capacidade instalada.

CONCLUSÃO

Em sua forma mistificada a dialética foi moda
alemã porque ela parecia tornar sublime o existente.
Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror
... porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo
tempo o entendimento de sua negação, de sua desaparição inevitável;
porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento,
portanto também com seu lado transitório; porque
não se deixa impressionar por nada e é, em
sua essência, crítica e revolucionária.
Karl Marx, Prefácio à segunda edição d' O *Capital*

A dialética parece tornar sublime o existente porque o seu projeto é o da crítica radical ao irracionalismo. Para o cientista dialético, tudo o que é, tem uma razão de ser, tem determinações, tem racionalidade, tem objetividade. E o desenvendamento desta racionalidade/objetividade inaparencial é todo o trabalho da ciência.

Lido de uma forma vulgar e apologética, o racionalismo dialético parece justificar o existente, torná-lo sublime. Mas a dialética não é apenas um cientificismo. Ela é a negação da negação humanista e idealista do cientificismo. E esta segunda negação resgata, da primeira, o primado da relação sobre o ente. Dizer que tudo o que é, é determinado, é dizer que tudo o que é, é "em relação à", está em "inter-ação com". E estar em inter-ação é ser objeto de mudança. Donde, tudo o que é (racional), está no tempo, devém, se transforma.

Ao longo deste trabalho, procuramos nos ater com o maior rigor possível ao método dialético. Dentro do seu espírito, procuramos desvendar a racionalidade (a razão de ser) do caráter pluriparadigmático da ciência econômica. E, neste plano, a tese por nós esgrimida poderia ser sintetizada na assertiva de que, dada a própria complexidade do objeto "economia", impõe-se uma divisão do trabalho interna a esta ciência que se consubstancia na emergência e "estruturalização" de seus três paradigmas básicos - o neoclassicismo, o estruturalismo e o marxismo -, respectivamente referenciados nas três grandes ontologias-metodologias da modernidade: o cartesianismo, o kantismo e o hegelianismo.

Lida no espírito apologético de um certo hegelianismo, esta tese poderia ser interpretada como uma defesa *tout-court* do atual estágio de desenvolvimento da economia e dos três

paradigmas científicos em economia, desde então tomados como "igualmente bons". Esta é uma interpretação equivocada; para a qual, contudo, podemos ter dado alguma vazão. Afinal, a primeira tarefa que assumimos foi a de enfrentar duas leituras contrário-idênticas que se voltam à desqualificação da produção científica em economia: 1) a leitura corrente entre adeptos dogmáticos de cada um dos três paradigmas científicos, que não alcançam ver nas alternativas teóricas mais do que ideologia, apologética e apego a categorias analíticas (pretensamente) superadas; e 2) a leitura corrente entre irracionalistas de todos os matizes, que pretendem denegar a cientificidade da economia a partir do reconhecimento (em si mesmo correto) de que é imanente ao discurso teórico desta especialidade uma dimensão "retórica" voltada à conquista de adeptos para distintos projetos prático-políticos de regulação econômico-social[1].

No enfrentamento deste duplo desvio interpretativo procuramos trazer à luz a perenidade e a unidade interior dos três paradigmas científicos em economia. Para tanto, procuramos demonstrar que a vertente hegemônica da economia política clássica - o ricardianismo - está viva ainda hoje; e não apenas em Sraffa e seus discípulos, mas - por contraditório que pareça - em Kalecki, em Keynes, e em todo o pós-marginalismo. No mesmo sentido, procuramos demonstrar que o neoclassicismo não emerge repentinamente nos três primeiros anos da década de 70 do século passado, mas deita raízes tanto em Say e em Senior, quanto em Ricardo. E, finalmente, procuramos demonstrar que o materialismo histórico de Marx não apenas deita raízes em Smith, num certo Ricardo e - de forma ainda mais profunda - em Hegel; mas se desdobra em toda uma literatura científica moderna que ousa desrespeitar a estreiteza e o formalismo dos cânones metodológicos cartesianos e kantianos para resgatar os "elos perdidos" da economia com a filosofia, a política, a antropologia e - *last, but not least* - com a História. Uma literatura que, felizmente, está longe de se esgotar nas obras de autores "marxistas": até mesmo em função da dogmatização do marxismo ao longo do século XX, será na periferia desta escola - mais especificamente, nas obras de autores tão

---

[1] As referências à "retórica" e à relação entre construção teórica e projeto político-pragmático não podem deixar de trazer à memória a obra já clássica de McCLOSKEY, D. *The Rhetoric of Economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.A associação não é gratuita, mas intencional; e se justifica na medida em que - *malgré lui* - McCloskey tornou-se a referência privilegiada da crítica relativista à ciência econômica contemporaneamente. E isto a despeito de que, por oposição ao irracionalismo, McCloskey não traz à luz os fundamentos (por assim dizer) pré-científicos dos distintos paradigmas em economia com vistas a denegar a cientificidade dos mesmos e/ou demonstrar a impossibilidade de convergência teórica no interior da nossa ciência. Pelo contrário: sua defesa de uma "interação comunicativa" despreconceituosa e desarmada no interior do "colégio dos economistas" é a expressão de sua fé nas potencialidades de desenvolvimento de uma convergência que já alcança patamares expressivos. Afinal, segundo o autor: "Economists agree on moe than is commonly understood. Their disagreements about prediction and politics give them an unhappy reputation, yet they agree on many things: the index number problem, the law of demand, the logic of entry. They agree above all on how to talk like economists. Whether descended from Marx or Menger or Marshall among the grandsons of Adam Smith, they participate together in a conversation begun two centuries ago ..." McCLOSKEY, D. Op. cit. p. 3.

díspares quanto Mauss, Polanyi, Godelier, ou Simon - que o peculiar (porquanto materialista, historicista e "dialético-procedimental") racionalismo de Marx vai se dizer presente.

Certamente haverá quem critique esta forma tão inclusiva e aparentemente idiossincrática de determinação dos paradigmas. Porém, não cabe aqui reapresentar nossos argumentos, esgrimidos ao longo de um trabalho tão extenso. O único que cabe é argumentar que, neste particular, não procuramos ser originais; tão somente generalizamos a definição lukacsiana de "marxismo ortodoxo". Como se sabe, para Lukács,

> "O marxismo ortodoxo não significa ... uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma 'fé' numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia em matéria de marxismo refere-se, pelo contrário, [única] e exclusivamente ao *método*."[2]

Da mesma forma que para o marxismo, pretendemos que o neoclassicismo ortodoxo e o estruturalismo ortodoxo se definam única e exclusivamente pelo seus métodos científicos. E se o marxismo se define pela dialética, o neoclassicismo se define pelo cartesianismo, e o estruturalismo pelo (neo)kantismo. O que está longe de ser uma caracterização "idiossincrática", "frouxa" ou demasiado inclusiva. Pelo contrário: é uma caracterização que (a despeito de sua consistência, que pode e deve ser objeto de debate) busca determinar objetivamente o espectro teórico dos distintos paradigmas a partir de um critério mais geral do que a mera elencagem das (em grande parte, contingentes e continuamente superadas) categorias analíticas e polêmicas internas aos mesmos.

O importante a reter, contudo, é que a caracterização metodológica dos três paradigmas clássicos não nos serve apenas para escapar de clivagens contingentes e idiossincráticas. Ela articula a tese central de que, **se os três paradigmas clássicos são "igualmente científicos", eles não são "igualmente bons"; mas "desigualmente bons".** E isto, acima de tudo, porque os distintos métodos não são "igualmente bons" para o tratamento de todo e qualquer objeto.

A ênfase cartesiana nas idéias "claras e distintas" define a sua própria circunscrição objetal. Os cartesianos não são exploradores de novos territórios; são geômetras e geógrafos de terras bem conhecidas. Tanto o complexo, quanto o impressionismo imanente à teorização precursora e revolucionária são arquinimigos dos discípulos de Cartésio. O que se impõe de forma particularmente notável em nossa ciência. Como bem o salienta Schumpeter, no período áureo do

---

[2]LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974, p. 15.

neoclassicismo - de 1870 a 1914 - "a ciência cresceu mais em tamanho do que em sabedoria"[3]. Em compensação,

> "os economistas começaram a desenvolver técnicas mais complexas, que tomaram cada vez mais o lugar das antigas técnicas simples que toda pessoa educada era capaz de dominar sem necessidade de treino especial. O resultado natural e inevitável foi que a Economia se tornou mais especializada e menos acessível ao público leitor, em consequência do que grangeou - muito imerecidamente - a reprovação não somente dos porta-vozes desse público, mas também daqueles de mentalidade menos tecnicista em seu próprio meio."[4]

De fato! Se nos permitem uma blague, diríamos que o cartesianismo é um *toolmaking method*, e o neoclassicismo é uma *toolmaking school*. E é como tal que são valiosos. Exigir realismo, consistência empírica e ousadia teórica de um cartesiano é como exigir água de pedra. Mas isto não torna a análise da elasticidade preço e renda da demanda, ou a teoria da concorrência imperfeita, ou a teoria dos jogos, instrumentos analíticos descartáveis.

Da mesma forma, é um contra-senso exigir de um estruturalista uma análise científica da diacronia. É bem verdade que Ricardo tentou teorizar o longo prazo. Mas, nesse particular, sua construção é um rotundo fracasso, que não deixou marcas, nem no neo-ricardianismo, nem no estruturalismo pós-marginalista[5]. E se Kalecki é mais bem sucedido em suas (raras) incursões no campo da diacronia, só o é na medida em que seu estruturalismo (como o de Schumpeter) é influenciado pela reflexão marxiana.

Para além de exceções raras e honrosas, contudo, é da essência do estruturalismo a circunscrição à sincronia (ainda que não à estática). E isto, na nossa ciência[6], porque o estruturalismo se assenta numa incorporação simultaneamente radical e particular do individualismo metodológico. É radical na medida em que os agentes da economia estruturalista tomam **decisões** (ao invés de simplesmente "maximizarem", como os trans-históricos consumidores, proprietários e empresários cartesianos), que põem a economia em movimento. E é particular na medida em que o individualismo metodológico estruturalista é radicalmente avesso ao individualismo sociológico: aqui, as determinações sócio-institucionais que subjazem às decisões dos agentes são **dadas exogenamente, e mudam no tempo de forma imperscrutável para os economistas**.

---

[3] SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Op. cit. Livro III, p. 13.
[4] Idem, p. 12.
[5] Deixou algumas marcas no ricardianismo de esquerda, como veremos logo adiante. Mas esta é uma escola que, do nosso ponto de vista, encontra-se virtualmente fora do escopo da ciência. Um estruturalismo que não se sabe incompetente para pensar a diacronia, que não tem **ciência** das limitações do método que abraça, não é "para si", e não faz juz à caracterização de científico.
[6] Que, neste particular (e por razões demasiado evidentes) difere do estruturalismo em sociologia.

Nada mal, se limitamos nossa análise ao curto prazo (ou, pelo menos, àquele prazo em que a estrutura sócio-econômica mais geral é dada). Nada bem, se queremos transcender esta restrição teórico-temporal. Onde tudo muda, é preciso ter uma teoria da mudança. E onde o próprio agente da mudança muda, é preciso ter-se uma teoria da auto-transformação do agente. É aqui que entram em cena Hegel, Marx e discípulos; seguidos, de forma discreta (mas nem por isto menos ousada), por todo um conjunto de autores não-marxistas ocupados em desvendar a lógica de desenvolvimento da razão econômica.

Ora, não cabe numa Conclusão resgatar os argumentos já apresentados em defesa da consistência científica do objeto e dos principais desenvolvimentos teóricos de Marx. Cabe apenas lembrar que, para nós, a chave da superação hegelo-marxiana do agnosticismo estruturalista encontra-se na identificação do trabalho como o fundamento dinâmico-material da consciência social. O que "objetiva" a (ou, se se quiser, define o núcleo objetal da) dialética materialista, e nos permite redefinir o "marxismo ortodoxo" (mais uma vez em consonância com Lukács) pelo reconhecimento de que

> "for Marx labour is not one of the many phenomenal forms of teleology in general, but rather the only point at which a teleological positing can be ontologically established as a real moment of material actuality."[7]

A importância deste ponto não se encontra apenas no fato dele trazer à luz o núcleo da teoria marxiana da História. Se isto é importante em si mesmo para os que buscam seguir os passos deste grande mestre na investigação da lógica do desenvolvimento e da crise da ordem mercantil-capitalista, ele é igualmente importante para a diferenciação radical da reflexão marxiana e ricardiana. Afinal, é a partir do resgate da ontologia do trabalho em Marx que se pode entender a pertinência particular (na verdade, a absoluta centralidade) da categoria valor neste autor de uma perspectiva rigorosamente **não-ricardiana.** E isto na medida em que, se se funda o valor e o intercâmbio no trabalho (ao invés de "achar" o trabalho por trás dos preços, como faz Ricardo), salvar a relação preço-valor a partir de movimentos de "transformação" não se mostra apenas ocioso, mas (*malgré* Marx) inconsistente com o projeto marxiano mais geral, que envolve extrair, do desenvolvimento da contradição entre estas duas categorias, o desenvolvimento da tensão entre o igualitarismo formal do mundo mercantil e a desigualdade real da apropriação capitalista.

---

[7] LUKÁCS, G. *The Ontology of Social Being* (*Labour*). London: Merlin Press, 1978,p. 8.

É fácil perceber a importância deste ponto. Afinal, **a economia só é uma ciência na medida em que** - para além de sua divisão interna estrutural em paradigmas portadores de perspectivas metodológicas e objetais distintas (mas não excludentes) - **ela possui, simultaneamente, uma história de desenvolvimento que se impõe sobre todos os projetos científicos legítimos que se desenvolvem em seu interior**. E se há um plano em que este desenvolvimento é marcante é na superação radical e incontornável do ricardianismo. Expliquemo-nos.

Num certo sentido (e com o perdão de mais esta contradição), Ricardo é insuperável. Afinal, que outro autor se diz presente igualmente e de forma tão marcante em Marx, em Marshall, em Walras, em Schumpeter, em Sraffa, em Keynes e em Kalecki? .... Com certeza, nenhum outro.

Simultaneamente, contudo, Ricardo não deixa de ser a expressão infantil e definitivamente superada de nossa ciência. Mais do que os neoclássicos (que, desde Say, pretendem que "a produção econômica seja a produção de utilidades, e não de coisas"), Ricardo é o grande "fisicista" da economia. Seu projeto maior é o de identificar o **metro** com o qual se medem os preços. E a função primeira deste metro é a de demonstrar que a renda nacional é uma **quantidade rigorosamente mensurável e fixa** (num determinado intervalo de tempo), de forma que os salários só podem aumentar se os lucros caírem, e vice-versa. Para Ricardo, o **metro econômico** deve se encontrar na **técnica** de produção (onde só há necessidade). De forma que os preços tomam-se função da técnica, e não na concorrência ou no mercado (que é o reino do contingente, do fugidio, do ocasional). E se a técnica varia, ela o faz, antes de mais nada, porque a **natureza** não é pródiga, e as terras não são igualmente férteis. O que faz da lei de tendência à queda da taxa de lucro uma lei rigorosamente natural: o lucro cai e a renda cresce porque a fertilidade do solo e as distâncias dos centros produtores aos centros consumidores são desiguais[8].

É verdade que o grande Ricardo contribui muito para abalar sua própria construção infantil e fisicista. Mas não o suficiente para livrar Marx do equívoco de tomar o valor (não apenas como fundamento histórico e social dos preços, e índice de equivalência nas trocas e de desenvolvimento da abstração e produtividade do trabalho mas) como fundamento lógico e material dos preços. O que se desdobrará na hipótese igualmente equivocada de que a negação do trabalho (assalariado)

[8] Não é preciso esclarecer que estamos longe de reduzir Ricardo a esta construção vulgar. O Ricardo histórico também é o Ricardo de Sraffa, teórico dos preços sistêmicos, puramente relativos e dessubstancializados; também é o Ricardo de Marx, teórico do progresso técnico e do valor (por **oposição** aos preços); também é o Ricardo de Marshall e Walras, teórico da influência do tempo sobre os preços e da renda diferencial intensiva; também é o Ricardo de Keynes e Kalecki, que modela a partir da hierarquização temporal das determinações teóricas, e que ousa propor políticas públicas voltadas à eutanásia do *rentier*. Só que o Ricardo infantilmente fisicista - que Schumpeter tanto desprezava - também é real. E, o que é mais grave, é um Ricardo que ainda se diz presente em uma literatura que se pretende marxista.

e, consequentemente, do valor (da produção capitalista), implique a negação dos preços e, consequentemente, do valor-capital concentrado. Uma hipótese que, do nosso ponto de vista, encontra-se na base da pretensão marxiana de que o processo de acumulação de capital assumiria formas crescentemente irracionais e deletérias às taxas de lucro individuais e sistêmica.

Ora, em si mesmos os equívocos marxianos são não apenas compreensíveis, mas absolutamente menores. Só que há que se reconhecer os mesmos enquanto tais. E isto não apenas por uma questão de "dignidade científica". A questão de fundo é que a recusa em reconhecer estes equívocos é a outra face da recusa em romper os elos impertinentes que ligam Marx a Ricardo. Mais exatamente, é a outra face da recusa em reconhecer que a problemática marxista não só não se confunde, como se contrapõe à dogmática materialista vulgar e essencialmente ideológica que define o ricardianismo de esquerda.

Por oposição a esta corrente menor (e, do nosso ponto de vista, pré-científica) do pensamento econômico, que se pauta pela vã tentativa de resolver (e esconder) teoricamente contradições dinamizadoras do real, o marxismo se define por tomar a contradição e a mudança como objetos privilegiados. E é este caráter iconoclasta – que tem de se voltar, inclusive, para dentro – que faz do materialismo histórico e dialético um projeto teórico e metodológico não apenas vivo e produtivo, como particularmente atual. Senão vejamos.

Ao longo de nosso capítulo terceiro procuramos resgatar e apresentar de forma sistemática a dimensão não-especificamente-diacrônica da teoria marxiana da distribuição. Nosso objetivo, então, foi o de demonstrar que o eixo da leitura marxiana encontra-se na identificação e articulação interna rigorosa do conjunto dos determinantes sócio-institucionais, técnico-produtivos e financeiros que garantem a estruturalização do lucro enquanto categoria de excedente e (por consequência, de) desequilíbrio. Já naquele momento, chamávamos a atenção para o fato de que o trabalho de Marx não envolvia apenas uma antecipação (por vezes, tosca, por outras, sofisticada, e mesmo superior) dos desenvolvimentos centrais de todos os grandes teóricos do eixo pós-marginalista. Ele projetava uma articulação especificamente dinâmica desses desenvolvimentos; onde a inovação alavanca a concentração, que alavanca (por determinações associadas à escala e a vantagens financeiras) a centralização, que alavanca a sobreacumulação financeira, que alavanca a especulação, a busca de novos mercado, e o aprofundamento da inovação, da concentração e da centralização. E a cada virada da hélice, o que se aprofunda é a autonomização do capital frente ao trabalho vivo, que se resolve no desemprego estrutural, na crescente concentração da renda, e na crescente limitação dos mercados para a continuidade da inversão produtiva.

Schumpeter admirava o sistema; mas não admitia o viés "pessimista" subjacente ao mesmo, identificando um equívoco na pretensão de que a taxa de juros e os preços (que Marx não dissociava dos valores) fossem inflexíveis à queda e pudessem contribuir para frear a acumulação produtiva. Keynes e Kalecki vieram a demonstrar que o equívoco teórico era de Schumpeter, e não de Marx.

Evidentemente, isto não significa pretender que a grande contribuição de Keynes e Kalecki à teoria da distribuição se reduziu a "confirmar Marx". Há, aqui, mais do que confirmação: há uma ruptura definitiva com os restos de ricardianismo que ainda se fazem presente no mundo de Marx. Na verdade, ousaríamos pretender que a grande contribuição de Keynes e Kalecki ao pensamento econômico moderno encontra-se no fato de que estes autores (mais até do que Schumpeter, com seu fluxo circular quase-ricardiano) fazem a crítica radical do viés naturalista e "fisicista" do ricardianismo vulgar. A acumulação deixa de ser compulsiva para se tornar função de expectativas e estratégias competitivas. Os preços se autonomizam da técnica para se tornarem objeto de decisão. E a distribuição se integra definitivamente ao jogo competitivo e especulativo do capital.

Mas se não há mera "confirmação" de Marx, há reforço e consistência. E há, de ambos os lados, carência de articulação. Afinal, tendo em vista a própria referência estruturalista (e agnóstica) de Keynes e Kalecki, os desenvolvimentos teóricos originais destes autores não darão vazão a um novo "sistema", mas a um conjunto restrito de "modelos" analíticos marcadamente datados. E não é necessária uma pesquisa árdua e rigorosa sobre a evolução recente do pensamento econômico para que nos apercebamos que a crítica do "tempo" tem sido particularmente dura para com a modelística keynesiana e (de forma menos evidente, até porque esta nunca foi tão bem sucedida) para com a kaleckiana.

É bem verdade que o ápice da crise do keynesianismo parece já haver sido superada. Mas esta superação (sabidamente restrita) vêm passando justamente pela admissão de que é preciso enfrentar as notáveis insuficiências teóricas da construção de Keynes, que são muito mais gerais do que a carência de "fundamentos microeconômicos". Por trás desta reivindicação já rota, o que se solicita é a determinação da decisão capitalista, é uma teoria consistente do mercado de trabalho, é uma teoria da concorrência, é uma teoria dos limites e possibilidades de desenvolvimento da racionalidade dos agentes. E este conjunto de questões não pode ser enfrentado a partir dos escaninhos apertados do estruturalismo. O que é o mesmo que dizer que não basta apelar para Kalecki ou para Schumpeter se se quer efetivamente enfrentar o desafio posto. E se nos recusamos à alternativa fácil do cartesianismo, há que se buscar uma teoria da racionalização que seja histórica e procedimental.

O que nos conduz (de forma não dogmática, mas francamente dialética e iconoclasta) a Marx e sua teoria particular do desenvolvimento capitalista. Aqui há, senão a conclusão (que deve ser sempre e necessariamente aberta), pelo menos os fundamentos de uma teoria da evolução da racionalidade burguesa, da acumulação de capital e do mercado de trabalho. E é dela que se deve partir para o enfrentamento das questões que – pela própria dinâmica deste modo de produção - insistem em permanecer abertas a despeito de todo o acúmulo de conhecimentos em dois séculos de pesquisa econômica. Em particular, é dela que se deve partir para enfrentar os novos desafios no campo da teoria da distribuição. Desafios que não podem ser enfrentados apenas com o instrumental pós-marginalista.

Mas que, como já vimos, tampouco podem ser enfrentados sem o concurso deste. Neste sentido, Kalecki – enquanto teórico dos preços (e do nível geral destes), das múltiplas formas da concorrência imperfeita, da tributação, e da interação entre distribuição, acumulação produtiva, progresso técnico e emprego – alça-se imediatamente como interlocutor privilegiado de Ma Keynes e Schumpeter seguem este último. O primeiro, enquanto teórico da valorização fictícia e do conflito distributivo inter-burguês. O segundo, enquanto teórico dos limites da consolidação dos ganhos monopolistas e das pressões redistributivas associadas à dimensão passiva da concorrência intercapitalista.

Mas isto não é tudo. Num momento em que a agudização da concorrência intercapitalista promove a aceleração do progresso técnico poupador de mão-de-obra e o (re)ingurgitamento da pequena produção, do setor informal e do exército industrial de reserva, não é mais possível tomar-se a massa de salários como medida da participação dos trabalhadores na renda. Nem é mais possível pretender-se que a precificação seja uma atribuição especificamente capitalista e que o mark-up sobre os custos diretos seja uma medida adequada do "grau de monopólio" da economia[9]. O que implica o resgate (certamente chocante para os guardiões do pensamento reto) de modelos de precificação que a literatura heterodoxa usualmente ignora, porquanto referidos a padrões competitivos estranhos à organização industrial capitalista. O que, finalmente, não pode deixar de nos remeter ao neoclassicismo enquanto *a toolmaking school*.

A tarefa é sem dúvida hercúlea. Mas o fato mesmo de que ela possa ser anunciada em uma ciência que ainda ousa duvidar de si é a expressão de sua pertinência e da necessidade/possibilidade de seu enfrentamento. *Hic Rhodus, hic salta.*

---

[9] Ou teremos de admitir – na esteira de Audretsch – que este está diminuindo em setores expressivos (até porque, crescentemente responsáveis pela maior parte do "emprego") da economia.

BIBLIOGRAFIA

AMADEO S., E. J. *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 70.* Rio de Janeiro: BNDES, 1982.

ARANTES, P.E. *Hegel: a ordem do tempo.* São Paulo: Pólis, 1981.

ARENDT, H. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco.* São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 129 (Os Pensadores).

ASIMAKOPULOS, A. "A Kaleckian theory of income distribution". In: *Canadian Journal of Economics*, vol. 8 (3), 1975.

AUDRETSCH, D. "Small business in Industrial Economics: the new learning". In: *Revue d'Economie Industriell.* N. 67, 1ER Trimestre 1994.

AUDRETSCH, D. VIVARELLI, M. "Small firms and R&D spillovers: Evidence from Italy". In: *Revue d'Economie Industriell.* N. 67, 1ER Trimestre 1994.

BASILE, L. e SALVADORI, N. "Kalecki's pricing theory". In: *JPKE,* vol. 7 (2), 1984.

_____ "On the existence of a solution to Kalecki's pricing equations". *JPKE,* vol. 16 (3), 1994.

BELLUZZO, L. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política.* São Paulo: Brasiliense, 1980.

BENETTI, C. *Valor e repartição.* Coimbra: Centelha, 1978.

BLACK, R.E.C. et.al. (eds.) *The Marginal Revolution in Economics.* In: *History of Political Economy,* vol. 4 (2), 1972.

BLAUG, M. "Was there a Marginal Revolution? In: *History of Political Economy,* vol. 4 (2), 1972.

BÖHM-BAWERK, E. *Teoria Positiva do Capital.* São Paulo: Abril Cultural, 1986 (Os Economistas).

BORTKIEWICZ, L. "Contribución a una rectificación de los fundamentos de la construcción teórica de Marx en el volumen III de *El Capital*". (Cuadernos Passado y Presente, n. 49).

BRONFENBRENNER, M. "Marginal Productivity, a Rehabilitation". In FEIWEL, G. *Issues in Contemporary Macroeconomics and Distribution.* London: MacMillan, 1985.

BRUNHOFF, S. *A moeda em Marx.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BUCHANAN, J.M. "The backbending supply curve of labor: an example of doctrinal retrogression?". In: *History of Political Economy*, vol. 3 (2), 1971.

CAMPREGHER, G. *Desdobramentos lógico-históricos da ontologia do trabalho em Marx.* Campinas: Unicamp, 1993 (Dissertação de Mestrado).

CARLIN, W. SOSKICE, D. *Macroeconomics and the Wage Bargain: a modern approach to employment, inflation and the exchange rate.* Oxford: Oxford University Press, 1992.

CARSON, J. "Existence and uniqueness of solutions to Kalecki's pricing equations", *JPKE*, vol. 16 (3), 1994.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CLAY, N. and CREIGH-TYTE, S. "SMEs and employment in the European Community: an industrial perspective". In: *Revue d'Economie Industriell.* N. 67, 1ER Trimestre 1994.

COLLETTI, L. (org.) *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo.* México: Siglo XXI, 1978.

DAVIDSON, P. *Theories of aggregate income distribution.* New Brunswick: Rutgers University Press, 1960.

DESCARTES, R. *Discurso do método.* São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).

DOBB, M. "Two Modern Theories of Wages". In: *Indian Journal of Labour Economics*, vol. 1 (1), 1958.

FAUSTO, R. *Marx: lógica e política.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FEIWEL, G. (ed.). *The economics of imperfect competition and employment: Joan Robinson and beyond.* Basingstoke: MacMillan Press, 1989.

FRANCO, G. "A inserção externa e o desenvolvimento". Brasília: BACEN, s.d. (mimeo).

_____ "O milagre do rentenmark: uma experiência bem-sucedida com moeda indexada". In:*Revista Brasileira de Economia*, vol. 43 (3), 1989.

FRIEDMAN, M. "The methodology of positive economics", In: *Essays in positive economics.* Chicago: University of Chicago Press, 1953.

GAREGNANI, P. et. al. *Debate sobre la teoría marxista del valor.* Mexico: Siglo XXI, 1979 (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 82).

GODELIER, M. *Horizontes da Antropologia.* Lisboa: Edições 70, s.d.

HAHN, F. *Equilibrium and Macroeconomics.* Cambridge: The MIT Press, 1984

HALL, R. L. e HITCH, C. J. "A teoria dos preços e o comportamento empresarial". In *Clássicos da Literatura Econômica.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988

HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História.* Brasília: Editora da UnB, 1995.

_____ *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).

HICKS, J. R. *Ensayos criticos sobre teoria monetaria*. Barcelona: Ariel, 1975.

_____ *The theory of wages*. New York: McMillan, 1948.

_____ *Valor e Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Economistas).

HODGSKIN, T. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

HOLLIS, M. e NELL, E.J. *O homem econômico racional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

JEVONS, S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

KALDOR, N. "Alternative Theories of Distribution". In: *Review of Economic Studies*, vol. 23, 1956.

_____ *Essays on value and distribution*. New York: Free Press, 1960.

KALECKI, M. *Theory of economic dynamics*. In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. II.

_____ *Studies in economic dynamics*. In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. II.

_____ "A theorem on Technical Progress". In: OSIATYNSKI, J. (ed). Vol. II.

_____ "A Theory of Commodity, Income and Capital Taxation". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Vol. I.

_____ "Class struggle and national income". In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. II.

_____ "Full employment by stimulating private investment?". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Vol. I.

_____ "Money and Real Wages". In. OSIATYNSKI, J.(ed.). Vol. II.

_____ "Mr. Whitman on the Concept of 'Degree of Monopoly': A Comment". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Vol. II.

_____ "Political Aspects of full employment". In: OSIATYNSKI, J. (ed.) Vol. I.

_____ "The determinants of distribution of the National Income". In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. II.

_____ "The essence of the Business Upswing". In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. I.

_____ "The supply curve of an industry under imperfect competition". In: OSIATYNSKI, J. (ed.). Vol. II

_____ "A Note on Dobb's 'Two Modern Theories of Wages'". In: *Indian Journal of Labour Economics*.Vol. 3, n. 3. 1960.

KALECKI, M. and SZEWORSKI, A. "Economic Problems of Production Automation in Capitalist Countries. In: OSIATYNSKI, J. (ed). Vol. II.

KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KEYNES, J.M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

_____ "Professor Tinbergen's method.". In: *Economic Journal*. Vol. 49, september 1939.

_____ "Relative Movements of Real Wage and Output". In. *Economic Journal*. V.49, 1939.

KLAMER, A. *Conversas com economistas*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1988.

KNIGHT, F. *Risco, incerteza e lucro*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

_____ "Profit". In: *Readings in the theory of income distribution*. Homewood: Richard D Irwin, Inc., 1951.

KRIESLER, P. "Kalecki's pricing theory revisited". *JPKE*, vol. 11 (1), 1988.

LEE, F.S. "Kalecki's pricing theory: two comments", In: *JPKE*, vol. 8 (1), 1985.

LERNER, A. "The concept of monopoly and the measurement of monopoly power". In: *The Review of Economic Studies*. Vol I, n. 3, 1934.

LIPIETZ, A. "Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro". In: *Questões de economia política*. Ano 2, N. 3, 1986.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

_____ *The Ontology of Social Being* (*Labour*). London: Merlin Press, 1978.

MALINOWSKI, B. "The Primitive Economics of the Trobriand Islanders". *Economic Journal*. Vol. XXXI, march 1921.

MANDEL, E. and FREEMAN, A. (eds.) *Ricardo, Marx, Sraffa: the Langston Memorial Volume*. London: Verso, 1984.

MARCHI, N.B. "Mill and Cairnes and the emergence of marginalism in England". In: *History of political economy*. 4(2), 1972

MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas)

_____ *Capítulo VI (Inédito) de O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____ *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Editorial Progreso, 1979.

_____ *Elementos fundamentales para la crítica de la Economia Política (Grundrisse)* (Vol. 2). México: Siglo XXI, 1985.

_____ *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Terceiro). São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

_____ *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ *Os manuscritos econômico-filosóficos*. Moscou - Póvoa de Varzim: Instituto do Marxismo-Leninismo - J. Carvalho Branco Editor, 1971.

_____ *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 113 (Os Pensadores).

_____ *Teorias da Mais-Valia*. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____ *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp/ EPU, 1974.

McCLOSKEY, D. *The Rhetoric of Economics*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

MAZZUCCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILL, J.S. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1975.

MORISHIMA, M. and SETON, F. "Aggregantion in Leontief Matrices and the Labour Theory of Value". In: *Econometrica*, vol. 29 (2).

MORISHIMA, M. e CATEPHORES, G. *Valor, exploração e crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Presença, 1980.

_____ *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

OLIVEIRA, C.A.B. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Campinas: Unicamp, 1976 (Dissertação de Mestrado).

OSIATYNSKI, J. (ed.) *Collected Works of Michal Kalecki*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

PAIVA, C.A.N *Capitalismo dependente e (contra)revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, 1991(Dissertação de Mestrado.)

_____ "A teoria marxiana do dinheiro", In: *Economia-ensaios*, vol. 12, dez. 1996.

_____ "O conceito de dinheiro em Keynes". In: *Ensaios-FEE*. Porto Alegre, vol.15 (2), 1994.

_____ "Kalecki: um anti-keynesiano?". In: *Revista de Economia Política*, vol. 16 (61), 1996.

PANICO, C. and SALVADORI, N. (eds.) *Post-keynesian Theory of Growth and Distribution*. Brookfield, Vermont: Edward Elgar Publishing Company, 1993

PARETO, V. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Economistas).

PASINETTI, L. *Crescimento e distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PIAGET, J. *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

_____ *Sabedoria e ilusões da filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

POLANYI, K. (org.) *Comercio y mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

POPPER, K. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1980.

POSSAS, M. L. *Dinâmica da Economia Capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____ "Preços e distribuição em Sraffa: uma reconsideração." In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 13(2), 1983.

_____ "Valor, preço e concorrência: não é preciso recomeçar tudo desde o início". in: *Revista de Economia Política*, vol. 2. (4), 1982.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

_____ "Valor absoluto e valor de troca". In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

RIZZONI, A. "Technology and organisation in small firms: an interpretative framework" . In: *Revue d'Economie Industriell*. N. 67, 1ER Trimestre 1994.

ROBBINS, L. "Elasticity of demand for income in terms of effort." In: *Economica*, vol. 10, june 1930.

ROBINSON, J. *Contribuições à economia moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____ *Economía de la competencia imperfecta*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, SA, 1969.

_____ *Filosofia Econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____ *Introducción a la economía marxista*. México: Siglo XXI, 1964.

ROSS, S. et. al. *Administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.

ROWTHORN, R. "Conflict, inflation and money". *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1 (1), 1977.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SARDONI, C. "Some ties of Kalecki to the 1926 'Sraffian Manifesto'". *JPKE*. Vol. 6, n. 3.

SAWYER, M.C. *Macroeconomics in question: The Keynesian-Monetarist Orthodoxies and the Kaleckian Alternative*. Bringhton: Wheatsheaf, 1982.

SAY, J. B. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

SCHERER, F.M. *Preços industriais: teoria e evidência*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHUMPETER, J.A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____ *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____ *Ensayos*. Barcelona: Oikus-tau, S.A. Ediciones, 1968.

_____ *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

SHACKLE, G.L.S. *Origens da economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SIMON, H.A. *Models of bounded rationality*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1980.

_____ "From substantive to procedural rationality". In: HAHN, F. e HOLLIS, M. *Philosophy and economic theory.* Oxford: Oxford University Press, 1979.

SIMONSEN, M.H. "Marx e a Revolução de Von Neumann". In: *Revista Brasileira de Economia,* vol. 38 (2), 1984.

SMITH, A. *A riqueza das nações.* São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOLOW, R. and STIGLITZ, J. "Output, employment and wages in the short run".In: *Quarterly Journal of Economics*, vol. 82 (4), 1968.

SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias.* São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).

_____ "As leis dos rendimentos sob condições de concorrência". In: *Clássicos de literatura econômica.* Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

_____ "Introdução". In: RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação.* São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

STEINDL, J. *Maturidade e estagnação do capitalismo norte-americano.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____ "A personal portrait of Michal Kalecki". In: *JPKE.* vol. 3, n. 4, 1981.

STIGLER, G. "Production and distribution in the short run". *Journal of Political Economy*, vol. 47, jun. 1939.

_____ "The adoption of the marginal utility theory". In: *History of political economy*, vol. 4(2), 1972.

SWEEZY, P. (org.) *Economia burguesa y economia marxista.* México: Siglo XXI, 1978, (Cuadernos Passado y Presente, n. 49).

SYLOS-LABINI, P. *Oligopólio e progresso técnico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária/ São Paulo: Edusp, 1980.

TAVARES, M.C. "O movimento geral do capital", In: *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo.), 1978.

TAYLOR, L. *Income distribution, Inflation and Growth: lectures on Structuralist Macroeconomic Theory.* Cambridge, Mass. :The MIT Press, 1991.

VERCELLI, A. *Methodological Foundations of Macroeconomics.* Cambridge: University Press, 1991.

WALRAS, L. *Elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

WARD, B. *O que há de errado com a economia?* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.

WEINTRAUB, S. "An ecletic theory of income shares". In: *JPKE*. Vol. 4, n. 1, 1981.